

REVISTA

DO

Instituto Archeológico Histórico e
Geográfico Pernambucano

Comissão de Redacção:

Drs. Mário Melo, Samuel Campêlo e
Carlos Pereira da Costa

*Os heroicos feitos dos antigos
Tende vivos e impressos na memoria
Alli vereis esforços nos perigos,
Alli ordem na paz digna de gloria*

PROSOPOPEA — BENTO TEIXEIRA



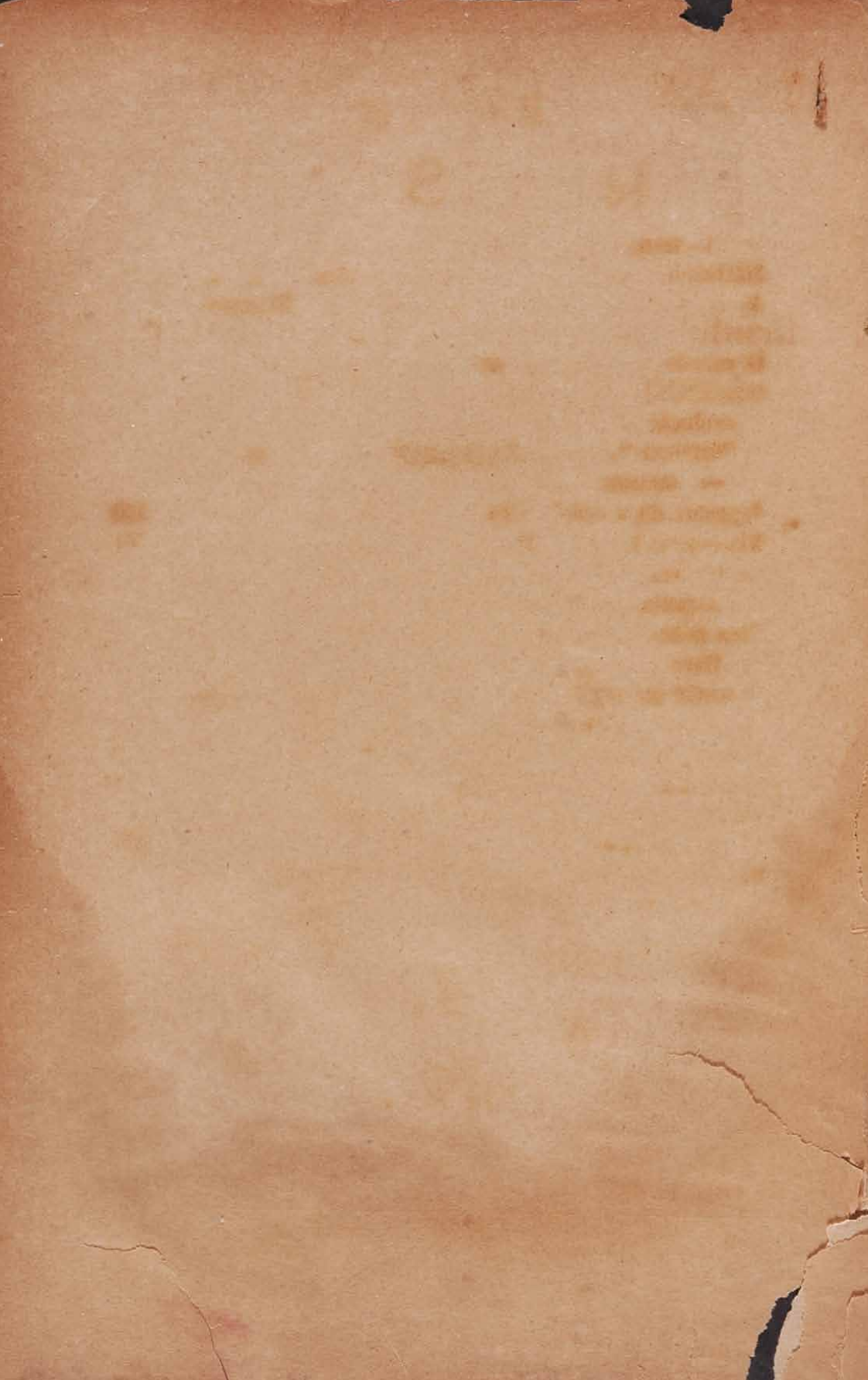
BRASIL — PERNAMBUCO — 1933

Officinas Graphicas da Imprensa Official

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



SUMMARIO

Frei Caneca — Mário Melo	7
Marinheiros de outrora — Velho Sobrinho	39
A igreja de São Gonçalo de Jurissaca — Naasson Figuerêdo	55
O escudo do Municipio do Recife	61
Genealogia pernambucana — José Theóphilo	71
A evolução da Capital de Pernambuco	75
A Fortaleza "Príncipe Guilherme" ou dos Afogados — Naasson Figuerêdo	87
Aspectos da reacção civica de 1911 — Raul Azêdo	103
Viagem ao Brasil — H. Koster	151
Os Pelourinhos do Recife — Mário Melo	195
Um aspecto da Monarchia — Luis Delgado	205
Uma nobre figura pernambucana — Raymundo Paes Barrêto	223
Desembargadôr Martins Pereira, o primeiro magis- trado emancipadôr — Luis André Costa	229
Excavações históricas — M. Braga Ribeiro	259
— Quadros brasileiros de AEckhout — Argeu Guimarães Catálogo da coleção de medalhas do Instituto, série brasileira — Alfrêdo Couceiro	275
— Bernardo Vieira de Mello — Basilio de Magalhães	351
Relatório do Secrétario perpetuo	361
Actas das sessões	365
Relação dos sócios	443

Directoria do Instituto em 1931

Presidente

Dezembargador Arthur da Silva Rêgo

1.º Vice-Presidente

Prof. Dr. Gervásio Fioravanti

2.º Vice-Presidente

Prof. Rodolpho Lima

3.º Vice-Presidente

Dr. Samuel Campêlo

Secretário perpétuo

Prof. Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo

2.º Secretario

Naasson Figuerêdo

Suplentes do 2.º secretario

Zeferino Lima

Prof. Mário Coêlho Pinto

Oradores

Drs. Oscar Brandão e L. C. Cardoso Ayres

Thesoureiro

Othon L. Bezerra de Mello

Bibliothecário

Olympio Costa Junior

Commissão da Revista

Mário Melo.
Samuel Campêlo
Carlos Pereira da Costa

Commissão de Syndicancia

Naasson Figueiredo.
Prof. Jeronymo Gueiros
Dr. L. C. Cardozo Ayres

Commissão de Manuscriptos

Prof. J. Felipe Monteiro.
Ambrósio Leite.
Prof. Mário Coêlho Pinto.

Commissão de fundos e orçamentos

Conego Jeronymo d'Assumpção.
M. J. Santanna Araujo.
Domicio Rangel.

Commissão de história e geographia

Dr. Fernando Barroca.
Dr. Carlos Pereira da Costa.
Dr. Bezerra Leite.

Commissão de Archeologia e Ethnographia

Desdor. J. A. Corrêa de Araujo.
Dr. Mario Melo.
Tte. Coronel Souza Docca.

REVISTA

DO

Instituto Archeológico Histórico e
Geográfico Pernambucano

Vol. XXXI

Janeiro a
Dezembro de 1931

Ns. 147—150

Frei Caneca

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi, positivamente, a mais brilhante figura de Pernambuco, em todo o primeiro quartel do século XIX.

Naceu no Recife, em Fóra de Portas — trecho que abrangia do fim da rua do Eom Jesus á Fortaleza do Brum — na casa que está hoje assinalada com uma placa memorativa, na atual rua de São Jorge, proximidade da igreijinha do Pilar, em 1779, filho do tanoeiro Francisco da Silva Rabêlo e de d. Francisca Alexandrina de Siqueira. (1)

1 — Antonio Joaquim de Melo, que coligiu as obras de Frei Caneca e precedeu-as duma biografia, diz nada ter encontrado sobre a data do nascimento ou do batismo, onde êste se celebrou, nomes dos padrinhos, etc. Nem mesmo no arquivo do Convento do Carmo encontrou qualquer nota sobre isso.

Pereira da Costa (*Dic. biografico*) consigna agôsto de 1779, sem especificar o dia.

Adelino de Luna Freire (*Revolução de 1824*) deduz que Frei Caneca nacêra em Julho de 1779 "porque em seu interrogatório perante a comissão militar, no dia 20 de dezembro de 1824, respondeu êle ter quarenta e cinco anos e cinco mêses de idade".

Bianor de Medeiros (*Falando á mocidade*), em discurso literário na Academia pernambucana, disse sem apontar em que se firmara: "Naceu em Fóra de Portas, na freguezia de S. Pedro Gonçalves, da cidade do Recife, em 30 de agôsto de 1779, filho de Domingos da Silva Rabêlo e d. Francisca Alexandrina de Siqueira".

Acusado, numa polémica, de ter acendência duvidosa — filho de dois pardos — êle proprio traçou, em veemente réplica a sua genealogia:

“Eu sou filho de Domingos da Silva Rabello e Francisca Alexandrina de Siqueira. Meu pae é bem conhecido nesta praça. Todos sabem que elle é dos ruivos de Fóra de Portas, familia que, nisto a que chamas pureza de sangue, é tal que tu, ainda passando por duas destillações, não podes jamais emparelhar; pelo que já vês não sou Gama, sou ruivo. Minha mãe é filha de Pedro José de Siqueira, e de Clara Alves de Torres. Pedro José de Siqueira, por sinal, irmão de Francisco José de Siqueira, o cego ruivo do pateo da Penha, era natural de Lisboa, filho de Francisca Alexandrina, conhecida na sua vizinhança no Bairro alto pela ruibaca, em consequencia de ser extremamente ruiva. Logo não sou Gama, sou ruivo. Minha avó, Clara Alves de Torres, era filha de Antonio Alves da Costa Dantas, por sinal tio do padre José Dantas, e Frei Antonio da Natividade Dantas, carmelita turonense, bem conhecido nesta praça, era natural de Elvas, no Alentejo. Pelo que já vê todo o mundo, que eu não sou Gama, sou Dantas. Maria Pereira da Assunção era filha de João Batista Pereira e Maria... João Batista Pereira era natural do Porto, donde vindo ao Brasil procurar fortuna, na forma do louvavel costume de nossos claros avós que aqui chegaram de jaleco e ceroulas se casou nos sertões do norte com essa e se achava morador em Olinda, contando a filha já deseseis anos quando em 1710 os mascates deste Recife romperam com a nobresa de Olinda e nos causaram as desgraças que se sabem. Não posso subir mais acima com esta exposição... Mas é ponto de fé pia que essa Maria das Estrelas havia de ser alguma Tapuia, Potiguari, Tupinambá, senhora de muito mingau, tipoias, aipi, e macacheira; e tambem se foi alguma rainha Ginga, nenhum mal me fez; já está o tempo de muito nos honrarmos no sangue africano”. (2)

O ruivo Domingos era tanoeiro de profissão, fabricante de canecas. Dai o fato de Joaquim ter adotado o apelido Caneca, por que substituiu o Rabêlo.

A não ser que Bianôr tenha provas, o mais aceitavel é a dedução de Luna Freire.

2 — “O caçador atirando a Arara pernambucana em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama”. — II.

Os conventos, eram, ao tempo, os únicos educandários, para os ricos e para os pobres. E somente depois de passarem pelos conventos iam os filhos de ricos para Coimbra.

O filho do tanoeiro, excepcional inteligência, passou a frequentar o convento do Carmo do Recife e, em 1796, tomou hábito. Estava já preparado para receber a ordenação, mas com apenas 22 anos, não tinha a idade exigida. Houve recurso ao núnzio apostólico em Portugal e, por intermédio deste, veio a dispensa, dando-se a ordenação em 1801.

Neste mesmo ano foi descoberta a conspiração, fruto da propaganda democrática no Areópago de També de Arruda Camara, outro carmelita então egresso da ordem.

Tendo adquirido grande cabedal em seus estudos, Frei Caneca foi logo escalado para o magistério e nomeado professor de geometria e retórica e depois de filosofia ao mesmo tempo em que, na ordem, era definidôr e posteriormente secretário do priôr.

Ao mesmo tempo em que lecionava, o seu espirito sedento de novos cabedais, iniciava agora o curso de mecânica e cálculo com o professor Antonio Francisco Bastos.

Frustrada a propaganda do Areópago de També, com o malôgro da conspiração que tinha por fim tornar Pernambuco república sob o patrocínio de Bonaparte e dissolvido o mesmo, os remanescentes deste fundaram a Academia de Suassuna para o apostolado republicano e, pouco tempo depois, outra filial no Recife — a Academia do Paraizo.

Essas academias eram sociedades secretas, espécie de maçonaria politica, onde se exaltava o nacionalismo e onde se fazia o juramento de trabalhar pela emancipação da pátria. Recebiam adeptos de todas as vilas para maior eficácia na propaganda.

Frei Caneca é atraído á Academia do Paraizo, de modo que a revolução republicana de 1817 o encontra menos como adepto porque como soldado voluntário, de trabuco á mão, alistado na columna que marchou contra as Alagôas, da qual, pelos seus cabedais científicos, inclusive conhecimentos de matemática, foi eleito conselheiro.

Afogada em sangue a república pernambucana, Frei Caneca é preso e, acorrentado, remetido para a Baía.

Mau grado as torturas por que passou, os quatro anos de prisão lhe serviram não só para retemperar e refortalecer o seu caráter como para ainda mais ilustrar o seu espirito.

Foi nos cárceres da Baía que êle compôs a sua Gramática da lingua portugûesa. E como entre os prêsos havia alguns senhores de variados conhecimentos, bastando citar Antonio Carlos, cada um ensinava aos outros as matêrias em que era especializado.

Vindo a anistia em 1821, Frei Caneca regressa ao torrão natal. Dá-se a independência no ano seguinte e êle exulta, empolgando a multidão na tribuna sacra, em o Tedeum com que Pernambuco solenizou a realização do grande sonho.

Fato incontestavel, porém, é que Pernambuco já estava independente desde 26 de outubro de 1821, quando os revolucionários vindos de Goiana — da periferia para o centro como se deu em 1930 — deposeram o capitão general nomeado pelo rei, expulsaram as tropas portugûesas e elegeram a junta governativa que não permitiu mais o desembarque de soldados lusitanos enviados de Lisbôa.

Repito aqui o que já uma vez disse da tribuna do Instituto arqueológico: o que a Baía só conseguiu a 2 de julho de 1823, aliás com o concurso dos pernambucanos, havia Pernambuco conseguido a 26 de outubro de 1821 com o auxílio contrário dos baianos. (3)

O entusiasmo dos brasileiros pelo príncipe dom Pedro foi efêmero. Em Pernambuco, com especialidade, a corrente nacionalista era republicana. Estavam vivas as feridas abertas em 1817 e não se extinguiu o fermento revolucionário vitoriôso em 1821 quando o Imperadôr dissolveu a constituinte e pretendeu impôr um presidente da Provincia contra a vontade do pòvo, em substituição daquêle, remanecente de 1817, eleito pelo pòvo.

Foi nessa fase que mais alto se fez ouvir a voz de Frei Caneca. Ele foi o verdadeiro guia dos pernambucanos nessa conjectura. O seu parecêr era o voto da maioria. Os seus artigos doutrinários eram a estrêla que guiava o pòvo.

O eleitorado recusou elegêr novos deputados á Constituinte e o Consêlho, pelo parecêr de Frei Caneca, não só recusou

3 — "Livre do despotismo de Luis do Rêgo, sem soldado estrangeiro a profanar-lhe o solo, governado por uma junta nacional eleita democraticamente, estava Pernambuco independente, dando mais uma vez exemplo ao resto do Brasil. O que a Baía só conseguiu a 2 de julho de 1823, aliás com decisivo auxilio de Pernambuco, conseguiram os pernambucanos a 26 de outubro de 1821 mau grado o concurso da Baía ao lado do despotismo". — **Pernambuco e a Independência do Brasil**. Rev. Inst. Arch. vol. XXIII).

dar posse ao presidente nomeado pelo Imperadôr como confirmou no cargo o presidente anterior, eleito pela vontade de Pernambuco.

A desobediência era flagrante e acintosa. Estava aberta a luta. E á luta não fugiram os que a provocaram.

Fazia-se necessário golpe definitivo. Foi proclamada a Confederação do Equadôr.

Contra esta se levantou implacável o Imperadôr. Assim como seu pae sufocara em sangue a república de 1817, êle ultrapassaria em vingança contra o surto republicano de 1824.

E o cadafalso foi novamente armado no Recife e junto a êste, porque não houvera carrasco que se prestasse a enforcá-lo, tombou, varado por balas, no dia 13 de janeiro de 1825, o excelso patriota Frei Joaquim do Amor Divino Caneca — o sábio e o justo, a invocação da alma viril de Pernambuco.

O HOMEM DE LETRAS

Frei Caneca ensaiou vários gêneros de literatura, inclusive a poesia. Algumas destas, as de que temos conhecimento, foram recolhidas por Antonio Joaquim de Melo (4). Quase todas escritas no cárcere, quer na Baía quer no Recife.

Não era a poesia o seu forte mas nem por isto deixa de sêr uma face apreciável do seu talento.

E o interessante é que, através do seu estro, transpareciam segrêdos incompatíveis com o seu estado.

Vejamos, por exemplo, esta décima:

Si o amôr vive alem da morte,
Eterno o meu ha de sêr;
Si o amor dura só na vida
Hei de amar-te até morrer.

a que deu a seguinte glosa:

Que um peito, Analia, sensivel
Desses teus olhos ferido
Não te caia aos pés rendido
Me parece um impossivel
Antes só tenho por crível

4 — Comendador Antonio Joaquim de Melo — Obras politicas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca — Tomo II.

Que todo a ti se transporte
E te preste amor tão forte,
Em teu serviço jocundo,
Que te ame além do mundo
Si amor vive além da morte.

Por essa força attractiva
Que em ti faz a natureza,
Minha alma dantes illesa
Já de ti se vê captiva,
De amôr numa chama viva
O peito sinto-me arder;
E se posso hoje prever
Os successos do futuro
Entre os fogos de amor puro
Eterno o meu ha de ser.

Mais forte que o gordiano
E' o nó que a ti me prende;
Fica certa que o não fende
Da morte o ferro tyrano;
Porque trazer-té hei de ufano
No fundo d'alma esculpida
Ou ao nada reduzida
Deve ser a minha essencia;
Que nego a sobrevivencia
Si o amor dura só na vida.

Em ambas supposições
Não és de mim separada;
Que me estás amalgamada
Da mente nas sensações;
E pois modificações
Só por si não podem sêr,
Hás de eterna em mim vivêr,
Si eu tenho uma alma imortal;
Ou si ella é material
Hei de amar-te até morrer.

E'-lhe tambem attribuida a autoria de uns versos ao seu
companheiro de infortúnio Nicolau Pereira, quando conde-
nado á morte:

Não tenhas Nicolau menor saudade
De a existencia perder na flor dos annos;
Heroes houveram gregos e romanos
Que acabaram a vida por vontade.

Catão, tendo perdido a liberdade,
Em si crava o punhal, previne os damnos.
E Socrates entregue a vis Tyranos
Bebe a cicuta e vôa á eternidade.

A seguinte quadra mostra as amarguras do patriota:

Não posso contar meus males
Nem a mim mêsmo em segredo.
E' tão cruel o meu fado
Que até de mim tenho medo.

Vive na memória de todos a seguinte poesia — canto do cisne — escrita no cárcere, depois da condenação, quando contava as horas de vida que lhe restavam e estava a dois passos da morte:

Entre Marilia e a Pátria
Colloquei meu coração:
A patria roubou-me todo;
Marilia que chore em vão.

Quem passa a vida que eu passo
Não deve a morte temer;
Com a morte não se assusta
Quem está sempre a morrer.

A medonha catadura
Da morte feia e cruel,
Do rosto só muda a côr
Da patria ao filho infiel.

Tem fim a vida daquelle
Que a patria não soube amar:
A vida do patriota
Não pode o tempo acabar.

O servil acaba inglorio
Da existencia a curta idade;
Mas não morre o liberal;
Vive toda a eternidade.

Recolhido á cadeia da Baía, tratado com deshumanidade pelos guardas, sem roupa, com alimentos escassos, Frei Caneca, encontrou almas generosas que o socorreram. Eram as recolhidas do convento do Destêrro.

Fácil foi reconhecêr-lhe que o excesso de magnanimidade de umas de suas benfeitoras estava na razão inversa da cultura do espirito. Em reconhecimento, Frei Caneca propôs-se a ensinar-lhe o português.

Escreveu no cárcere uma gramática e entregou-a para o pão do espirito a quem o socorria com o pão diário, com a recomendação de que a lêsse, interrogando-o nos casos de dúvida.

Esta gramática, em estilo claro, compreende a etimologia, a ortografia a prosodia e a syntaxe.

Ainda hoje podia sêr estudada com proveito, pelos que não precisam de aprofundar-se. Admiravel como, sem fontes de consulta, pôde, de memória, fazêr trabalho tão metódico.

Tambem escreveu, provavelmente fóra da prisão, um tratado de eloquência.

Relendo-o recentemente, não sei de outro que ainda hoje possa supera-lo.

Empolgante, pela linguagem e pelos conceitos é a "Dissertação sobre o que se dêve entendêr por patria do cidadão e deveres deste para com a mesma patria".

A pesar de suas tendências nacionalistas, o fito de Frei Caneca era acabar com as discórdias entre portugêses nados na Europa e portugêses nados no Brasil para o que mostrava as vantagens que aquêles traziam a êstes e as que êstes davam aquêles. Para êle, a pátria não é o lugar em que naceimos, mas aquêle, em que estamos estabelecidos. Distingue a pátria de logar e a pátria de direito, dando mais importancia á última.

Que de ensinamentos nessas páginas eruditas, entrecortadas de exemplos históricos!

Apenas um de seus conceitos para exemplo, porque é muito necessário de applicação na actualidade:

"Os verdadeiros patriotas devem de trabalhar com todo o desvelo no adeantamento do bem publico, e preferi-lo ao seu comodo particular. Nada olhar como vantajoso para si, que o não seja tambem para a republica, mostrando-se comodos e obrigados mutuamente entre si; tudo finalmente, como dizia outrora o filosofo Ariano. "que si as mãos e os pés tivessem razão, e quizessem estes membros do corpo cumprir

com a ordem natural das coisas, nenhum movimento fariam, nenhuma vontade teriam, que se não reportasse ao bem de todo o corpo”.

Veja-se como êle praticou o que pregava:

“A conservação da sua vida e existencia é o primeiro dever do homem e tão sagrado que a deve de sustentar a expensas da vida do injusto agressor, si outro meio não resta. Esta mesma vida ele a deve sacrificar á conservação e bem da republica; e é desta maneira que ele se faz caro á patria e eredor da immortalidade”.

De Frei Caneca, são conhecidos dois sermões que se imprimiram: um “Sobre a oração” outro sobre a “Coroação do Imperador”. Num e noutro estua a eloquência, reflue a erudição do famoso carmelita.

A prédica “Sobre a oração” foi uma bomba no fanatismo da época. Escandalizaram-se os seus companheiros de convento, scandalizou-se o clero secular, scandalizaram-se os carolas, de ambos os sexos. O pregadôr teve necessidade de publica-la em sustentação da sua doutrina e ao fazê-lo foi piedôso, no prólogo, com todos que se scandalizaram.

E’ que êle usava no púlpito a mêmra franqueza de que fazia uso nas reuniões políticas.

Tratando da necessidade da oração e preconizando o Padre-nosso como a synthese dos deveres do homem para com o Creadôr, lembrava, ao mesmo tempo, que, para obtêr os bens celestiais não havia necessidade do homem descuidar-se dos seus deveres na terra. Nem seria aceita por Deus a oração dos que, para fazê-la, preterem as obrigações familiares ou sociais.

Baseando-se no Ps. 41 — *Orat ad te omnis Sanctus in tempore opportuno* — exclamou:

“Orará em tempo opportuno, e alcançará de Deus os favôres que intenta, o ministro que nas horas em que deve despachar e fazer justiça ás partes as deixa ficar nas escadas dos tribunais para se ir entregar a uma fervorosa oração? Orará em tempo opportuno e será bem attendido o general que, devendo defender a patria, repulsar o injusto inimigo, recolhido nos templos, elevado em extasis, deixa ao relento a vida dos seus compatriotas, a sua capacidade, a liberdade da nação? (5) Orará em tempo opportuno e alcançará as graças

5 — “Quando os hebreus venceram os amalecitas, Moisés orava sim no monte, porém Josué, que era o general, estava na campanha com a espada na mão. Exod. 17”.

celestes o pae de familia que, em vez de procurar a subsistencia para si, sua mulher e filhos gasta as manhãs pelas igrejas devorando quantas missas encontra, a tarde por confrarias assistindo a sermões, todo entregue a vias-sacras, disciplinas e outras obras de supererogação? Orará em tempo opportuno e será bem despachada a matrona que, em lugar de imitar a diligencia, o cuidado e o arranjo economico daquella dos Proverbios, gasta todo o dia murmurando a pequena corôa das dôres ou outras devoções desta estofa, deixando a monte o penso do marido, a educação dos filhos, a regencia das escravas e mais familiares, e toda a casa á matroca, arruinados todos aquelles negocios, que estavam a seu cargo? Orará em tempo opportuno o mancebo que, em lugar de se applicar ás sciencias, ás artes e aos officios, que o tornem util á sociedade, prestadio ao Estado e membro digno de uma republica se entrega a um ocio pio, a carolices e hypocrisias, e quasi sempre ao terrivel fanatismo? Orará, finalmente, em tempo opportuno todo o homem que em lugar de entregar suas forças para dar inteira conta de si naquelle estado em que o collocou a providencia na sociedade civil e na igreja, gasta o tempo que lhe é destinado para seus devêres em peregrinações, romagens, visitas a altares privilegiados, a festejos de santos e outras cousas que vulgarmente se tem por aquella oração que nos é prescrevida pelo Divino Mestre? Não, meus irmãos, nenhum destes ora em tempo opportuno; nenhum delles é justo e de nenhum esta chamada oração é aceita do Deus Eterno nem favorecida do seu filho Jesus Christo”.

Quanto ao outro sermão conhecido, pregou-o Frei Canece a 8 de dezembro de 1823 na matriz do Corpo Santo, na solenidade mandada celebrar pelo senado da cidade, pela coroação do Imperadôr.

Ha uma parte religiosa á Conceição de Maria e outra politica. Nesta o pregadôr desenvolveu a incúria de Portugal pelo Brasil que tanto o enriqueceu e rejubila-se com a Independência.

O republicano de 1817 mostra-se cegamente confiado na monarchia constitucional.

Os periodos que vão sêr lidos justificariam, por si sós, a futura attitude do apóstolo da Confederação do Equadôr:

“O Imperio constitucional ou é uma concepção de uma intelligencia acima da dos mortaes, ou é uma dessas verdades sublimes com que nos costuma presentear o acaso, ou, si nasceu da reflexão, é a obra da razão e o maior esforço do entendimento humano no artigo — politica. Colocado entre

a monarchia e o governo democratico, reúne em si as vantagens de uma e de outra forma e repulsa para longe os males de ambas. Agrilhão o despotismo e estanca os furôres do povo indiscreto e volúvel. O Imperadôr, podendo fazer todo o bem ao seu pôvo, jamais causará mal algum que a constituição, com sabias leis fundamentais e cautelas prudentes tira ao Imperador o meio de afrouxar a brida às suas paixões e exercitar a arbitrariedade... Debaixo deste imperio constitucinal, que abate o despotismo, ruina das ciencias, das artes, dos costumes, da razão, da liberdade, veremos o genio brasileiro apresentar prodigio em todo o genero”.

Mal advinhava o exultante que o exultado, mêses depois, lhe mandaria tirar a vida!

Agora, a peroração, em que se pôde apreciar, a um tempo, a eloquência do pregadôr e o seu grande amôr á pátria:

“Oh! Virgem sacratissima, miraculada, pura, sem mancha de culpa alguma paterna, debaixo deste glorioso predicado, vós sois a defensôra do nosso reino, sede hoje em deante do nosso imperio, para que seja ellé puro de tudo que se oppozer ao bem do nosso povo e á gloria de vosso filho. Alcançai-nos o espirito de sabedoria, e justiça para as nossas coôrtés brasilicas; vida, saude e retidão para o nosso imperadôr e sua imperial familia; bom conselho para seus ministros; valôr para seus cabos; patriotismo iluminado para seus povos, a fim de que seguindo sempre as verêdas da justiça, da verdade e da honra, formemos uma nação tal, qual de Roma dizia Marcial: “Deusa das terras, senhora das gentes, um imperio ao qual nenhum seja igual nem mesmo segundo”.

Frei Caneca tambem foi jornalista e dos mais brilhantes.

Descrente das boas intenções de Pedro I, quando êste dissolveu a constituinte, o famoso carmelita fundou *O Typhis pernambucano*, para mais facilmente doutrinar suas idéas.

Ouçamo-lo no artigo de apresentação:

“Quando a Náo da Pátria se acha combatida, por ventos embravecidos; quando pelo furôr das ondas, ela ora se sobe ás nuvens, ora se submerge nos abismos; quando levada do furôr dos Euripos, feita o ludibrio dos mares, ela ameaça naufragio, e morte; todo o Cidadão é marinheiro; um deve sustentar o temáo, outro por á cara o Astrolabio; ferrar o panno, outro alijar ao mar os fardos, que a sobrecarregão, e afundão, cada hum prestar a deligencia ao seu alcance, e sacrificar-se pelos seus concidadãos em perigo.

“Firme neste principio, eu levanto a voz do fundo da minha pequenez, e te falo ó Pernambuco, Patria da Liberdade, Azilo da Honra, e Alcasar da Virtude. Em ti florescerão os Vieiras, os Negreiros, os Camarões e os Dias, que fiserão remir a Olanda, e derão espanto ao Mundo universo; tu me deste o berso, tu ateaste no meu corasão a chama Celeste da Liberdade, contigo eu descerei aos abismos da perdisão, e deserra ou apar da tua gloria voarei á Eternidade.

“Acorda, pois ó Pernambuco, do letargo em que jazes: atenta os leus verdadeiros intereses, vê o perigo: olha o medonho nevoeiro, que se levanta do Sul, e que se vai desfechar em desastrosa tempestade; amaina os traquetes, põem-te á capa; barlaventeia das intrigas, segue o rumo da União, que

Os Cabos passaraz mais tormentozos
Sem que as crespas correntes te atropelem
Ao Pólo chegarás, aonde brilha
A Luz da eterna Fama.

“Chama aos teos lares a Deusa da Concordia, asoitada pelos lategos da fofa Ambisção, do Interesse sordido, e da Ignorancia. O teu Typhis te apontará as Cycladas, os Bosphoros, as Sirtes, te notará os perigos até onde se estender o Horizonte da sua vista; ele sobirá ao mais elevado topo da tua gavea sem mudar a cor do rôsto. Rompamos por entre os maiores perigos, demandemos o Norte da — **Independencia ou Morte** — temos hum seguro Santelmo — **Immortal Pedro I** — com os olhos fitos n’Ele, sustentemo-nos na borrasca, que nos luzirá a Bonansa rizonha; trabalhemos com sofrimento e coragem:

Não se nutre a Virtude do descanso;
A’rduas emprezas, rispidoz trabalhos
Em nobre corasão de inmortal gloria
Accendem claro lume”.

O Typhis começou, como vimos, por um grito de alerta, até transformar-se em clava contra a politica do Imperadôr:

“Homem ousado e intelligente — conceito de Alfredo de Carvalho — decidido e entusiasta, imbuido das ideas liberaes espalhadas no Ocidente pelos enciclopedistas francêses, elle adragava os principios que abraçara com a energia inquebrantavel que lhe valem ser considerado o mais sincero republicano de seu tempo e a mais nitida encarnação do es-

pirito revolucionario do começo do século passado do Brasil. Ao aproximar-se o momento critico e ser lançado o cartel da revolta, a sua actividade reerudescceu; cada numero de seu periodico equivalia a uma investida victoriosa dos republicanos aos arraiaes monarchicos; aos golpes do seus argumentos, coordenados com logica e enunciados com precisão, ruíam os sophismas imperiaes, e exalsado na sonoridade bellicosa da sua phrase ardente o ideal democratico ganhava de dia a dia novos sectarios". (6)

O Typhis, cuja coleção única conhecida é a existente no Insituto arqueológico, por sinal que com emendas a tinta na margem, o que me faz suspeitar ter pertencido ao próprio Frei Caneca, tinha o seguinte refrão, com que conclufa cada número:

"Cautela, união, valor constante"
Andar assim é bom andar".

Frei Caneca empenhou-se em algumas polémicas, das quais a mais ruidosa, foi com José Fernandes Gama.

Era descomedido na repulsa. Usava de linguagem causticante.

Logo no primeiro artigo, retrucava:

"Que desavergonhamento!

Que desaforada mentira! Mentis cara suja!"

Outro exemplo:

"Tu sabes como se fazem os males todos e os praticas. Mas que se pode esperar do infame traductor da arte amatória? do infame corruptor da mocidade e que lhe fôra confiada? daquelle que sendo mestre de gramatica nas Alagoas, foi por sua irreligião accusado ao Santo Officio?"

Mais outro exemplo:

"Arrebenta demonio incubo e sucubo; vai-te para as areias gordas, deixa-nos em paz; não tens ahi, nessa ilha das Cobras uma cascavel, uma Naja, uma Cherssea, que te faça acabar estes tempestuosos dias? Nisto nada perde o genero e muito ganha a sociedade".

Esta, a apreciação de Alfredo de Carvalho sôbre tal face do carmelita:

"Polimista arguto, o frade revolucionario destruía sem esforço as capciosas razões rebuscadas pela cortezania em

6 — Alfredo de Carvalho — "Anais da Imprensa periodica de pernambucana".

justificação ás arbitrariedades do monarcha, que a sua analyse impecavel patenteava em toda a rispidez do despotismo". (7)

Publicou ainda Frei Caneca as "Cartas de Pitia a Damão". Dez cartas em que estuda fatos históricos e sociais de Pernambuco com absoluta imparcialidade. São, talvez, os seus melhores trabalhos.

Interessante a isenção com que o frade carmelita tratava outros clérigos, assim regulares como seculares.

A primeira carta é uma critica irreverente ao Cabido de Olinda. A oitava comenta a expulsão dos frades marianos, de um convento de Olinda. E comenta-a com louvôres, portanto, com sacrificio ao espirito de classe. Num dos periodos elle exalta a ação dos jesuitas, dos carmelitas e dos beneditinos, com a catequese. E pergunta:

"E destes marianos, o que se encontram são argumentos de ociosidade, desfructação e ingratição!" A última carta é uma apologia á Maçonaria, a respeito da qual avança o frade: "pode-se dizer que os estatutos maçonicos são extractos do Evangelho". E acrescenta: "Esta sociedade, pois se acha aqui estabelecida ha muitos annos, e se tem propagado por toda a Provincia. Tem soffrido uma opposição teimosa da parte dos ignorantes, fanaticos e hypocritas, mormente clérigos tumbeiros e frades exorcismadores de diabos e benzedores de quebranto. O povo conduzido por taes mestres que de puerilidades, incoherencias e monstruosidades não pensam a respeito destes homens? Escitam a maior compaixão ao philosopho e ao homem sensivel".

Finalmente, escreveu ainda Frei Caneca o *Itinerario de Pernambuco para o Ceará*.

No registo de notas diárias é a verdadeira história da última fase da Confederação do Equadôr, com excesso de pormenores e observações segurissimas. (8)

7 — Alfredo de Carvalho — Idem.

8 — A propósito desse *Itinerário* cumprê-me aqui, a bem da verdade histórica fazer uma revelação. Em 1922 fui procurado por um colecionadôr que havia adquirido o original. Queria que eu o autenticasse e lhe desse avaliação venal, para negocia-lo no Sul.

Examinei-o. Vi logo que não podia ser o original porque, tratando-se de cronologia, relatava o arcabuzamento do autôr.

A uniformidade da letra, da tinta e do papel prendeu minha atenção, porque o Instituto possuia caligrafia muito semelhante. Estudei a lêtra e reconheci-a como do general Abreu e Lima.

O POLÍTICO

Conquanto haja Frei Caneca participado da revolução republicana de 1817, para o que estava devidamente preparado como sócio da Academia do Paraizo e por motivo dela tenha sido prêso e remetido para a Baía, (9) foi no movimento de 1824 que a sua figura se agigantou.

“Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825) pertence historicamente á revolução de 1824, da qual foi a victima mais illustre, mas sua participação na de 1817 já dera mostra de quanto elle presava as novas idéas, para as quaes o impelliam desde muito suas preferencias politicas. Foi dos

Era uma cópia do **Itinerário** feita por Abreu e Lima, com o acréscimo dos fatos que se succederam ao processo, inclusive o arcabuzamento de Frei Caneca.

Recuzei, portanto, autenticidade da maneira por que foi pedida.

Tempo depois li, em telegrama de São Paulo, que esse **Itinerário**, vendido ou ofertado pelo colecionadôr, fôra recolhido a uma instituição histórica dalli como original escrito por Frei Caneca...

9 — “Tinham dado muito nas vistas a adesão e comprometimento de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, e tinham-lhe sêde os realistas: foi preso e embarcado para as prisões da capital da provincia da Baía. Antes de embarcar, ataram-lhe ao pescoço uma grossa corda de ferro. Com a cabeça descoberta, ele e mais tres, e estes tres amarrados os braços com cordas, precediam a marcha dos demais, que em filas caminhavam, rodeados de forte destacamento da tropa na populosa cidade do Recife. A musica militar os acompanhava, afim de convidar com o seu som todas as classes da povoação a serem testemunhas da lugubre procissão. Depois de correrem assim as principais ruas, chegaram ao brigue “Mercurio”, destinado para transporta-los: foram todos encerrados no fundo do porão; grilhões aos pés substituíam os laços de cordas nos braços dos tres que os traziam; uma gargalheira atando estreitamente o pescoço de todos os presos, com as duas pontas cravadas no pavimento, obrigava a todos a permanecerem deitados, sem outro leito fora das alcatreadas taboas do mesmo porão. Tres sentinelas armadas de baioneta e chibata, velavam continuamente, proibindo não só a comunicação da palavra, com o desafogo dos gemidos. A sede aumentada pela qualidade do alimento salgado, unico subministrado, não podia ser saciada, senão por uma só medida d'agua em todo o dia. Como se aquellas tres sentinelas não bastassem para a rígorosa vigilancia, de hora em hora vinha um inspetor, que diligente examinava si os ferros tinham sido limados. O sono, refrigerio dos aflitos, era de tal modo despertado por aquelles deshumanos algozes”. — A. J. de Melo, Op. cit.

combatentes de 1817 da hora do periglio, não da hora da esperança, e sua coragem nunca se desmentiu". (10)

Anistiado em 1821, Frei Caneca chegou ao Recife encontrando a terra natal ainda sob o guante de Luis do Rêgo, que tão barbaramente castigara os republicanos. Os seus companheiros de cárcere estavam comprometidos para nova revolução. Parece que o ardoroso carmelita esteve alheio ao movimento de que resultou a expulsão do déspota.

A pesar de A. J. de Melo dizêr que "continuou a tomar parte, quanto lhe permittiram decentemente o seu estado e occupações, nos negocios e vicissitudes politicas da provincia de Pernambuco, sempre com honra e intrepidez", o seu nome não figura nem na relação dos que Luis do Rêgo deportou para Lisbôa por motivo da tentativa de morte do capitão general, nem na dos revolucionários de Goiana, vitoriosos a 26 de outubro de 1821, com a expulsão do mesmo Luis do Rego e a eleição duma junta governativa de que saiu presidente Gervásio Pires Ferreira. Fato é que esta junta logo o nomeou professor de geometria.

Proclamada a Independência do Brasil, o que para Pernambuco não foi mais do que uma confirmação do que os pernambucanos já haviam feito no ano anterior, surge no púlpito o famoso carmelita, com a oração apologética ao nosso primeiro imperadôr.

Tudo ia bem, até que se deu a dissolução da constituinte.

Com a chegada dos deputados pernambucanos e a publicação do manifesto dêstes, a junta que governava a Provincia renunciou, alegando que não tinha fôrça moral para mantêr a ordem. Dessa junta fazia parte Francisco Pais Barrêto. Reuniu-se o colégio eleitoral, aceitou a renúncia e elegeu Manoel de Carvalho Pais de Andrade presidente da Provincia, dando de tudo conhecimento á côrte e pedindo a aprovação do Imperadôr.

Pedro I, porém, considerando que a nomeação do Presidente das Provincias era attribuição sua, não concordou com o que se fizera em Pernambuco e nomeou Francisco Pais Barrêto.

Manoel de Carvalho reuniu o Consêlho para consultar sôbre a posse a sêr dada ao presidente nomeado. Foi pedido

o parecer de Frei Caneca, que era a maior illustração do tempo.

Com uma dissertação politica em que refulge a integridade do seu caráter e de que ressaltam seus grandes conhecimentos, estribado em lógica de ferro, Frei Caneca foi de parecer que não se desse posse ao novo Presidente. Com Frei Caneca votaram todos.

Era o comêço da luta.

Pais Barrêto, o maior influente político da Provincia, reúne gente e, transpondo as fronteiras desta, aquartela em território alagoano, com o apoio do respectivo govêrno e as simpatias dos portuguezes.

Manoel de Carvalho manda fôrças em perseguição mas estas não ousam transpôr o Persinunga, divisôr das duas Provincias.

E' novamente reunido o Consêlho para estudar o caso. Pede-se o parecer de Frei Caneca.

Este apresenta outra dissertação nos têrmos da primeira e, após uma sequênça de argumentos irrespondiveis, conclue:

“E' por todas estas razões que o meu voto é que já se invada o território das Alagôas, não só para prender o morgado e seus satelites mas tambem para destronar aquele governo rebelde, e fazer que os povos daquela Provincia elejam outro que seja amante e defensor da independencia do imperio e sua constitucionalidade; que acabe com as desgraças que assolam aquella Provincia, e estabeleça a ordem e tranquillidade publica, para o que nos chama não só a humanidade e fraternidade, mas tambem o exemplo, que nos oferecem as sagradas paginas, no interesse que tomaram todas as Tribus de Jacob pela afronta feita ao Levita, reunindo-se todos á extinção da Tribu de Benjamin, donde saíram os autores do atentado, sem que jamais possamos por isso incorrer em crime de injustos agressores. Bem sei que nesta lida nos propomos a combater com individuos da mesma nação, que falam a mêmua lingua, professam o mesmo culto á divindade, e que estão enlaçados conôscos em parentesco e outras relações; mas são estes os mesmos que tem formado malefica conspiração, que nos pode engulir a todos; são estes mesmos que se declaram parricidas, proclamando a união a Portugal; e são estes mesmos que nenhuma atenção tem dado á sua reputação, aos sentimentos honrosos pela patria e em nenhum preço têm tido os mesmos parentescos e

enlaces sanguineos conosco; e é a mais destemperada das imprudências querermos zelar aqueles bens, que desprezam os mesmos proprietários, muito principalmente quando mal entendida doçura e clemencia ha de sem duvida revertêr em nosso dano; mormente quando nos lembramos, que si Roma se tivesse lembrado da dignidade de Lentelo, da nobreza de Catilina, da mocidade de Cotejo, e de outras qualidades que distinguíam a maior parte dos conjurados contra a patria, o ferro e o fogo a teriam reduzido a um montão de cadaveres e de ruínas”.

Dissolvida a constituinte, o Imperadôr organizou um projeto de Constituição e ordenou, por decreto, que todas as camaras municipais o jurassem.

A camara do Recife estava propensa a aceitar a imposição de Pedro I, quando as relações dêste estavam cortadas com a politica pernambucana. Antes que ela se rojasse aos pés do Imperadôr, o pòvo a depôs, elegendo outra.

A esta última coube resolvêr o assunto.

Foram convocadas todas as pessoas capazes de discernimento para resolvêr o caso.

Naturalmente Frei Caneca já estava considerado guia espiritual da politica autonomista. O seu voto foi antes uma lição brilhantissima de direito constitucional através da análise que fez do projeto.

Basta transcrevêr, de suas longas considerações, o seguinte período:

“E’ principio conhecido pelas luzes do presente século e até confessado por S. M. que a soberania, isto é, aquêlê poder, sobre o qual não ha outro, reside na nação essencialmente; e deste principio nasce, como primeira consequencia, que a mesma nação é que se constitue, isto é, quem escolhe a forma do governo, quem distribue esta suma autoridade nas partes, que bem lhe parece, e com as relações que julga mais adequadas ao seu aumento, segurança da sua liberdade politica e sua felicidade; logo é sem questão, que a mesma nação, ou pessoa de sua comissão é quem deve esboçar a sua constituição, purifica-la das suas imperfeições e afinal estatui-la; portanto como S. M. não é nação, não tem soberania, nem comissão da nação brasileira para arranjar esboços de constituição, e apresenta-los não vem este projeto de fonte legitima e por isto se deve regeitar por **excepção de incompetencia**. Muito principalmente quando vemos que estava a representação nacional usando da sua soberania

em constituir a nação e S. M. pelo mais extraordinario despotismo e de uma maneira a mais hostil dissolveu a soberana assembléa e se arrogou o direito de projetar constituições”.

“E’ por todas estas razões que eu sou de voto que se não adote e muito menos jure o projeto de que se trata, por ser inteiramente mau, pois não garante a independencia do Brasil, ameaça a sua integridade, oprime a liberdade dos povos, acata a soberania da nação, e nos arrasta ao maior dos crimes, contra a divindade, qual o perjuro e nos é apresentado da maneira mais coativa e tiranica”.

E a Camara, orientada por Frei Caneca, não jurou nem sequer recebeu o projeto da constituição:

Estava lançada a sorte. Foi depois desses fatos de pura rebeldia que Frei Caneca resolveu fundar o seu jornal para propagar suas idéas, doutrinar o pôvo e guia-lo na defêsa dos seus direitos.

A idéa republicana dominava os espiritos. Mas o bloqueio não permitia expansões.

Com a retirada da divisão naval para o Rio de Janeiro, Manoel de Carvalho que tinha como principais conselheiros a Frei Caneca, João Soares Lisboa e Natividade Saldanha, proclamou a confederação do Equadôr a 2 de julho de 1824.

Foi nesse periodo que o carmelita brilhou pela defêsa dos principios republicanos em o jornal que havia lançado.

“O diretor do **Tifis pernambucano** — escreve Ulisses Brandão — o sábio Frei Caneca era a mais eminente figura do jornalismo do norte do país, tendo mais talento e illustração do que Manoel de Carvalho. Era, entretanto, o seu reflexo mais brilhante, pela sua alma de escol, pela energia da vontade posta ao serviço de causas nobres e alevantadas e o seu complemento porque enquanto um era o propagandista inflamado, o tipo de precursor pela paixão ardente no apostolado das idéas, o outro era o homem de ação, prudente, calmo e enérgico”. (11)

Conhecida, na Côrte, a nova attitude de Pernambuco, o Imperadôr tomou medidas enérgicas, com o envio de tropas de terra e mar.

E, mau grado o entusiasmo dos pernambucanos e a pesar das providencias de segurança tomadas, o cêrco do Recife começou a apertar-se.

Carvalho, espirito arguto, conhecendo a ambição e rivalidade de Cockrane, que comandava o bloqueio, abriu com êste negociações mediante paga compensadôra, para o caso de necessidade de salvação de vidas.

Quando as fôrças de terra, comandadas por Lima e Silva, se aproximavam do Recife, o chefe da Confederação, insulado no engenho em que estava, sem podêr juntar-se ao estado-maior do exercito revolucionário, entendeu chegado o momento de pôr em prática o que ajustara com o almirante mercenário.

Desolado, sem tão grande amôr á vida, combalido pelo duro golpe duplo — a entrada dos legalistas no Recife e a fuga do Presidente da Confederação — Frei Caneca alcançou o grôssô das tropas revolucionarias para entregar-se á sorte destas.

Olinda, que era a capital de direito, ainda não estava dominada. E o exercito revolucionário, então acampado, nas imediações dos Guararapes, resolveu marchar para Olinda, onde ofereceria resistência.

Ao aproximar-se do Recife, decidiu-se, contra a vontade do comandante, a dar combate aos legalistas já senhores da cidade. Foi derrotado, chegando a Olinda de moral abatida.

Lima e Silva mandou um ultimatum ao Senado da Camara de Olinda. Era inútil a resistência e o Senado aceitou as condições.

Outra, porém, a situação do exercito. Alguns cabeças preferiram fugir á morte certa que os esperava. A maioria decidiu marchar para o norte, a fim de juntar-se aos companheiros do Ceará — Provincia que tão decididamente entrara para a Confederação do Equadôr.

Frei Caneca estava com os últimos.

Quem tiver interesse em conhecer em seus pormenores o que foi a agonia do malogrado movimento de 1824, leia o Itinerário a que já me referi. Nêle registou Frei Caneca, dia a dia, o que foi a penosa marcha dum exercito derrotado e perseguido, através do sertão, por vielas desconhecidas, até o cêrco definitivo em que têve de capitular, confiando em promessas que nunca foram cumpridas.

O SUPLÍCIO DE FREI CANECA

Os fugitivos pernambucanos estavam a 29 de novembro na fazenda Juiz, em território cearense, quando os cerca-

ram os legalistas comandados também pelo pernambucano major Lamenha Lins.

Trava-se o combate. Os legalistas arvoram bandeira branca e mandam um parlamentar com um officio em que os concitam á deposição das armas com a promessa de serem tratados como irmãos e amigos e de encontrarem no imperador um pai que os receberia com clemência.

Reune-se o conselho de officiaes. E' aceita a capitulação, nos termos da promessa.

Regressam todos ao Recife.

Com os prisioneiros viéra também Frei Caneca, que era o idolo do povo. Recusára a fuga em viagem, fuga de que outros, mais ou menos culpados, se haviam aproveitado.

Qual o seu crime? Têr pregado a liberdade pela imprensa; têr sonhado a república para sua terra. A pena não deveria de sêr tão forte como se dizia. Conhecia bastante a lei para defendêr-se.

Chegando ao Recife, escoltado, e conduzido á casa do comandante geral dos legalistas êste não quis, ao menos, vê-lo. Mandou-o para a cadeia, para o "cubiculo das cabeças", de três palmos de comprimento por seis de largura, pavimento alagado de alcatrão, tão escuro que nenhum prêsso mesmo aconchegado, avistava o companheiro, cujo contacto sentia. Era aí que se guardavam os crâneos dos enforcados.

A 20 de dezembro foi iniciado o processo, sendo interrogado pelo Conde de Escagnole. Depuseram oito testemunhas, as quais, em relação a Frei Caneca, tratavam apenas de suas idéas liberaes pregadas pel'O Tifis. Vem a defêsa escrita de Frei Caneca e a 23 a sentença de morte (12). Durou, assim três dias o processo.

12 — Mostra-se, pelo que diz respeito ao réo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, que, tendo-se notado uma pronunciavel divergencia nesta provincia, tendente a faze-la desmembrar da geral associação do imperio brasileiro e eximi-la da obediencia devida a S. M. I., que por voto unanime da nação reconhecida foi aclamado chefe representativo e defensor perpetuo da mesma nação, figurava o réo nesta facção demagogica como o mais empenhado colaborador daquele projeto desorganizador e que mais adão pareceu aos interesses do partido revolucionario, não deixando de lhe dar o maior impulso em todas as occasiões em que se pretendeu dirigir o espirito da provincia; porquanto mostra-se pelo documento a fl. 20 v. que emitira o seu voto em grande conselho para que se não desse cumprimento á carta imperial de nomeação de Francisco Pais Barreto para presidente da pro-

A 10 de Janeiro foi conduzido perante a comissão militar para ouvir lèr a sentença de morte.

“O grande cidadão — dizia Antonio Joaquim de Melo seu contemporaneo e amigo — a ouvir sem a menor perturbação, mais interrompendo a leitura com fazer observar aos circunstantes a falsidade de algumas aleivosas razões, que nela se apontam como causal e fundamento da execravel condemnação, foi imediatamente metido no oratorio”.

víncia; cuja opposição ás ordens de S. M. I. igualmente sustentou para se dar posse ao terceiro nome do José Carlos Mairink, conforme depõe a testemunha a fl. 21, mostra-se mais contra o réo que tratando-se de consultar o voto dos povos sobre a acceitação do projeto de constituição oferecido á nação por S. M. I., não se contentou o réo de dar o seu voto negativo, mas antes tomou a tarefa de analisar com a maior cerimonia, descrevendo-o com as mais negras côres e fazendo-o aparecer como a obra do despotismo e da tirania, dizendo a fl. 28 que o projeto degradava da sociedade de um povo livre e brioso para um valongo de escravos e curral de bestas de carga; a fl. 26 acrescenta que S. M. I. tem dado fortes indícios de estar de accordo de unir outra vez o Brasil a Portugal, já pela dissolução arbitraria e despotica da soberana assembléa e proibição da outra que havia prometido, já por não querer solenisar o dia do anniversario da sua instalação o que aliás fez no dia dos anos do rei de Portugal, indo depois á ilha das Enxadas, onde se achavam as tropas de Portugal, vindas de Montevidéo, e estando ali arvorada a bandeira portugêsa; o que sendo expellido pelo réo, que gosava grande influencia entre os povos, não podia deixar de infundir-lhes desconfiança, como efetivamente aconteceu; e dahí a dissidencia das opiniões, acêrca da adopção do mesmo projeto, que afinal produziu o choque dos partidos e aparecimento da guerra civil, que tanto sangue e sacrificios tem custado á nação, com risco de perder a sua independencia politica, ainda não consolidada. Mostra-se mais, contra o réo, o que ele mesmo confessa em suas respostas e se prova de doc. a fl. 88, que diretamente cooperou para que se derramasse a execravel medida de se atacar com guerra defensiva a Provincia das Alagoas por se haver conservado fiel a S. M. e haver acolhido e auxiliado a força cooperadora da boa ordem, sendo o que muito contribuiu. Mostra-se mais, contra este réo, o que ele publicou no periodico “Typhis” desde a fl. 44 usque 74, a cuja incendiaria doutrina se refere em suas respostas, quando nele não se observam senão principios desorganizadores da integridade do imperio, e as mais perigosas ideas tendentes a provocar os povos e desobedecer ao governo de S. M. I. procurando faz-lo odioso com attribuir-lhe maquiavelica intenção de plantar o sistema absoluto, e sujeitar o Brasil a Portugal; e apresentando em horroroso quadro o estado de todas as provincias, com o que se espalhou o alarma pela da parte do norte, que se fez estremecer, á vista de que lhes fazia acreditar estarem todas as outras provincias a sacudir o laço da união na-

Falava-se que ia ser dirigida uma súplica em seu favor e havia esperanças na clemência de d. Pêdro.

Desde que se iniciou o processo, Domingos da Silva Rabêlo, o velho Caneca, genitôr do patriota, trazia iluminado o oratório, de sua casa, em Fôra de Portas, e rogava aos santos de sua devoção poupassem a vida do filho (13).

Foram-se os dias passando.

A 12 de janeiro, o cabido de Olinda de cruz alçada e as irmandades do Recife passam pelas ruas da cidade em direção ao palácio da presidência localizado no antigo colégio dos jesuitas. (14).

Havia, por certo, alguma novidade. Alvorçou-se o pôvo.

cional; isto causou o desvairamento de uma delas, a ponto de arvorar o estandarte da insurreição, levando-se pela sedutora idéa da projetada confederação do Equadôr, que conquanto pretenda o réo explica-la por uma justa e legítima coligação das províncias do norte para pôrem carreira á invasão dos portugêses, conforme diz em sua defesa a fl. 75, vê-se claramente que é relativa ao sistema republicano proclamado a fl. 99 e 94 pelo falso presidente Manoel de Carvalho, de quem se ha provado que o réo era particular amigo e conselheiro. E depondo ultimamente contra o réo o ter-se incorporado e marchado com a tropa rebelada, até o ponto de sêr preso pela força expedicionaria do centro; e não lhe podendo aproveitar os documentos juntos á sua defêsa, por isso que não justificam a sua conduta subsequente: ponderadas as provas do processo, votaram concordemente os da comissão que o réo estava compreendido no parag. 5, da ord. liv. 5 it. 6 e por isto incurso na pena de morte natural estabelecida no parag. 9; em a qual simplesmente o condenam sendo primeiro ezautorado das ordens e honras eclesiasticas; e esta sentença mandam se execute como nela se contem. Recife em comissão militar no palacio do governo, em 23 de Dezembro de 1824. **Tomaz Xavier Garcia de Almeida**, juiz relator. **Franciscisco de Lima e Silva**, brigadeiro presidente. **Salvador José Maciel**, coronel de engenheiros. **Manoel Antonio Leitão Bandeira**, coronel graduado. **Conde de Escragnole**, coronel interrogante. **Francisco Vicente de Souto Maior**, tenente coronel.

13 — Fôra de Portas era chamada toda região do istmo extra-muros, isto é, do Arco do Bom Jesus, que era porta da cidade, para o norte. A sua residencia, foi recentemente reedificada pela firma Pessoa Maranhão & Cia. na rua de São Jorge, e tem hoje uma placa comemorativa.

14 — O colégio dos jesuitas do Recife estava situado na hoje praça Dezesete, onde por muito tempo funcionou a Faculdade de Direito. Foi demolido para a construção do Grande Hotel.

Logo se soube que o cabido fôra pedir ao brigadeiro Lima e Silva, então chefe eventual do govêrno, suspendesse a execução de Frei Caneca até que viesse resposta de uma súplica que ia ser dirigida ao Imperadôr, mas o vencedôr recusara atendêr ás autoridades religiosas e o frade patriota seria trucidado na manhã seguinte. (15).

Frei Caneca têve ciencia dessa ultima tentativa e do resultado negativo. Não se alterou, como não se alterara ao ouvir lêr a inesperada sentença de morte.

Recolhido ao oratório, fez seu exame de consciência, pensou na vida eterna, lembrou-se de algumas das suas afilhadas que iriam ficar no mundo sem arrimo (16), recordou algum desvio de sua vida de monje, ergueu ainda o pensamento á pátria e pegando, pela última vez, da pena, escreveu o canto do cisne que vem perdurando na memória de todos, através de tantas gerações:

“Entre Marília e a pátria
Coloquei meu coração,
A pátria roubo-m'o todo,
Marília que chore em vão.”

Como de praxe, quando mais precisava de estar em recolhimento de espirito para aproveitar os curtos momentos, que, de vida, lhe faltavam, é surpreendido com a presença de alguns religiosos franciscanos e capuchinhos, para instruirem-no relativamente á vida eterna.

Frei Caneca responde-lhes altiva e delicadamente que não precisa de instruções sôbre a sua religião (17). Ia

15 — “No mêsmo dia o cabido, sede vacante, paramentado e de cruz alçada e os religiosos de todas as ordens da cidade, incorporados todos se dirigiram melancólicos e aterrados á comissão militar em Palacio para rogar-lhe que sobrestivesse na execução da sentença até a resposta de uma suplica que passavam a dirigir ao imperadôr. Não foram admitidos á presença e mandou a comissão militar despedir a todos da porta da rua do palacio por Salvador José Maciel, arguindo asperamente este ao cabido e religiosos por se atreverem a obrar de semelhante maneira que davam mostras de uma nova fôrma de rebelião” — A. J. de Mélo — Op. cit.

16 — A. J. de Mélo reproduz, em sua obra citada, tres cartas que Frei Caneca escreveu da prisão respectivamente ás suas afilhadas Carlotas, Joaninha e Aninha, nas quais são tratadas como filhas, com abundancia de afeto.

17 — A. J. de Melo, Op. cit.

confessar-se, o que fez, com o seu superior, o provincial Frei Carlos de São José.

E cêdo dormiu, como se não fôra o último sono da vida.

Os que madrugaram no dia 13 viram que as ruas principais estavam tomadas por tropas. Havia receios de tumulto. (18).

De todos os lados afluía gente para a Campina do Taborda (19) onde se encontrava erguida a fôrça.

Já o sol estava alto e Frei Caneca ainda dormia. Teria sido o sono mais longo e mais calmo da sua vida.

Frei Carlos entrou e chamou-o. Não deu acôrdo de si. Foi preciso que o superior dos carmelitas o abalasse. (20).

Quando abriu os olhos, Frei Carlos o advertiu de que eram horas de marchar para o suplicio.

Já em frente á cadeia (21) estava postada a fôrça que havia de escolta-lo; com ela, o pessoal da justiça e a irmandade da Santa Casa. Faltava apenas o juiz da execução.

Houve pequena demora. Soube-se que o juiz não compareceria. (22).

Frei Caneca viu aquêlê espetáculo que lhe não era inédito, deceu calmamente a escadaria de pedras da cadeia e apresentou-se á escolta.

A multidão se apinhava, menos por curiosidade de que por piedade. Uns esbravejavam contra os legalistas, outros choravam convulsivamente.

18 — A. J. de Melo. Op. cit.

19 — Campina do Taborda era toda a extensão ao largo da Fortaleza das Cinco Pontas. O pòvo prefere sempre os nomes antigos. A municipalidade deu-lhe outro nome inadequado que o pòvo nunca pronunciou. Finalmente, por insistência do Instituto arqueológico, foi restaurado o nome das Cinco Pontas.

20 — “Não cessou nunca de discorrer e conversar divertido, como dantes, até quando, dormindo, foi acordado pelo provincial, pondo-lhe a mão e abalando-o, por serem horas de sair para o patíbulo” — A. J. de Melo. Op. cit.

21 — A cadeia estava localizada no prédio, da atual rua do Imperadôr — outrora Cadeia nova — onde hoje funciona a Bibliotheca publica e onde se vê uma placa de bronze em que o Instituto arqueológico lembra á posteridade que dali saiu Frei Caneca para o patíbulo.

22 — O juiz da execução deveria sêr o ouvidôr de Olinda Manoel Paulo de Morais Meyer. Ausentou-se da cidade para lugar ignorado a fim de não receber a intimação do general Lima e Silva para presidir a execução de Frei Caneca.

No Instituto arqueológico existe, em original, uma devassa contra Meyer, por se ter recusado a assistir a morte do réo.

A manhã estava linda. Contam que uma creança, contemplando o firmamento, vira, entre nuvens, linda mulher de manto azul a chorar, como as que estavam na terra.

A nova correu célere.

E' Nossa Senhora do Carmo que também chora. A execução deste inocente clama aos céos!... (23).

Em Fôra de Porias o velho tanoeiro estava ajoelhado, em frente ao seu oratório, com alguns parentes e os visinhos mais íntimos, e só se levantava para olhar o mar, espreitar as bandas da ilha do Pina, a ver se apontaria alguma vela do sul, com o perdão para o filho.

Mal Frei Caneca chega á rua, a multidão se precipita sobre êle, na ancia de recebêr a sua última bênção. A fôrça insula-o e metê-o em quadrado.

Forma-se o cortêjo — lúgubre cortêjo — á frente os irmãos da Santa Casa, com a bandeira da Misericórdia; a seguir o pessoal da justiça; o quadrado com o réo; o pôvo.

Frei Caneca estava sereno e solene, em sua batina castanho-escuro que dentro de poucos minutos despíria para sempre.

O cortêjo marchou lentamente pela rua do Crespo (24), dobrou a praça da Polé (25), enveredou pela rua do Queimado (26), entrou na rua do Livramento, tomou a rua Direita (27) e parou em frente ao páteo do Têrço, á porta

23 — No sermão pregado cem anos depois da morte de Frei Caneca, no local da fôrça, onde se realizava uma missa campal, monsenhor Pereira Alves, então bispo de Natal e hoje de Niterói aludiu ao caso:

"Diz uma lenda que, no suplicio de Frei Caneca se divisoou em pranto, nas nuvens, a imagem de N. S. do Carmo.

Nesta hora histórica parece que vejo novamente, nas nuvens, a Virgem do Carmo, agora risonha, como padroeira do Recife, abençoando estes mêsmos corações que glorificam o mártir de 1824 e aconselhando-os a cumprir o legado dos nossos maiores — a religião dos nossos avós, dos nossos heróis, dos nossos mártires". Rev. Inst. Arc. Vol. XXVI.

24 — Rua do Crêspo era a atual Joaquim Tavôra, de 1870 a 1930 rua 1º de março.

25 — Praça da Polé era a atual praça da Independência. Por esse tempo haviam-lhe impôsto o nome da Praça da União, mas o pôvo, por muitos anos, até nossos dias, a chamava da Polé ou simplesmente Pracinha.

26 — Rua do Queimado era a atual Duque de Caxias, ainda hoje por muitos nomeada com o primitivo nome, originário de um incêndio — cousa rara! — no seculo XVII.

27 — Hoje Marcilio Dias.

principal de cuja igreja estava armado um altar, como em noites de Natal, para a missa do galo.

Durante o percurso do cortêjo o meirinho, badalando uma sinêta para chamar a atenção do povo, dizia em voz soturna:

— Vai executar-se a sentença de morte natural na fôrca, proferida contra o réo Frei Joaquim do Amôr Divino Caneca!

Por onde passava o cortêjo, apreciavam as damas, ás portas ou varandas. Via-se que todas balbuciavam orações e olhavam piedosamente para a vítima e para o céu. Algumas tinham crises de nêrvos.

Parado que foi o cortêjo em frente á igreja do Têrço, a tropa fez semi-circulo com a frente para o templo e alguns padres, paramentados, de sobrepelizes, aproximando-se do réo, trouxeram-no para o altar, onde o paramentaram como se fôsse dizer missa.

Abriram dois missais, um em cada ponta do altar. Leram alguns trêchos do santo livro.

A certo sinal do officiante, um dos padres que estava mais próximo de Caneca aspergiu a casula que o ornava e retirou-a.

Nova leitura dialogada, aspersion, incenso e retirada da estoia. Com igual cerimonia, foram retirados, cada um de per si, o manipulo, o cordão, a alva, o amito e finalmente o hábito carmelita. Frei Caneca ficou em camisa e calça de ganga.

O povo assistia bestializado o espetáculo inédito da única degradação religiosa que houve em Pernambuco.

Maior do que o que se avisinhava era êste suplicio de Frei Caneca. Não perdeu nem a paciencia nem a resignação.

Não estava ainda finda a cerimonia.

Os sacerdotes officiantes circularam o padecente; fizeram sinais na corôa e entregaram o ex-religiôso ao meirinho, que lhe vestiu a alva de algodão dos condenados. (28)

28 — A cerimonia da degradação está descrita com pormenores, por uma testemunha de vista, na Revista n. 41 do Instituto.

Foi autorizada pelo bispo d. José Caetano da Silva Coutinho da Diocese do Rio de Janeiro, visto se acharem vagas as de Olinda e Bafa e ser aquêla a mais próxima de Pernambuco.

D. Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo, n' *O Clero e a Independência*, considera illegal a degradação de Frei Caneca.

A fôrça estava a poucos passos. O cortêjo tomou a mesma organização, marchou pelo pátio do Têrço, entrou na campina do Taborda e contornou a fortaleza das Cinco Pontas, em cujo angulo sul estava plantado o instrumento do martírio. (29).

Fato é que o padre Mororó foi espingardeado no Ceará ao mesmo tempo, pelo mesmo crime, sem têr sofrido a degradação canônica. Também não a sofreram o padre Roma, o vigário Tenório, o padre Pereira justificados em 1817.

29 — Tive a ventura de privar na intimidade do talento polimorfo que foi Carneiro Vilela. Era êle jornalista consumado e redigia o "Correio do Recife" onde iniciava eu minha vida jornalística.

Vilela, também apreciado pintôr, contou-me que, antes da congestão que o inutilizára, pensara em fazêr um quadro histórico do arcabuzamento de Caneca. Estudara bastante o assunto. E repetia-se a localização da fôrça, a posição em que tomaram os soldados que o espingardearam etc. Depois, em conversa com Pereira da Costa, quando já não existia Vilela, recordei o fato. Pereira da Costa disse-me que efetivamente Vilela tinha razão. Ele Costa, quando menino, ainda alcançara os alicerces da fundação em que fincaram a fôrça.

Foi com esses elementos que o Instituto, em 1917, localizou o ponto em que tombou Frei Caneca, e o assinalou com a placa que tem os seguintes dizeres:

"Neste largo foi espingardeado junto á fôrça, por não haver réo que se prestasse a garrotea-lo, o patriota Frei Caneca, republicano de 1817 e a figura mais representativa da Confederação do Equadôr em 1824. Homenagem do Instituto archeológico e geographico pernambucano 2—7—17".

Em 1930, uma emprêsa industrial obtêve do govêrno sêr-lhe cedida a área, na praça pública, em que estava a lápide. Protestei, o Instituto protestou, houve protesto geral, mas o govêrno satisfez os interesses da emprêsa.

Os defensôres dêsse incrível ato do govêrno sofismaram, fazendo crêr que Pereira da Costa, que fôra a nossa maior autoridade de seu tempo em historia local, não concordara com a localização da fôrça, no ponto em que estava a lápide.

Segundo se vê da Revista do Inst. pern. vol. XX, Pereira da Costa fôra o orador oficial da inauguração e de seu discurso, (ps. 82) consta o seguinte periodo:

"Senhores. Foi precisamente neste lugar em que agora estamos reunidos em romaria patriótica que se erguia o patibulo das execuções capitaes por garroteamento, a fôrça, e na qual atado a um dos seus esteios, e de pé sobre a base de alvenaria da qual a prumo se erguia, soffreu o martyrio da morte por arcabuzamento o grande patriota Frei Joaquim do Amor Divinô Caneca, lugar esquecido pelo apagamento dos seus vestigios mas que agora, graças á patriótica iniciativa do Instituto archeologico e geographico pernambucano, o zeladôr das nossas glórias e das

Saindo do quadrado, a vítima subiu desembaraçadamente a escada e sentou-se perto do laço, á espera do seu fim.

Havia um frémito indescritivel na multidão. Arfavam todos os peitos.

Pela última vez, repetiu o meirinho:

— Vai executar-se a sentença de morte natural, na fôrca, proferida contra o réo Frei Joaquim do Amôr Divino Canéca.

Houve silêncio tumular, interrompido, apenas, pelos soluços da assistencia.

Frei Caneca, tendo a seu lado Frei Carlos, olhava placidamente para a multidão.

Nisto, percebe-se rumôr. Ouve-se a queda de um côrpo. Apóstrofes, pancadas.

Eram coronhadas no carrasco, o creôlo Agostinho Vieira que, tambem condemnado á morte por crime comum, se recusava terminantemente a enforcar o patriota, embora a promessa de comutação da pena: — Matem me, — gritava sob os maltratos da soldadésca — mas não cometerei tal deshumanidade!

E' chamado o ajudante do carrasco, outro assassino condemnado á morte. Igual recusa, iguais maltratos.

O responsável pela execução mandou um expresso á cadeia, com ordem de trazer qualquer sentenciado para a cerimonia legal.

Frei Caneca, do alto da escada, olhar sereno para a multidão, aguarda pacientemente o momento extremo.

A assisténcia vê na demora bom prenuncio.

Passam-se horas.

Por fim, regressa o emissário e diz que nenhum condemnado quis prestar-se ao papel de carrasco de Frei Caneca.

Teria influido nessa attitude a noticia de que Nossa Senhora do Carmo fêra, por um inocente, vista em prantos sobre as nuvens.

Havia, porém, recommendações expressas da Côte para não demorar as execuções dos republicanos.

Foi combinado, então, que o arcabuz substituiria o gar-

nossas tradições, fica assignalado como uma lição de civismo com o assentamento de uma lapide commemorativa que agora, no dia do anniversario da proclamação da Confederação do Equadôr, em cujo movimento occupa Frei Caneca um pôsto de destaque, é solennemente inaugurada".

rote. O comandante da escolta escolheu um pelotão, distribuiu-lhe cartuchos e comunicou-lhe que o réo ia sêr espingardeado.

Logo tomba um cõrpo no pelotão. E' o do soldado João da Costa Palma que, em crise de nêrvos, se possuira dos mesmos sentimentos de Agostinho Vieira.

Ao sabêr da nova resolução, Frei Caneca deca a escada e encosta-se ao poste da fôrca. Deixa-se amarrar, auxiliando, com palavras de bondade, o encarregado dêsse mister. Tem o peito voltado para a praça e as costas para o mar. Quer fazer a sua última oração cívica ao pôvo mas Frei Carlos intima-o, brandamente, a calar-se, levando aos lábios o dêdo indicador da mão direita. O patriota obedece.

O pelotão avança e pára a poucos metros de distancia. Sempre sereno, Frei Caneca dispensa a venda.

A' voz de — sentido! — diz, meigamente, para os soldados: — Amigos, peço que não me deixem padecêr por mais tempo... (30)

Silêncio tumular. Peitos ofegantes. Ouve-se apenas, a voz do comando:

— Preparar!

— Apontar!

— Fôgo!

A' primeira descarga, tomba, sem vida, o mártir.

Ali mesmo o escrivão lavra o têrmo que consta dos autos. (31).

Enquanto o escrivão lavrava o têrmo, a tropa dava vivas ao Imperadôr e cantava o hino brasileiro, acompanhado pela música militar.

A multidão afasta-se pouco a pouco, transbordante de ódio ao Imperadôr que queria governar sobre montes de ca,

30 — Rev. Instj. Arc. n. 1.

31 — "Certifico que o rev. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi conduzido ao lugar da fôrca das Cinco Pontas e all, pelas nove horas da manhã padeceu morte natural em cumprimento da sentença da commissão militar de sêr desautorado das Ordens da igreja do Têrço na forma dos sagrados Canones e sendo atado a uma haste da referida fôrca foi fuzilado de ordem do exmo. senhor General e mais membros da dita commissão; visto não poder sêr enforcado pela desobediencia dos carrascos, o que de tudo dou fé, sendo este acto prezidido pelo vereador mais velho do senado desta cidade Doutor Antonio José Alves Ferreira, arvorado em Juiz de fóra. Recife de Pernambuco treze de Janeiro de 1825. O escrivão do crime da Relação Miguel Araujo Posthumo do Nascimento".

dáveres. Não houve, por cautela, demonstrações públicas de reprovação.

Em Fóra de Portas, o velho Domingos, impaciente, continua a olhar para o mar. Velas ardentes circundam o oratório.

Soara-lhe, como mau presságio, o eco longinquo de uma descarga. Teriam festejado com foguêtes o perdão do réo ou esses foguêtes seriam manifestações de alegria dos legalistas pelo enforcamento do seu querido filho?!

Passou horas, nessa dúvida, interrogando a todos os transeúntes.

Quando se certificou da realidade, ficou alucinado pela dôr. Atirou à rua as imagens do seu santuário, quebrou moveis e partiu rápido para o convento do Carmo, a fim de desabafar-se. (32)

O convento estava quasi deserto. A maioria dos frades tinha abandonado o Carmo em busca da residência de suas famílias. Apenas ficaram Frei Bernardo de N. Senhora e o superior Frei Carlos. (33).

Na ocasião em que o velho Domingos chega ao convento, dois calcêtas escoltados depõem, na porta principal da igreja, modesto esquife, com o cõrpo ensanguentado do frade patriota. (34)

O tanoeiro atira-se ao esquife, ainda mais alucinado, para beijar o cadáver do filho.

Nesse momento aparece Frei Carlos e tenta confortá-lo.

— V. Reyra. — exproba o velho dirigindo-se ao futuro bispo do Maranhão — é o culpado de tudo, porque não prendeu o meu filho no seu convento e deixou-o metêr-se em política!... (35)

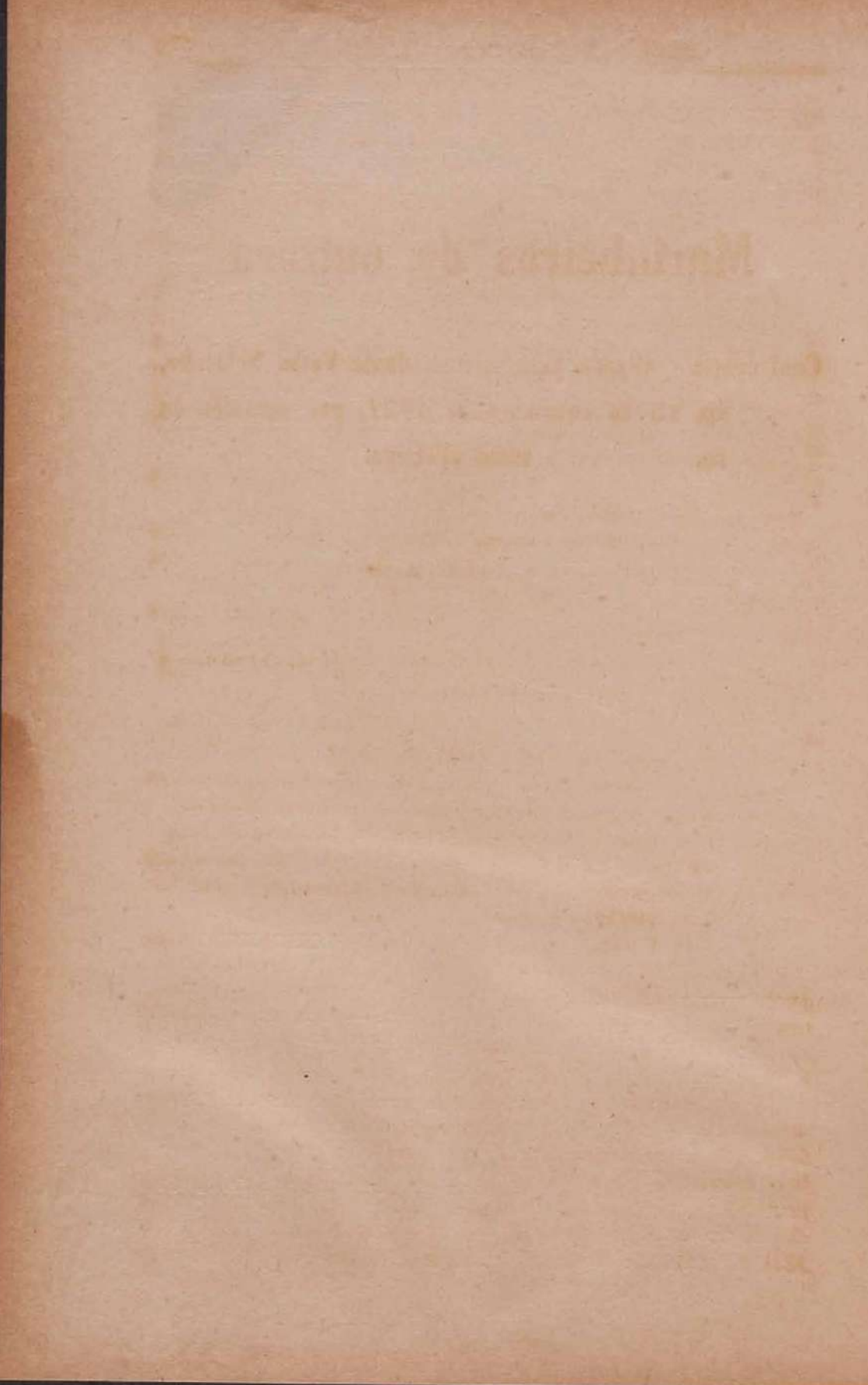
MÁRIO MELO

32 — “Da irmã (de Frei Caneca) ouvi: — escreveu o dr. Vicente Ferrer — que o pai até a hora da execução esperou o perdão para o filho, conservando aberto o oratório povoado de imagens; mas, quando lhe chegou a noticia do fuzilamento, tudo se transformou... e lançou na rua imagens e oratorio... (Rev. Inst. Arc. n. 87).

33 — A. J. de Melo. Op. cit.

34 — “E o cadaver da vítima, deposto, em vil esquife por dois calcetes esfarrapados, largaram-no junto á porta da igreja do seu convento, da parte de fóra estando fechado”. (A. J. de Mello. Op. cit.)

35 — Dr. Vicente Ferrer. Idem.



Marinheiros de outrora

Conferencia realizada pelo Commandante Velho Sobrinho,
em 15 de novembro de 1927, por occasião da
sua pósse como sócio effectivo.

Exmo. Snr. Governador do Estado

Exmas. autoridades federaes e estadoaes

Exmas. Senhoras

Meus Senhores

Illustrados Membros do Instituto Archeologico, Historico e
Geographico Pernambucano

Permitti que, por nimia bondade vossa, venha o ouro fulgurante da minha farda quebrar a austeridade solemne e grave d'este recinto; permitti que as palavras desataviadas do rude marujo que ora vos falla, mais afeito ás bordas do passadiço das náus de guerra que ás da tribuna, echôem neste sagrado ambiente para repetir-vos aquillo que de sóbra sabeis.

Não fôra a vossa captivante fidalguia e, por certo, não me animára eu a transpôr os humbraes, penhorado e reverente, deste tabernáculo da Historia, em que são venerados e cultuados os velhos heroes da raça, despindo embora as minhas profanas sandalias á porta, tão generosamente descerrada. Este amor inveterado, porém, pelo mar, esse contacto constante de 27 annos com o oceano, assistente mudo de suas revôltas e queixumes, rememorando os vultos que sobre elle viveram, luçtaram e morreram, recordando as quilhas e mastros, que dormem o somno eterno na sua eterna profundeza, me alenta, me anima a fallar-vos das marinhas de guerra de Portugal e do Brasil actuando em 1817 e em 1824 na historia gloriosa do vosso glorioso Pernambuco,

berço do advento republicano que hoje se commemóra. Talvez, só por isso, se justifique o meu ingresso nesta casa.

Meus senhores.

No início do seculo XIX assistia Portugal aos açodados aprestos da divisão em que deveria fugir para a colonia a côrte portugueza, ameaçada pelas hostes napoleonicas e irrisoriamente comboiada pela esquadra britanica do almirante Smith, bloquêadora de Lisbôa. O seu desmantelo se evidenciava no esquecimento de elementos essenciaes ao grande cruzeiro, até na propria náu "Principe Real", que arvorava o estandarte, em que deixavam de embarcar a pharmacia, diétas para os dentes, lenhas para as cosinhas, vinte tonéis de aguada, alem de artigos essenciaes á vida marinheira. D'ahi o commentario chistoso do Mestre Francisco Barreto, obrigado como grumete que era então, a beber, por falta de outra, a agua que havia servido para o banho das reaes pessoas, que por signal — acrescentava — "era bem perfumada". Não só a isso se submettêra o marujo, como tambem ás travessuras de D. Pedro que, com 10 annos de idade, se immiscuia nas manóbras de bordo, quando não lia Virgilio á sombra do mastro grande. Indiscretamente contava a vezania luxuriosa de Dona Carlota Joaquina e as caturrices da infeliz desmiolada rainha Dona Maria I, que teimava ainda em desembarcar, já em pleno oceano.

Uma vez chegados á colonia foi despresado, por completo o potencial maritimo, factor da grandesa da nação lusitana. Os navios, usados por longas travessias, apodrecem no ancoradouro e aquelles que algum proveito poderiam ter eram armados para o transporte a Lisbôa das riquezas do paiz. O quadro naval da metropole, quanto ao pessoal, foi grandemente alliviado pela exportação do exagerado numero de officiaes, mais agaloados ainda pela benemerencia real, que distribuia graças assim pelo exito da viagem.

Estabeleceu D. João VI a côrte no Brasil sob os moldes dos mesmos pesados orgãos da metropole. Foram paralyzados quase todos os serviços, pelas despezas fabulosas com o seu fausto e grandesa. O pagamento das pensões aos fidalgos absorvia as dotações dos arsenaes de varias capitánias e, assim, a marinha se dosorganizava materialmente. A lucta estabelecida entre o velho Anadia, titular da sua pasta e o jovem e enfatuado infante D. Carlos, sobrinho da rainha, nomeado almirante general da Armada, mais aggravava a

situação, assim pintada pelo grande e insuspeito historiador português Oliveira Martins: — “Quando D. João VI desembarcou com os seus duzentos milhões de cruzados, com mais de quinze mil servos tanxiados de filhos e cruces, conselheiros, desembargadores, marquezes, condes e commendadores, mosenhores e conegos e Dona Maria Pia — a doida — os Brasileiros, ne pasmo natural diante da farandulagem apparatusa da côrte, embriagaram-se, acreditando-se elevados a grandes alturas. Pouco a pouco foram, porém, vendo quanto valiam esses exploradores da metropole. Os mandarins que sugavam Portugal apenas sabiam devorar também o Brasil. Via-se agora que Portuguezes e Brasileiros eram ambos victimas de uma familia de rôedores dourados e fardados. A nuvem de gafanhotos que, desde o seculo XVII, devorava tudo em Portugal pousava agora no Brasil para em casa o digerir mais a vontade”. De facto, a prepotencia da onda invasôra não tinha limites. Para alojar tanta gente eram as casas tomadas e desde logo assignaladas a giz com as iniciaes P. R. (principe regente); que o povo pintorescamente traduzia “Ponha-se na rua”. A falta de navios arrasou o pessoal ás profissões burocraticas e a marinha de guerra perdia o seu antigo prestigio. Os áulicos comtudo preparavam festivamente a coroação do Rei quando, inopinadamente, surgiu na côrte, em 25 de março de 1817, o governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda, enviado para o Rio de Janeiro, em uma escuna arvorando a bandeira republicana, como dando a D. João VI a certesa do modo de agir dos filhos da colonia naquella parte do reino, já então provincia. O animo do Rei glutão e caricato, combatido pela morte, um anno antes, de Dona Maria, soffria um novo revéz. A altiva provincia se revoltava contra o jugo lusitano, tentando livrar a patria de uma tyrania cada vez mais odiosa, que se tornava insupportavel, diante das offensas jogadas diariamente ás faces dos brasileiros.

Não renégo, meus senhores, o passado, a ascendencia, mas quero accentuar que não é bastante este élo para me afastar do rumo que me tracei. Os sentimentos de homem para homem não são os mesmos que prendem as collectividades. A Historia é humana porém imparcial. Na phrase feliz de Mozart Monteiro — “ella eternisa glorias, não eternisa paixões”. Os povos jovens, como o nosso, precisam procurar na sua propria Historia o incentivo necessario para as suas aspirações e para os seus ideaes de grandesa. O brado de Pernambuco, como o da Bahia, em que Sorór Joanna

Angelica gloriosamente se crucificou na porta do convento do Carmo da Lapa, como os de outros Estados do Brasil revollado, canta aos nossos ouvidos como um clangor de clarim patriótico, a transformar-nos em heróes no momento preciso.

A desmantelada marinha portugueza, na ordem ao apresto urgente, sentia enormes as difficuldades para vencer tão demorada inercia. Os dois navios do conde de Arcos já partiam da Bahia rumo ao Recife, enquanto uma força, sob o commando do marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda, marchava por terra. O sangue de José de Barros Lima — o Leão Corôado — pintava de vermelho a cruz que fulgia no céu azul da bandeira da nascente republica.

Arrastavam-se os preparativos para a sahida da frôta. A má vontade das guarnições mal pagas era resistencia que o almirante Rodrigo José Ferreira Lobo procurava vencer. Assim, sómente a 2 de abril largou do Rio de Janeiro, composta da fragata "Thetis" capitaneando os brigues "Benjamin" e "Aurora", a escuna "Maria Theresa" e mais dez navios transportes carregados de tropa. Chegando ao Recife, assumia o almirante o commando de todas as forças que ahí se achavam, ordenando que alguns navios de pequeno porte cruzassem entre Alagôas e Rio Grande do Norte.

A 25 de abril lançou o seu primeiro manifesto ao povo, que nenhum effeito teve, como o do conde de Arcos assegurando: — "Todo o habitante de Pernambuco que não seguir as bandeiras reaes rapidamente e não marchar junto a ellas será fuzilado. As tropas navaes, ora á vista em bloqueio do porto, têm ordem de arrasar a cidade e passar tudo a espada si immediatamente não fôrem restauradas as leis de S. M. Fidelissima, El-Rei Nosso Senhor. A todos é licito atirar-lhes á espingarda como a bandidos".

Derrotados os patriotas pelas forças de terra, porquanto a esquadra de Rodrigo Lobo ficára no porto como espectadôra, mandaram elles a 17 de maio, a bordo da "Thetis", o desembargador José de Cruz Ferreira para negociar a capitulação, ao que Rodrigo Lobo respondeu: "Eu tenho em meu favor a razão, a lei e a força armada, tanto terrestre como maritima, para poder entrar no Recife com a espada na mão afim de castigar muito á minha vontade a todo e qualquer patriota ou infiel vassalo que são synonymos". Exigia assim a entrega da praça sem condições. Resolveu o governo provisório, em face do quixotesco arrega-

nho, nomear dictador Domingos Theotónio Jorge, que aconselhou aos revolucionarios a retirada para o norte, o que se realizou na noite de 19. Sômente depois disso desembarcaram triumphantemente as forças návaes que, juntando-se ás de terra, cahiram sobre a população do Recife com a ferocidade digna mesmo de um lobo. Tinha elle a cidade como em assédio com peças carregadas pelas embocaduras das ruas, procedendo-se a prisões e sequestros. Eram açoitados nas cadeias os homens de côr, que tinham tomado parte na revolução, sem attender a livres e escravos, estabelecendo o terror e a consternação por toda parte.

A cabeça do padre João Ribeiro, o suicida do engenho Paulista, era levada em triumpho, exhumada pelas forças hebedas de gloria, enquanto tombavam Antonio Henrique Rabello, padre Pedro de Souza Tenorio, Domingos Theotónio Jorge, Domingos José Martins, coronel Amaro Gomes Coutinho e muitos outros, já então a provincia sob o dominio do governador Luiz do Rego Barreto, de execranda memória. Outros patriotas, em numero de 434, eram metidos nos porões de tres navios da frota phantasma e despachados para a Bahia onde chegaram aos repiques dos sinos e ao estrugir de foguetes. Garantio-lhes o pão a piedade das mulheres bahianas, que o imploraram ao governador.

O "Correio Brasiliense" de 27 de julho de 1817 eternizou a façanha do barbaro almirante nas seguintes palavras: — "O commandante da esquadra Rodrigo Lobo achou bella occasião de mostrar o seu character e, entrando em Pernambuco, começou a fazer prisões a torto e a direito, exagerando os seus serviços, que talvez recebam o premio que merecem porque o conde de Arcos, segundo se diz, deu uma carta d'elle para a côrte, que, se fôr attendida, o sujeitará a um conselho de guerra e por isso não digo mais nada". Mas não foi attendida. Rodrigo Lobo foi promovido e condecorado. Não havia morrido, porém, afogado em sangue, o espirito nacional. Um patriota, em caminho para o supplicio, disse aos soldados: — "Vinde executar as ordens do vosso sultão. Eu morro pela liberdade". Era contra essa liberdade que se batia o sanguinario Rodrigo Lobo, chefe que alliava aos instinctos ferozes a incompetencia technica, que o levava a responder ás justas ponderações do commandante da corveta "Maria Theresa", Nuno Manoel de Menezes, de que a artilharia de 14 canhões era por demais pesada ao navio paraprehender uma viagem ao Rio de Janeiro, sobrecarregado como estava de gente:—

“Si tem medo, desembarque”. Ferido em seus bríos, o digno official não retrucou. Fez-se de véla e, da corveta e dos seus tripulantes, nunca mais houve noticias.

E enquanto se embébia em sangue e lagrimas o idéal supremo de uma patria, era na côrte aclamado, ungido e corôado D. João VI Rei de Portugal, Brasil e Algarves. Assim era preciso para que Portugal tomasse parte no Congresso de Vienna.

A 5 de abril de 1818 o governador Luiz do Rego suspendeu a commissão militar pela amnistia de 16 de fevereiro, terminando d’essa fórma os successos da malograda revolução de 17, que — no dizer de Oliveira Lima — foi a unica revolução digna d’esse nome no Brasil colonia.

Apesar do importante papel que tinha a representar a marinha nas pendencias suscitadas no sul, onde as colonias de origem castelhana se levantavam contra a metropole tambem, no seu idéal de independencia, apodreciam as velhas râus e fragatas no porto do Rio de Janeiro. Em empregos burocraticos fervilhavam, sem estimulo, os officiaes. Portugal perdia a sua grandesa no mar. A alma da nacionalidade, que tanto havia rolado pelo oceano, perdia-se por não ter deixado vinculos nas terras por que passára. Que importava, si a Inglaterra tinha navios de sóbra para a protecção ao tutelado?

A conquista de Cayenna, em represalia á França, era um illusorio louro para o Rei que via periclitar o seu poder na Europa.

Oscillava o throno. Teimava, porém, D. João em ficar preso á opulencia e ao fausto dos seus dominios, que procurava estender pela Banda Oriental, detido na arremetida pelo brado de Pernambuco. Os portenhos ambicionavam o antigo vice-reinado. Artigas queria a independencia. O Brasil inteiro anciava pela liberdade. Dona Carlota Joaquina suspirava de saudades pela sua quinta no Ramalhão.

Na côrte, em lojas da rua da Quitanda e rua Direita, nos quartéis, por toda parte, commentava-se a obstinação do rei em não partir. A revolução da cidade do Porto resolveu-o enfim a acceitar o diplomatico convite do senado da Camara e, em 1821, preparou-se a esquadra em que embarcaram todo o material de proveito e o numerario encontrado em todas as thesourarias, que sobrâra ás exigencias de Beresford. Quatro mil pessoas constituíam-lhe o sequito. Pedro I tomou sobre os hombros, a 8 de junho, as responsabilidades do paiz que iria libertar.

O mecanismo corroído da administração implantada nas terras de Santa Cruz foi fortemente abalado por essa transição. As côrtes de Lisboa não se illudiam — ia perder-se a conquista. Começavam os esbulhos das garantias e direitos. Ordenava-se a divisão do Brasil em circumscripções sujeitas a ellas. Silva Lisboa havia quebrado os élos que nos ligavam á metropole com a abertura dos portos. Ouvia-se a voz de José Bonifacio.

A 9 de janeiro de 1822 preparava-se a fragata “União” para restituir á côrte portuguesa o estouvado principe. Levantava-se, porém, o partido da independencia e o indeciso mancebo, ao contrario do que affirmára em seu manifesto — ficou. Fez-se o 7 de setembro. A trova popular resôava pelos quatro cantos da cidade:

Passar de Reino a Colonia
E' desar, é humilhação,
Que jamais consentiria
Brasileiro coração.

Analysando o poder naval do Brasil independente vê-se que, si redusido e quasi imprestavel foi o material que ficou para o seu serviço, retirado o melhor para a ex-metropole, outro tanto não succedeu com relação ao pessoal. Este, constituido nos seus quadros superiores por 98 officiaes que adheriram á independencia, foi ainda reforçado por outros, estrangeiros tambem, contractados na Inglaterra e na França. Preoccupava-se Pedro I com o armamento naval do paiz, certo de que, em breve, se justificaria a sua necessidade. Accrescia a urgência na expulsão dos portuezes aferrados ao littoral brasileiro.

Já em outubro de 22 ordenou José Bonifacio ao nosso agente em Londres Marechal Caldeira Brant que contractasse marinheiros e officiaes e fizesse aquisição de munições de guerra, cabos, lona, mantimentos e varios outros artigos para supprimentos á esquadra.

O patriotismo naquella época não se resumia na exhibição dos ramos do caféeiro — symbolo da nacionalidade que surgia — ataviados com as côres verde e amarella. Ia ao sacrificio, sacrificio que era a abnegação dos patriotas offerecendo-se para os concertos gratuitos dos navios, das senhoras fluminenses levando as suas joias á excelsa princesa, que tanto amou esta terra, para o producto da sua venda

ser applicado á reconstituição da frota, que resurgia, como a Phenix, dos proprios escômbros.

A lord Alexandre Forster Cochrane coube o seu commando em chefe.

Amanhada assim a esquadra, foi iniciada a expulsão das tropas portuguezas.

Raros filhos do paiz, comtudo, lograram ter logar na marinha de guerra. Para a nobreza foram elles reservados, emquanto a politica, ainda accentuadamente lusitana, procurava desgostar a unica força de cohesão — a marinha. Entretanto, ella foi e será sempre o indice registrador da energia de uma nação. Por ella se avaliará a sua capacidade progressiva. O Marquez de Pombal contribuiu para a decadencia da sua patria por desconhecer esse conceito.

Mal expulsos os portuguezes, começaram as dissensões provocadas pela ambição de predominio e, ainda mais, pela ascendencia politica tomada pelos adhesistas, a que não era alheio o proprio imperador, que se esquecia assim, pelo interesse pessoal, das palavras da sua proclamação em que se referia aos Pernambucanos: — “Recordae-vos Pernambucanos das fogueiras do Bonito e das scenas do Recife”.

No govorno d’este Estado se achava o ex-intendente de marinha Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que estava em franca opposição ás ordens emanadas da côrte, prevenido, como a maioria dos habitantes, de que o imperador, dissolvendo a constituinte e deportando os Andradas e outros illustres brasileiros, não mais fazia do que restabelecer a união com Portugal.

Pedro I precipitava o paiz em torvelinho anarchico e revolucionario, renegando tudo o que havia feito. Realizava-se a profecia de José Bonifacio.

Os eleitores em Pernambuco, tendo escolhido Paes de Andrade para o seu governo, por occasião da renuncia do morgado do Cabo Francisco Paes Barreto, endereçaram ao imperador uma representação pedindo fôsse rectificada a sua escolha. O morgado, entretanto, recebia a esse tempo a nomeação de presidente da provincia. Paes de Andrade recordava-se ainda dos acontecimentos de 1817 e não se mostrava affeiçãoado a D. Pedro, o que já havia demonstrado, quando intendente de marinha, á divisão do Chefe Lamare aportada ao Recife. Já a Junta Pernambucana tomava o brigue “Independencia ou Morte”, e premeditava identico assalto ao brigue “Bahia” do commando de Bartholomeu Hayden, que se apressou em communicar o facto a Lord

Cochrane. A força publica e os partidarios de Paes Barreto aprisionavam Paes de Andrade e o encarceravam no forte do Brum. Os "carvalhistas", com o auxilio da guarnição do forte os pozeram em liberdade e á frente do governo, enquanto Paes Barreto se retirava para Barra Grande, perto de Alagôas, á espera de auxilios do governo central. Degenerada a contenda de cõpetições pessoas para a de principios politicos, a exemplo do que haviam feito os estados americanos do norte, fez-se a Confederação do Equador, em que Paes de Andrade se mostrava arauto das idéas de Cypriano Barata, com a sua proclamação de 2 de julho de 1824.

Prevenido o governo por lord Cochrane, preparou-se uma esquadra para debellar o nascente movimento pernambucano, enquanto Pedro I perorava ao povo em um dos seus bombasticos manifestos: — "Camaradas! A honra nacional e a minha acham-se offendidas nos escriptos incendiarios, manifestos e proclamações em que o intruso presidente de Pernambuco Manoel de Carvalho Paes de Andrade e sua facção cusaram (ó Céos, que attentado!) declarar uma Federação".

João Taylor recebeu ordem para repôr no governo o futuro marquez do Recife e partio do Rio com a "Nicthe-roy", a "Ypiranga" e a "Gentil Americana". Seu primeiro acto ao chegar, foi pedir uma conferencia a bordo com o commandante das armas José de Barros Falcão de Lacerda, eleito para o cargo por occasião da eleição de Paes de Andrade, ao que o mesmo recusou allegando o estado precário da saude e pedindo que ella fôsse em terra.

Respondeu Taylor em um officio declarando a sua intenção de repôr no governo Paes Barreto, mandando o Capitão de Fragata Luiz Barroso Pereira entender-se com o commandante das armas. Pedio aguada que lhe foi recusada pelo intendente da marinha — pessoa de Paes de Andrade. Evidenciava-se a má vontade. Respondeu Falcão que seria necessario formar um Conselho composto da Camara e pessoas gradadas para deliberar sobre a reposição, a que Taylor accedeu promettendo comparecer.

No dia 7 de abril de 1824 realizou-se o conselho na sala do governo da provincia, comparecendo a elle as camaras, com excepção das do Cabo e de Serinhãem, corporações civis, militares e ecclesiasticas, além de outras pessoas em numero de 319. Ficou resolvido que se não acceitasse o presidente nomeado e que fôsse enviada uma commissão

ao imperador pedindo a confirmação de Paes de Andrade por merecer a confiança publica. Era a rebeldia. Diante d'ella Taylor declarou bloqueado o porto do Recife e para reforçal-o empregou os brigues "Cacique" e "Guarany" e a escuna "Leopoldina". A commissão mandada ao Rio conseguiu apenas a nomeação, pelo imperador, de José Carlos Mairinck da Silva Ferrão, como presidente de conciliação. Diante do bloqueio o commandante das armas resolveu tirar a mascara com que justificava a sua dubia attitude e suspendeu as communições com Taylor, lançando uma proclamação aos soldados em que injuriava o marinheiro inglez a que o Brasil deve assignalados serviços: — "Quem é este João Taylor, este novo Nelson? Um ridiculo official da Marinha Britanica que abandonou as bandeiras da sua nação, que sendo 1.º tenente passou alugado ou talvez comprado pelo posto de capitão de fragata para a marinha brasileira e que em 1817 foi dignissimo collega de Rodrigo Ferreira Lobo, cujo facto basta, por si só, para tornar odioso não só ao Brasil porém a todas as nações do mundo. E é tanta a audacia de um homem tão corrompido, perverso e sem character que se atreve a intitular brasileiro adoptivo? Desgraçado o Brasil se naturalizasse taes monstros".

Tendo o governo imperial approvedo as medidas de prudencia do commandante Taylor, tanto mais quanto o movimento já se alastrava pelo Rio Grande do Norte, appellou ainda uma vez para Barros Falcão para que pacificasse a provincia.

Preparava-se a esse tempo em Portugal a esquadra para submeter o Brasil, ante a rebeldia de D. Pedro. Urgia a reunião das forças navaes na côrte. Foram abandonadas as provincias ás suas proprias defesas. Levantou-se o bloqueio de Pernambuco. Maior foi a celeuma contra o imperador que deixava as provincias, em lucta, á sua sorte.

Sempre no proposito de pacificar Pernambuco, sem derrame de sangue, agio Taylor e assim dizia elle em carta a Cochrane: — "O actual estado das Provincias do Norte e a vasta extensão de Costa de Mar, desde o Rio da Prata até o Amazonas, não pode deixar de mostrar a grande necessidade que ha de ter uma boa marinha para ter em continencia os espiritos revoltosos e para proteger o commercio".

Nem mesmo, porém, diante do fracasso da sua tentativa, resolveu Taylor acceitar o conselho de seu pae, que lhe havia deixado em testamento 1 shilling para que elle

comprasse uma corda para se enforcar por ter adherido á causa do Brasil.

Aprisionado no porto do Recife o “Constituição ou Morte”, como disse acima, foi dado o seu commando a João Metrowich e a immediatice a João Guilherme Ratcliff.

Paes de Andrade, vendo o porto livre do bloqueio, lançou a proclamação de 2 de julho, grandemente auxiliado por Barros Falcão, que organisava batalhões.

Nesta emergencia mandou o imperador chamar Cochrane e, promettendo pagar á sua marinagem o valor das presas devido, ordenou-lhe o preparo da esquadra que seguiria para Pernambuco. Cochrane suggerio que fôsse ella composta de navios pequenos mais efficientes no bloqueio.

Demorou o pagamento. Feito finalmente este, voltavam os marinheiros ao serviço activo e a 2 de agosto zarpava a esquadra do Rio levando um corpo expedicionario de 1.200 homens ao mando de Lima e Silva, com destino a Jaraguá.

A 18 de Agosto estava em frente ao porto do Recife. Usando da mesma politica de Taylor, ao envez das armas, pretendeu Cochrane, por meio de proclamações, pacificar os pernambucanos. Improfiquos foram os esforços. Cochrane, mal comprehendido foi injuriado por Frei Caneca, no seu “Tiphis Pernambucano”. Allivo, em face das pequeninas miserias, o grande marinheiro esforçava-se ainda para levar a bom termo a pendencia suscitada e assim, por intermedio da escriptora norte-americana Mistress Graham, procurava ter uma entrevista com Paes de Andrade a bordo do navio de guerra francez “Inconstant”. Recusou-se o presidente, Cochrane deu-lhe o praso de 8 dias para a capitulação. Ao “ultimatum” respondeu o presidente revolucionario com o seguinte bilhete: — “Milord. A franqueza é o character distinctivo dos homens livres; mas V. Excia. não a encontrou em suas relações com o Governo Imperial. O não ter sido recompensado pela primeira expedição offereceu justificavel interferencia de que nada receberá pela segunda. Tomo portanto a liberdade de assegurar a V. Excia. a somma de 400 contos de réis como indemnização por suas perdas. O serviço de V. Excia. requerido será o de aceitar a causa da Confederação do Equador, qual é o adoptado pela maioria das provincias septentrionaes, cujo limite será o rio S. Francisco do Norte. Tenho a honra de ser de V. Excia. muito humilde criado. Manoel de Carvalho Paes de Andrade”.

A tal proposta injuriosa respondeu Cochrane laconicamente: — “Bordo da Pedro I”. A vista de Pernambuco, 2 de

agosto de 1824. Exmo. Senr. Si eu tiver occasião de que V. Exa. pessoalmente me conheça poderei dar-lhe provas convincentes de como a opinião que de mim formou nasce de ter sido eu falsamente representado por homens que estão no poder, cujos objectos eu era, por meus principios, incapaz de servir. Tenho a honra de ser de V. Exa. muito humilde criado. Cochrane e Maranhão". Era este o "militar commerciante" alcunhado por Frei Caneca.

Esgotado o prazo de 8 dias, approximou-se de terra a escuna Leopoldina que, ao dar os primeiros disparos, fez agua.

Sobrevindo máo tempo e não podendo os demais navios acercar-se da costa devido ao seu calado, tendo a "Pedro I" perdido dois ferros, resolveu Cochrane ir á Bahia, de onde regressou trazendo os brigues "Cacique" e "Maranhão".

Ao chegar, já encontrou o Recife tomado pelas forças do general Lima e Silva, auxiliados pelo contingente de marinha que havia ficado. Encontrou tambem a "Ypiranga", que havia trazido 800 homens e ordem para seguir ao norte logo que estivesse pacificada a provincia. Assim fez Cochrane, deixando alguns navios no Recife.

Si a elle não coube feito notavel na pacificação de Pernambuco, outro tanto não aconteceu ao chefe de divisão David Jewett e ao capitão de fragata James Norton. Sahindo do Rio a 21 de agosto a divisão sob o commando do primeiro, chegou ao Recife a 10 de setembro. Era ella composta da fragata "Ypiranga", da "Nichteroy" sob o commando de James Norton, do brigue "Cacique", commandado pelo capitão tenente Francisco Bibiano de Castro, e da charrua "Antonio Grande" commandada pelo tenente José Joaquim Raposo, tendo os dois ultimos se dirigido a Jaraguá para levar reforços ao general Lima e Silva. No Recife encontrou a "Paraguassú", a "Maceió" e a "Leopoldina" sob o commando em chefe do capitão de fragata Antonio José de Carvalho.

Assumio o commando geral do bloqueio auxiliando as forças do exercito que já se achavam ao norte do Cabo. O presidente rebelde, vendo que não poderia se sustentar no poder, apresentou condições para a capitulação, por intermedio do commandante da fragata ingleza "Tweed". O general Lima e Silva, sabedor da proposta, declarou ao chefe naval que sómente a elle general caberia resolver. Entretanto já o ataque havia sido iniciado a 12 de setem-

bro pelas forças do exercito. Cooperando, no dia 13, com o exercito atacante, desembarcou um destacamento de marinha fazendo calar ás 4 horas da tarde o fogo do brigue revolucionario, sendo suspenso com a vinda do commandante inglez portador da proposta de capitulação. Não sendo attendido pelo general Lima e Silva, continuou o bombardeio até a tarde de 16. Nessa noite 300 marinheiros desembarcaram, sob o commando de Norton, perto da Alfandega. A's 8 horas estavam de posse da cidade do Recife. No dia seguinte na Cathedral de Olinda celebrava-se um Te-Deum e as fortalezas e navios salvaram a victoria com 101 tiros. Aprisionados os navios revolucionarios em Porto de Pedra, foram mandados os seus commandantes para a Bahia e d'ahi para o Rio. A 17 de março do anno seguinte soffriam a pena capital Ratcliff cujas ultimas palavras foram: — “Eu me resigno e morro pela liberdade”. Antes, ao tentar prender fogo ao paiol de polvora do navio em que distribuia proclamações por ordem de Paes de Andrade, havia declarado ao ser preso: — “Sei que vou morrer, mas Pernambuco ha de florescer um dia”. Pagava elle assim esse crime e mais o de ter copiado em Lisboa o Decreto de expulsão da rainha D. Carlota Joaquina.

A galante intervenção da Marqueza de Santos junto a D. Pedro I falhava pela primeira vez.

O chefe revolucionario Manoel de Carvalho Paes de Andrade refugiou-se a bordo da fragata ingleza “Tweed”, enquanto Frei Caneca, Souza Fontes, Macario de Moraes, Agostinho Bezerra e tantos outros, que luctaram pela causa que elle esposára e chefiava, pagaram com a vida a sua dedicação. Suspendeu a “Tweed” para o norte e de lá passou-se Paes de Andrade para a Guyana Ingleza.

Vê-se assim, no estudo analytico da actuação das forças de mar nos movimentos revolucionarios explanados, que foram quatro as phases em que ellas se fizeram sentir: 1.^a intervenção da esquadra portuguesa do almirante Rodrigo Lobo — 2.^a bloqueio da esquadra heterogenea de João Taylor — 3.^a proseguimento do bloqueio interrompido, já sob o commando de Lord Cochrane — 4.^a ataque efficiente da esquadra sob o commando de Jewett.

Emquanto na acção dirigida pelo almirante Lobo se batia a esquadra guarnecida totalmente por portuguezes, estando o Brasil ainda sob o dominio da metropole, luctaram Taylor e Jewett, nas phases derradeiras, com o conflicto estabelecido dentro dos proprios navios, o que levou lord Cochrane a declarar que uma parte da guarnição era inutilisada na vigilancia á outra. Entretanto, si a primetra se distinguio pelos instinctos perversos e sanguinarios do seu chefe, bem differente foi o espirito dos officiaes inglezes, pela cordura e tolerancia, mais interventores diplomaticos que cabos de guerra.

Cochrane, no exame da situação em Pernambuco, que era afinal o reflexo das demais Provincias, affirmava: — “A revolução comtudo já havia tomado raizes vigorosas e o espirito democratico dos pernambucanos não era cousa com que se brincasse. E accrescentava, em carta dirigida ao general Lima e Silva: — “Na verdade o mal parece ter uma raiz mais fundada que suppunha o Governo no Rio de Janeiro”. Bem comprehendendo a extensão do movimento procurava empregar todos os meios brandos ao seu alcance para a pacificação da Provincia. Retirou-se da acção convencido de que a semente lançada em apropriado terreno fructificaria mais cedo ou mais tarde. Qualquer desculpa no momento servia-lhe. Deixou a responsabilidade sobre os hombros de Jewett, usando da liberdade em agir que lhe dava a posição de primeiro almirante da esquadra. Já Taylor, digno emulo de Cochrane, havia resumido a sua offensiva ao platonico bloqueio. Não se justifique a sua decisão com argumento do material imprestavel para o ataque, dadas as luctas travadas no oceano nas presas aos corsarios portuguezes e o desenrollar da acção, posteriormente, nos mares do sul, em que mais, muito mais, foi exigido do mesmo material.

Do paralelo entre os chefes Lobo e Cochrane — a torça bruta e a diplomacia insinuante — rehabilita-se, desde logo, o heróe do Chile, mal comprehendido pelos seus adversarios do momento, caminhando, impávido e sereno dos seus feitos, para o juizo da Historia, que proclama a sua redempção. A nossa marinha de guerra já lhe pagou o primeiro tributo de gratidão, em 28 de junho de 1901, indo

depositar ricas corôas em seu tumulo na Abbadia de Westminster.

Senhores —

Quando não bastasse a linda epopéa escripta com o sangue dos paladinos da liberdade da vossa gloriosa terra, bastaria sômente, para o seu apreço, o ter sido elle o scenario em que deu os seus primeiros passos o maior vulto de todos os tempos da marinha de guerra do Brasil — Joaquim Marques Lisbôa, o velho Marquez de Tamandaré.

Preparava-se a esquadra que, sob o commando de Cochrane, seguiria para Pernambuco.

Os serviços prestados por Marques Lisbôa, que tivêra o baptismo de fogo aos 16 annos de idade, como praticante de piloto, faziam-no alvo da attenção do velho lord inglez. Ao matricular-se na Academia de Marinha exigio Cochrane a sua presença a bordo da náu “Pedro I” allegando que a melhor Academia era um navio de guerra. Não satisfeito pelo Imperador o seu pedido, fez o almirante inglez a admiravel prophécia, que mais tarde se realizava: — “Magesdade, aquelle senhor será o Nelson Brasileiro”.

Embarcado, o jovem tenente assistio, tacitamente revoltado, no Recife a acção da esquadra de Jeweet, que dominava um movimento em prôl do qual se havia sacrificado, em 1817, o seu irmão, no porto de Tamandaré.

Actuando ainda em vossa terra na lucta dos praieiros, já então capitão de mar e guerra, a ella ainda voltou, como vice-almirante, por occasião da visita de D. Pedro II ás provincias do norte, fundeando a divisão em Tamandaré. Aproveitando-se da opportuidade, que se apresentava, de cumprir um dever fraternal, pediu o almirante Marques Lisbôa licença ao Imperador para transportar em seu navio os restos mortaes do seu irmão heróe. Inquirindo o Imperador da razão de se achar o seu irmão ali enterrado explicou-lhe Marques Lisbôa. Ordenou Pedro II que, em memoria do militar valente e pundonoroso, embora batendo-se por causa opposta á monarchia, fossem os seu despojos recolhidos a bordo e conduzidos ao Rio.

De regresso á côrte, propuzeram a D. Pedro II o titulo de Barão do Rio Grande do Sul, sua terra natal, para o almirante Marques Lisbôa. Discordou o Imperadôr, dizen-

do: — “O titulo a conferir-lhe será o de Barão e, com grandeza, de Tamandaré, em recordação da gloriosa morte de seu irmão”.

HONRA A PERNAMBUCO, que preferio crucificar-se na cruz de sangue da sua bandeira a submeter-se á tyrannia da metropole!

GLORIA A PERNAMBUCO, que se ergueu rebellado contra os desatinos do primeiro Imperador!

HONRA E GLORIA A PERNAMBUCO, que deu o titulo de Tamandaré ao Nelson brasileiro — o mais digno, o mais bravo almirante da marinha do Brasil!

A Igreja de São Gonçalo de Jurissaca

Em outubro de 1928, uma commissão do Instituto Archeologico, a que eu, socio do mesmo, me associei, visitou no Cabo, nas mattas de S. Gonçalo, encravadas em terras do engenho *Jurissaca*, as ruinas de uma igreja antiga.

Dessa visita deu noticia Mario Melo em sessão do Instituto e em artigo no *Diario de Pernambuco*, (1) attribuindo ser essa igreja a "Hermida de São Gonçalo, que havia a algumas milhas de Nazareth, em sitio apartado e secreto", de que dão noticia Frei Raphael de Jesus e Fernandes Gama; e sob cujo tecto combinaram os chefes insurgentes o plano de assedio e exterminio aos hollandezes.

Para mim, porem, tornou-se enigma de complicado conceito um 1633, em letras gastas pelo samouco do tempo, que divisamos ali, cravado na clave do ceniro do carcomido arco que dá entrada para o altar-mór. Desde então foi todo o meu empenho descobrir algo da historia dessa igreja.

Só agora, porem, com Frei Vicente do Salvador, Brito Freire, Borges da Fonseca, Varnhagem e Pereira da Costa descubro que a igreja de São Gonçalo, de *Jurissaca*, foi mandada edificar pelo fidalgo D. Luiz de Souza Henriques, que foi administrador geral das minas Paulistas e governador das Capitánias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espirito Santo.

Pereira da Costa, baseado em Frei Jabotão e Loreto Couto, dá ainda esse D. Luiz de Souza como governador geral do Brasil, e governador da Capitania de Pernambuco, como loco-tenente de um dos Donatarios. E' improcedente, porem, essa asserção. Grande tem sido a confusão que a maior parte dos nossos chronistas faz desse D. Luiz de Souza, governador apenas das tres Capitánias do sul, com o que foi governador geral do Brasil. Homonymos que eram, dahi o engano, que Capistrano de Abreu acertadamente corrige.

D. Luiz de Souza Henriques era filho do fidalgo D. Francisco de Souza, terceiro Conde do Prado e senhor de Be-

rengel, e da sua mulher D. Violante Henriques. Em 1609, tendo seu pae, que já havia occupado o cargo de governador geral do Brasil, sido nomeado administrador geral das minas de São Paulo e governador das Capitánias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espirito Santo, acompanhou-o D. Luiz, que então militava na guarnição de Lisbôa e houvera cursado a Universidade de Coimbra. Fallecendo, porém, D. Francisco em São Paulo, coube a D. Luiz a successão, como decretara seu pae em testamento.

D. Luiz governou apenas de 11 de junho de 1611, data em que falleceu seu pae, até fins de abril de 1613, quando entregou o governo a Gaspar de Souza, por imposição da côrte, que não julgou obrigação de cumprir-se o codicillo de D. Francisco, e porque ainda as citadas Capitánias foram reincorporadas ao governo geral.

Dahi veio D. Luiz para Pernambuco e a conselho de amigos fixou residencia, casando-se em 1614 com D. Catharina Barretto, filha do fidalgo João Paes Barreto, senhor do Morgado do Cabo.

Aqui entregou-se D. Luiz "aos labores da vida agricola, dirigindo o engenho Jurissaca, que sua mulher trouxera em dote, alem de outros bens, que reunidamente constituíam uma fortuna avultada".

Ignora-se em que data tenha fallecido D. Luiz de Souza. Segundo Brito Freire e o Marquez de Basto, vê-se que elle já não existia em 1635, pois a lista dos que emigraram com Mathias de Albuquerque apenas consigna a viuva de D. Luiz de Souza.

Em 1637 foi Jurissaca, então dagua e moente, confiscado pelos hollandezes e vendido a Moysés Navarro por 45.000 florins, pagaveis em nove prestações.

D. Catharina regressou, é provavel, logo após a evacuação hollandeza, e voltou á posse do seu engenho, onde falleceu, sendo sepultada na igreja de São Gonçalo.

Em 1888 o dr. Cicero Odon Peregrino da Silva, socio do Instituto Archeologico, viu em São Gonçalo a sepultura de D. Catharina; e da lapide (2) de marmore que então a cobria, não só desenhou o brazão de armas — brazão dos Souzas — como o epitaphio: "Aqvi ias D. Catherina Barreto molher que foi de D. Lvis de Sevsa Henriques. Pede pello Amor de Devs hv Padre Nosso e hva-Ave Maria pella alma de ambos".

Essa lapide foi, em 1890, criminosamente destruida. E' o testemunho do dr. José Sette. A essa epoca, diz elle, seu

pae que morava na Paiva, visinha a Jurissaca, cuidou de edificar uma igreja, auxiliado por Frei Venancio e Frei Lourenço, que concitaram o povo a levar pedras da já arruinada igreja de São Gonçalo. E entre outras lages, figurava uma com inscripção estragada, legível apenas a palavra Souza.

E' provavel que D. Luiz tivesse tido o seu tumulo na igreja de São Gonçalo. Dahi, e preferentemente, o ter sido o de sua mulher, ao invéz da capella de São João Baptista, que é a igreja de Jurissaca.

E porque Jurissaca possui a sua igreja desde a sua fundação, que data de 1614, a gente nota, examinando a arruinada igreja de São Gonçalo e o local em que ella está edificada, um proposito de estrategia e resguardo na estrutura da obra, que foi, talvez, o mesmo com que D. Luiz traçou o plano da sua edificação. Tanto estão a indicar a fortaleza das suas largas paredes de um metro e as pronunciadas setteiras ou balestreiros, feitas como se fossem para aclarar o recinto.

E este proposito tanto mais se nos acceitua, quando verificamos que ella foi construida em plena effervescencia da luta hollandeza, quando a sorte se pronunciava em favor das armas inimigas. Em 1633 conquistaram os hollandezes o posto dos Afogados, que lhes deu passagem para o interior. Desde então não mais deram treguas aos pernambucanas, que logo cederam, á pressão da avalanche inimiga, o Arraial do Bom Jesus e o Cabo de Santo Agostinho.

Tudo faz crer, portanto, ter havido uma intenção premeditada de D. Luiz quando construiu a igreja de São Gonçalo. Nella pensou elle resguardar-se e offerecer resistencia ao inimigo. E nella, presumo, tenha elle sepultado o seu thesouro; tanto é a crendice de que S. Gonçalo tem cabedaeas enterrados!

Naasson Figuerêdo

(1) Eis a noticia que dessa excursão, eserita pelo dr. Mário Melo, deu o *Diario de Pernambuco* de 28 de Outubro de 1928:

EM ROMARIA AO PASSADO

Ha tempos, o sr. Jefferson Lazzari, funcionario da Great Western, residente na cidade do Cabo, procurou o secretario perpétuo do Instituto Archeologico e disse-lhe que, tendo com alguns companheiros ido á caça no municipio em que reside,

encontrára casualmente, em plena mata, ruínas de uma igreja, com a capella-mór ainda em relativo bom estado de conservação, ornada esta de velhos azulejos. Que estava prompto a guia-lo ao local, quando quizesse visita-la.

Posteriormente, os srs. Luis e Menandro Martins, commerciantes nesta praça, fizeram identica communicação, não tendo sido possível, no momento, verificar se se tratava da mesma ou de outra igreja velha.

Combinada com o primeiro informante uma excursão para domingo ultimo, daqui partiram num carro "Hudson", dirigido pelo sr. Antonio Nemésio, os srs. dr. Ulysses Pernambucano, dr. Mario Melo, dr. Samuel Campelo e Naasson Figuerêdo — os tres ultimos do Instituto archeologico.

DELICIOSO ESPECTACULO

Na cidade do Cabo, tomaram o guia sr. Jefferson Lazari, rumaram para o norte por outra estrada e, com poucas leguas, orientaram-se para leste, até o encontro da mata espessa, onde deixaram o carro.

Entrando por uma verêda, andaram alguns kilometros e se depararam com uma região de argilas amarellas e vermelhas, de cujos outeiros, já muito escavados, extraem a ocrea.

Nesse ponto o espectáculo deleita a vista, pela variedade do colorido dos morros descalvados de argila, em cortes a pique, o que demonstra o serviço continuado para obras de ceramica, de que o Cabo é exportador, e de materia corrente.

ROMPENDO TIRIRICA

O guia tinha ideia de que a igreja procurada estava num mórro á esquerda da verêda e, como para elle não existia caminho, houve duas horas de batida pelo matagal rompendo tiririca, salpicada de insectos, até o encontro da desejada ruína, o que se obteve á custa de muita persistencia.

AS RUINAS DA IGREJA

No cume do mórro mais elevado da mata deparou-se-lhes, entre arvores seculares, o magestoso espectáculo das ruínas do templo catholico. O atrio completamente ruído. Apenas um montão de pedras — geralmente arenito ferruginoso — e, entre estas, velha cajazeira, nascida após a derrocada. As parêdes lateraes, de um metro de espessura, ainda de pé. Sobre estas, vegetação tão abundante que os galhos de algumas arvores de um e de outro lado se encontram, como substituindo a cobertura, de que nada mais existe no corpo da igreja. Todo o ladrilho escavado e revolvido, e, esparsos aqui e ali, fragmentos de esquelêtos humanos. Nenhum vestigio de madeiramento. A' direita de quem entra, o lugar do pulpito, que teria sido de madeira.

VELHOS AZULEJOS

Em contraste com essas ruínas, a capella-mór, iniciada por arco romano, sob abobada em relativo bom estado de conservação.

Na capella-mór, um nicho cavado na parede. Nenhum signal de outras capellas.

Toda a capella-mór, desde o arco até o ladrilho, ornamentada de velhos, lindos, valiosos azulejos, de variados desenhos, prêso ás parêdes por argamassa que quase impossibilita retirá-los inteiros.

Houve grande devastação nesses azulêjos e, por toda a parte, se encontram fragmentos. Toda a parede direita da capella-mór já está nua, escavada, havendo, porem, ainda nas outras, alguns metros quadrados que, cuidadosamente, podem ser salvos.

Da sacristia, apenas vestígios.

PROCURANDO DECIFRAR O ENIGMA

Emquanto os outros excursionistas, se extasiavam deante dos azulêjos os srs. Mário Melo e Naassen Figuerêdo trabalhavam na pesquisa de elementos sobre a idade da igreja.

Rodeando externamente as ruínas, encontraram, junto a estas, arvores nativas que lhes pareceram seculares.

Era provavel que, ao tempo do seu esplendor, todo o matto ao redor da igreja fôsse capinado. Aquellas arvores teriam nascido após o abandono. A conjectura era que, talvez ha um seculo, ou pouco menos houvera tido inicio a derrocada.

Poucos metros, em frente ás ruínas, grande e fundo buraco, recentemente feito. Adeante, outro da mesma forma. Tanto este como aquelle indicam a crença de que nas proximidades ha thesouro occulto.

A mata, informara o guia, era conhecida por São Gonçalo. Provavel tivesse tomado o nome do orago da capella.

O inicio desta? Como descobrir? Estaria, talvez, gravado na fachada. Mas a fachada rui. Na face das rochas que a constituíam, nenhum signal.

Sem desanimar, o sr. Naassen Figuerêdo disse que poderia ser inspirado pelos que ali tiveram sepulchro.

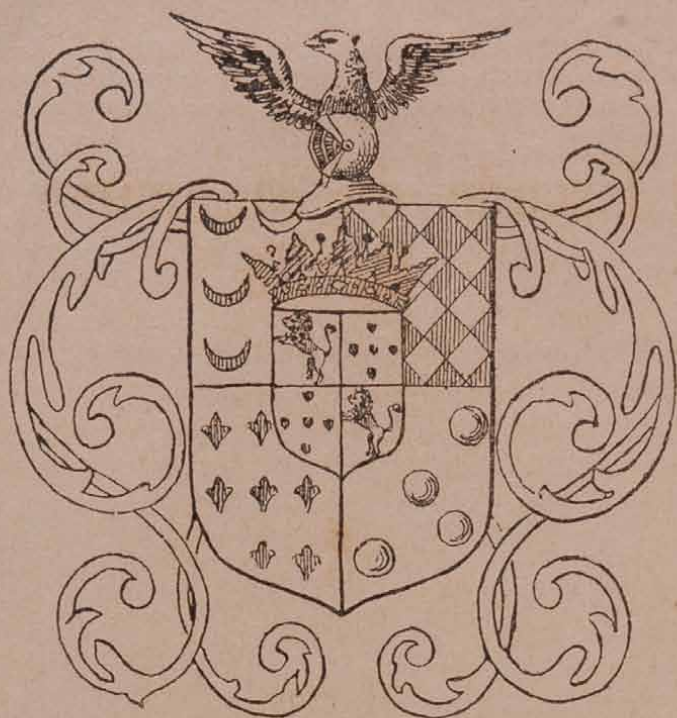
E continuavam a pesquisa separadamente, cada um para seu lado.

Subito, o ultimo solta um grito de alegria. Divisara um algarismo na clave do centro do arco: 163...

Todos correm em busca da decifração dos numeros.

Muito agil, o sr. Jefferson Lazzari agarra-se aos cipós que pendem duma arvore nascida sobre as parêdes, sobe e esclarece a data: 1633.

Verifica-se, assim, que a igreja provavelmente de São Gonçalo, construida em 1633 — tres annos após a invasão dos hollandêses, talvez como baluarte dos pernambucanos, devido á espessura de suas paredes, á sua situação no mais alto morro, em distancia em que se vê o oceano, atalaia, portanto dos que defendiam a terra sob a egide do catholicismo — começou a arruinar-se na primeira metade do seculo passado e hoje, despresada, é tão somente uma bella ruina no meio de espessa mata, ignorada de parte do mundo, accessivel, apenas, á aventura de um ou outro amante de velharias, disposto a affrontar a tiri-rica ou as picadas dos insectos.



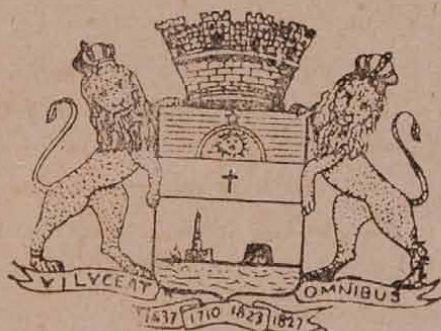
AQVI IAS D. CATHERINA
 BARRETO MOLHER QVÆ
 FOI D D. LVIS DSOVZA
 HENRRIQUES PEE PEL
 LO AMOR D DVS HV P^E
 NOSSO EHVA AVEM^A PE
 LLA ALMA D AMBOS.

(2) Lapide tumular de D. Catharina Pães Barreto, encimada do brasão de armas de seu marido D. Luis de Souza Henriques. Desenho feito, segundo o original, pelo dr. Cicero Odon P. da Silva, em 22 de janeiro de 1888, e publicado no numero 50 da Revista do Instituto Archeologico, illustrando um artigo de Pereira da Costa.

O Escudo do Municipio do Recife

Tendo o sr. Prefeito do Recife, por edital n. 123 de 30 de Setembro de 1930 mandado abrir concorrência para um nôvo escudo da cidade do Recife, foram apresentados tres projetos:

PROJECTO PARA O ESCUDO DO RECIFE, POR DAVID
E GOLIAS



De accordo com o edital, fazemos acompanhar o nosso desenho das explicações necessarias á sua interpretação e á sua leitura:

Escudo cortado em faixa. A primeira occupada por dois rectangulos irregulares: o superior e maior, de blao, com o sol superado pelo arco-iris, carregado êste de uma estrella: o inferior, de prata, com uma cruz latina sanguinha. Na segunda, de prata, um Recife de nêgro, com uma torre do mêsmo e na extremidade um farol sanguinho, tudo batido por ondas. Timbre: uma corôa mural de sete ameias de oiro; tenentes: dois leões neerlandeses, de oiro e coroados, que se apoiam na divisa — ut luceat omnibus. As datas principaes do Recife.

Explicações

No projecto está figurado o porto do Recife ao natural: a muralha que deu nome á povoação, o forte que resistiu á invasão holandêsa e ainda se conserva em ruínas e o farol que illumina os navegantes, emblemas que igualmente ornão o escudo do Estado.

Tambem ahi se rende preito aos idealistas republicanos de 1817, pois foi êste o feito politico de maior significação do Recife: a bandeira azul branca, com a cruz latina, em homenagem aos colonizadores christãos; o arco-iris, symbolo da alliança de todos os elementos: o sol que illumina Pernambuco antes de qualquer outro ponto da America, e a estrêlla, que significava a nossa Provincia, na idealizada união republicana.

A corôa mural é o symbolo heráldico das municipalidades. Com sete ameias de oiro, por tratar-se de cidade de primeira categoria.

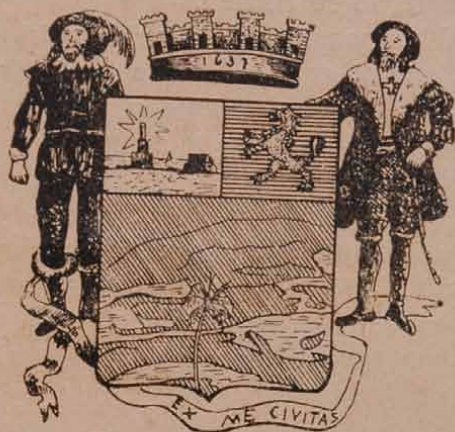
Os leões são tradicionaes em Pernambuco: figuravam nas armas do primeiro donatário da capitania e nas de Mauricio de Nassau, o fundador de nossa capital. Os que servem de suporte do nosso projecto são os neerlandeses coroados, que se vêem nas armas da Hollanda, como tenentes, que figuravam num dos quartéis das armas de Dilemburgo, patria de Mauricio de Nassau e tambem nas armas do fundador de Mauritzstad.

A divisa do escudo é a mesma do antigo desta capital.

Quanto ás datas: 1637 — inicio do govêrno de Mauricio de Nassau, de que proveio a fundação de Mauritzstad, ou Mauritiópolis, ou cidade Mauricia; 1710 — a elevação a villa, combatida pelos rivaes olindenses; 1823 — a categoria de cidade; 1827 — a elevação, de direito, a capital, que o era de facto.

O farol é sanguinho e não de sua côr natural — branca — porque branco, em heráldica, é metal (prata) e num campo de prata não se pode pôr uma figura do mesmo metal; farol é luz e luz tem a representação vermêlha; de vermêlho é uma das projecções do nosso farol.

PROJECTO DE LA HEI.ENA



Em campo vêrde, dois rios que confluem, formando ilhas, e, numa destas, uma palmeira. Chefe de prata, com um recife carregado de um castello de sua côr, de um farol de góles e de uma jangada; partido de azul, com um leão rompente de oiro. Timbre: corôa mural de sete ameias de oiro, com os algarismos 1637. Tenentes: um fidalgo holandês e outro português. Divisa: EX ME, CIVITAS.

Explicação

O campo do escudo representa a confluencia dos rios Capibaribe e Beberibe, que formam a ilha, então conhecida como de Antonio Vaz, na qual Mauricio de Nassau fundou, em 1637, (data que se vê na corôa mural) Mauritzstad, Mauritopolis ou cidade Mauricia e que é hoje a ilha de Santo Antonio.

A palmeira que se vê na ponta do escudo, nascente da península, é o coqueiro que orna as nossas praias e lhes dá tom inconfundivel.

No chefe, que é figura heraldica de primeira ordem, vê-se, na secção da direita, o recife de arenito, que deu nome definitivo á nossa capital, com as modificações impostas pelo progresso: o Forte do mar — que resistiu á invasão hollandesa — e o farol que guia os navegantes; alem, a jangada de pescadores, herança das tribus que habitavam a costa do nordeste e ainda hoje só usada nesta região do Brasil. Na secção da esquerda, o leão rompente, symbolo da bravura do

povo e ao mesmo tempo symbolo tradicional do brasão de armas da familia do primeiro donatario, e do brasão de armas do conde Mauricio de Nassau.

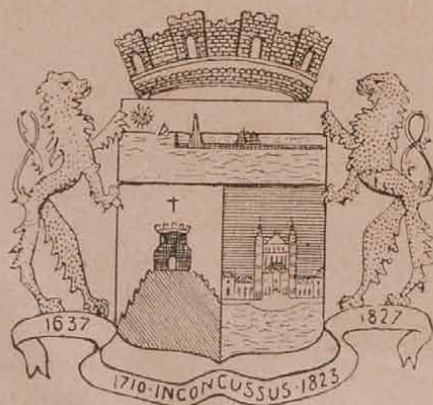
Corôa mural de sete ameias, symbolo das municipalidades de primeira ordem, com a data da fundação da cidade.

O tenente da direita representa o invasôr hollandês que fundou a cidade; o da esquerda representa o elemento português, de que descendemos.

A divisa — EX ME, CIVITAS (De mim, a nacionalidade) evoca um feito historico: Quando os hollandezes invadiram Olinda e o Recife, Mathias de Albuquerque congregou todos os habitantes — colonizadores e colonos — em tôrno do Forte Real do Bom Jesus, para a defesa da terra violada, e ahí fundou o arraial, que mais tarde tomou a denominação de Arraial velho. Foi o cadinho da fusão do nosso povo e historiadores consideram esse agregado de lusitanos, africanos e indios o bérço da nacionalidade brasileira.

O arraial de Mathias de Albuquerque está localizado no perimetro do municipio do Recife. Logo, foi o Recife o bérço da nacionalidade; foi no Recife que surgiu a ideia de Patria.

PROJECTO DE PAFUNCIO E SEMPRONIUS



Escudo partido em pala. A direita de prata, com uma tórre nêgra de ameias de prata, carregada duma cruz latina sanguinha, a tórre sôbre um monte de vêrde. Na esquerda, de azul, um palácio de prata, á beira dâgua, com duas tórres. Chefe de prata, com um recife de nêgro, batido por ondas, e sôbre êste, um farol sanguinho, junto a uma tórre de nêgro e farolête no extremo. Sel levante de goles. Timbre: corôa mural de sete ameias de oiro. Tenentes: dois leões neerlandêses, apoiados na divisa INCONCUSSUS. Datas principaes,

Explicação

O chefe, que é figura heráldica de primeira ordem, representa o pôrto do Recife. E' o elemento geographico. O arruife, com o antigo forte do Picão, o farol e o farolete. O sol levante, como o vemos, a illuminar-nos, antes que a qualquer outro pôvo da América.

A figura ornamental da pala direita representa o forte do Arraial Velho do Bom Jesus, o núcleo formador do Recife, pelo elemento português, e a cruz latina, o sentimento religioso desse pôvo, expresso no proprio nome do Arraial, em que Mathias de Albuquerque concentrou os habitantes de Pernambuco de todas as raças, para defesa da terra e para defesa da religião. Ahi foi o berço da nacionalidade brasileira.

A figura ornamental da segunda pala é o palacio das tôres de Mauricio de Nassau, o fundador da cidade Mauricia que posteriormente se confundiu com o Recife.

Estão, assim, representados no escudo o elemento português e o elemento hollandês, esforços antagônicos no tempo, mas dignos de homenagem da posteridade.

A corôa mural é o emblema, por excellencia, das municipalidades. Com sete ameias de oiro, por tratar-se de cidade de primeira categoria.

Os leões que defendem o escudo figuravam nas armas de Nassau e de Duarte Coêlho e lembram ainda o vigor desse povo, que se emancipou, de facto, expulsando o ultimo capitão general, antes que o Brasil, pela voz do principe regente, houvesse proclamado a independência.

A data de 1637 recorda a chegada, a Pernambuco, do fundador de Mauritzstad; a de 1710, a elevação a villa, contrariada pelos olindenses, do que se originou a guerra dos mascates; a de 1823, a elevação a cidade e a de 1827 o término da disputa com Olinda sôbre o direito de capital, decidido em favor do Recife.

JULGAMENTO

Encerrada a inscripção, já no periodo revolucionário, o chefe do executivo municipal nomeou uma commissão para julga-los, composta dos srs. dr. Gervásio Fioravanti, pelo Instituto archeologico, dr. Heitor Maia, pelo Clube de Engenharia e dr. Eduardo Jorge Pereira, pela Prefeitura.

Esta commissão lavrou o seguinte parecer:

A Commissão nomeada pelo exmo. sr. dr. Prefeito para dizer sobre os projectos de um novo escudo de armas do Municipio do Recife, sem pretensões a um conhecimento especializado da velha Sciencia, digamos melhor, da antiga arte Heraldica, vem expôr os seus pontos de vista no assumpto, depois da acurada comparação, que fez, dos tres unicos projectos apresentados. Não seria difficil á Commissão aparentar conhecimentos de detalhes, transcrevendo opiniões que, ás vezes, se desencontram de autoridades que rebuscou.

Para proceder com methodo, porque afinal uma questão bem posta é uma questão resolvida, a Commissão ateve-se a uns certos pontos de vista geraes, em necessaria concordancia com o edital que abriu a concorrência, os quaes podem ser assim reduzidos: 1.º Simplicidade, que é como quem diz eloquencia na representação, por meio de côres, esmaltes, pelles etc. das idéas e tradições, que os brazões e os escudos devem evocar.

— Certamente os escudos nobiliarchicos de familias infringiram, muita vez, esta regra, pois que os herdeiros de nobreza cavalheiresca, acrescentavam á gloria dos avoengos, por meio de subdivisões do escudo (quarteis, cantões, etc.) a lembrança de feitos individuaes.

Não assim os escudos de cidade, onde a corôa mural, attribuida em começo ao primeiro soldado romano, que penetrava nos logares sitiados, passou a ser, como ainda hoje, a caracteristica ou o symbolo da Cidade.

2.º — Indispensaveis, como de regra, são os attributos historicos e os geographicos ou topographicos, de modo que a cidade possa ser conhecida de todos, sem esforço de uma decifração hieroglyphica.

Em verdade, tem succedido que deante dos brazões e escudos de um municipio brasileiro até os iniciados se estabelecem. No caso do Recife, a evocação symbolica, facilmente, se impõe. O sol, que, primeiro, nasce para a terra pernambucana no oriente da America; o pharol, que aclara aos navegantes o refugio seguro da brava e acolhedora Cidade; os arrecifes, faixa cavalheiresca de rocha, que premune a séde do Municipio; o leão característico de sua nunca esquecida altivez, são moveis indispensaveis.

Ora, os tres concorrentes não o esqueceram. Seja-lhes isto de louvor, que ella, por igual, a todos rende.

— Tendo, porém, de fazer uma escolha entre os projectos e obediente áquelles pontos de vista sentados, a Commissão

resolve classificar, em 1.º lugar, o assignado por David & Goliath; em 2.º, o de La Helena; em 3.º, o de Pafuncio e Sempronius.

Começando pelo 3.º projecto, classificado, parece á Commissão que elle fere de frente a primeira regra heraldica estabelecida. Houve, evidentemente, preocupação de lembrar muita cousa num espaço restricto.

No Chefe, os arrecifes tão uniformes como não os fez a natureza, e mais um forte e um pharolete... E aquella cruz sanguinha, isolada no campo de prata, quererá significar que houve tempos em que a crença religiosa se poude casar com o patriotismo?

— No segundo projecto, a cruz não apparece e no primeiro com excellente propriedade, ella refulge na bandeira dos republicanos de 17, encerrando tudo que de tradições possa lembrar.

O palacio “das Torres”, neste terceiro projecto, seria movel indispensavel?

No 2.º projecto, a Commissão notou a preocupação de lembrar tradições historicas com outras geographicas em amalgama — difficeis de serem comprehendidos. A ilha de Antonio Vaz e a confluencia dos rios Capibaribe e Beberibe e a palmeira ou coqueiro ali singularmente plantado não evoca os productos principaes que fazem a riqueza de Pernambuco.

Outra coisa: Por que este projecto inscreve na corôa mural somente uma data, a 1637, que evidentemente não traduz toda a evolução do Recife — de povoação a cidade?

— Quando o suspicaz politico neerlandez deixou no ultimo beijo á areia de nossa terra o reconhecimento pela justiça que todos lhe fizeram á fecunda administração, sentiu-se pago de suas liberalidades. Não ostentemos, porém, a gloria de ser os vencidos. Este terceiro projecto, bem como o segundo, salientam por demais a revivescencia do elemento conquistador.

— O primeiro projecto, em figuração mais simples, salienta no Chefe as côres da bandeira da Republica de 1817. Isto em concemitancia com o escudo do Estão, o que constitue uma grande vantagem: harmonia entre o escudo de Pernambuco e o de sua Capital.

As datas, ahí, inscriptas (o que aliás tambem se vê no terceiro projecto) são bastantes para evocar as phases successivas da existencia administrativa da Cidade e Município do Recife.

E' dos Projectos o mais simples. Ahi, não ficou esquecida, mas sem predominancia, a tradição relativa á creação da Cidade. A Commissão teve duvidas em dar como neerlandezes os leões supportes, mas considerando que nas armas de Maurício de Nassau, bem como nas de Duarte Coelho, se encontram ditos leões coroados, fica apenas nesta referencia.

— Recife, 30 de Janeiro de 1931. (ass.) Pelo Club de Engenharia — Heitor da Silva Maia. Pela Prefeitura — Eduardo Jorge Pereira. Pelo Instituto Archeologico — Gervasio Fioravanti."

DECRETO N. 158

De accôrdo com o laudo acima, o sr. Prefeito assignou o seguinte decreto, que tomou o numero 158:

"O Prefeito do Municipio do Recife considerando que o escudo de armas do Municipio, mandado adoptar pelo decreto n. 23, de 13 de Dezembro de 1919, não attende rigorosamente aos principios da Heraldica, nem representa as nossas mais vivas tradições historicas; e considerando que o laudo do jury nomeado para julgar os projectos de um novo escudo, apresentados conforme a concorrência aberta de accordo com a lei n. 1.672, de 16 de Maio de 1928 e edital n. 123, de 30 de Setembro do anno passado, da Secretaria da Prefeitura, conclue pela escolha do projecto do pintor pernambucano Balthazar da Camara, em collaboração com o dr. Mario Mélo, decreta:

Art. 1.º — O Municipio do Recife passa adoptar as seguintes armas: Escudo cortado em faixa. A primeira occupada por dois rectangulos irregulares; O superior e maior, de blao, com o sol superado pelo arco-iris, carregado este de uma estrella; o inferior, de prata, com uma cruz latina sanguinha. Na segunda, de prata, um Recife de negro, com uma torre do mesmo e na extremidade um pharol sanguinho, tudo batido por ondas. Timbre, uma corôa mural de sete ameias de oiro; tenentes: dois leões neerlandezes, de oiro e coroados, que se apoiam na divisa UT LUCEAT OMNIBUS. As datas principaes do Recife — 1637, 1710, 1823 e 1827, tudo conforme o desenho annexo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Recife, 1 de Fevereiro de 1931. — Lauro Borba, Prefeito."

O projecto victorioso levava os pseudonymos David e Goliath (Balthazar da Camara e Mario Melo).

Segundo a seu tempo foi publicado, o novo escudo approvado em concorrência publica é, em linhas geraes, o mesmo que, a pedido do ex-prefeito dr. Pessôa Guerra, organizara o secretario perpetuo do Instituto Archeologico, para servir de symbolo ao municipio e, então, não lograra êxito.

Genealogia Pernambucana

A propósito do estudo que no tomo XXVIII desta Revista fez o sr. Mário Mélo sôbre algumas familias pernambucanas, o sr. José Theophilo de Albuquerque enviou-lhe as seguintes notas:

Andrade, Coutinho, Silva Coitinho, Gomes Coitinho, Pereira de Moraes, Carneiro de Albuquerque, Carneiro da Cunha.

Com muito acerto pode-se dizer que toda a creatura branca, em o municipio de Nazareth, tem algum dos nomes indicados acima e é aparentada com todos os grupos ou divisões de uma quasi que unica familia. Tudo ou todos alli pertencem a uma grande casa... de maribondos, quando um é injustamente offendido. Pode v. s. dizer isto em a futura genealogia que deseja publicar. Faço votos para que realize esse ideal.

Na familia Carneiro de Albuquerque ou familia do **Engenho Bonito da Matta**, o primeiro nome de Coitinho, do meu conhecimento, é o de d. Anna da Costa Coitinho, casada com Francisco Gomes da Cunha Pedroza, primeiro deste nome, do meu conhecimento, muito incompleto. Parece-me que foram rendeiros do Engenho Bonito da Matta.

Tiveram Amaro Gomes Coitinho, primeiro deste nome (o qual comprou o Engenho Bonito da Matta, antes de 1747, ao padre jesuita João de Moraes Figueiredo); Francisco Gomes da Cunha Pedroza e Archanja Gomes Coitinho.

Amaro Gomes Coitinho casou com d. Feliciano da Silva Ferraz, filha do portuguez João Dias da Silva e d. Paula da Silva Ferraz e teve Amaro Gomes Coitinho, 2.º d'este nome, o mestre de campo Manoel Gomes da Cunha e João Dias da Silva Coitinho (o meu bisavô e de Diôgo Soares Carneiro de Albuquerque, conhecido por Diogo de Macaco, engenho de Páu d'Alho). Francisco Gomes da Cunha Pedroza, 2.º deste nome, casou com d. Leonor Ferreira Lima, descendente da familia Honorio, da Ilha de Itamaracá e teve Quiteria Ferreira Lima, Merenciana Gomes Coitinho e depois proprietaria do

engenho Mereré, em Goyanna e Leonor Ferreira Lima Filho.

Antonio Gomes da Cunha Pedroza casou com d. Catharina Vital de Negreiros, sobrinha de André Vital de Negreiros.

Archanja Gomes Coitinho não sei se casou.

João Dias da Silva Coitinho casou com d. Maria José dos Prazeres, filha de Feliciano da Silva Barboza e Lourenço de Barros Vasconcellos, proprietários do engenho Capibaribe. Teve Francisco Xavier da Silva Coitinho (a igreja de Bonito está sob a invocação de S. Francisco Xavier), depois proprietário do engenho Bonito, teve Feliciano da Silva Coitinho, Ignacia Xavier da Silva Coitinho (minha avó paterna e de Diogo Soares de Moraes) e Antonia da Silva Coitinho.

Francisco Xavier da Silva Coitinho casou com d. Anna Joaquina de Moraes e teve Maria José da Silva Coitinho. João Dias de Moraes Coutinho, Henrique Pereira de Moraes Coutinho, Francisco Xavier da Silva Coitinho, Domingos de Abreu Moraes Vasconcellos, Amaro Gomes Coitinho, Francisco Xavier de Moraes Coitinho, Anna Joaquina de Moraes Coitinho, Izabel de Moraes Coitinho, Maria José da Silva Coitinho casou com seu parente Antonio Bernardo de... João Dias de Moraes Coutinho, casou com d. Joanna Xavier da Cunha Coitinho e teve Francisco Xavier da Silva Coitinho, João Dias da Cunha Coitinho e outros.

Henrique Pereira de Moraes Coitinho casou a 1.^a vez com d. Innocencia Pessôa de Mello e teve Francisco Xavier de Moraes, Henrique Pereira de Moraes, João Dias de Moraes Coitinho, Antonio Barroso de Moraes Pessôa, José Xavier de Moraes Coitinho, Anna Xavier de Moraes e Maria Xavier de Moraes que morreu solteira. Francisco Xavier da Silva Coitinho casou com sua sobrinha d. Feliciano Xavier de Moraes e teve Antonio Xavier de Moraes Coutinho, Francisco X. de M. C., João Dias da Silva C. e Domingos de Abreu de Moraes Coitinho. Amaro Gomes Coitinho, 5.^o deste nome, casou com a sua sobrinha d. Joaquina Xavier de Moraes. Não teve filhos. Francisca Xavier de Moraes Coitinho casou com José Pedro Ribeiro (família de beirinho hoje em Itabayana e arredores) e teve José X. de Moraes Coitinho que casou com d. Francisca Xavier de Moraes Coitinho. Anna Joaquina de Moraes Coitinho casou a 1.^a vez com André Francisco Cavalcanti e teve tres filhos que morreram em tenra idade; a 2.^a vez casou com Manoel Fidelix Nunes Machado e teve um filho que morreu em tenra idade.

Em tempo d. Francisca Xavier de Moraes Coitinho, filha de... casou com Agostinho Corrêa, do engenho Itanhenga e era tia de d. Joanna Xavier da Cunha Coitinho. Essa ultima senhora era distinctissima e conhecida por d. Joanna de Bonito e de grande prestigio politico e social perante os seus parentes de Nazareth e Bom Jardim. Veja João Dias de Moraes Coitinho.

**Soares Carneiro de Albuquerque C. da Cunha
— Cunha de Albuquerque.**

Essa familia era proprietaria do engenho Cursahy. Bastante tempo antes de 1799, Diogo Soares de Albuquerque, filho de Pedro da Cunha de Albuquerque e de d. Luzia Francisca de Albuquerque, era o proprietario do engenho Cursahy. Em 1799, o seu filho Diogo Soares de Albuquerque Filho, mandou tirar uns documentos em Igarassú, para orientação de uns terrenos que queria ceder para augmentar o engenho Pindobal, conforme se verifica em o testamento que em 1861 fez o seu filho o tenente coronel Francisco Xavier C. Albuquerque, o qual morava em 1861 com o major Manoel Cavalcanti de Albuquerque (então proprietario do engenho Cursahy) e que foi padrao do coronel Sebastião Antonio do Rego Cavalcanti, depois proprietario de Cursahy.

Diogo Soares de Albuquerque Filho, bisavô paterno de Diogo de Macaco, casou com d. Thereza de Jesus Maria e teve Alexandre Correia de Castro, Diogo Soares de Albuquerque Junior, José Xavier de Albuquerque, Francisco Xavier de Albuquerque, Joaquim José de Albuquerque (avô do sr. Carvalho, que foi commerciante em Floresta dos Leões), d. Luiza de Albuquerque Mello e d. Thereza de Jesus Maria. D. Thereza de Jesus Maria casou com José Maria de Barros Barreto, não, porém, o avô materno do coronel Sebastião Antonio do Rego Cavalcanti. Não sei se teve filhos. Não sei com quem se casaram os demais, salvo Diogo Soares de Albuquerque Junior (meu avô e tambem de Diogo Soares, C. de A. ou de Diogo de Moraes), casou com d. Ignacia Xavier da Silva Coitinho, filha de João Dias da Silva Coitinho (veja esse nome atrás) e de d. Maria José dos Prazeres, proprietarios do Engenho Bonito da Matta, Nazareth. Teve Diogo Soares de Albuquerque Filho, alferes do batalhão de caçadores (situado na fortaleza de Cinco Pontas), quando tomou parte na revolução de 1824, e foi preso com frei Caneca, na fazenda Juiz, no Ceará; João Dias Carneiro de Albuquerque (pae de Diogo de Macaco), Pedro da Cunha Carneiro de Albuquerque, José Pedro Carneiro de Albuquerque, Ignacio Xavier Carneiro de

Albuquerque, Manoel Xavier Carneiro da Cunha, Francisco Xavier Carneiro de Albuquerque (meu pae), Antonia Bezerra Carneiro de Albuquerque, Maria José Carneiro de Albuquerque, Ignacia Xavier Carneiro de Albuquerque, Izabel Xavier Carneiro de Albuquerque e Anna Xavier Carneiro de Albuquerque. Teve treze filhos legitimos e dois naturaes. Dos filhos legitimos todos se casaram, menos Diogo Soares de Albuquerque Junior (o revolucionario de 24) e d. Anna Xavier Carneiro de Albuquerque.

Foram proprietarios em Jaboatão, Escada, S. Lourenço da Matta e Alagoas: Pedro da Cunha Carneiro de Albuquerque, Manoel Xavier Carneiro da Cunha (avô do dr. José Henrique Carneiro da Cunha), Antonia Bezerra Carneiro de Albuquerque (minha avó) Maria José Carneiro de Albuquerque, Ignacia Xavier Carneiro de Albuquerque e Izabel Carneiro de Albuquerque (6 filhos). Antonia e Maria casaram-se com parentes de Alagôas, alli residiram e depois seus esposos se fixaram em Pernambuco. Todos os Carneiro de Albuquerque e Carneiro da Cunha existentes ao sul do Recife descendem de Diogo Soares de Albuquerque e são parentes dos Silva Coitinho, Moraes Coitinho pelo casamento do mesmo Diogo Soares de Albuquerque com d. Ignacia Xavier da Silva Coitinho. Os Carneiro de Albuquerque e Carneiro da Cunha, ao sul do Recife casaram-se com seus primos Campello e Tenório Carneiro (Alagôas), tambem primos e Barbalho Lins e Mello, tambem de Alagôas e primo, filho de portuguez e mãe originaria de Pernambuco. Os Albuquerque Lins e Albuquerque Marinho, em Alagoas, são numerosos, principalmente em Porto Calvo e S. Luiz de Quitunde. Os Carneiro de Albuquerque de S. Lourenço, descendem principalmente de João Dias Carneiro de Albuquerque (pae de Diogo de Macaco), o qual levantou o engenho Cuepe. O filho de Diogo Soares de Albuquerque que lhe succedeu no seu engenho Alagôa dos Ramos. Nazareth, José Pedro Carneiro de Albuquerque, casou duas vezes e teve grande prole.

Resumindo, é esta a origem dos Carneiros de Albuquerque e Carneiro da Cunha que fecundam com o seu trabalho e exemplo uma boa parte de Pernambuco. Todos os filhos varões de Diogo Soares, menos o revolucionario e José Pedro, levantaram um e dois engenhos.

José Theophilo

A Fortaleza

“Príncipe Guilherme”

ou dos Afogados

(Estudo apresentado ao “Instituto” pelo seu
segundo secretario, Naasson Figuerêdo.)

Quando aqui aportaram os hollandêses (15-2-1630), apenas havia em Afogados, como defêsa do nascente arraial, uma frágil tranqueira de páo a pique, á maneira de redondel, e construida com a ajuda de alguns senhores de engenho e sob a jurisdição do sargento-mór Pedro Correia da Gama, que, da Bahia, com o fim de organizar a segurança da Capitania, aqui esteve á ordem do governadôr geral Diôgo de Oliveira. Mas tão pouca segurança offerecia essa tranqueira, que Mathias de Albuquerque — dada a importancia do local e a aproximação do inimigo — logo a mandou reforçar e confiou o seu commando ao capitão António Ribeiro de Lacerda, com uma força de 130 homens:

Senhores os hollandêses do Recife — dêsde a rendição dos fortes do MAR e SÃO JORGE — e, após, das ilhas de ANTÓNIO VAZ e MARCOS ANDRÉ, onde construíram os fortes ERNESTUS, FREDERICO HENRIQUE, EMILIA e o WAERDENBURCH, foi para os Afogados que voltaram as suas vistas; — “á epoca a chave do valle do Capibaribe, como livre passagem para o interiôr, e aonde residiam os moradores mais ricos, e continha 16 engenhos de assucar”. Demais, com o seu dilatado programma de conquistas, não lhes convinha ficar encurralados no Recife e António Vaz, uma vez forçados a perdêr Olinda, que a incendeiavam, e impossibilitados, deante das derrotas soffridas na Parahyba e no Rio Grande, de ganhar terreno pelo norte, não obs-

tante chegarem até Igarassú, que saqueiam, e terem montado, em Itamaracá, o Forte D'ORANGE.

Foi, portanto, com semelhante propósito que o coronel Lourenço van Rembach, na madrugada de 18 de março de 1633, com uma força de quatro mil homens divididos em duas fortes columnas e munidos de sapas, palas e fachinas, vadeou o então rio dos Cédros em diferentes pontos e atacou o reducto dos Afogados, pelos flancos direito e esquerdo. E com tanta fúria se revestiu Rembach nessa empresa, que, tendo perdido 200 homens no primeiro assalto, fez marchar a segunda columna sobre o reducto que, apesar da ingente resistência dos seus defensores, capitulou — agora sob o commando de Francisco Gomes de Mello, desde que falleceu António Ribeiro de Lacerda, o seu primeiro commandante, numa arrojada investida que fez ao Forte ERNESTUS.

Segundo o Marquez de Basto, perdemos nessa empresa vinte bravos, “sendo um delles o capitão Francisco Monteiro Bezerra, a cujo irmão, Domingos Bezerra, fez logo capitão o nosso general. Morreu tambem o capitão Freitas, que, havia tão poucos dias, chegára da Ilha da Madeira. Feridos houverão quinze, que forão os capitães Balthazar Leitão da Silveira (que pelejou nesse dia com grande valor) de um arcabuzação, por uma côxa, e Francisco Duarte com outro pelos peitos; o alferes Antonio Garro em uma perna, de que ficou côxo; Pedro Maciel, de outro mosquetão pela cabeça; Alonzo Cordeiro de Lyra, com outro pelo braço direito; Luiz Alvares, com dous mosquetões; Nicolau Gutherrez com outro pelos peitos (era cabo de esquadra de D. Fernando de la Riba Agüero e depois foi capitão); e Bernardo de S. João, tambem da sua companhia, com outro pelos peitos; levando-os prisioneiros, por ter-se demasiadamente empenhado, o capitão Manoel de Madureira, que fôra tenente de Francisco Gomes de Mello”.

Antes, em 10 de julho de 1631, tinham os hollandêses atacado a mesma posição, mas foram fortemente repellidos, como ainda o foram em várias outras tentativas.

Satisfeito Rembach com a posse de tão importante local, cuidou de o fortificar, mandando construir uma grande fortaleza, que se chamou PRINCIPE GUILHERME, em honra e mercê ao Stathouder de Hollanda. Mas não teve Rembach a sorte de a vêr terminada, pois, falleceu 45 dias depois dessa conquista, em consequência de um ferimento grave que soffreu atacando o REAL DO BOM JESUS.

Foi sob a direcção de Sigismundo van Schopp, que succedeu a Rembach no pôsto de coronel commandante das tropas do Brasil hollandês, que a fortaleza dos Afogados foi terminada, dando Sigismundo á sua construcção todos os requisitos técnicos da época: fossos, escarpas, revelins, canhoneiras, ponte, torre de commado e 15 canhões calibres seis e dezoito.

Em janeiro de 1638, no relatório que Nassau enviou á Hollanda, dizia do PRINCIPE GUILHERME: "E' um Forte de quatro pontas com quatro bastiões, e está mui bem collocado, porque nos assegura o caminho da Várzea e de toda a terra, e defende a passagem da Ilha de António Vaz para os Afogados. Está situado em uma planície e na sua parte mais elevada, dominando assim o campo até onde o canhão pode alcançar. Para o lado do noroeste tem fossos fundos; ao sudeste porém os fossos não são fundos, e o solo é mais alto, pelo que o inimigo pode approximar-se por meio de aproches. E' necessário que este Forte seja cercado de uma contra-escarpa, pois, não sendo assim, faltar-lhe-ha segurança. E' construido de uma terra singular, que, no verão, quando sêcca, é tão dura como pedra, e, no inverno, quando chove, é molle como argamassa, sulcando-o as aguas de modo que é necessario grande dispêndio para reparar-lo e conserva-lo".

Em 1639 tratou Nassau de melhora-lo. Cercou-o com uma forte tranqueira de páo a pique, mandou aprofundar os fossos, reforçar o talude e, para garantia dêste, construiu uma contra-escarpa.

Com o PRINCIPE GUILHERME, diz Frei Giossepe, ficaram os hollandêses seguros. Nêlle estabeleceram o seu quartel general e concentraram o grosso do seu exército. Dahi as suas correrias sobre os nossos, que, privados de forças e soccorros, eram constrangidos a desertar, abandonando ao inimigo os seus haveres e as suas ricas possessões.

Todos sabemos, e melhor no-lô diz a história, que desde a victória dos *insurgentes* nas Tabocas — 3 de agosto de 1645 — ou mesmo antes, com o movimento reivindicador de Ipojuca, em junho, e, depois, com as victorias de Casa Forte, Salinas, Jiquiá, Guararapes — tomada de Olinda e queda dos fortes de Nazareth do Cabo, Porto Calvo e Penedo — todo prestígio guerreiro dos hollandêses se modificou. Des-

dahi só decepções e dissabôres lograram, pois, até pela fome e pela sêde foram torturados.

Cheios de panico e cuidados, trataram de uma mobilização geral, reunindo todas as suas dispersas guarnições. Para montar guarda á cidade, chamaram a serviço a milícia dos burguêses, e, para engrossar os seus exércitos, julgaram aptos ao serviço militar, armando-os, a todos os nêgros a seu préstimo.

Mandaram reforçar, tornando-as mais vigilantes, as fortalezas ERNESTUS, BRUM, FREDERICO HENRIQUE e PRINCIPE GUILHERME, arrazando as árvores e casas visinhas ás mesmas fortificações. E como resguardo e segurança da sua gente, e para centraliza-la no Recife, ordenaram o arrazamento, a 17 de agôsto do mesmo anno, da cidade MAURICIA, em Antonio Vaz — trabalho que dez dias depois estava terminado, com a destruição ainda da ponte que então a ligava á Boa Vista.

Encurralados, portanto, quasi dentro do Recife, devido ao vigoroso assédio que lhes fizeram os nossos — desde os Afogados pelos Remédios e a Várzea até as Salinas, e, dahi, por Olinda, até o Rio Doce, — logo cuidaram de novas fortificações; entre estas a construcção do KYCK IN DE POT — grande fortim de madeira, mais ou menos nas immediações da actual ponte de FERNANDINHO — e a reconstrucção do forte EMILIA, que Mauricio mandára desmantelar por inutil. E para o lado dos Afogados, alem do refôrço que recebeu o PRINCIPE GUILHERME, levantaram na Barrêta um grande forte de nove pontas, ao qual denominaram de SCHOONBURGH, guarneceram-no com 200 homens e deram o seu commando ao capitão Blauwen Haen.

E com tal preparo e tão seguros se julgaram que um chronista da epoca escrevia: "todas as nossas baterias estão duas vezes mais fortificadas, de sorte que o inimigo não encontra ensejo de as levar de vencida."

Ora, a Felipe Camarão coube, no assédio, o commando do pôsto dos Remédios, denominado, á época, SEBASTIÃO DE CARVALHO, o que foi para o forte dos Afogados de más consequências. Dahi a não dar-lhe tréguas o valente indio, que logo o atacou, fortemente, a 16 de setembro de 1645. Por outro lado, delle não se descuidaram os hollandêses, que a 4 de outubro mandam prendêr e torturar alguns dos seus soldados, por pretenderem, induzidos pela gente de Camarão, envenenar os víveres do forte, encravar as peças e atear fôgo ao paiol. Também, a 6 de abril de 1646, outro

mosqueteiro soffreu pena igual, por intentar realizar a mesma triste façanha.

Tudo isso foi motivo para produzir nos hollandêses novas e presagas aprehensões e melhor cuidarem da defêsa e guarda do PRINCIPE GUILHERME, que a 7 de agôsto dêsse anno recebe a visita do governadôr e mais membros do Supremo Consêlho. E, do interesse que tinham os nossos de apoderar-se do forte, no-lo diz melhor um capitão hollandês que aqui estêve até abril de 1647:

- setembro, 16 de 1645: o inimigo escaramuçou fortemente com os nossos nos Afogados, o que durou algumas horas. Os nossos fizeram trabalhar galhardamente de todos os lados os canhões contra êlles, e sem duvida uma porção deve ter morrido”.
- dezembro, 16: sete ou oito dos nossos que iam para os Afogados foram mortos em caminho. O forte PRINCIPE GUILHERME fez fôgo contra a tropa inimiga, matando e ferindo a mais de oitenta”.
- março, 10 de 1646: esta noite o forte dos Afogados fez vivo fôgo contra o inimigo que se tinha aproximado algum tanto, o que obrigou a retirar-se o fôgo dos seus canhões”.
- março, 12: os canhões dos Afogados fazem um nutrido fôgo contra o inimigo que se quis aproximar do forte”.
- maio, 30: tendo sahido dois dos nossos soldados do forte PRINCIPE GUILHERME, para apanhar carangueijos e lenha, foram aprehendidos pelo inimigo que estava escondido no mato, junto ao forte”.
- junho, 29: o inimigo tomou uma das nossas lanchas que ia com víveres para o forte dos Afogados”.
- novembro, 22: duas das nossas companhias escaramuçaram com o inimigo nos Afogados. Atacaram os nossos até o alcance dos canhões do forte, e este os saudou de modo que das suas tres companhias mais de 18 homens ficaram mortos.
- janeiro, 11 de 1647: o inimigo veio fazer bravatas deante do forte dos Afogados. A nossa artilharia o saudou”.
- março, 12: o inimigo aprehendeu seis dos nossos soldados junto ao forte dos Afogados”.

Sitiados, portanto, desde o começo da insurreição pernambucana, e intensamente em janeiro de 1654; derrotados, pelo norte, com a capitulação dos fortes do REGO, nas Salinas, e ALTENAR, em Santo Amaro; e atacados no PERREXIL, no BURACO, no BRUM, no WAERDENBURCH, ordenou Sigismundo, na impossibilidade de soccorro, fossem todos os fortes exteriores abandonados, a fim de melhor fazer a defesa do Recife. Por outro lado, impossibilitados os nossos de apoderarem-se do Recife e Antonio Vaz pelo norte, não obstante as victórias conquistadas, na madrugada de 17 de janeiro atacaram o SCHOONBURGH, na Barrêta, e d'elle se apossaram sem grandes pèrdas ou escaramuças.

Surprehendido Sigismundo com a nova derrota, ordenou, como última medida, fossem reforçados o ERNESTUS, o FREDERICO HENRIQUE, o EMILIA e o KYCK IN DE POT e desmantelado o PRINCIPE GUILHERME. E cumpriram tão fielmente a ordem os seus soldados, que logo fizeram conduzir canhões e mais petrechos bëllicos do forte e atearam fogo ao seu paiol. E por imprestáveis, nelle deixaram apenas ficar "uma peça de ferro de cinco libras de bala, cravada e sem número de pêsos, cavalgada em sua carrêta e sem aparelho algum; uma peça de ferro tambem cravada de seis libras de bala, pesando 2115 libras, cavalgada com sua lanada e soquete, e uma peça de ferro de trez libras de bala, sem número de pêsos, cavalgada e sem aparelho."

Na manhã de 20 de janeiro de 1654, occuparam os nossos o forte PRINCIPE GUILHERME, "cujos quarteis acharam em ruinas" — e ruinas que eram, o tempo e os homens deram cabo!

Terminada a guerra, retirados os hollandêses, já nenhuma serventia e nenhuma acção bellicosa podia offerecer o PRINCIPE GUILHERME. E como elle o ERNESTUS, e EMILIA, o WAERDENBURCH, o SCHOONBURCH, o SÃO JORGE e tantos outros. O desenvolvimento da cidade e o tempo os annullaram. E' o que ora vai acontecendo com o BURACO, o BRUM e o CINCO PONTAS, que, alem de não serem já obra dos hollandêses, daqui a mais um punhado de annos, como aquêlles, dirão apenas de si, aos vindouros, as cartas e as chronicas.

E do não aproveitamento do forte dos Afogados, é de conjecturar-se, houvera pensado João Fernandes Vieira, quando superintendente das fortificações do norte. Dahi

já não constar o mesmo das relações que enviou á Côrte, em 12 de maio de 1677 e 20 de julho de 1680. Antes, no governo de Bernardo de Miranda Henrique, na relação das fortalezas e fortes aqui existentes, que este enviou em 7 de janeiro de 1669 a Alexandre de Souza Freyre, na Bahia, já não figura o PRINCIPE GUILHERME; nem ainda na relação e plantas que Fernão de Souza Coutinho enviou ao mesmo governadôr, em novembro de 1671, conforme ordem que recebêra da Côrte, datada de 23 de agosto de 1670.

Do propósito do não aproveitamento do citado forte, se verifica ainda nas relações enviadas á Côrte por D. João de Souza, em 26 de maio de 1682 e 20 de agosto de 1685; na dos Officiaes da Camara de Olinda, de 12 de agosto de 1685; na do governadôr João da Cunha Souto Maior, de 8 de agosto de 1686; e ainda na do cosmógrapho-mór Manoel Pimentel, de 18 de dezembro de 1703, e na do engenheiro das fortificações Luis Francisco Pimentel, de 18 de agosto de 1704.

Ao governadôr Francisco de Castro Moraes, em resposta ás suas cartas de 5 e 15 de março, e 18 de dezembro de 1704, nas quaes dava conta do entendimento que tivera com o cosmógrapho Pimentel, sôbre o estado precário das nossas fortalezas e do que necessitavam para a sua defesa e conservação, foi ordenado, por provisão de 17 de maio de 1705, executar apenas e pôr em perfeição as fortalezas já principiadas, uma vez que a defêsa da Capitania consistia em que as fortalezas antigas estivessem de maneira a poder defendêr-se. Antes, outra provisão de 15 de setembro de 1703, ao governadôr Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, ordenava reedificar as fortalezas que "offerecem maior consequência e conviniência á defêsa da Capitania", e abandonar as julgadas de nenhuma praticabilidade e estratégia.

Tambem D. Lourenço de Almeida, por provisão de 17 de maio de 1718, recebeu ordem para abandonar as fortificações de nenhuma utilidade, e cuidar das de maior serventia. Tal recommendação foi renovada, em 1730, a Duarte Sodré Pereira Timbau, de não innovar coisa alguma quanto ás fortalezas, por não haver necessidade.

Já á epoca dos Mascates, 1710, nenhuma serventia tinha o arruinado forte dos Afogados, — se algo das suas ruínas ainda restava — tanto que o governo precisando defendêr os Afogados, mandou em sua defêsa construir uma trincheira e suppriu-a com um canhão que retirara do PICÃO — Forte

de São Francisco. E quando, em outubro de 1711, aqui chegou Felix José Machado, em ruínas encontrou elle as nossas fortalezas. Sobretudo as de SANTO IGNACIO de Tamandaré, SANTA CRUZ de Itamaracá, PAU AMARELLO, BRUM, CINCO PONTAS, SANTO ANTÓNIO DOS COQUEIROS e o forte da MADRE DE DEUS. E porque vivêsse a sonhar com uma nova invasão estrangeira, foi todo o seu cuidado pôr as mêsmas em estado de defêsa. E precisando guardar os Afogados, *porque ahí não houvesse uma fortaleza*, mandou reforçar a sua guarda com 17 homens, munindo-a com dois canhões, duzentas ballas calibre dezoito e um quintal de balla miúda.

Era este o estado das nossas fortificações em 1711. Mas não é para admirar, pois antes, em 1693, já Caetano de Mello Castro se queixava á Côrte do precário estado das praças e fortalezas de todo o Brasil, incapazes de se poderem conservar, sobretudo as de Pernambuco.

No govêrno de D. Marcos de Noronha, 1746, de quem se conhece a melhor notícia da Capitania de Pernambuco, nenhuma referênciã existe da fortaleza dos Afogados. Apenas constam da relação a que procedeu, as fortalezas do BRUM, BURACO, CINCO PONTAS, ITAMARACA', NAZARETH DO CABO, TAMANDARE', PAU AMARELLO e o PICÃO. Não figurando já o FORTE DO MATTOS, o FORTINHO DA CIDADE e a CIDAELLA, constantes ainda quando da exposição feita pela Camara de Olinda á Côrte, em 28 de abril de 1721, com pedido de auxflio para conservação das mêsmas.

Tollenare que, aqui estêve em 1816 e tudo viu e tudo esmiuçou, não consigna nenhuma notfcia do forte dos Afogados. Nem mêsmo da povoação, que só a conheceu na madrugada em que passou, rumo a Ipojuca, em visita aos engenhos SALGADO e SIBIRO'. Charles Waterion apenas fez referenciã do BRUM e do BURACO. Antes, em 1802, Santos de Vilhena dando a um seu amigo notfcia do Recife, fez relação completa da sua defêsa, denominando e localisando as suas fortificações, mas sem nenhuma referênciã ao PRINCIPE GUILHERME. Só Henry Koster, que tudo tambem inqueriu, lamentou não ter encontrado vestígio d'elle.

A última notfcia, portanto, que se tem do forte dos Afogados é a que o afogadense Joaquim Francisco de Souza Navarro deu por escripto a D. Pedro II, em 29 de novem-

bro de 1859, quando de sua visita aos Afogados; — documento que D. Pedro fez presente ao "Instituto Historico Brasileiro", e do qual se serviu Franklin Tavora, com reportar-se ao citado forte, copiando-o á pagina 37 de O CABELLEIRA.

Segundo o desenho e planta de Franz e Pieter Post consignados na obra de Barlaeus, e a de Frei Giossepe de Santa Terêsa, de autoria de Andréas Antonius, planta que é uma reprodução *avant-la-lettre* da de Jean Vingboons, existente, em original, no "Instituto Archeologico"; ou ainda mêmso as plantas mais recentes, como as de Fernandes Gama, Victor Fornié e Emile Beringer — que nada mais representam do que cópias alteradas daquellas —, ficava o PRINCIPE GUILHERME ao pé da actual ponte dos Afogados, logo ás direitas de quem entra na povoação. Occupava elle precisamente o local onde ora assentam os predios de numeros 82 a 170.

E' este o ponto assignalado nas citadas plantas; e o de que ainda fazem menção os historiadores Johann Nieuhof, Arnoldus Montanus, Johannes de Laet, Frei Raphael de Jesus, Padre Manoel Callado e Duarte de Albuquerque Coelho.

E' este o único ponto saliente da povoação de que fala o relatório de Nassau de 14 de janeiro de 1638, cuja eminência do terreno é natural; não soffreu alteração, pelo facto da construcção da ponte. Tambem é o mesmo que Joaquim de Souza Navarro informou a D. Pedro: "O forte dos Afogados ficava á direita da entrada da dita povoação, (indo do Recife) por trás das primeiras casas. Foi demolido pelo Intendente da Marinha Siqueira, em 1813 e 1814; e com seus fragmentos aterrou uma cambôa que passava por trás da primeira casa do mêmso lado onde morava".

E da legitimidade desse documento, é o facto de contar Joaquim Navarro 24 annos de idade, á epoca em que o Intendente Siqueira deu cabo do arruinado forte. Pena que tal houvesse acontecido em 1813, pois, fôsse mais tarde, te-lo-ia salvo o decreto de 7 de janeiro de 1820, "determinando que, ainda quando as fortalezas não servissem para a defêsa, deviam ser conservadas, tendo em vista algum outro fim".

Tambem o velho José Marques, que vive ainda nos seus 99 annos completos, conta que o seu avô, o alferes miliciano António Fernandes Marques, se lembrava de ter visto as

ruínas do PRINCIPE GUILHERME; e sabia que as primeiras casas construídas no local assentaram nos seus alicerces.

Occupava o PRINCIPE GUILHERME uma área de 19182 metros quadrados, ou fossem 138 metros e meio de cada lado — baluarte a baluarte. Excluindo os baluartes, a sua área quadrada era de 7885 metros, ou fossem 88 metros e 80 centímetros de cada lado. A sua área interna era de 82 metros quadrados, ou fossem 28 metros e meio de cada lado. Tal a *rynlantsche* ou *braça rhenana* de Jean Vingboons, que é a *rylandica* de Frei Giossepe e a *rhenolandicae* ou *virga mathematica* de Barlaeus, — medida ordinária hollandêsa de 12 pés (3m,552) commum ao pé antigo romano ou *pé capitólio*, equivalente a 296 milímetros.

Actualmente, por SITIO DO MARINHO é conhecido o local onde foi edificado o PRINCIPE GUILHERME. Ahi, com Pereira da Costa, dei uma batida em todo o terreno, em busca de um velho canhão que um pescadôr dissera ao mestre dos “Annaes Pernambucanos” ter visto, numa maré baixa, perto da ponte. Contou-nos então o proprietário do SITIO, que, ao cavar um buraco para enterrar as fôlhas mortas das mangueiras, encontrou um alicerce, verificando que o mesmo se prolongava, em sentido horisontal, terra a dentro; pelo que não deu importancia, por julgar fôsse o alicerce de uma casa ha muito ahi existente. Nessa ocasião presenteou-nos elle com uma balla de ferro, já ahi encontrada em outra excavação.

Foi no SITIO DO MARINHO que, em agôsto de 1867, o commendadôr Joaquim de Mello, em nome do “Instituto Archeologico”, verificou vestígio das ruínas do PRINCIPE GUILHERME.

Quando passou em Afogados o “Saneamento”, o trabalho do prédio 84 estêve a ponto de parar. Logo ao chegar à soleira da porta principal, a existência de um largo e sólido alicerce e de uma arcada de pedra, como a indicar a porta de um subterraneo, difficultou o serviço. Divulgado o achado e á aproximação de curiosos, o seu proprietário mandou fechar o buraco, para uma busca futura, na hypóthese de que ahi houvesse um thesouro(!); ou porque difficil fôsse a remoção da pedra, que se alonga por baixo do prédio 82, que é um sobrado.

E' crendice que no 82 ha alguma botija com dinheiro enterrada; e como tal é tido como malassombrado! A preta Thereza, contava o major Urbano de Lima, por mais de uma vez ouviu alta noite tinidos de ferros e uma voz que ella não entendia bem. E o coronel Anselmo Vieira, dono de um engenho no Cabo e senhor de Thereza, viu, certa noite de lua muito clara, o vulto de um individuo, agalado á antiga e á maneira de militar, sahir da estribaria, passear em volta do prédio e desaparecêr ao pé da ponte!

A quem coube, após os hollandêses, o terreno onde foi edificado o PRINCIPE GUILHERME não encontrei menção. Antes pertencia a Jerónimo de Albuquerque, que o legou a sua filha D. Antonia de Albuquerque e esta o vendêra a Alvaro Fragôso. Provavelmente foi dado em aforamento pelo governadôr Duarte Sodré Pereira Timbau, conforme se vê pela correspondência da Côrte, de 28 de julho de 1730, confirmando a resolução que êste tomara, dando por sesmarias as praias, alagados e outros terrenos para se fabricarem casas".

Sei apenas que em 1831 os predios 82, 84, 88 e 98 já existiam. Assim resa o DIARIO DE PERNAMBUCO de 29 de julho de 1831:

"Vende-se Uma morada de cazas de sobrado de um andar, e sôtão com quintal grande, murado, e algumas arvores de fructo; trez cazas anexas ao mesmo sobrado tambem com quintal, alegrete, desembarque, estribaria, etc; ao pé da ponte dos Afogados".

A essa época, do lado fronteiro, onde actualmentê estão o Nicho de N. S. da Paz e algumas casas novas, não havia nenhuma edificação, como se vê ainda pelo DIÁRIO PERNAMBUCO de 6 de abril de 1827:

"QUEM quizer comprar umas terras cujo alicerço já feito nos Afogados, logo no sahir da ponte a mão esquerda dirija-se á bôa vista defronte da Matriz n. 42, que lá achará com quem tratar".

Ainda em 1859, quando aqui estêve D. Pedro II, nenhuma edificação havia sido feita nesse local. Existia, apenas, mais abaixo, o sobrado, já agora reformado, que se vê numa aquarella existente no "Instituto Archeológico", e por tráz do

qual as tropas de Lima e Silva, em 1824, passaram vadeando o rio, na impossibilidade de faze-lo pela ponte que lhes foi cortada.

Ahi, e porque impossivel fôsse no lado fronteiro, os afogadenses, para solennizar a visita do Imperadôr, construíram um forte de madeira, como recordação do PRÍNCIPE GUILHERME. "Aguardaram attentos o momento em que o solo afogadense fosse pisado pelo Monarcha, quando a uma hora da tarde de 29 de novembro, espalhou-se a noticia de que elle passeava numa galeota pelo rio. Poz-se immediatamente tudo em observação e movimento, e ao desembarcar inesperadamente S. M. I., salvou o forte com 21 tiros". ("Diario de Pernambuco" de 6-12-1859).

Ainda no dia seguinte, ás 6 horas da manhã, quando por Afogados passou D. Pedro, rumo aos Guararapes, salvou o mesmo forte e pela ultima vez.

Quanto ao Nicho de N. S. da Paz, desde quando foi edificado, não encontrei noticia. Dêlle não fez referência Pereira da Costa, quando traçou a chronica de Afogados. Que já existia em 1838, é o facto de te-lo visto e consignado nas suas "Impressões" o missionário methodista Rev. Daniel Kidder.

Baseados em Barlaeus, numa das plantas nelle consignadas de autoria de Pieter Post, vários dos nossos chronicistas foram de razão que o PRÍNCIPE GUILHERME fôsse ligado ás CINCO PONTAS, pelo continente, por um canal. E Nassau, ao criterio de tal opinião, ganhou fama de te-lo executado. Mas, em verdade, o que se vê ahi não passou de um projecto do mesmo architecto. E' preciso notar — opinião que é tambem de Emile Beringer — que as divisões do Recife desenhadas nas antigas plantas não representam construcções realmente feitas; mas somente projectos de alinhamentos de Post, — "projectos que, como tantos outros nos nossos dias, teem sido modificados no decurso da execução".

E tanto isso é verdade, que o desenho de ANTONIO VAZ, na obra de Frei Giossepe, é bem differente do que se vê em Barlaeus. Em Frei Giossepe as ruas e as casas de ANTONIO VAZ não obedecem a ordem nem planos; foram edificadas asymmetricamente.

Se por água, pelo continente, se communicavam os hollandêses entre os dois citados fortes, era pelo canal que ain-

da agora, com algumas alterações, é o mesmo que sae de Afo-
gados, por tráz da rua Imperial, para ligar-se com o Capiba-
ribe na ponte de FERNANDINHO; — canal que, antes de ser
forçado a recuar pelo atêrro do caminho de ferro, ia termi-
nar na actual Praça Siqueira Campos. Era ainda assim em
1848, como se vê numa planta de Fernandes Gama.

E foi a Praça Siqueira Campos o local aterrado pelos
governadôres Henrique Pereira Freire e General D. Thomáz
José de Melo. Dahi chamar-se primeiramente ATERRO DOS
AFOGADOS, — nome que comprehendia toda a extensão da
actual rua Imperial. Depois chamou-se VIVEIRO DO MUNIZ
e CAMPINA DO BODÊ. Mas só depois dos atêrros das vias-
fêrreas Central e Cinco Pontas, deixou ella de ser estragada
pelas grandes marés. Em 1856, os engenheiros Henry Law e
John Blount, no seu projecto de melhoramento do pôrto,
opiniram pela construcção, no mesmo local, de uma ponte
de 3 arcos com 825 palmos de comprimento;— projecto que
foi regeitado em 1862 pelos engenheiros Lane e Charles
Neati, que julgaram pela inutilidade da ponte, se ahi, já
melhorado com a passagem, em 1858, da linha-fêrrea-sul,
fosse feito um atêrro sólido, por processo differente dos an-
teriormente executados.

Opinam tambem alguns chronistas de após 1654, ape-
zar do "silêncio mantido pelos auctôres hollandêses", que os
invasôres, para melhor accesso aos Afogados e garantidos pe-
lo PRÍNCIPE GUILHERME, construíram uma ponte sobre o
FLUVIUS AFOGADORUM. E ha, como Emile Beringer, quem
a vêja representada em várias cartas! Entretanto, só em uma
das plantas de Pieter Post vemo-la desenhada; ou nas que
forem copias desta. Mas tal planta, como fica dito atrás e
tenho repetido, não logrou execução, dada a sabida prema-
tura de Nassau e logo após a insurreição pernambucana.

O que se vê, em acurado exame, nas diversas outras
cartas e que erroneamente tem servido de base á existên-
cia da citada ponte, é uma tranqueira ou redente flanqueado
á margem do rio, em frente ao forte.

Que uma ponte, porem, no seculo XVII ligava Afogados
ao Recife, construída talvez após os hollandêses, se deduz
da representação feita pela Camara da Villa do Recife á
Côrte, em 5 de abril de 1716, pedindo ordem para o cón-

cêrto das pontes, allegando que para a dos Afogados ha nove annos passadôs, 1707, idêntico pedido havia sido feito, dado o seu precário estado. Outra provisão de 4 de abril de 1720, ao governador Manoel de Souza Tavares, "sobre o que representaram os Officiaes da Camara da Villa de Santo Antônio do Recife, sôbre o estado em que se achavam as pontes do Recife, Bôa Vista e Afogados, e ser preciso acudi-las das ruinas", ordenava se posesse em arrematação o concêrto das dos Afogados, Jiquiá e Motocolombó, e fosse annullada a arrematação anteriôr de 1717. Tambem idêntico pedido foi feito pela Camara de Olinda, em 28 de abril de 1721, solicitando reparos para as sete pontes da Capitania: Afogados, Recife, Jiquiá, Bôa Vista, Motocolombó, Rio Dôce e Varadouro.

Henrique Luis Pereira Freire, em 1744, cuidou da reconstrucção da ponte dos Afogados; mas, em abono da verdade, não se dê como *spont sua* êsse trabalho, como quer Fernandes Gama, pois, Freire o executou pela provisão de 28 de janeiro de 1744, motivada por uma representação feita á Côrte pelos moradôres dos Afogados. Em 1831, no govêrno de José Pinheiro de Vasconcellos, passou ella por um grande concêrto; e, em 1851, no governo de José Ildefonso de Souza Ramos, "foi ella construida de nôvo pelo preço de 50 contos, pois a existente, arruinada, não admittia concertos". E' provavel que fôsse essa a que chegou aos nossos dias, mais tarde substituida pela actual de cimento armado.

Quem tenha conhecido a velha ponte de madeira dos Afogados, sabe que rara era a semana em que as "Obras Publicas" não na tivessem sob concêrto. Nenhuma segurancç. offereciam o lastro e as pilastras.

Foi êste, dizem, um dos motivos por que a "Companhia Trilhos Urbanos" custou a fazer os seus carros chegar aos Afogados. E só o fez devido ao desabusado arrojô de meia dúzia de seus moradôres. E' o factô de, certo dia, combinados alguns afogadenses, ao chegar o bonde no calêco da ponte, estação terminal, obrigaram os conductôres do vehiculo a proseguir na viagem, levando-o alem da ponte. E em tão má sorte ficou a ponte, depois dessa operacão, que a "Companhia" deliberou concerta-la, montando dahi os trilhos com que inaugurou a sua carreira ao Largo da Paz.

O progresso da rua Imperial — nome por que foi baptisada desde 1829 — vem de 1826, com o plano de alinha-

mento feito pelo engenheiro João Bloen, e com a mudança, para a Cabanga, em 1831, dos Curraes e Assougues das Cinco Pontas, local onde estão hoje a Matriz de São José e os Armazéns da "Great-Western". Em 1834 um novo "plano de arruamento foi traçado pelo tenente coronel do corpo de engenharia Firmino Herculano de Moraes Ancora. Em 1802, não havia ainda uma só casa no ATERRO DOS AFOGADOS — apenas comprida restinga artificial, ficando o mar pela esquerda de quem safa da povoação do Recife, e pela direita o rio Capibaribe".

Ainda em 1824, da calçada do major Peixôto, último edificio da rua Vidal de Negreiros, em frente ás Cinco Pontas, sobrado fronteiro aos então Curraes e Assougues — que é actualmente o sobrado de numero 382 —, dahi até a ponte dos Afogados, só havia á margem do rio, com frente para o mar, um lanço de casas térreas pertencentes a um ancião e mestre chapelleiro, a quem chamavam de Pavão".

Segundo o desenho de Franz Post e a planta de Jean Vingboons, cujas reproducções estão consignadas nessa memória, facil é ver-se o PRÍNCIPE GUILHERME no seu verdadeiro local, á margem direita do "Fluvius Afogadorum".

E em Post vêmo-lo e examinamo-lo em toda a sua magestade, flanqueado por uma alta estacada de páo a pique, e fortalecido com a sua contra escarpa e o seu fôssô, e as suas quatro guaritas montadas nos quatro revelins, ao pé das quaes estão guardas a espreita do inimigo, seguros aos seus mosquêtes.

Em frente á porta, que dá para sueste, está a ponte de acesso; e por cima da porta a casa da ordem, com uma guarita ao lado e um outro guarda, de mosquête ao hombro, em vigília.

A noroeste está a residência do commandante da fortaleza — anteriormente casa grande do engenho de João Mendonça, onde se encurralaram os nossos e offereceram resistência aos invasôres, logo á derrota e pêrda do reducto.

E para effeito e graça da paisagem que o circunda, não esqueceu o pincel mágico de Post de pintar alguns coqueiros. E na estrada, que, sahindo da povoação passava então em frente á fortaleza e margeando o rio ia ter para além da Várzea, pôs elle um senhór de engenho, cavalgan-

do nédio corcel, acompanhado da espôsa que o segue numa tipóia, aos hombros de dois possantes escravos.

E quem quer que se identifique com esse desenho e outrotanto identificado estêja com o actual "Sitio do Marinho", vê que a paisagem, apesar de trez séculos decorridos, pouco modificou. Conserva ainda muito do que foi. E tanta semelhança encontro nos dois quadros — o de Post e o actual — que, impossivelmente já se vê, identifico entre os coqueiros do "Sitio" alguns dos que desenhou o pintor bătavo!

NAASSON FIGUEREDO.

Aspectos da Reacção Cívica de 1911

Lançada a candidatura do general Dantas Barretto ao governo do Estado, iniciaram-se os comícios de propaganda, em um dos quaes o Cel. Sebastião Alves, opposicionista ardoroso, reagiu contra uma phrase offensiva do dr. Ulysses Costa, chefe de policia, quebrando-lhe a cabeça com uma bengalada.

Segundo é de avaliar, não foi sem grande agglomeração de gente, correrias, pedradas, cacetadas e mesmo alguns tiros de revolver e pistola que o desforço se executou.

D'esse tumulto até que a ultima fuzilaria esburacou paredes nesta cidade e que a ultima victima tombou varada no calçamento das ruas, dias antes da posse do general, não é facil deslindar a realidade, nem a mim compete fazel-o, adstricto neste escorço ao meu testemunho individual.

Não se encontraria a inteira verdade nas noticias dos jornaes da epocha, exaggeradas que eram as de uns, fallaciosas as de outros, timidias e reticentes as de outros ainda.

Menos se apurariam factos, ouvindo as narrativas de meros espectadores ou de militantes de um e de outro lado, tendentes aqui á desculpa da facção, desvirtuadas acolá por jactancia fanfarra ou turbação psychica ocasional.

E não é de desprezar este ultimo factor. Os escriptores que se tem occupado da psychologia do combate as-signalam phenomenos interessantes, decorrentes uns do desenfreamento do automatismo psychico, outros do choque mental, traduzindo-se aqui pela inibição fragmentaria ou generalizada da funcção perceptiva, ali pela tendencia á illusão e á allucinação.

São característicos o movimento de *saudação*, dos recrutas que recebem o baptismo de fogo; o de *turbilhão*, de um regimento que soffre inopinadamente uma descarga de artilharia: o de *aperto*, uns contra os outros, dos soldados que em um quadrado resistem á fuzilaria contraria, o dis-

parar continuo dos atiradores, difficil muitas vezes de fazer cessar pelos officiaes, quando já se tornou desnecessario.

Muitas vezes o heroismo não é mais do que a expressão d'esse estado particular em que o psychismo superior se tolhe e os centros inferiores ficam entregues ao seu automatismo.

Um caso d'essa ordem acabo de lèr em um jornal d'esta cidade. Refere-se á batalha do Yprès, uma das mais sangrentas d'essa formidavel lucta, que Max Nordau com propriedade qualifica de "selvageria organizada scientificamente". Translado a passagem:

"Um soldado allemão ferido nessa batalha fez d'ella esta commovedora narração no "Worwaerts", rendendo preito á magnifica bravura das "Tominiés":

— "Eu me recordarei sempre, escreveu elle, de uma scena cheia de sublime horror. Tinhamos feito uma "carga" furiosa e a nossa artilharia nos abrira caminho. Os inglezes tinham recuado. Sosinho, um dos seus soldados, occulto num abrigo, continuava a girar, sem interrupção, a manivela da sua metralhadora, visando, com um sangue frio imperturbavel, as nossas fileiras que avançavam. Esse homem teria tido cem vezes tempo de salvar a vida juntando-se aos companheiros. Mas não se moveu, atirando sempre, enquanto estavamos apenas a cinco passos. "Entregue-se", gritamos varias vezes.

Tudo foi inutil. Finalmente, nós o matamos com as nossas baionetas, sobre a metralhadora.

Mas a sua mão estava ainda agarrada á manivela, e, mesmo morto, com muita difficuldade a arrancamos.

Esse bravo morreu como heroe e nós lhe tendemos as honras".

O infeliz foi apenas uma victima da desaggragação psychica, como o demonstram o alheimento á realidade da situação, a surdez ás injunções dos inimigos e a contractura da mão na manivela da metralhadora, phenomenos expressivos de automatismo mono-ideico.

Entre os factos peculiares á mentalidade dos combatentes estão a amnesia, a percepção defeituosa dos phenomenos externos, a tendencia á allucinação ou a visão do que não existe.

Relata um historiador que Mac-Mahon, querendo redigir immediatamente depois de uma batalha, a acta do que succedera, mal começara a dictar a descripção, fôra inter-

rompido por um dos seus generaes que affirmava não ter tal peripecia occorrido daquella forma.

Consultado outro official divergia ainda o seu testemunho dos dois anteriores, e, reproduzindo-se essa difficuldade de conciliar os testemunhos dos principaes figurantes na batalha quanto a muitas circumstancias d'ella, a acta acabou por não ser lavrada.

Eis ahí porque não é de extranhar correrem tantas versões destoantes sobre os acontecimentos d'esta cidade.

Ha que dar o desconto dessa turbacão mental dos combatentes, mesmo dos que apenas assistem a combates.

O pavor, d'outra parte, e a prudencia, vigilantes atalaias do instincto de conservacão, intimavam a maioria dos habitantes ao prompto fechamento de portas e janellas, mal soavam as primeiras descargas, e, internados nos edificios, a resguardo em seguros esconderijos ou por trás de espessas paredes, de escasso credito poderiam gosar os seus relatos.

O primeiro nutrido tiroteio, por exemplo, que foi o de 10 de Novembro, tem as versões mais variadas, algumas de macabra fantasia.

Motivou-o a projectada passeata dos rosistas, os quaes, não tendo encontrado automoveis pela recusa dos *chauffeurs*, ganhos todos á causa opposta, a transportarem os manifestantes, aprestavam-se a desfilar a pé, do que sabedor o povo affluíu á Praça da Independencia, e, fronteiro ao "Diario de Pernambuco", prorompeu em vivas ao general, despejando-se depois em caudaloso prestito pela rua Nova em fóra.

Atravessavam a ponte da Bôa-Vista quando se ouviram tiros e cahíam baleadas diversas pessoas, estabelecendo-se logo enorme confusão.

Instantes depois, acorria a tropa federal a defender o povo, assaltado, dizia-se, por soldados de policia e cangaceiros, que o espingardeavam de varios pontos de terra e do rio, entrincheirados em grandes alvarengas.

Por quasi meia hora crepitou vivissima fusilaria, e, ao cessar, mortos jaziam estatelados no solo e feridos lamentavam-se ao desamparo.

Cousa exquisita, todas as victimas eram paisanas e soldados do exercito; nem um soldado de policia ou governista conhecido ficara no campo da lucta!

Entretanto, affirmava muita gente ter, com os seus olhos, visto alvarengas cheias de soldados de policia que

atiravam sobre o povo e jornaes d'aquella epocha o asseguravam.

Davam-se os nomes desses transportes maritimos e os das lanchas que os haviam rebocado, com todas as manobras executadas por occasião do combate; havia quem, com um mixto de horror e furia, referisse ter contado, do parapêito da ponte, mais de vinte policiaes estendidos mortos em uma das façanhudas alvarengas.

Apontavam-se as casas de onde se tinha disparado contra o povo e o exercito; citavam-se os nomes de presidiarios retirados da Detenção para a obra faccinorosa, mediante promessas de paga e liberdade, e inhumados no cemiterio, após o tiroteio, com falsos attestados de molestia.

Se cadaveres de soldados da força publica, explicava-se, não tinham sido encontrados, era que, recolhidos após o morticinio, os haviam incinerado no forno de cremação do lixo sito no Pombal, para que vestigios não restassem da criminosa empresa.

Cerca de sessenta a queima consumira, e gentes d'aquella zona propalavam, lividos e de cabellos eriçados, terem ouvido os gemidos lancinantes de infelizes, mettidos no forno ainda vivos, e sentido o cheiro de carne assada...

Bandidos!... Miseraveis! Horriveis scelerados!; taes as exclamações a explodirem por toda a cidade em vibrações de indignação, com cêdo a se alargarem, graças ao telegrapho, em repercutada animosidade a todo o Estado e a todo o paiz.

Deputados desligavam-se do partido; funcionarios publicos atiravam desdenhosamente as suas demissões ás faces do governo; tal cidadão de habitos pacatos e reconhecida bonacheirice declarava, rubro de cólera, só pretender descançar d'ahi em diante quando houvesse trincado o fígado de Estacio; tal sensata mãe de familia dispunha-se a pegar em armas para castigar os sicarios...

Soldado de policia que apparecesse na rua arriscar-se-ia a ser trucidado, levada ao ultimo gráo a exarcebação que, desde antes do pleito Dantas-Rosa, coagira o governo do Estado a entregar a guarda da cidade á guarnição federal.

Os membros mais salientes da grey rosista foragiram-se; outros aferrolhavam-se em casas de amigos, e o proprio chefe de policia, o dr. Ulysses Costa, abandonou em desatino o seu cargo, esgueirando-se á noite para o Estado da Parahyba.

Dando um incontestavel exemplo de coragem, permaneceu em Palacio o dr. Estacio Coimbra, cercado por meia duzia de amigos dedicados.

II

Entretanto, o facto é que não se sabe ao certo o que occorreu naquella noite memoravel.

Eu pelo menos não sei, e as pessoas de criterio a quem tenho interrogado não o sabem egualmente.

Houve alvarengas armadas para um ataque ao exercite e á população? Morreram soldados de policia? Foram cremados corpos no Fôrno de Incineração? Quem provocou a sangueira? A policia?

Emmaranhado enigma que não consegui decifrar.

Voltara eu naquelle dia, ao cahir da tarde, para minha residencia, em Caxangá, e não presenciei o tiroteio. Comtudo, passada a primeira impressão, a duvida a pouco e pouco me invadia o espirito.

As pessoas do povo attingidas pelas balas não o tinham sido em lucta; transeuntes, umas, surprehendidos pelos primeiros disparos; fugitivos e medrosos, outras, alcançados nos proprios esconderijos e detrás de anteparos occasionaes.

Um ferido, ao qual prestei serviços em Caxangá, contou-me que elle e um companheiro, ambos empregados fóra da cidade, demandavam a estação da estrada de ferro suburbana e iam atravessar á noite a ponte da Bôa Vista, quando rompeu o tumulto: tiros, alaridos e refluxo subito da multidão.

Atarantados retrocederam em disparada e occultaram-se atrás do grosso tronco de uma das gamelleiras da rua do Sol, á margem direita do rio. Intensificando-se a lucta, não se atreveram a abandonar a arvore, e procuravam acobertar-se com o seu tronco de descargas que vinham da margem opposta quando tombou morto o companheiro e sentiu-se elle baleado na cabeça.

Ora, n'esse ferimento, interessando o couro cabelludo, fizera evidentemente o projectil o seu percurso no sentido postero-anterior; d'onde resulta que se atirava de um e de outro lado do rio.

Um meu auxiliar de consultorio, moço digno de inteiro credito, occultara-se, ao estalar o conflicto, na cavidade de uma das columnas da ponte, mas, verificando que, se ficava protegido contra as balas partidas de um lado, estava exposto ás do outro lado, decidiu abandonar o mal seguro refugio

e, arrastando-se pelo passadiço, então deserto, ganhar a cabeceira esquerda da ponte. Poude d'ahi verificar, que, a alguns passos de distancia, uma companhia de soldados do exercito, deitados no solo do Caes do Capibaribe, mantinha cerrado fogo para a margem fronteira. Pela confiança que naquelles dias inspiravam ao povo os soldados de linha, aclamados em todo o Estado como generosos salvadores, julgou-se o moço garantido, e levantando-se, caminhou para a força. "Abaixe-se", gritaram-lhe, ao que obedeceu, e, agachado, postou-se entre uma gamelleira e o parapeito do Caes. Continuaram a descarregar os soldados, que, de rojo, se aproximavam do parapeito, até que um delles se achou com a cabeça ao lado da gamelleira alludida. "Camarada, perguntou-lhe o rapaz, contra quem estão vocês atirando? Ao que respondeu o interpellado: "Nós nem sabemos!"

Como está fóra de duvida que a força collocada na outra margem, na actual praça Joaquim Nabuco, pertencia á tropa federal, parece que, pelo menos, naquella zona, soldados do exercito andaram a disparar contra companheiros de milicia, o que daria a razão do facto extranho das mortes e ferimentos verificados no dia seguinte só entre populares e praças de linha.

Vê-se que um mal-entendido, um panico, poderia ter dado logar a tudo aquillo.

Não assim, todavia, em tiroteios ulteriores.

Nos dias tetricos em que, reentregue o policiamento da cidade á força estadual tentava o governo reprimir a ferro e fogo a revolução, posso dar testemunho de scenas, dessas que o horror e a indignação insculpem para sempre na memoria.

III

Em 1914, respondendo a um ataque do dr. Elpidio de Figueiredo, descrevi no "Correio do Norte" um d'esses feitos de incrível ferocidade, e agora o relembro neste trabalho.

Foi naquelles dias tumultuosos de 1911, que succederam á eleição para o governo do Estado, naquelles accidentados dias de Novembro que deslisava.

Chegara eu á cidade por volta de 10 horas da manhã, e, ao entrar na rua Nova, chamou-me a attenção o aspecto abandonado d'aquella rua, onde o olhar se espraiava sem que o detivesse um só transeunte.

Ao inverso, nas janellas assomavam innumerous rostos, com ares de curiosos e amedrontados simultaneamente, a observarem uma fila de soldados de policia que, lá ao longe, no fim da rua, se estendia orlando a calçada do "Grande Ponto", cujas portas, como aliás quasi todas as da rua Nova, estavam fechadas.

Quedei um minuto indeciso a reflectir naquelle extranho quadro; depois continuei o meu caminho pela arteria deserta em demanda da Praça da Independencia, disposto a passar pela frente dos soldados, que eu não acreditava estarem ali para atirar a torto e a direito em quem lhes apparecesse.

Vencera mais de metade da distancia, quando, ao confrontar a "Pharmacia Victoria", que tinha apenas uma das portas abertas, o proprietario d'aquelle estabelecimento, encostado á humbreira, entrou a fazer angustiados signaes de que não proseguisse e depressa me recolhesse á sua botica.

Obedeci ao appello e, dentro de portas, bradou desfigurado pela emoção: — O dr. ia pasar por ali! ? Não sabe que aquelles bandidos estão atirando sobre o povo e já muita gente tem sido victimada?

—Não sabia. Acabo de chegar de Caxangá.

—Pois veja! Olhe! disse-me elle, mostrando com o dêdo a mozza de uma bala na porta da propria pharmacia.

Expoz-me o que tinha occorrido pela manhã: populares queimaram nas ruas quasi toda a edição do "Diario de Pernambuco", reaparecido após alguns dias de suspensão, trazendo novamente o falso resultado do pleito, cuja publicação occasionara os primeiros motins: a policia interviera com a costumeira brutalidade, espancando e espaldeirando.

Reagiram a pedrada.

Em virtude então de ordens terminantes do governo, a soldadesca voltára de armas embaladas e começára a atirar a esmo pelas ruas.

Realmente ouvia-se o toque de corneta a dar o signal de fogo em varias partes do bairro de Santo Antonio, e descargas de fuzil se succediam a curtos intervallos.

Chegando á porta, olhei para o local onde estacionavam os soldados: conservavam-se na mesma attitude.

A quatro passos, porém, se formara um pequeno grupo de curiosos, que, tranquillizados por aquella immobildade, se haviam approximado e commentavam os successos: dois os tres hemens do povo, uma negra velha e uns rapazitos.

Aquella gente inoffensiva e extranha aos acontecimentos, julgara que abotoando fardas ali se perfilavam seres dotados de razão e sensibilidade como creaturas humanas; enganava-se: ali se achavam fêras com apparencia de homens.

Repentinamente, as boccas das carabinas baixaram sobre o grupo e uma descarga soou.

Vi tombar um dos meninos a contorcer-se e a gritar; um dos homens cahir igualmente, mas esse logo morto, tal se afigurava pela immobillidade; os outros fugiram.

Esquecido de mim mesmo, que podia ser alcançado pelas balas, deixara-me ficar attonito deante de tamanha barbaridade, quando o pharmaceutico me puxou com força para dentro, trancando rapidamente a porta.

Novas descargas echoaram; depois tiros esparsos, por fim o silencio.

Decorrido algum tempo, entreabrimos a porta; os soldados conservavam o mesmo posto; a creança ferida desaparecera; junto ao corpo do homem, um sacerdote, ajoelhado, crava certacete.

A rua deserta.

Eis quando, de subito, os janizaros, obedecendo a alguma ordem, formaram columna e se retiraram do local.

Cessaram os tiros; calaram os toques de corneta; algumas pessôas já se arriscavam a palmilhar a rua, homens do povo transportaram o cadaver do infeliz.

Sahi, entrementes, da pharmacia e dirigi-me para a rua 15 de Novembro; ao passar pela calçada do "Grande Ponto", junto a uma pôça de sangue um objecto me attraheu o olhar; fixei-o bem e reconheci ser um volumoso pedaço de figado do desditoso que ali fôra assassinado, que fulminado ali cahira, barbaramente fuzilado á queima-roupa, com tal violencia que parte d'aquella viscera se lhe projectara do abdomen nas pedras do calçamento.

Então eu perguntei a mim mesmo o que se teria passado no cerebro do dr. Elpidio de Figueiredo, que era chefe de policia naquelles dias, para estar ordenando taes atrocidades?

Eu perguntei a mim mesmo que transformação se operara naquelle espirito para converter um homem de letras, um jornalista, um cultor de Direito, em um chefe de facções, de espingardeadores de creanças e homens indefesos?!

Que metarmophose fizera d'aquelle professor de Logica e Psychologia um desalmado manejador do sabre e do trabuco?

Que sortilegio convertera aquella mente submissa á lei em um ser violento e feroz, escolhido a dêdo para suffocar no sangue as mais legitimas aspirações, os mais justos protestos de um povo espoliado de todos os direitos?

IV

Foram dias de terror aquelles.

Os situacionistas, sentindo que iam perder o dominio do qual até então se julgavam desfructadores absolutos, lançaram mão de todos os recursos, ainda os menos legitimos e confessaveis, para o conservarem. Recolhida aos quartéis a tropa federal, a cidade ficou entregue á policia, onde tinham sido alistados, com soldo bastante accrescido, terribes bandoleiros do sertão e criminosos da peor catadura.

Não é de admirar que gente de semelhante estofo exultasse com poder dar expansão aos seus maus instinctos, tanto mais que de nenhum castigo se arreceiavam esses malfeitos, e, pelo contrario, se sentiam estimulados com tentadoras promessas de recompensa aos seus actos de bravura.

D'ahi, vêr-se, por exemplo, uma força, postada na Praça da Concordia, divertir-se a alvejar os estudantes que assomavam ás janellas dos predios fronteiros, e soldados atirarem do segundo andar do "Diario" contra descuidados transeuntes que cruzavam a Praça da Independencia.

Na porta de cobre do "Louvre" até ha pouco tempo se via um rombo, feito por uma bala, partida do "orgão mais antigo da America Latina" com endereço a Mario Rodrigues, jornalista da opposição, que ia passando á tardinha na calçada d'aquelle estabelecimento de modas.

Nessa phase de sobresaltos e desmandos de toda ordem, pude apreciar um episodio digno de registro em que reatça a bravura temeraria e picaresca de um troço do "34 descalço", o nosso denodado batalhão de gavroches.

Eram uns quinze rapazinhos de 12 a 16 annos, que, postados na rua Duque de Caxias, no ponto em que esta cruza a rua Estreita do Rosário, se divertiam a exacerbar a guarda policial do "Diario de Pernambuco", de plantão na calçada do respectivo predio.

Com zombeteiro acompanhamento de assovios, gargalhadas e estridentes gritos, sacudiam pedaços de paralelepipedos arrancados do calçamento, os quaes nem venciam a metade da distancia que os separava dos soldados.

Enfurecidos estes, apontavam de chôfre as escopêtas para os aggressores e disparavam.

As balas sibilavam, ricocheteando pelas pedras do solo e das paredes; os garotos, porém, mal percebiam o movimento de pôl-os em mira dos soldados, com uma agilidade de simios, saltavam para os lados, collando-se ás portas das casas ou sumindo-se nas ruas transversaes.

Passada a saraivada, lá estavam elles de novo, a redobrar a vaia e a arremessar com mais ardor os seus inoffensivos projecteis.

Um, então, que arranjava certo arremedo de pistola com um cano de folha de Flandres, fixado em um pedaço de pau e carregado de polvora secca, avançava até ao meio da rua, alvejava gravemente os soldados e detonava a sua arma ficticia, com indizível gaudio dos companheiros traduzido em copia de gritos e combalhotas.

Por mais de uma vez o arrojado pequeno trocista, ao envez de fugir quando desciam as espingardas sobre elle, atirava-se rapidamente no chão, a resguardo de um monte de pedras, e, após a descarga, levantava-se rindo a carregar e disparar ainda a sua pistola inoffensiva.

Eu que protegido pela esquina, onde por vezes alguns se occultavam, lhes seguia com o coração confrangido, o arriscado jogo, exhortei-os a se retirarem, mostrando-lhes o perigo de serem inesperadamente envolvidos pelos flancos.

Retorquiu, agastado, um delles, que "eram praças do 34 e não abandonariam o seu posto; e, quanto a serem surprehendidos pelos lados ou pelas costas, tinham tomado as precauções necessarias, collocando sentinellas nos logares convenientes e combinando uns tantos signaes de aviso".

O estrategista que com tal sobrançeria se expressava, mascando um grosseiro cigarro e empunhando um fundo de garrafa, era um moleque de onze annos no maximo.

Pezaroso pela inutilidade da intervenção, aproveitei por minha vez um momento em que os soldados descansavam armas e atravessei com presteza a rua em demanda do "Hotel Moderno", no intuito de almoçar. E aquelle curioso batalhão organizado por Agostinho Bezerra com meninos vendedores dos periodicos da sua Agencia jornalstica, que tinham tambem o seu fardamento de gala e faziam exercicio nas ruas publicas, prestou serviços apreciaveis á revolução com a temeridade bulhosa e galhofenta, peculiar áquella quadra de existencia, descuidosa e transbordante de seiva.

Eram elles os exploradores do terreno nas horas de acção bellica; os informantes dignos de toda confiança pela

exactidão e presteza dos seus communicados; os vellozes e manhosos surripiadores de carabinas e munições aos policiaes descuidados; os expeditos improvisadores de estratégias para illudir e transviar o inimigo; os activos levantadores de barricadas e trincheiras; os destemidos e abnegados auxiliares que sob a fuzilaria contraria iam proteger com pedras e tijolos as cabeças e os troncos dos combatentes, quando, deitados no solo, respondiam ao fogo; os terriveis assaltantes, finalmente que não raro destroçavam e obrigavam á retirada a cavallaria de policia, sob um furacão de pedras e cacos de garrafas.

Pobres creanças!

Heroes, famintos e andrajosos que vos expunheis a perder a vida antes que a pudesseis dar; que vos sacrificaveis pela sociedade, vós desprezados e abandonados pela sociedade; que enfrentaveis carabinas manejando gargalhadas; que abateis a tyrania, sem o pensamento reservado de virdes a occupar o seu lugar; a vós, que fostes sublimes collaboradores da victoria, que recompensa vos deram aquelles a quem a victoria aproveitou? Aquelles que subiram por degrãos assignalados com vosso sangue? Que vos deram os novos poderosos, a vós, heroes famintos e andrajosos, que vencieis rindo e que morrieis rindo?

A recompensa commumente reservada ao heroismo desinteressado — o esquecimento e o que já possueis: a vossa fome, os vossos andrajos, a chuva que á noite vos ensopava e continua hoje a ensopar, as pedras do calçamento em que dormeis e continuaes a dormir ainda, essas pedras que nas vossas mãos foram um glorioso instrumento de demolição do despotismo!

Consolae-vos, todavia, que mais do que esses valeis a quem daes palacetes e por abrigos unicos vos concedem o hospital e a cadeia; mais fortes sois do que elles, porque vos anima a propria força de expansão da vida, e mais temiveis, porque é a propria alma popular que por vossa bocca fala e vos agita os desfibrados musculos.

Estendidos nos vossos leitos de granito, envoltos nos jornaes do vosso myster, refulgis como um admiravel symbolo da Abnegação, que, cega, diffunde a Luz, e do Valor, que dorme sobre as suas armas, como esses feros lendarios paladinos, dispostos sempre para o combate sem treguas era prol do que soffrem e se desalentam e dos que tem fômc e sêde de justiça.

V

Entrementes caminhava para o seu termino a agitação de 1911.

Encurraladas nos quarteis a policia bastante desfalcada por deserções: prisioneiro do povo, pode dizer-se, o dr. Estacio Coimbra no palacio do governo, do qual, por ali não se julgar seguro após um tiroteio em que houve mortes e ferimentos entre os guardas do Palacio e muitas balas penetraram nos salões, afinal se transferira para a chefatura de policia; foragidos ou occultos os situacionistas mais salientes, o desenlace favoravel á sublevação estava, sem duvida, muito proximo.

Dias depois de se ter passado para o edificio da chefatura, o governador, rompeu, com surpresa geral da população, relativamente calma e entregue aos seus labores, um tremendo crepitar de fusilaria entremeado de estampidos roucos de metralhadoras.

Receitava eu alguns clientes no meu consultorio, sito á rua 15 de Novembro, quando, pouco depois de duas horas da tarde, se ouviram as primeiras detonações em breve seguidas de cerradas descargas, que parecia vierem do Pateo do Parai-zo e immediações.

Com pouco se espraiava o fragor, e toda a zona central da cidade afigurava-se presa de mortifera batalha.

Assomando á janella, verifiquei já se terem fechado todas as portas d'aquella rua, onde uma ou outra pessoa transitava ás carreiras em busca de guarida.

Dos que commigo se achavam, ninguem podia explicar o facto.

Depois de uns vinte minutos, a propria rua 15 de Novembro comprometteu-se na conflagração.

As notas metalicas de uma corneta soaram e uma companhia de soldados da guarnição commandada por um official e vinda dos lados do quartel-general, enfiou pela espaçosa arteria em direcção do palacio do governo; estacando na altura do "Jornal Pequeno". A esse tempo outros soldados do exercito, porem dispersos e de envolta com populares armados de rifles, de espingardas "Comblain" e pistolas, desembocavam da rua do Crespo, quebrando á esquerda pela rua 15 de Novembro e tomando attitude de combate, uns protegidos pelas humbeiras das portas, outros encostados ás esquinas dos Beccos do Ouvidor e S. Francisco, outros ainda deitados no chão,

Estes ultimos tinham immediatamente defeza para o tronco e apoio para a arma em trincheiras, de relance improvisadas com pedras e tijolos pelo rapazio do "34" descalço, que, com a sua prestabilidade e o seu desassombro habituaes, se immiscuia na partida. E o ataque iniciou-se desenfreado e retumbante, visando de preferencia dois sobrados, em um dos quaes estava installada a empresa d'"A Provincia".

Se dos pontos investidos se respondia ao nutrido fogo do exterior, não me consentia verificar com segurança o afastamento do meu posto de observação.

E' certo que uma nuvem alvacenta se alongava ao nivel das cornijas d'aquelles edificios.

Seria fumaça proveniente de disparos?

Seria poeira do rebouco das cornijas, esbandalhado pelo chuvaireiro de balas dos assaltantes?

O facto é que não resultou do espantoso numero de tiros, dados em cerca de meia hora, nem uma só morte, nem um só ferimento, quer de um, quer de outro laño!...

Outra averiguação interessante: examinando cuidadosamente no dia seguinte as paredes dos predios da ala fronteira aos sobrados, nenhum orificio de bala se descobria, ao passo que nestes se estampava o estrago do violento ataque.

Inferese-se que os que ali se achavam menos cuidavam de reagir á fusilaria que d'ella se acorbetarem em solidos recantos, ou, se fizeram fogo, tinham as boccas das suas armas dirigidas para o ar, quando não as houvesse carregado com cartuchos de polvora secca ...

Mas semelhantes reflexões só no dia immediato puderam ter logar. Nas longas horas do desenrolar do apparatuso drama só á angustia, á commiseração e ao temor davam entrada os corações.

Que constasse dos jornaes, naquella tormentosa tarde morreram apenas tres homens: dos quaes nenhum tomara parte no combate; um verdureiro, alcançado por uma bala quando demandava o trem de Beberibe; um inglez empregado no commercio, ferido mortalmente ao atravessar em canôa o Capibaribe fugindo para casa; um marinheiro de um dos navios mercantes fundeados no Porto, attingido em pleno peito ao recolher uma vela do seu barco.

Mais vulneraveis que os homens se mostraram as paredes de certos edificios: o da cheatura de policia, o da residencia do coronel Boulitreau, e o do Senado, visinho do anterior; os dois já mencionados da rua 15 de Novembro; um sobrado da

rua de S. Amaro, onde era voz publica ter um "maxixe" e banca de tavolagem o Senador Antonio Gonçalves Ferreira, (Tonico), o quartel de policia do largo do Paraizo, os quaes todos ficaram mais ou menos damnificados, especialmente o da chefatura, onde se achava o dr. Estacio Coimbra, e o do coronel Boulitreau, que apresentava em uma dependencia da porta posterior largo rombo só praticavel pelo fogo renitente de metralhadoras.

O quartel do Pateo do Paraizo, tomado depois de frouxa resistencia, porém que resistiu, sem duvida, como até poucos annos atrás ainda o atestavam as impressões e os furos de balas nas paredes e portas dos edificios fronteiros, foi invadido pela onda popular e soldados do exercito, sem que se tivesse a lamentar uma só dessas scenas barbaras, tão comuns nos desenfreiamentos da "besta humana".

Os raros soldados de policia e um official, ali encontrados por se não terem podido evadir a tempo, nada soffreram a não ser alguns cascudos e empurrões. Da praça dominada não voltaram os vencedores com as cabeças dos vencidos enfiadas nas baionetas e em chuços como trophéos sangrentos; satisfizeram-se com trazer assim alçadas as barretinas e fardas do governo moribundo, sacudidos fóra pelos allucinados janizaros no empenho de abalarem irreconheciveis do reducto.

Fôra a causa, allegava-se, da refrega, terem atirado sobre transeuntes alguns soldados d'aquelle quartel e cangaceiros aboletados no maxixe do Tonico. Sobrevindo a reacção, generalizou-se, attingindo as sedes conhecidas e odiadas de assistencia dos governistas e seus apaniguados.

Seja como fôr, o contraste da duração e agudeza do lance com os seus minguados effeitos gera a impressão, em animos desprevenidos de ter militado nelle não o insticto de fazer cornificina, mas o de amedrontar e induzir á capitulação ou á debandada os que tramavam ludibriar a vontade do povo.

VI

E o plano surtiu a desejada consequencia.

Perdida aquella furia de barbaros em que, dias antes, das janellas do "Diario de Pernambuco", dos quarteis e dos outros covis, despejavam os sicarios dos rosistas os seus bacamartes e as suas carabinas sobre pacificos habitantes do Recife, e da qual ia eu proprio sendo victima ao atravessar

um dia a calçada fronteira ao quartel do 1.º corpo de policia, á rua 15 de Novembro, quando dali partiram inopinadamente varios tiros attingindo uma das balas um moço que caminhava a dois passos na minha frente, e que escapou á morte por ter o projectil resvalado sobre um nickel de tostão guardado por elle na algibeira do collete; perdida aquella furia de barbaros, dizia eu, e substituida por incoercivel medo, entraram em movimento as pernas e a disparada em rapidas horas dissipou as hostes do governo.

Todos os postos policiaes da cidade e dos arredores foram abandonados, deixando os seus guardas as armas pelas estradas á mercê da populaça ou confiando-as a visinhos apiedados do seu transe, como se deu com o destacamento de Caxangá, cujo sargento me pediu que guardasse as espingardas das suas praças, e, depois de m'as ter entregue, fechou o posto, fugindo elle e todos os seus companheiros em mangas de camisa e de chapéos mudados pela margem do rio a fora.

D'ahi em diante, viam-se, nas paredes e nas portas trancadas desse e de todos os outros postos, cruces de madeira, simulacros de corôas mortuarias tecidas com talos de capim e trapos, quadrinhas sarcasticas, traçadas a carvão enfim os signaes do espalhafato faccioso tão do molde das expansões populares.

Desamparado dos seus, retirou-se pela calada da noite o dr. Estacio Coimbra do palacio do governo, para onde tornara após o ultimo tiroteio, e, tomando uma barçaça, acompanhado de tres ou quatro amigos devotados, a cujas instancias cedêra do proposito insensato de immolar-se á dignidade de um partido, cujos chefes, meros opportunistas e desfructadores do Erario, contemplavam de longe as suas aperturas, largou velas para a praia de Tamandaré, ganhando d'ahi o seu engenho em Barreiros.

Cessara a phase de lucta; era preciso que silenciassem os trabucos para que de novo se fizesse ouvir a voz da lei e se restabelecesse a ordem constitucional.

O estado de acephalia, decorrente da fuga do governador, impunha a chamada á direcção dos negocios publicos do presidente do Senado, o dr. Antonio de Almeida Pernambuco membro de uma numerosa familia largamente favorecida pelo dr. Rosa e Silva.

Não era, porém, o cidadão alludido homem de animo a supportar tamanho abalo, e uma crise de prostração nec-

vosa o levou ao leito, assentindo, por isso, em deixar-se investir no então pouco appetecivel cargo o padre Bezerra de Carvalho, vice-presidente d'aquella casa legislativa, a isso movido pelos rogos e demonstrações dos politicos interessados na solução legal do melindroso caso.

Effectuada a apuração do pleito, da qual resultou o reconhecimento da victoria, por maioria consideravel de votos, do general Dantas Barretto, foi este empossado no governo de Pernambuco a 18 de Dezembro de 1911, por entre estrondosas mostras de regosijo publico.

VII

Assim teve fim o estreitissimo regimen oligarchico, que por mais de quinze annos garroteou Pernambuco, despedaçado pela fragorosa revolução em que todas as classes sociaes se colligaram em um esforço titanico, espraiado do littoral aos extremos limites do estado.

Isto aqui era um feudo da familia Rosa e Silva, e quem lhe não prestasse humilde vassalagem que se resignasse a uma existencia de provações ou arrumasse as malas para tentar fortuna no Amazonas ou no sul.

Com dois ou tres prepostos que se revezavam a seu talante no Governo do Estado, o chefe da dynastia, amolentado pela fortuna e os vicios de uma indole de sybarita, vivia a divertir-se na Europa e no Rio de Janeiro, só de annos em annos passando alguns dias no Recife, onde se encerrava no seu palacete, franqueado apenas a um limitadissimo numero de membros proeminentes da grey.

Dir-se-ia que elle tinha nojo d'esta terra, que tratava como um grande senhor, a contra gosto submettido, por bem dos seus interesses pessoaes, ao contacto de entes de gerarchia inferior, entre os quaes se sentia deslocado.

Nem podia senão ser esse o molde de um espirito mediocre, afeiçoado pela vida faustosa das grandes capitaes, e pelo convivio de principes e nababos nos Casinos de Biarritz e Monte-Carlo, onde se conseguira salientar "ce riche brésilien", que com suprema indifferença atirava ás bancas de jogo centenas de contos de réis.

Entretanto, em Pernambuco, tudo era miseria e estagnação.

A febre amarella, a dysenteria, as colicas saturninas, a variola, as febres typhicas, a peste bubonica ceifavam largas messes.

Não se edificava, não se calçavam as ruas, não se abriam estradas nem mesmo eram conservadas as que a monarchia legara, e no Recife os bonds se arrastavam, puchados a burros, e o transporte de cargas se fazia em carroças de bois.

A instrucção publica era uma dolorosa ficção, e ao tomar conta do governo o general Dantas Barretto, o Estado tinha apenas para as escolas primarias os proprios mandados edificar vinte annos antes pela administração Barbosa Lima.

O mobiliario e o material do ensino desapareceram, e os professores e professoras, na sua quasi totalidade incompetentes, eram investidos nesses cargos, por empenhos e recommendações de correligionarios de situacionistas.

Quando nomeado director da Instrucção Publica estadual, em 1912, condensei em um relatorio as impressões que me deixaram as miserrimas condições em que encontrei as escolas primarias.

Vou transcrever uns trechos desse relatorio, para que se não desvaneça facilmente a lembrança do ominoso dominio que ainda ha quem se atrêva a desejar que volte.

“Apta para funcionar a repartição, dei inicio aos seus trabalhos.

A primeira medida a impôr-se era proceder a uma especie de balanço do estado da Instrucção Publica; aquilatar por um rigoroso inquerito, investigando pessoalmente tanto quanto possivel, da capacidade dos professores, da situação, do numero e das condições hygienicas dos predios escolares, da natureza, de abundância e do grão de conservação do mobiliario, dos livros e dos methodos de ensino adoptados, da idoneidade do pessoal de fiscalização, etc.

O resultado desse exame foi desolador, como já tive occasião de enunciar.

Exceptuando tres ou quatro professores, entre as quaes me apraz mencionar o sr. João Cordeiro Fonseca Medeiros, e outras tantas professoras, entre as quaes salientarei a exma. d. Edwiges de Sá Pereira, o magisterio primario do Estado, como já é facil de verificar-se pela redacção, orthographia e syntaxe da maioria dos requerimentos e communicações endereçados a esta inspectoría — está muito abaixo da sua missão.

Nomeado, em regra, pelas solicitações do compadresco e da politicagem, sem estimulos de ordem superior, baldo de conhecimentos que lhe permittam encontrar attracti-

vos no estudo e comprehender a dignidade e elevação do seu mistér, o professor publico é geralmente entre nós um ente sem aspirações, sem incentivo para o esforço, sem utilidade social, a expressão mais perfeita da rotina e do automatismo.

Assim é o professorado da capital do Estado, peor o do interior.

Quanto aos predios escolares, o resultado do inquerito não se mostrou menos acabrunhador.

Os edificios mandados construir pela administração Barbosa Lima, a unica do regimen republicano que se interessou pela instrucção do povo, em pessimo estado de conservação quasi todos, os restantes, arruinados e impresentaveis.

As casas alugadas para escolas, em geral muito pequenas, mal situadas, immundas, em consequencia do defectuoso systema adoptado para o aluguel.

Dando o Estado ao professor uma certa importancia para o aluguel da escola, tem se observado o seguinte: o professor ou aluga com a quantia fornecida, ou pouco mais, uma pequena casa na qual se installa com toda a familia, destinando apenas um aposento, nem sempre o mais limpo e claro, á aula, ou aluga, em uma casa, já habitada por outra familia, uma exigua sala de que faz escola.

Nos dois casos as consequencias são deploraveis, sob o ponto de vista da hygiene, para os alumnos.

Em uma escola da rua Imperial, uma das primeiras que visitei, pequena casa de porta e janella, deparou-se-me o seguinte quadro, que infelizmente não me occorreu logo mandar photographar para eterna vergonha dos governos martyrisadores da infancia: em uma saleta de uns cinco metros de fundo e menos de largura, umas quinze creanças de aspecto tristonho, encurvadas, magras, anemicas, sentadas umas em cadeira de junco muito estragadas, outras em caixões, outras em grandes e velhas cadeiras de páu com assento de pallinha largamente fendido; pavimento com tijolo barato, ennegrecido em uns pontos pelo ácumulo de sujo, enverdinhado, em outros de limo e dejecções de gallinaceos e passari-nhos, maculado aqui e ali de escarros purulentos; paredes caiadas primitivamente, porem agora de côr indefinivel e cobertas de teias de aranha nos angulos; tecto tismado de fuligem; duas ou tres gallinhas passeando tranquillamente por entre as pernas dos alumnos, algumas gaiolas com passarinhos; pendurada em um prego bem á vista dô visitante im-

portuno, uma formidável faca de ponta, de mais de dois palmos de comprimento, em outro prego um cachimbo sarrento; a mesa da professora muito mal tratada, deixando ver na gaveta meio-aberta, uma pesada palmatoria, o repugnante instrumento de supplicio das creanças, abolido hoje em todas as escolas, condemnado por todos os codigos de ensino: em uma espriguiçadeira de lona um homem de quarenta annos mais ou menos de chinellos, sem meias, e em mangas de camisa, um alienado dessa classe perigosa de "perseguidos", como verificamos depois, espichado a dormir; na cathedra uma velha de perto de setenta annos, quasi cega, um pouco surda, extremamente magra, dorso arqueado, a tossir e expectorar de instante a instante, evidentemente uma tuberculosa de longa data.

VIII

Em outra escola, visitada no mesmo dia, encontramos perto de setenta alumnos, empilhados em uma sala offerecendo capacidade, quando muito, para vinte e cinco.

Muitos estavam de pé; quasi todos os assentos, pequenos mochos de madeira ou velhas cadeiras de palhinha, eram occupados por duas e tres creanças ao mesmo tempo; para a escripta uns dois mezões anachronicos, de que regularmente só se poderiam utilizar oito ou dez creanças, serviam ao estudo de todas. Estas foram as escolas encontradas pela administração Dantas Barretto, na capital do Estado de Pernambuco, em 1912...

A impressão de revolta e de desgosto que experimentei ao defrontar pela primeira vez esses lugubres antros, onde perdiam a saude centenas de infelizes creaturinhas, essa impressão eu a vi estampada no semblante do General Dantas Barretto e no de V. Excia. no dia em que juntos visitamos as escolas publicas do Recife.

Mandei tirar desses pseudo estabelecimentos de ensino algumas photographias que foram estampadas no "O Tempo", em sua grande edição commemorativa da posse do actual Governador.

No intuito de formar uma ideia exacta relativamente ao mobiliario das escolas do interior, dirigi nesse sentido uma circular aos delegados de ensino.

Eis algumas das respostas desses funcionarios, que dão a medida de todas as outras; transcrevo apenas trechos para não avolumar este trabalho.

"Communico a V. Exa. que no dia 23 do vigente visitei as duas escolas deste municipio, dirigidas pelos professores Malaquias Paulino Pacifico e Julia Dantas Machado.

Quanto aos objectos destinados áquellas escolas, encontrei, na do sexo masculino, duas bancas de estudo, tres bancos, tudo muito deteriorado, uma mesa envernizada em bom estado, um livro de matricula, um de ponto diario e um de inventario; na do sexo feminino, apenas encontrei um livro de matricula e um de ponto diario, sendo que os bancos de estudo e os assentos existentes pertencem á professora e aos particulares.

.....

Saude e fraternidade.

Delegacia do ensino no municipio de Gamelleira,
2-8-12.

Augusto Mendes de Hollanda.

Delegacia de ensino do Brejo, 1 de janeiro de 1913.

Exmo. Sr. Dr. Raul Almeida Azêdo, M. D. Inspector
Geral da Instrucção Publica

Solicito a preciosa attenção de V. Exa. para que não deixem de ser contempladas as duas escolas desta cidade na distribuição dos moveis que, graças ao espirito progressista do governo e iniciativa de V. Excia, vae ser feita aos estabelecimentos de ensino primario do Estado.

As duas escolas deste lugar, ha muitos annos, funcçãoam com moveis obtidos por emprestimo, ou trazidos pelos alumnos, tornando-se pouco edificante um estabelecimento estadual sem os moveis imprescindiveis para preencher o fim a que se destina.

Saude e fraternidade.

Joaquim Cordeiro Falcão.

.....

Delegacia de ensino de Nazareth, em 27 de Julho de 1912.

Outrosim: a escola de Carpina ou Floresta dos Leões só pode aceitar as creanças que tem mesas e cadeiras para

d'ellas fazerem uso na escola, porquanto não possui ella um só dos moveis indispensaveis.

O Delegado de ensino,

Abilio Clementino Bezerra.

Delegacia de ensino do Municipio de Altinho, 2 de Julho de 1912.

Illmo. Sr. Dr. Inspector da Instrucção Publica do Estado de Pernambuco.

... e levo ao conhecimento de V. Exa. que as duas escolas deste municipio resentem-se de absoluta falta de moveis, que nunca foram fornecidos, apesar dos meus constantes pedidos.

Saude e fraternidade.

O Delegado de ensino,

José Vieira Rabello.

.....

Illustre Cidadão Dr. Inspector Geral.

O material escolar tambem está deixando muito a desejar: bancos duros e incommodos, mesões mal limpos e sem obedecerem ás medidas que preceitua o Regimento Interno, falta de mappas, quadros e utensilios, é o que se vê nas escolas deste, como, aliás, nas dos demais municipios.

Igarassu', 20 de Dezembro de 1912.

Antonio de Andrade Lima.

.....

Illmo. Sr. Dr. Inspector Geral da Instrucção Publica.

Communico-vos com a precisa urgencia, e para que seja levado em consideração que as escolas publicas locais de ambos os sexos desta cidade, a que sirvo como delegado do ensino, se acham necessitadas dos materiaes indispensaveis,

não dispondo absolutamente de meios para execução regular do ensino estadual.

A professora está utilizando-se dos antigos moveis, já velhos e imprestáveis, enquanto o professor tem se mantido de beneficio dos proprietarios que lhe cediam alguns moveis, emprestando-lhe mesas e bancos que agora lhe faltam.

Saude e fraternidade

Flores, 10 de Julho de 1912.

O delegado do ensino,

José Fernandes Veiga.

.....

També, 21 de Dezembro de 1912.

Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Raul d'Almeida Azêdo.

Satisfazendo o exigido por V. Exa. venho por mais uma vez declarar que as escolas publicas estaduaes sob minha inspecção nada possuem, quer quanto a moveis, quer quanto a utensilio concernentes ao ensino primario.

Si alguma cousa se vê na escola do sexo masculino, é devido a empréstimos que o actual professor conseguiu com varios paes de seus alumnos e amigos outros.

.....

Saude e fraternidade.

Rodolpho Gomes da Silva.

Delegado do ensino.

.....

Assim informam todos os outros delegados do ensino, e o facto é corroborado pelos inspectores escolares nos seus relatorios periodicos.

De modo que, em materia de instrucção publica estadual, a obra do dominio Rosa e Silva foi de dissolução de desmoralização, de aniquilamento, de morte.

A tarefa da actual situação neste ramo administrativo vaee ser alguma cousa semelhante á criação bíblica: tirar o orbe do chãos.

E' preciso fazer tudo: a escola, o professor, o material technico, o methodo didactico, os habitos de ordem, de respeito, de trabalho, o amôr á causa da instrucção, o estímulo, e brio, a moralidade".

IX

Se as escolas primarias eram d'esse quilate, não lhe ficavam muito acima a Escola Normal e o Gymnasio com o seu velho casarão commum bastante estragado, o mobiliario improprio, insufficientissimo, em pessimo estado de conservação, os programmas de ensino atrazadissimos.

Tudo isso condizia perfeitamente com o aspecto abatido e maltrapilho dos professores que se arrastavam em pungente penuria, tendo apenas para a sua subsistencia escassos ordenados, pagos com grande atrazo e em apolices depreciadas quasi sempre.

A esse respeito, para contestar uma affirmativa inexacta do "Estado", órgão rosista, entrevistei, em 1914, um professor do Gymnasio, e reproduzo essa entrevista, cuja absoluta veracidade retrata as condições precarias, não só do magisterio, mas ainda de todo o funcionalismo publico sob o dominio Rosa e Silva.

Eil-a, tal qual foi estampada no "Correio do Norte", que eu dirigia então:

"Os redactores do *Estado* ou não são desta terra ou são tão creanças que desconhecem a historia do dominio rosista ou estão a par dessa historia, mas têm a triste coragem de negal-a.

Como resposta incisiva ao editorial de hontem, em que extranham elles darmos com acto digno de nota do general Dantas Barretto prorogar o praso para o pagamento de impostos e satisfazer antes do dia legal os vencimentos dos funcionarios publicos estampamos a seguinte eloquentissima entrevista, por um de nós obtida de um velho professor de um dos estabelecimentos estaduaes do ensino secundario.

O digno entrevistado não é partidario, não tem preferencia por esta ou aquella facção politica; é um homem intelligente e honesto, que diz a verdade com justeza, simplicidade, e uma côres pittorescas, proprias do seu temperamento, que

quebram, como a pezar, o tom geralmente triste e acabrunhante da narrativa.

Eis a entrevista para a qual solicitei a atenção dos nossos leitores.

— R. "*O Estado*" afirma hoje que nos diversos governos da situação rosista o Thesouro sempre fez em dia o pagamento ao funcionario publico e nenhum merito, portanto, cabe á administração Dantas Barretto pela regularidade actual deste serviço; o senhor, que é empregado publico ha trinta e quatro annos e tem boa memoria, quererá ter a bondade de nos informar sobre a justiça das allegações do "Estado"?

— Prof. Depois de ter deixado o governo o conselheiro Correia de Araujo e empossado o seu successor, dr. Goncalves Ferreira, em 1901, começou a declinar a situação financeira do Estado, em razão de causas que não posso precisar.

A curto intervalo foram feitas duas copiosas emissões de apolices destinadas ao pagamento das dividas internas do Estado, inclusive os vencimentos dos funcionarios publicos.

A segunda dessas emissões tinha character loterico, pois corria pela machina Fichet um sorteio que conferia um premio em dinheiro ás apolices cujos numeros sahiam em primeiro lugar.

Uma das apolices por mim recebidas teve um premio de cinco contos, que coube ao felizardo vendelhão, ou açougueiro, ou logista, ou boticario, ou padeiro, ou sapateiro, emfim a qualquer dos innumerados credores, que tinha eu então, como tinham todos os funcionarios publicos, cobertos de dividas, como gado magro coberto de carrapatos. A essas apolices de "bicho", por serem extrahidas pelo mesmo mecanismo do "benemerito" coronel Antunes, cuja manivella era accionada por um senador estadual, que para exercer tão honesto officio recebia mensalmente a gorgeta de duzentos mil réis.

R. — Mas emfim, estou certo que essas apolices corriam exactamente com o seu valor nominal, e, sendo assim, não comprehendo porque vivessem tão embaraçados os empregados publicos.

Prof. — O que, meu amigo! Essas apolices que nós recebiamos pelo corrente valor de cem mil réis, cada uma, eramos nós forçados ou a trocal-as por 65\$000, moeda corrente, valor estipulado pelo Banco das Classes, ou a dal-as em pagamento a credôres, e esses condescendentes, que as recebiam

na razão de 85\$000, embora com relutancia, e que se damnavam quando tinham de dar troco em dinheiro, como succedia com o proprietario da minha casa de moradia.

R. — O prejuizo era enorme, mas enfim os senhores recebiam os vencimentos, embora em apolices depreciadas, nos dias fixados pela tabella do Thesouro.

Prof. — A principio foi assim; mas depois, em consequencia de embarços do governo, deu-se grande atraso no pagamento, mesmo em apolices, e tempo houve em que passamos mezes sem receber um real.

R. — Mas devia ser horrorosa a situação do funcionario publico! E como se arranjaram os senhores nesse periodo para viver sem dinheiro?

Prof. — Como Deus foi servido!

Passamos miserias inenarraveis ... Eramos obrigados a comprar tudo a credito, supportando maus modos, alem do acrescimo fabuloso no preço das mercadorias, lançado á conta de juro da mora, como allegavam os fornecedores.

A mim succedeu até chegar um momento em que os meus fornecedores, pequenos negociantes do local retirado em que eu residia, se recusarem a continuar a venda fiado de provisões, justificando a recusa com o pequeno gyro de seu estabelecimento, o qual não permittia vendas a praso tão dilatado, excepção feita do meu padeiro mais abastado que os outros.

A proposito, lembro-me que de uma feita tive apenas, para alimoço da familia, o pão do fornecimento e alguns mamões que me enviara de presente o meu amigo Nô Costa.

Sahi de casa, nesse dia, verdadeiramente doido e fui a Palacio com o fito de pedir providencias ao governador, o dr. Gonçalves Ferreira. Emquanto esperava, chegou-se a mim um deputado da situação e meu collega de magisterio procurando saber que ia eu ali; ouviu o fraco explodir do meu desespêro deante da suspensão completa dos meus vencimentos durante mezes.

Aquella narrativa o impressionou bastante, tanto que tirando da algibeira quatro mil réis, disse-me, tremulo de emoção:

— Eis aqui, meu amigo, tudo que tenho neste momento, pois ando apenas um pouco melhor do que você; eu lhe entrego esta pequena quantia, acceite-a sem escrupulos.

Acho excusado falar com o governador que não lhe poderá servir...

Agradei commovido, e alegre voltei para casa por ter garantido nesse dia o jantar dos filhos...

Em outra occasião, creio que no mesmo anno, tendo de pagar as matriculas de encerramento para habilitar aos exames na Faculdade de Direito dois filhos meus, achei-me novamente desesperado na impossibilidade de obter recursos para fazel-o. Resolvi de novo, então recorrer ao governador do Estado e, acompanhado de minha mulher, solicitei uma audiencia que me foi felizmente concedida. Expuz-lhe as minhas circumstancias e rematei a exposição dizendo:

— Eu bem sei, sr. governador, que o Estado não me póde pagar os meses de ordenado que me está a dever; d'outra parte não tenho quem me possa valer em tal emergencia; nestas condições venho pedir a V. Excia. que me empreste 102\$400, importancia das matriculas; V. Excia. ganha muito mais do que eu e naturalmente dispõe de economia...

— Como ha de ser isso, dr? só lhe posso emprestar cincoenta mil réis, que é o que tenho aqui, retorquio-me vexado o governador, tirando do bolso uma cedula dessa importancia.

— Muito obrigado, sr. governador, mas não posso accellar porque não chega para o que eu quero. A verdade é que os meus filhos não hão de perder o anno porque o Thesouro não me paga o que me deve! ...

Pediu-me, então, sua Excia. que me demorasse um pouco e, dirigindo-se para o gabinete visinho, alguns minutos depois voltou dizendo-me:

— Apareça amanhã, dr., por volta de 11 horas.

No dia seguinte recebia eu em moeda corrente no Thesouro, em virtude de uma ordem especial do governo, um mez de ordenados vencidos, e corria pressuroso a pagar as matriculas dos meninos. Sou ainda hoje gratissimo ao dr. Gonçalves Ferreira, meu amigo e antigo correigionario dos tempos da monarchia, por aquelle grande obsequio...

A situação de amargos vexames e de penuria indescritivel em que se debatia naquelles horrorosos tempos o funcionalismo publico, suggeriu-me a ideia, que communiquei a um colega de ensino, deputado estadual e clinico de nota, e propôr elle no congresso a creação pelo Estado de um grande barracão que fornecesse aos empregados publicos, por meio de vales a descontar depois, tudo aquillo de que elles necessitassem, inclusive medicamentos, medicos e tambem parteiras, pois nós tinhamos esposas a quem os serviços d'estas eram

indispensáveis; como succedia com a minha que já estava prestes a dar a luz.

O deputado riu-se e levou á conta de pilheria o alvitro que eu lembrava mui seriamente e que se me antolhava uma medida salvadora.

R. — Realmente o plano era d'essas cousas tristes que fazem rir pela sua originalidade...

Prof. — Quando o desembargador Sigismundo Gonçalves, successor do dr. Gonçalves Ferreira, contrahiu um emprestimo, creio que de quarenta mil contos para resgate d'aquellas apolices e quitação da divida fluctuante.

De então para o governo de Dantas Barretto as cousas correram regularmente, agravados, entretanto, os nossos vencimentos de impostos que só na administração actual foram muitissimo alliviados, podendo nós, emfim, viver um tanto folgados.

R. — De modo que a administração de Dantas Barretto tem sido benefica para o funcionario publico...

Prof. — Oh! sem duvida alguma; o governo actual tera feito o mais que é possivel para sanar os males causados pela situação transacta; disso posso eu dar testemunho pessoal, e, se alguma voz se puder elevar com razão contra o genéral Dantas Barretto, essa não sahirá com certeza da minha classe, que lhe é grata, immensamente grata, pois, só na sua administração veio a fruir a prosperidade relativa que podem fruir empregados publicos, adistrictos a um parco ordenado.

Com isso nos demos por satisfeitos, despedindo-nos do digno funcionario ainda agitado pelas tristes recordações que fomos despertar.

Já nos retiravamos quando nos deteve elle chamando.

— Olhe, isso que ouviu de mim se refere aos empregados não protegidos, aos que não acompanhavam incondicionalmente o governo; os outros não, esses recebiam quasi todos, os seus vencimentos em dinheiro corrente e em cada mez."

E era ainda uma verdade o que dizia o professor como remate da sua entrevista: nenhum meio para submeter ao jugo os recalcitantes era posto de parte por cruel ou vil pelo partido rosista.

Quando assumi a Directoria da Instrucção tive enorme trabalho para reparar injustiças revoltantes, e até verdadeiras infamias, praticadas nesse dominio contra professores que entretinham velleidades de independencia politica.

Fui encontrar, por esse motivo, casaes de professores primarios de cadeiras do interior separados, havia dez annos

e mais, por ter o governo como castigo, removido um dos conjuges para localidade, distante, algumas vezes, trinta ou quarenta leguas!...

Das escolas primarias, que já eram em reduzidissimo numero, muitas foram supprimidas a pretexto de economia, e, pelo mesmo exdruxulo criterio, desapareceram dois excellentes institutos profissionaes: a Escola Frei Caneca e a Escola Maciel Pinheiro, destinadas uma ao numero de agromomos, e a outra á formatura de engenheiros

Quando ha alguns annos, o deputado Costa Ribeiro, pateu, na Camara, aos olhos do paiz a influencia desastrosa, em materia de instrucção publica, do dominio rosista, baseando-se no que sabia, como pernambucano residente no Estado, e na documentação fornecida pelo meu relatório, respondeu-lhe no Senado o conselheiro que esse relatório era escripto por um antigo e irreductivel adversario da situação decahida, como se phrases ôcas pudessem empanar a eloquencia dos factos e dos algarismos...

O que ao sr. Rosa e Silva não conviria era que fosse ali, no mesmo recinto, adduzida a historia da minha opposição ao partido chefiado por S. Exc., e que corre mundo em um volume, vindo á luz em 1906, sob o titulo — “Aguas potaveis e encanamentos de chumbo. — Memoria histórica do saturnismo do Recife”.

Por ahi se verá que foram o amôr á verdade scientifica, a justa comprehensão do meu dever profissional e a indignação, perante o descaso criminoso do governo pelos soffrimentos e a mortandade decorrentes da distribuição aos habitantes desta cidade de uma agua tornada toxica pelo chumbo dos encanamentos, que me transformaram em critico severo e tenaz dos actos de detentores do poder, tão manifestamente incapazes de dirigir um Estado.

Foi em consequencia do mesmo mecanismo psychologico que arrancou o dr. Stockmann, do drama de Ibsen, ao seu laboratorio e á sua clinica, e o arremessou á tribuna popular, que eu me tornei um jornalista e um agitador da opinião contra os malfeitos do snr. Rosa e Silva e da sua gente.

Tornei-me um opposicionista convecido, “irreductivel”, como disse o senador pernambucano, por isso mesmo que essa convicção se radicava profundamente em um bloco homogêneo e indestructivel de provas condemnatorias da idoneidade de S. Exa. e do seu partido.

Nunca, entretanto, um forficador de accusações, nem mesmo um opposicionista partidario, pois nunca fui politico arregimentado, mas estrictamente um franco atirador da imprensa, que escrevia onde queria, quando queria e sobre o que queria.

Nunca me liguei incondicionalmente a pessoa alguma; defendi sempre ideias e não idolos, sempre me submetti a programmas e não a mentores ou chefes; sempre antepuz os interesses da sociedade aos interesses de partidos e de individuos, em um sacrificio ininterrupto e dessassombroso de vantagens pessoas que tem sido, e espero será até ao fim, a historia da minha vida.

Assim n' "A Concentração", assim no "Correio do Recife", assim n' "A Provincia"; assim no "Jornal do Recife"; assim na minha revista "A Evolução".

Assim, até despontar a candidatura do general Dantas Barretto ao governo de Pernambuco.

Qual a origem d'aquella candidatura está na memoria de todos, como facto desses dias esmiuçado na imprensa do paiz.

Preparava o terreno para a sua larga accepção o jornalismo opposicionista, que de ha muito se debatia contra a situação dominante em uma das campanhas mais longas, mais intensas, mais fogosas de que reza a historia nacional.

E, como os ataques eram fundados, palpaveis os erros administrativos, os abusos de autoridade, o desprezo pelo bem geral, a falta de escrupulos mesmo no mancio das rendas publicas, impopularizaram-se de tal forma os dirigentes que a immensa maioria da população anciava por d'elles se libertar.

De longa data, entregue se vira o Estado aos seus proprios elementos, teriam sido os oppresores aliçados, senao pelas urnas, com certeza pelas armas, que eram unicos a mantel-os o engenho eleitoral compressivo e fradulento e o temor da intervenção federal em caso de levante.

D'onde, a immediata victoria da ideia, brotada no reduzido grupo Republicano Historico, dirigido pelo dr. Ribeiro de Brito, de apresentarem ás diversas facções opposicionistas, de commum accordo, o nome do general Dantas Barretto, então ministro da guerra, ao suffragio dos eleitores para a investidura de chefe do Estado.

De que mais poderia carecer essa apresentação para estrondoso exito, desde que a suppunham prestigiada pelo

presidente da Republica, o marechal Hermes da Fonseca, amigo intimo, irmão de armas do candidato, e pelo exercito, movido pelo espirito de classe?...

Cessaram os receios de cooperação federal junto ás phalanges governistas, estuou a alegria dos politicos em ostracismo, das classes conservadoras, do operariado, de todos os descontentes, em summa, que se queixavam em unisono clamor, de opprimidos e espoliados.

Como uma irresistivel corrente electrica, por esse conhecido phenomeno de contagio mental, basico na psychologia das multidões, o espirito de revolta se propagou desue o littoral ás agruras sertanejas do Estado.

Por elle foram contaminadas gentes até as mais estranhas ás luctas partidarias e menos sabedoras das condições economico-administrativas da communhão; ainda mais, gentes que aos poderosos do momento deviam o seu bem estar, a sua fortuna, a sua bôa collocação na sociedade.

XI

Com a vinda do general a Pernambuco patenteou-se ás escancaras o alto gráo attingido pelo enthusiasmo popular; a sua recepção assumiu o vulto de um "triumpho" romano, de uma apothese, de um delirio colectivo.

A população do interior precipitou-se em massa para a capital; jangadas, lanchas, escaleres, barcaças, enfeitadas de vistosas bandeirolas e algumas conduzindo musicos, singram a esperar fóra da barra o paquete em que approava o "libertador", acompanhando-o, em extensa e larga faixa alacere e movediça; em todas as embarcações, até as estrangeiras, fundeadas no porto, tremulavam galardetes; marinheiros das nações mais alheias aos nossos acontecimentos politicos, empolgados tambem pela nevrose, agglomeravam-se nos tombadilhos e penduravam-se ás vergas e cordames, a explodirem, fora de si, em retumbantes *urrahs* áquelle heróe desconhecido, cujo nome elles pronunciavam dos mais arrevezados modos; em terra e no mar salvavam morteiros e canhões, estrugiam foguetes aos milhares, tocavam fanfarras, estalavam palmas, e, dominando todo aquelle tumulto, um grito, vibrante, formidavel, resultante sonóra de

nil modalidades emotivas, mixto indefinivel de alegria esperançosa, de desafogo vingativo, de estridência hysterica, de passividade imitativa, de fingimento medroso, de insolencia desafiadora, um grito só a ribombar em todas as ruas, praças e casas da cidade convulsionada:

“Viva Dantas Barretto”!!

E esse grito ao depois se fez uma obsessão!!...

Apparecia impresso em letras maiusculas nos jornaes e em boletins profusamente distribuidos; riscado a giz e a carvão nos muros e nas paredes dos edificios, traçado a lapis nos bonds e nos wagons das linhas ferreas; entalhado a ponta de canivete e de faca nos troncos das arvores e nos bancos dos jardins publicos; creanças, alta noite, accordavam em sobresalto a gaguejal-o, os proprios papagaios, com ouvil-o sempre, o aprenderam, e, no seu tom roquenho a todo instante o grazinavam.

Nenhum semblante se tornou mais rapidamente conhecido que o do paladino egregio. Retratos seus de todas as dimensões se viam grudados ás paredes e vidraças de um grande numero de casas no Recife e nas cidades do interior. De apologistas mais fervorosos, qual o ostentasse entalado no chapeo, qual o emmedalhasse suspenso á corrente do relógio.

Não era preciso mais para que no vulgacho inculto, e em cuja mentalidade rudimentar echoa ainda a voz do feitiçeiro e do pagé, em simultaneidade com a do pregador catholico, aquelle raro esto assumisse o timbre de mystica devoção.

Mestiças velhas se prostavam de joelhos, mãos no peito e rosto contra a terra, á passagem do “Salvador”; d’esse lomo havia quem forcejasse por lhe beijar os pés; quem desejasse a morte, pois que os seus olhos haviam fitado o “Messias”; quem ansiasse por lhe tocar nas vestes para que sarassem males incuraveis.

E, não avassalar d’aquelle frenesi, os olhos, que morejavam lagrimas de ternura, faiscariam, e as mãos, que se punham em attitude beata, se crispariam na garganta de quem ousasse murmurar proposito desabandonar do mavorcio idolo.

Tal o estado dos animos por occasião da chegada do general Danças Barretto e nos dias subseqüentes, quando, ao envez de minguar a exaltação, antes se exacerbou, pre-nunciando uma phase de lucta e de effusão de sangue.

Phenomeno social complexo e desusado esse, em cuja estrutura entravam: a decompressão repentina do odio ao partido cujo guante se fazia sentir de tantos annos; a expectativa anciosa de uma nova ordem de cousas mais propria aos collectivos interesses; o fermento de ambições individuaes que visavam saciar-se; a collaboração industriosa e previdente da pusillanimidade que se apresta sempre ao enfileiramento entre os que marcham para a victoria.

Reserve-se, todavia, nesse amalgama uma quota importantissima á propagação suggestiva da dynamica emocional das massas, patentéada na volumosa e espontanea coo-participação do elemento feminino, da alta e da baixa esphera, na propaganda famosa.

Matronas, que de sua vida a preocupação outra jamais deram guarida, além da do arranjo domestico, subito viraram afanosos cabos eleitoraes; moçoilas de illibado recato incorporavam-se a estardalhecentas manifestações populares a acclamarem e cobrirem de flôres o campeão, felizes se lhe era dado abraçal-o, oradores declamavam clangorosos discursos das saccadas das janellas, em "mettings" de praça publica, nos salões de espectaculos e nas estações de estrada de ferro, quando das excursões politicas ao interior do Estado.

Até nas columnas dos jornaes se inseria, garrula e inflammada, essa encantadora e surprehendente collaboração do sexo fragil.

Com o optimo preparo do meio, vinha a calhar o aspecto physico e animico do general, o que elucida quanto ao phantastico prestigio por elle tão cedo adquirido nesta terra.

Physionomia energica e marcial, grave, sem affectação; palavra sobria, reflectida, incisiva; busto erecto e desempenado, apesar da adiantada idade, realizava-se naquelle conjuncto uma dessas figuras de destaque, inconfundiveis, nas quaes todas as linhas convergem para o exercicio da autoridade e do mando, por effeito do habito, da

vontade, da organização natural e de uma alta estima de si proprio.

Facto excepcional, parecia ter surgido um homem tallado para o momento e a multidão o endeusou, tanto mais que elle tinha ares de, na sua superioridade, acceitar como natural e legitimo o fervoroso culto...

XII

O levante pronunciou-se francamente então, e pouco depois tinha elle o seu batalhão pittoresco, o "34 descalço", e tambem o seu hymno de guerra, o seu "folk-lore", o seu neologismo.

Resultou esse hymno de uma adaptação de lettra, brotada do fecundo engenho popular, a musica estimulante e vivaz da canção-dueto — "O paiz do vinho", de origem portugueza.

A melodia facil e arrastadora do trecho; o seu rythmo que, ligeiramente modificado, se presta bem á marcha militar, o seu titulo suggestivo n'uma phase em que era a ideia dominante varrer do governo os responsaveis pelo mal-estar commum; a coincidencia de o cantarem artistas do theatrinho Helvetica, frequentadissimo de rapazes do commercio e das academias, justamente nas noites em que surdiram n'aquella casa de diversões as arruaças de outubro, precursoras do movimento, tudo isso lhe promoveu o exito fulminante e a sua definitiva adopção pelos revolucionarios.

Dêsde a noite em que aquella mocidade impetuosa, após um conflicto com a policia, rechassada por fim, a tiros de rewolver, desceu avante a rua da Imperatriz, de braços dados, a viver o general Dantas Barretto e a cantar em côro a Vassourinha, pode dizer-se que a revolução descobrira a sua formula musical.

Desse momento em vante modularam-n'a, sem cessar e em toda a parte, o canto, o assovio, o piano, as orchestras, as charangas; modulou-a, em summa, todo instrumento capaz de emitir vibrações sonoras, desde a viola descascada e fendida do mendicante e a harmonica do cafageste até o luxuoso bandolim e o sonoro piano dos salões burguezes.

E com essas vibrações ressoaram os peitos, aqui com o arroubo tenso de nobres energias despertadas, além com a frouxidão pavida do previsto castigo já em marcha.

A poesia desse "hymno de Dantas", é ingénua e tosea, porém expressiva, como, em geral, as produções do estro popular:

Pela onde' popular (Bis)
Rosa e Silva é esmagado
E o general Dantas Barretto (Bis)
Vae salvar o nosso Estado.

Salvae! Salvae!
Querido general
O nosso estado
Das mãos do trahidor.
Vem libertar
Um povo escravizado,
Vem semear
A paz, a luz, o amôr.

Pernambuco a oligarchia (Bis)
Rosa e Silva sustentava
E o general Dantas Barretto (Bis)
Prometteu que libertava.

Salvae! Salvae!
Querido general!..., etc.

Cantemos, pernambucanos! (Bis)
O hymno santo em louvor
Ao general Dantas Barretto (Bis)
Que é o nosso salvador!

Ao psychologo não parecerá extranhavel essa collaboração constante da musica e da poesia na movimentação anormal das phases tempestuosas, em que o oceano vivo se cucapella em furia indomavel.

Ha na exaltação animica collectiva um disequelibrio funcional com tendencias regressivas aos grãos já ultrapassados da escala evolutiva, e canto, dança e poesia foram as nossas primeiras manifestações estheticas, indissociadas.

A fluidez do sentimento musical, a sua impressão ideativa, resultam da eclosão n'um período ancestral de estrutura nervosa relativamente simples, da sua eclosão n'um período em que, precursor da palavra, o grito modulado era o symbolo da emoção, e procurava irresistivelmente refle-

xos adequados. Com o tempo, vinha a palavra rythmada e modulada, juntando-se ao gesto, aperfeiçoar o mechanismo da expressão e transmissão dos estados effectivos.

No desentranhar-se da nossa mentalidade a emoção teve, pois, os seus symbolos, o grito e o gesto, antes da razão, que despontava, formular o seu — a palavra, e, graças a elle, tomar o seu surto magestoso.

Nessa triade é, portanto, a poesia a irmã mais nova, a irmã, todavia, e constantemente solicitada por esses laços de sangue a prestar ás outras a sua solidariedade.

Basta para isso que a convulsão sobrevenha, que o delicado apparatus trenador montado pelo trabalho cultural de seculos e seculos esmoreça ou se tolha, cedendo ás leis da physiologia nervosa, ao contundil-o uma emoção muito intensa.

D'ahi a feição pittoresca e simultaneamente barbara desses grandes dramas historicos que são as revoluções.

XIII

O parisiense que canta e dança, trazendo espetada em um chuçõ a cabeça da formosa princeza de Lamballe, é a revivescencia do selvagem que na taba canta e dança em torno do prisioneiro a quem vae despedaçar o craneo com o seu pesado tacape.

Por honra de Pernambuco o lado cruél da sublevação foi pouco accentuado.

Conta-se que a um soldado de policia que arquejava, gravemente ferido, nas lages da rua Nova, pedindo por piedade uma gõta d'agua, satisfez um popular a supplica enterrando-lhe um punhal na garganta.

Conta-se ainda que, nos ultimos dias de lucta, as sentinellas da Casa de Detenção, eram, como por divertimento, adveçadas e abatidas a tiros de rifle por alguns moços de bõa roda collocados na ponte da Boa Vista...

Teriam sido casos isolados, explicaveis pelo odio votado aos elementos de uma milicia constituida em grande parte por faccinoras da peor especie, e que, na intentada repressão do movimento se assignalara por actos de inutil perversidade, pelos quaes a excluia da lei humana o proprio instincto da conservação da especie.

Do que pessoalmente dou testemunho é de uma generosidade dos vencedores que os singulariza na historia sangrenta das insurreições victoriosas.

Vi passar o dr. Liberato de Mattos, situacionista pela voz publica apontado como um dos que do edificio do Diario e de outros reductos atiravam contra o povo, vi-o passar conduzido por uma compacta multidão de mais de cinco mil pessoas, protegido apenas por um official e uma praça do exercito. Na crista desse raivoso mar humano, que elle sobrepujava pelo talhe de gigante, culminava o seu moreno rosto, crispado pela colera e pelo sarcasmo.

Surprehendido por populares em uma loja reagira de pistola em punho contra elles esgotando a carga da sua arma; e preso e levado ao quartel general por aquella formidavel massa, não se acorvadava, antes a exasperava com insultos e motejos.

Em que outro lugar do globo, em dias semelhantes, aquella bravura teria sido respeitada?

Diga-o a historia das revoluções de paizes que, como a França e a Inglaterra, marcham na vanguarda da civilisação.

Outros menos temerarios, porém, e geralmente tidos como perseguidores dos opposicionistas, conduzidos da mesma forma, foram tambem poupados.

Não se registrou nenhum desses excessos da vindicta popular, como o lynchamento e o saque, tão communs fóra daqui em emergencias identicas.

Attitude singular, attitudo desconcertante em um meio onde, mesmo nos dias normaes, a companheira inseparavel do pernambucano da plebe e não raro, do de alta linhagem, a faca de ponta, se tinge de sangue, ás vezes, por motivos frivolos.

E' verdade que era extraordinario, então, o acatamento á tropa federal incumbida do policiamento da cidade e que os menores desejos expressados pelo general Carlos Pinto, um dos idolos dos insurrectos, como ordens intransgredivéis immediatamente se cumpriam.

A um aceno seu, movia-se a multidão mais de prompto que disciplinado corpo de tropas.

Se Dantas Barretto era o "Salvador", Carlos Pinto era o "Pae" a quem todos os queixosos se dirigiam seguros de que elle lhes daria remedio.

Com effeito, ao seu apparecimento nas ruas, como ao apparecimento repentino de um pae querido e respeitado no meio da travessa progenie, cessava de subito o motim e rompiam as acclamações affectuosas.

Por fim, já nem se fazia necessario que o maneiroso militar viesse falar áquelles filhos obedientissimos: bastava mandar-lhes um recado.

De uma feita, após um tiroteio, dez mil pessoas se premiam na rua Quinze de Novembro, em furia rugidora que as sombras da noite tornavam mais temerosa; eis senão quando scintilla na tela cinematographica da Provincia a seguinte phrase:

— *O General Carlos Pinto pede ao povo que disperse,* — e, em cinco minutos, a rua estava silenciosa e deserta!

Essa obediencia passiva, todavia, que constituia um dos phenomenos mais extranhos numa multidão sublevada, não explica por si só a relativa moderação dos vencedores de 1911.

Para essa contribuíram poderosamente o sentimentalismo proprio da nossa indole, a unificação mental impressa por uma ideia dominante, a longanimidade gerada pela alegria inherente á consciencia da libertação, por tanto tempo deferida e que afinal se realizava.

XIV

Em compensação a veia poetica jorrou abundante de satiras, de motejos, de allusões ferinas.

Um colleccionador dos versos, por aquelle tempo publicados em jornaes, em folhetos, pelas paredes e muros, poderia com elles reconstituir a historia do movimento revolucionario.

A alguns associavam arias predilectas de operetas e revistas, em toada caustica e hilariante, que açulava a animosidade patriotica e despertava a verve zombeteira.

D'esta forma era commentado o resultado da eleição Dantas e Rosa, com a musica do "Venancio", ordinariamente acompanhando-se a violão o cantor, sempre seguido de magotes que se não fartavam de o ouvir e applaudir:

"Fizemos a eleição
Mas seu Rosa não venceu;
Gritou a população
Chico Marreta perdeu.

Ai, Estacio
Abandona este Palacio!

O Eminente anda fugido
 O filhote se escondeu
 O Rosa não tem partido,
 Chico Marreta perdeu.

Ai Estacio
 Abandona este Palacio!

Ulysses, o capadocio,
 Em cacête se metteu;
 Por ser um chefe beocio
 Chico Marreta perdeu.

Ai Estacio
 Abandona este Palacio!

Acabou-se nossa historia
 Muita cousa aconteceu;
 De Dantas foi a victoria
 Chico Marreta morreu.

Assim tinham curso muitas outras canções desse timbre, surgidas no momento, ninguem sabe como.

— Rosinha levou carreira
 Do Diario até o Palacio
 O cavallo marinho do boi
 E' o *governadô* Estacio.

Olhe o boi, seu Zé
 De ponta fina,
 E de rabo em pé.

O sr. Ulysses Costa,
 Homem da cara quebrada,
 Fará papel de Matheus
 Junto com o Julio Mellada.

Até que ao sahir o boi
 Haverá muita zuada,
 Pois o povo já serompta
 Para dar muita pedrada.

O boi chega, espalha tudo
 Fazendo muita carêta,
 Negrada, quem é o boi?
 E' o tal Mãe de Marreta.

Etc., etc.

Em feitio mais limado, eram dia a dia asignaladas, nos jornaes, as peripecias da campanha pelos vates opposicionistas.

No domingo, 5 de Novembro, prognosticando o desfecho do pleito, estampava-se no "Pernambuco" o seguinte:

"Novembro — 5-1911 — Domingo. Dia de S. Dantas Barretto. Morre, em Pernambuco, o conselheiro Chico de Assis Rosa e Silva Mãe de Marreta".

Epitaphio

Feito um montão de destroços
 Aqui jaz — fado tyrano —
 Quem roeu, até os ossos,
 O povo pernambucano.

Seu "grande nome bemdito",
 Aos povos a Historia ensina
 Fez os tumulos do Egypto,
 Fez as muralhas da China.

Foi-lhe a vida dôce e amena,
 Mais foi-lhe a morte inimiga,
 Tinha a cabeça pequena,
 E muito grande a barriga.

Fez do Estado um patrimonio
 Viajou, escuta: — De rastro,
 Resa uma prece ao demonio,
 Lhe encommendando o canastro.

E, "chorosa", a penna escreve,
 Luscando, "aflicta", uma rima:
 — A terra te seja leve.
 Com os Guararapes por cima.

A sahida inopinada do dr. Ulysses Costa foi parodiada pelo mesmo terrível Cabrion, pseudonymo do mallogrado Mendes Martins:

Pobre Ulysses Gerson que te partiste,
Tão cêdo da policia descontente
Repousa lá no Brejo eternamente,
E viva eu no Recife sempre triste.

Se lá para onde agora tu fugiste,
Do Sebastião memoria se consente,
Não te esqueças, Ulysses, da valente
"Birrada" que, no "quengo", tu sentiste.

E, si vires que, lá nessas alturas,
Ha precisão de gente "valorosa"
E da "Bernarda" affeita ás aventuras,

Poga ao Demonio que te carregou,
Que tão cêdo de cá me leve o Rosa,
Quão cêdo para o Brejo te levou.

Esse pobre dr. Ulysses Costa, que focalizou no primeiro estadio da insurreição a ira da população por ser o chefe de policia em exercicio, foi uma victima dos deveres do seu cargo, aliás, por elle desempenhado com a brandura e correccão comportadas pela effervescencia do momento.

Essa propria retirada, que o tornou alvo da zombaria publica e das accusações dos seus correligionarios, constitue, ao meu vêr, um attestado, antes que de covardia, da sua bondade e da sua inaptidão para commandar morticinios.

Nada, entretanto, teve o poder de excitar mais o humorismo dos verzejadores que o incidente occorrido no quartel do 2.º batalhão de policia, ao qual se devem os neologismos "marreta, marretada, marretismo", e outros respectivos derivados.

Correu um dia na cidade que diversos soldados daquelle batalhão se haviam revoltado no quartel e davam vivas ao general Dantas Barretto.

Os curiosos e patriotas affluiram em tropel no intuito de apoiarem, da rua, a assoalhada confraternização da força publica e a convidarem a sahir.

Não conseguiram, entretanto, o seu intuito, pois, mal se aproximavam do quartel os primeiros populares, d'ali partiram tiros de fusil que os obrigaram a cêlere recuo ante a inesperada recepção.

Achava-me em uma das portas do escriptorio d'“A Provincia”, e dispunha-me tambem naquelle instante a* aproximar-me do quartel, quando uma bala sibilou dois palmes na frente do peito de um homem que avançava, cravando-se na parede de um dos predios fronteiros; outra resvalou, desviada por um nickel de tostão guardado na algibeira de um rapaz, que retrocendendo a correr, enveredou n'“A Provincia”.

Sentira o choque no abdomen e julgava-se ferido; no nosso abrigo o inspeccionamos, e o nickel amolgado, quasi em forma de goteira, mostrou-lhe ao que devera a vida.

E não se soube o que occorrera. Do ponto em que me situara ouvira eu, como outras pessoas, voseria no quartel, que de longe parecia de vivas a Dantas Barretto. Os do governo, porém, explicavam o facto, allegando que praças de policia festejavam o anniversario da mãe do cabo Marreta e os gritos tinham sido de vivas á Mãe do Marreta.

No dia seguinte, inserio o “Jornal do Recife”, na sua gazetilha:

“Não é real que qualquer soldado de policia tenha dado vivas ao general Dantas Barretto.

Os soldados deram vivas ao seu companheiro Marreta”.

A sahida afigurou-se das mais comicas e a satira empolgou-a sem detença:

“Não foi o Dantas Barretto
Que a policia brindou,
Mas sim o cabo Marreta
Que grande rombo tapou”.

Cabrion, com o seu chiste habitual, commentou, na “Berlinda” do “Pernambuco”, o evento e a sua pilheria pegou, encampada logo pelo povo o chrisma:

“Ligeiro, rapido, lésto,
Aqui faço minha gente,
O meu solemne protesto,
Contra o chrisma irreverente.

A coisa é mesmo horrorosa,
Terrivel, medonha, preta:
—Mudar-se o nome de Rosa
Para o de mãe de Marrêta”.

D'ahi em diante passou o conselheiro Rosa e Silva a ser a "mãe de Marreta", e o seu partido, o dos "marretas", figurando nas caricaturas como uma alentada ama de leite em cujos turnidos peitos se penduravam dois avidos pimpolhos, enquanto outros esperavam a sua vez. Do que precede resulta que a longanimidade e a queda para o humorismo em epochas anormaes são caracteres muito notaveis da indole do prenambucano, um traço psychologico distinctivo, talvez, dessa fusão de elementos ethnicos heterogeneos, ricos não obstante, todos, de sentimento, operada num meio physico ameno e exuberante.

XV

A historia do recente e dos antigos movimentos revolucionarios o faz crer e para comprovar o assento, adduzirei, dentre cem, apenas uma passagem typica recolhida na guerra dos mascates, datando de mais de dois seculos.

Naquella porfiada lucta do elemento portuguez com o elemento nativo que tendia a desligar-se da metropole e a organizar-se em nacionalidade autonoma, os caracteres assignalados já se alliavam como essa feição da combatividade peculiar aos naturaes da terra.

Perseguidos estes atrozmente pelo governador Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcellos, aqua chegado em outubro de 1711, o que representava uma inominavel traição quando se suppunham victoriosos e senhores do terreno; confiscados os bens de uns, encarcerados outros, assassinados muitos, restaurado o ominoso pelourinho, procurou-se na debandada a salvação, pois, exhaustos pela recente pugna e colhidos de improviso, não lhes fôra possível organizar condigna resistencia.

Um grupo mais consideravel de fugitivos, composto de nobres e descendentes de lusitanos, senhores de engenhos, lavradores, almocreves, escravos, etc., grupo chefiado pelo valoroso Eça Falcão, uns quinhentos homens nos quaes predominava o sangue mestiço, nos varios typos da combinação luso-indio-africana, internou-se nas mattas de Tracunhãem e ali se arranchou, diligenciando alliciar combatentes e por todos os meios levantar os ânimos, estimulando-os á desforra.

A'quelles homens, que se deviam encontrar na mais acbrunhante situação de espirito: espoliados dos seus bens, separados das suas mulheres e filhos, cujos destinos ignoravam ou sabiam miserrimos; vivendo vida de anímaes bravios

sobre os galhos ou no ôco dos troncos das arvores, alimentando-se do producto da caça e da pesca e de raizes e fructos agrestes; litteralmente caçados como fêras por tropas numerosas que faziam batidas em todas as direcções daquellas unicas paragens; assim exaustos de fadiga, esfaimados, maltrapilhos, sentindo continuamente a adejar-lhes sobre ás cabeças as azas da morte, aquelles homens aos quaes se deviam suppor extinctas todas as fontes de facecia e de misericordia, e vigilante, tumido, insopitavel um unico sentimento: o da vingança, cahio-lhes um dia entre as mãos um espião dos seus crueis inimigos, que conseguira descobrir-lhes o paradeiro.

Pois bem, como procederam elles? Fuzilaram-no? Enforcaram-no, depois de submettido a atrozes supplicios?

Queimaram-no vivo? Vararam-lhe os olhos e cortaram-lhe a lingua?

Nada disso: pagaram-se com applicar-lhe uma valente sóva de varas de quiri e soltal-o na entrada da matta com um papel em uma das mãos na qual se liam os seguintes versos:

“Buscar lâ veio Gregorio
Mas volta bem tosquiado,
Si vier por mais finorio,
O Felix José Machado,
O Cutia e o Bacalhão,
Havemos de ter, não uma
Mas quatro “rodas de pau”.

Felix Machado era o governador, como já foi dito; de “Cutia” fôra alcunhado o desembargador Christovam Soares, vindo da Parahyba por ordem do governo para proceder a devassa dos levantes de Pernambuco; “Bacalhão” era o ouvidor. Constituiam a trindade maldita promotora da espoliação e do massacre.

XVI

Esse horror que vota ao sr. Rosa e Silva o povo pernambucano e que provoca um levantamento em massa de todas as classes, sempre que se aventa a hypothese de volver a dominar o conselheiro, é de sobra justificado pela lembrança ainda viva de mais de tres lustros de soffrimento e miseria.

Profundamente egoista, aristocrata, soberbo de sua fortuna, acanhado de intelligencia, ignorante, avido de prazer e de mando, estava naturalmente cavado entre esse homem e o povo um intransponivel fôssô.

Nunca um dominio se mostrou mais estreitamente pessoal, mais indifferente ao bem publico, mais friamente compressivo e destruidor.

Foi preciso a constituição especial, a correlação Politica dos estados constringidos no pacto federativo da Republica, para, durante tão largo periodo, ser supportade aquelle despotismo risonho e almiscarado, mais preverso e desmoralisador que o de um Pedro, o Crú, ou o de uma Catharina da Russia.

Porque esses resultaram fecundos; faltava-lhes coração, mas lhes sobrava cerebro, e do esbulho os do massacre souberam fazer brotar e erguer-se um poderoso imperio, como um agricultor que derruba, corta e queima para plantar a sua séara.

Nada disso aqui; o dominio pelo dominio, o puro goso individual á custa da miseria collectiva; a despreoccupação absoluta do interesse publico; Pernambuco para o sr. Rosa e Silva e a sua grei; augmentar impostos para o sr. Rosa e Silva e seus camaradas se divertirem em Paris; asphyxiar o commercio, para atirar o ouro a flux nas bancas de Monte Carlo; fechar escolas para presentear cocottes...

E que a população fosse dizimada por successivas pestes despeadas em suas correrias! E que estrebuchassem infelizes nas contorções do saturnismo, amparado pelo braço official.

E que os homens de vergonha e de pundonor calassem as suas affrontas, se não queriam cahir victimas dos cacêtes e dos bacamartes dos Tónico e dos Jardins! E que o talento insubmisso se expatriasse e fosse fenecer e extinguir-se nos pantanaes do Amazonas!...

E' apenas quando o sr. Rosa e Silva se sente abalado e o clamor transpõe as fronteiras do Estado para ir rebolando até os confins do paiz, que algumas medidas de utilidade publica são tomadas e alguns projectos de melhoramentos se esboçam.

Mas, ainda nessas proprias concessões aos reclamos do interesse da communhão, como se acham canaes e manobras para tornar volumosa a quota do proveito pessoal!...

Viu-se alguma voz naquelle dominio render preito ao merito do adversario? Defender-lhe a justiça da causa contra a injustiça da causa do correligionario? Reconhecêr-lhe o direito garantido pelos regulamentos e leis?

Nunca.

O que era indispensavel era reduzir á impotencia todas as discrepancias; castigar todas as rebeldias, embora o sangue que jorrasse da ferida aberta fosse o mesmo a circular no punho manejador do cutelo.

E, assim, em um amalgama incondicional de inferioridades humanas assentou o sr. Rosa e Silva a peanha da sua influencia politica.

Aquella miseria moral derreteu-se, fundiu-se e solidificou-se em um bloco infragmentavel que, lá na capital do paiz, o conselheiro accorria pressuroso a sobpôr aos pés dos que dirigiam a Republica.

Eis como daquella fraqueza se fez a immensa força que jugulou esta terra por perto de vinte annos...

A lucta armada contra o sr. Rosa e Silva seria a lucta armada contra todas as forças bellicas da União: que loucos a emprehenderiam sem o braço forte do exercito?!

Como são insensatos e imprudentes aquelles que ainda affrontam este povo acenando-lhe com o vulto do seu algoz!

De todas as qualidades individuaes a que mais intensamente actua nas massas humanas, despertando n'ellas a admiração e a sympathia, é, sem duvida, a coragem, a bravura, que significa a victoria da vontade sobre as instigações da dôr e do instinto de conservação.

E' essa virtude complexa, em cuja testura psychologica se entrelaçam os residuos animicos despostos pela hereditariiedade, afeiçoados pela educação, fortificados e dirigidos pelo raciocinio, que faz os heróes destinados á vida posthuma nas tradições populares, nas canções dos bardos, nos registros da Historia, no bronze das estatuas.

E, como os instinctos e os sentimentos sociaes não representam outra cousa senão a formula inconsciente, a expressão individualizada das necessidades fundamentaes da especie, resulta que a coragem merece, de facto, essa admiração e a essa sympathia.

Com mais propriedade do que alguém já o disse da loucura, poder-se-ia exclamar:

— Ergamos altares á coragem; só ella é capaz de grandes cousas!

Porque essa aptidão para domar o soffrimento e o mêdo eleva o homem acima da sua propria condição de homem, singulariza-o, annula os impulsos de egoismo intrinseco que preside á conservação de todo ser vivo, e assim lhe dá a força de todas as abnegações, de todos os desprendimentos, de todos os sacrificios em prol dos seus semelhantes.

A coragem é uma qualidade tão rara como eminentemente util e altruistica, quando disciplinada e esclarecida.

Os que a possuem deste geito são naturalmente impedidos para a frente dos outros homens, quando o perigo occorre ou quando a lucta se declara, impondo-se-lhes ao entusiasmo e á gratidão, dos quaes emanam o respeito e a obediencia que sagram os chefes de movimento, os conductores de multidões.

Eis porque os chefes, que merecem este nome, se fazem por si mesmos, e não por decretos e convenções.

Chefes são aquelles que proeminam pela coragem, pelo desprendimento do interesse proprio, pela intelligencia, pela perseverança no esforço, pela capacidade para a acção, por um feixe em summa de predicados, do qual se irradia um irresistivel effluvio suggestivo.

Não se concebe, portanto que um partido, uma agremiação para a lucta no terreno politico, persista em conservar como chefe um homem, que, guindado a esse posto pelo bafejo da sorte, d'elle se haja mostrado indigno no momento da batalha decisiva, fugindo vergonhosamente e entregando os seus soldados aos azares da derrota.

Tal o caso do sr. Rosa e Silva.

Nem áquelle principe, que no renhido da peleja abandonou as suas hostes e velozmente se escapou, indo occultar-se entre saccos de trigo empilhados em um moinho distante leguas do campo de batalha; nem áquelle poltrão que os seus generaes tiveram de desenterrar, branco de farinha e de mêdo, do seu exaranhão esconderijo para lhe participar a victoria, nem a esse se poderá equiparar o conselheiro, que não permittiu a tibieza, sequer por minutos, olhar de frente o reluzir das armas inimigas.

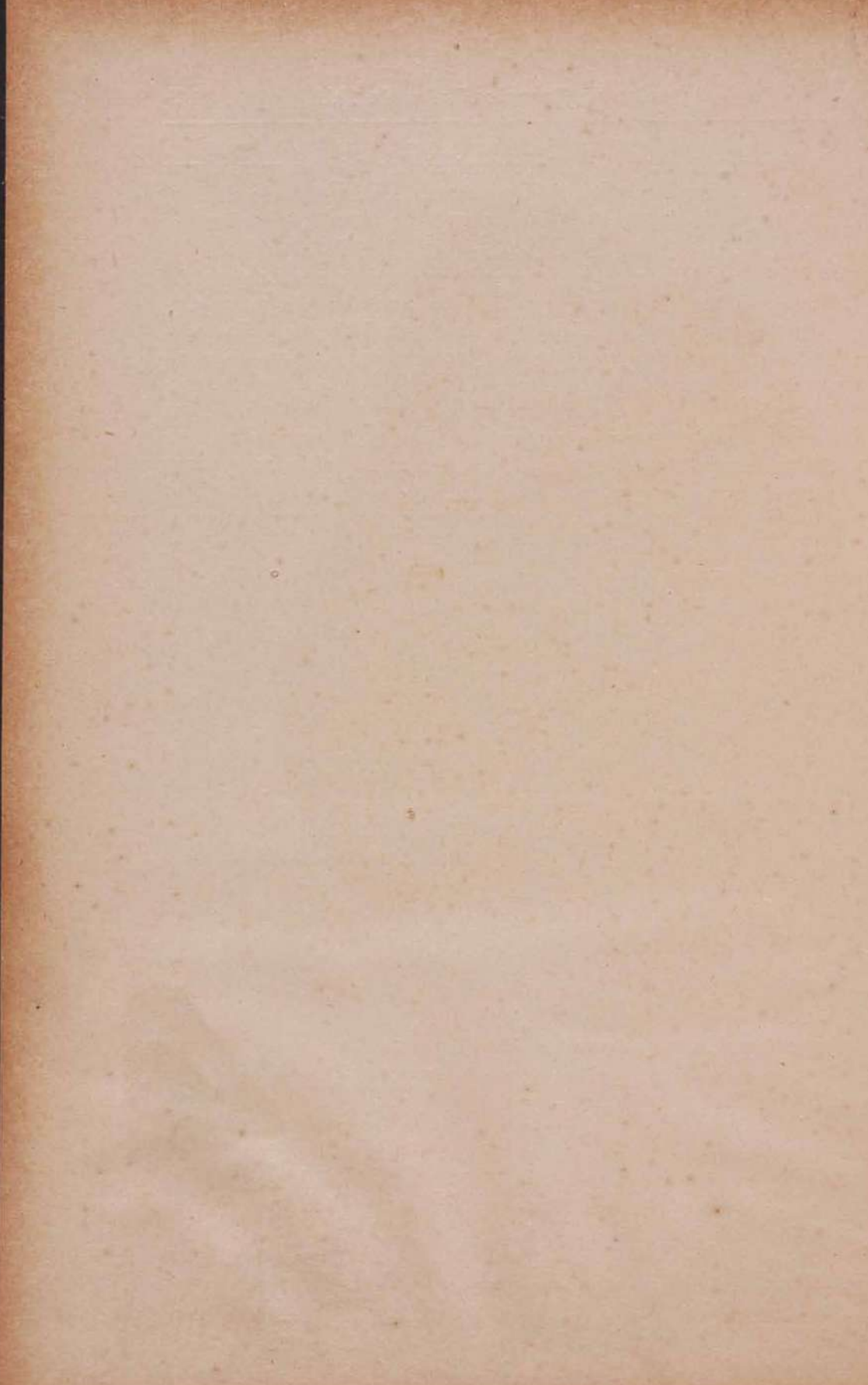
Foi de longe, muito de longe de permeio o vasto oceano, que elle mandou sacudir no terreno da peleja as suas insignas de chefe a quem as quizesse apanhar.

E, porque se visse bem que não era mais chefe nem nada, e que cada um deveria cuidar de si, como melhor o entendesse, procedeu sem detença, com a preocupação sor-

didamente interesseira do argentario egoista, á venda, por bom dinheiro, do seu órgão de combate, esse "Diario de Pernambuco", crivado de balas pela colera popular nos dias da punição.

E é a esse mofino, a esse inepto que renega ostensivamente o seu partido; que não lança um olhar de misericórdia ás suas hostes destroçadas; que expulsa os que lhe vão implorar auxilio ás portas do palecete; que augmenta a riqueza vendendo os elementos de defeza da sua gente, enquanto esta se arruina comprando órgãos para a defeza d'elle; que se recreia, enquanto os outros choram; que se casa, enquanto os que nelle confiaram teem de se separar das esposas para angariar a subsistencia; é a esse desertor, a esse egoista, que os proprios miseros, abandonados e es-corraçados, ainda estendem, supplices, o bastão de comando!?

RAUL AZEDO



Viagem ao Brasil

Provincias de Pernambuco, Ceará, Maranhão etc

Usos e costumes dos habitantes desse país

(Tradução para o francês por M. A. Tay e do francês para o português pelo falecido amanuense do Instituto Antonio C. de A. Pimentel.)

Conclusão

CAPITULO XXI

Tratados de alliança, commercio e navegação, entre as corôas da Grã Bretanha e de Portugal, assignados no Rio de Janeiro a 19 de Fevereiro de 1810.

Ouvi, na Inglaterra muitas discussões e tambem no Brasil ácerca das vantagens e desvantagens desses tratados. Nesses argumentos pareceu-me que os Inglezes acham que os seus interesses não foram bem consultados; os Portugueses de sua parte sustentam opinião contraria e julgam a sua nação em parte lesada, considerando que houve muita parcialidade pela Inglaterra.

Tenho razões para crer que os tratados foram celebrados com a maxima imparcialidade possivel, e que foram bem consultados os interesses das duas partes contractantes.

Se os Inglezes alcançaram algumas vantagens, tambem abriram mão de uma de consideravel importancia que antes possuíam, e as relações commerciaes entre os dous paizes, foram postas em condições bem favoraveis. Mesmo as innovações que têm sido feitas por esses tratados nas leis do Brazil, em favor dos Inglezes, tendem ao melhoramento geral desse paiz, accelerando os seus progressos para um ponto de civilisação mais elevado. Os Inglezes, parece-me, acreditam,

segundo os debates que sustentam, que o Brazil tendo sido humilhado pela desgraça, merecia ser tratado como paiz vencido e que a Inglaterra devia colher vantagens desta circumstancia. A idéa que se tem feito da fraqueza do Brazil deve proceder dos meios insignificantes de defeza que se observam nas suas costas.

Não ha duvida que um inimigo que atacasse as portas maritimas podesse ahí fazer grande mal; mas o paiz é por si mesmo inexpugnável e possui fortalezas mais difficeis de assaltar do que as que são construidas pelas mãos dos homens, compostas de sua vasta extensão, das mattas, de uma população valente, infatigável e de pasmosa frugalidade. A experiencia tem demonstrado quão enganadora era a esperanza dos Europeus de conquistar a America Meridional contra a vontade do pòvo.

A guerra dos Hollandezes com Pernambuco e as nossas proprias tentativas em Buenos Ayres, dão testemunho desse facto.

Por seu lado os Portuguezes parecem compenetrados da opinião de que a Grã Bretanha, tirando proveito do estado da monarchia portugueza, tem lhe imposto onerosissimos termos e taes que satisfaçam ao que tem em vistas. Nos argumentos de que se servem, nenhum respeito mostram pela situação do Brazil nem pela condição relativa das duas partes contractantes.

O segundo motivo de queixa, ainda que sem relação com os tratados, não deve passar desaperecebido, desde que varias pessoas se comprazem em repetil-o: Diz-se que o principe regente do Brazil fez aos Inglezes concessões territoriaes, porém que aos Portuguezes não é permitido possuir immoveis nos Estados de S. Magestade Britanica. Semelhante queixa parece dar a entender que os dous paizes estão nas mesmas condições relativamente á população, que o Brazil não tem necessidade de augmentar a sua, e que a Grã Bretanha possui territorio em superabundancia. Longe de poderem as concessões de terras feitas aos estrangeiros ser apresentadas como infracção á declaração de reciprocidade entre ambas as nações, é pelo contrario certo, que o governo brasileiro deveria convidar os estrangeiros a comprar terras e nellas se estabelecerem, permitir-lhes seguir a propria religião, naturalisal-os, prendel-os ao solo pela protecção das leis e pela faculdade de participarem dos negocios da Sociedade commum, na qual fossem adoptados.

Os Portuguezes fallam incessantemente dos rapidos progressos dos Estados Unidos da America, e citam aquelle paiz como exemplo que o Brazil devia seguir, mas não vão tão alto quanto preciso para achar a origem da prosperidade da America septentrional.

Os governos d'aquella Republica aceitam todos os que nella desejam estabelecer-se sob a sua protecção, e as leis toleram todas as religiões. Eis as fontes das quaes os Estados Unidos têm conseguido o augmento do seu poder. Imparcial distribuição da justiça e um moderado governo hão procedido de combinação com os intuitos dos chefes.

O Brazil, porem, é absolutamente improprio para a forma de governo republicano. O seu povo tem sido encaminhado por veredas bem differentes das trilhadas pelos habitantes dos Estados Unidos. Os primeiros colonos que fixaram residencia na America do Norte, deixaram o paiz natal, porque eram mui democraticas as suas ideas pela mãe patria, e tambem porque as suas opiniões religiosas, não concordavam com as dos seus compatriotas, e eis ahi porque os descendentes de taes antepassados, se achavam preparados para adopção dos principios republicanos.

Os colonos do Brazil, foram regularmente convidados para estabelecer-se sob a direcção do governo de Portugal a quem fora confiado um poder absoluto; são catholicos romanos, e os costumes de seus descendentes os impellem a obedecer pacientemente as ordens dos que governam, a seguir uma direcção em vez de a autorgar, a preferir deixar-se conduzir á obrigação de pensar por si de repente e sem previa instrucção.

Mas embora não convenha ao Brazil um governo fundado em principios democraticos, todavia instituições constitucionaes favoraveis á liberdade dos cultos, á liberdade individual e á divisão dos poderes, seriam vantajosas ao paiz e sem perigo lhe poderiam ser concedidas. (1)

Entretanto, voltando ao meu assumpto, tentarei provar que os tratados entre a corte do Rio de Janeiro e a da Grã Bretanha foram negociados de bôa fé, que existem para bem das duas nações e que cada uma dellas fez á outra uteis concessões; nenhuma das duas devia pretender toda vantagem,

1 — Se a camara municipal de cada villa dispuzesse da autoridade de que devia dispor, bastaria este melhoramento para produzir bom effeito nas altas classes.

por que é d'ahi, como diz um aulor brasileiro, que nascem os argumentos, os odios e os protestos sobre os quaes se fundam as queixas e as guerras.

Os portuguezes discutem os tratados ciosos pelo que foi concedido aos Inglezes sem reflectir se essas vantagens redundam ou não em proveito do Brazil. Deviam considerar a questão relativamente a elles e não de um modo absoluto. Como desejo ser tão conciso quanto possivel, só farei menção dos artigos do tratado que tenham algum interesse, e que possam dar lugar a discussões.

Tratado de amizade e de alliança

Passo em silencio os primeiros artigos como de pouca importancia, ou porque os objectos com que se relacionam não existam.

ART. VI "E' outorgado a S. M. Britanica o privilegio de comprar e cortar madeiras de construcção para a marinha nas mattas do Brazil."

Pensavam que esse privilegio era um inexgotavel recurso para a Inglaterra e que ella com pouca despeza tiraria as madeiras necessarias para a construcção de seus navios, mas sei que as despezas a fazer-se com o córte e transporte das madeiras até as praias, eram mui avultadas para que o projecto podesse ser executado e que se verificára que as mattas do Brazil continham menos madeiras de construcção de que a principio se supposera. Se o governo inglez tivesse julgado conveniente tirar partido deste artigo e se o plano fosse levado a effeito, seriam consideraveis as vantagens que d'ahi tiraria o Brazil, taes como o augmento do commercio nos portos em que fossem construidos os estaleiros, o numero de operarios que ahi se estabelecessem, muitos dos quaes provavelmente acabariam por ficar no paiz; tudo isso eram vantagens para o Brazil. Os carpinteiros e calafates de navios, do Brazil, são tão bons como os da Inglaterra e se os encorajassem para a arte extremamente proveitosa da construcção naval nenhuma protecção exterior seria precisa. O que falta é o estimulo.

Art. VII. "Qualquer esquadra enviada por uma das altas partes contractantes em soccorro da outra, receberá da potencia em favor da qual tiver sido armada, provisões frescas".

Isto allude claramente á esquadra ingleza estacionada no Rio de Janeiro afim de proteger as costas do Brazil, e é jus-

to que a parte soccorrida alimente os que emprehendem a sua defesa.

Art. VIII. "Os navios de guerra, qualquer que seja o numero, podem entrar nos portos de uma ou da outra das partes contractantes".

Este artigo prende-se ao precedente e era necessario para a sua execução.

Art. IX. "A Inquisição ou Tribunal do Santo Officio não tendo sido até aqui estabelecido no Brazil, S. A. Real o principe regente de Portugal, guiado por uma politica esclarecida e liberal, aproveitando a occasião que lhe offerece o presente tratado, declara espontaneamente em seu proprio nome e no de seus hredeiros e successores, que a Inquisição nunca será estabelecida nos estados da America Meridional pertencentes á corôa de Portugal".

Pela conclusão do mesmo artigo deixa-se entrever a intensão de abolir a Inquisição em todas as outras partes dos estados portuguezes.

Não creio que a Grã Bretanha tivesse querido estipular alteração na politica do governo do Brazil se não lhe dessem a entender que os ministros deste paiz desejavam desembaraçar-se por esse meio de tão execrando Tribunal. Não se pode dizer com verdade que a Inglaterra tenha estipulado este ponto, porquanto o principe diz — seu designio espontaneamente. Seja porem como for, a Inquisição não exerce o seu poder no Brazil e assim a nação livrou-se do mais insupportavel fardo debaixo do qual outras têm gemido.

O ultimo ministro dos Negocios Estrangeiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, era homem de espirito liberal e o Brazil com sua morte soffreu grande perda, mas essa infelicidade não foi irreparavel porque foi substituido na mesma pasta pelo conselheiro Araujo. (2)

Este senhor parece ter adoptado o Brazil por patria. Emprega toda a sua attenção nos interesses desse reino, procurando augmentar-lhe a prosperidade. Parece tambem convencido de que os meios para alcançar progressivamente es-

2 — Antonio de Araujo de Azevedo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de alem-mar. Dizla-se outr'ora que era partidario dos Francezes, porem é um verdadeiro patriota, que se oppõe a qualquer influencia estranha nos negocios do governo de que faz parte. Foi ultimamente agraciado com o titulo de Conde da Earca.

sa fortuna, estão na tolerancia, na moderação e na supressão dos abusos.

A maneira solemne por que têm os ministros manifestado as suas intenções a este respeito, é um triumpho das idéas liberaes sobre a superstição, que pouco se devia esperar e que attesta a influencia sempre crescente da razão.

As desgraças de Portugal têm rendido um incalculavel beneficio aos territorios transatlanticos, por elle conservados na escravidão e, embora a mãe patria haja bastante soffrido, é impossivel que algumas vantagens não lhes resultem de sua mudança de situação.

Custe o que custar os negocios internos experimentarão algumas salutaes modificações. Portugal não desfructa mais o commercio exclusivamente com o Brazil, porem não sei se afinal não virá a ser mais feliz quando só contar com os seus proprios recursos e com um trafico moderado com as outras nações, conveniente á sua importancia politica, em vez do commercio gigantesco que fazia por intermedio dos estrangeiros. O governo, segundo as apparencias, passará por qualquer reforma. Portugal de certo verá brevemente abolida a Inquisição e talvez seja testemunha do restabelecimento das cortes.

Art. X. "Uma abolição gradual do commercio de escravos é promettida por parte do principe regente de Portugal, e os limites do commercio ao longo da costa d'Africa estão determinados."

Ja me occupei deste assumpto n'um dos capitulos precedentes.

Tratado de commercio e de navegação.

Art. II "Haverá reciproca liberdade de commercio e de navegação entre os subditos das duas altas partes contractantes; é-lhes permittido commerciar, viajar, residir e estabelecer-se nos portos dos estados de cada uma dellas, exceptuados aquelles de onde são excluidos todos os estrangeiros".

Conheço por experiencia propria a facilidade com que se obtem licença para viajar no Brazil, e até mesmo um Inglez pode fazel-o em algumas das provincias independente de passaporte. Os Portuguezes queixam-se do rigôr com que são executadas as leis inglezas contra os estrangeiros e diziam nisso havia defeito, não no tratado, mas na falta de cumprimento deste artigo.

A grande difficuldade que experimentam as pessoas que só entendem a sua propria lingua, para saber qual a nacionalidade de um estrangeiro, a visinhança da Inglaterra com o continente europeu e o immenso numero de prisioneiros que ella fazia durante a guerra, a collocavam em posição mui diversa da do Brazil; ali os unicos estrangeiros, com excepção dos Hespanhoes, que podiam penetrar no paiz, chegavam em navios inglezes ou portuguezes; por consequencia nenhum receio podia haver de se enganarem com os individuos concedendo-lhes passaportes para viajarem no interior ou ao longo das costas d'aquelle paiz. (3)

Certamente alguns Portuguezes hão passado por difficuldades e mesmo por veixações, e estes casos tem sido allegados. E' porem preciso não esquecer que o numero de portuguezes em viagem pela Inglaterra, foi e ainda é, muito maior do que o de Inglezes pelo Brazil, alem de que a quantidade de autoridades a quem cada viajante deve mostrar o passaporte, é tambem muito maior no primeiro do que no ultimo. D'ahi resulta, pela propria natureza das cousas, que ha notavel differença entre as policias dos dous, e differença inevitavel.

Quanto á naturalisação nos estados de uma ou de outra das duas corôas, os Portuguezes estão em muito mais favoravel condição de que os Inglezes, porque, de conformidade com as leis existentes, um subdito inglez não pode ser naturalisado no reino de Portugal se não professar a religião catholica apostolica romana.

Arts. III, IV e V. Referem-se aos direitos aduaneiros, ás despezas dos portos, etc., que devem ser pagos com perfeita reciprocidade pelos navios de ambas as nações. Se não se pagasse nas Alfandegas do Brazil os mesmos impostos, pelas

3 — Estes argumentos resentem-se um tanto de azedume, e basta que se façam estas simples perguntas: A Grã Bretanha envolve-se na policia brasileira? Queria ella dar-se ao incommodo de negociar as disposições dos regulamentos que o Brazil julgasse conveniente formular para melhor manter a ordem interna e para apoderar-se mais facilmente das pessoas contra quem tivesse motivos de queixas? A verdade é que o Brazil nada de semelhante exige e de que a Inglaterra tenha necessidade; consequentemente cada nação procede conforme a sua disposição.

mercadorias importadas nos navios inglezes do que pelas que chegam nos navios portuguezes, seria preciso que os negociantes inglezes recorressem ao contrabando ou que pozessem de parte a idéa de commercio com os Portuguezes.

O imposto sobre o algodão, principal artigo que se exporta do Brazil para a Inglaterra, é o mesmo para os navios das duas nações. Entretanto esse imposto, com relação ao valor da mercadoria, não é tão elevado que possa destruir a concorrência, quando fosse um pouco augmentado para os negociantes estrangeiros. A respeito porem dos productos das nossas manufacturas, para o Brazil, o imposto é de alta importância, porque acontece frequentemente, e poderia dizer geralmente, que ha quebras em semelhantes comboios e um augmento de 10% sobre um carregamento que, independentemente despez 10% soffre quebra, será muitas vezes oneroso. Não hesito em affirmar que o governo do Brazil tem obtido real vantagem fixando os impostos nas mercadorias importadas nos navios inglezes na taxa das que são importadas nos navios pertencentes aos seus vassallos.

Segundo os regulamentos em vigôr os negociantes de ambos os paizes se apresentam nos mercados no mesmo pé de igualdade; e, ainda que haja quem tente illudir o pagamento dos impostos, não é necessario lançar mão do contrabando para expôr cada um suas mercadorias com a perspectiva de boa vendã. Creio que o governo poderia, sem inconveniente, elevar os direitos a mais de 15%, porem se fizesse o augmento, seria necessario que recahisse geralmente em todas as classes de commerciantes, quer brazileiros, quer estrangeiros. A reciprocidade estabelecida nos tratados, tem sido das mais vantajosas consequencias para as duas partes; a Grã Bretanha, sob o ponto de vista commercial, ganha muito com a importação directa dos algodões do Brazil; este por sua vez, faz muitos progressos relativamente á civilisação, riqueza e introducção dos productos industriaes inglezes, que ainda continuam.

O final do art. IV determina quaes os navios que serão considerados inglezes e quaes os considerados portuguezes, isto para o effeito de distinguir as embarcações dos dous paizes que tem o direito de gosar das estipulações favoraveis,

Os Portuguezes queixam-se de que os Inglezes levam vantagem sobre elles pela grande quantidade de navios que constroem e pelas numerosas presas que fazem aos inimigos ao passo que elles poucas constroem e nenhum aprisionam (4)

Os Portuguezes dispozeram-se ultimamente a comprar navios construidos nos Estados Unidos, e logo que passam a pertencer a subditos portuguezes as côres nacionaes dos novos proprietarios, podem ser arvoradas e elles desfructam todos os privilegios concedidos aos navios de construcção portugueza. Dizem que o governo inglez devia permittir que esses navios, entrando em seus portos, gosassem as mesmas vantagens que lhes são dispensadas pelo governo portuguez.

Si se considerar bem o assumpto, concluir-se-ha que essa medida seria igualmente contraria ao interesse das duas nações. A Grã Bretanha forneceria por esse meio consideravel mercado aos navios de uma de suas rivaes maritimas, e por outro lado, o baixo preço pelo qual se pode adquirir essas embarcações e a pequena tripulação que exigem para a navegação, occasionariam immenso prejuizo á industria portuguesa. Em vez de animar a construcção dos navios, os armadores manda-los-hiam comprar nos Estados Unidos, retardando assim os progressos da navegação n'um paiz que, pelas vantagens que possui, pode formar uma numerosa marinha.

O final do art. VIII é assim concebido: "Mas deve ficar bem entendido que o presente artigo não pode ser interpretado como annullando ou affectando o direito exclusivo que possui a corôa de Portugal nos seus proprios estados, de consolidar a venda do marfim do pau brazil, da urzela, do ouro em pó, da polvora e do tabaco".

Espero que dentro em pouco, o systema de reforma gradual attingirá esses monopolios, e que o commercio terá completa liberdade.

Art. X. "Os subditos inglezes residentes nos estados portuguezes terão licença para nomear magistrados especiaes que funcçionem para elles, como juizes conservadores".

Este privilegio não é concedido aos Portugueses residentes na Inglaterra e em consequencia queixam-se. Todavia não ha Portuguez que não reconheça a insufficiencia dos tribunaes nos estados do seu soberano e quão difficil é ahí con-

4 — Será preciso que a Inglaterra se abstenha de construir navios porque Portugal os não constrôe? Porque não cria o Brazil uma marinha?

seguir justiça; não ha um que não comprehenda a utilidade de conhecer pessoalmente o magistrado perante o qual deve ser levada uma causa. Se assim é, mesmo com relação aos processos que entre si promovem (e ninguem dirá o contrario), o estrangeiro que não disposer de alguma influencia pessoal, não terá urgente necessidade de especial protecção? Alem disso, lá onde a decisão depende inteiramente de um só homem, não será para receiar que elle se incline a favorecer de preferencia os seus compatriotas?

"A reconhecida equidade da jurisprudencia da Inglaterra e a singular excellencia da constituição ingleza", taes são os termos do tratado, tornam desnecessaria a nomeação de qualquer magistrado especial que se occupe dos interesses dos estrangeiros residentes na Grã Bretanha.

O modo de proceder dos tribunaes de justiça da Inglaterra, é tal que não ha Inglez que com toda a razão não se orgulhe delles e jamais ao pensamento de homem sensato, se offereceu a menor duvida sobre a sua imparcialidade. Embora um partido do estado se opponha constantemente ás medidas do governo e procure descobrir abuzos em seus actos, os tribunaes superiores só agem de modo que a menor queixa, a mais pequenina desconfiança de sevilismo ou de injustiça não possa levantar-se contra elles.

Não direi o mesmo dos tribunaes portuguezes; primeiramente pelo vicio radical do systema de depender de um só homem a decisão de um negocio, em segundo lugar pela maneira de proceder de um tribunal que tive occasião de observar; e as queixas geraes de quasi todos os Portuguezes me fizeram conhecer bem esses tribunaes. Sem duvida que nelles hão de existir homens cumpridores de seus deveres; mas um bom systema de governo deve basear-se na responsabilidade dos agentes do poder e, tanto quanto possível, pôr os magistrados na impossibilidade de mal se comportarem.

Os tribunaes de justiça de Portugal exigem total transformação; o seu estado de corrupção clama altamente por uma reforma; delles é que parte a ameaça do enorme peso suspenso sobre o actual governo que si se descuida será por elle esmagado, porque ha dous males que quando attingem a um certo grau, ninguem pode supportar por longo tempo. Cada individuo que é por elles alcançado, sente-os até na propria choupana submettendo-o ás privações e a numerosos veixames, até que por fim o humôr se azeda e a colera rebenta.

Art. XII. "Os subditos inglezes e todos os demais estrangeiros residentes nos estados portuguezes, terão completa liberdade de consciencia e poderão edificar templos e capellas, com certas restricções quanto ao exterior. Aquelle que tentar converter pessoas da religião catholica, ou publicamente invectival-a, será reenviado para o lugar onde houver commettido o delicto".

E' vergonhoso que tal artigo seja precíso n'um tratado entre duas nações civilizadas; porem cada passo para as idéas liberaes deve ser acolhido com satisfação, sobre tudo num paiz em que domina a religião catholica. Esta parte do artigo, que concede liberdade de consciencia, não só aos subditos inglezes como a todos os estrangeiros, é outra prova de que as idéas sãs, têm penetrado no Conselho do Rio de Janeiro, porquanto penso que o negociador ingles não se limitaria a solicitar esta estipulação para os seus compatriotas sem incluir outras potencias. Em consequencia deste artigo ouvi queixas da parte de pessoas que depois se mostraram admiradas ao saber que aos portuguezes era permittido ter capellas na Inglaterra e todavia eram essas mesmas pessoas que desejavam ter podido impedir a inteira reciprocidade.

Art. XVII. "Fica estipulado e resolvido que os artigos de munições navaes e militares introduzidos nos portos de S. A. Real o principe regente de Portugal, que o governo portuguez possa desejar adquirir para o seu proprio uso, serão pagos sem dilação pelos preços determinados pelos donos, que não poderão ser forçados a vendê-los por menor quantia, e fica mais estipulado que se o governo portuguez, correndo-lhe os riscos, tomar sob a sua guarda um carregamento, em todo ou em parte com intenção de compral-o depois, será responsavel por qualquer prejuizo ou avaria que tal carregamento ou parte delle possa soffrer em quanto estiver aos cuidados ou sob a guarda dos seus officiaes".

Transcrevi todo este artigo e pergunto que idéa se pode fazer de um governo com o qual é preciso estipular uma simples equidade? Entretanto espero que o tempo de semelhantes abusos tenha passado e que a este respeito uma epoca de reforma lhe haja succedido.

Art. XVIII. "E' concedido aos subditos inglezes o privilegio de serem assignantes para os impostos a pagar nas alfandegas".

Os negociantes inglezes não tinham permissão para ser assignantes e por esse motivo passavam por enormes difficuldades, sendo obrigados a pagar uma porcentagem a um Portuguez para ter a faculdade de servir-se do nome d'elle nesse character.

Os assignantes são fiadores dos direitos a pagar dentro de trez á seis mezes, e nenhuma bôa razão podia haver que impedisse os ingleses de servir como fiadores, a não ser que se pensasse que elles deixavam o paiz antes de completar o tempo de honrar os seus compromissos.

Art. XIX. "Todos os generos, mercadorias e quaesquer artigos de producção agricola, de manufacturas, de industria ou de invenção dos paizes ou de vassallos de uma ou de outra das altas partes contractantes, serão recebidos nos portos de cada potencia á razão da mais favorecida".

Art. XX. "Certos generos ou productos do Brazil, sujeitos na Inglaterra a direitos de prohibição, podem ser depositados para reexportação."

A não admissão desses artigos, que consistem, principalmente, em café e assucar para o consumo da Inglaterra, tem motivado discussões. Não era de esperar que a Grã Bretanha sacrificasse as suas colonias com essa alteração na politica e especialmente a um paiz onde os artigos em questão podem ser obtidos com menor dispendio do que nas ilhas inglezas.

Art. XXI. "As mercadorias inglezas da India e os productos das colonias inglezas, podem ser sujeitas a direitos prohibitivos nos estados de Portugal".

Os negociantes inglezes poderiam queixar-se deste artigo com maioria de razão de que os Portuguezes se queixam do precedente. As condições de ambos os imperios as pedem a um e ao outro.

Art. XXIII. "S. A. Real o príncipe regente de Portugal, desejando collocar sobre bases as mais extensas o systema de commercio estipulado no presente tratado, ha por bem aproveitar a occasião que elle lhe offerece, para fazer publica a resolução que, anteriormente tomara em seu espirito de libertar o porto de Gôa e permittir o livre exercicio de todas e quaesquer seitas religiosas n'aquella cidade e suas dependencias".

Eis aqui outro symptoma bem satisfactorio da mudança da politica.

Art. XXV. "Este declara que todas as estipulações feitas, concernentes á importação dos vinhos de Portugal na

Grã Bretanha e das fazendas da Grã Bretanha em Portugal serão as mesmas (5), e continua assim: Da mesma forma fica convençãoado que os favores, privilegios e immuniidades, concedidos por uma das partes contractantes aos vassallos da outra, quer por tratado decreto ou alvará ficarão sem modificação". (6)

5 — Não sei se é de boa politica conceder aos vinhos portuguezes preferencia aos das outras nações, mas acho aborrecido que os habitantes da Grã Bretanha sejam forçados a só beber vinhos de Portugal, quando poderiam adquirir-los de superior qualidade sem as restricções no seu consumo.

6 — Os privilegios que desfructam, ha muito tempo, os subditos inglezes em Portugal, são consideraveis; dou aqui um detalhe delles tão conciso quanto possível.

"D. João, por graça de Deus, príncipe regente de Portugal etc.; que todos os meus **corregedores**, etc, saibam que João Bevan declara ser negociante, residente nesta cidade, (Lisbõa, supponho), e subdito de S. M. Britanica, e por consequencia apto para gosar de todos os privilegios e immuniidades concedidas aos vassallos inglezes, etc. Os negociantes dessa nação podem livremente commerciar, contractar, comprar e vender em todos estes reinos e senhorios, etc. Quando, em negocio com elles, se levantar duvida será resolvida **antes em seu favor do que em odio** (*) Os vassallos inglezes só podem ser presos ou detidos em suas proprias casas segundo a classe a que pertencem, ou no castello de São Jorge e essas prisões não podem ser effectuadas por homens de vara, mas por **alcaides** (**) unicamente. Estão isentos do pagamento de certos direitos, sobre artigos que possam provar ser para uso das suas familias. Ninguém pode obrigar-os a ceder suas casas e armazens contra vontade. (***). Não se pode obrigar-os a ser tutores e estão dispensados de certos impostos. Podem andar com armas, offensivas e deffensivas, de dia e de noite, com luz ou sem ella, tendo cuidado de não abusar deste privilegio.

Depois seguem-se as penas a que ficam sujeitos os officiaes que não respeitarem esses privilegios.

Os caixeiros e os credados dos Inglezes, desfructam as mesmas immuniidades, em numero de seis, com tanto que não sejam hespanhoes.

Os vassallos inglezes não podem ser presos nem suas casas varejadas sem ordem do seu juiz conservador. Seguem-se alguns regulamentos, segundo os quaes a sua forma de processo pode ser mais facil. Não estão sujeitos á jurisdicção nem do

(*) — Que necessidade havia disto? O que se pede é a imparcialidade.

(**) — Official mais graduado.

(***) — Um official do governo pode pôr fora de sua casa um homem que não seja privilegiado, escrevendo no alto da porta as letras, P. R.

Art. XXXII. "Fica convencionado e estipulado pelas altas potencias contractantes que o presente tratado será illimitado quanto á sua duração, que ás obrigações e condições nelle estipuladas e comprehendidas, serão perpetuas e immutaveis e que não serão alteradas nem affectadas de maneira alguma, no caso que S. A. Real o principe regente de Portugal, seus herdeiros ou successôres, estabeleçam novamente a séde da monarchia portugueza nos estados europeus dessa corôa".

Assim os portos do Brazil estão para sempre abertos, e ainda mesmo que o governo o desejasse, ja lhe seria impossivel fechal-os ao commercio estrangeiro; o beneficio resultante das communicações directas com a Grã Bretanha tem sido geralmente desfructado pelos habitantes d'aquelle paiz, para que se consiga fazel-os voltar ao antigo systema colonial.

As colonias inglezas da America septentrional foram as primeiras a dar o exemplo de saecudir o jugo da mãe patria, e, segundo os principios dos primeiros colonos, isso se devia esperar.

A tentativa teve bom exito, mas ha razão para duvidar se não teria sido de maior vantagem para elles ficarem ainda por algum tempo sujeitos á Grã Bretanha e si na epoca da emancipação se achavam em condições de poder contar com os proprios recursos. Entretanto o espirito do seu governo e o de sua população, suplantaram os inconvenientes que podiam resultar da aquisição prematura da liberdade, e os Estados Unidos com surprehendente rapidez, que eu diria quasi sobrenatural, subiram a um alto grau de poder e de riqueza, adquirindo importante pezo na balança das na-

juiz de Orphãos nem do de Auzentes. (****) A copia dos privilegios de que foram extrahidos esses artigos é passada em nome de João Bévan. Eu obtive-a em Pernambuco como peça curiosa. Se se considerar o estado do governo do Brasil, esses privilegios são absolutamente necessarios para prevenir a oppressão; e mesmo o direito de andar armado não é menos util; porque embora as leis que prohibem aos Portuguezes de andar armados inflinjam penas severas, ha no Brasil apenas um nome que sae de casa sem levar com sigo arma alguma, e esta infracção á lei é muito geral para ser punida.

(****) — Juiz nas mãos do qual caem os bens dos orphãos e das pessoas que morrem sem herdeiros residentes no lugar; é difficil retirar o que uma vez entrou nesse juizo.

ções. Entretanto a sua mudança de situação só se effectuou após longos annos de calamidades e desolações.

As colonias hespanholas fazem agora a mesma tentativa, são presas de grandes males e a questão está longe de ser resolvida.

O Brazil por circumstancias todas particulares conseguiu um governo que lhe é proprio e é provavelmente o que o tem preservado dos desastres de uma revolução.

Se os chefes desse vasto reino fizerem o seu dever, se obrarem com prudencia, poderão não só prevenir a sua queda, como a desgraça de um povo inteiro, pelo menos durante uma geração.

O governo muito tem a fazer antes que a população queira e deya ser satisfeita; mas os Brazileiros, habituados á submissão, difficilmente serão arrastados a uma mudança de governo; a menos que os abuzos não sejam demasiado graves para serem supportados.

A reforma que, a meu ver, satisfaria o paiz não é de difficil execução. Taxas moderadas e sabiamente repartidas, em vez do actual systema, eis o que em primeiro lugar era preciso. Os artigos de primeira necessidade, taes como as provisões de toda a especie, soffrem pesados impostos e a mesma cousa se verifica com relação aos objectos mais importantes do commercio. Em segundo lugar, precisava-se estabelecer imparcial administração da justiça, abolir os monopolios e os impostos fixos, diminuir a autoridade dos magistrados civis e militares, reduzindo-lhes tambem o numero, porque sua permanencia faz augmentar os impostos, o que de modo contrario não se daria, porquanto as despesas de processos são augmentadas, e torna-se tanto ímenos facil conseguir justiça quanto mais dividida estiver a responsabilidade; mudar a maneira de recrutamento.

O mau comportamento de cada funcionario em particular parece de somenos importancia para que se preste a isso attenção alguma e muita gente porta-se mal para ser punida.

A mudança de politica que daria ao paiz geral adeantamento, consiste na abolição do trafico de escravos, na grande naturalisação e talvez mesmo na criação de assembleas legislativas e de cortes greeas.

Se os limites que a mim tracei, m'o permittissem, creio que com facilidade provaria ser a reforma proposta tão praticavel quanto necessaria á segurança da presente dynastia. E' preciso que a transformação politica seja gradual-

mente effectuada. O governo não quer agora ir tão longe; nem tão pouco está o povo preparado para aceitar innovações, que não se coadunam com as suas idéas. E' uma marcha progressiva que todo o paiz, em condições de melhoramento deve tomar. Se os que se acham á frente dos negocios comprehendem o seu dever, poderão impedir as revoluções, conservando-se sempre ao nivel das opiniões do povo á proporção que elle for adquirindo experiencia e luzes.

De todo o coração desejo que a paz do Brazil não seja perturbada; tenho a certeza de que as irreparaveis desgraças das revoluções podem ser evitadas, que a calma e a natural bondade da popuição brazileira, bem como a sabedoria e prudência do governo, se hão de unir no proseguimento de uma marcha razoavel fazendo-se mutuas concessões, e que sobre bases de judiciousa legislação e de reciproca confiança firmem um duradouro imperio.

APPENDICE

Num dos precedentes Capitulos deste volume eu disse que o Dr. Manoel de Arruda Camara havia publicado no Rio de Janeiro, em 1810, duas brochuras: Uma intitulada — Dissertação sobre as plantas do Brazil de que se podem conseguir substancias fibrosas proprias para os differentes usos da sociedade e para substituir o canhamo, sendo a pesquisa feita por ordem do principe regente. A outra brochura intitula-se: Ensaio sobre a utilidade de estabelecer-se jardins nas principaes provincias do Brazil para a cultura das plantas novamente descobertas.

Só referirei aos leitores inglezes as partes dessas obras que possam interessal-os.

(Traductor inglez)

Dissertação etc.

Secção 1.^a

Caroá. *Bromelia variegata* — Arrud. cent. plant, pern.

A descripção é extrahida de minha centuria dos generos e especies das novas plantas de Pernambuco.

Classe hexandria; familia monogynia; divisão, flôres completas.

Character generico, calice superior e trifido. Corolla tri-pétala, com escamas nectariferas na base de cada pétala. O fructo uma umbella, a baga trilocular.

Secção 1.ª, com flores desunidas ou separadas.

Character **especifico**, folhas apestanadas, espinhosas, moqueadas de marcas transversaes, verdes e esbranquiçadas.

Character natural, ponto de haste.

Folhas radicaes e em pequeno numero (de 3 a 7), de trez a seis pés de comprimento acanalladas, encaracolladas e espinhosa, verdes na superficie interna ou concava e mosqueadas de marcas transversaes, esbranquiçadas na superficie externa ou convexa.

Flores, o ramo, dous pés de comprimento, tortuoso e quasi espiral, com escamas externas sem espinhos. Flecha simples, pedunculo curto. As bracteas pequeninas, as folhas floraes simples e ao pé do pedunculo. Calice monophyllo com recortes obtusos, trifido, tubular, permanente e recto. Corolla tri-petala tubular, côr de purpura, azulada, oblonga, obtusa, recta, com escamas nectaríferas nas bases; do meio até o fundo de cada pétala ha um canal que encerra um unico filamento de estame. O estame consiste em seis filamentos inseridos no calice; trez destes são alternos com as pétalas, e tres fronteiros. Depois do ultimo as bazes descem ao longo dos encaixes nas petalas e fixam-se no receptaculo. O pistillo consiste n'um ponteiro com forma de fio, com um só stygma.

O pericarpo, uma baga oval e pontuda, um tanto angular, e umbella quasi do tamanho de uma azeitona.

Esta planta é encontrada nos sertões de Pernambuco, Parahyba, Ceará e, principalmente, no sertão de Cariri de Fora e Pajeu', e nas margens do rio São Francisco. Floresce nos mezes de julho, agosto e setembro.

Usos

As folhas desta planta são compostas de dous segmentos, um externo e convexo e outro interno e concavo; o primeiro é mais compacto e mais duro, o segundo mais delgado, entee os dous acha-se em uma pôlpa cheia de succo, certa quantidade de fibras longitudinaes da mesma extensão que as folhas. Essas fibras são fortes e com ellas se poderia fabricar cordas e até tecido grosso, se com cuidado se preparasse o fio, o que se pode fazer tanto mais facilmente, quanto a natureza a produz em enorme quantidade sem auxilio de cultivo.

Os habitantes das margens do rio Francisco tecem as suas rêdes de pesca com essas fibras. Ha dous methods para extrahil-as do Caroá. Primeiro separando a folha da planta, (o que com facilidade se consegue) cava-se com uma faca toda

a circumferencia do lado convexo, depois com a outra mão arrancam-se as fibras, sendo preciso puxar com força. Ellas attrahem á si grande porção do liquido vegetal de que o tecido esponjoso se acha embebido, e por esse motivo é que se chama á essa maneira de extrahir-lhe o fio ensuar o **caroá**, fazer suar o caroá. A fibra que assim se extrae é verde e lava-se para limpá-la. Segundo, depois de arrancadas as folhas da planta, atam-nas em feixes e mergulham n'agua onde é necessario ficar durante quatro ou cinco dias, no fim dos quaes são batidas mesmo em feixes, afim de evitar que as fibras sejam cortadas pelos martellos ou malhos.

Esta operação, porem, não basta para separal-as do parenchyme; é preciso atar de novo as folhas em pacotes e pô-la outra vêz n'agua por dous dias, ou mesmo mais, depois dos quaes são ainda batidas, recomeçando terceira vez essa dupla operação e então obtem-se quasi sempre, fibras apropriadas, sendo necessario torcel-as e trançal-as para não se embaraçarem.

Observei que batendo as folhas e quebrando-as, sem mergulhal-as na agua, o trabalho diminue bastante, assim como que a maceração em aguas estagnadas produz o desejado effeito em muito menos tempo do que em aguas correntes.

Examinando-se as fibras que se obtem por cada um dos processos acima mencionados, verificar-se-ha que as que são submittidas ao primeiro resistem mais do que as que passam pelo segundo; aquelle exige maior trabalho. Enfretanto não se notará differença, batendo-se a fibra antes de mergulhal-a porque esse resultado acceléra a maceração. A fibra dessa planta, assim com ás de todas as outras são sujeitas a apodrecer ficando n'agua por muito tempo.

A despeza com a obtensão da fibra extrahida por meio do primeiro processo, não pude calcular com exactidão, porquanto isso depende inteiramente das habilitações do pessoal empregado nesse trabalho para o qual se precisa de destreza e pratica. Comprei a 1200 réis a arroba, pesando cada arroba 32 libras, ou a 5 soldos cada libra. A fibra que se consegue pelo segundo processo, vende-se por menor preço porque dá menos trabalho. Comprei desta a 1000 réis a arroba, a libra por pouco mais de 4 soldos.

Não é necessario cultivar essa planta. Muitas leguas de terreno acham-se cobertas della e ha lugares onde é tão espessa que não se pode passar. Isto se verifica em differen-

tes partes de Carimataú' e de Cariri de Fora, ambas estas regiões da Capitania da Parahyba.

Ali aconselharia eu o estabelecimento de manufacturas para a extracção da fibra porque não estão longe da costa e as estradas que lá conduzem, acham-se em bom estado, pelo que podem os productos ser transportados em carretas ou carros cobertos. Não obstante ser preciosa a caroá, todavia varias leguas cobertas com ella têm sido devastadas pelo fogo, que desencadeam annualmente (tal é a expressão de Arruda) malfazejos caçadores e até proprietarios de terras, sendo provavel que acabe por ser destruido o terreno da caroá que ainda resta, se o governo não providenciar no sentido de impedir a reproducção dos incendios, decretando severrissimas penas contra os incendiarios de tão util planta. (1)

Crauatá de rede. Bromelia sagenaria. — Arrud. cent. plant. pern., Esta descripção é extrahida da minha centuria dos generos e especies das novas plantas de Pernambuco.

Classe hexandria; familia monoginia; divisão flores completas.

Carácter generico. Calice superior e trifido, corolla tripétala com escamas nectaríferas por baixo de cada pétala; fructo, baga em umbella e trilocular.

Secção 2.^a Com as flores unidas pelos receptaculos ou bagas reunidas em uma.

Carácter especifico, folhas radicaes apestanadas, dentadas; as bagas unidas em fructo pyramidal; bractees longas sobrepostas cobrindo o fructo.

Carácter natural, ponto de haste.

Folhas radicaes e em grande numero (de 3 a 9 pés de comprimento) de pollegada e meia de largura, as bordas

1 — Dutertre, fallando desta especie da **Karatas**, que nasce nas ilhas, nos desertos pedregosos, onde a agua potavel não é encontrada diz: "Os matutos atormentados pela sêde para ella correm porque as folhas são dispostas de tal modo, que fecham como um vidro onde as vezes encontra-se um pouco d'agua fresca, clara e mui sadia, o que tem salvado a muitos, que sêm isso teriam succumbido á sêde".

Hist. das Antilhas, tom. 2.^a pag. 100.

Ouvi fallar muitas vezes dessa particularidade quando estive no **Sertão**, mas nunca me succedeu atravessar lugares onde nascesse essa planta, quando me faltava agua.

apestanadas e espinhosas côr de cinza na superficie convexa, e verde na concava.

Flores, o tubo pé e meio de comprimento, com folhas alternas, as flores côr de purpura azulada, com os receptáculos unidos; calice monophillo com dentadura obtusa, trifida, recta, corolla tripétala, tubular obtusa, azul; cada pétala tem na base escamas nectaríferas. As estamenhas consistem em seis fiosinhos, trez alternos e trez fronteiros, fixados no receptaculo e em antheias oblongas e biloculares. O pistillo consiste em um estylo filliforme, com um só estigma. Pericarpo: baga trilocular unida pelos lados, as outras bagas formando, todas juntas, um fructo pyramidal coberto, tendo longas bracteas sobrepostas. Os caroços são do tamanho de um caroço de milho e faxados.

Esta planta existe nas costas de Pernambuco. Parahyba e Rio Grande, e não se estende pe o interior a mais de dez a dose leguas: é conhecida ordinariamente por **crauatá de rede ou crautá de fios**, porque os pescadores dos lugares onde e la nasce fabricam suas redes com as fibras. Floresce em julho e agosto.

Esta especie de bromeliacia é nova e o seu fructo assemelha-se ao das **bromeliaceas ananá**, sendo entretanto um pouco menor; as bagas são menos sumarentas e de sabôr desagradavel. As bracteas, que tem trez pollegadas de comprimento, são rectas e postas uma sobre as outras, como telhas, de maneira a cobrir toda a superficie do fructo.

Tirei o seu nome especifico de **sagenaria**, do uso que fazem os pescadores das fibras para o fabrico das rêdes.

A fibra da planta varia em comprimento de trez a oito pés, segundo a maior ou menor fertilidade do solo. Nos terrenos seccos é curta, fina e branda; nas terras bôas mais comprida e mais aspera.

Sua consistencia é mui grande, como o prova o seguinte factó: No caes da cidade da Parahyba ha uma corda feita dessas fibras, que serve ha bastantes annos no embarque dos fardos de mercadorias e das caixas de assucar; com a mesma corda suspenderam as ancoras de um navio de l'inha, que haviam sido deixadas na Parahyba pelo navio **Aguia**; eram destinadas á Bahia e não foi possivel suspendel-as com cabos de canhamo de maior diametro.

Não é sem trabalho que essa especie de fibra alveja pelos meios ordinarios e isso provém de certo verniz natural (se me é permittido chamal-o assim), de que é coberta a su-

perfície; ella não apodrece tão facilmente como as outras especies de fibras quando fica n'agua e por este motivo é que os pescadores a preferem para o fabrico das redes; mas apesar do verniz natural de suas partes coloridas, os pescadores augmentam-lhe a rigidez, carbonisando (se posso servir-me desta expressão), os fios das rêdes com os adstringentes que extraem de diversas plantas, taes como a casca da *aroeira* e a da *coipuna*. Mergulham e'les por algum tempo as rêdes n'um cosimento ou infusão dessas cascas, como se faz para curtir couro.

Segundo as qualidades que ella possui e das quaes acabo de fallar, convenço-me de que a fibra é mui apropriada para o fabrico de cabos e de cordas; as amostras de tecidos e um par de meias feito com ella e que nesta occasião envio aos ministros, indicam a possibilidade de fabricar-se com ella pannos de velas e mesmo outros mais finos, se forem empregados melhores processos para preparal-a; agora porem qualquer melhoramento dessa especie é despresado. A folha dessa planta compõe-se de duas placas linhosas, uma connexa e outra concava, e de uma quantidade de fibras longitudinaes collocadas entre ellas, ligadas pela pellicula sumarenta, e bastantemente apertadas umas de encontro as outras, de modo a não poderem ser separadas com a mão; do que resulta que só com a maceração podem ser separadas. A planta é arrancada com o auxilio de um pau bifurcado, operação conhecida por *desbancar*; depois é necessario separar as folhas da haste e tirar os espinhos, o que se faz cortando os rebordos sobre os quaes se acham.

As folhas assim preparadas são mettidas n'agua por quinze dias, mais ou menos. Conhece-se que a maceração está completa quando a pèlle e a casca linhosa das folhas se acham bastante molles para ser furadas com a unha; então retiram-se as folhas da agua, uma por uma, e abrem-se pela base até apparecerem as fibras, sendo necessario segurar a casca de cada superficie com uma das mãos afim de poder-se arrancar as fibras com a outra; apesar desta precaução, ellas arrastam consigo substancias que lhes ficam unidas. Para limpal-as, é preciso traçal-as e tornar a mergulha-las n'agua, durante um dia inteiro; depois são postas sobre um banco e batidas com um malho, devendo-se recommençar a maceração e a batadura até que as fibras fiquem limpas. Eu paguei-as de 1920 rs. por arroba, ou 8 soldos por libra; o preço ordinario porem é de 120 a 160 réis.

Ananás manso. *Bromelia ananás*. Classe hexandria; família, monogynie; divisão, flores completas.

O uso dos ananases nas nossas mezas, é tão commum que acho inutil fallar sobre isto, por tanto occupar-me-hei somente do partido que se pode tirar da propriedade fibrosa de suas folhas. Fiz esta descoberta em 1801, epoca em que recebi a ordem de fazer pesquisas sobre as qualidades fibrosas das plantas indigenas. Achei, comparando a natureza fibrosa desta com a de todas as outras que ella é mais forte mais fina e propria para a manufactura de tecidos, mesmo de superior qualidade. Tirei as folhas de dous pés dessa planta, que pesavam 14 libras; fíl-as bater a malho e produziram pouco mais de uma quarta de fio. A operação durou nove horas e foi executada por um homem só. Limpa-se o fio com grande facilidade e pôde-se conseguir ananases em quasi todas as terras; nasce em solo arenoso e mais prosperará se o terreno for argiloso; o sol não o destroe e a chuva nenhum mal lhe faz nem os insectos o atacam. Cada vergon-tea multiplica-se por tal forma que, em pouco tempo o espaço deixado entre cada planta enche-se. Uma vez feita a plantação de ananás, não precisa grande cuidado para conservá-la. Vi algumas que duraram mais de seis annos sem necessitarem de ser replantadas. Pode-se conseguir do ananás uma excellente bebida fazendo-o fermentar. (2)

2 — Bolingbroke diz: "Que é commum alimentar os porcos com ananás. A minha admiração augmentou, accrescenta elle, quando guiaram-me a uma grande cava de cincoenta passos de extensão e de doze pés de largura, inteiramente cheia de ananases. Estavam por tal forma estendidos, em certa epoca, no campo que foi necessario arrancar-os para impedil-os de multiplicarem-se ainda mais. (Viagem á Démerara, etc. pag. 21).

Em Pernambuco não existem nem porcos nem ananás em tão grande quantidade. (Trad. Inglez).

Barrére diz: "A pita que é uma especie de ananás, fornece tambem uma filaga de bastante bom uso. O fio desta é ainda mais forte e mais fino do que o da sêda. Os Portuguezes fabricam com ella meias que em belleza e finura, em nada cedem ás meias de sêda". (Nova relação da França equinoxial p. 115.)

O velho Sigon diz: "A mais moderna e melhor especie de bebida que offerecem essa ilha e mesmo o mundo, é o incomparavel vinho de ananás; é de certo o nectar que os deuses hâ-biam porque na terra não ha nada que se lhe compare. E'

Ananás de agulha. *Bromelia muricata*. Arrud. cent. plant. pern. Dei a descripção desta planta em minha primeira centuria, e não a descrevo aqui porque não a submetti a experiencias; mas acho que possui qualidades fibrosas. O fructo tem a mesma forma que o do ananás manso e o do crautá de rede, do qual differe principalmente por ter, em lugar de bracteas, espinhos de tres e meia pollegadas de comprimento, levantados na direcção do fructo; de sorte que, cobertos desses agudissimos espinhos, só com grande precaução se pode tiral-o; foi desta particularidade que tirei o nome especifico da especie.

Caroatá. *Bromelia karatas*. Lin. Como por sua pouca importancia a fibra desta planta não merece attenção julgo inutil descrevel-a detalhadamente. As folhas tem de oito a dez pés de comprimento e dão grande quantidade de fibras, mas são fracas, de modo que só nos usos os mais ordinarios podem ser empregados.

Caroatá — Açú, ou Piteira agave vivipara.

Classe, hexandria; familia monogynie.

Os unicos usos em que agora essa planta é empregada, são os seguintes: sua medulla esponjosa, tem a propriedade de queimar lentamente sem destruir-se, e eis porque os habitantes costumam pô-la no fogo quando o querem conservar por muito tempo. Com ella fazem cercas plantando as partes filamentosas ou novos rebentos, que depressa cream raizes. Pison diz: *ex foliis hujus planta optimus pannus conficitur, qui si ritè preparetur, panno lineo excedit; folia stupam quoque et filiosam materiam suppeditant, ex qua fila et retia sua contexunt piscatores*. D'ahi pode-se concluir que os Hollandeses, melhor do que nós, sabiam tirar partido das producções naturaes do paiz. Mesmo agora os pescadores não se servem dessa fibra para o fabrico de suas linhas e rêdes e em lugar della empregam o crautá de rede.

feito do caldo da fructa, sem mistura alguma d'agua ou de outro qualquer liquido, tendo em si mesmo uma composição natural de todos os sabores os mais deliciosos. Essa bebida por ser purissima dura muito tempo. Em trez ou quatro dias clarifica-se. Para fabrical-a espreme-se a fructa e cõa-se o liquido, que é guardado em garrafas". (Hist. verídica e exacta da ilha dos Barbados 1677).

Os Portuguezes só se utilisam da agave para fazer cordões, que os frades da ordem terceira de São Francisco chamam cordões de Jesus e os trazem atados em torno da cintura.

Obtem-se a fibra por meio da maceração, sendo porem preciso machucar primeiramente as folhas e mergulhal-as depois. (3)

Coqueiro. Cocos nocifera. Sin. syst. veget. O oleo que se extrae da pôlpa do fructo é facilmente separado da mucilagem por meio do fogo; trinta e dous côcos produziram 17 libras de pôlpa oleosa, que me renderam tres de oleo puro. Além de ser bom para a mesa, esse oleo serve tambem para as lampadas e misturado com soda dá bom e duro sabão branco. Cem côcos dão uma canada de oleo, medida de Pernambuco; de sorte que custando cada côco 18 réis, pode-se conseguir uma canada por 1280, ou oito francos e dez soldos e meio.

Da fibra da casca externa do côco, que chamaram **cairo**, pode-se fazer toda especie de cordas e com ella fabrica-se até cabos. O unico meio para tirar-se a fibra da casca do côco, é batel-a e maceral-a. Antes de mergulhar o côco n'a-

3 — Dutertre fala de uma especie de **karatas** que, segundo a sua descripção, a qual com esta pela altura da haste, a forma das folhas e a côr das flores, são estrellados (Trad. inglez). Accrescenta: "Antes de abertos, os botões dessas flores são cobertos de bellissimo e bom algodão que pode servir utilmente. Depois de fervidas as folhas tira-se o fio que em varios lugares da **America** aproveitam não só para fabricar tecidos mas tambem redes de dormir. Da raiz e das folhas dessa planta, pisadas e lavadas n'um rio, desprende-se um suco que atordôa por tal forma os peixes que elles se deixam apanhar á mão. O tronco que é todo esponjoso, estando secco, arde como pedra enxofrada, e esfregado com força em madeira dura, inflama-se e consome-se (Hist. das Antilhas, tom, 2. pag. 106).

Sabat dá os mesmos detalhes accrescentando que as pessoas habituadas a fumar nunca deixam de trazer com sigo a sua provisão de ... (Nova Viag. tomo 6, pag. 142).

O **karata** de que fallei em outra parte é muito melhor do que o sabonete para a lavagem da roupa. Pega-se na folha e depois de tirar-lhe os espinhos, bate-se e machuca-se entre duas pedras para esfregar-se na roupa com agua. Ella produz o mesmo effeito que o melhor sabão: dá uma escuma espessa e alva que lava, limpa e alveja perfeitamente a roupa sem nodoal-a nem queimar de modo algum." (Nova Viagem, etc., tom. 7, pag. 385).

gua é preciso martellal-o para despregar-lhe o tecido, o da superficie externa principalmente, por ser duro e compacto, isso para a agua poder penetrar com mais facilidade. Depois da primeira operação deixa-se mergulhada por tres ou quatro dias, sendo então necessario bate^l-a e continuar assim até que a separação fique completa; é preciso haver cuidado em não deixar seccar a casca do côco porque verifiquei que se isso acontece, a fécula linhosa ou pôlpa esponjosa que se acha entremeiada nas fibras prende-se a ellas com mais força.

Notei do mesmo modo que se extrae a fibra com maior facilidade quando a casca tem sido recentemente tirada do côco, do que quando tirada a mais tempo. (4)

As cascas de quarenta côcos deram-me seis libras de cairo; o producto annual dos coqueiros de Itamaracá é de tresentos e sessenta mil côcos, mais ou menos, que, segundo os calculos feitos, podem dar mil e seiscentas e oitenta arrobas de cairo preparado.

A ilha de Itamaracá tem trez leguas de comprimento; somente a costa é plantada de coqueiros, e se estes produzem tanto cairo, quanto não deverão produzir os coqueiros que se estendem ao longo da costa, desde o rio São Francisco até a barra de Mamanguape, numa distancia de noventa e quatro leguas, onde os coqueiraes são por toda parte cultivados! (5)

Aninga. *Arum limiferum*. Arrud. cent. plant. pern.

Classe monoécia; familia, polyandria.

Character generico, spatha monophilla, cucullea e grande, spadice mais curto; a spatha simples; na base estão as flores femininas e no meio as masculinas.

Character especifico, haste arborea, folhas sagitadas, de quasi um pé de comprimento, peciolos de dous pés.

Character natural, haste de seis a oito pés de comprimento, de duas á trez pollegadas de diametro, recta, sylindrica, de côr verde cinzenta, marcada de cicatrises deixadas pelas folhas que caem; a substancia é esponjosa, sumarenta, molle,

4 — No Pilar, da ilha de Itamaracá, as pessoas habituadas a preparar o cairo, cavam boracos na areia, em pleno mar, e ahí enterram a casca do côco durante varios dias, antes de batedel-a. Penso que recorrem a esse meio por falta d'agua corrente para mergulhar a casca.

5 — Existem alguns espaços vazios, mas de pequena extensão (Trad. inglez).

e nessa substancia acham-se numerosas fibras longitudinaes, compridas e grossas como crinas de caudas de cavallos.

Ramos, raros.

As folhas tem pouco mais de um pé de comprimento e a mesma largura na base, sagitadas, simples, cariaceas, péciolos amplexicaules, de dous pés de comprimento, côr de canella desde a base até o meio, onde o canal terminar n'um appendice de vinte e cinco pollegadas; o resto cylindrico.

Flores, axillares, solitareas. Calice, a spatha mais comprida que o espadice. O espadice tem quasi um pé de comprimento. Estamenhas numerosas. Pericarpo, varias bagas na base do espadice.

Essa planta existe em Pernambuco e nasce nos pantanos em tanta abundancia que muitos estão cobertos della.

A substancia da haste da planta é esponjosa e cheia de um succo acido que opéra sobre os metaes; alguns matutos servem-se della para limpar facas e espingardas, sendo esse o unico uso em que até agora tem essa planta sido empregada mas segundo as experiencias que fiz, persuado-me de que com ella se podem fabricar cordas muito fortes.

Como as fibrás são longitudinalmente collocadas na polpa a que não estão fortemente ligadas, serão facilmente separadas com o emprego da Catedura e da lavagem. Nenhuma experiencia fiz sobre a duração do cordame.

Tucum. E' o nome que designa uma especie de Palmeira, mas não pude absolutamente saber ao certo a que genero pertence. Piso falla a respeito e dá uma má gravura e peor descripção della. Manoel Ferreira Camara em sua *Descrip. fisica da comarca dos ilheos*, exagera a utilidade dessa planta. Tentei arrancar as fibras da folha quando secca, ou como dizem, os matutos, quando suada. Segurando com a mão esquerda a ponta da folha, dobrei-a um pouco em baixo como se a quizesse quebrar, puchando ao mesmo tempo com força. Depois de quebrada ficaram-me na mão esquerda algumas fibras que se haviam desprendido da superficie interna da folha. Vi logo que por esse meio nada conseguiria, porque ninguem poderia tirar nunca mais de um oitavo de libra por dia; eis porque recorri á maceração, mas esse meio tão pouco não deu resultado. Oito dias depois achei que não só as folhas como as fibras tinham apodrecido. Vêem-se em grande numero outras especies de palmeiras, que formam bosques de varias leguas de extensão, taes como a carnauba, a palmeira, propriamente

dita, o uricuri e o catolé, mas o tucum e outra especie chamada maiara, crescem á sombra das mattas onde se acham muito espalhados, achando-se as arvores afastadas umas das outras. O tucum tem poucas folhas e é uma fragil palmeira de cinco á seis pollegadas de diametro e de doze a dezeseis pés de comprimento.

Macaiba ou macau'ba, cocos ventricosa.

Arrud. cent. plant. pern. A descripção é tirada de minha centuria dos generos e das especies das novas plantas de Pernambuco.

Classe, monoecia, familia, hexandria.

Character generico, spatha simples, espadice ramoso.

Flor, masculina, calice periantho trifido. Corolla tripétala, seis estamenhas, germen despojado. Flor feminina, calice trifido, tres estigmas.

Character especifico, haste de espinhos (aculeada), folhas pennadas, pequenas folhas ensiformes, replicativas.

Character natural, haste, 30 pés de comprimento, armada de espinhos acerados enfileirados em forma circular.

Flores, spatha monophilla, lanceolada, concava, grande. As flores femininas em baixo, as masculinas em cima, mui perto das quaes as bases estão fixadas em cortes crusados no pedunculo commum. Calice periantho de tres peças lineaves, mui pequeninas, alternas com as petalas da corolla. Corolla tripétala, oblonga, concava, pontada, amarellada. Estamenhas, consistem em seis filamentos do comprimento da corolla e de anthéras inclinadas e oblongas. Pistillo, estylo espesso sem estigmas, estereis. Flores femininas, calice pequeno, esbranquiçado, monophillo, trifido, irregular, permanente. Corolla, tripétala, arredondada, os lados embricados e unidos no meio ao nectario. Nectario, corolla monophilla que guarnece e se une dentro nas bases das pétalas. Estamenhas, nenhuma. Pistillo, consiste n'um germen arredondado, um curtissimo estylo e tres estigmas simples. Pericarpo, fructo redondo, do tamanho de um jambo grande amarellado; consiste em uma casca externa, em uma fructa ossea, uma amendoa oleosa e uma camada de pôlpa amarella e tambem oleosa. Essa planta é encontrada em Pernambuco e em outras partes do Brasil.

A pôlpa oleosa da fructa e a amendoa do carôço interno comem-se e vendem-se nos mercados. A parte barriguda ou do meio da haste contém uma fecula que se estrae nos tempos de penuria e que se come preparada de diversas manei-

ras. A fôlha encerra uma fibra fina e forte e fina, como a folha do *tucum*, mas como está tão difficil de tirar quando secca ou suada, e impossivel de conseguir pela maceração. E' uma nova especie, e como o meio da haste é muito mais grosso do que os extremos, dei-lhe o nome especifico de *côco ventricose*. Durante algum tempo tive duvida em classificar-o nesse genero, por causa de seus nectarios monopétalos que, no interior, guarnecem e unem as peças da corolla. As flores masculinas, assim como as femininas são fixadas em côrtes abertos na frecha ou pedunculo commum; as flores femininas são solitarias, isto é, cada uma em seu côrte as masculinas são de duas em duas. (6)

Eis as plantas fibrosas mais importantes do Brazil. E' evidente que d'entre as que acabamos de mencionar somente quatro podem ser vantajosamente empregadas no fabrico do cordame: o caroá, (*bromelia variegata*), o crauatá de rêde (*bromelia sagenaria*), o caroatá açu, (*agave vivipara*), e a fibra da casca do *côco da praia* (*côco mucifera*).

O bom preço dellas, a facilidade com que se preparam, sua abundancia e a possibilidade de adquiril-as mais em conta, dão a essas fibras a mais alta importancia. A fibra da

6 — "Os habitantes das planicies de Iguarassu' servem-se della para atar os juncos de que fazem esteiras para albardas" (*Discurso sobre a utilidade da fundação de jardins, etc*).

O P. Ignacio de Almeida Fortuna disse-me que mandara fazer um par de meias da fibra da macaíba. Eu trouxe dessa fibra para a Inglaterra; é ella extremamente forte e fina. Craio que o Dr. Arruda, apressou-se talvez muito classificando-a com o *tucum*, pela difficuldade de a preparar. Em Itapissuma, proximo a Itamaracá, fabricam com ella immensa quantidade de fios para redes de pescar, etc., nesse lugar o seu preço é taxado. (*Trd. ingl.*)

A assemblea referio o que foi communicado no relatório animal, acerca de uma especie de canhamo fabricado com as folhas de uma especie particular de palmeiras que se encontra com abundancia na Serra Sêva e em sua visinhança e agora tem os directores a accrescentar que um dos membros de sua camara, Mr. Allen, submetteu ultimamente uma pequena quantidade de cordas feitas dessa substancia a experiencias proprias para assegurar-se de sua fortidão comparando-a com uma corda de canhamo ordinario do mesmo comprimento e do mesmo peso. O resultado foi bastante satisfactorio: em cinco ensaios o termo medio foi o seguinte: corda de canhamo 48 lib. 2/5; corda africana 53 lib. 2/5; havendo uma differença á favor da corda africana de 10 lib. sobre 43. (Quarto relatório dos directores da instituição africana, pga. 15).

folha do *tacum*, que tanto se tem gabado, a da macaiba e a do dendezeiro (outra palmeira), não podem servir para uso geral e ainda mais por não ser possível, apropriar-as ao serviço da marinha, não só pela dificuldade de preparal-as, como por outras causas.

SECÇÃO II

Carrapixo. *Urema sinuata*. — Sin. Syst. veget. edic. IV. Classe monadelphia; familia, polyandria.

A casca dessa planta arranca-se facilmente por meio da maceração durante uns quinze dias, e com ella fabricam-se cordas que se empregam em diferentes usos; si bem que não sejam muito fortes, são com tudo bastante apreciadas para a armação das rêdes. Quando a operação da maceração é feita em agua cristalina a fibra torna-se extremamente alva. Essa planta não é cultivada e nos arredores de Paratilés cresce espontaneamente em tão grande quantidade que os habitantes d'aquella a colhem para vender.

Ouvi dizer que nasce tambem em abundancia no Rio de Janeiro, onde é conhecida pelo nome de *guaxuma*. Dá-se ainda em Pernambuco o nome de *carrapixo* a algumas outras plantas cujas sementes se agarram por meio de pequenas orelhas espinhosas a quem acontece tocar-lhes. E' o que faz com que á planta de que fallamos, se dê as vezes o nome de *carrapixinho* para distinguil-a.

Guaxuma do Mangue. *Hibiscus pernambucensis*. — Arrud. cent. plant, pern.

Classe, monadelphia; familia, polyandria.

Caractetr generico, calice duplo; o exterior dividido em varios segmentos, o interior em cinco companiformes. Capsula quinquelocular, muitos grãos.

Caracter específico, folhas, cordifirmes, inteiras.

Fructo na haste, com o calice exterior monophillo, tendo oito dentaduras.

Caracter natural, haste de seis pés e mais, casca preta, poucos galhos.

Folhas cardiformes, arredondadas, acuminadas, inteiras; os peciolos cylindricos. Estipulas deciduas, agudas.

Flores grandes, amarellas como as do algodão, axilares e terminaes; cada pedunculo de uma, duas ou tres flores. Calice duplo, permanente, o exterior monophillo, com oito dentaduras, agudo; o interior monophillo; campanulado, dividi-

do em cinco segmentos, agudos e longos. Corolla pentapétala, amarella; as pétalas sustentam a columna estaminifera na base. Estamenhas numerosas, fixadas na columna estaminifera por filamentos tubulosos; anthéras arredondadas. Pistillo, consiste em um germen oval, acuminado; um estylo mais longo do que a columna da estamenha, recto; tem quatro ou cinco estigmas separados. Pericarpo, capsula de quasi uma pollegada de comprimento, pentagonal e quinquelocular, encerrado no calice, que dilata-se muito depois da fecundação.

Essa planta nasce em Pernambuco nas visinhanças do mar e principalmente á margem dos rios, Goyanna e Parahyba; eu a vi com flores e fructos nos mezes de fevereiro e março.

Os pescadores de carangueijos atam os carangueijos uns aos outros com a casca dessa planta, sendo este o unico uso que fazem della. Poderiam fabricar cordame com a casca interna, como se pratica em alguns lugares da America com o *hibiscus tiliaceus* de que em Cayenna fazem cordas para usos ordinarios.

Embira branca ou Jangadeira — *Apeiba cimbalaria*. Arrud. cent. plant. pern.

Classe, polyandria; Família, monogynia.

Character generico; calice monophyllo, trifido; pericarpo, uma capsula decenlocular coberta de espinhos, estendida, só abrindo pelo lado de baixo.

Character especifico; haste de 20 a 30 pés de comprimento e de pé e meio de diametro.

Folhas, ovaes, lanceoladas, cordiformes, reticuladas, verdes e unidas em cima, cobertas de pêllos que são na parte inferior, da côr de cobre. Estamenhas, monadelphos. Esta planta acha-se em Pernambuco; cresce em abundancia nas mattas virgêns e floresce desde agosto até outubro.

A madeira dessa arvore não é composta e o seu peso especifico é muito menor do que o da agua, de que não se satura facilmente. Os moradores da costa usam della para a construcção das jangadas, que consistam em tres ou quatro paus dessa arvore unidos e fortemente ligados uns aos outros. A casca dessa arvore é fibrosa e fazem com ella grande quantidade de cordames para os usos communs do paiz. (7)

7 — Das jangadas ja fallei muitas vezes no curso desta obra.

Meregraff a denomina apeiba e Aublet adoptou o mesmo nome quando fixou o genero das tres especies que descreveu na Guiana; suppõe elle que a especie **tibourbu** é a mesma que a que Maregraff vio em Pernambuco. Ellas de certo se parecem, porem o que me faz crer ser uma variedade é que a arvore ali não se eleva a mais de oito pés, em quanto que aqui sóbe a mais de vinte. Tem menos pêllos, nas folhas; o trançado de sêda das bordas não é tão largo e differe mesmo alguma cousa na forma; as estamenhas são claramente monadelphas. Esta ultima circumstancia me levou a chama-la apeiba monadelpa; o uso porem que se faz desta arvore na construcção das jangadas, decidio-me a dar-lhe a denominação de cimbalaria.

Embira vermelha, Unona carminativa.

Arrud. cent. plant. pern.

Esta planta tem uma casca vermelha, fibrosa, da qual se faz tanto uso na fabricação do cordame como da embira branca, mas não se deve permittir a colheita da casca, porque a arvore produz grãos cujas capsulas tem o gosto e o ardor da pimenta do reino. Varias pessoas utilisam-se della como especiaria nos temperos e outras até a preferem á pimenta; ellas são caminativas tirando-se a casca a arvore morre; as sementes merecem, como especiarias tornarem-se artigos de commercio. (8)

Para não fazer muito longa esta dissertação, omitti numerosas plantas de propriedade fibrosas.

De umas servem-se pouco e outras não são empregadas em uso algum. Mencionarei algumas, taes como a **guaxuma branca da matta (helicteras baruensis)** cuja casca interna é branca e forte, mas sendo molhada apodrece e quebra-se, entretanto creio que se prestaria ao fabrico do papel. A **barri-guda ou sumau'na (bambax ventricosa)**. **Arrud. cent. plant. pern.** A planta do Sertão, chamada **bombax mediterranea**, tambem fornece fibra, mas pouco se servem della. Toda a especie **anona**, (commumente chamada **areticum**, fornece fibra e a planta desta especie que a tem mais forte e duradoura é o **areticum cumapé**). A corda com que é içada a bandeira da fortaleza de Cabedello na Parahyba, é feita da casca dessa planta e ha muitos annos que serve. Emfim todas as plan-

8 — As sementes tem cheiro aromatico e sabor agradabilissimo (Trad. ingl.).

tas dos generos *hibiscus*, *sidas*, *althéas*, e em geral todas as malvas, dão fibras mais ou menos fortes. A *embiriba* (*lecythis*) fornece felpas, e si bem que não possa ser utilizada no fabrico do cordame com tudo fazem grande uso della para calafetar.

Ensaio

Sobre a utilidade de estabelecer jardins nas principaes provincias do Brazil

A primeira parte dessa brochura trata das vantagens que resultariam para o Brazil do estabelecimento de jardins reaes de botanica. A segunda parte contém uma relação das plantas que seria conveniente transplantar de outras partes do mundo para o Brazil, e de uma a outras partes do Brazil. Traduzirei apenas o que, na segunda parte, tem relação com as plantas do Brazil.

PLANTAS DO PARÁ E DO MARANHÃO

Cravo do Maranhão. *Myrtus caryophilata*. Nixuri.

Abacate. *Eaurus persea*. O fructo desta arvore contém uma substancia agradabilissima ao paladar; ha duas especies ou variedades, sendo uma distinguida com o nome de Cayenna.

Bacuri. *Monorobea eculenta*. Esta arvore cresce a grande altura e a haste é inteiramente despida de ramos, formando no alto uma grande abobada. O fructo é quasi do tamanho de laranja; mas é oval e contém vinte e tres caroços cobertos de uma pôlpa branca, doce, um tanto acida e de gosto agradável. Acha-se em Pernambuco outra especie do mesmo genero, que nasce nos pantanos e de ordinario é conhecido por *gulandim*. Fazendo-se uma incisão na arvore della corre um succo branco, que me pareceu resinoso e que talvez podesse ser applicado n'algum uso. Estas duas especies estão descriptas na minha centuria dos novos generos e das novas especies de plantas de Pernambuco.

Bacaba. *Areca bacaba*. Arrud. cent. plant. pern. Esta palmeira é uma especie de *areca oleracea*, com entretanto maiores fructos; a nóz é coberta de uma pôlpa mucilaginosa de que os habitantes dos lugares onde ella nasce fazem uma excellente bebida chamada *bacaba* ou *tienuara de bacabas*.

Abacaxi. *Bromelia*. Ha tres variedades de ananás no Maranhão, chamadas *abacaxi*. Uma tem o fructo branco e as fo-

lhas não são dentadas; outra tem o fructo côr de purpura e as folhas espinhosas; a terceira não vi. Levei para Pernambuco das duas primeiras variedades e lá foram plantadas começando já a se tornarem communs. Algumas pessoas minadas de espirito patriótico, as tem mandado para outras provincias. O sabor dessas variedades de ananás é muito superior ao da especie conhecida ha muito tempo.

Maracujá. Mamão. Passiflora alata.

PLANTAS DO CEARA'

Piqui. Acantarix pinguis. Arrud. cent. plant. pern. Esta planta dá em grande abundancia um fructo do tamanho de uma laranja, cuja pôlpa é oleosa farinacea e bastantemente nutritiva. Ella faz as delicias dos habitantes do Ceará e do Piauhy. A arvore chega á cincoenta pés de altura e tem grossura proporcional. Sua madeira é de tão bôa qualidade para a construcção de navios como a da **Copira**. Cresce nos terrenos arenosos chamados, em Pernambuco **taboleiros**, no Piauhy, **chapadas**, eis porque o seu cultivo seria vantajosissimo nos **taboleiros** que guarneciam a costa e que presentemente estão abandonados. Tem sido de grande soccorro para a população nos tempos de secca e fome.

Buriti. An borassus? Esta especie de palmeira é uma das mais altas e mais bellas arvorés; só cresce nos pantanos e nos paúes; o fructo é do tamanho de um ovo de gallinha e tem a mesma forma; cor vermelha na epoca da maturidade e coberto de escamas em ordem espiral. Sobre as escamas ha uma camada de polpa oleosa de que os piauhyenses fazem uma emulsão que, misturada com vinagre, forma uma bebida que não é nada desagradavel ao paladar. Entretanto quando se bebe com excessso a côr do fructo communica-se á superficie da pelle e ao branco dos olhos o que dá apparencias de ictericia, mas nenhum mal faz á saude.

Maracujá Suspiro. Passiflora. E' um dos fructos mais lindos e mais saborosos do genero. Chamam-no suspiro porque pode-se engulir um de uma só vez; deixa no paladar um gosto esquisito e um cheiro suavissimo. Existe na serra da Meruoca; nas margens do Acaraú'. (9)

9 — Vi na vizinhança de Goyanna, um grande pedaço de terreno completamente coberto de **maracujá** commum. O dono queixava-se do trabalho que havia de ter em desembaraçar-se dessa planta quando quizesse cultivar o terreno (Trad. indgl.)

Mandacupa. *Myrtus scabra*. — Arrud. cent. plant. pern..

Coco Naia. Grande palmeira que se acha em muita abundancia no Cariri Novo e no Piauhy; a nóz contém tres ou quatro sementes, d'onde se extrae óleo que se emprega nos mesmos usos que o do *cocos muciferas*; a nóz é coberta de uma pôlpa farinacea e nutritiva, que tem sido de grande socorro nos tempos de penuria. Dessa fécula fazem uma sôpa ou *angu'*, como chamam, que se tempera com a emulsão ou oleo extrahido da amendoa do mesmo fructo. O miôlo da extremidade das hastes dessa palmeira, é uma substancia branca, molle, succosa, adocicada e agradável ao paladar, nenhum mal faz, mesmo comendo-se cru'a. Fervida com carne, o gosto não differe muito do da carne; mas é mais solida. Tirando-se-lhe a parte assucarada, cosinhando-a, torna-se propria para ser temperada e fazem-se com ella excellentes pratos, á maneira da *areca oleracea*. A mim devem os habitantes este ultimo uso. Poderia ser empregada do mesmo modo a palmeira *pindoba* (*cocos butirosa*, Lin.) bastante commum em Pernambuco. Para este effeito não seria preciso cortar as grandes arvores, mas unicamente as que attingem de dez a quinze pés de altura. (10)

10 — Excepto nos tempos de penuria a alimentação que se podesse conseguir por este meio, causaria grande prejuizo porque o uso tornava-se geral e quando fosse preciso temporariamente alimentar o povo, não o poderia ser por muito tempo, porque as arvores dentro em pouco seriam destruidas. A porção de alimento fornecida por cada uma, é bem pequenina; o crescimento dellas bastante lento e o espaço occupado por cada uma extensissimo, para tornar, mesmo a couve da palmeira um alimento de que se podesse abastecer os mercados.

O Dr. Arruda não fallou do **dendezeiro**, que, depois do côco, é para os habitantes de Pernambuco a palmeira de maior utilidade. Com a sua nóz fabrica-se um optimo azeite, que no Recife é vendido para a meza e é em geral preferido ao azeite de côco. O fructo se parece bastante com o do **coco naia**, segundo a descripção que faz Arruda desta ultima arvore.

Labat, que é inclinado a pôr em duvida a opinião dos outros, diz fallando da arvore que chama palmeira branca ou **tamareira**; "Pretendem que esta arvore é macho e femea etc. Sinto não poder subscrever esta opinião dos naturalistas; impede-me, porem uma experiencia, de que estou mui seguro, directamente opposta ao parecer delles que desmente em absoluto o que acabo de dizer de sua boa fé; ao lado do nosso convento do ancoradouro, na Martinica, uma tamareira que dava fructos, embora estivesse só, se era macho ou femea, não sei, mas o que sei com toda a certeza, é que no terrene onde se

Marangaba, Psidium pigmeum. — Arrud. cent. plant pern.

Esta arvore é uma especie da **goiaba**, que não se eleva a mais de dous ou tres pés de altura; é abundante na **chapa** da serra Araripe do Cariri Novo. (11)

PLANTAS DE PERNAMBUCO

Carapitaia, Carlotea formosissima. Arrud. cent. plant. pern.

Bilos, Carlotea speciosa. Arrud. cent. planta. pern.

Duas bellas especies de um novo genero, que dediquei á S. A. R. a princeza do Brazil. As raises destas plantas são tuberosas, fornecem ellas em abundancia uma fécula molle e nutritiva, que tem sido de grande auxilio aos habitantes do sertão de Pajeu' nos tempos de seccas. Estas plantas merecem ser cultivadas, não só por sua utilidade mas tambem para enfeite de jardins por serem as suas flôres umbellas, còr de camesim e bellissimas.

Canella do Matto, Linharia aromatica. — Arrud. cent. plant. pern.

Catinga Branca, Linharia tinctoria. — Arrud. cent. plant. pern.

As folhas e a casca da primeira destas plantas, tem um cheiro agradável e que se parece com o do cravo da India. Como é pouco conhecida, não se servem ainda della. Fiz uso dessa planta, distillando-a e obtive um saboroso licôr. Aprendi, pela experiencia, que o extracto das fôlhas é não só grato ao palador e ao olphato, mas ainda fortalece o estomago. Acha-se ella, em muita abundancia, nos **taboleiros** que guar-

acha o forte de São Pedro e o ancoradouro e em mais de duas leguas em roda, não existia nem existio jamais outra tamareira" etc. (Nova Viag.) tom. 3.º pag. 276).

Defronte de minha casa, em Itamaracá, havia um **dendezeiro** solitario e só, que não existe outra arvore da mesma especie nos arredores. Este dava fructos.

11 — A **goiaba** é encontrada em Pernambuco por toda parte; apenas ha um lado que não está seneado de muitas dessas arvores. Nunca derrubam a goiabeira, porque apreciam muito a goiaba e o gado se alimenta com ella tambem. O araçá é outra especie da mesma planta; o arbusto e o fructo são menores do que a goiaba; o interior do fructo é de um amarello pallido, em vez de encarnado escuro. (Trad. ing.)

necem as capitánias da Parahyba e do Ceará, nos confins do Piancó; eu a vi igualmente no Piauly. (12)

A segunda planta é um arbusto que cresce em grande quantidade nas orlas das montanhas e nas margens dos rios dos sertões de Pernambuco, Parahyba e Ceará; fervida, ella imprime nas pelles uma côr amarella, que dura muito. E' provavel que se podesse achar um meio de fixar-lhe a côr em pannos de algodão, como se faz com a *tatajuba* (*morus tinctoria*.) Além deste uso, empregam-na no curativo das sarnas; doença eruptiva; para este effeito, banha-se o doente n'um cosimento das folhas. Como não pude c'assificar estas plantas em nenhum dos generos conhecidos, fiz um para ellas, ao qual dei o nome de *linharea*, em memória de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, o amigo e protector das letras.

Carnaúba ou **carnaiba**. *Corifera, cerifera*. — Arrud. cent. plant. pern. Esta palmeira é uma das plantas mais uteis dos sertões; cresce na altura de trinta pés e mesmo mais. A's varzeas ou terrenos baixos, nas margens dos rios e ribeiros de Pernambuco, Parahyba do Norte, Ceará e Piauly, principalmente as dos rios Jaguaribe, Apodi, Mossoró e Açu', sao cobertas dessas arvores. Quando a fructa attinge o tamanho de uma pequena azeitona (cuja forma tem, quando verde), é preciso fazê-la ferver varias vezes em differentes aguas, para tirar-lhe as propriedades adstringentes; depois de sufficientes fervuras, amollece e tem gosto de milho cosinhado; nesse estado come-se com leite e é uma alimentação sadia. O miôlo da haste das plantas novas, sendo machucado n'agua, fornece uma fêcula nutritiva tão alva como a da mandioca; mas para isso é necessario que a planta ainda não tenha excedido a mais da altura de um homem. E' utilissima aos habitantes d'aquellas regiões, nos tempos de secca e de fome. As folhas da planta nova tem dous pés de comprimento e são dobradas em forma de leque, quando ainda novas.

12 — Labat falla de uma especie de canella bastarda e accrescenta: "Na Italia servem-se muito de uma canella semelhante á de que acabo de descrever. Os Portuguezes a conduzem do Brasil em cestos trançados, abertos e expostos ao ar: chamam-na canella giroflea (*canella garafonata*). Mettem-na no pó com um bocado de cravo da India, de canella verdadeira, de pimenta e de sementes inteiramente semelhantes ás das nossas matas da India das ilhas, e fazem della grande consumo." (Nova Viag. etc., tom. 3.º pag. 92).

finalmente abrem-se e tem pouco menos de dous pés de largura. Se as cortam nesse estado e as deixam seccar á sombra, destaca-se da superficie consideravel quantidade, de pequenas escamas de um amarello palido, que derretendo-se no fogo, se convertem em uma cêra branca, que possui todas as outras propriedades da outra cêra, sendo entretanto mais quebradiça; pode-se porem remediar isso, juntando-se-lhe a cêra ordinaria, que é mais oleosa. Em 1797 participei esta descoberta ao R. Pe. M. Frei José Marianno da Conceição Vellozo, que lhe publicou os detalhes no *Paladio Portuguez*, mas nessa epoca eu não conhecia tão bem como agora a importancia dessa cêra.

Quando o fructo dest'arvore está maduro, é preto, brilhante e do tamanho de um ovo de pomba. O caroço é coberto de uma camada de pôlpa doce com que o gado se accommoda assim como com as folhas seccas quando lhe falta outro alimento. Servem-se das folhas para cobrir casas e si bem que expostas a acção do ar, duram vinte annos sem ser preciso renova-las. Utilisam as hastes na construcção de casas, palissadas e cercados. (13)

•13 — Nas *Transacções Philosophicas* de 1811, encontram-se detalhes sobre uma cêra vegetal vinda do Brasil, trasida por Williams-Thomaz Brande, escudeiro, membro da Sociedade real. Extrahi parte desses detalhes do *Jornal de Nicholson*, vo. 31, pag. 14.

“A cêra vegetal descripta nesse *Jornal* foi dada ao presidente por Lord Gremille. Offerecendo-lh'a, este senhor pediu que se fizessem indagações para descobrir-lhe as propriedades, porque havia esperanza de que ella podesse substituir utilmente a cêra das abelhas e com o tempo tornar-se um novo artigo de commercio entre o Brasil e a Inglaterra. Tinham-na mandado do Rio de Janeiro a Lord. Granville, pelo Conde de Oalveas (*) como novo artigo recentemente importado para esta cidade (**) das partes septentrionaes dos estados do Brasil, isto é, das capitancias do Rio Grande e Ceará, entre os tres e sete graus norte. Diz-se que é a producção de uma arvore que cresce mui lentamente chamada pelos naturaes *carnau'ba*; produz tambem uma gomma de que o povo se nutre e outra substancia com que engorda as aves.

“A cêra, no estado bruto, é da forma de pó de um moreno palido; é de brando contacto, e misturada com diversas substancias heterogeneas, fibras da casca de árvore, que, quando separadas por meio de uma peneira, sobem a 40 por cento. Tem

(*) — Este senhor morreu depois desse tempo.

(**) — Fôra remettida para o Rio de Janeiro, por Francisco de Paula Cavaleante de Albuquerque governador do Rio Grande do Norte.

Anil de Pernambuco Koanophyllon tinctoria — Arrud. cent. plant. pern.

E' um arbusto que cresce até a doze pés de altura e mesmo mais; é da classe syngenesia; as fôlhas tem de duas a trez pollegadas de comprimento e são proporcionadas na largura; basta mergulhar um pedaço de panno de algodão, para que esta côr se transforme em azul pela absorpção do oxygenio do ar athmospherico. A côr firma-se tão bem que resiste á accção do sedimento de potassa e ao sabão e quanto tem passado por essas provas em vez de desbotar cada vez

um cheiro agradável que se parece um pouco com o do ferro novo, mas pouco ou nada no gosto".

Nada tendo conseguido nas tentativas que havia feito para alvejar a cêra em seu estado natural, fiz algumas experiencias para certificar-me se a côr poderia ser mais facilmente destruida, depois de agir sobre ella por meio do acido nitrico, verifiquei que, expondo-a, estendida em vidro, á accção da luz, tornava-se ella, no fim de tres semanas de um amarello um tanto pallido e quasi branca na superficie (***) A mesma mudança produzio-se mergulhando a cêra por meio de placas mui finas em uma solução aquosa de gaz oxymuriatico, mas ainda assim não conseguí tornal-a perfeitamente branca.

"Segundo todas as minhas experiencias, parece que, ainda que a cêra vegetal da America possua as propriedades caracteristicas da cêra das abelhas, differe desta substancia em varios de seus habitos chimicos; difere tambem das outras novidades de cêra, taes como as do myrica cerifera, do lago e do lago branco. As tentativas que se tem feito para alvejar a cêra, tem sido pequenas; mas segundo as experiencias relatadas, parece que depois de mudada a côr pela accção do acido nitrico bem diluido, pode-se tornal-a quasi branca pelos meios ordinarios. Não tive tempo de assegurar-me se seria possivel alvejal-a com mais effeito deixando-a por muito tempo exposta ao ar e nem tive tão pouco occasião de submettel-a aos processos empregados pelos que alvejam a cera das abelhas.

Talvez que a parte mais importante da presente pesquisa seja a que tem relação com a combustão da cêra vegetal sob a forma de velas. As provas feitas para garantia de que ella é propria para esse uso, são mui satisfactorias; e quando a mecha é bem proporcionada á grossura da vela, a combustão é tambem perfeita e tão uniforme como a da cera de abelhas. Juntando-se de um oitavo a um decimo de sebo, basta para impedir-a de quebrar-se, sem dar-lhe cheiro dsagradavel e sem tirar á luz muito do seu brilho. A mistura de tres quartas de cera vegetal á uma quarta de cêra de abelhas, dá tambem excellentes velas

(***) — A porção que me deu o governador do Rio Grande era em forma de pastel, que não se podia furar, mas era quebradiga e de um amarello um pouco pallido.

adquire mais brilho. E' provavel que fazendo-a fermentar e batendo-a desse ella uma fecula azul como a do anil ordinario (*indigo fera tinctoria*). Sei que se pode cultivar-a facilmente, porque semeei o grão que se parece com o da alface, e nasceu em poucos dias. A terra que lhe é propria é varre fresca, terreno pantanoso composto de maçapê ou argila dura.

Anil. Trepador. — *Cissus tinctorius*. Arrud. cent. plant. pern.

Esfregando-se as folhas desta planta n'um panno branco, ellas lhe communicam uma côr verde, como a de cutra qualquer herva. Expondo depois o panno branco ao ar atmosphérico, essa côr muda-se em um azul fixo que resiste á acção do sedimento de potassa e ao sabão. Acha-se esta planta nas montanhas e planicies dos sertões.

Herva Lombrigueira, ou Arapabaca. *Spigelia Anthelmia* — Sin Syst veget.

Esta planta tem propriedades anthelminticas; vendem-na nas nossas cidades, e nasce em abundancia nos terrenos baixos e argilosos.

Urucu'. *Bixa Orellana*. — Lin.

E' um arbusto que merece attenção, por causa da côr que fornecem as suas folhas; mas não é cultivado em Pernambuco, nem mesmo por curiosidade.

Pitombeira *Meleagrinx pernambucana*. — Arrud cent. plant. pern.

Esta arvore sobe a trinta ou quarenta pés de altura; sua madeira é compacta e poderia ser utilisada em varios mysteres. Produz fructos em grandes cachos e arredondados nas capsulas que não se abrem. Tem um caroço solido de dous cotyledons, coberto de uma polpa de gosto agridoce, que não é desagradavel. Se os peru's comem esse caroço morrem immediatamente. Desta circumstancia foi que tirei o nome do genero, de que só achei duas especies.

Imbuzeiro. *Spondia tuberosa*. — Arrud. cent. plant. pern.

E' uma arvore abundante nos sertões de Pernambuco e da Parahyba. Dá um fructo pouco menor do que um ôvo de gallinha, oval, com cinco pontas em baixo que são os signaes distinctos dos cinco estigmas. E' amarello e debaixo da epiderme coriacea contem uma pôlpa succosa de gosto agridoce e agradavel. Fazem com o succo, misturado com leite coalhado e assucar um pralo muito apreciado chamado *imbuçada*. Essa arvore estende compridas raizes horisontaes, que

penetram mui pouco e sobre as quaes vê-se, á pequena distancia umas das outras, tuberculos redondos de oito pollegadas (um palmo) de diametro, cheios d'agua como os melões, que fornecem á vegetação da arvore nos tempos de secca e algumas vezes refrescam o caçador que entra nas mattas. A reproducção dess'arvore é facilima por meio da parte fiamentosa.

Piranga Bignomia tinctoria. Arrud. cent. plant. pern.

Esta planta, que dá fructos, é sarmentosa; suas folhas fervidas produzem uma côr encarnada, que pode servir para tingir panno de algodão, empregando-se as mesmas preparações que para o pau campeche.

Umari. Geoffroya spinosa. — Jac. Stirp americ.

Esta planta, que Jacquin achou em Carthagéna nos terrenos arenosos pertos da costa, em Pernambuco cresce nos terrenos baixos e argilosos, onde attinge de trinta a quarenta pés de altura. Em Carthagéna, segundo o mesmo autor, em não cresce a mais de dose pés. As flores são amarellas e tem cheiro igual ao do azeite de côco; as de Carthagéna tem cheiro desagradavel; não se poderá admittir que sejam duas especies differentes? Da amendoa dessa planta, extrae-se uma fécula branca e nutritiva, de que os habitantes do rio do Peixe e do Sertão da Parahyba do Norte fazem grande uso. Essa planta cresce em grande quantidade nas terras baixas d'aquelles cantões e é tambem encontrada na provincia do Rio Grande do Norte.

Ipecacuanha preta. Ipecacuanha officinalis.

Arrud. cent. plant. pern.

Até o presente os botanicos da Europa não sabem a que genero pertence esta planta. Uns tem acreditado que era a *euphorbia ipecacuanha*; outros a *psoralia glandulosa*; outros a *spirea trifoliata*; outros a *viola ipecacuanha*; enfim outros tem pensado que era a *psychotria emetica*; mas observei muitas vezes a *ipecacuanha preta*, quando em flor, e creio que tem mais afinidade com a *tapagomea* d'Aublet. Entretanto eu lhe dei o nome de *ipecacuanha*; porque, ainda que uma e outra sejam bravas, todavia serve ha seculo e meio. A *ipecacuanha* cultiva-se facilmente, porquanto fiz experiencia disso; mas e-lhe preciso sombra ou ao menos é necessario que esteja completamente exposta ao calôr do sol.

Ipecacuanha Branca. Viola ipecacuanha. Lim Pombalia ipecacuanha. Vandel.

Si bem que tenham outr'ora tomado a raiz desta planta pela da *ipecacuanha preta*, sabe-se bem agora que não é a

mesma. Empregam-na muito em Pernambuco como purgativo brando. E facilima de cultivar, e da-se em athmosphera humida e solo arenoso. Na visinhança de Campina Grande (Parahyba), vi extensos pedaços de terras cobertos dessa planta. Com esta especie de ipecacuanha os nossos droguitas poderiam fazer o seu xarope de *viola*, e os nossos medicos, sem escrupulo, applicar-lhe as flores e o calice em lugar da *viola odorata*, porque provoca a expectoração e possui as qualidades estimulantes que fortificam os nervos.

Contra Herva. — *Dorstenia rotundifolia* — Arrud. *cent. plant. pern.*

Contra Herva de Folha Longana — *Dorstenia pernambucana*. — Arrud. *cent. plant. pern.*

Estas duas especies de *contra-herva* são novas particulares de Pernambuco; afora destas duas não encontrei outra especie; mas estas tem a mesma virtude que a verdadeira *contra-herva* do Mexico (*dorstenia contra-herva*), e os medicos de Pernambuco não empregam outra. Acham-se ellas em algumas partes em grande abundancia.

Angelim Skolemora pernambucensis. Arrud. *cent. plant. pern.*

O fructo dest'arvore possui as mais fortes propriedades anthelminticas que conheço. E' necessario o maior cuidado na maneira de empregal-a, porque se a dose for muito forte, ataca o systema nervoso e produz convulsões. Para um adulto á dose ordinaria é de um quarto de grão. Conheço trez especies desta planta.

Batata de purga. *Comolnilus mechoacam.*

A raiz dessa especie de *convolvulus* é tuberosa e uma dose de duas drachmas da fécula basta para purgar. Corta-se a raiz em pedacinhos, para mais facilmente seccar, depois passa-se um fio pelo meio de cada pedaço, afim de expol-a ao ar. E' um brando purgativo de que agora se faz grande uso. Eis porque vale a pena cultival-a. Pode-se observar, como cousa notavel, que os matutos algumas vezes, vendem quantidade que pouco effeito produz. Deve-se attribuir isso a não ser ella colhida na estação propria. Todas as plantas, para serem uteis, devem chegar á sua maturidade. Assim a batata de purga só devia ser colhida quando o fructo e as folhas estivessem seccos, mas antes de começarem as chuvas. Observei em Pernambuco duas especies de *convolvulus* de raizes tuberculosas ambas purgativas; as raizes preparadas, de uma e de outra, são geralmente conhecidas pelo nome de purga de batata. Uma dellas é o verdadeiro *convolu-*

lus mechoacam e differe da outra pelas folhas, galhos e fructo. Dei a descripção desta em minha centuria das novas plantas. (14)

Papo de peru'. — *Aristolochia grandiflora*. Arrud. cent. plant, pern.

Esta linda especie de *aristoloquia* que primeiramente encontrei nos terrenos do Cariri Novo, é medicinal e merece ser cultivada nos jardins, não só por sua utilidade, mas tambem pela belleza de seu porte e de sua flor. Alem desta eu conhecia cinco especies d'*aristoloquia*, de que se poderia tirar partido, se não de todas, ao menos de algumas.

A planta é chamada commumente *angelico*.

Mangabeira. *Ribeirea sorbilis*. Esta arvore cresce bem nos terrenos arenosos dos *taboleiros*; o fructo varia do tamanho do ovo de pomba ao ovo de gallinha; é de um amarello esverdinhado, mosqueado de vermelho. Tem quasi a consistencia de uma sorva e é mui conhecido nos mercados de Pernambuco e Bahia. Cultiva-se agora consideravel quantidade dessas arvores nos arredores de Olinda e o cuidado que se tem empregado no seu cultivo, melhorou a fructa. Se a pisam, a fermentação espirituosa opera-se com a maxima facilidade e depois passa a accidez. Assim o succo produz em mui pouco tempo um bom vinagre, que achei mais forte do que o da uva, da canna de assucar, de bananas ou de de Cambuins.

Descrevi este novo genero em minha centuria, plant pern, dedicando-o ao meu discipulo P. João Ribeiro Pessôa de Mello Montenegro, professor de desenho no siminario de Olinda. Este é digno desta honra, não só pelas tentativas que tem feito para introduzir nesta capitania o cultivo de algumas plantas exoticas uteis, mas tambem pelo seu exame curioso e philosophico, concernente ao admiravel phenomeno do modo de fructificação da mangabeira, que se acha na minha centuria plant pern.

Oiti Coroia. *Pleragina rufa*. Arrud. cent. plant. pern.

Oiti da Praia. *Pleragina adorata*. Arrud. cent. plant. pern.

Oitica ou Catingueira. *Pleragina umbrosissima*.

A primeira especie deste genero (*oiti coroia*) produz um fructo carnoso irregular, cujo caroço é coberto de uma

14 — Trazem-na (a raiz) para a Europa cortadas em rodilhas brancas e bastante ligeiras (Vigem do Cavalheiro des Marchais à Cayenna, etc, tom 3.º pag. 262. Eu trouxe em pó para a Inglaterra. (Trad. inglez).

fécula doce, um tanto aromática, agradável e nutritiva, é bastante grande para faltar uma pessoa.

Vendem-se nos mercados e algumas pessoas a cultivam.

A segunda espécie (oiti da praia) bota um fructo oval ou, oblongo, um pouco menor do que um ovo de gallinha; é amarella quando maduro; tem o caroço coberto de polpa doce, aromática e nutritiva.

A terceira espécie (oitica) é particular aos sertões, onde cresce á margem dos rios e regatos.

Eleva-se a cincoenta ou sessenta pés de altura. Os galhos são tão espessos e curvam-se de modo tal, que quasi tocam á terra formando espaçoso caramanchel. O fructo é uma drupe oblonga, de duas e mais pollegadas de comprimento e meia de largura. Conserva a côr sempre verde, mesmo quando maduro. O caroço não é tão duro como os das duas espécies precedentes; mas é linhoso, flexivel e pode ser facilmente quebrado, recoberto de uma camada de polpa adstringente. A amendoa é um grão composto de dous cotyledons, oleosos, de sabôr desagradavel, no qual, porem, abunda um oleo de que se faz algum uso.

Gandiroba ou **Andiroba**. *Folia cordifolia* Din.

Esta planta é da familia das cucurbitas. Os caroços são oleosissimos e delles com facilidade se extrae o oleo, o qual, assim como o do côco *nucifera*, tem a propriedade de se coagular. Com elle fabriquei bom sabão, mesmo com potassa, tirando-lhe o acido carbonico com cal viva.

Caroba *Kordelestris sypphilitica*. Arrud. cent. plant per. **Bigonia** *copaia* Aublet Guien.

Caroba miuda ou **casco de cavallo** *Kordelestris undulata* Arrud cent plant. pern.

Estas duas espécies possuem virtudes antevenericas e são especialmente uteis contra a infecção chamada — bôbas.

Barbatimam. *Mimosa virginalis*. Arrud. cent. plant. pern.

Est'arvore não é muito grande. Sua casca é um dos mais poderosos adstringentes, um pouco estimulante o que a torna applicavel a algumas enfermidades. Os matutos empregam-na no curativo de feridas nas pessoas e nos animaes. As mulheres usam, depois do parto, banhos do cosimento das folhas. Estou convencido de que se o extracto dess'arvore não excede em virtude á *mimosa catechu*, pelo menos a iguala.

Almocega *Amyris pernambucensis* Arrud. cent. plant. pern.

E' uma arvore que as vezes attinge a grande altura. De sua casca corre um succo resinado que n'agua é indissolúvel, mas que se dissolve completamente no espirito de vinho. Estas arvores abundam nas mattas de Goyanna e de Alhandra, e os indios deste ultimo local, juntam a gomma em consideravel quantidade e vendem-na de 20 a 40 réis a libra. Possui quasi as mesmas virtudes medicinaes que a terebentina, quando applicada á frente, em forma de emplastro, alivia as dores de dentes e de ordinario cura-as. Os nossos pharmaceuticos as utilisam n'algumas especies de unguento. Entre nós misturam-na com cêra amarella do paiz e fazem vélas para uso ordinario, juntando-lhe um quarto de sêbo. Tambem se servem della para calafetar canôas e para azeitar as rodas dos engenhos.

Esta gomma é conhecida sob duas fórmas. A' que alveja e limpa é chamada **almecega cosida**; os indios que a colhem fazem-na ferver para tirar-lhe as partes heterogeneas e com ella fabricam pães de 16 á 20 libras; **almecega crua**, quando dissolvida no alcool; pode ser empregada na composição de uma certa especie de verniz. Poderia servir como incenso. E' assim que empregam muitas vezes o balsamo do sertão, e, em alguns lugares da America a resina do **amyris ambrosiaca** ou **icica heptaphilla** d'Aublet..

(28-6.º-1899).

Os Pelourinhos do Recife

O Pelourinho pequeno e o Pelourinho grande
Quando foram levantados e quando destruídos
— Lutas por causa d'esses padrões — Localiza-
ção de ambos.

Como reminiscência das torturas praticadas á base dos Pelourinhos ou da vergonha a que eram expostas determinadas pessoas, ficou, vigora e perdura a frase feita: "Pelourinho da difamação".

E' que outrora, ao tempo do feudalismo que o originou, o Pelourinho se erguia no lugar mais público, para expôr a cabeça dos criminosos justicados, para açoitar os que incorriam em faltas, para entregar á expiação pública, á vergonha, á ignominia, certa classe de gente.

Depois o Pelourinho evoluiu. Passou a sêr monumento simbólico de vila ou de cidade e sua ereção era obrigatória. Em 1787 exclamava, em documento público, d. Fernando Pereira Leite de Foyos, governadôr do Maranhão, relativamente á cidade de São Luís: "Com admiração vi, pela primeira vez, uma cidade sem Pelourinho!"

Contudo, por sêr o Pelourinho levantado na mais pública praça, nêle se executavam ainda castigos, como nos tempos medievais.

Primitivamente os Pelourinhos eram nomeados Picotas, o que tem dado lugar a confusões, havendo eseritôres que querem hoje estabelecêr diferenciação entre o Pelourinho e a Picota — aquêle como simbolo de autonomia, esta como local de castigos.

Luís Chaves (*Os Pelourinhos portugueses*), em erudita dissertação, prova a sinonímia.

A princípio chamavam Picota, donde o verbo picotar como sofrêr castigos na Picota. Depois, por influência do

francês — *piloris* — em pronúncia corrompida, formou-se o vocábulo plebeu Pelourinho, que superou a Picota.

Duas opiniões valiosas em favôr da tese:

Teófilo Braga: “Esta resistência das garantias locais era representada no Portugal antigo pelo Pelourinho ou Picota”.

O Visconde de Jurumenha: “Antigamente chamavam aos Pelourinhos Picotas, introduzidos no princípio da monarquia”.

Pinho Leal (*Portugal antigo e moderno*) partidário da diferenciação, remonta a origem do Pelourinho ao seguinte, do ano 463 da fundação de Roma:

Havia na praça do Forum uma casa de que era proprietário um tal Moenius. Para que êle pudesse ouvir os julgamentos dados pelos triúnviros, vêr as festas suntuosas, apreciar os castigos etc. mandou construir uma coluna de pedra, junto á sua casa, e, sôbre ela, uma espécie de mirante. Chamavam-na Coluna Moenia.

Aplaudindo a idea, os romanos começaram a edificar colunas Moenias no Forum de qualquer cidade do Império e o costume passou ás Gálias, ainda antes de Cristo.

A obrigatoriedade do Pelourinho nas vilas portuguesas provém, pelo menos, das Ordenações Afonsinas (1446).

O Pelourinho ou Picota era, a princípio, uma simples coluna erguida ordinariamente defronte da Camara. Depois — *Columna in loco conspicuo erecta in signo juris* — (Bluteau) foi tomando feição monumental e adquirindo estilo próprio. Constituia-se de quatro partes, a começar de baixo para cima:

Plataforma, com ou sem degraus, onde applicavam penalidades;

Base, ao meio da plataforma, donde emergia a coluna;

Coluna, com base, fuste e capitel;

Remate (outrora gaiola de ferro, onde eram expostos os reus) peça decorativa.

Quanto a estilo, havia em Portugal, e ainda hoje alguns estão conservados, românticos, manuelinos, góticos, seiscentistas, setecentistas etc.

A notar que no Pelourinho e anteriormente na Picota não se consumava a pena capital. De ordinário as penas aplicadas eram de exposição e de açoites. Havia também, mais raras embora, as penas de mutilação das mãos, pés, orelhas, lingua e olhos.

A pena de morte era cumprida na fôrça, distante do Pelourinho. Haja vista em Pernambuco que o célebre bandido Cabeleira foi executado na fôrça; que os republicanos de 1817 e os de 1824 sofrêram a pena capital na fôrça e não no Pelourinho que, ao tempo, ainda estava de pé.

A mutilação de membros, a extirpação dos olhos, o corte da lingua — destino dos que juravam falso testemunho — e as surras tinham execução no Pelourinho.

Agressão a alcaide, mão cortada. Pêrda das orêlhas para os salteadores.

Escravo nêgro ou mulato do Brasil que usasse faca de ponta ou outra arma proibida, cem açoites no Pelourinho. Cincoenta açoites para os que, mêsmo não sendo escravos, cometessem crimes de furto de animais ou de plantações.

A pena de morte era aplicada aos homicidas, exceto caso de duelo, aos incendiários, aos autôres de rapto violento e estupro, aos criminosos de roubo e arrombamento e aos acusados de metêr *stercus in bucca* (1)

Para os falsificadores de moeda havia a pena de fôgo.

Por estar sempre erguido no lugar mais público, era nos Pelourinhos que se afixavam editais... e verrinas.

O Recife conheceu o Pelourinho primitivo, isto é, coluna para castigo público, e o Pelourinho simbólico; aquêl durante a ocupação holandêsa, êste quando a povoação elevada a vila.

Do primeiro não há noticia pormenorizada. Sabe-se, pelas narrativas dum escritôr holandês, que havia aqui alto poste de pedra onde eram açoitadas as praças transgressoras da diciplina.

1 — As Ordenações afonsinas usavam de mais clareza: "Todo homem, ou mulher, que a outrem metêr merda em bocca, ou mandar metêr, moira porem".

Quanto ao segundo, é possível colher informes, si bem que escassos.

Dês que terminou a guerra ho'andêsa, começou a rivalidade entre o Recife e Olinda. Os holandêses se aperceberam de que o Recife devêra de sêr a capital e por isso foi Olinda abandonada e incendiada. Assumindo, depois da restauração, o govêrno da capitania, Vidal de Negreiros fez o possível para o soerguimento de Olinda. Mas Francisco Barrêto, o vencêdêr da guerra, então governadôr geral do Brasil, contrariava-o constantemente, quer nas cartas que lhe dirigia, quer nas informações que dava à metrópole. A propaganda em favôr da emancipação do Recife tomou vulto no inicio do século XVIII e, por carta régia de 19 de novembro de 1709, foi o governadôr autorizado a c'evar a vila a povoação do Recife (2).

Anciosos estavam os habitantes do Recife, em sua maioria mascates, por essa medida e não tardaram em levantar um Pelourinho provisório (3) cuja instalação foi festivamente feita a 15 de Fevereiro de 1710, sob a presidência do dr. Luis de Va'anzuela Ortiz, que, da plataforma do mesmo, proferiu por tres vezes as palavras ritualisticas — *real, real, real, por el-rei de Portugal* — repetidas pelo pôvo.

2 — "Sebastião de Castro e Caldas — Eu El Rei vos envio muito saudar, Havendo visto o que informastes sôbre a assistência dos Governadores e Ministros ser na Cidade de Olinda, e não no Recife como costumão, e sendo informado das razões que ha mais forçosas para esta mudança por Ministros que servirão nessa Capitania e ser justo se evitem as desuniões que ha entre os moradores da Cidade de Olinda com os do Recife — Fui servido permittir que se crie em Vila o mesmo Recife, e que vós com o Ouvidor Geral lhe façaes o Termo que entenderdes pode caber no districto da mesma Vila, e que o Juiz de Fôra faça as Audiencias hua semana em Olinda e outra no Recife, assim como se faz neste Reino em algumas Vilas. De que me pareceu avizar-vos para terdes entendido a resolução que fui servido tomar neste particular, e poderdes dar a execução como por esta vos ordeno. Escripta em Lisbôa, a 19 de Novembro de 1709. — REY — Miguel Carlos. Para o Governador de Pernambuco".

3 — Durante a noite de 14 para 15 de fevereiro foi construido o pelourinho, insignia da vila." — Ferrer, *A Guerra dos Mascates*, pag. 110.

após o que proclamou: *está criada a vila de Santo António do Recife* (4).

Um parêntese explicativo: Criada a vila, constituia-se a Camara ou melhor o Senado da Camara. Para êsse còrpo deliberativo, elegiam-se os pelouros.

Pelouros eram as listas com os nomes dos officiaes eleitos, que haveriam de servir, ano por ano, durante o triênio de uma camara eleita.

Vejamus como se procedia a essa eleição.

Quanto os vereadôres chegavam ao fim do mandato, eram convocados os *homens bons* em Camara, para o funcionamento com os vereadôres. E o juiz mais velho reque-

4 — No **Diario de Pernambuco** de 23 de Setembro de 1901, foi publicada a ata do levantamento do Pelourinho da vila de Santo Antão, hoje Vitória, pela qual se vê como era o cerimonial:

"Aos 28 dias do mez de maio de 1812 nesta povoação de Santo Antão, comarca de Pernambuco no meio do territorio destinado para nella se levantar o Pelourinho, aonde se achava o doutôr desembargadôr e corregedor da Camara Clemente Ferreira França, commigo escrivão ajudante de correição e mais pessoas da nobreza, clero e pôvo convocados pelo edital retro e que abaixo vão assignados e sendo o lugar denominado o paeo da Matriz o mais próprio segundo a voz concorde de todos, para nelle se levantar o mêsmo, ahi mandou elle ministro dispôr tudo para a sua collocação e fez a seguinte falla: (Segue-se um discurso bajulatório ao principe dom João, o qual assim conclue):

Officiaes encarregados da erecção do pelourinho, levantae-o; sim, para testemunho da minha rêal commissão e para o monumento indelevel da beneficencia de sua alteza real; e vós, povos, congregados por mim hoje, em nome do mêsmo augusto senhôr, em prova de vosso devêr e agradecimento a tão relevantíssimo beneficio, clamae em altas vozes e com o maior respeito: Viva o Principe regente nosso Senhôr! Viva o pai da Pátria! Concluida a fala, mandou elle ministro que se levantassem o Pelourinho, que com effeito se levantou, bradando o meirinho geral da ouvidoria e correição André Nunes Cardozo, em altas vozes e com profundo respeito, por ordem delle por trez vezes:— **Real, real, real, viva o Principe regente nosso Senhôr.** as quais palavras foram repetidas pelo pôvo por outras tantas vozes, com igual respeito, em demonstração do seu júbilo e contentamento, e gratidão á sua alteza real por tão grande mercê; e para constar mandou o ministro fazêr êste têrmo em que assignou commigo escrivão ajudante e pessoas presentes; e eu Joaquim José Ferreira de Carvalho escrivão ajudante da correição o escreví".

ria que nomeassem “seis homens para eleytôres, os quaes serão nomeados secretamente, sem outrem ouvir o voto de cada hum”.

Recolhidas as céduas, faziam a apuração e, proclamados os eleitos, davam-lhes logo juramento dos Santos Evangelhos, para que escolhêssem para os cargos do consêlho as pessoas mais capazes.

Os eleitôres obedeciam ao seguinte processo:

Era-lhes recomendada a maior discreção. De forma alguma podiam comunicar aos parceiros os nomes daquêles que iam recebêr os seus votos.

O juiz separava os eleitores — impedimento absoluto entre parentes até o quarto grau canônico — recolhia-os a cômodos onde estivessem sós “de maneira que não falassem huns com os outros” e êstes procediam á votação secretamente.

Si o eleitôr não sabia lêr, dava-se-lhe para secretário um juiz ou vereadôr antigo, com juramento para que não descobrisse o segrêdo da eleição.

A apuração era feita pelo juiz presidente “o qual perante todos juraria de não dizêr a pessoa alguma os officias que na eleyção ficavão feytos”.

Redigia, então, àsse presidente “os pelouros”, fechava-os, lacrava-os e metia-os num sacco, o qual por seu turno “se meteria em hum cofre de tres fechaduras, das quaes teriam as chaves os vereadôres do ano passado, cada hum a sua. E não darião a chave a outro, em modo que nunca tivesse duas chaves”.

Fechado o perêntese, prossigamos.

O Pelourinho provisório ou Pelourinho pequeno, como depois ficou sendo conhecido, estava situado, segundo a tradição, em frente á cadeia. A cadeia ou cadeia velha, conforme um escrito de Codeccira (5) estava situada num

5 — A atual rua Marquez de Olinda até ha poucos annos chamava-se rua da Cadeia, porque a primitiva cadeia do Recife foi ali; do arco da Conceição até a entrada da rua da Madre de Deus na rua da Conceição, e dahi, até encontrar a do Bom Jesus — rua da Cadeia Velha, qualificativo para differenciar a da Cadeia Nova, denominação que tinha a hoje 15 de Novembro, onde então estava a cadeia no predio em que funcionam, presentemente o Superior Tribunal de Justiça e o Jury”. *Rev. do Inst. arqueológico.*

trêcho da actual avenida Marques de Olinda, entre a rua da Madre de Deus e a rua do Bom Jesus, no local onde hoje se encontra o prédio n. 215.

Enquanto se levantava o Pelourinho provisório, trabalhava-se na feitura de outro, o definitivo, o Pelourinho grande, que foi inaugurado, também solenemente, no dia 3 de março de 1710.

A elevação do Recife a vila acirrou o animo dos pernambucanos, especialmente porque o governadôr português se pôs ao lado do partido dos Mascates e as nomeações de cargos públicos recaíram, de preferênciã, nêstes. Castro Caldas, o aludido governadôr, foi vitima duma emboscada, e, ferido, não podendo contêr a ira dos nativistas, fugiu, deixando acéfalo o govêrno.

Os patriotas, á frente das milicias do interiôr, entram no Recife a 9 de novembro do mêsmo ano, maltratam os mascates que não fugiram, derrubam o Pelourinho e, no dia seguinte, em Olinda, vitoriosos, fazem a célebre reunião no Senado da Camara, na qual Bernardo Vieira, dizendo que Pernambuco já podia governar-se livremente, lembra constituir-se em república á semelhança de Veneza.

Durante um ano e dias, envôlto Pernambuco em discórdias, ficou o Recife sem Pelourinho, suspensas as suas prerrogativas de vila, até que vindo novo governadôr para substituir Castro e Caldas, foi o Pelourinho grande levantado novamente a 18 de novembro de 1711, em presença do ouvidôr João Marques Bacalhau (6) e subsistiu até 1832 quan-

6 — "Foi a creação da Vila do Recife a causa principal de todas as discordias; no primeiro tumulto dirigido contra Sebastião de Castro, o povo demolio o Pelourinho, e queimou os Pelouros; vindo porem com o governador Felis José Machado o novo Ouvidor João Marques Bacalhau, intentou este levantar o Pelourinho, e fez outros Pelouros, não obstante as objecções, que pelos do Senado em um manifesto lhe foram offerecidas, para que sem ordem d'El Rey não executasse o que intentava, pela diminuição que á sua Real fazenda se seguia, o detrimento de seus Povos, alem de estarem os que houvessem de ser eleitos para servir, comprehendidos na devassa, e criminosos por cabeças de motim, e por tantas mortes, quantas por causa delle se fizeram, e serem justamente feudatarios da Republica, e Camara de Olinda. Mas o Ouvidor Bacalhau, já mimoseado pelos Mascates, desprezando todos estes requerimentos, e protestos, mandou erigir o Pelourinho em 18 de Novembro de 1711 e no dia seguin-

do, por falsa compreensão, foi demolido por ordem da Câmara Municipal (7).

Como seria interessante para a história da nossa capital que ainda estivesse de pé o padrão da sua autonomia, pelo qual houve tanta luta!

Sirvam de condenação á impatriótica deliberação da Câmara Municipal do Recife as palavras de Luis Chaves, em relação a casos semelhantes ocorridos em Portugal:

“O Pelourinho é monumento nacional, porque é ou obra de arte ou padrão de uma fase da evolução histórica de Portugal, quer o tomemos como simbolo de autonomia, quer o consideremos instrumento de justiça, êsse mêsmo corroboradôr do poder jurisdiccional do consêlho e meio de defêsa da solidariedade coletiva.

“Com que direito os municípios posteriores a 1834 derubaram ou despresaram os Pelourinhos? Por facciosismo ou ignorancia, sabemos nós. Mas com que direito executaram essas sentenças do seu ódio político? Responde ainda Herculano, que não pode sêr tachado de indifferente político, perante a politica liberal para que êle trabalhava sacrificando-se.

“Entende-se, enfim, que nenhum monumento histórico pertence propriamente ao Município em cujo ambito jaz, mas sim á nação toda. Por via de regra, nem a mão poderosa que o ergueu regia só êsse município, nem as somas que aí se dependêram saíram dêle só, nem a história que transforma o movimento em documento é a história de uma vila ou cidade, mas sim a de um pòvo inteiro”.

Vimos que o Pelourinho pequeno fôra erguido em frente á cadeia. Onde teriam levantado o Pelourinho grande? Foi problema que sempre me preocupou.

te (19) fez Pelouros, que a 21 do mesmo mez se abriram; do que tudo se deu conta, por carta do Senado, a Sua Magestade.” — Fernandes Gama. *Memórias historicas da Provincia de Pernambuco* IV, 172-173.

7 — O Pelourinho do Recife era rematado com argolas, conforme o edital do governador militar Rodrigo Lôbo em relação ao padre João Ribeiro: “que a fizesse pendurar (a cabeça) em uma das argolas do Pelourinho, com todas as formalidades legaes que em semelhantes casos se costuma praticar”.

Dêsse embarço tirou-me o sr. Joaquim Alves da Silva Santos, português, que em 1931, conta 88 anos de idade dos quais 76 vividos no Recife e está em plena lucidez de espirito.

Quando aqui aportara, havia um trêcho do bairro do Recife conhecido por largo do Pelourinho. Estava situado numa parte da praça do Córpo Santo, entre esta e o trapiche Suassuna, tudo hoje destruído e modificado.

O meu informante levou-me ao local, parou um minuto orientando-se, pôs a mão direita na testa para melhor concentrar-se, olhou para o norte e para lêste, deu mais alguns passos e disse-me com segurança: "O largo do Pelourinho era aqui".

Estávamos, com as modificações atuais do bairro do Recife, entre a parte leste do edificio do Banco do Brasil e a ponta oeste do gradil do armazém n. 8 das Docas.

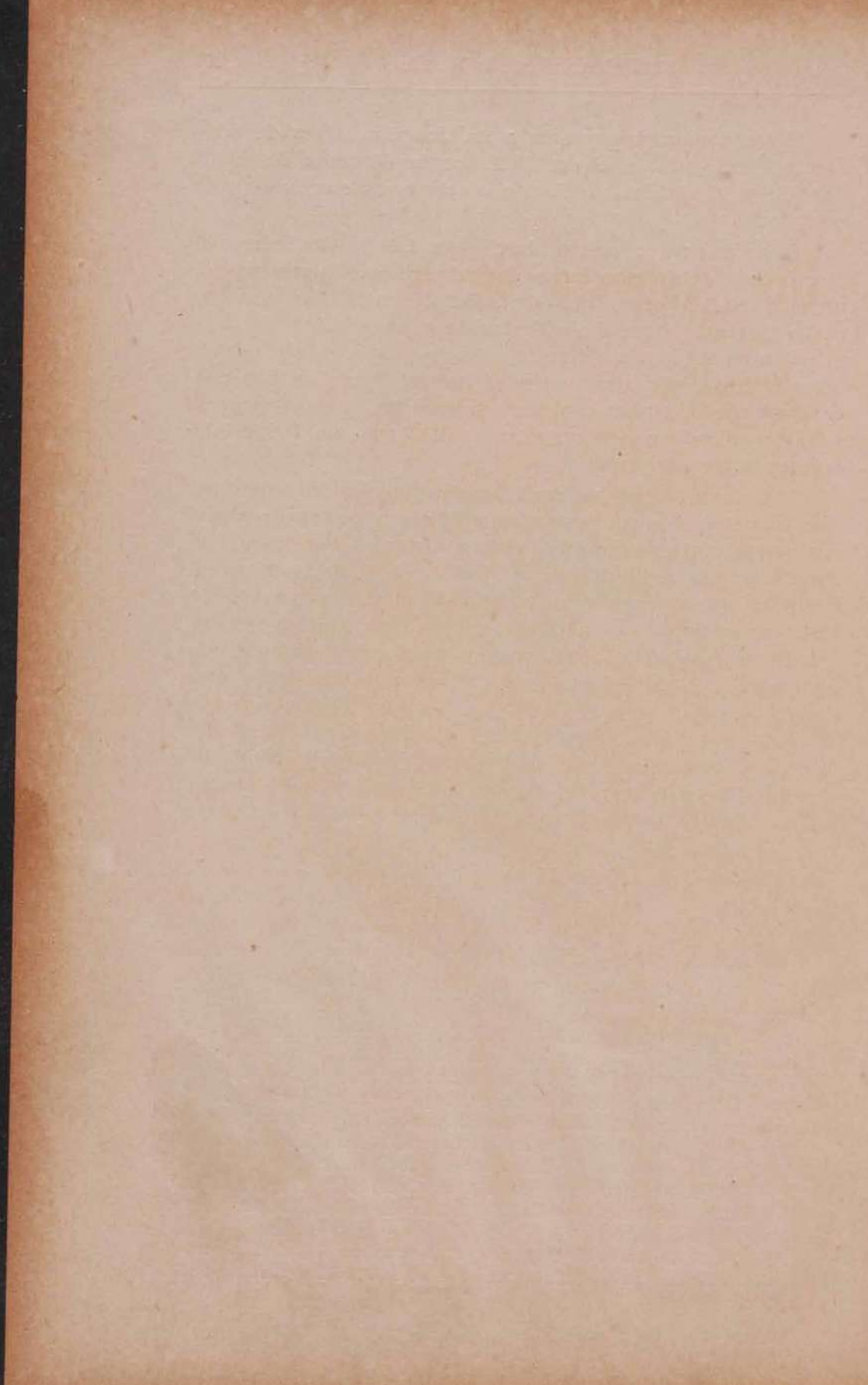
Como que subitamente assaltado por sonho tétrico, comecei a vêr, com os olhos da imaginação, no alto do Pelourinho, suspensa, a cabeça do padre João Ribeiro, o grande idealista de 1817, a balançar-se apodrecida, agitada pelo vento, que tão forte sopra no local. (8)

Mário Melo

8 — O padre João Ribeiro suicidara-se na capella do engenheiro Paulista, hoje vila Paulista, na véspera do Recife ser occupado pelos reinóis, e têve na mesma capela sepultura. Os vencedores exumaram o cadáver do suicida, cortaram-lhe a cabeça, trouxeram-na para o Recife e expozeram-na em o Pelourinho.

Em 1819, já completamente descarnada, furtou-a mr. Félix Naudin, consul da França em Pernambuco, amigo que fôra do patriota. Estando para morrer, Naudin entregou a reliquia ao sr. Francisco Cavalcanti de Mélo, parente do padre Ribeiro (**Re. do Inst. arqueológico n. 1**).

Em 1871 os descendentes do sr. Francisco Cavalcanti confiaram a reliquia ao Instituto, onde é conservada e civicamente venerada.



Um Aspecto da Monarchia

Capistrano de Abreu, encerrando o seu livro CAPITULOS DE HISTORIA COLONIAL e resumindo a situação do Brasil trez seculos depois do descobrimento, escreveu as seguintes palavras:

“Vida social não existia porque não havia sociedade; questões politicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito, sabem si ha paz ou guerra, assegura Lindley. ‘E’ mesmo duvidoso si sentiam uma consciencia não nacional mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano.

“...Cinco grupos ethnographicos ligados pela communi-
dade activa da lingua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturaes da terra um enthusiasmo estrepitoso, sentindo pelo portuguez aversão ou desprezo, não se prezando porem uns aos outros de modo particular, — eis em summa a que se reduzia a obra de trez seculos.” (1)

Evidentemente, porem, foram incalculaveis as mudanças verificadas nesse estado de coisas no decorrer dos dois decennios que se seguiram a esse anno de mil e oitocentos, assim descripto. Os estudos que os brasileiros effectuavam na Europa ou mesmo aqui, e a presença da Corte de Dom João VI produziram as alterações que nos habilitaram a ser povo independente.

Dom João VI agiu, dando á Nação uma consciencia de valor novo. Não seria inocuamente que o paiz veria abertos os seus portos ao commercio estrangeiro e criados serviços innumerados: Tribunaes Superiores, Academias Militar, de marinha, de Medicina e de Bellas Artes, o Banco do Brasil, o Museu de Ethnographia e Historia Natural, a Bibliotheca, o Archivo, etc. Pela primeira vez, a administração e a justiça

apresentavam-se aos olhos do povo. Via-as o povo que, antes, tinha vagas noticias dellas de que estava afastado por viagens de mezes.

Não foi uma simples phrase aquella de Dom João VI, falando no novo Reino que vinha criar. Realmente criou-o. E, criando-o em todas as peças do seu mecanismo, teve acção mais profunda: attrahiu os grandes elementos brasileiros, dando aos vultos notaveis que se achavam dentro de sua esphera de acção, uma opportunidade de trabalho pratico que lhes evitava cahir nas ideologias que, por serem puras demais, eram perigosas. Não deve deixar de ser levado a conta dos grandes serviços de Sua Magestade, a utilização de homens como Cayrú.

Repete uma justiça historica Max Fleiuss, (2) chamando a obra de Dom João VI no Brasil de "colossal monumento administrativo" e ao citar, em seguida, a Oliveira Lima que salienta, atravez dos ministros varios, a acção da Corôa "mais ou menos constante, mais ou menos vigorosa porem una e directa sobre os acontecimentos do paiz".

Agindo e fazendo agir, o Rei effectivou obra consideravel de educação do povo.

E' claro que ella seria cada vez mais fraca, á maneira que se afastasse da séde de actividade do Rei. Assim ao Norte as populações ficavam entregues apenas ao prestigio e á orientação dos homens de estudo. E elles, não soffrendo a influencia real, cahiam na propaganda de idéas que, dadas as condições do Paiz, eram, pelo menos, um delirio imaginoso. Nada mais significativo desse estado de espirito do que a idéa de se arrancar Napoleão ás mãos da Inglaterra para que elle viesse chefiar movimentos liberaes em Pernambuco...

Por volta de 1820, embora não se alterassem muito as condições materiaes, sobretudo as economicas, do Brasil, sua mentalidade estava distante daquella descripta por Capistrano de Abreu. Instillara-se nella, por exemplo, um sentimento a que chamarei de independencia pratica, advindo da presença do Rei e dos tribunaes e que fazia meditar sobre a lição da independencia politica dos demais paizes americanos. A conquista em que a Europa então se empenhava, das regalias constitucionaes defendidas pelo *philantropismo*, daria a essa aspiração profunda as suas formulas liberaes extremadas.

2 — Historia Administrativa do Brasil, 2.^a edição, 1925.

Assim o brasileiro tinha, vinte annos depois da resenha de Capistrano, uma mentalidade differente em certos pontos: noção pratica de independencia na actuação do Rei e nas regalias municipaes que, muito antes do liberalismo doutrinario, Portugal soubera desenvolver e o Brasil aperfeiçoar, como bem demonstra o Sr. Alfredo Valladão (3) na serie de estudos que sobre Dom Pedro Segundo fez publicar o Instituto Historico Brasileiro; e uma noção theorica de liberdade, vinda dos Direitos do Homem, da revolução americana, de Rousseau e de Adam Smith. Acontecia apenas que essas duas noções iriam ficar a serviço de sentimentos meramente regionaes.

As cinco zonas de que falava Capistrano, tinham isolado o homem proveniente de trez raças diversas, — raça branca, raça negra e raça india e das quaes só a primeira apresentava unidade dentro de si mesma. Os meios de vida e de trabalho; o isolamento natural; a inexistencia de processos regulares de communicacão; o proprio segregamento historico, cada um tendo sua chronica á parte; a composicão social diversa; a constituição economica desigual — tudo predestinava o mesmo separatismo de que tinham cahido victimas os vice-reinados hespanhóes.

A independencia brasileira era inevitavel, mas, com ella, era inevitavel tambem a fragmentação da terra immensa.

A mentalidade portugueza, contrariada por Dom João VI a quem moviam um espirito largo e o interesse da Dynastia que é tambem uma força de elevação na vida dos povos, — a mentalidade portugueza resurgiu nas Cortes liberaes, querendo fazer do Brasil uma colonia novamente, e com isso offereceu oportunidade á revolução da independencia.

Mas, quando se estabelecesse a confusão da lucta e o poder cahisse das mãos de Portugal, quem teria prestigio e autoridade bastantes para se impor a toda a America que falava o protuguez?

No seio da nebulosa, havia nucleos de aggregação e solidificação. Eram representados por Pernambuco, Bahia, Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. O extremo norte inclinava-se decididamente para a metropole. E dentro dessas zonas de influencia, os leaders naturaes, as elites inevitaveis

3 — Contribuições para a Biographia de Dom Pedro II — Numero especial da Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras. Parte 1.^a Pg. 136 e seg.

conseguiriam provavelmente impor-se contra a anarchia e constituir autoridades respeitadas.

Mas, não era esse o problema. A questão estava em saber si existiria ou não o Brasil. E si o Brasil existiu tal como existe ainda hoje, devemo-lo ao Throno.

Só elle poude elevar-se ante os poderes locaes, regionaes em virtude da velha autoridade que o revestia. A tradição apontava-o como a *autoridade*. Ainda assim, estava combatido e negado. E não foi por uma simples autoridade de tradição que elle se impoz, si não accrescendo-se uma autoridade nova, a da acção fecunda em prol da Independencia.

Seria talvez inutil tocar esse ponto, tamanha é a concórdancia que os autores revelam, sobre o dever-se ao Throno a unidade nacional.

No momento mesmo em que morria Dom Pedro I, a grande voz de Evaristo da Veiga que tantas vezes e tão energicamente o combatera, levantou-se para dizer: "*si existimos como corpo de Nação livre, si a nossa terra não foi retalhada em pequenas republicas inimigas, onde só dominasse o espirito militar, devemo-lo muito á resolução que elle tomou de ficar entre nós e soltar o grito de nossa Independencia*". (4)

Em torno desse julgamento, não ha e nem pode haver discrepancia de vulto.

Mais interessante seria lembrar o modo como Dom Pedro se constituiu o centro vivo de união nacional, auxiliado pela autoridade de que o revestia a sua condição de Rei.

No começo do anno incomparavel de 1822, o Principe estava reduzido áquella condição de Capitão-general, de que falava em uma de suas cartas escriptas a Dom João VI. Governava apenas a provincia do Rio de Janeiro, elle que fôra deixado como regente do Reino inteiro. E isso mesmo não acontecia tranquillamente: pela cabeça dos fluminenses, andavam tambem os sonhos "philantropicos" de libertação dos povos, fecunda libertação de que eram mestres e exemplos os liberalistas portuguezes de 1820... Tanto assim que, em seus ajuntamentos populares e em suas reuniões de eleitores, a idea de um governo de Junta Liberal inspirou muitos motins. Dom João VI sentira de perto, frequentemente, essa ameaça de ser subordinado a um grupo com o titulo de Junta Governativa.

4 — Apud. Alfredo Valladão. Contribuições, etc. Obra citada, pag. 219.

O Pará-Maranhão inclinava-se sensível e desveladamente para o lado portuguez. Talvez pela quantidade de immigração portugueza, era essa a região onde menos viva se fazia sentir a aspiração nacional de independencia. Si o contrario, aliás, occorresse, novas incognitas surgiriam do facto de seu isolamento tradicional do resto do Brasil, do qual vivera segregado, sob o governo directo da metropole.

Seria necessario o ardil de Cochrane para que essa provincia adherisse á independencia, longo tempo depois do grito do Ypiranga.

Pernambuco cuja attitude seria de grande influencia sobre Ceará que deve, no entanto, ser considerado, já a esse tempo, como um dos nossos centros autonomos de vida, -- Pernambuco estava independente desde a convenção de Beberibe. Com Luiz do Rego embarcara toda a guarnição portugueza. E o velho sentimento localista do povo que vencera aos hollandeses, não acceitou, o governo que não fosse dictado pelas suas massas e pelos seus padres ideologos.

Dar-se-ia na Bahia o inverso de Pernambuco: em vez de ser dominada e expulsa, a força portugueza iria constituir-se o baluarte da resistencia reinól, dando a unica demonstração capaz de equiparar-se aos feitos do exercito metropolitano na America Hespanhola. Em virtude mesmo do combate que ia sustentar e que lhe revelaria a necessidade da união em beneficio da força, a Bahia entrava em bom accordo com o Rio de Janeiro, de onde lhe vinham Labatut e dinheiro.

Minas e São Paulo mantinham os mesmos anseios de self-government.

Sem duvida, em todos esses pontos do paiz, existiam espiritos claros e fortes, comprehendendo o dever de unificar esses nucleos dispaes. Mas, as condições e as tendencias geraes não justificam a supposição de que a elles estivesse destinada a victoria sobre o espirito de separação si José Bonifacio não dispusesse do governo de São Paulo e não tivesse corrido ao encontro do Principe.

Foi o que se deu em janeiro de 1822, a proposito do decreto que chamava a Portugal o Principe Regente.

Do Rio de Janeiro é que partiram emissarios para o S. Paulo e Minas. Mas essa reunião de forças imaginada por José Clemente Pereira, não chegava a ser uma união: visava um fim limitado, tinha um alcance especial. Queria apenas pedir que o Principe ficasse.

José Bonifacio, tomando a attitude de que resultaram a alliança a Minas e o manifesto paulista, causa do processo da

Junta de S. Paulo nas Côrtes Portuguezas, — José Bonifacio viu mais largo e mais longe. Verdadeira *columna do throno*, esse homem em quem a vaidade era tão forte, repudiou qualquer ambição politica ante a idea do Brasil. Com effeito, são delle as seguintes palavras divulgadas pelo Martim Francisco da terceira geração dos Andradas.

“Accusam-me alguns de que plantei a monarchia. Sim, porque vi que não podia ser de outro modo, então; porque observei que os costumes e o character do povo eram eminentemente aristocraticos... Sem a monarchia, não haveria um centro de força e união e sem isto não se poderia resistir ás cortes de Portugal e adquirir a Independencia”.

O grande Andrada serviu ao throno, no posto de ministro e não lhe veio a facil tentação de ser um chefe supremo ou presidente da Junta. Nem mesmo naquella manifestação popular de Outubro, foi-lhe obscurecida a certeza de que só o throno, isto é: a autoridade legitima e tradicional, com o prestigio dos séculos por si, poderia ser elemento de construcção.

O desaparecimento da corôa nas agitações de 1822, implicaria o desaparecimento do unico elemento de autoridade e de orientação com que então se contava. No meio das forças negativas — liberalismo doutrinario, temperamento indisciplinado, fraccionamento geographico, falta de sentimento de hierarchia e consequente inconsciencia dos directores sociaes, pequena efficiencia economica, etc, — impunha-se um dilemma: ou encontrar um “centro de união e de força” ou abdicar diante da pulverização e da anarchia. Centro de união unico possivel, era o throno, e o modo como o throno desempenhou esse papel está em que criou uma nacionalidade onde existiam apenas “talvez uma consciencia capitania, e uma comunidade activa de lingua e passiva de religião” — comunidades que, aliás, existiam tambem na America Hespanhola e não lhe impediram a separação.

“Somos o caso unico na historia, de uma nacionalidade formada por uma theoria politica” exclama Euclides da Cunha que comprara aliás a monarchia a um arthritismo... Poder-se-ia dizer melhor, dizendo, em lugar de theoria politica, um justo pensamento politico, fundado na realidade. O que a theoria politica conseguiu de nós, foi a lenta renuncia liberalistica do reinado de Dom Pedro II, o despojamento, o jogar-fóra das razões de ser monarchicas, conduzindo ao *idealismo da Constituição republicana*.

O que havia em 1822, era um pensamento politico vindo como num clarão de bom senso. Clarão semelhante faria Deodoro hesitar, em 1889, em proclamar a Republica. Mas, Deodoro não via o perigo que viam os estadistas da Independencia: via um paiz solido e seguro. E lançou os dados.

O prestigio do throno que se impuzera aos olhos do sabio José Bonifacio, iria impor-se, dois mezes mais tarde, aos olhos das populações mineiras.

Foi romantico, quasi theatral o gesto de D. Pedro partindo para pacificar, sem tropas, a região de Villa Rica revoltada. Mais theatral porem menos romantica, a sua entrada victoriosa, depois da estada no Capão de Lana, com a guarda de honra do batalhão que se revoltara. A população era composta de brancos que haviam herdado alguma coisa do nobre lealismo portuguez, e de negros obedientes. A fascinação que ainda hoje os principes jovens exercem sobre os povos — um Principe de Galles, um Principe Humberto, um Principe Leopoldo ahí estão, — exerceu-se extranhamente sobre os mineiros de Villa Rica. A' meditação de um sabio casou-se o impulso sentimental de um povo: a alliança monarchica de Rio, S. Paulo e Minas estava formada e, com ella, o ponto de aggregação dos outros elementos que viriam depois.

Que vieram réalmente depois, aos poucos, reluctando...

O primeiro a vir foi Pernambuco embora, de tão indecisa, nem a data se possa dizer dessa adhesão. Foi talvez quando Gervasio Pires Ferreira, presidente da Junta Governativa, assignou, evidentemente coagido pela politica segura e habil de Vasconcellos Drummond, o reconhecimento de Dom Pedro como Principe regente com o poder executivo inherente ao cargo. Como se vê, era o que se podia chamar um reconhecimento minimo. Custou, porem, uma longa arremetida de tropas e de povo para que a Junta, não tendo por onde fugir e só por isso, o aceitasse.

Procurando rehabilitar-se aos proprios olhos dessa concessão que fôra obrigada a fazer, a Junta fez o que pôde, posteriormente, para impedir a ida ao Rio de Janeiro da communicação que assegurava apenas a adhesão simples e pura do Brasil ao Brasil.

O ambiente era tal que, no Rio, ninguem acreditava que essa adhesão viesse. Foi um dia de festa aquelle em que ella chegou. E o Principe, radiante de contentamento, correu para uma das janellas do Paço e gritou á multidão que, por

sua vez, esperava, impaciente e nervosa: "*Afinal, Pernambuco é nosso!*"

Mas, não era tão nosso como o Príncipe e o povo pensavam naquelle instante.

Como viesse do Rio de Janeiro o decreto de eleição de uma especie de constituinte brasileira, a Junta Pernambucana se oppoz, sem nenhum motivo serio. Apenas disfarçava e tergiversava. Foi preciso então que se fizesse um motim, obrigando-a a decidir-se. E para assegurar a execução do decidido, foi mistér a deposição do Governo pelo visconde de Goyanna que a substituiu pela chamada Junta dos Matutos.

Em toda essa lucta, vê-se quanto esteve separado do sentimento da Junta de Gervasio Pires, sentimento separatista e republicano, remanescente avançado de 1817, e que seria victorioso por algum tempo em 1824, — o sentimento do povo pugnando pela união do Brasil sob a autoridade constituída, desde que o fosse num sentido effectivamente brasileiro.

Na Bahia, Dom Pedro tinha os factos por si. Embora a Bahia não perdoasse ao Rio de Janeiro ter-lhe tomado a chefia dos nossos destinos como sede do governo, não podia esquecer, nos dias asperos da lucta contra Madeira, que o Rei lhe mandava, com sacrificio, os auxilios indispensaveis. Não podia esquecer que as fragatas e os brigues que lhes crusavam as costas, garantindo-as contra o estrangeiro inimigo, haviam sido armados e municidados no Rio de Janeiro onde o Rei que os mandara, talvez sentisse falta delles, de um momento para outro, para prover a sua segurança pessoal. Não podia esquecer que o erario real se endividava com um emprestimo de quatrocentos contos de réis, para que os bahianos luctassem e vencessem.

Só depois de ultrapassada a etapa bahiana, chegaria a vez do Pará-Maranhão.

E um suggestivo detalhe que merece ser fixado é o sábio pensamento que presidiu a toda essa conquista: constituído o nucleo com o Rio, S. Paulo e Minas (a adhesão de S. Paulo implicando a das provincias do sul), isolaram-se o Pará e a Bahia com a adhesão difficil de Pernambuco que arrastava a do nordeste. Depois, então, vence-se a Bahia e só depois se chega ao extremo-norte que, segundo uma these recente, já se teria movido por si mesmo, ao encontro do Brasil unido sob a Corôa.

O que não podia fazer a Corôa, era impedir que o Príncipe continuasse humano... E humano elle continuou, com os erros, os defeitos e tambem as virtudes inevitaveis. E isso,

na confusão daquelle tempo, suscitou uma scisão profunda entre a sua personalidade e o povo.

Elle era portuguez e seria fóra de toda psychologia que o grito do Ypiranga apagasse nelle o sentimento profundo da Raça, depurado, requintado atravez de muitas gerações. Num ambiente de luctas nacionaes, podia a sua consciencia fazer-se defensora da causa contraria á causa de seu paiz mas o seu sentimento não se desligaria nunca, de todo, do amor da terra natal. Accresçam-se a isso os defeitos de sua educação, os choques todos que experimentou em sua infancia, inclusive aquella fuga atravez do oceano, em meio de uma corte alarmada, — e ter-se-á razoavel explicação para certas attitudes do Principe.

Tão inexplicavel e injusto seria criminal-o por isso, quanto criminar os brasileiros que nada disso lhe perdoaram. As circumstancias não permittiam calma nem tranquillidade. E, assumidas as posições contrarias, o partido brasileiro luctou com o Principe e expulsou-o.

Durante esse periodo, uma figura encarna o arrojo e o simultaneo bom senso que José Bonifacio representara antes: Evaristo da Veiga. Os partidos estavam dispostos a luctar até o fim contra Dom Pedro. E renascia o medo de que a ausencia do throno fragmentasse a Patria. Evaristo é que soube imprimir á campanha o senso indispensavel de medida. Ainda assim, disposto a ir ás ultimas consequencias, embora receioso de-las. Quando Dom Pedro, em nobilissima resolução, abdica inesperadamente e em vez de deixar o governo, *séde vacante*, ao primeiro aventureiro, passa a Coroa a um menino de cinco annos, —então, sim: á certeza de que o Throno permanecia, alegam-se os corações. E o manifesto de 7 de Abril, dos deputados e senadores revoltados contra a mudança ministerial do dia anterior, é um grito de jubilo não tanto pela sahida de um inimigo como pela permanencia de um Rei.

“Já temos Patria, Já temos um monarcha, symbolo de nossa união e da integridade do Imperio, e que, educado entre nós receba quasi no berço as primeiras lições da Liberdade americana e aprenda a amar o Brasil que o viu nascer; o funebre projecto da anarchia e da dissolução das provincias que se apresentou aos nossos olhos, desappareceu, de repente”.

Valem esses periodos por um longo commentario politico: si Dom Pedro era o feroz absolutismo, segundo o costume de dizer-se, o que se lhe oppunha era a anarchia e a frag.

mentação. Aquella lyrica Liberdade, escripta com lettra grande no manifesto e que era talvez uma palavra mal escolhida para designar o sentimento de dignidade e de respeito por si proprio, só se assegurava á sombra do throno que garantia também a unidade do Imperio.

Porque não ha para onde fugir: si o povo aceitara o throno para fazer a Independencia, agora recusava apenas um Rei, cujo atavismo, cuja educação, cujo sentimento eram estrangeiros, embora não lhe houvessem impedido a consciencia de nossa missão historica e o dever de collaborar nella. A seus olhos era ainda o Throno que representava a autoridade natural e tradicional da terra.

"Affectiva por excellencia, escreve o Sr. Alfredo Valladão, não podia a Nação desamparar o infante que Dom Pedro vencido lhe confiava". Mas, isso é inverter os termos da questão. Menos que o Brasil amparando, foi o contrario o que se viu. E foi ainda o contrario o que se contraprovou. dez annos depois, no dia da maioridade.

Aquelles arduos problemas que a Regencia defrontara e que haviam cansado a Feijó, que solução poderiam receber de um menino de quatorze annos? Onde não pesavam Lina e Silva, Carneiro Leão, Araujo Lima, — pesaria Dom Pedro?

Tudo indicava, pelo contrario que a presença de um menino á frente dos destinos do paiz em periodo cuja gravidade é difficil de conceber, — tudo indicava que essa presença seria, na melhor das hypotheses, um elemento de confusão. Aos quatorze annos, pode-se ter lampejos de genio, clares intuitivos, rasgos de imaginação divinatoria; nunca, porém, a serenidade, o equilibrio, a segurança indispensavel ao estadista e que, então, nem mesmo permitem as condições do organismo.

Em um de seus livros de episodios historicos, conta o Sr. Heitor Muniz que a alguém que procurava lisongear-o referindo-se á sua sabedoria ao tempo da Maioridade, o Imperador perguntou, certa vez, ironisando, si aos quatorze annos era possivel mesmo tanta sabedoria assim...

Pergunta igual fizeram por certo a si mesmos os graves espiritos que defendiam a Maioridade. Mas, não era a qualidades pessoas que recorriam, elevando Dom Pedro II ao throno: sabiam elles que a Coroa tem a seu favor um consideravel prestigio, advindo de causas multiplas. Entre ellas: a perpetuidade que impede o receio do dia de amanhã e permille ás administrações serem continuas e, portanto, fecundas, realisando sua tarefa sem pressas estafantes e des-

cuidosas; a independencia em relação aos eleitorados e aos partidos de cujos votos e de cujo apoio precisam sempre as autoridades vindas das eleições, — para subir, para manter-se no poder, para assegurar o futuro..., abdicando forçadamente do direito e do dever de fiscalizal-os. Entre ellas, ainda e sobretudo, a propria singularidade de sua posição prestigia a Coroa: cada um de nós leva pra a lueta politica o seu temperamento e os seus vicios. Hubert Bourgin escreveu, a proposito da vida nos parlamentos “o ambicioso intriga, o cabalador cabala, o invejoso calumnia, o nervoso enerva, o deprimido deprime, o violento suscita coleras, o perfido lança o seu veneno. Cada um obedece ás suas tendencias e não há ninguem para corrigil-os ou reduzil-os a um mal menor”.

Só um Rei que recebe o poder em herança, pelo “acaso do nascimento”, livre de cabalar que é escravizar-se, ou de intrigar que é semear desconfianças, pode exercer essa função de fiscalizador politico. Só elle tem, no mais alto grau, aquella inamovibilidade e aquella indemissibilidade que se requerem para os juizes e de que o poder supremo carece tambem, no seu juizado de decisões rapidas e urgentes.

Quando Dom Pedro II assumiu o poder, fel-o para que esses requisitos que não lhe eram virtudes pessoaes mas institucionaes, predominassem no paiz. Esse predominio revelou-se na dictadura moral e na dictadura partidaria que elle exerceu para bem da Patria.

Nesse longo periodo de cincoenta annos em que nos governou e durante o qual, na phrase do politico venezuelano Rojas Paul, fomos a unica Republica da America, Dom Pedro II exerceu effectivamente as duas mais honestas e mais bem intencionadas dictaduras de que poderiamos ter noticia: a dictadura da moralidade para que os deshonestos não prevalecessem no seio de uma sociedade em que a escravidão, a libertinagem, a mestiçagem e a bastardia tinham abalado o senso moral; e a dictadura sobre os politicos para que não prevalecessem seus interesses sobre os interesses nacionaes.

A grande difficuldade que existe para quem deseja recordar esse aspecto da monarchia sob D. Pedro II, é encontrar exemplos bastante typicos de factos que eram continuos e diarios. Deixar os exemplos para recorrer ás citações, é igualmente difficil pela escolha. Esses dois factos figuram entre o patrimonio de nossas verdades communs, universalmente acceitas. Antigos e novos escriptores as repetem.

Dos últimos, o snr. Ronald de Carvalho deu a seguinte nota: "Seu character era inflexivel em pontos de honra. Um simples deslize que perdoaria nas classes humildes, castigava duramente nos representantes da aristocracia. Senadores, conselheiros de Estado, fidalgos e palacianos, tinham de pautar seus actos pela mesma honradez que dictava os do Imperador".

De proposito escolhi esse trecho, pois não pretendo apresentar essa dictadura moral como obra politica directa da monarchia. A severidade de costumes do Imperador era-lhe attributo pessoal cujo merito a elle revertia e aos seus educadores. Só se liga ao ponto que estudo, pelo seguinte: essa moralidade pessoal só se fez dictadura, só se implantou em nossos costumes, só se objectivou na pratica de nossa vida, porque o regimen lhe permittiu.

Provavelmente muitos presidentes de Republica terão tido igual rigor de moralidade. E' uma injustiça pamphletaria oppol-os a Dom Pedro como si fossem uns complacentes ou uns indifferentes ao roubo e á fraude.

Apenas acontece que Pedro II cujos destinos não dependiam de eleições, podia contrariar os inescrupulosos sem recorrer a outros da mesma indole que lhe trouxessem eleitores ... Não se ganha uma eleição sem compromissos com os grandes chefes eleitoraes que trabalham as multidões e constituem os poderes secretos das Republicas. O maior historiador da Revolução franceza, Augustin Cochin, escreveu, falando delles: "o reino do interesse geral, o da maioria numerica são chimeras; o governo passa das mãos de uma minoria que tem o direito de mandar, ás mãos de uma minoria que sabe a arte de enganar". Porque, pelo menos, a primeira governa ostensivamente acceitando sua responsabilidade, enquanto que a segunda move-se occulta nos bastidores.

E' com essa minoria secreta que se entendem os que não podem subir sem eleição. Mas, um monarcha por direito de nascimento, pode desconhecer-a.

Dom Pedro desconheceu-a. Os grandes que se approximavam d'elle faziam-se valer por seus meritos moraes. Elle não precisava ser complacente com os peccados alheios para recolher votos, porque não precisava de votos.

Sem essas considerações, não podemos separar na dictadura moral de Dom Pedro II aquillo que era virtude pessoal e aquillo que era virtude do regimen. Qualquer exclusivismo nesse terreno, seria uma injustiça. Nem é diminuir o merito de Dom Pedro a quem chamou o Sr. Oliveira Vianna "a mais

alta revelação de nobreza moral de nossa terra e de nossa gente", — não é diminuí-lo dizer que o regimen monarchico lhe permittiu desenvolver acção proficua e incomparavel no sentido de suas tendencias profundas.

Do mesmo modo, foi o regimen que lhe permittiu exercer sua segunda dictadura.

E' conhecido demais o mecanismo do regimen parlamentar: o governo se funda na harmonia entre o ministerio e o congresso. Quando, por acaso, um conflicto se estabelece, ou o Rei dá a victoria ao parlamento, demittindo o ministerio, ou dá ao ministerio uma victoria condicional; dissolve as camaras e faz do povo juiz. Chama uma nova eleição. O povo decide entre o parlamento dissolvido ou o ministerio; si escolhe uma camara da mesma politica que a anterior, dissolvida, o ministerio demitte-se, o Rei tira um novo ministerio da nova camara e a harmonia está refeita; si escolhe uma camara de politica contraria á anterior, dissolvida, e que irá portanto apoiar o ministerio, obtem-se a harmonia sem maiores incidentes.

Pode-se dizer que o Rei julga em primeira instancia e o povo julga em segunda. O povo é juiz definitivo. Si o Rei que escolheu o ministerio dissolve-o, dá razão ao povo que elegeu a camara; quando conserva o ministerio, é apenas para perguntar ao povo si confirma e apoia a politica de combate ao ministerio.

Mas, Dom Pedro sabia que dissolver uma camara e conservar um ministerio, era fazer uma inutilidade. O governo não perdia eleições, no Brasil de hontem como no de hoje... Não cabe explicar aqui os motivos disso; basta citar alguns; a inconsciencia da responsabilidade civica, o que não é, aliás, defeito; a mentalidade de esperar tudo do governo, feito entidade omnipotente edo qual é sempre util approximar-se e perigoso afastar-se; a fraude, mas a fraude só secundariamente.

O governo, o executivo, o ministerio ganhava sempre as eleições. E o Imperador deparava o seguinte quadro: escolhido um ministerio, este ganhava as eleições e fazia as camaras que o iriam apoiar; jamais a camara dissentiria ao ministerio; jamais o partido do ministerio cahiria do poder. Qual seria a opinião do povo? que pensaria elle do governo e da politica?

Dentro dos moldes parlamentaristas, Dom Pedro não saberia nunca o pensamento do povo. E o grande Imperador para servir ao povo, adoptou a politica que havia de sacrificar o seu throno, afastando d'elle os politicos: toda a vez

em que um partido organizara sua machina eleitoral, fize-
ra seus eleitores e suas autoridades, assegurara o apoio das
camaras, dominara o paiz, — toda vez em que um partido
não tinha possibilidades de cahir do poder, Dom Pedro II
despedia-o do poder, chamava o outro partido, para que os
esmagados fallassem e a rotina e o exclusivismo não matas-
sem o povo!

Esse pensamento e essa decisão têm alguma coisa de
genial, por isso mesmo que fóra, inteiramente fóra do que
se podia e se devia prever. Mas, a sua execução é positiva-
mente heroica: todo o partido que estava no poder e que
era immenso, gritava maldições e explodia em despeito con-
tra o Imperador.

Não é preciso exemplificar muito. A queda de partido
mais sensacional, foi a de 1868, quando cahiram os libe-
raes, apoiados, então, por uma Camara unanime.

Então, quem estava no poder era Zacharias. A constitui-
ção assegurava ao Imperador o direito de escolher os senado-
res, do seio da lista triplíce dos mais votados. O eleitorado do
Rio Grande do Norte suffraga Torres Homem que era notavel
e dois outros que eram “entidades sinão inteiramente, pelo
menos razoavelmente anonymas”. O Imperador vae escolher
Torres Homem. Zacharias prefere o chefe de seu partido na
Provincia, Amaral Bezerra. A simples indicação dos dois no-
mes, mostra, depois de cincoenta annos, a razão do Impera-
dor. E Sua Magestade aproveitou-se da demissão do Ministe-
rio para demittir o partido do poder, chamando os conserva-
dores. Não se explicava parlamentarmente o ministerio e, des-
se ponto de vista, José Bonifacio teve razão, no seu discurso
celebre. Mas a verdade é que um partido no poder desde 1864
e que defendia desse modo os seus interesses, abafara as ou-
tras vozes. E o Imperador, ácima dos partidos, queria, po-
rem, ouvil-as. Chamou os conservadores.

Elles iriam fazer o mesmo, elevar-se do mesmo modo, aca-
bar os inimigos, luctar com os possiveis Salles Torres Homem
do outro grupo... O Imperador aguardaria oportunidade
de despedil-os como ao outro, o que fez, dez annos depois...
E ouviria, então, as mesmas queixas que, com a queda dos li-
beraes, formaram o celebre manifesto de 70.

Nelle muito se reclamava, inclusive a eleição directa por
que se bateriam os liberaes oito annos, reclamando-a com
tanto afan que os conservadores se convenceram. Chegado um
momento opportuno, o Imperador recebeu o pedido do gabi-

nete conservador de Caxias que se demittia mas declarou que ia dar aos liberaes, velhos defensores da idea, o direito de effectual-a.

Tambem é essa uma razão extra-parlamentar. Mas, era a melhor possivel, do ponto de vista brasileiro. A eleição directa era um anseio da opinião nacional de que o Parlamento era apenas um dos portavozes. Nelle, o artificialismo das eleições não permittia pressão ao gabinete. De qualquer forma, a reforma seria feita. Dom Pedro queria, porem, a maior fidelidade á idea. E chamou os liberaes que fizeram a lei de 1880.

Saraiva que fez a lei, executou-a com honestidade nas eleições de outubro desse anno. E diz o Sr. Tobias Monteiro que esse "chefe liberal passou a ser desde então o conselheiro mais escutado" pelo Imperador que demonstrava assim o seu amor á verdade eleitoral. Onde essa verdade podia aparecer, o Imperador esperava tudo della e profundamente acabava-a.

"O Imperador foi sempre accusado de exercer aquillo que todos os partidos chamavam o poder pessoal, mas a verdade é que, si elle não substituisse a Nação, si assim se pode dizer, o partido que tivesse subido ao poder, jamais cahiria. O defeito não era do regime politico: era e continu'a a sel-o, da incapacidade nacional para pratical-o, como está sendo demonstrado na Republica. Todos os partidos que têm tomado poder nos Estados, não o tem deixado, a não ser por desserção dos governadores que querem formar nova aggremação pessoal, ou pela violencia". E diz o mesmo historiador que essas intervenções do Principe para impedir que um partido continuasse no poder, eram "excepções beneficas".

Do mesmo modo era benefica a sua interferencia junto ao ministerio. Entre 1884 e 1885, quando a eleição da Camara ia ter a mais alta importancia para o paiz, devido a campanha abolicionista "o Imperador se tornou o fiscal mór da opposição junto ao governo". Cito esse exemplo porque é do sr. Tobias Monteiro que poude ver as cartas do Imperador ao Ministro que era Dantas. Mas, sempre foi assim.

Erguia-se sempre o protesto dos interessados mas Dom Pedro como que se acostumou a esse rumor dos politicos. E seria um ponto curioso a estudar em psychologia o modo como se teria radicado em seu scepticismo intellectual o sentimento de displicencia, de bonhomia com que olhava para esses politicos decahidos e zangados. Talvez elle acreditasse poder desagradar do mesmo modo ao alto clero e aos grandes proprietarios, prendendo a Dom Vital e libertando os escravos. Pensaria tal-

vez que esse ataque aos grandes senhores fosse methodo infallivel de libertar o povo.

Era uma ideologia de soberania do povo, de vontade do povo, o que elle mais acatava. E afastou de si, com a melhor e a mais pura das intenções aquelles que deviam sustentar o Throno, e que cruzaram os braços quando uma insignificante minoria manejou o Exercito e fez a Republica. Nem seria de esperar então um surto de lealismo vigoroso, si o Imperador era o primeiro a descrer de si mesmo e da instituição que se incarnava nelle.

Muito possivelmente Dom Pedro aprendeu essa maneira de tratar os membros da aristocracia natural da terra, no tratamento que se via forçado a dar aos politicos para deixar respirar o povo. Ahí aprendeu elle o scepticismo que lhe foi fatal. Porque esqueceu uma cousa e illudiu-se a respeito de outra:

Esqueceu, primeiro, que havia uma differença entre nomes politicos representando a massa dos eleitores que nenhum interesse concreto reune, e os chefes de industria e os guias mentaes. Estes têm sempre atraz de si, a multidão dos seus dependentes ou dos seus devotados. Representam realidades materiaes ou moraes. Ao passo que a organização eleitoral dos partidos que não se fundam em interesses de classe ou de região, é sempre um artificio.

E illudiu-se a respeito de outra cousa: pensou que, derubando os partidos que se queriam perpetuar no poder, promovia a liberdade do povo. Quando promovia o bem estar. E confundiu essas noções.

A liberdade é o fundamento da democracia politica, a soberania do povo, do governo do povo feito pelo povo. O bem estar é o fundamento da democracia social — digamos assim — que visa o governo do povo para o beneficio do povo, seja ou não feito pelos comicios eleitoraes. Dom Pedro acreditava que a liberdade politica augmenta sempre a somma do bem estar, — o que está longe, muito longe de ser verdade. Em vez de se firmar no principio de que devia conceder ao povo a maior somma de bem estar, firmou-se no de que o povo devia procural-a por si mesmo, escolhendo os chefes supremos. E abdicou em favor da Republica.

Mas, o resultado é que historiadores insuspeitos como o dr. Alfredo Valadão, escrevendo com responsabilidade e consciencia para uma obra monumental, pergunta si a Republica nasceu ou morreu a 15 de Novembro... como si não tivesse

valido a pena trocarmos o bem estar pela liberdade de escolher o chefe.

No entanto, o facto é que "o regimen republicano recebe em 1889 desse velho regimen uma nação pacificada, tranquilla, obediente, organizada, progressiva, moralizada". Antes de tudo mais, uma nação una: da confusão de 1822, com a mera consciencia local, o Brasil passara a ser um só, excluyente de tudo que não fosse elle mesmo. Depois, então, pacificada, tranquilla e obediente: pelo prestigio da Coroa que soubera fundar uma Justiça, e multiplicar caracteres impolutos. Depois, então, organizada e progressiva: pela acção da Coroa que, não mudando periodicamente, accitava a collaboração do tempo. Depois de tudo então, moralizada: pelo exemplo da Coroa.

Assim o Imperio conseguiu unificar o Brasil e dar á sua população a certeza da existencia de um governo justo, sobrepairando ás paixões, e dando um exemplo de educação que o mais diffundido dos alphabetismos não conseguirá nunca substituir.

A queda do Imperio, resalvada a acção forte do despeito, foi uma conclusão logica da politica imperial de descrença em si mesma. Nem se pode dizer que, entre a confiança que reunia em 1822 e a indifferença que, um pouco, suscitava em 1889, o Imperio tinha sido uma decadencia. Os factos historicos julgam-se pelos seus effeitos e não pelo clamor que contemporaneamente levantam. E os effeitos do Imperio eram a grandeza e a moralização severa do paiz. Tudo mais o tempo se encarregou de destruir, — tanto a queixa dos attingidos pelo Imperador, como aquella descrença fatidica que desarmava toda fé.

A originalidade possivel deste estudo é precisamente dizer que não só ás virtudes pessoas do Imperador, se deve o periodo de nobreza que foi o Imperio. Foi o regime — ao contrario do que se affirma, — foi o regime que permittiu esse florescimento. Em 1822, o que importava era a presença de um Principe. Em 1840 não era ao descortino intellectual de um menino de quatorze annos que se appellava para salvar o paiz, mas ao facto de esse menino ser um Rei. E eu penso que deixei bem accentuado que, na lenta moralização dos costumes, a indole e o caracter de Dom Pedro influiam muito mas o regime do poder continuo e superior ás eleições, é que lhe permittiam exercer a vigilancia salutar que não mais nos beneficia, hoje.

Assim, não ao Rei, pessoal e exclusivamente, devemos o período aureo de nossa historia e, sim, ao regime que adoptamos.

Talvez porque elle, até certo ponto, tenha attendido as circumstancias de que fala um escriptor grandemente illustre, o snr. Tristão de Athayde, e que ainda hoje são as mesmas:

“A nossa bondade, a nossa melancolia, a nossa doçura, a nossa polidez, o nosso desinteresse financeiro, a propria imprevidencia com que vivemos, tudo isso forma a essencia do que já hoje é qualquer cousa de unico, de nosso, de precisamente diverso de todos os povos da America. Si somos uma nacionalidade, é que temos o *nosso* espirito, a *nossa* alma. alguma cousa de imponderavel que nos prende a toda essa miseria em que vivemos, alguma cousa de proprio e de precioso, que se formou nesses quatro seculos de sombras e de erros apparentes. A nossa tragedia porem, é que essas virtudes privadas são, de certo modo, defeitos sociaes. De modo que temos de corrigir pela estrutura exterior, os perigos de dissolução a que nos levaria esse romantismo intimo”.

Com a sua austeridade e com a sua disciplina, o Imperio representava bem essa estrutura exterior que nos permittia esperar o lento nascer em nós de uma cultura que interiormente nos completasse e que tende agora a desaparecer sob as agitações demagogicas, a febre dos comicios grosseiros e improvisados, a ansia de salvações repentinas e o consequente desespero e o consequente desanimo.

Luis Delgado.

Uma nobre Figura Pernambucana

Confesso: eu não tinha idea muito presente desse Paes Barretto. Desse Conselheiro Francisco Xavier Paes Barretto, Não tinha. Tinha-a, pelo contrario, bem remota e bem vaga.



A de que fizera parte dum ministerio e fôra, aqui em Recife, ou em Limoeiro, ou em... juiz de direito... Só.

Mas a sua Noticia Biographica veiu illuminal-a. O carinhoso trabalho dum seu amigo (o dr. José Joaquim de Moraes Sarmiento) que eu exhumei outro dia da poeira do Sebo e estou commentando nesta minha nota, muito justamente vaidoso. Commentando com o pensamento de que no Brasil será sempre opportuno fallar-se de homens que subiram, dominaram, governaram

e — foram enterrados pelos amigos...

INICIO DE VIDA PUBLICA

O Conselheiro Francisco Xavier Paes Barretto iniciou-se na vida publica em Goyanna. E iniciou-se como supplente de juiz municipal.

Porque não estivesse ao alcance de coisa melhor? Porque lhe faltasse preparo juridico para posição mais elevada?

Ouçamos o seu biographo que nos diz que, entre 1831 (1) e 1842, "viveu (Paes Barretto) total e exclusivamente entregue ao estudo", "nunca teve nota má" e, "nos sete exames e cinco actos que precederam á formatura, foi sempre approvado plenamente". E explica a modestia desse começo pelas virtudes da epoca.

"Porque ainda o tirocinio era então levado em conta; ainda a experiencia constituia titulo de preferencia; "ainda as palavras **doutor** e **douto** não eram synonymos "equivalentes na gestão dos negocios publicos, e tambem ainda os costumes não comportavam a ridicula e "immoral exaggeração das pretensões orgulhosas do nosso "tempo".

Já então começara o que chamavam "a ridicula e immoral exaggeração das pretensões orgulhosas" e hoje não tem baptismo possivel. O autor falla em 1865.

PROMOTOR PUBLICO DO RECIFE

Mas não passou muito tempo antes que o modesto supplente de juiz municipal de Goyanna se fizesse o prômotor publico do Recife.

E é então que Paes Barretto se mostra completamente.

Pernambuco apurava as responsabilidades do movimento **praieiro**. Os animos chegavam ao maximo da exaltação. Exaltação tanto dos do lado dos legalistas como do contrario. E si, de um, se fazia necessario conter os muitos impulsos de estreita vingança, ainda mais necessario se fazia, de outro, rebater com provas publicas de desapaixonada justiça

(1) Anno em que chegou ao Recife acompanhado por sua tia, a exma. sra. d. Rita Zeferina Coelho da Silva Leite, a quem achava que devia o que era.

os mais ingratos, os mais rudes, os mais desesperados ataques moraes.

Fel-o o promotor publico do Recife. E fel-o com o desassombro, a deliberação e a imparcialidade de um grande juiz.

“...para os réos constrictos, de cujos málf feitos não “tinha prova plena, foi de commiseração tal que muitas “vezes desagradou aos poderosos daquella epoca. Mos-“trou, porem, que a bondade não lhe tolhia a firmeza do “character, nem a dignidade do dever, e para os revolucio-“narios impenitentes, altanados, persistentes no desres-“peito ás leis e ás autoridades, foi severo, cumprio as “obrigações de magistrado”.

Um exemplo de rectidão:

“... approximando-se do Recife uma columna de “voluntarios em defesa da legalidade, e sabendo que nel-“la militava um homem que se achava processado em “crime inafiançavel, embora fosse amigo intimo de sua “familia, embora ainda tivesse parentesco com elle, de-“clárou que o mandaria prender logo que entrasse no “districto da sua jurisdicção, e obrigou o commandante “a despedil-o”.

O livro do seu amigo José Joaquim de Moraes Sarmiento dá-lhe um grande relevo como conhecedor dos homens e dos factos. Mas esse attributo de primeira ordem para o homem publico, só o avaliamos em profundidade no Conselheiro Paes Barretto, já nessa epoca, quando sabemos que elle o possuia em grau bastante para animar-se a dar conselhos politicos a um estadista como Carneiro Leão. (2)

(2) O Marquez de Paraná, que viera a Pernambuco com o fim de concertar as irregularidades deixadas pelo movimento de 48. Diz a chronica que aconselhado por Paes Barretto a mudar de tactica politica respondera brutalmente:

— Honorio Hermetto Carneiro Leão não veio a Pernambuco para ser levado pelo cabresto de pessoa alguma, quanto mais pelo do senhor!

Mas tomára o conselho.

JUIZ DE DIREITO EM LIMOEIRO E CHEFE DE POLICIA NO PIAUHY

Foi, depois, juiz de direito em Limoeiro. E diz José Sarmiento que ali “podia passar vida descansada e agradável ás portas do Recife, perto dos parentes e dos amigos”, não fora a designação do seu nome para, na qualidade de chefe de policia, sanear moralmente a provincia do Piauhy.

CHEFE DE POLICIA EM ALAGOAS

Iguaes funcções exerceu Paes Barretto na provincia de Alagoas, cuja situação era accrescida da de Piauhy pela circumstancia de serem os criminosos acobertados e protegidos por certos potentados.

PRESIDENTE DA PARAHYBA E DO CEARÁ

Como presidente da Parahyba, foi ainda preocupação sua reprimir crimes. E a prova irrecusavel do que isto significou para a provincia visinha foi a maneira apparatusa, pomposa por que o Barão de Marau levou alli a effeito os seus funeraes.

Como presidente do Ceará, fez governo particularmente economico. Bom governo. E foi durante elle que teve oportunidade de dizer quem era, uma vez mais.

“... desejou promover a abertura duma estrada para
“o interior da provincia; empreza que era de palpitante
“necessidade. Um consul de Inglaterra nessa cidade ti-
“nha grande interesse na realização da projectada es-
“trada, e, leviano como era, medindo a todos pela mes-
“ma bitola, commetteu a grave indiscrição de por á dis-
“posição de Paes Barretto mil libras sterlinas para as
“despesas que fossem necessarias. Indignado com seme-
“lhante procedimento, cortou as suas relações com o dito
“consul, e nem um só passo deu mais a tal respeito.” (3)

(3) A sua vida publica conta muitos outros gestos seme-
lhantes.

**PRESIDENTE DO MARANHÃO E DA BAHIA, MINISTRO
DA MARINHA E SENADOR**

Governou, depois, com igual successo, as provincias do Maranhão e da Bahia. Fez parte do ministerio de 10 de agosto de 1859, como ministro da marinha. E atravessou, finalmente, as portas do Senado Imperial.

Mas teve a suprema felicidade de chegar ao dia da morte com as algibeiras vazias. Como sempre as trouxe todas, de resto, depois de ter gasto o que herdara para "exercer com dignidade" os muitos cargos importantes que detivera com brilho.

Uma illustração:

"Entenderam proximos parentes seus que ao decoro
"de sua posição convinha ter em Olinda carro proprio
"em que viesse ao Recife, onde importantes negocios o
"chamavam frequentemente, e de Paris lhe foi mandado
"um lindo carro. A' primeira noticia que teve do presente,
"determinou logo que dispozessem do carro, porque não
"tinha cavallos, nem dinheiro para os comprar. Offere-
"ceu-lhe outro parente uma magnifica parelha de caval-
"los; respondeu que o sustento delles e mais despezas
"accessorias eram verbas superiores ás suas posses e
"que em seu poder o carro para nada mais serviria do
"que para se estragar inutilmente."

Outra:

"Ministro, já moribundo, para executar a prescri-
"pção dos medicos, que o mandavam para um dos su-
"burbios do Rio de Janeiro não tinha dinheiro algum.
"E foi preciso que um parente fizesse a despeza necessa-
"ria, e á hora do passamento o filho do rico capitão-
"mór de Cimbres, do senhor de mais de tresentos capti-
"vos e de muitas leguas de terra, não possuiu um só es-
"cravo, não dispunha nem de seis palmos de terra para
"a sepultura, não deixava um só vintem para as despe-
"sas do funeral".

Era, numa palavra, a rectidão em pessoa. E sendo a rectidão em pessoa só podia morrer como morreu. Repetindo no delírio da febre alta que o levou:

— Não dou o dinheiro—! O dinheiro do Estado não é para patotas!

RAYMUNDO PAES BARRETTO

DESEMBARGADOR MARTINS PEREIRA

O primeiro magistrado emancipador

Foi elle quem por lei primeiro a dextra alçou
Para livre fazer a gente traficada!

.....
.....

SOARES DE ALCANTARA

I

Dados biographicos do dr. Luiz de Albuquerque Martins Pereira, nascido no Recife no dia 16 de fevereiro de 1828 e fallecido na mesma cidade em 16 de outubro de 1913, aos 85 annos de idade e depois de ter occupado os seguintes cargos: promotor publico de Bonito e Caruarú; juiz de direito da Bôa-Vista, Crato, Parnahyba, Igarassú e Alcantara; desembargador nas relações de Cuyabá e do Recife; delegado de chefe de Policia em Pernambuco e chefe de Policia de Sergipe; membro da Assembléa Geral e deputado á Assembléa Provincial pernambucana; conselheiro e presidente do 1.º Conselho Municipal do Recife, secretario da Provincia da Parahyba do Norte. Era official da Imperial Ordem da Rosa e Cavaleiro da Imperial Ordem de Christo; socio do Instituto Archeologico Pernambucano; das sociedades abolicionistas: Nova Emancipadora, Avis Libertas, Club Abolicionista do Recife e da Cearense Libertadora. Jornalista, collaborou no "Jornal do Recife", n" "A Provincia", no "Publicador", n" "O Imparcial" e no "Pedro II", respectivamente orgãos da imprensa pernambucana, parahybana e cearense.

Foram seus paes, o patriota-republicano de 1824, Bernardo José Martins Pereira, enviado dos revoltosos da Bahia e signatario de varios actos do governo, director do Almojarifado do Arsenal de Guerra e, posteriormente, agente fiscal das provincias limitrophes da Parahyba e Rio Grande do Norte; e sua mulher d. Candida Rosa de Albuquerque e Mello, ambos naturaes de Olinda, fallecidos no Recife, aquelle em 27 de junho de 1872 e esta em 1869.

Hoje, erradamente pensamos que ao tempo da campanha da Abolição ser adepto das doutrinas redemptoristas era a coisa mais innocente da vida! O illustre brasileiro dr. Albano Filho, presidente da Sociedade Cearense Libertadora, no anno de 1884 discursava em Londres, no banquete de regosijo pela victoria de 25 DE MARÇO: "o que direi dos empregados publicos demittidos e reduzidos á miseria por pertencerem ao grande partido abolicionista?!..."

Não houve resposta, porque nas occasiões solennes, as maiores respostas são justamente aquellas representadas pelo silencio respeitoso de um auditorio selecto. Nenhum dos presentes ignorava a verdade que a phrase vibrante do saudoso brasileiro tão bem traduzia e por isso não teve rectificação.

Martins Pereira, que desde os primeiros annos de mocidade se dedicara ao culto do civismo, abraçando a causa da emancipação não medio sacrificios para que a campanha por elle iniciada na magistratura obtivesse resultados salutaes.

Seus adversarios accusaram-n'o pela imprensa de "Semeador de ventos tempestuosos" e proclamaram: "é assim que mettendo-se a emancipador, feriu serios interesses de muitos proprietarios não só lhes arrancando seus escravos, a pretexto de libertos, como tambem plantando a insubordinação nas fabricas de assucar".

O celebre ministerio de 7 de março de 1871 (Rio Branco), o removeu no anno de 73 do Ceará para o Piauhy, em represalia á "attitude energica que tomou no seu character de juiz, defendendo a causa da lei na comarca do Crato é servindo de obstaculo invencivel ás pretensões desarrazoadas do governo".

Pouças pessoas conhecem a attitude de Martins Pereira, o Primeiro Magistrado Emancipador, no seio da magistratura ou mesmo fóra della, quando no exercicio de cargos electivos

ou de nomeação, e a quasi ignorancia em que jaz a lembrança do notavel sacerdote da justiça, integro e imparcial, é em grande parte devida ao silencio que se fez sobre o seu tumulo. Aquelles que escreveram a historia da Campanha Abolicionista e seus antecedentes, não lhe mencionaram o nome, porque não o encontraram citado em nenhuma obra e não se deram ao trabalho de folhear jornaes antigos.

Sua influencia de emancipador, de incontestavel efficaçia, teve por scenario as provincias do Ceará, de 1871 a 1873; do Piauhy, de 1873 a 1880, e de Pernambuco, de 1880 a 1887. Não foi nas capitaes e sim no alto sertão que elle praticou, com resultados satisfactorios, as leis que regulamentavam a miserrima condição dos africanos livres, criminosamente sacrificados em sua liberdade pelos grillhões que os descobridores deste pedaço da America lhes aferraram aos pulsos, creando entre nós o mais vil dos poderes: a posse do homem sobre o homem.

Pela Convenção de 1826 (Joaquim Nabuco), o commercio de africanos no fim de tres annos devia ser equiparado á pirataria e a lei que o equiparou tem a data de 4 de setembro de 1864. Por ultimo a lei de 7 de novembro de 1831 está até hoje sem execução e os mesmos que ella declarou livres acham-se ainda em captiveiro.

O dr. Martins Pereira, em 1872, quando juiz de direito da comarca do Crato, Missão Velha, provincia do Ceará, prevalecendo-se dos termos da Convenção de 1826, declarou importados 3 africanos para os quaes requereu a respectiva liberdade. Esse mesmo magistrado, em 1881, na comarca de Igarassú, Pernambuco, além das demais vezes, como a seguir veremos, de uma feita declarou importados e livres, dois africanos e quatro descendentes, todos de propriedade do sr. capitão Manoel Cavalcanti de Albuquerque Lins.

Não estava, portanto, bem informado o querido paladino Joaquim Nabuco, quando em 1883 affirmou em seu livro *O ABOLICIONISTA*: a lei de 1831 está até hoje sem execução.

O **Clube Abolicionista do Recife**, do qual Martins Pereira se tornou socio, tendo sciencia de uma de suas sentenças, em sessão de Assembléa Geral, "resolveu dirigir uma moção de applausos á attitude brilhantissima do digno Juiz de Direito de Igarassú, passando carta de aforria", e o "Jornal do Recife", transcrevendo-a, entre outras, usou das palavras seguintes para felicitar o juiz homenageado: "sirva esta felici-

tação de animação ao honrado magistrado que com tanta hombridade soube cumprir a lei”.

Passamos a registrar o officio citado:

“Illmo. sr. dr. Luiz de Albuquerque Martins Pereira.

O Club Abolicionista do Recife, conhecedor do acto de justiça pelo qual Vsa. mandou passar carta de liberdade a um africano illegalmente detido no captiveiro, resolveu em sessão de 31 de Julho agradecer-lhe em nome da causa emancipadora este auxilio valiosissimo.

Foi grato ao Club Vsa. se destacar da criminosa indiferença com que a magistratura do paiz consente na continuação de tão grande crime; oxalá que este exemplo sirva de estímulo e que não sejam os magistrados os primeiros a deixar impune a violação da Lei.

Queira Vsa. aceitar os nossos sinceros parabens.

Ao illustrissimo sr. dr. Luiz de Albuquerque Martins Pereira, muito digno juiz de direito de Igarassú.

(a) João de Oliveira, 1.º secretario, em 15 de agosto de 1881”.

Ao receber o honroso documento do Club, o primeiro magistrado emancipador endereçou ao remetente a carta que transcrevemos do “Jornal do Recife” de 23 de Setembro de 1881:

“Villa de Igarassú, 22 de agosto de 1881.

Illmo. sr. Tive a honrosa satisfação de receber hontem o officio por Vsa. a mim dirigido em nome do Club Abolicionista, na qualidade de 1.º Secretario, cuja integra foi transcripta na Gazetilha do “Jornal do Recife” n. 18, de 17 do corrente.

E’ minha crença que o acto por mim praticado e que é objecto do citado officio, o teria sido por outro qualquer membro da magistratura, da qual me considero um dos mais humildes. si, em meu lugar, tivesse de conhecer do feito, em que lancei a sentença que sabida pelo Club me proporcionou opportuni-

dade para merecer sua apreciavel manifestação; julgar-me-ia por demais distinguido, si por ventura da minha parte tivesse havido esforço bastante a distanciar-me da magistratura do Paiz.

Rogo a Vsa. ser interprete do meu subido reconhecimento ante o Club do qual é Vsa. um dos mais dedicados membros, bem como dos votos que faço para tão liberal e humanitaria instituição continue a prestação de seus serviços á causa da civilização do progresso.

Tenho a honra de cumprimentar a Vsa., a quem DEUS GARDE.

Illmo. sr. dr. João de Oliveira, digno 1.º secretario do Club Abolicionista.

(a) Luiz de Albuquerque Martins Pereira.”

Neste capitulo convem lembrar que por ocasião das festas commemorativas, no Recife, da Redempção do Ceará o unico magistrado que a elles se associou, foi o juiz de direito de Alcantara, Luiz de Albuquerque Martins Pereira, do que se poderá ter sciencia, compulsando-se a obra de Pereira da Costa subordinada ao titulo 25 DE MARÇO DE 1884.

Reivindicando para o nosso biographado as glorias de ter sido elle o primeiro executor da Lei de 1831 e de outras medidas em favor dos captivos, publicamos tres artigos: o primeiro sob o titulo O TRAFICO E A LEI DE 1831, na “Nação Brasileira”, Rio, n. de abril, 1926; o segundo na “Gazeta de Noticias”, Rio, 8 de novembro de 1826, “MARTINS PEREIRA EMANCIPADOR”, e o terceiro n.º “O BRASIL”, Rio, 8 de novembro de 1927, A MAGISTRATURA e os horrores da escravidão”, sendo que este ultimo foi uma annotação ao consubstancioso trabalho do illustre dr. Evaristo de Moraes, a maior autoridade no assumpto, de quem recebemos attencioso cartão de agradecimento.

Apezar de não ter havido da parte do nosso biographado esforço bastante a distanciar-o da magistratura, contudo, a attitude por elle assumida com relação ao elemento servil tornou-o um dos grandes paladinos do Abolicionismo. Formando uma excepção na classe, collocou-se na vanguarda dos defensores da liberdade individual, destacando-se dos demais pelos seus actos de accentuada Justiça e verdadeiro Patriotismo. Pensando com Bastiat, “a escravidão não é mais do que a oppressão official organizada com o fim da espoliação”, inscreveu-se na primeira fileira dos que se dedicaram

á defesa dos miseros escravos e assim conseguiu que o seu nome fosse incluído na relação daquelles que souberam bem servir a DEUS E PATRIA, sacrificando-se á causa da Razão e da Liberdade.

II

O Juiz integerrimo

Egresso da politica, tendo feito uma estação de seis annos na administração publica, sem odios nem resentimentos a perturbar-lhe a consciencia e inspirado nos mais severos principios, iniciou Martins Pereira a carreira de magistrado.

Penetrando no templo de Themis revestido com as insignias de sacerdote, bem sabia quaes as obrigações que pesavam sobre os hombros e nunca se esqueceu de que "a autoridade é inseparavel da responsabilidade e de que o poder assenta no dever".

Pyrrho, rei de Epiro, elogiando Fabricio, proclamou bem alto: — é mais facil desviar-se o sol de sua carreira, do que este homem do caminho da virtude. — Martins Pereira, embora não tenha sido Fabricio mereceu, contudo, tal conceito, pois pensava com Rousseau, quando escreveu: — o homem tira o bem que pratica, não da bolsa, mas sim do coração—.

Se Renan não se equivocou: — feliz do que é grande para que os pequenos o admirem, porque a verdadeira grandeza está em se ser observado por olhos humildes—, e os tempos não mudaram o character dos homens, o nosso biographado foi um grande!

Severo, tanto quanto se pôde ser sem se divorciar da justiça, exacto e pontual na execução das leis, duas qualidades que distinguem a honradez, era, apezar disso, querido pelo povo independente e elogiado pelos proprios a quem reprimava.

"Vivendo com os homens como se Deus o visse e fallando com Deus como se os homens o escutassem", poderia ser incluído na relação dos mais fieis discipulos do poeta:

—O constante varão que ama a virtude,
co'os herros da borrasca não se assusta
nem como a folha d'alamo fremente
treme á face dos males—.

Sempre syndicando, só formulava as sentenças, após ter ouvido o depoimento de quantos estivessem habilitados a defender ou accusar o réo.

Como o consagrado poeta-magistrado Manuel Ignacio da Silva Alvarenga, se cultivasse as musas, teria escripto:

—Julgando os crimes nunca os votos dava
mais duro ou pio do que a lei pedia,
mas devendo salvar ao justo, ria,
e devendo punir ao réo, chorava!—

Quanta vez ao lavrar uma sentença, não o fez com os olhos marejados, mas o que lhe pesava n'alma não era o sentimentalismo exagerado do poeta e sim o ter de condemnar, muita vez, porque a Lei assim o exigia, alguém que com o sangue da victima lavara a honra espezinhada, quando outros estraçalhando a alheia viviam a locupletar-se, impunemente, das miserias que praticavam.

Todos os que se interessarem pela personalidade do desembargador Martins Pereira, terão que dedicar a maior parte das considerações formuladas ao criterio e austeridade do mesmo.

Não sabemos se ao tempo do imperio todos os homens agiam como elle ou se o seu modo de proceder o distanciava dos demais, tornando-o um daquelles que formavam excepções na collectividade brasileira.

Pensando differentemente de Fontenelle que dizia: “inclino-me diante de um grande, mas o meu espirito não se inclina”, não se deixava subjugar porque, sem se prender ás conveniencias, não temia a adversidade, “o cadinho onde se apuram os grandes caracteres e os pequenos se evaporam”.

Não se preocupava com os detractores, mas se até elle chegavam os écos das murmurações philosophava: “quando se me faz uma offensa procuro elevar a minha alma tão alto que a offensa não consiga alcançal-a” e a todos consagrou o desprezo misericordioso dos justos pelos peccadores.

De outras vezes, repetia a sextilha de Laurindo Rabello, o poeta satyrico fallêcido em 1864, mas ainda admirado:

—E' costume da canalha,
quando se quer elevar,
qualquer honra conspurcar
pois conhece o sujo bando
que só aos outros sujando,
é que se pode lavar—.

Era esse o perfil do Juiz.

Na comarca da Bôa-Vista, a primeira em que Martins Pereira serviu como juiz de direito, foi onde teve de lutar com maior vigor contra os inimigos da Justiça. De quando em quando, os cangaceiros invadiam fazendas, saqueavam povoações, alarmando os habitantes de toda a jurisdição a seu cargo.

Tendo que presidir ao Jury, tratou de averiguar quaes os jurados e na syndicancia não obteve informes abonadores de nenhum. No dia do julgamento, ao abrir a sessão, não accetou o conselho, por não ter o mesmo — idoneidade para exercer a elevada missão para que fôra designado — e só depois de reunido novo Conselho é que deu começo aos trabalhos regulamentares. Este facto, bem com aquelle que vem publicado no "Jornal do Recife" de 15 de abril de 1868, e que se refere ao assalto da cidade de Ouricury por um grupo de mais de oitenta cangaceiros, o qual vinha impôr a sahida immediata da autoridade judiciaria, ainda em nossos dias, são factos relembrados naquellas paragens.

Emquanto o presidente de Pernambuco manteve o effectivo de 50 homens, o que tornava Ouricury depois do Recife, o ponto melhor policiado da provincia, Martins Pereira conseguiu impor obediencia á Lei, sendo os seus actos obedecidos. Reduzido, porém o destacamento para 14 soldados, a autoridade não se sentiu mais amparada. Sem a coadjuvação da força, em meio tão corrupto, qualquer esforço que empregasse seria de todo inutil.

Vendo-se impossibilitado de cumprir com as suas attribuições, resolveu regressar ao Recife, tendo feito constar que "sendo o seu dever promover a justiça, punindo os infractores, não occuparia o cargo que o Governo Imperial lhe confiara, desde que lhe faltassem os meios de se fazer respeitado como órgão da magistratura".

Continuando no firme proposito de só volver á comarca "sufficientemente garantido como convinha a um julgador inquebrantavel e amante de sua honra", foi considerado juiz de direito avulso.

Nomeado em 1870 para o Crato, no novo juizado encontrou tereno mais amplo para o desempenho de suas funções, visto ser aquella villa cearense de maior valor e gráo de prosperidade do que a pernambucana. O povo dava margem para que em seu seio germinassem ideias elevadas, concorrendo com o seu auxilio efficaz para a realização das mesmas.

Aquella gente era, como ainda o é, hospitaleira, generosa, agradecida, leal, verdadeira e altruistica, segundo nos pin-

ta João Brigido, o jornalista illustre que viveu seus gloriosos dias na terra de Iracema, onde deixou na imprensa, nas letras e na politica, tradições que jamais poderão ser esquecidas.

Em nenhuma outra comarca durante a sua longa carreira de juiz, Martins Pereira foi tão bem succedido. Estimado das duas correntes politicas tanto pelos liberaes como pelos conservadores, suas sentenças eram acatadas e cumpridas.

Desde os bancos escolares que alimentava os idéaes abolicionistas e foram os sonhos da mocidade, tantas e tantas vezes confiados aos intimos, praticados na vida publica que deram ensejo á victoria do Primeiro Magistrado Emancipador.

De um trabalho seu, transcrevemos alguns trechos, os quaes nos dizem com precisão do seu modo de pensar:

“Convidado a não continuar na pratica de determinadas medidas que minoravam a condição, desgraçadamente miseravel, dos infelizes captivos, repudiei convite e autor; não me deixo avassalar á subserviencia de quem quer que seja: meus actos são fructos de maduras reflexões, sem auxilios de outrem a não ser os da minha propria consciencia; si os condemnasse, sentir-me-ia diminuido perante o meu proprio eu.

“Permittir que se conservassem agrilhoados a rude captiveiro, infelizes virtualmente libertos, não seria consentir na pratica de um crime, mas sim pactuar em sua perpetração. Mais não fiz do que lançar mão de leis que dormitavam esquecidas, nos volumes legislativos, ignoradas dos executores da Justiça”.

Nas linhas acima encontramos fixado o moral do homem forte, destimido, e de character resolutivo e firme, sempre encorajado para as grandes luctas em favor do direito e da razão.

Pena é que não tenhamos em mãos os vibrantes e desassombrados artigos de sua lavra, defendendo-se e accusando. Defendendo-se das accusações que lhe fizeram por se ter collocado em opposição ao governo, pensando e agindo differentemente d'elle, e accusando as autoridades administrativas, que se prestavam a servir de algozes do povo indefeso, quando outra devia ser a attitudo a assumir.

Escandalizados ficaram os governantes deante de tanta audacia e querendo reprimil-a, resolveram retirar o magistrado sem disciplina do Crato, enviando-o para a Parnahyba.

Quando a confirmação da transferência chegou ao Cariry, as manifestações de desapprovação ecoaram de todos os lados. Não só os liberaes, mas tambem os conservadores, congregados, disputaram a honra das homenagens ao juiz castigado.

As camaras municipaes se reuniram á sua passagem e endereçaram-lhe moções de applausos; todos os municipaes de Missão Velha, offereceram-lhe um grande jantar no Sitio do Lamego: os dois partidos historicos cearenses, offertaram-lhe riquissima escrivania de oiro massiço, como demonstração da elevada conta em que tinham o homenageado.

Entre a consternação unanime de toda uma população, retirou-se Martins Pereira do Crato, afim de cumprir as ordens recebidas do governo. Mas se este lhe negou justiça, aquella soube com as demonstrações de verdadeira magua, confortar a autoridade tão duramente castigada, quando estava apta a receber ao envés de recriminações, os mais calorosos applausos.

Arrancado intempestivamente do seio dos cearenses, onde conseguiu o reconhecimento e respeito pela attitude energica que assumio, Martins Pereira empossou-se do cargo de juiz de direito da Parnahyba, em 14 de julho de 1873.

Durante nove annos permaneceu naquelle posto, onde a prepotencia dos politicos o atirou, afim de castigal-o pela ousadia, até então desconhecida, de um magistrado oppôr-se terminantemente ás ordens, embora absurdas, do governo e seus immediatos.

Esquecido, mas não enfraquecido nos seus ardores de defensor da liberdade, continuou naquellas paragens piauhyenses na pratica de determinadas medidas que minoravam de certo modo, "a condição desgraçadamente miseravel dos infelizes captivos".

Um facto importante occorreu nessa phase da vida do nosso biographado, o qual teve desfecho nas barras do Tribunal de São Luiz.

Numa tarde de janeiro de 1874, apresentou-se ante o juiz um escravo de nome Bonifacio, com as mãos e costas sangrando, o qual se ia queixar dos maltratos soffridos a mando do seu senhor, um commerciante abastado daquella cidade, sr. Paulino José Coelho Basto.

Vistoriado o misero captivo, foi pelo escrivão lavrado o competente auto de delicto.

Intimado o accusado, estranhou tal proceder, visto até alli não ter ainda prestado contas de seus actos a quem quer que fosse. A autoridade insistiu e elle mandou dizer que cada um devia metter-se onde era chamado e que o juiz nada tinha com o proceder particular.

O processo continuou e o coronel foi condemnado a um mez de prisão cellular.

O elemento essencialmente politico do Piauhy, sentia-se mal satisfeito com a permanencia de Martins Pereira, não que fosse nociva á pratica do direito ou um estorvo ao cumprimento das leis. Não! era nociva ás combinações, ás perseguições dos grandes contra os pequenos; dos fortes contra os fracos; dos aristocratas contra os democratas, e por isso, para afastal-o do cargo, forjaram um libéllo accusatorio, indo buscar a causa na prisão do coronel Paulino.

O processo estava premeditado, o que faltava era o motivo e este os corvos da virtude o encontraram no gesto nobre, digno, altivo, de Martins Pereira, defendendo das garras aduncas de cruel senhor um velhinho de sessenta annos, cansado de soffrer e que fugira, expondo-se na fuga a morrer de fome, caso se embrenhasse nas mattas ou a ter morte mais desgraçada ainda nas pontas do bacalháu, se o **capitão do matto** o apanhasse e transportasse friamente, em troca de alguns mil réis, para o logar de supplicio, onde tantas vidas se perderam sem um protesto e sem uma defesa: **o tronco**.

Os proprios defensores do réo lamentaram que elle não houvesse sido mais severo no castigo moderado, no que andou muito mal, applicado na **finissima** pessoa do **mimoso Bonifacio!!!**

Martins Pereira processado! Martins Pereira criminoso!

Processado, porque sendo juiz, não se deixava levar pelos politicos; criminoso, porque sendo defensor da liberdade individual, sabia interpretar e executar o culto do direito.

Limpo de mãos e de alma, sabia condemnar aquelles que não possuíam da dignidade a comprehensão que os justos têm. Julgador de alheias faltas, quando proferia sentenças, inspirava-se nas leis e somente pedia conselhos á propria consciencia e não ás consciencias depravadas dos magnatas.

No Superior Tribunal da Relação de São Luiz o processo que lhe moveram seus inimigos gratuitos, teve o seguinte andamento: em 1.º de Setembro de 1874 os autos foram entregues ao desembargador Torreão afim de promover a accusa-

ção do crime de "Responsabilidade". No dia 22 do mesmo mez, "não teve lugar a leitura do processo do juiz de direito por haver recusado como seu juiz, o sr. desembargador Salles, ficando assim adiada para a seguinte sessão, dita leitura, por não haver na casa juiz desimpedido para substituir o juiz recusado, ordenando novamente o sr. conselheiro presidente que se officiasse ao juiz de direito Augusto da Silva para comparecer na 1.^a sessão". O Julgamento effectuou-se a 3 de novembro, tendo, depois de preenchidas as formalidades do estylo e em sessão secreta, sido absolvido o denunciado por unanimidade.

Regressando á Parnahyba, foi reintegrado nas suas funções, continuando a merecer o respeito e acatamento das demais autoridades judiciárias e dos homens de bem.

No Piauhy Martins Pereira soffreu varias aggressões. Não só uma, mas muitas vezes, com escremento lhe sujaram a fachada da casa de residencia. De uma feita, armaram-lhe tão perigosa armadilha, que se não fosse o aviso de amigos, o teria, miseravelmente, victimado.

E factos outros teriamos a accrescentar, se preciso elles fossem para provar a energia moral desse character inquebrantavel até os ultimos dias de sua existencia. Jamais capitulou, dando treguas ao adversario, coagido pelo medo. Se algumas vezes cedeu, a isso fôra impellido pela desigualdade de elementos. Elle de um lado com a Justiça e o Direito, o adversario de outro com o poder e a força.

Se ao envés de ter sobre os hombros as insignias de Juiz, carregasse as dragonas de general, na campanha, desenvolveria as suas energias como guerreiro, sereno e impecavel, como sereno e impecavel, com exacta precisão, desenvolveu-as nos tribunaes como magistrado: servindo aos seus ideaes com independencia, é verdade, mas sem attitudes indecorosas de exageradas demonstrações de amôr patriotico.

Removido da comarca da Parnahyba, onde permanecêra longos annos, soffrendo as maiores oppressões, tomou posse do juizado de Igarassú em 23 de março de 1881.

Época de eleição, o seu primeiro cuidado foi tratar do alistamento eleitoral, revendo os assentamentos anteriores, corrigindo-lhe as irregularidades e fraudes. Achava-se entregue a esse mistér, quando o visitou o sr. barão de Itapissuma, politico de grande prestigio quer na provincia de Pernam-

bucu quer no resto do Imperio e que em Igarassú tinha fixado o seu reducto, onde mandava chover... páo, em cima daquelles que não se sujeitavam aos seus caprichos de cabo eleitoral.

Em meio da conversa o titular teve esta phrase:

“V. S. sr. dr., é muito exigente quanto ás provas”.

Immediatamente, Martins Pereira respondeu-lhe:

“Eu na qualidade de executor das leis só peço inspiraões á minha consciencia e á minha intelligencia, despresando insinuaões de quem quer que seja”.

Comprehendeu o sr. barão que estava pisando terreno adverso e retirou-se sem mais demora.

Na sua nobre e gloriosa missão de restituir aos captivos a liberdade que a Lei lhes assegurava, liberdade criminosamente roubada, o Primeiro Magistrado era incansavel; chegando ao novo juizado, tratou de syndicar, sem mais demora, se não havia alguém a merecer os favores da Lei de 1831. Não levou muito tempo sem obter resultados beneficos, como já vimos anteriormente, e entre os necessitados dos favores da mesma, encontrou seis captivos de propriedade do capitão Manoel Cavalcanti de Albuquerque Lins, segundo já declaramos no capitulo anterior, e a quem o delegado aconselhou a quebrar a páo o juiz, offerecendo, na falta, homens capazes de o fazer.

Delegado de Igarassú o tenente-coronel Manoel do Nascimento Vieira da Cunha, irmão do barão, e sub-delegado, o tenente Antonio Rodrigues Campello de Mello, protegido de ambos, teve Martins Pereira de varias vezes, exercendo as attribuições de autoridade judiciaria, de desautorizar os desmandos dos mesmos.

O ultimo, prendeu e recolheu á cadeia, sem formação de culpa, ao cidadão Francisco José Rodrigues, arrancando-o, alta noite, do seio da familia. O promotor visitando aquelle estabelecimento, inquerio o preso e julgando-o detido illegalmente, requereu *habeas-corpus* em seu favor, o qual terminou pelo liberdade. O Superior Tribunal confirmou os despachos do promotor e do juiz, e ordenou a este que instaurasse culpa ao sub-delegado.

Relata Martins Pereira, em seu trabalho IGARASSU', que no dia da eleição, o sr. barão portou-se com tanta inconveniencia, que mereceu censuras dos homens cordatos e o obrigou a affastar-se de sua pessoa.

O "Jornal do Recife", em 3 de dezembro de 1882 noticiava:

"A's 7 e meia hora da noite de 1.º do corrente, tentaram assassinar o dr. Luiz de Albuquerque Martins Pereira, juiz de direito da comarca de Igarassú. Estava elle sentado á porta de uma loja da rua da Ponte, com as costas voltadas para fóra e cabeça encostada na hobreira, conversando com o dono do estabelecimento e outros conhecidos, quando um sicario, de côr escura, lhe descarregou a traição e com ambas as mãos uma tremenda cacêta sobre a cabeça. Felizmente, para o honrado juiz, não recebeu em cheio a pancada porque a ponta do cacête bateu primeiramente sobre a pedra, cahindo-lhe em seguida sobre o craneo, assim mesmo lhe abriu uma brecha bem soffrivel. Com toda a certeza lhe teria fendido a cabeça de meio a meio se não fôra a circumstancia mencionada, e a morte do honrado magistrado seria immediata. Foi immensa a sensação penosa que este facto produziu em toda a villa, onde o sr. dr. Martins Pereira não conta inimigos".

O crime foi profligado pela imprensa, alarmada por se haver tentado contra a existencia da primeira autoridade da comarca, porém ficou sem autores...

Bem cheio de razões estava Martins Pereira quando escreveu:

"Quem tem occupado cargos no interior do nosso paiz sabe, em geral, quanto são caprichosos os individuos, quando revestidos de cargos publicos, no exercicio dos quaes procedem como quem dispõe do que é seu; isto é, perseguir aos que lhes desagradam, qualquer que seja o motivo; e proteger aos que por esta ou aquella causa, lhes merece seja estendida a bandeira da misericordia. Nesse supposto é grande a contrariedade que supportam, quando veem quebrada a arma de perseguição, e se sentem embaraçados na pratica de semelhantes actos. E para homens baldos de educação litteraria, quando dominados do despeito. E para odio, o emprego dos meios materiaes é a unica razão de decidir. Só assim é que eu posso explicar o haver sido condemnado á morte, sem ser ouvido e convencido.

"Não succumbi aos golpes do sicario, graças á Divina Providencia, pelo que visto como estou vivo, cabe perguntar: estarão satisfeitos os que resolveram riscar o meu nome da

lista dos vivos, com o resultado obtido ou quererão sugar a ultima gotta de sangue? Na minha becca não ha uma só mancha desse liquido”.

Discrente das promessas que lhe haviam formulado, cansado de esperar o justo galardão de dezenas e dezenas de serviços prestados a Patria e ás instituições nacionaes, Martins Pereira redigiu uma representação ao Soberano, protestando contra o injustificavel esquecimento em que se achava. Era a linguagem tão altivo e tão vehemente eram os protestos contidos nesse documento, que o sr. marquez de Paranaguá, a quem fôra confiado para chegar ás imperiaes mãos, vacilou se o devia entregar ou não, e nessa incerteza sondou a maneira como o Imperador o acolheria, tendo o monarcha respondido:

“Os homens que prestam serviços á Patria, têm o direito de reclamar, quando se vêm preteridos”.

Depois da leitura, d. Pedro II perguntou ao sr. marquez qual das duas vagas existentes seria a melhor: Cuyabá ou Goyaz. Passados alguns segundos, concluiu:

“Cuyabá é a melhor”.

E a 15 de maio de 1887, era assignado o decreto de nomeação que dava ingresso á magistratura superior do Paiz áquelle que ha mais de trinta annos, vinha servindo á Nação em diversos postos, sempre a contento geral.

O “Jornal do Recife” de 25 de maio daquelle anno, então, sob a chefia de dois illustres pernambucanos os drs. Ulysses Vianna e Sigismundo Gonçalves, em longo artigo, que bem definia a vida e a obra de Martins Pereira, biographou-o.

No anno seguinte, após ter obtido licença, regressou á cidade natal, onde deixara toda a familia, ahi o encontrando o grito de 15 de novembro.

Terminado o prazo, partio em direcção á capital matto-grossense, tendo ao chegar aqui ao Rio, sido recebido pelo Generalissimo, ao qual um a um citou os seus serviços prestados á magistratura e á abolição, como funcionario publico. O proclamador confessou-lhe não ignorar muito delles, tendo formulado elogiosas referencias á sua pessoa, citando mesmo uma serie de artigos que o nosso biographado publicara n’A Provincia” do Recife, sobre celebre questão de ordem administrativa, na qual se achavam entre os culpados, pessoas de grande destaque pelas tradições de familia e honrabilidade.

Concluida a conferencia, o generalissimo Deodoro disse: "Sr. desembargador, v. exa. não voltará para Cuyabá; vou providenciar para que seja designada a sua transferencia para a Relação do Recife, onde os seus esforços serão mais proveitosos á causa da bôa justiça".

A promessa do chefe de Estado foi cumprida e o decreto de 10 de abril de 1890 determinou a remoção do honrado e integro juiz, o que foi um acto de acertado creterio.

Decorreram-se os primeiros mezes após a posse, effectuada em 15 de maio, um anno se esgotou, sem que o velho magistrado praticasse acto algum de maior destaque. As sentenças, sempre criteriosas; as declarações de voto sensatas, elle as ia formulando com a mesma pontualidade e luminosa independencia, apanagios de seu character. Um final glorioso porem estava reservado áquelle que procurou e conseguiu tornar-se digno entre os mais dignos e a ultima pagina da historia da vida de Juiz, do primeiro magistrado emancipador, que nunca temeu assassinos e sempre verberou com imparcialidade, os prevaricadores, foi escripta com letras de ouro e representa o sacrificio desinteressado de quem "esquecendo-se da causa propria, se sacrificou á causa do direito".

Victoriosa pelas armas, a Junta Governativa de Pernambuco, arbitraria como tudo que se eleva pelo despotismo, iniciou as perseguições de ante-mão premeditadas. Presos foram os majores Ricardo Lima e Paula Mafra. José Maria, o sempre lembrado expoente da democracia, e o prestimoso chefe politico coronel Francisco Gonçalves Torres, coagidos, refugiaram-se. Era publico e notorio que contra elles existia mandato de prisão.

Em 26 de dezembro, advogados, lentes da Faculdade de Direito, membros do Congresso Nacional e pessoas gradas do Recife, assignaram duas petições de habeas-corpus: uma em favor de José Maria e Francisco Torres, e outra de Ricardo Lima e Paula Mafra.

Dois dias após o pedido de habeas-corpus, eram dissolvidos todos os Concelhos Municipaes e o Congresso Estadual.

O anno de 1892 iniciou-se entre a incerteza e a magua dos pernambucanos.

8 de janeiro. O "Jornal do Recife", órgão official da Junta Governativa, no qual collaborava um dos seus membros, trazia longo artigo em que o autor appellava para o patriotismo dos juizes do Tribunal, no sentido de que a ordem fosse negada.

O dia foi de ansiedades. O recinto onde os egregios magistrados se reuniam, desde cêdo já se achava repleto do que havia de mais selecto na sociedade recifense. Posto em discussão o pedido, com surpresa geral, diga-se de passagem, é concedido. Prolongados applausos se fizeram ouvir e os nomes dos que se collocaram acima das questões subalternas foram ovacionados.

Mais uma vez a Justiça havia suplantado a prepotencia!

Votaram a favor: Caldas Barretto, Costa Miranda, Teixeira de Sá e MARTINS PEREIRA e contra: Pires Ferreira, Costa Ribeiro, Francisco Luiz e Ribeiro Vianna.

Logo após á decisão do Superior Tribunal, a Junta Governativa fazia publico o seguinte decreto:

“2.ª sessão. Palacio do Governo do Estado de Pernambuco, em 8 de Janeiro de 1892.

A Junta Governativa do Estado:

Considerando que é urgente constituir o Superior Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e usando da attribuição que lhe confere a Lei n. 15 de 14 de novembro de 1891, resolve nomear para compor o mesmo Tribunal os seguintes cidadãos: Drs. Gervasio Campello Pires Ferreira, Joaquim da Costa Ribeiro Vianna, Francisco Luiz Correia de Andrade, Francisco Domingos Ribeiro Vianna, Joaquim Pires Gonçalves da Silva, Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão e Segismundo Antonio Gonçalves, aos quaes se expedirão titulos.

(a) Joaquim Mendes Ouriques Jacques, Antonio Machado e José Vicente Meira de Vasconcellos”.

O benemerito Vasconcellos Galvão, á pagina 71 do 2.º Tomo do valioso “Diccionario Historico”, relata:

“O Tribunal da Relação a 8 de janeiro concedeu a ordem de *habeas-corpus* preventiva, impetrada a favor do dr. José Maria e outros; mas a Junta Governativa, recusou cumprimento ao acto. Seguidamente, a mesma, como uma punição aos juizes que tiveram a independencia e coragem de votar em favor dos que tinham a sua liberdade coactada, decretou a reconstituição da magistratura estadual com a exclusão dos DESEMBARGADORES CRIMINOSOS, Joaquim Tavares da Costa Miranda, Francisco Teixeira de Sá, Manoel Caldas Barretto e LUIZ DE ALBUQUERQUE MARTINS PEREIRA”.

— Ha uma arma mais terrivel do que a calúnia, é a verdade!

Os tempos passaram e com elles passou o predomínio da Junta, com a ascensão ao governo do Estado, do capitão dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Os successos politicos obrigaram o governador a ordenar a prisão do vigario Douette. Coube a defesa desse sacerdote ao dr. José Vicente Meira de Vasconcellos, ex-membro da antiga junta, que tão flagrantemente offendêra a lei, deixando de cumprir a ultima decisão do Superior Tribunal da Relação do Recife. No desempenho de seu dever de advogado endereçou uma carta ao governador pedindo a liberdade do seu constituinte.

Em resposta recebeu as palavras que a bem da verdade passamos a consignar, extrahidas da obra já citada, de Vasconcellos Galvão, insigne historiador das glorias do velho Leão do Norte:

“As minhas convicções religiosas não me levariam a ordenar a prisão do vigario Douette nem tão pouco as minhas convicções politicas, mas sim a propria confissão do preso. Requerirei se quizerdes, **habeas-corpus** para vosso amigo; ficae certo de que o Governador de Pernambuco não reproduzirá a conducta da Junta Governativa á decisão do Superior Tribunal de Justiça”.

Por acto de 4 de setembro de 1892 a magistratura foi dissolvida e reorganizada, visto ter sido considerada EXTRA-CONSTITUCIONAL A AUTORIDADE DA JUNTA GOVERNATIVA.

Não foi o desejo de ser util a este ou aquelle partido politico que levou Martins Pereira a proferir o julgamento em favor das victimas.

No fim da carreira e sem mais ambições, porque motivo desejava abandonar a toga que lhe rendia os proventos necessarios para a manutenção com descencia, de sua numerosa familia e que lhe proporcionava excellente posição social, como membro do mais alto Tribunal, para se dedicar á politica, sempre incerta?

Depois de aposentado, apenas acceitou o cargo de concelheiro municipal, então, não remunerado e consentio que o seu nome figurasse na chapa estadual de senadores, quando, se o quizesse, teria sido incluído na de deputados federaes.

Quando se tornou questão accessa a escolha de candidato para o cargo de prefeito do Recife, em 1895, seu nome fôra indicado e para honra de suas tradições, recebeu o apoio do proprio governo, do qual se achava divorciado. Elle, “que não tinha geito para a politica e não desejava predomínios de

nomes e sim de influencias”, achava que “a politica tinha que se sujeitar ás conveniencias do paiz, marchando na senda da justiça”, e não acceitou o offerecimento que reintera-das vezes lhe fôra dirigido.

Synthetizando os quarenta annos de magistratura do primeiro magistrado emancipador, Julio Pires Ferreira, illustre literato pernambucano e competente grammatico, profundo conhecedor da nossa lingua e da nossa historia, assim se pronunciou no “ALMANAQUE DE PERNAMBUCO” para 1928:

“Julgador imparcial e honesto, dedicou á magistratura todo o brilho de sua grande intelligencia e de seu inconfundivel character e a linha recta que se traçou como juiz foi a mesma que conheceu como secretario do Governo da Parahyba do Norte, delegado de Policia do Recife, chefe de policia em Sergipe e Pernambuco, representante do 1.º districto eleitoral deste Estado na Assembléa Geral e na Assembléa Provincial em varios biennios, e membro do 1.º Concelho Municipal de Recife, de que foi presidente por 4 annos.

“A face, porém, mais brilhante da vida do desembargador Martins Pereira é a de magistrado, pois que foi promotor publico em Bonito e Caruarú, em Pernambuco; Juiz de Direito em Ouricury, Igarassú, Crato, Parnahyba, Alcantara, respectivamente nas então provincias de Pernambuco, Ceará, Piauí, e Maranhão; depois desembargador na Relação de Cuyabá e afinal em 1890 desembargador na do Recife. E em todos esses lugares administrou a justiça com criterio, cordura, desassombro, altivez, serenidade, rectidão e honestidade.

“Fallêcendo em 1913, com 85 annos — nascêra em 6 de fevereiro de 1828, o benemerito pernambucano foi um bom e justo e nisto se pôde bem cifrar a sua grande gloria digna de inveja.”

III

A AUTORIDADE POLICIAL

O autor de “EVOLUÇÃO, REVOLUÇÃO E IDEAL ANARQUISTA”, o illustre Eliseu Reclus, notabilidade franceza, em palavras magistraes estudou a psychologia humana e entre as muitas verdades resultantes dessa sua observação sensata, encontramos as seguintes:

“O homem munido duma autoridade qualquer, sacerdotal, militar, administrativa ou financeira, tem uma tenden-

cia natural para usar della e sempre sem prestar contas; é uma excepção o carcereiro que não volta a chave do calabouço com um sentimento glorioso da sua omnipotencia, o odio para o ratoneiro de fructas, o beleguim que não sente um soberano desprezo pelo pobre diabo que elle cita”.

Pedro Kropotkine disse que Reclus era capaz de inspirar os outros, mas não disposto a governal-os nem a dirigilos. E porque? Talvez receio de que na pratica as proprias theorias falhassem.

O dr. Martins Pereira, sem favor de quem estas linhas escreve, foi uma excepção das de que fala o erudito pensador e geographo, e contudo era de opinião que “a autoridade deve mostrar-se habilitada para reagir contra o mal, o que a não se dar trará como consequencia o desregramento dos perversos e mais logo o crime de collo alçado, orgulhoso do seu triumpho, imperará em desproveito de todos os meios sociaes”.

Assumindo o cargo de delegado de policia do 1.º districto de Pernambuco, em dezembro de 1863, recebeu do chefe de policia, dr. Eduardo Pindahyba de Mattos, posteriormente presidente do Supremo Tribunal Federal, carta branca para agir “como melhor conviesse ao bom andamento do serviço publico”, e contudo, nunca uma só vez deixou de applicar as proprias theorias: “Quando se tem obrigações a cumprir, se devem empenhar todos os esforços afim de que a consciencia, sempre, esteja tranquilla e se evite censuras de outrem”.

A politica jamais o seduzio a ponto de fazel-o esquecer os deveres a cumprir, mesmo porque muito deplorava os excessos dos politicos apaixonados: “Lastimo de todo o coração que o espirito partidario abafe o espirito de justiça e de incremento aos odios e paixões pequeninas”.

Se contra elle formulavam denuncias, era porque no exercicio de suas attribuições differencava dos contemporaneos, nunca, porém, o accusaram de perseguidor!

De 1863 a 1868, em substituição ao chefe de policia effectivo, assumio interinamente a dita chefia por diversas vezes, sendo de uma dellas por espaço de sete mezes, justamente na época anormal da guerra contra o marechal Solano Lopez.

O illustre senador do Imperio, des. Alvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti, quando membro do Superior Tribunal da Relação do Recife, votando no processo que contra elle moveu a Associação Commercial, não achando como culpalo, reprovou unicamente “o zelo excessivo no cumprimento de seus deveres”, como se fosse susceptivel de “excessos” o

desempenho de "deveres". De parecer differente foi o não menos illustrado magistrado, desembargador Santiago que, dando o seu voto, justificou-o: "O dr. Martins Pereira é uma autoridade como convem ser e que em vez de uma pronuncia, merece elogios".

O dr. Pindahiba de Mattos, ao deixar o cargo de chefe de policia, enviou-lhe o honroso officio que passamos a transcrever, como um dos documentos que servem nos nossos dias, para demonstração do alto valor moral e inteireza de caracter do illustre pernambucano:

"3 de novembro de 1866. Illmo. Sr. Exonerado a instancias minhas do cargo de chefe de policia desta provincia, por decreto de 10 de Outubro, ultimo, faltaria ao meu dever, se não me aproveitasse do ensejo que se me offerece, para ao deixar hoje o exercicio do mesmo cargo, vir testemunhar a V. Sa. a minha gratidão pela dedicação, zelo e lealdade com que sempre servio ao cargo de delegado do primeiro districto do termo do Recife, tornando assim menos operoso o desempenho de minhas funcções e justificando constantemente a grande confiança que em V. Sa. sempre depositei.

"Ao retirar-me desta provincia é-me assaz grato levar de V. Sa. a mais lisongeira lembrança, reconhecendo os relevantes serviços que no exercicio daquele cargo prestou V. Sa. á causa publica em geral e especialmente á guerra em que estamos empenhados, e a S. Exa. o sr. presidente, levei não ha muito uma exposição desses mesmos serviços, e que a meu vêr, serão devidamente considerados pelo governo imperial.

"Cabe-me, finalmente, offerecer a V. Sa. sem constrangimento algum a consideração e os meus serviços como empregado publico e ainda como particular".

A recompensa imperial acima mencionada não se fez esperar e em principios do anno seguinte, era assignado o decreto que dava ingresso a Martins Pereira na Magistratura do Paiz, honra naquelles tempos, concedida só a quem tivesse real valor e comprovada moralidade publica.

Outra distincção, tambem recebeu o delegado e ex-chefe de policia interino, da pessoa de S. M. D. Pedro II, que o agraciou com a Commenda da Ordem de Christo.

O Decreto foi datado em 14 de Setembro de 1866, recebendo o titulo registro a fls. LXXVII, do Livro II de Diplomas da Ordem de Christo.

A Carta Imperial é do teor seguinte:

DOM PEDRO II, por Graças de Deus e Unanime Acclamação dos Povos Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, como Grão Mestre da Ordem de Christo Faço saber aos que esta minha carta virem que, atendendo aos relevantes serviços que na Provincia de Pernambuco prestou a bem da integridade do Imperio e honra Nacional o Doutor Luiz de Albuquerque Martins Pereira Hei por Bem nomeal-o Cavalleiro da dita Ordem pelo que lhe mandei passar a presente, a qual depois de prestado o juramento de estilo será sellada com o sello das Armas Imperiaes. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em trez de novembro de mil oitocentos e sessenta e seis, quadragessimo quinto da Independencia do Imperio. (a- IMPERADOR P.

“Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por Bem Nomear Cavalleiro da Ordem de Christo o Doutor Luiz de Albuquerque Martins Pereira, como acima se declara.

“Para Vossa Magestade Imperial vêr.

(a) José Joaquim Fernandes Torres
Manoel José de Campos Porto Filho a fêz”.

Victorioso moral e physicamente sahio-se Martins Pereira do attentado de 1.º de Dezembro de 1882, em Igarassú: moralmente, porque o publico o applaudio e a não ser um ou outro — “a pedido” —, que dirigidos á sua pessoa não presavam de elogios, nenhuma outra referencia menos digna lhe endereçaram, e physicamente, porque da aggressão, os resultados foram de consequencias leves.

Justificando ao publico e ao governo central a razão de ser do crime e denunciando a impunidade dos aggressores, es-

creveu uma serie de artigos, para a qual não encontrou acceitação na imprensa, visto uns jornaes serem conservadores e outros liberaes; a esta facção pertenciam os aggressores e com aquella não sympathisava o integro juiz, razão por que desprezou os offercimentos que lhe enviaram, resolvendo publical-a em avulso.

Em fins de fevereiro, dirigio-se para esta Cidade, onde recebido em audiencia pelo Imperador, lhe narrou o desenrolar dos factos e frisou o fracasso, previamente architectado, das diligencias.

D. Pedro o ouviu com religiosa attenção e ao terminar a narrativa disse-lhe:

“Snr. Juiz, se eu fosse magistrado teria feito, no seu caso, o que Vsa. fêz”.

A sanção do monarcha valeu por um galardão e se antes achava-se o nosso biographado convencido da lealdade e inteireza do seu proceder, mais razões teve de assim continuar a pensar, após o beneplacito Imperial.

Na proxima reunião do Conselho de Ministros, 6 de março de 1883, seu nome era indicado para chefe de policia da provincia de Sergipe, tendo tomado posse a 16 de abril.

Ao assumir a direcção da chefatura, prometteu que “empregaria todos os esforços para acalmar os animos e evitar disturbios”.

Conseguiu que a 24 desse mez o presidente creasse o districto de Umbaúba no termo de Itabaianinha.

Em virtude da postura em vigôr, o povo de Aracajú não se podia entregar aos folguedos de São João, uma das poucas festas tradicionaes do Brasil. Interessando-se a autoridade policial para suspensão de tal medida, encontrou grande relutancia da parte da presidencia e só depois de ter empenhado a propria palavra, como nada de anormal occorreria é que obteve a annuição e no dia 23 de Junho de 1883 o povo aracajuense pôde com alegria e livremente dedicar-se aos brinquedos proprios da data. Esse gesto de franco liberalismo grangeou-lhe novas sympathias e a imprensa muito o elogiou.

Não sabemos se o renome do antigo chefe de policia, retido ou lembrado por labios amigos, ainda se ouve nas paragens out'ora arrancadas do poder do gentio pelo bravo guerreiro Christovão de Barros e libertadas das investidas francezas pelo não menos guerreiro Diogo de Quadros. Não sabemos, mesmo, se ainda restam, fragmentadas em pequenas moleculas, as “profundas sympathias conquistadas en-

tre os sergipanos” pelo “juiz cujo espirito nunca fraqueou ante nenhuma consideração quando era preciso que a espada da justiça ferisse o criminoso”; sabemos, porém, que na occasião da despedida da autoridade demittida, não obstante o curto espaço de tempo que permanêcera no exercicio do cargo, os que a viram partir, lamentaram a perda que a Provincia de Sergipe acabava de soffrer, “julgando difficil tornar-se preencher o vacuo que entre elles deixava”.

Os sergipanos sabem captivar; a sua indole e o seu trato, lhanos e affaveis, dedicados e sinceros, facilmente obtêm a estima dos estranhos. O nosso biographado apesar de pouco expansivo sempre que a elles se referia, era usando os mais elevados qualificativos, tributando-lhes grande estima e considerando-os dos povos brasileiros, o mais fiel cumpridor das leis.

O chefe de policia não desmereceu ao juiz e a prova dessa proposição é que, segundo seus biographos, nenhuma outra administração policial de Pernambuco subrepujou a sua. E se dissermos que numa cidade como Recife, onde havia toda casta de malfeteiros, desde o batedor de carteiras e o vigarista, ao esfaqueador ousado e o traçoeiro capanga munido darmas, durante varios dias Martins Pereira poude registrar nas communicações diarias ao presidente da provincia que durante todo o dia anterior nenhum crime havia sido commettido nem prisões effectuadas, corroboramos com a nossa affirmativa para o bom credito daquelles que proclamaram: “o desembargador Martins Pereira, como chefe de policia, não teve substituto nesta provincia de Pernambuco”.

Dentre as campanhas que alimentou durante a administração policial (maio a setembro de 1885), salientam-se duas: a contra o jogo e o uso de armas.

Com o prestigio de seu nome e a tradição de suas attitudes, conseguiu despertar a confiança do povo; a tal gráu ella se elevou que expontaneamente os paizanos desarmavam aquelles que traziam armas e denunciavam ás autoridades, a localisação das casas de jogo.

Martins Pereira, “legitimo representante de conspícuos varões que se celebrisaram neste paiz pela honra e pelo patriotismo, descendente de illustres heroes que na conquista da liberdade derramaram prodigamente o sangue de suas veias”, possuía a envergadura do administrador.

Austero, mas accessivel, sabia impôr-se sem implantar o mêdo ou o terror, despertando o respeito e a confiança. Modesto ao extremo, votava guerra viva ás exhibições, tendo verdadeira aversão aos feitos que admittissem interpretações dúbias, o que o impellia a não receber de bom grado as divulgações de seus actos de benemerencia.

Nunca se negou a providenciar, quando até elle chegava alguma queixa contra os seus auxiliares, nos quaes confiava, desconfiando sempre: "a desconfiança é a sentinella da segurança".

A's insinuações da imprensa, consignava grande apreço, averiguando o que de verdade continham, agindo sempre como de direito.

Na repressão ao jogo, procurou presidir todas as diligencias, pois temia o suborno ou a violencia dos seus subordinados.

No Recife passaram é posteridade as eleições de Joaquim Nabuco e José Marianno, liberaes intransigentes. O primeiro delles, em propaganda eleitoral, aportou ao Recife em 18 de Junho de 1885.

A população que vivia fanatisada pelo verbo sem igual do maior orador da época, accorreu em massa ao caes para ovacional-o e as manifestações de jubilo se succederam durante todo o dia, sem que se houvesse verificado, como era de prever, dados os antecedentes e a exaltação do partido, "facto algum que podesse alterar o socego publico, salvo um incidente occorrido junto á ponte da Bôa-Vista, lado da freguezia de Santo Antonio, que ficou sem consequencias, originado por um engano de uma praça de cavallaria que vendo um homem do povo com instrumento perfurante, entendeu queria elle offender alguem, quando dito instrumento havia sido tomado a um capoeira, por aquelle cidadão, com o proposito de entregal-o á autoridade".

Bastaria um só episodio como esse para provar o valor e a tenacidade desse "pernambucano cuja vida constituiu um exemplo de integridade de character, de dedicação á causa publica e de elevado patriotismo".

Um dos traços que asseguraram ao nome de Martins Pereira o ingresso no templo do porvir, foi o seu grande devotamento á liberdade individual.

Da Tribuna da Assembléa Provincial pernambucana, asseverava na sessão de 29 de abril de 1861:

"Em meu animo influe mais a commodidade dos povos do que interesses outros".

Chefe de policia, dirigia-se ao sr. Presidente da Provincia em 26 de junho de 1885:

“Não foi trazido ao meu conhecimento factó algum desagradavel, resultante do uso inveterado e prejudicial de parte da população que, na vespera e dia de São João costuma soltar busca-pés. Apprehendi e fiz apprehender porção de taes foguetes que foram inutilizados sendo atirados ao rio. As providencias tomadas não deram todo o resultado que se esperava, mas permittio não embaraçar que outra parte da população se entregasse aos divertimentos costumeiros”.

Vinte e oito annos depois de ter dirigido com tanto criterio e intelligencia os destinos policiaes de Pernambuco, onde “se impoz pela fortaleza de sua independencia séria e luminosa, pela energia serena e egregia de suas attitudes impressionantes, pelas suas lucidas e justas sentenças de magistrado perfeito, pelos grandes serviços prestados”, fallêceu Martins Pereira. Os jornaes fizeram-lhe sentidos necrologios, enalteceram-lhe a honradez e probidade de magistrado, e seu papel de abolicionista, falaram no titulo de Primeiro Magistrado Emancipador, mas se esqueceram de recordar a sua actuação energica e pratica como chefe de policia, e a não ser ligeiras referencias feitas pelo “O Pernambuco”, orgão recifense dirigido pelo saudoso professor Henrique Millet, ninguem de tal se fez lembrado:

“Além dos cargos de magistrados que exerceu em diversas provincias, como juiz de direito e de juiz do extinto Tribunal da Relação, exerceu outros de representação politica, entre os quaes o de chefe de policia deste actual Estado, ao tempo em que se escolhiam homens de seu valor para exercer tão espinhosa missão. A sua administração policial se destacou pela cordura, criterio moral e justiça que a presidiram; houve dias de não haver uma só prisão nesta cidade”.

E aqui terminamos este capitulo; quem se interessar e quizer conhecer mais minuciosamente o quanto era cumpridor da lei este magistrado, faça uma devassa e syndique os pormenores dessa vida, toda ella cheia dos mais edificantes exemplos de dedicação e patriotismo.

Pena é para a historia da magistratura brasileira que o nosso biographado tenha vivido num scenario acanhado como o era o norte do paiz nos ultimos annos do Imperio. Muitos dos seus actos de abnegação que não tiveram o registro das folhas, acham-se em nossos dias perdidos na noite infinda das lendas ou dos — conta-se que...

Tivesse Martins Pereira exercido a sua autoridade de mantedor da segurança publica em centros adeantados de cultura, onde os grandes e pequeninos gestos não passam despercebidos, o seu nome teria hoje o esplendor a que fez jús e que outros, por muito menos e ainda outros, immerecidamente, desfructam.

IV

O Administrador

Nomeado pelo governo imperial para secretariar a provincia da Parahyba do Norte, Martins Pereira, deputado á Assembléa Provincial e ex-membro da Assembléa Geral, eleito pelo 10.^o districto eleitoral de Pernambuco, tomou posse do cargo em 17 de Julho de 1860, sendo presidente daquella unidade do nosso territorio, o dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, deputado geral e posteriormente, conselheiro de S. M. o Imperador d. Pedro II.

No exercicio de sua administração organizou o Archivo e reorganizou a Secretaria.

Entre os serviços que prestou á Parahyba, poderemos citar a publicação de dois minuciosos relatorios, onde, pormenorizou a organização geral da Provincia, “trabalhos de muita utilidade e os primeiros que no genero appareceram”.

Um anno após ter assumido as funções, convicto do cabal desempenho de suas attribuições, dirigio-se ao presidente da provincia e á Assembléa, em termos que bem traduzem a sua altivez e sinceridade, nunca em sua longa vida, contraditadas, apesar de muitas vezes, experimentadas:

“E’ de bem pouco tempo, exmos. srs., o meu exercicio no cargo que me foi confiado pelo Governo Imperial, mas posso ufanar-me de o haver feito com toda a lealdade e dedicação que podem ser exigidas de um funcionario a bem da bôa marcha dos negocios publicos”.

Afastado do cargo o dr. Silva Nunes, substituiu-o interinamente o barão de Maranguape, que entregou as redeas do governo ao dr. Francisco de Araujo Lima, do qual mereceu o nosso biographado os seguintes elogios no Relatorio de 24 de setembro de 1862:

“Marçha esta repartição regularmente sob a intelligente direcção do seu zeloso chefe, bacharel Luiz de Albuquerque Martins Pereira. Na incontestada lealdade, dedicação a toda prova, na actividade nunca desmentida desse funciona-

rio que se tem sabido conservar na altura de seu cargo, hei encontrado um valioso auxiliar, possuido do verdadeiro interesse pelos importantes e variados negocios que correm perante a administração: é elle um funcionario de qualidades apreciaveis, pelo que muito me merece e assáz o considero e distingo”.

Guindado ao poder o gabinete Marquez de Olinda, foi Martins Pereira destituído do cargo em 22 de novembro de 1862, recebendo do presidente o officio abaixo:

“Fico inteirado de haver vmc. em data de 15 do corrente, deixado o exercicio do lugar de secretario do governo desta provincia, por ter sid exonerado delle por decreto imperial de 22 do mez proximo findo. Faltaria eu a um dever, se, nesta occasião passasse em silencio o meu reconhecimento pela incontestada lealdade que sempre encontrei em vmc. a par de dedicacão e actividade a toda prova, pelo serviço publico; o que por mais de uma vez tenho tido a satisfacão de o declarar e pelo muito que me merece e assáz o considero. Renovo a vmc. os protestos de minha estima particular, desejando-lhe a posse de venturosa prosperidade. (a) **F. de Araujo Lima**”.

Ao depois de ter deixado a Secretaria, Martins Pereira ainda permaneceu na Parahyba por espaço de um anno, tendo regressado ao Recife em principios de dezembro de 63, afim de tomar posse do cargo de delegado do 1.º districto policial da provincia de Pernambuco.

Contava o nosso biographado 64 annos, quando o povo recifense o foi buscar em seu retiro da rua Formosa, ao qual se recolhera, voluntariamente, logo após a violencia da Junta Governativa, que o havia considerado em disponibilidade.

Mas, não obstante a sua idade e os seus dissabores, o velho Juiz soube desempenhar-se, a contento, dos encargos de organizador da Assembléa popular do municipio.

Divergindo da orientacão politica situacionista, era considerado por isso opposicionista, quando na realidade, para elle só havia um partido e um creado politico; a verdade.

Fallécendo o prefeito, assumio a direcção da prefeitura o dr. José Marcellino da Rosa e Silva, o qual tinha por norma oppôr-se ás deliberações do Concelho, diminuindo-lhe a autonomia.

Certa vez em sessão ordinaria, três conselheiros pediram ao prefeito em exercicio uma informação, a qual segundo ordenava o art. 42 do Regimento interno, dentro de vinte e quatro horas devia ser attendida, negando-se o mesmo a prestal-a, respondendo ao officio do presidente em termos contrarios ás normas burocraticas:

“Devolvo-vos o officio junto que me remettestes em data de hoje por não se achar em termos”.

Sem mais demora o presidente retrucou:

“Na ignorancia do vosso officio datado de hontem vos apresento em original o pedido de informações approved pelo Concelho e um exemplar do regimento interno do mesmo Concelho”.

O Congresso estadual a 3 de julho de 1895 prorogou o mandato dos concelheiros, mas o desembargador Martins Pereira, diante da INCOMPETENCIA e INCONSTITUCIONALIDADE da prorrogação, no dia 7 de novembro expedio aos membros do Concelho um longo officio, no qual declarava “que o Concelho não prestou todos os serviços que poderia ter prestado, por conta de embaraços criados, propositalmente criados, desde que ficou verificado que o mesmo não se prestava a servir de aparelho as orientações absorventes da autonomia municipal, que garroteada pelas ultimas leis do Congresso”, e depois de protestar contra “a intervenção indebita do poder executivo do Estado em tudo quanto é referente ao municipio” assim concluiu:

“Não tendo o Congresso do Estado competencia para prorogar o nosso mandato, é sem razão de ser o disposto do art. 10 da Lei 123 de Julho do corrente anno e a nossa permanencia no Concelho, além do dia 8 do corrente, expressaria de nossa parte o reconhecimento da competencia que eu contesto”.

Foram essas as ultimas provas de energia moral e grandeza na pratica do direito, dadas pelo velho magistrado á Nação.

A morte, em sua ronda sinistra, ruflando as asas de abutre esfaimado, esvoaçava em torno do lar do antigo juiz. Não queria o destino que ás glorias conquistadas na magistratura, na qual se tornou um dos melhores nomes e da qual se retirou com a reputação illibada, reunisse a felicidade na familia e roubou-lhe, um a um, após soffrimentos crueis, seis de seus onze filhos, entes que lhe mereciam todo o affecto e aos quaes dedicava todos os seus esforços.

Recolheu-se sob os effeitos das dôres amargas e das saudades pungitivas, ao lar, onde só os intimos tinham acesso, entregando-se ao culto das tradições historicas, escrevendo memorias e colaborando de quando em quando, em alguns jornaes de Pernambuco e do Ceará, sem refer porém, a minima parcella de resentimento dos tempos em que fôra autoridade, sendo uma de suas phrases habituaes: "Se realizar ambições é conquistar posições almejadas, não alimentei uma só que se não tornasse realidade".

E para concluirmos estes DADOS BIOGRAPHICOS consignaremos neste final de capitulo o conceito de um de seus admiradores:

"O desembargador Luiz de Albuquerque Martins Pereira elevou-se no apreço de seus patricios pela nobreza de seus sentimentos, pela austeridade de seus principios, pela pureza de sua consciencia e por uma vida sempre immaculada, ainda mesmo quando exposta ao embate das mais disparatadas e audaciosas pretensões".

Rio de Janeiro, janeiro-1928.

LUIZ ANDRE' COSTA

(Da Academia Pedro II)

Excavações Históricas

I

A quebra dos escudos

Depois de um reinado fecundo e bemfazejo, durante vinte e sete annos, de 7 de setembro de 1750 a 24 de fevereiro de 1777, el-rei, Dom José I de Portugal deixava o throno, que soubera honrar, á sua filha, D. Maria I.

Não cabe nos moldes deste simples trabalho realçar os serviços do grande monarcha naquelle largo periodo, onde o pulso vigoroso do marquez de Pombal deu aos negocios publicos toda a sua energia e conseguiu levar a sua Patria á dianteira das mais cultas nações europeás.

Foram estes dois homens excepcionaes que fizeram que os reis da Europa reconhecessem Portugal como Potencia; expelliram do territorio portuguez as tropas hespanholas que o haviam invadido; animaram a agricultura; proscreveram os "autos de fé", acabaram com os odios existentes entre "Christãos velhos e novos", diminuíram os poderes dos grandes da corte; augmentaram as rendas do Estado, protegeram as artes, a sciencia e a industria e estabeleceram novas manufacturas. Da Europa lançaram os olhos sobre o Novo Mundo animando a navegação, augmentando os productos do Brasil; dando a liberdade aos indios; regulando e reformando a administração desperdiçadora desta riquissima colonia, sendo para assignalar a extinção e expulsão dos jesuitas, acto imitado por todos os cortes europeás.

Quando, em julho de 1777, aqui chegou a infausta noticia da morte do soberano portuguez, causando a consternação e o lucto, exercia o cargo de governador e capitão-general o sr. João Pereira Caldas que promoveu immediatamente as cerimoniaes funebres então em uso.

E' esse o assumpto da nossa chronica de hoje, que trazemos ao conhecimento dos leitores, com o fim de mostrar-lhes um dos mais curiosos episodios da nossa vida colonial.

Era costume, toda a vez que morria um monarcha portuguez, fazer-se a quebra dos seus escudos nas praças publicas, em procissão solemne, todos vestidos de negro e chorando, talvez.

Copiamos abaixo dois documentos por nós encontrados no "Archivo Publico" desta capital e que dão uma idéa dessa cerimonia.

Eil-os:

"Para o presidente e officiaes do Senado da Camara desta cidade.

Sendo Deus Nosso Senhor Servido de chamar á sua Santa glória o Augustissimo Senhor Rey Dom José o Primeiro na noite do dia 24 de fevereiro do corrente anno, depois de muitos fervorosos Actos de Catholica resignação, e devendo-se neste Estado praticar as Demonstrações do justo Sentimento de tão grande obrigatoria de hum Vassallos, habitantes, que tantos e tão continuados Beneficios experimentarão sempre do Cuidado, da Magnanimidade, e do Paternal effeito do mesmo falecido Monarcha; vou participar a Vmcc o dito infausto acontecimentos; para que na certêza delle, hajão Vmcês. de dispôr, e fazer executar, pella parte que lhe pertence as sobredittas Demonstraçoens e honras funebres, segundo o costume em semelhantes Cazos observados:—

Tendo Vmcês. outrosim entendido que o lucto geral pella Raynha Nossa Senhora determinado, ha de ser de hum anno, seis mezes rigoroso, e outros seis aliviado, não obstante o Capitão dezassete da Pragmatica de 24 de Maio de 1749, como Vmcês, nesta conformidade farão ennumerar.

Deos Guarde a Vmcês. — Pará ao 1.º de Agosto de 1777 — (a) *João Pereira Caldas.*

Formalidade do que se deve observar nos dias 10 e 11 do prezente mez de Setembro de 1777, pello motivo da quebra dos Escudos, que o Senado da Camera desta Cidade do Pará ha de executar pello obito do Fidellissimo Rey o Senhor Dom Jozé o Primeiro de Glorioza Memória.

No dia Quarta-feira, dez do corrente mez de Setembro, pelas trez horas da tarde, hirá o Corpo do Senado, assistir ás Vesporas, que se hão de celebrar na Igreja Cathedral desta Cidade: Todos os Membros do Senado, deverão hir com Varas pretas, chapéos dezabados, e fumos pendentés; e só o Dor. Ouvidor Geral, e o Dor. Juiz de Fóra com as suas proprias Varas.

No dia seguinte, pelas Settes horas da manhã, se juntarão na Caza do Senado os Cidadoens na forma do Avizo e

participação, que lhe foi feita pello Escrivão da Camera José de Mesquita e Bastos; e juntamênte com o Senado, em Corpo de Procissão, sahirá tudo para se hir executar a Cerimonia do quebramêto dos Escudos.

Diante de tudo, devem hir os dous Porteiros dos Auditorios com Varas pretas, Capas compridas, chapéos dezabados, e fumos pendentés.

Seguir-se-ha o Procurador da Camera Pedro Antonio Pegúdo, montado em hum Cavallo, coberto de baêta prêtta, com cauda de arrasto, hindo o mesmo Procurador com Capa comprida, chapéo dezabado, fumo pendente e com huma Bandeira de baêta prêtta arrastando, que deve levar as Armas Reaes, de huma e outra parte.

Ao Procurador se seguirão os Alcaldes com o Escrivão das Execuções, e todos os mais Officiaes de Justiça, levando da mesma forma não só este como todos os mais, que forem nesta funebre Procissão, chapéos dezabados, fumos pendentés e Varas prêttas.

Os Procuradores dos Auditorios farão Alas de huma outra parte.

Na mesma forma hirão os Escrivaens Tabelliens, e letrados, todos pellas suas antiguidades.

Os Almotaceis actuaes Manoel Tavares da Silva e Bôa Ventura Jozé Bentes.

Todos os que tiverem servido de Almotaceis.

Os que tiverem servido de Procuradores da Camera.

Os que tiverem servido de Vereadores Terceiros.

Os que tiverem servido de Segundo Vereadores.

Os que tiverem servido de Vereadores mais velhos.

Os que tiverem servidão de Ouvidores Ordinarios (Orphaons).

No fim de tudo hirá o Corpo do Senado indo diante o Escrivão da Camera Jozé de Mesquita e Bastos; e logo depois os trez Vereadores actuaes Capitam João Gonçalves Calheiros, o Advogado Anastacio Domingos Pontes e o Capitam Joaquim Antonio de Souza, levando cada hum destes hum Escudo na mão com as Armas Reaes; e atraz de tudo, e Prezidindo a este Acto, dor. Juiz de Fóra Mathias Jozé Ribeiro, e o dor. João Francisco Ribeiro, só estes com as suas proprias Varas, porem as Capas compridas, chapéos dezabado, e encaminhando todos com a sua gravidade, e silencio, que similhante Acto requer, hirão em direitura á Praça do Convento de Nossa Senhora das Mercêz, e no meio della estará

huma Tarimba de trez degrãos, coberta de baêta prêtta, á qual subirá o Vereador Terceiro, o Capitam João Antonio de Souza Leal, e Voltando para o Povo tirando o chapéo e com o Escudo na mão, dirá em voz intelligivel:

“Chorae Nobres, chorãe Povo, que hé morto o nosso Rey o Senhor Dom Jozé Primeiro e estas são as suas Armas”!

E mostrando o Escudo ao Povo, o quebrará e deitará para as bandas; e cobrindo-se hirá tomar lugar no meio dos dous Vereadores; e com a mesma Ordem se encaminharão á Praça do Palacio, onde estará outra igual Tarimba e subirá á ella o Segundo Vereador, o Advogado Anastacio Domingos Pontes, executarã em tudo o mêsmo e encaminhando-se ao Largo da Seé, onde estará a terceira Tarimba, subirá á ella o Vereador mais velho, o Capitam João Gonçalves Calheiros, e fazendo a mêsmã Cerimonia, ao tempo que o mêsmo quebrar o Escudo, quebrarão todos os Cidadoens, e mais Pessoas as Varas prêttas, que levarem e encordoades ao Corpo do Senado, hirão á Porta da Seé, pegando os Vereadores nas suas costumadas Varas entrarão para dentro da Igreja, e sentando-se no seu lugar destinado, assistirão ás Exequias, que se hão de celebrar pelo obito do Fidelissimo Rey o Senhor Dom Jozé Primeiro, e concluido o mêsmo Acto, acompanharão ao Exmo. e Revmo. Sr. Bispo thê á Porta da Igreja e esperem tão bem que o Exmo. Snr. General dessesse da Tribuna em que assestio e se metesse em sua Carruagem, e se recolhão ás suas “Cazas”.

Transcrevendo os dois documentos acima, demos aos nossos leitores uma idéa de que eram essas cerimonias funebres intitulas — “A quebra dos Escudos” —, sendo, porém necessario fazer algumas considerações explicando certos pontos.

Não foi essa a unica cerimonia, nesse genero, que aqui teve logar pois, mais de hum documento analogo já encontramos no Archivo Publico, recommendando os mesmos actos, após a morte de soberanos portuguezes e todos copiados por nós, para o estudo da “Historia do Municipio”, de que a Intendencia nos encarregou.

E’ sabido por todos que o chamamos hoje — “Prefeitura Municipal” — teve o nome de — “Camara Municipal” em rante o periodo monarchico e de “Senado da Camara” em nossa vida colonial; “Vereadores”, chamavam-se aos Vogaes do Conselho e “Juiz de Fóra” era o presidente da “Camara”.

Quando se realizou aqui essa cerimonia a Camara funcionava á "rua da Cadeia", depois denominada dos "Mercadores" e hoje com o nome de "Conselheiro João Alfredo". A Cadeia achava-se installada no mesmo predio da Camara, nessa rua, nas casas de numero 17 a 27, ficando-lhe em frente a Capella de Santa Rita de propriedade da Camara.

II

Onças e periquitos

"Desde que em 1640 se viu perdido para sempre o imperio oriental (India), entendeu-se inutil prohibir na America a cultura das especiarias que constituíam a riqueza do commercio das Indias. O medo de uma concorrência que podia fazer baixar os preços dos generos orientaes, levara a mandar arrancar no Brasil as alvores productoras de drogas similares ás do Oriente. Dizia o padre Vieira que desta perseguição apenas o gengibre escapára, porque as suas raizes fugiram a esconder-se debaixo da terra". (1)

Obrigados a voltar os olhos para o Brasil, começaram então os portuguezes a reconhecer que a vastissima colonia americana seria o futuro glorioso de sua patria, o "El-Dorado" inexgottavel para a opulencia da Côrte e de seus Valerosos Vassallos.

Subjugado o indio e introduzidos os negros, estava dado o grande passo para a conquista e colonização, iniciando-se todas as industrias, embora sob uma forma quazi que primitiva.

Começou então a grande romaria dos productos brasileiros, a caminho do velho reino lusitano: o ouro, o cacau, o cravo, o assucar, as madeiras reaes, as pedras preciosas, além de onças, tatús, periquitos, tamanduás, aráras, cotias, papagaios, garças, guarás e outros; tudo isto daqui saia para regalo da fidalguia e dos Vassallos d'El-Rei Nosso Senhor residentes naquelle risonho "jardim da Europa e beiramar plantado".

Publicamos hoje dois documentos referente á remessa de alguns animaes, destinados ás Quintas de sua Magestade, sendo curioso verificar o "rancho" que para elles era feito

(1) — T. P. Oliveira Martins — "O Brasil e as Colonias Portuguezas" — pag. 67.

Eram esses bichos, tão fidalgamente tratados que, ao recordar os sumptuosos aprestos, ficamos de agua á bocca...

O primeiro documento é uma circular dirigida a todos os directores das Villas e povoados do interior do Estado, recommendando a captura dos animaes e o segundo a relação do rancho para a manutenção delles, durante a travessia, do Pará a Lisbôa.

Eil-os:

“Registo de huma Carta Circular sobre os passaros e bichos aos directores das Villas da Capitania.

Tendo recommendado a vmce. por Carta de 25 de setembro a remessa de alguns passaros de todas as espécies, que se possão adquerir para se enviarem ás Quintas Reaes de Belém para onde Sua Magestade ordena se fação as sobreditas remessas continuamente athe sua segunda Ordem, agora por novo Officio do Seu Real Ministerio, me determina se faça a dilligencia, não só pellas Aves de todas as Castas assim grandes como pequenas, mas tão bem por alguns bichos dos que ordinariamente há por todos estes Mappas, como são Antas, Tamanduás, Tatúz, Onças, alguns mais que a curiosidade descobrir; por que de todos quer o mesmo Senhor lhe vão deste Estado os que se forem havendo com o Cuidado, que Vmce. novamente, recommendo, e se faz preciso, por ser gosto do Soberano, e dever-se emtudo executar a Sua Real vontade, Deos Guarde a Vme. — Pará a 14 de Janeiro de 1.774. *João Pereira Caldas*. Sr. Director de...”

Mezes depois, ahí estava a bicharada toda exoticamente installada no palacio do governo, aguardando o momento do embarque.

Fixado o dia da partida do navio que devia conduzir tão estranhos “passageiros”, tratou-se da organização dos respectivos mantimentos e aqui é que está o mais interessante da historia que vamos contando.

João Pereira Caldas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará, como bom e leal servidor de S. Magestade, entendeu tratar á Vela de libra os pobres irracionaes que mereciam tanto empenho de Dom José e ordenou o embarque das munições de bocca, constante do seguinte officio:

“Para o Intendente dos Armazens Reaes.”

O Intendente dos Armazens Reaes mandará dar ao Mestre da Charrua N. S. das Mercez, para sustento dos passaros e bicho que nella se mettem ás Reaes Quintas de S. Magestade, vinte e cinco patos, vinte e cinco gallinhas, vinte

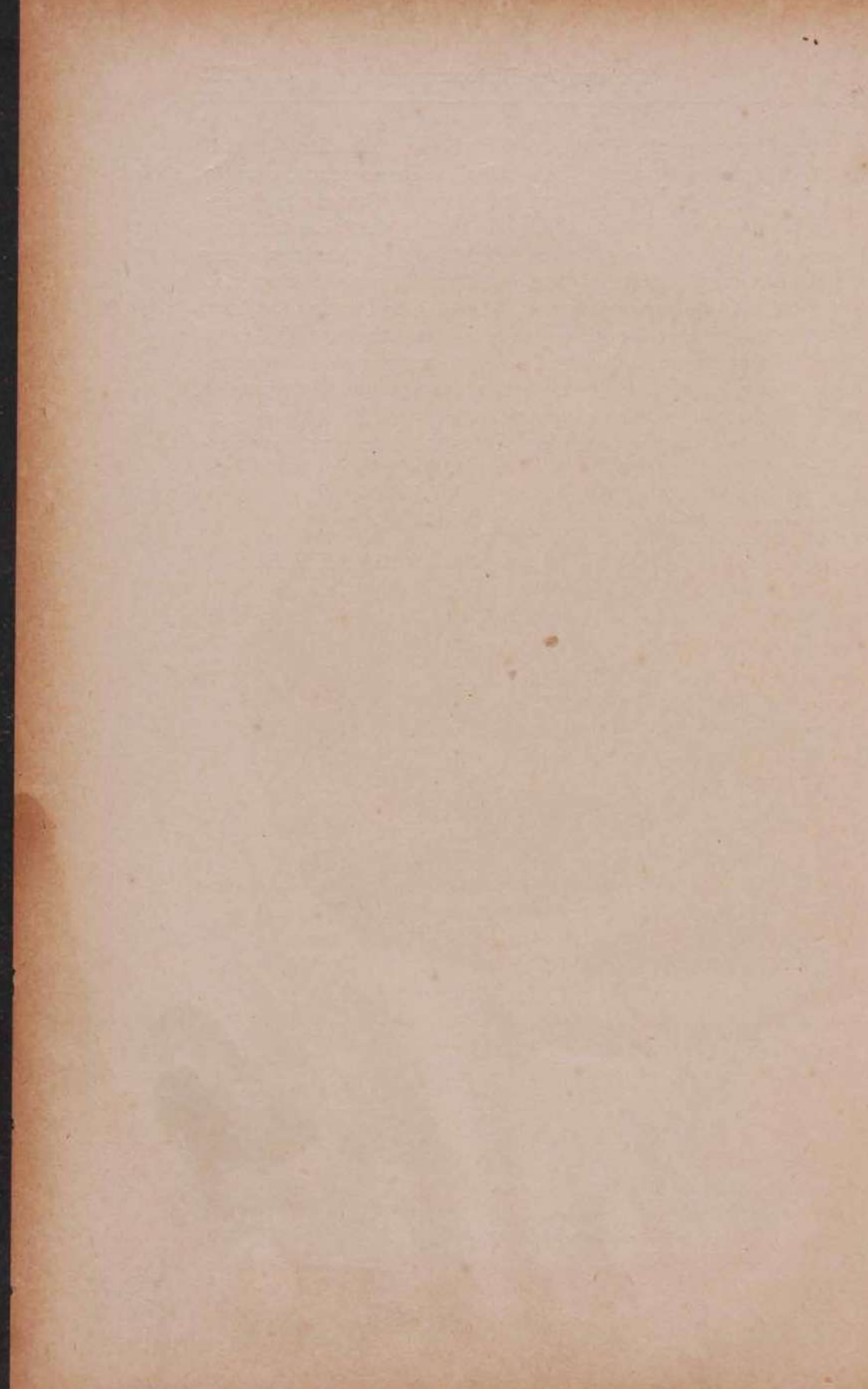
e cinco frangos, seis alqueiros de farinha, seis ditos de milho, trez arrobas de arroz, seis ditas de carne secca, e outto ditas de Carne de Salmoura em hum barril. Em conhecimento do recibo assignado pe'o mesino Mestre da Sobredita Embarcação, se levará esta despesa em Conta do Almirante dos referidos Reaes Armazens, mas que dér do seu recebimento.

Pará a 18 de nóvembro de 1.774 — *João Pereira Caldas*".

Eis ahi succintamente exposta, a organização dessa caravana feliz e alegre, palradora e muda, asquerosa e bella, intelligente e branca, trapintada e mucolor, que da "patria" da borracha partia para a "patria" de lenços de Alcobaça... a encantar a vista e os ouvidos de El-Rei e de seus fieis vasallos...

Belem do Pará.

M. BRAGA RIBEIRO



Quadros Brasileiros de A Eckhout

Nassau e os seus pintores

E' esta uma gloriosa prioridade, em que devemos insistir: os pintores de Nassau foram os primeiros a debuxar physionomias americanas e especimens da flora e da fauna do Novo Mundo, ninguem os precedendo na amorosa confecção desses documentos ethnographicos e historicos vasados em flagrantes de luz, risco e côr, como a Europa jamais vira. Foi uma fascinante revelação, inspirada pelo genio de Nassau, o primeiro grande apaixonado da nossa natureza, capaz de animar e incentivar os artistas, cumulando-os de estimulo, incitando-os ao trabalho, de sorte a recolher, em annos de fecunda actividade, toda uma copiosa serie de esplendidos attestados, ennobrecidos por genuinos temperamentos estheticos. Nunca mais se repetiria na nossa Historia aquelle deslumbramento e, passado o dominio batavo, cahiriamos de novo, pelos seculos em fóra, no mesmo antigo marasmo estirilizante para a criação artistica. A Europa guardaria, entretanto, em museus da Hollanda, da Alemanha, da França, da Austria e da Dinamarca, centenas e centenas de quadros a oleo, reliquias impereciveis daquella maravilhosa aventura de que nos dão noticia os "elzevier", descrevendo os aspectos valiosissimos da civilização hollandeza no Brasil.

Em carta a Luiz XIV, Nassau mencionou seis pintores entre os artistas que o acompanharam e valeria a pena reconstituir em detalhe toda essa linhagem de progonos da pintura brasileira, estudal-os nas pinacothecas da Europa, catalogar-lhes e descrever-lhes as obras, em livro illustrado que fosse o "alpha" da nossa historia plastica. Pouco tem sido feito até hoje, apesar de notaveis investigações de José Hygino Duarte Pereira, Oliveira Lima e Souto-Maior, que

não puderam esgotar o assumpto, á mingua de elementos, nem chegaram a assignalar incontaveis peças, abandonadas, muitas dellas, nos depositos e porões dos museus do velho mundo, fóra das vistas do publico, quadros excluidos dos catalogos por parecerem extravagantes e "selvagens", segun- do critica de Descamps, ou relegados á sombra e á poeira de antiquarios e belchiores.

Tinhamos, ainda ha pouco, a prova disso percorrendo as colleções de Copenhague. (Vide *Jornal do Commercio* de 7 de Setembro de 1930). Dos pintores de Nassau, existem dados mais ou menos completos sobre Franz Post, embora a mór parte das suas telas permaneça inidentificada. De Zacharias Wagner, escassos são os elementos conhecidos pelos nossos historiadores. Nada, ou quasi nada, se sabe a respeito de AEckhout, alem das vagas referencias de Souto-Maior, em conferencia realizada na Escola Nacional de Eellas-Artes em 1916 e publicada algum tempo depois na *Revista do Instituto Historico*. E' um desherdado da Historia.

O mysterio de AEckhout

Melhor destino merecia elle, mestre admiravel, cioso temperamento, senhor de excepcionaes faculdades, formado numa escola de rigorosos preceitos. Voltando ao Museu Ethnographico de Copenhague, não cessamos de admirar-o e tenta-nos o desejo de desenvolver, em torno da sua figura e da sua obra, uma pesquisa mais paciente.

E' extranho que o seu nome haja escapado aos mais antigos lexicos biographicos. Deve ter-se extinto muito moço, logo ao volver do Brasil com o conde. E cabiu no esquecimento. Nem de outra fórmula se comprehenderia a injusta omissão da sua obra. Confundiou-se mais tarde com outros pintores homonymos, um hollandez e um flamengo, Gerbrandt e Antonio. E' inquestionavel que nenhuma reiação existiu entre elles e as datas desencontradas afastam qualquer duvida. O nosso AEckhout foi outro. Nenhum parentesco, nem mêsmo expiritual, ligava-o aos xarás alludidos e a sua personalidade atravez dos quadros de Copenhague, impõe-se com caracteres impares.

A confusão com Gerbrandt van der Eckhout deu ensejo a observações vagas e erroneas de Ludwig Driesen, biographo de Nassau, em 1849. "Discipulo de Rembrandt — diz o historiador allemão — Gerbrandt pintou no mesmo estylo e não deve ser autor dos quadros em questão. Segundo Hou-

braken, figura nas galerias do castello de Honselaarsdyk um quadro assignado por Franz Post e não me parece impossivel que as sete pinturas alludidas por Humboldt sejam do mesmo pincel”.

Não são evidentemente da palheta de Gerbrandt. Na atmosphaera diaphana, na luz dardejante, na nitidez das tintas, na peculiaridade dos motivos, nem se adivinham os mestres vindouros do claro-escuro. Da mesma maneira que Post, AEckhout, retratista e pintor de naturezas mortas, creou um feitiço diverso, a incriminada “sauvagerie” de Decamps, ao contacto da nossa terra. Tudo indica tratar-se de outro artista.

Uma das mais antigas referencias á obra brasileira de AEckhout é a que se encontra no “Kosmos” de Humboldt, citada por Varnhagen:

“...acham-se expostos na Dinamarca, no bello castello de Frederiksburgo, vastas telas a oleo do pintor AEckhout, que em 1641 esteve no littoral brasileiro em companhia de Nassau. Palmeiras, meloeiras, bananas e heliconias são fielmente reproduzidas, da mesma fórma que indigenas, diversos passaros e pequenos quadrupedes. Taes flagrantés da natureza raramente haviam sido fixados por artistas até a segunda viagem de Cook á volta do mundo”.

Humboldt, sem especificar, constata assim a existencia de varios quadros no castello real de Frederiksburgo— e não de um unico, como escreve Souto-Maior. Muitos annos depois surgem referencias aos mesmos lavores, deslocados para outras pinacothecas e collecções de Copenhague. O inspector Kristian Bahnson, do Museu Ethnographico, em 1889, nos “Archivos internacionaes de ethnographia”, chamou a attenção para o valor inestimavel daqueles trabalhos, considerados as mais antigas representações artisticas de typos da raça paleo-americana. Só em 1894 P. Ehrenreich, no “Globus” de Berlim, explicou a procedencia dos quadros, doados por Nassau a Frederico III da Dinamarca, tendo antes pertencido á grande collecção do principe hollandez no seu “Palais Mauritshuis” em Haya. Oliveira Lima divulgou no Brasil esse escripto de Ehrenreich. Identicas informações constam do Catalogo “risonné” do Museu Real da Haya, de 1895.

Outro inspector do Museu de Copenhague, Sr. H. C. Bering-Liisberg, estudando numa monographia, em 1897, as origens da primeira “Camara Artistica” da Dinamarca (Kunstkammer) mostrou que, num catalogo de 1673, já se fazia

menção de — oito grandes telas brasileiras com retratos. O “Dansk-Magazine”, pouco depois, reportando-se a essas varias informações, accrescentava estarem no Museu Ethnographico expostos ao publico quatro dos alludidos quadros, um representando a “Dansa de tapanas” (*sic*) e outros dois armazenados; dois collocados nas paredes da Sala dos Documentos Antigos; um, finalmente, representando uma paisagem brasileira, na Sala da Bibliotheca do Museu de Arte.

O presente de Nassau a Frederico III

A mesma revista explica em seguida em que circumstancias fôra feita a dadiva de Nassau ao monarcha dinamarquês. Por acto de 18 de Setembro de 1652 Johan Moritz tinha cedido ao Eleitor de Brandeburgo, por avultada quantia, as suas queridas collecções, desloçadas, dessa arte, para a Allena-ha.

E num inventario da epoca, citado e commentado por Driesen, biographo alludido de Nassau, arrolou-se, sob a rubrica numero 13 o seguinte:

“...Sete grandes quadros a oleo, da altura de sete varas brabantinas, podendo servir, como tapeçaria, para revestir as paredes dum grande salão; representam indios in natura, tamanho natural, e indias de differentes provincias e varias estaturas, alem de inumeros accessorios, diversos animaes, peixes, passaros, cobras, reptis, arvores, fructas, folhagens e flôres, obedecendo o conjuncto a uma linda disposição; item, nove peças menores para serem dispostas nos vãos das janellas, adequadas em proporção e tamanho, de maneira que não se conhece em parte alguma do mundo... formando outro conjuncto de inestimavel apreço para os entendidos”.

O Eleitor de Brandeburgo recebeu esses quadros em 1652 e o presente a Frederico III foi feito em 1654, constando de vinte e seis quadros representando igualmente imagens da natureza brasileira. O “Dansk-Magazine” acha que Nassau retilvera na Hollanda estas ultimas peças, não inventariadas no lote do Eleitor, e no Museu de Berlim faltam justamente as mesmas. As telas offerecidas ao soberano da Dinamarca eram portanto originaes e authenticas.

O presente correspondia a um gesto de gratidão de Nassau para com o rei que lhe protegera o irmão, conde Henrique, fallecido em 1652 e condecorado em 1649 por Frederico

III com a invejada insignia do "elephante" da Dinamarca, ordem exclusiva de soberanos. O "Magazine" transcreve na integra a epistola de Nassau ao rei, datada de Clev, de 13 de Julho de 1654.

Por ella se vê que o almirante dinamarquez Christovão Lindenauw conhecera na Hollanda as collecções de Mauritshuis e, aproveitando o seu regresso á côrte de Copenhague, Nassau resolveu fazel-o intermediario de uma significativa homenagem. —"Comprehendi pelo almirante Lindenauw que Vossa Majestade teria interesse em conhecer algumas das pinturas brasileiras por ordem minha executadas naquelle paiz e não lhe seria desagradavel contar algumas na sua collecção. Resolvi por isso enviar a V. M., por intermedio do mesmo senhor, e com a maior deferencia, vinte e seis peças, na esperanza de que V. M. acolha benevolmente a lembrança e distribua os quadros alludidos, dando-lhes a disposição que melhor parecer e fazendo-os reproduzir em copias, se julgar necessario, por se tratar de originaes authenticos, de que não existem semelhantes no mundo".

Mais tarde Frederico III condecorava com o *elephante* o mesmo Nassau e este pedia ao rei dinamarquez, em 1656, protecção para Henrique Frederico, cognominado o Manszfelt, que prestara durante varios annos notaveis serviços militares no Brasil. Como se deprehe de da carta, Nassau aconselhava Frederico a fazer copiar os quadros, para que existissem mais exemplares daquellas obras unicas e difficeis de adquirir. Frederico acceitou a suggestão. Copias foram feitas das telas de AEckhout. Segundo o citado Liisberg, uma noticia acerca do Contencioso Regio, em 1656, mostrava que foi paga certa quantia a um negociante de arte, em Hamburgo, por uma serie de nove quadros sem especificação e mais doze representando fructas, a Dansa dos Tapanas, bem como um retrato do conde Mauricio. Eis o dado positivo, a respeito:

"Lazarus Baratta, *contrafeiter*, vendeu, a 15 de Abril de 1656, por 150 rithalers, os seguintes quadros: 9 grandes, a 2 thalers; 12 de fructas, a 2 thalers; o conde Mauricio de Nassau, a 24; a Dansa dos Tapanas, a 24".

E' facil a identificaçã com a obra de AEckhout, como demonstrou Karl Madsen, na Relação das Pinturas da Collecção Regia, publicada em 1904. Não se sabe onde foram parar essas copias.

Destino actual dos quadros

Indicados taes detalhes, vejamos a situação actual dos quadros, com a ajuda gentilissima do Director do Museu de Copenhague, o sabio e venerando Mackeprang, em cujo austero e recolhido gabinete de trabalho se ostentam, longe das vistas do publico, duas das mais primorosas creações do batavo; bem como do illustre professor Thomas Thomsen, que actualmente aprofunda o veio ethnographico em torno da mesma collecção, para uma obra de folego a ser publicada dentro de dois annos.

Recebidos em 1654 por Frederico III, os quadros foram collocados na Real Camara Artistica (Kunstkammer), museu que continha, alem de pinturas, as mais variadas raridades e especies zoologicas, descriptas por Holger Jacobaeus no "Museum Regium", catalogo editado em latim em 1696 e que tivemos o prazer de compulsar na Bibliotheca Real. Em fins do seculo XVIII começaram a ser classificados e distribuidos objectos para novos museus artisticos e scientificos, que se iam organizando, de sorte que a Kunstkammer em 1820 tinha desaparecido completamente. Os quadros de AEckhout foram enviados ao paço de Frederiksburgo em 1827, onde os assignalou Humboldt, e transferidos em 1848 e 1849 para o Museu de Ethnographia, afortunada iniciativa que os salvou do incendio em que arderam os thesouros do alludido castello em 1859.

No Museu de Ethnographia ficaram desde então os que mais interessavam a sciencia— sendo apenas destacados dois para o castello de Christiansburgo — um *Retrato de Nassau* e *O Principe de Nassau cercado de indigenas brasileiros*. Estes dois ultimos, dos mais valiosos, perderam-se no incendio de Christiansburgo em 1794.

A collecção inicial de vinte e seis quadros ficou assim desfalcada e reduzida a vinte e quatro, dos quaes já conheciamos sete, descriptos em artigo anterior. São grandes retratos de tapuyas, tupys e negros de Pernambuco e um esplendido flagrante duma "Dansa Tapuya".

O professor Thomsen, entretanto, propoz-se obsequiosamente a revelar-nos os restantes, com a intenção de agrupar todos numa sala especial, no edificio que está sendo construido para ampliar o Museu, mal comodado actualmente numa ala do Prins-Palae (Palacio do Principe) de Copenhague, na vizinhança do Paço Real de Christiansburgo, varias vezes queimado e reconstruido. Foi grande a alegria com

que conseguiu restituir, na quasi integridade, a preciosa galeria. E ficamos a dever-lhe este inestimavel beneficio.

Graças ao seu desvelo, pudemos assignalar doze naturezas mortas, em admiravel estado de conservação, atravez das quaes se pode reconstituir todo o pomar pernambucano; e dois grandes retratos de mamalucos ou mulatos, dos mais esmerados, dos mais captivantes que fixou o pintor, na melhora de luminosas paisagens de cannaviaes entre accessorios plenos de interesse para o historiador. *AEckhout fecit in Brasil 1643*. Guardamos as photographias dessa admiravel colleção, que certamente não foi apreciada antes, em sua totalidade, por nenhum patricio nosso. Existem, segundo Souto-Maior, no "Zoobiblion" de Z. Wagner desenhos correspondentes exactamente aos retratos debuxados por AEckhout dos casaes de tapuyas, tupys e pretos.

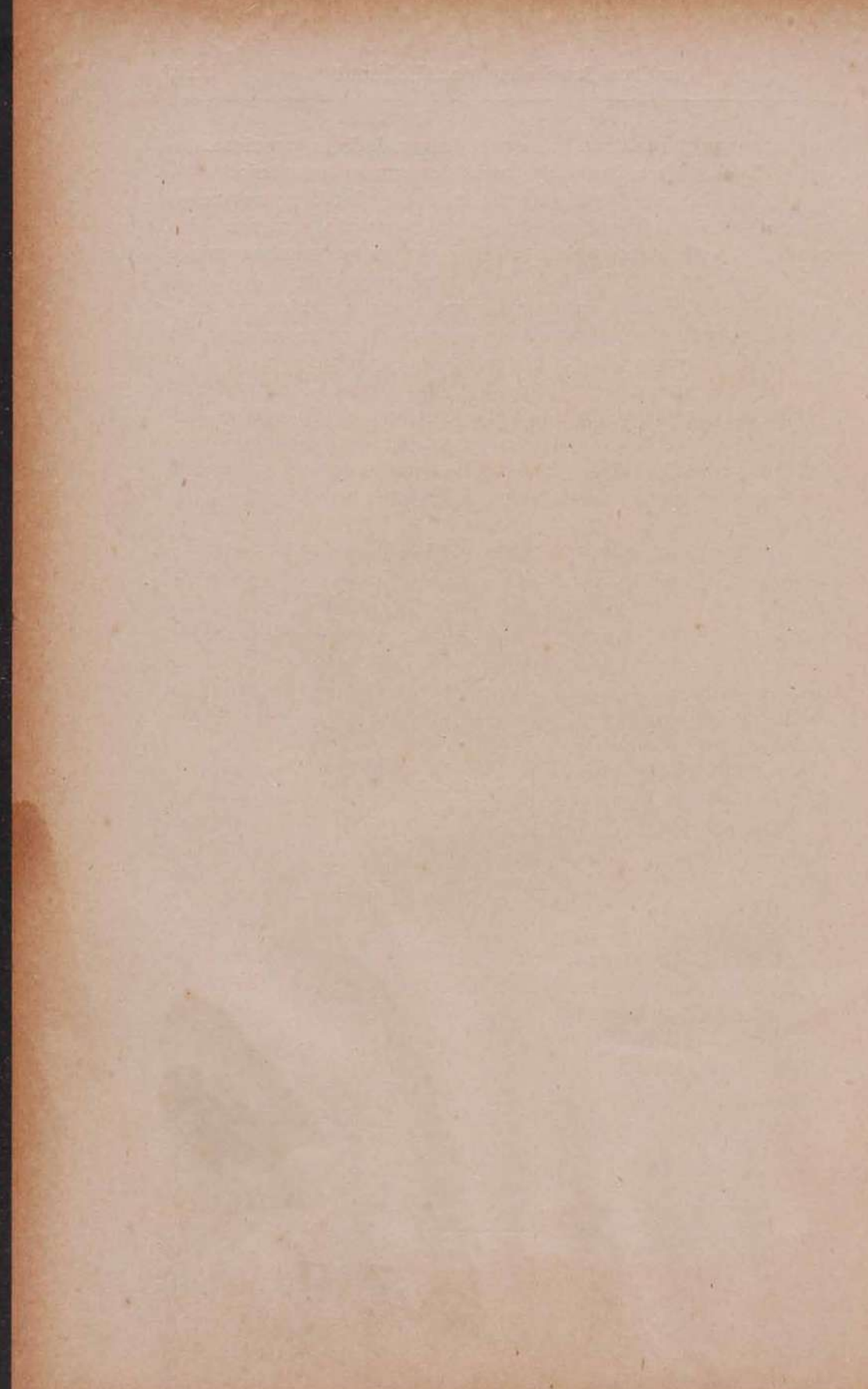
Quando em 1876 o Imperador Dom Pedro II visitou a Scandinavia em transito para a Russia, deteve-se, embevecido, alguns instantes, admirando nove dos quadros citados por Varnhagen, José Hygino, Souto Maior e Oliveira Lima. Contractou um pintor dinamarquez para fazer copias reduzidas, que se encontram hoje no Rio de Janeiro, no Instituto Historico; boas copias, devidas ao pincel de um famoso miniaturista e pintor de genero— Niels Aagaard Lytzen (1826-1890). São os retratos: de um tapuya, de uma tapuya, de um tupy, de uma tupy, de uma mulata e a Dansa Tapuya.

Eis até agora o que se sabe de AEckhout, mestre em nada inferior ao maioral dos pintores de Nassau, Francisco Post, de posteridade mais afortunada, descendente de uma familia de artistas de Haarlem, bastante conhecida.

Souto Maior assegura que em Londres, na Bibliotheca Sloniana do Museu Britannico, guardam-se sete famosas aquarelhas attribuidas á mesma olvidada palheta de AEckhout. Oxalá possamos algum dia admirar-as.

Copenhague.

Argeu Guimarães



Numismática

Catálogo da collecção de medalhas do Instituto
archeológico pernambucano, organizado pelo
socio Alfredo Couceiro

SÉRIE BRASILEIRA

1599

MEDALHA COMMEMORATIVA DA EXPEDIÇÃO DE VAN DER DOES A' AMERICA DO SUL

EN ALTERA . QUE . VEHA ARGO. Galeão navegando á direita, tendo em uma das vélas a palavra hebraica que significa Jehovah.

Rs — SIC. NESCIA. CEDERE. FATA CIO O IO (1599). No campo da medalha vê-se um terreno cortado de rios, destacando-se dois Termos — (divindades do paganismo protectoras dos limites) — entre os quaes, num oval radiado, se lê a mesma palavra hebraica do anverso.

Cobre — 29 mlm.

V. Cavalcanti N. 4.

Santos Leitão N. 4.

No "Catalogo das Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras referentes ao Brasil, da Collecção Numismatica pertencente á Viscondessa de Cavalcanti, 2.^a Edição, Paris 1900", — diz-se que segundo Van Loon, "Historie Metallique des XVII Provinces des Pays-Bas, depuis l'abdication de Charles-Quint jusqu'à la Paix de Bale MDCCVI", foi esta medalha cunhada para commemorar a expedição do almirante Van der Does ás colonias es-

panholas. Depois da morte d'este almirante na ilha de S. Thomé, apenas sete navios, commandados pelo seu successor Segussen, chegaram ao Brasil em cujas costas tomaram alguns pequenos navios, e de onde levaram para a Hollanda, em 1600, grandes despojos.

Segundo o mesmo Van Loon, na inscripção: En altera quae vohat Argo deve subentender-se: delectos hevoas para completar o hemistichio dirigido por Virgilio (Egloga IV, n. 34) a Anisi Pollião.

O reverso da medalha representa as ilhas de Brumel e de Thiel e outras regiões hollandesas regadas pelo Mosa e pelo Vehal, e, entre dois Termos (Termo era uma divindade do paganismo romano, protectora dos limites) apparece repetida a palavra Deus, em hebraico, — para significar que aquelles paizes, graças á protecção divina, tinham imposto limites ás invasões dos espanhões.

N. Netsher, "Les Hollandais au Brésil", pag. 3 e Van Loon, vol. I, pag. 419.

D'esta medalha cunharam-se tambem exemplares em prata.

1631

MEDALHA ESPANHOLA, COMMEMORATIVA DA BATALHA NAVAL DE 12 DE SETEMBRO DE 1630, NA BAHIA

PHILIP . IIII . HISP . INDIARº . REX CATHOLICVS C C I) C XXXI (Philippe IV, Rei Catholico das Espanhas e das Indias. 1631). Busto de Philippe IV, á esquerda.

RS — DVLCIA . SIC . MERVIT. Sansão vencendo o leão. Em baixo: 1631. (Episodio de Sansão na estrada de Thamnata. — Juises, cap. XIV, vol. 6, 8 e 9).

Cobre — 31 mlms. Ha exemplares em prata.

V. Cavalcanti N. 9.

— A frota do almirante Oquendo, composta de navios espanhões, portuguezes e napolitanos, que a côrte de Espanha mandou ao Brasil depois da tomada de Pernambuco pelos hollandeses, deu batalha á esquadra do almirante Peter, a 12 de setembro de 1630. nas costas do Brasil a leste dos Abrolhos. Tanto os espanhões como os hollandeses consideraram-se victoriosos n'esta batalha em que pereceu o almirante das Provincias Unidas. Os espanhões exaltaram as suas vantagens e commemoraram o feito n'esta medalha. Como Sansão apoderando-se do favo de mel que achou na bocca do leão que

havia morto, prognosticava a medalha que o rei d'Es-
panha não tardaria em arrancar da bocca do leão neer-
landês todas as doçuras que o Brasil produz.

(V. Varnhagen. "Historia das Luctas", pag. n. 1)

— Philippe IV, filho de Philippe III rei d'Es-
panha, e de Margarida d'Austria, nasceu em 1605 e falleceu em
1665.

Sucedeu a seu pai em 1621. Durante o seu reinado
a Espanha tentou em vão conservar a Valtelinda, que
Richelieu fez restituir aos Guises, 1621-26; e retomar as
Provincias Unidas, cuja independencia acabou reconhe-
cendo (tratado de Munster, 1648). A parte que continuava
a tomar na guerra dos trinta annos e a occupação do elei-
torado de Trévas não fizeram senão attrahir sobre ella
as armas da França e o genio de Richelieu, 1635, e fo-
ram a origem de uma guerra que não acabou senão ar-
rancando-lhe o Artois, o Rosilhão e 14 cidades de Flan-
dres, do Hanaut e de Luxemburgo (tratado dos Pyreneus
1659) Alem disto por toda a parte rebentaram revoluções:
na Catalunha, que se entregou ao rei de França Leão XIII,
1641, e cujo levantamento durou 12 annos, 1640-52; em
Portugal, que recuperou para sempre, em 1640, uma in-
dependencia que soube defender obtendo diversas victorias
(Extremose 1663, Villa-viçosa 1665); em Napoles, defen-
dida pelo Duque de Guise, e que foi retomada devido á
traição de um dos chefes insurrectos, 1647-48. O titulo de
Grande que Olivares deu a Philippe IV, foi motivo de
zombaria, e comparam-no a um buraco que quanto mais
se lhe tira maior fica.

1824

MEDALHA DA BÔA-ORDEM

Cruz formada por quatro pontas de frecha em conver-
gencia, tendo nas extremidades oito pequenas esferas. No
centro um circo com o busto do imperador D. Pedro I, á
esquerda. Na haste e nos braços a seguinte data, assim dis-
posta:

17

18 — 24

9

Rs. Liso.

Prata, com argola para fita. 56 mmm.

Um decreto, datado de 20 de outubro de 1824, creou
esta medalha para recompensar os militares que marcha-
ram sobre a cidade do Recife e a occuparam em 17 de Se-

tembro de 1824 — data que se lê na medalha — pacificando-a.

A designação de **Bôa-Ordem** é porem de tambem assim ser designado o exercito que, sob o commando do brigadeiro Francisco de Lima e Silva conseguiu debelar a revolução que rebentara em Pernambuco hasteando a bandeira republicana da "Confederação do Equador".

Desta medalha fizeram-se exemplares em ouro para os officiaes generaes; em prata para o subalternos e inferiores; e em cobre para as praças de pret.

Foram cunhadas em Pernambuco, no antigo Trem Militar, depois Arsenal de Guerra, actualmente extincto.

O exemplar descripto é dos que eram destinados a galardoar os officiaes subalternos e inferiores.

— V. Pereira da Costa "Inedictos para o Diccionario Historico Pernambucano" insertos sob o titulo de "Numismatica Pernambucana" no "Jornal do Recife" de 28 de novembro de 1896 e seguinte. —

O exemplar que enriqueceu a colleccão do Instituto foi adquerido em novembro de 1923, pela quantia de Rs. 50.000, por compra feita ao Sr. Severino Pereira de Lyra.

1824

MEDALHA DA BÔA-ORDEM

Cruz formada por quatro triangulos cujos vertices se voltam para o centro e terminadas nos cantos por oito espherazinhas. Nos braços e hastes lê-se esta data 18 — 24. Tem ao

17

centro um medalhão com o busto, voltado á esquerda, do primeiro imperador.

9

Rs — Liso.

Bronze — 35 mlm.

— Meili N. 12.

A respeito da Medalha da Bôa-Ordem leia-se a descripção da medalha antecedente.

O exemplar acima descripto é dos que serviram de recompensa ás praças de pret.

1837

MEDALHA COM A EFFIGIE DE D. PEDRO II

PETRUS . II . D . G . C . IMP — ET PERP . BRAS .
DEF : 1837. Effigie do imperador D. Pedro II, imberbe, á direita.

Rs — Armas imperiaes, iguaes ás usadas nas moedas de ouro e de prata das emissões de 1833 a 1852. Por cima: IN HOC S. — VINCES. Exteriormente tem uma orla de folhagem.

Latão — 33 mlm.

V. Cavalcanti N. 27.

Esta medalha, que é uma imitação da moeda de ouro de 6\$400, destinava-se, creio, a ser usada como adorno de cadeia de relógio ou de collar. Todos os exemplares que tenho visto tem vestígios de argolas, e quasi todas demonstram haver sido douradas.

1837

Outro exemplar igual ao precedente notando-se-lhe unicamente ligeira differença no cunho e na orla.

Latão — 33 mlm.

1837

MEDALHA COM A EFFIGIE DE D. PEDRO II

PETRUS . II . D . G . C . IMP — ET PERP . BRAS .
DEF . 1837. Effigie de D. Pedro II á direita.

Rs — Escudo com as armas nacionaes, semelhante ao usado na moeda de ouro e de prata das emissões de 1833 a 1852.

Latão — 27 mlm.

Outro exemplar apenas com pequena differença de cunho.

Latão — 27 mlm.

Reproduzem estas medalhas as antigas moedas de ouro de 4\$000, e tinham primitivamente uma orla exterior, ornamentada e argolas para suspensão. Quasi todas as que se conhecem demonstram terem sido douradas. Usavam-se, provavelmente, como breloque de pescoço de corrente.

S. D.

PETRUS II . D . G . C . IMP. — ET PERP . BRAS DEF. Effigie do imperador, (maior que as duas precedentes voltada á direita. Por baixo: PARIS.

Rs — Igual ás das precedentes.

Latão — 27 mlm.

1839

MEDALHA DE PREMIO DE PRIMEIRAS LETRAS

PEDRO 2º — HONRA — AO — MERITO em quatro linhas sendo a ultima curva, entre dois ramos de tabaco e café. Por cima a corôa imperial.

Rs — 1.as LETTRAS — 1839 em duas linhas.

Prata — 26,5 milímetros.

E' ôca e tem argolas para fita.

Esta medalha é rara e supponho que inédita.
O exemplar que enriquece a collecção do Instituto foi offerta do Sr. Esdras Faria, em agosto de 1924.

Pereira da Costa na sua "Numismatica Pernambucana" publicada no "Jornal do Recife" de 28 de novembro de 1896 e seguintes, no capitulo "Medalhas", artigo VI, Medalhas para Premio Escolar, diz o seguinte: — Pelas Instrucções Regulamentares com que o presidente da Provincia Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo baixou em 25 de outubro de 1837, para o regimen das escolas de instrucção primaria e secundaria da provincia, estatuiu-se a conferencia de

medalhas de distincção aos alumnos de mais merecimento exhibido em exame, cujas medalhas, segundo o art. 87 das Instrucções, seriam de prata, de duas oitavas de peso, tendo em uma face, no alto, a letra — PEDRO II, e em baixo — HONRA AO MERITO, dentro de dois ramos de fumo e café; e na outra face — LYCEU DE PERNAMBUCO, depois a designação de DESENHO ou PRIMEIRAS LETTRAS, e em seguida — ANNO DE 18...

De ditas medalhas não conseguimos encontrar um só exemplar, nem colher informações mais positivas; consta porém que foram ellas cunhadas no Arsenal de Guerra. Eram pependentes de uma fita verde e amarella, tendo as de desenho as cores longitudinalmente dispostas, e as de primeiras letras transversalmente, segundo as referidas Instrucções”.

Supponho que a medalha descripta é uma das a que se refere o artigo supra.

1843

MEDALHA COMMEMORATIVA DO CASAMENTO DO IMPERADOR D. PEDRO II

D. PEDRO II . IMP — THEREZA CHRIST . MAR . IMP.
(BRAZIL). Effigie imberbe do imperador, com corôa de louro; e da imperatriz com diadema, a par e voltadas á esquerda. Orla floreada.

Rs — Escudo com as armas imperiaes. Por baixo: 1843.

Latão — 27 mlm.

V. Cavalcanti, N. 40.

Medalha popular, commemorando o consorcio de D. Pedro II, imperador do Brasil, com D. Theresa Christina Maria de Bourbon, filha de Francisco I, rei de Napoles; celebrado em Napoles a 31 de maio de 1843, servindo de embaixador do Brasil, na occasião, José Alexandre Carneiro Leão, visconde de S. Salvador de Campos, e sendo procurador, por parte do imperador, o principe Leopoldo das Duas Sicilias. S. M. a imperatriz chegou ao Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1843.

S. D. (1834-48)

MEDALHA IMITAÇÃO DUMA MOEDA DE 200 RS.

PETRUS . II . D . G . CONST . IMP . ET PERP . BRAS .
DEF.; em baixo: PARIS. No campo: 200, tendo por cima um
florão e por baixo um ornato, tudo dentro de uma grinalda
fechada, disposta em grupos de tres folhas e ladeadas de
bagas.

Rs — Escudo com as armas imperiaes iguaes ás que tra-
zem as moedas cunhadas no periodo decorrido de 1834 a
1848; tendo aos lados da corôa duas estrellas.

Latão — 22 mlm.

Julgo ser um tento para jogo imitando a moeda de
prata de 200 réis da emissão de 1824 e 1848, denominada
“Serie dos Crusados”.

 1849

MEDALHA COMMEMORATIVA DA SESSÃO DE 18 XII 1849
DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRASILEIRO

D. PEDRO II IMP. CONST. E DEF. PERP. DO BRASIL.
Busto laureado de D. Pedro II á esquerda, com manto impe-
rial.

Rs. INSTITUTO HISTORICO e GEOGRAPHICO BRASILEI-
RO. No campo, dentro de um circulo formado por um cor-
dão: SESSÃO — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1849 — em tres
linhas.

Bronze.

Commemora esta medalha a sessão realisada em 18
de dezembro de 1849, a primeira a que S. M. o Impera-
dor presidio, e na qual sendo saudado pelo conselheiro
Candido José de Araujo Vianna (presidente) proferiu
uma bella allocução, que em seguida escreveu para ser
distribuida.

A essa sessão compareceram os seguintes socios: Con-
selheiro Candido José de Araujo Vianna (depois Marquez
de Sapucahy) que era o presidente do Instituto; Manuel
Araujo Porto Alegre (depois Barão de Santo Angelo);
Conselheiro Manuel Ferreira Lages, Drs. Francisco de Pau-
la Menezes, Joaquim Manoel de Macedo, Ludgero da Rocha

Ferreira Lapa, João José de Sousa Silva Rio, Visconde de Monte Alegre (José da Costa Carvalho, antigo membro da regencia permanente); Conselheiro Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara, Conselheiro Jacintho Roque de Senna Pereira (Almirante e um dos heróis da Campanha do Rio da Prata em 1827), Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro; Dr. Joaquim Caetano da Silva, Guilherme Schuch de Campanema, Antonio Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Souza e Silva, José de Assis Alves Branco, José Maria da Silva Paranhos (depois Visconde de Rio Branco) e Miguel Maria Lisbôa (depois Barão de Japurá).

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro foi fundado em 21 de outubro de 1838. A 19 de março de 1839 foi ao Paço de S. Christovam uma comissão do Instituto chefiada pelo Visconde de S. Leopoldo, pedir a S. M. que accitasse o titulo de Protector, ao que o jovem monarcha, na presença de seu tutor, o Marquez de Itanhaem, respondeu que agradecia e accitava o titulo que lhe offercia o Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

(V. Illust. Bras. Nov. 1920).

1852

MEDALHA DO URUGUAY

D. PEDRO SEGUNDO — IMPER. DO BRAZIL — Effigie do Imperador D. Pedro II, á esquerda.

Rs — Campanha do Uruguay — No campo 1852, num circulo formado por um feixe de varas presas por uma fita.

Pende de uma corôa imperial a que está ligada por uma charneira.

Zinco 49 X 30 mlm.

Meili n.º 118

A respeito da medalha acima diz o Barão Smith de Vasconcelos, em seu opusculo "Medalhas Militares":

Attendendo aos relevantes serviços prestados pelo exercito sob o commando do Tenente General Conde de Caxias, o dec. n.º 932, de 14 de março de 1852, criou uma medalha pendente de uma fita verde, como a da ordem de S. Bento de Aviz, de ouro, de duplo diametro, e pendente do pescôço, para officiaes generaes; de prata e pendente do peito esquerdo, para os officiaes superiores e capitães

e de uma liga de zinco e antimónio para os subalternos e praças de pret.

Offerta do Ministerio da Guerra ao Instituto, em Setembro de 1930.

1865

MEDALHA DE YATAHY

VENCEDORES DE YATAHY — Escudo oval com as armas da Republica do Uruguay, encimados pelo sol nascente, num trophéo de bandeiras e peças de artilharia, tendo por baixo uma pilha de balas e de cada lado tres estrellas.

R S — 17 DE AGOSTO DE 1865 — dentro de uma corôa de louro.

Bronze 34 x 28 mlm. Tem argola.

Meili 133

Esta medalha era conferida pelo govêrno da Republica do Uruguay aos que se bateram em Yatahy na margem do Uruguay, derrotando os paraguayos, cujo commandante major Duarte ficou prisioneiro dos alliados commandados por Flôres e Pannero. Em 17 de agosto de 1865.

Offerta ao Instituto pelo Ministerio da Guerra em Setembro de 1930.

1865

MEDALHA DA CAMPANHA DO URUGUAY

Busto de D. Pedro II á esquerda, sem legenda

R S — CAMPANHA — DO — URUGUAY — 1865 em quatro linhas, dentro de uma corôa de louro.

Oval com argolas. Fita azul e vermelha.

Prta 24 X 20 mlm.

Esta medalha, denominada Medalha do Payssandu' foi creada pelo Decreto n. 3468, de 8 de maio de 1865, o qual, attendendo aos relevantes serviços prestados pelo exercito sob o commando do Marechal Menna Barretto, em operações na Republica do Uruguay, creou uma medalha de ouro, de dezeseis linhas de modelo, e pendente de uma fita azul ferrete e encarnada, em partes iguaes, para officiaes Generaes; de prata e pendente da mesma fita, para

os officiaes superiores e Capitães, e de uma liga de cobre e estanho em onze linhas de modelo, para os subalternos e praças de pret.

Esta medalha tornou-se extensiva ás guarnições dos navios da Esquadra sob o commando do Visconde de Tamandaré.

A medalha é oval, sendo que as maiores teem no anverso a effigie do Imperador á esquerda e na legenda "2 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 1865", e as menores somente a effigie; e no verso, no centro de uma corôa de louros, a legenda "Campanha do Uruguay".

— V. Barão Smith de Vasconcellos "Medalhas Militares".

1865

MEDALHA MILITAR DO PAYSANDU'

2 DE JANEIRO E 20 DE FEVEREIRO '1865' Effigie de D. Pedro II, á esquerda. —

R S — CAMPANHA — DO — URUGUAY em tres linhas em uma corôa de louro. —

Prova em madeira. Oval 38 X 31 mmm.

As datas que veem no medalhão são a da tomada de Payssandu' e a do convenio que acabou com o governo de Aguirre e collocou o alliado do Brasil, D. Venancio Flores, á frente dos negocios do Estado Oriental.

Foi esta medalha creada pelo decreto n.º 3468, de 8 de maio de 1865, em atenção aos serviços prestados pelo exercito sob o commando do Marechal de Campo João Propicio Menna Barretto, em operações na Republica do Uruguay. Era de ouro, de dezesseis linhas de modelo, e pendente de uma fita azul ferrete e encarnada, em partes iguaes, para os officiaes generaes; de prata e pendente da mesma fita, para os officiaes superiores e Capitães, e de uma liga de cobre e estanho, com onze linhas de modelo, para os subalternos e praças de pret.

As medalhas são ovaes, sendo que as maiores teem no anverso a effigie do imperador e a legenda 2 de janeiro e 20 de fevereiro de 1865, e as menores somente a effigie e no reverso, no centro de uma corôa de louros, a legenda: "Campanha do Uruguay".

— V. "Medalhas Militares" pelo Barão Smith de Vasconcellos. —

1865

MEDALHA MILITAR DO COMBATE DO RIACHUELO

PETRUS II. D. G. CONST. IMP. ET PERP. BRAS. DEF.
1865. Effigie do imperador D. Pedro II, á esquerda, entre um ramo de café e outro de tabaco.

R S — COMBATE NAVAL DO RIACHUELO. Trophéo formado por um escudo com esta legenda em quatro linhas: 11 — DE — JUNHO — DE — 1865, entre um canhão e uma ancora encrusados e entremeiados por uma palma e um ramo de carvalho.

Cobre. 26 mlm. A este exemplar falta a corôa imperial que o devia encimar.

V. Cavalcanti n.º 97

Meili N.º 125.

Pelo decreto n.º 3579 de 18, e 3548 de 29 de novembro de 1865, foi concedida uma medalha aos bravos que pelejaram no Riachuelo. Era de ouro, de 37 mlm, e pendente ao pescôço para os officiaes generaes; de prata e sobre o peito esquerdo para os officiaes superiores e subalternos; e de bronze para as praças de marinha e batalhão naval e soldados do exercito. A fita era branca com duas listas verdes lateraes, de 6 milímetros ficando a orla branca com 2 milímetros de largura.

1865

MEDALHA DE URUGUAYANA

URUGUAYANA no campo da medalha, dentro de uma corôa de tabaco e café.

Rs — 18—DE—SETEMBRO—DE 1865 em tres linhas numa corôa de louro.

Zinco — 20 mlm.

Foi esta medalha creada pelo dec. n.º 3515 de 20 de Setembro de 1865.

Era de ouro para os membros da familia imperial, ministro da guerra e officiaes generaes, que a usavam no

lado direito do peito; os outros officiaes, paisanos, empregados na Secretaria da Guerra, magistrados e pessoas de distincção usavam-na de prata, no mesmo lado direito: as praças de pret, outros empregados e as pessoas não comprehendidas acima, usavam-na de uma liga de zinco e antimónio no lado esquerdo do peito.

A fita era em tres listas de largura igual, verde ao centro e azul celeste aos lados. (V. Barão Smith de Vasconcellos — “Medalhas Militares”).

Tomada de Uruguayana

Tendo o tenente coronel Estigarribia, com 8000 paraguayos, atravessado o rio Uruguay, apoderou-se de S. Borja e de Itaquí que saqueou, indo depois sobre Uruguayana, que occupou sem resistencia, em 19 de junho de 1865.

Em soccorro das duas provincias invadidas partira a 10 de junho de 1865 um corpo de voluntarios e tropas de linha, levando á frente o Imperadôr que acompanhado de dois generaes e do ministro da Guerra seguiu para o Rio Grande do Sul, chegando a Uruguayana, em frente do exercito inimigo a 11 de setembro de 1865.

O ataque para a tomada da praça estava combinado para o dia 18, não chegando, porém, a realizar-se em virtude de Estigarribia capitular nesse mesmo dia, entregando-se prisioneiro com mais de 6000 paraguayos—(V. Vila Lobos, Hist. do Brasil) Of. do Ministerio da Guerra ao Instituto, em Setembro de 1930.

1866

MEDALHA DE PREMIO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO

DOM PEDRO SEGUNDO IMPERADOR DO BRAZIL *. No campo, em plano inferior á orla e concentrica á mesma, a legenda: PROTECTOR DA INDUSTRIA em typo pequeno; effigie do imperador, á esquerda, tendo por baixo: LUSTER F.

Rs — EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO * 1866 *. No campo, dentro de uma corôa de louro e carvalhos: PREMIO — CONFERIDO em duas linhas.

Cobre — 37 mlm.

V. Cavalcanti, 112.

Meili N. 74.

Cunharam-se 75 exemplares destas medalhas, em prata e 150 em cobre. Custaram 500\$000.

Esta exposição, a segunda realizada em Pernambuco, foi inaugurada, em 14 de outubro de 1866, no pavimento terreo do palacio da presidencia, com toda a solemnidade.

Esteve aberta durante quatro dias, figuraram n'ella 422 productos e foi visitada por 6551 pessoas.

Os expositores que n'ella tomaram parte obtiveram do jury de classificação em Pernambuco 40 medalhas de prata e 70 de cobre; e pelo do Rio de Janeiro, 1 medalha de ouro, 3 de prata, 11 de cobre e 21 menções honrosas, sendo alguns contemplados tambem pelo jury de Paris. Entre os 105 premios conferidos aos expositores brasileiros contam-se 51 para Pernambuco.

A Exposição de Pernambuco foi preparatoria da nacional do Rio de Janeiro, aberta em 19 de outubro de 1866, onde figuraram os productos que concorreram á Exposição Nacional de Paris em 1867. — V. Pereira da Costa, "Exposições", serie de artigos publicados no "Jornal do Commercio" do Recife, n. 24, de 31 de março de 1892 e seguintes.

S. D. (1860-1871)

MEDALHA DE PREMIO DA ACADEMIA DAS BELLAS ARTES DO RIO DE JANEIRO

D. PEDRO II — IMP. DO BRAS. Effigie do imperador D. Pedro II, á esquerda. Por baixo: C. LUSTER F.

Rs — ACADEMIA DAS BELLAS ARTES DO RIO DE JANEIRO — No campo: AO—GENIO — E Á APPLICAÇÃO em quatro linhas dentro de uma corôa de louro.

Prata — 34 mlm.

Meili — 166.

V Cavalcanti 72.

Esta medalha destinada a servir de premio aos academicos de Bellas-Artes, do Rio de Janeiro, foi gravada por Christiano Luster que durante alguns annos foi gravador da Casa da Moeda.

O exemplar que o Instituto possui foi offerta do Sr. Corbiniano Villaça em setembro de 1924.

— A Academia das Bellas Artes do Rio de Janeiro foi inaugurada em 5 de novembro de 1826, pelo imperador D. Pedro I, para solemnizar a chegada da imperatriz D. Amelia, sua segunda esposa. Por essa occasião cunhou-se uma medalha commemorativa, gravada pelo francez Zéphirin Ferrer.

— Antes da fundação da Academia haviam-se creado, por decreto de 12 de agosto de 1816, alguns cursos de bellas artes e pensionado alguns professores.

Ao conde da Barca, então ministro da Marinha e interinamente da Guerra e dos Estrangeiros, se deve a idéa da fundação de uma Academia das Bellas Artes no Rio de Janeiro. A elle, cuja bibliotheca era importantissima, se deve a fundação definitiva da Academia, pois foi quem apresentou ao rei o decreto creando algumas aulas de bellas artes e quem pediu pensão para os artistas da missão franceza que se achava no Rio de Janeiro.

Esta missão chegara ao Rio de Janeiro em 26 de março de 1815, havendo sido contractada em Pariz, pelo Marquez de Marialva, por ordem do governo portuguez. Compunham-na os seguintes artistas: Joaquim Le Breton, João Baptista Debret, pintor de historia; o pintor militar Nicoláo Antonio Taunay, o esculptor Augusto Taunay, Augusto Henrique Victor Grandjean de Montigny, architecto; Simão Pradin, gravador; Carlos Henrique Lévasseur, Francisco Ovidio, Luiz Meundié, Francisco Beaunepos, Pedro Dillon, e os dois irmãos Ferrer.

A Academia denominou-se primitivamente Real Academia de Desenho, Pintura, Esculptura e Architectura Civil (decreto de 12 de outubro de 1816). D'ahi a pouco mais de um mez passou a chamar-se: Academia das Artes (23 de novembro). Foi nomeado director e professor de desenho Henrique José da Silva; e para professores: Nicoláo Antonio Taunay, pintura; Debret, pintura historica; Augusto Taunay, esculptura; Grandjean de Montigny, architectura; e Ovidio, lente de mechanica.

Em 12 de agosto de 1916 commemorou a imprensa do paiz o centenario da instituição do estudo official das bellas artes no Brasil.

V. "Um seculo de Pintura", de Laudelino Freire.

A Academia foi installada no edificio construido por Montigny em 1926. Em 1909 a Escola de Bellas Artes foi transferida para o novo edificio na avenida Rio Branco, ficando o antigo annexo ao Thesouro.

— V. Visc. de Cavalcanti, Catalogo, pag. 23.

S. D. (1866)

MEDALHA DE PREMIO DO COLLEGIO DE S. JOSE'—
RECIFE

* COLLEGIO — DE — S. JOSE' —.— EM RECIFE ✽
Em quatro linhas no campo da medalha, tendo por cima uma estrellá, ao centro um travessão e em baixo um florão.

Rs — * BENE — MERENTI — ✻ — em duas linhas, tendo por cima uma estrella, por baixo um travessão ornamentado e em volta uma curva de louro e carvalho.

Tem argola para fita.

Prata — 37 mlm.

E' esta medalha um dos premios que as religiosas de Santa Dorothea conferem ás alumnas do Collegio de S. José, a seu cargo, quando d'elles se tornam merecedoras.

O collegio de S. José, situado no largo da Soledade, denominou-se primeiramente Instituto de Santa Dorothea.

Foi fundado, em 12 de fevereiro de 1866, pelo bispo D. Manuel do Rego Medeiros, que mandou buscar as religiosas de Santa Dorothea a cargo de quem está a direcção do collegio.

MEDALHA DE PREMIO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO EM 1875

DOM PEDRO SEGUNDO IMPERADOR DO BRAZIL na orla. Em linha concentrica e em plano mais baixo: PROTECTOR DA INDUSTRIA. Effigie do imperador D. Pedro II á esquerda, e junto ao corte do braço: LUSTER F.

Rs — EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO * 1875 * No campo dentro de uma corôa de louro e carvalho: PREMIO — CONFERIDO — em duas linhas.

Cobre — 37,5 mlm.

Meili — 76.

A Exposição Provincial de Pernambuco inaugurou-se a 4 de julho de 1875, no pavimento terreo do edificio da Municipalidade do Recife. Os objectos expostos foram em numero de 966 e os visitantes 33.899, em oito dias.

Esta exposição foi preparatoria da Nacional do Rio de Janeiro do mesmo anno, para selecção dos productos a enviar á Exposição Internacional de Philadelphia, inaugurada a 4 de julho de 1876 — primeiro centenario da independencia dos Estados Unidos da America.

D'esta medalha cunharam-se 2 exemplares em ouro pesando 23 oitavas e 30 grãos; 53 de prata, pesando 1.752 grammas; e 28 de cobre bronzado.

1867

MEDALHA COM A CHRONICA DA CASA IMPERIAL

DOM PEDRO II — IMP. DO BRAZIL. Effigie de D. Pedro II á esquerda, n'um pequeno disco ao centro da medalha, cercada por cinco circulos, divididos em compartimentos, onde, em caracteres microscopicos se leem os nomes e as datas do nascimento dos membros da familia imperial.

Rs — Callendario do anno de 1867 inscripto n'um rectangulo disposto transversalmente. Os vãos entre as faces do rectangulo e a orla da medalha são occupados pelas datas de muitos dos mais notaveis acontecimentos historicos nacionaes.

— E' esta medalha gravada por Christiano Luster, que durante muitos annos foi gravadôr da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

Prova em madeira — 41 mlm.

V. Cavalcanti N. 48.

Meili N. 35.

D'esta medalha cunharam-se exemplares em prata e em cobre.

1868

MEDALHA DE MERITO E BRAVURA MILITAR

* EXERCITO EM OPERAÇÕES CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAY. No campo um trophéo formado por uma pinha de balas, um canhão, um tambor, duas bandeiras cruzadas e outras armas.

Rs — DECRETO DE 28 DE MARÇO DE 1868. No campo, em quatro linhas: RECOMPENSA — A' — BRAVURA — MILITAR.

E' oval e tem argolas para fita.

Cobre — 32 x 24 mlm.

V. Cavalcanti N. 105.

Meili N. 128.

Foi esta medalha creada pelo Decreto n. 4131 de 28 de março de 1868 para dar uma publica demonstração do quanto o imperador apreciava o valor das forças em

operações contra o governo da republica do Paraguay, autorizando o marechal do exercito Marquez de Caxias, commandante em chefe das mesmas forças, a conceder em nome de sua magestade, uma medalha de merito aos que d'ella se mostrassem dignos pela sua bravura em qualquer acção de guerra.

Esta medalha era igual para todos os individuos galardoados, sem distincção de postos, de bronze e pendente do peito esquerdo, por uma fita de dois dedos de largura, de tres listas iguaes, escarlate a do centro e verde as extremas.

O individuo agraciado teria na fita tantos passadores de prata quantas fossem as vezes que houvesse sido galardoado, sendo inscripto em cada passador a epoca do feito meritorio. Esta medalha tornou-se extensiva ás praças que fizeram parte da esquadra em operações contra o mencionado governo, commandada pelo vice-almirante Visconde de Inhaúma, pelo Decreto 4143 de 5 de abril.

V. "Medalhas Militares" pelo Barão Smith de Vasconcellos.

1869

**MEDALHA COMMEMORATIVA DO BAPTISADO DO
PRINCIPE D. JOSE'**

D. PEDRO II IMPERADOR. Effigie laureada de D. Pedro II, á esquerda. Em baixo, o nome do gravador: LUSTER.

R S — O PRINCIPE — D. JOSE', em duas linhas, tendo por cima a imagem do Espirito Santo; ao centro vêem-se os escudos de Saxe e do Brasil tendo por cima a corôa imperial. Em baixo contornando a medalha: BAPTISOU-SE EM 29 DE JULHO DE 1869.

Prova em madeira. 15 mmm.

V. Cavalcanti n.º 49.

Meili N.º 37.

Esta medalha, obra do gravador da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, Christiano Luster, foi cunhada em commemoração do baptisado do principe D. José, terceiro filho da princessa imperial D. Leopoldina e do Duque de Saxe. Nasceu o principe D. José no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1869, e falleceu em Vienna a 12 de agosto de 1888.

1869

MEDALHA URUGUAYA DA CAMPANHA DO PARAGUAY

CAMPANA DE PARAGUAY — 1865 — 1869. Ao centro o escudo das armas da Republica Oriental do Uruguay.

R S — REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY.

E' em forma de cruz entralaçada por uma corôa de louro. Pende de uma fita de tres listas, sendo branca a do centro e azues as lateraes.

Tem passador de bronze com a data: 27 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ferro.

Esta medalha creada pelo governo da Republica Oriental do Uruguay, para recompensar os que tomaram parte na guerra contra o Paraguay, tem logar na serie brasileira pelo facto de muitos militares brasileiros, que tomaram tambem parte na mesma guerra, haverem sido com ella condecorados.

O exemplar existente na collecção do Instituto pertenceu ao fallecido tabellião Apollinario Maranhão, general honorario.

S. D.

**MEDALHA CONFERIDA PELA REPUBLICA ARGENTINA
AO EXTRCITO ALLIADO EM OPERAÇÕES CONTRA
O PARAGUAY**

AL EJERCITO ALIADO EN OPERACIONES CONTRA EL GOBIERNO DEL PARAGUAY. REPUBLICA ARGENTINA. Armas Argentinas em um oval ladeado por dois ornatos e encimado pelo sól nascente, entre dois ramos de louro formando grinalda.

Rs — AL VALOR Y LA CONSTANCIA. LA NACION AGRADECIDA. No campo o sol radiante.

Prata. Tem argolas. 30 mlm.

Silva Ramos. 38.

1870

MEDALHA DA CAMPANHA DO PARAGUAY

Cruz com pontas farpadas, tendo ao centro um disco com esta legenda, em tres linhas: CAMPANHA — DO — PARAGUAY dentro d'uma corôa de carvalho.

6

Rs — 18 — 70 tambem numa corôa de carvalho.

8

Bronze. 25 mlm.

Tem argola e fita com passador de ouro N.º 5.

V. Cavalcanti N.º 106.

Meili N.º 129.

Esta medalha foi concedida ao exercito, á armada e aos empregados civis em operações na guerra do Paraguay, pelos Decretos ns. 4560 e 4573 de 6 e 20 de agosto de 1870. A medalha foi feita com o bronze dos canhões tomados ao inimigo, e a respectiva fita, representando as cores da alliança, tem cinco listas no sentido longitudinal, dispostas na seguinte ordem: verde, branca, azul, branca e amarella. Passador de ouro para os officiaes generaes e superiores; de prata, os capitães e subalternos, e de bronze, para as praças de pret.

V. "Medalhas Militares" pelo Barão S. de Vasconcellos.

1871

MEDALHA DEDICADA PELA MAÇONARIA AO VISCONDE RIO BRANCO

O GR.: OR.: DO BRASIL AO VAL.: DO LAVRADIO — AO SEU GR.: M.: VISCONDE DE RIO BRANCO. Busto do Visconde do Rio Branco, á direita. No campo vêem-se dois pequenos emblemas maçonicos.

R S — PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS O VISCONDE DO RIO BRANCO ✽ LEI N.º 2040 DE SETEMBRO DE 1871.

Ao centro um grupo allegorico composto de nove figuras.

Prova em madeira. 70 mlm.

V. Cavalcanti N.º 60.

Esta medalha, desenhada por L. Heek e gravada por Carneiro, foi dedicada pelo Grande Oriente do Brasil ao seu Grão-Mestre, o Visconde do Rio Branco.

E' commemorativa da lei que libertou os filhos de escravos, nascidos após a sua promulgação. Tirou-se um exemplar em ouro, unico, que foi offerecido ao homenageado em sessão solemne da maçonaria em 2 de março de 1872. Cunharam-se tambem outros exemplares em prata e em bronze que foram distribuidos pelas lojas brasileiras, pelos grandes oriente estrangeiros e pelos museus do paiz e do estrangeiro.

V. Va. de Cavalcanti.

1872

MEDALHA DE PREMIO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO

DOM PEDRO SEGUNDO IMPERADOR DO BRAZIL (dragão). No campo, contornando a orla e em typo menor: PROTECTOR DA INDUSTRIA; effigie do imperador, á esquerda, tendo por baixo: LUSTER F.

Rs — EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO ✱ 1872 ✱ No campo. n'uma corôa de louro e carvalho: PREMIO — CONFERIDO — — em duas linhas.

Cobre. 36,5 mlm.

D'esta medalha foram cunhados 50 exemplares em prata, pesando 1.516 grammas, que custaram 168\$000; e 150 em cobre, custando 275\$000; total 443\$000. (V. Pereira da Costa "Numismatica Pernambucana", no "Jornal do Recife" de 28 de novembro de 1896 e seguintes).

Esta exposição, realizada no pavimento terreo e primeiro andar do Paço Municipal, foi inaugurada solemneamente pelo presidente da provincia Desembargador Francisco de Faria Lemos. Figuraram n'ella 741 productos e

os visitantes foram em numero de 20.940 durante os tres dias que esteve franqueada ao publico.

Os expositores obtiveram 46 medalhas de prata, 17 de cobre e 43 menções honrosas. (V. Pereira da Costa, artigo "Exposições" no "Jornal do Commercio", n. 24 de 31 de março de 1892 e seguintes).

S. D. (1873)

MEDALHA DE SALDANHA MARINHO

Effigie de Saldanha Marinho, á direita.

Rs — DEUS PATRIA E LIBERDADE na orla saliente de fundo fixo. No campo. em duas linhas: AO—MERITO.

Prata — 27,5 mlm. 10 grammas.

Silva Ramos n. 44.

Pereira da Costa, nos seus artigos "Numismática Pernambucana" insertos no "Jornal do Recife" de 28 de novembro de 1896 e seguintes: "E' presumivel que esta medalha fôsse mandada cunhar pela maçonaria ou pelos admiradores de Saldanha Marinho, que, na época em que a medalha exposta á venda (1873) se salientava defendendo a causa da Maçonaria na questão religiosa, que então se debatia, nos seus escriptos sob o titulo "A Igreja e o Estado", com o pseudonymo de Ganganelli.

Joaquim de Saldanha Marinho nasceu em Olinda aos 4 de maio de 1816 e falleceu no Rio de Janeiro a 27 de Maio de 1895. Foi politico, jurisconsulto e publicista de bastante merecimento. Ao começar a questão religiosa, em 1882, era grão mestre do Oriente do Valle dos Benedictinos, que por essa occasião se fundiu com o Grande Oriente, para, reunidos todos os esforços melhor defendêr a Maçonaria na luta provocada pelo bispo do Rio de Janeiro.

O exemplar da collecção do Instituto foi adquirido em novembro de 1930.

1873

MEDALHA COMMEMORATIVA DA 3.^a EXPOSIÇÃO NACIONAL

* DOM PEDRO II IMPERADOR E DONA THEREZA CHRISTINA MARIA IMPERATRIZ. Effigies, a par, dos dois soberanos á direita.

Rs — 3.^a EXPOSIÇÃO NACIONAL em curva, na parte superior; RIO DE JANEIRO — 1873 em duas linhas, no exergo. No campo vê-se o frontespício do edificio da Escola Polytechnica, onde se realizou a exposição.

Prova em madeira — 52 mlm.

V. Cavalcanti n. 117.

A medalha descripta foi cunhada para commemorar a inauguração do certamen realizado no Rio de Janeiro para serem escolhidos os productos que haviam de ser remettidos á Exposição Universal de Vienna d'Austria, a realizar-se no mesmo anno.

1875

MEDALHA DE PREMIO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO EM 1875

DOM PEDRO SEGUNDO IMPERADOR DO BRASIL na orla. Em linha concentrica e em plano mais baixo: PROTECTOR DA INDUSTRIA. Effigie do imperador D. PEDRO II á esquerda e junto ao corte do braço LUSTER F.

Rs — EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO * 1875 * No campo: dentro d'uma corôa de louro e carvalho: PREMIO — CONFERIDO —o— em duas linhas.

Cobre 37,5 mlm.

Meili n. 76.

Silva Ramos n. 24.

A Exposição Provincial de Pernambuco inaugurou-se a 4 de julho de 1875 no pavimento terreo do edificio da municipalidade do Recife. Os objectos expostos foram em numero de 966 e os visitantes 33.899 em oito dias.

Esta exposição foi preparatoria da nacional do Rio de Janeiro do mêsmo anno, para selecção dos productos a enviar á Exposição Internacional de Philadelphia, inaugurada a 4 de junho de 1876, primeiro centenario da independencia dos Estados Unidos da América.

Desta medalha cunharam-se 2 exemplares em ouro, pesando 33 oitavas e 30 grãos, 53 de prata, pesando 1752 grammas; e 28 de cobre bronzado.

V. "Exposições", artigo publicado no "Jornal do Commercio" de 31 de março de 1892 e seguintes; e Perei-

ra da Costa, série de artigos publicada nos numeros de 28 de novembro de 1896 e seguintes, intitulada "Numismatica Pernambucana".

1876

MEDALHA DA SEGUNDA EXPOSIÇÃO HORTICOLA DE
PETROPOLIS

D. IZABEL PRINCEZA IMPERIAL DO BRAZIL * Busto da princeza D. Isabel, á esquerda. No corte do braço: F. CARNEIRO F.

Rs — SEGUNDA — EXPOSIÇÃO — AGRICOLA — DE — PETROPOLIS —o— 20 DE JANEIRO — DE — 1876 em oito linhas dentro de uma corôa de oliveira.

Prova em madeira — 46 mlm.

Constitue esta medalha o premio conferido aos expositores que concorreram á segunda exposição horticola, realizada em Petropolis, sob a protecção da princeza Isabel, e inaugurada a 20 de janeiro de 1876.

S. D. (1880 ?)

DISTINCTIVO DE MEMBROS DA LOJA MAÇONICA
6 DE MARÇO DE 1817

Placa de latão em forma de escudo, tendo, vasada, a data:

6
M
1817

Latão.

Offerta do sr. dr. Mario Melo.

Esta placa era o antigo distinctivo usado pelos membros da Loja Maçonica 6 de Março de 1817.

1881

**MEDALHA DA EXPOSIÇÃO BRASILEIRO-ALLEMÃ
DE PORTO ALEGRE**

Perspectiva do edificio onde se realizou a exposição. Na parte inferior da medalha, em quatro linhas: EXPOSIÇÃO — BRASILEIRA — ALLEMÃ — 1881 — PORTO-ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL.

Rs — Esphera armillar n'um circulo estrellar, por cima, sob dois festões de folhagem: GRATIA — LABOR, TIBI — SOLATIS PRÆBES. Em baixo: HONRA — AO MERITO. A parte inferior é guarnecida por uma grinalda de fructos.

Prova em madeira — 42 mlm.

V. Cavalcanti n. 123.

Na Exposição de Productos Brasileiros-allemaes realizada no anno de 1881, em Porto-Alegre, antiga provincia do Rio Grande do Sul, era esta medalha a recompensa conferida aos expositores premiados.

S. D. (1883)

**MEDALHA DA LOJA MAÇONICA “CAVALHEIROS DA
CRUZ”**

ZELO — FREQUENCIA. No campo o emblema da Maçonaria: um esquadro e um compasso tendo no centro o olho da Providencia.

Rs — Liso.

Prata — 25 mlm.

E' esta medalha uma recompensa, que a loja maçonica Cavalheiros da Cruz confere aos seus membros que, pelo zelo e frequencia d'ella se tornam dignos.

A Loja “Cavalheiros da Cruz” foi fundada em 1873, com o titulo de “Segredo e Fraternidade”. Foi no anno de 1883 que adoptou a actual denominação.

Tinha a sua séde á rua do Imperador, n'esta cidade do Recife, donde depois se transferiu para predio próprio, na rua do dr. José Mariano.

1884

MEDALHA DA 4.^a EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA DE PETROPOLIS

D. IZABEL PRINCEZA IMPERIAL * Effigie da princeza D. Isabel, á esquerda. — F. CARNEIRO F.

Rs — QUARTA EXPOSIÇÃO — HORTICOLA — DE — PETROPOLIS — 20 DE ABRIL — 1884.

Prova em madeira — 37 mlm.

Era esta medalha concedida como recompensa aos expositores que figuraram na quarta exposição de agricultura que, sob o patrocínio da princeza imperial D. Isabel, teve lugar em Petropolis, sendo inaugurada em 20 de abril de 1884.

S. D. (1885)

VALE DA CERVEJARIA AUGUSTO KRUSS, SUCCESSORES, PERNAMBUCO

* AUGUSTO KRUSS SUCCESSORES * em semi-circulo, na parte superior da medalha; FABRICA DE CERVEJA — PERNAMBUCO em duas linhas curvas concentricas, na inferior. No campo, em cinco linhas horisontaes: VALE — o — CONSUMO — DE — 200 REIS. Orla de grenetis.

Rs — Igual ao annexo.

Latão — 28 mlm.

Estes vales emitidos pela Cervejaria Augusto Kruss, Successores, tiveram ephemera circulação, por haverem sido prohibidos pela autoridade competente.

A cervejaria Augusto Kruss, Successores, depois denominada “Nova Hamburgo”, pertencia a José Soares do Amaral e a seus irmãos, açorianos e negociantes muito antigos e conhecidos n’esta praça. Foi inaugurada em 1884 ou 85, e, durante alguns annos constituiu o ponto de reunião mais concorrido do Recife. Havia n’ella varios jogos e diversões, inclusive um soffrivel theatro, denominado das Variedades, que se incendiou.

Occupava o edificio onde actualmente (1924) se acham installadas as firmas Durães Cardoso & Cia. e Monteath, na Rua da Florentina e Caes da Rua do Sol.

S. D. (1886)

**MEDALHA DE PREMIO DO CLUB INTERNACIONAL DE
REGATAS**

CLUB INTERNACIONAL em curva na parte superior,
* DE REGATAS * também em curva, na inferior. No campo uma ancora sobre dois remos crusados, n'um circulo formado por um cordão.

Rs — PREMIO em linha horizontal dentro de uma corôa de louro presa em baixo por um laço de fita. Na parte superior tem uma faixa lisa, em semi-circulo e na inferior um semi-circulo pontuado.

Tem argolas para fita, sendo esta bipartida de branco e vermelho.

Prata — 24 mlm.

Os cunhos para esta medalha foram abertos pelo gravador pernambucano, Tertuliano de Gusmão, antigo alumno do Arsenal de Guerra.

O mesmo artista foi também autor dos cunhos que serviram para as medalhas do Club de Regatas Pernambucano.

Commemorando o seu primeiro anniversario realizou o Club Internacional de Regatas, um torneio nautico, no dia 18 de julho de 1886, sendo o premio conferido aos vencedores medalhas iguaes á acima descripta.

O Club Internacional de Regatas, fundado em 18 de julho de 1885, n'um predio sito á rua do Sol, foi a segunda sociedade de desportos nauticos que houve no Recife. Depois de alguns annos passou a ser apenas uma associação recreativa, denominando-se então "Club Internacional do Recife". Actualmente, 1924, tem a séde em palacete proprio, á rua da Aurora.

1888

**MEDALHA COMMEMORATIVA DA ABOLIÇÃO MANDADA
CUNHAR PELO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEO-
GRAPHICO PERNAMBUCANO**

INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO * No campo, sob uma estrella de cinco pontas, radiada: PERNAMBUCO —o— dentro de uma corôa de

louro contra escudete; um, com a data de 1817, commemo-
ra a proclamação do governo provisório republicano annun-
ciando os desejos de uma emancipação que não permittisse
mais lavrar o cancro da escravidão, embora lenta, regular e
legal; em outro a de 1824, relembra o memoravel Edital de
3 de julho, do presidente da Confederação do Equador Ma-
noel de Carvalho Paes de Andrade, suspendendo o trafico de
escravos para Pernambuco; e no terceiro, a de 1830 consigna
a patriótica deliberação do Conselho da Provincia, tomada
em sessão de 15 de abril, sobre a liberdade dos escravos por
meio de uma razoavel indemnisação, cuja resolução foi sub-
mettida ao governo imperial para dar as providencias que o
casourgia.

Rs — SOB A REGENCIA DA PRINCEZA IMPERIAL D.
ISABEL * 1888 * No campo: um livro aberto tendo em
uma das folhas: LEI ! N.º 3353 — DE — 13 DE MAIO — DE
1888 em cinco linhas, e na outra: E' CONSIDERADA EX-
TINCTA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL DESDE A DATA D'ES-
TA LEI. —o— em seis linhas.

Prata — 60 mlm.

Visc. de Cavalcanti n. 64.

Meili — N. 55.

D'esta medalha, mandada cunhar, em 1889, na Casa
da Moeda do Rio de Janeiro, pelo Instituto Archeologico
e Geographico Pernambucano, para commemorar a Lei
da Abolição — cunharam-se 800 exemplares em prata e 50
em cobre. O seu custo foi de 1.646\$860. O mesmo Ins-
tituto é possuidor dos cunhos originaes.

V. Pereira da Costa, "Jornal do Recife" de 28 de no-
vembro de 1896 e seguintes.

1888

MEDALHA DA COLONIA PORTUGUEZA, COMMEMORATIVA
DA LEI DA ABOLIÇÃO

PAZ — LIBERDADE — TRABALHO — PROSPERIDADE
— No campo, dentro de uma corôa formada por um ramo de
louro e outro de carvalho, esta inscripção, em seis linhas ho-
rizontaes: LEI — N.º 3353 — DE — 13 DE MAIO — DE —

1888. Aos lados os nomes do autor e do abridor: F. BRITO — & SARRAMAYOU.

Orla ornamentada.

Rs — A — COLONIA PORTUGUEZA — EM — PERNAMBUCO — CONGRATULA-SE COM O POVO — BRAZILEIRO — PELO LANÇO AMPLISSIMO QUE — ACABA DE JUNTAR AO TEMPLO — DA HUMANIDADE no campo da medalha. em 10 linhas, tendo por baixo um florão.

Ornamentada.

Prata — 78 mlm.

V. de Cavalcanti n. 65.

D'esta medalha, mandada fazer pela colonia portugueza em Pernambuco e executada no Porto pelos gravadores Brito & Sarramayou, foram cunhados 51 exemplares, sendo um, unico, em prata, que foi offerecido ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, e os demais em cobre.

V. Pereira da Costa, "Jornal do Recife" de 28 de novembro de 1896 e seguintes.

1888

MEDALHA DA CAMPANHA ABOLICIONISTA EM PERNAMBUCO

LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN (Liberdade ainda que tardia), LEI N.º 3.353. Barcaça á véla, navegando á direita.

Rs — CAMPANHA — ABOLICIONISTA — DE — 1880 A 1888 — EM — PERNAMBUCO em cinco linhas, sendo em curva a primeira e a ultima.

Latão nickelado — 36 mlm.

Esta medalha, de que se tiraram 300 exemplares, foi mandado cunhar em Vienna pela Sociedade Commemorative da Abolição e Protectora da Infancia Desvalida, fundada no Recife em 1888, para com ella recompensar as pessoas que mais trabalharam em prol da causa da libertação dos escravos. Cada medalha, a cuja distribuição se procedeu no anno seguinte, era acompanhada de um diploma nominal, passado em 17 de outubro do mes-

mo anno e firmado pela directoria da Sociedade. (V. "Numismatica Pernambucana", serie de artigos por Pereira da Costa, publicada no "Jornal do Recife" de 28 de novembro de 1896 e seg.).

— No dia 17 de abril de 1889, às sete horas da noite, foi entregue ao Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do ministerio que decretou a abolição, por uma commissão composta do Dr. Barros Sobrinho, Numa Pompilio, João Ramos, José Mariano, Sebastião Grande de Arruda e Cassiano Lopes, um exemplar da medalha descripta. (V. Almanack de Pernambuco para 1900).

— O exemplar que existe na collecção d'este Instituto pertenceu ao fallecido Dr. João de Oliveira.

1888

MEDALHA DO CLUB CUPIM

O — CLUB CUPIM — AOS — SEUS FIEIS ADEPTOS —
PERNAMBUCO — em cinco linhas horisontaes no campo da
medalha.

Rs — 13 DE MAIO — DE 1888. — LIBERDADE — AOS —
ESCRAVISADOS, em cinco linhas horisontaes.

Nickel — 42 mlm.

Tem argolas para fita.

Meili n. 57.

Esta medalha, mandada fazer pelo Club Cupim para com ella galardoar os seus membros que mais serviços prestaram á causa da abolição, foi cunhada em Vienna d'Austria, em numero de 120 exemplares.

V. Pereira da Costa.

Era o Club Cupim uma sociedade destinada a promover a libertação dos escravos, para o que empregava todos os meios, servindo-se de mil ardis, e não tinha séde fixa para evitar a perseguição da policia. Realizou a sua primeira sessão a 8 de outubro de 1884, na residencia do dentista Numa Pompilio, á rua Barão da Victoria n. 54. Foram em numero de vinte os fundadores do "Club Cupim". (V. "Jornal do Recife" 13-V-1914).

S. D. (1889)

INSIGNIA USADA PELOS MEMBROS DA LOJA "CAVALLEI-
ROS DA CRUZ"

Esta insignia é formada pela letra C de prata esmaltada de branco, circundando uma cruz também de prata esmaltada de encarnado.

Esta insignia é o distintivo usado pelos membros da Loja "Cavalleiros da Cruz" fundada no Recife em 15-12-1873.

1889

MEDALHA DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS CON-
FERIDA AO GOVERNO DO BRASIL

EXPOSITION UNIVERSELLE. A. Sabedoria, sob a figura de Minerva encostada á arvore da Paz, colloca uma corôa de louro sobre a cabeça do Trabalho, representado por um ro-busto mancebo sentado n'uma bigorna e empunhando o malho. A seus pés ve-se o Campo de Marte, local da Exposição, e por cima a data 1889. No exergo: LOUIS BOTTE'E, autor da medalha.

Rs — REPUBLIQUE FRANÇAISE em duas linhas no campo da medalha. A França, alada, cinge com o braço esquerdo o busto da Republica, e em destra impunha longa tuba em que faz soar aos quatro ventos os nomes dos premiados no grande concurso. Junto á orla: LOUIS BOTTE'E. Sob a figura da França, ha um cartel destinado ao nome do agraciado; nelle se lê: GOVERNEMENT DU BRE'SIL.

Bronze. 60 mlm.

V. Cavalcanti N.º 126.

Esta medalha de que só se tiraram exemplares em bronze, foi feita pelo esculptor Luiz Bottée, de Paris; e cunhada na Casa da Moeda da mesma cidade. Era destinada a recompensar os expositores que concorreram ao grande certamen universal levado a effeito em Paris no anno de 1889.

O exemplar acima descripto foi conferido ao Governo brasileiro.

1889

MEDALHA DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS
CONFERIDA A' COMMISSÃO DE
PERNAMBUCO

Medalha igual a precedente, tendo porem, no cartel destinado a receber o nome do agraciado esta inscripção: COMMISSON DE PERNAMBUCO.

Bronze. 59 mlm.

Como se vê, foi esta medalha conferida pelo jury da Exposição Universal de Paris, de 1889. Conferida á Commissão official de Pernambuco.

S. D.

VALE DA COMPANHIA DO QUEIMADO, BAHIA

COMPANHIA DO QUEIMADO — BAHIA. Chafariz com duas bacias e repucho jorrando agua.

Rs — VALE — UM BARRIL — D'AGOA em tres linhas.
Zinco, 30 mlm.

Eram estas senhas ou vales emitidos pela Companhia do Queimado, que abastecia de agua a cidade da Bahia.

E' anterior a 1890.

1890

MEDALHA COMMEMORATIVA DO 98.º ANNIVERSARIO
DA MORTE DE TIRADENTES

Busto a tres quartos á esquerda. Aos lados as datas, 1792 — 1890.

R S — AO PROTO MARTYR DA LIBERDADE NACIONAL JOAQUIM JOSE' DA SILVA XAVIER. No campo, inscripto

n'um circulo pontuado, um triangulo ladeado por esta inscripção: LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN.

Cobre, 37,5 mlm.

V. de Cavalcanti. N.º 226.

Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, passa por ter sido um dos cabeças da conspiração conhecida na historia por Inconfidencia Mineira. Preso em 1790, em Minas Geraes, foi enforcado no Rio de Janeiro aos 21 de Abril de 1792.

1891

MEDALHA DEDICADA AO ACTOR JOÃO CAETANO

JOÃO CAETANO DOS SANTOS — 1808 — 1863. Effigie de João Caetano á esquerda.

R S — A' GLORIA DO PALCO BRASILEIRO *. No campo, dentro d'um traço circular: MAIO — 1891.

V. Cavalcanti, n. 198.

João Caetano dos Santos nasceu em 1808 e falleceu em 24 de agosto de 1863.

A 3 de maio de 1891 foi-lhe inaugurada uma estatua confronte á antiga Escola de Bellas Artes, sendo n'essa occasião distribuida a medalha acima descripta. A estatua, que é de bronze foi modelada, em 1859, pelo escultor Pinheiro Chaves e fundida em Roma no anno de 1890.

A erecção desse monumento deve-se aos esforços de Francisco Correia Vasques, notavel actor comico, o qual por meio de subscripções e espectaculos conseguiu a quantia para isso necessaria.

S. D. (1893)

MEDALHA DEDICADA A FLORIANO PEIXOTO

Busto do Marechal Floriano Peixoto, a tres quartos á esquerda. Orla de pontos.

R S — AO MARECHAL DE FERRO *GLORIA . No campo, dentro d'uma corôa de carvalho: ... A' BALA.

Latão prateado. 29 mlm. Tem argolas para fita.

V. de Cavalcanti. N.º 209.

Foi esta medalha feita no Rio de Janeiro em 1893.

A phrase que se lê no reverso da medalha supra, allude á resposta dada pelo marechal Floriano Peixoto ao commandante da esquadra ingleza, surta na bahia da Guanabara, quando este lhe perguntou, por occasião da revolta da armada em 6 de Setembro de 1893, como seriam recebidas as forças estrangeiras que desembarcassem para garantir os seus nacionaes? — A' bala, respondeu Floriano.

S. D. 1894

DISTINCTIVO DA LOJA MAÇONICA "OBREIROS DO PORVIR"; DE NAZARETH

Obreiros do Porvir e em baixo: Benem.:. em caracteres pretos sobre fundo encarnado. Ao centro um compasso e um esquadro, tambem em prêto sobre um círculo branco.

Zineo colorido. 28 mlm.

A Loja "Obreiros do Porvir" foi fundada em 2 de março de 1894 e tem a sua séde em a cidade de Nazareth, neste Estado.

O exemplar descripto e que faz parte do Museu Numismatico deste Instituto foi obtido, por offerta, em agosto de 1927.

1894

HOMENAGEM Á COMMISSÃO MILITAR DO URUGUAY

HOMENAGEM — A' — COMMISSÃO MILITAR — DA—REPUBLICA DO URUGUAY — 1894, em seis linhas no Campo da medalha, sendo a primeira curva.

R S: — O Sol, emblema da Republica Oriental do Uruguay, tendo por baixo duas mãos dadas, representando a amizade que une esta republica e o Brasil. No campo um ramo

de oliveira em que se enlaça uma fita com a legenda: BRAZIL — URUGUAY, e uma estrella radiante, além de mais outras vinte, symbolizando o Districto federal e os vinte Estados do Brasil.

Bronze. 39 mlm.

V. Cavalcanti. N.º 280.

A Commissão Militar da Republica do Uruguay veio ao Rio de Janeiro fazer entrega das medalhas da guerra do Paraguay aos militares brasileiros que n'ella tomaram parte.

O exemplar d'esta medalha, que existe na Collecção Numismatica d'este Instituto, foi offerta do Sr. Corbini-ano Villaça, em Setembro de 1924.

1894

DISTINCTIVO DA LOJA MAÇONICA OBREIROS DO PORVIR

OBREIROS DO PORVIR e em baixo BENEM.:. em caracteres negros sobre fundo encarnado; ao centro um compasso e um esquadro, tambem em negro sobre um circulo branco. Orla branca.

Zinco esmaltado ou colorido — 28 mlm.

A Loja Obreiros do Porvir fundada em 2 de março de 1894, tem a sua séde em Nazareth.

Obtida em Agosto de 1927.

1900

MOEDA DE 4.000 REIS COMMEMORATIVA DO QUARTO CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL **** n'um circulo pontuado. Dentro de um circulo linear dois escudos ovaes com as antigas armas portuguezas e as actuaes dos Estados Unidos do Brasil, ligadas por uma fita onde se

lêem as datas: 1500—1900. Inferiormente tem uma estrella do cinco pontas, radiada. Por cima entre as ovas, a indicação do valor: 4000—REIS.

Rs — 4.º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL — * 1900 * . Pedro Alvares Cabral, de corpo inteiro, pisa e sauda a terra descoberta, erguendo a bandeira. No campo, á direita, uma estrella de cinco pontas, radiante. Por baixo uma fita com o nome: PEDR'ALVARES CABRAL.

Prata — 50,5 mlm.

Esta moeda é a primeira da serie commemorativa do 4.º centenario do Descobrimento do Brasil, a qual se compõe dos seguintes valores: 4\$000, 2\$000, 1\$000, 400 réis.

Por occasião do 4.º centenario do Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral, cunharam-se na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, com autorização do Governo, mas por conta da "Associação do 4.º centenario do Descobrimento do Brasil" as quatro moedas de prata já mencionadas.

A concessão foi determinada por lei de 31 de dezembro de 1898.

Os cunhos foram desenhados por Hilario Teixeira e gravados por Francisco Carneiro.

O peso correspondia ao da moeda então corrente.

A emissão foi de 400.000.000 réis e as moedas venderam-se por mais do duplo do seu valor, para que com esse lucro, a Associação, que tambem obtivera a concessão dos sellos do centenario, podesse occorrer ás avultadas despesas feitas com os festejos.

Os preços eram os seguintes:

Moeda de 4\$000 por 10\$000.

Da de 2\$000 por 5\$000.

Da de 1\$000 por 2\$000.

Da de \$400 por 1\$000.

As vendas até a quantia de 1:000\$000 tinham o desconto de 10 %.

As que attingiram a quantia de 4:000\$000 tinham 20 %.

Todas as quatro moedas são serrilhadas.

V. Meili. — "Das Brasilianische Gedwesen. vol. II — Moedas do Brasil Independente — Pags. 304 e 323.

1900

MOEDA DE 1\$000, COMMEMORATIVA DO 4.º CENTENARIO
DO BRASIL

4.º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL *
No campo — 1000—REIS dentro de uma corôa de louro e
carvalho, em cuja parte superior ha uma fita com esta data
— 1500 e na inferior uma outra com 1900.

Rs — REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRA-
SIL * No campo a cabeça da Liberdade n'um medalhão re-
dondo, dentro de um cartel affectando a forma de um rec-
tângulo, tendo escripta na parte superior a palavra: **Libertas**.
Aos lados e por baixo do cartel um arado, um vapor e uma
locomotiva.

Prata — 30 mlm.

Esta é a terceira moeda da serie cunhada para com-
memorar o Centenario do Brasil.

1900

MOEDA DE 400 REIS, COMMEMORATIVA DO 4.º CENTE-
NARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

4.º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL *
No campo: 400 — REIS dentro de uma corôa de louros e car-
valho em cuja parte superior, em uma fita, ha a data de 1500
e na inferior, em outra, a de 1900.

Rs — REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRA-
SIL * No campo a corôa da Ordem de Christo, tendo aos
quatro cantos, estrellas de seis pontas e ao redor a legenda:
IN HOC SIGNO VINCES.

Prata — 23 mlm.

E' esta a quarta e ultima moeda da serie commemorativa do 4.º Centenario do Descobrimto do Brasil: é uma imitação das moedas de D. Manoel.

1900

MEDALHA COMMEMORATIVA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

PEDRO ALVARES CABRAL — DESCOBRIDOR DO BRAZIL. Busto de Pedro Alvares Cabral, de elmo e couraça, tres quartos á direita. Por baixo, em letra miuda o nome do gravador: HANS FREI — BALE.

Rs — AO POVO LUSO-BRASILEIRO n'uma fita em cujas extremidades se lê em caracteres miudos: O e D. — JUL. MEILI. No campo, as armas portuguezas do tempo de D. Manoel I, entre as datas 1500 e 1900 e, por cima, em roquete, as do reino unido com a data de 1816, as do imperio brasileiro com a de 1822 e, ao centro, as da Republica dos Estados Unidos do Brasil com a de 1889. Em baixo, contornando a medalha: PORTO SEGURO DA ILHA DA VERA CRUZ — 3 DE MAIO.

Na espessura, incusas, a marca do director da Casa da Moeda de Paris — uma cornucopia — e a palavra — BRONZE.

Bronze prateado — 58 mlm.

V. Cavalcanti — 233.

Esta medalha, mandada cunhar por Julio Meili, cidadão suiso, para commemorar a data do 4.º Centenario da Descoberta do Brasil, é dedicada ao povo portuguez e ao brasileiro. Foi gravada em Basileá, Suissa, pelo artista gravador João Frei, e cunhada na Casa da Moeda de Paris. Tiraram-se exemplares em prata e em bronze prateado. Não foi posta á venda e, sim, distribuida generosamente pelo autor a pessoas notaveis, estabelecimentos scientificos e artisticos, colleccionadores e pessoas de sua amisade.

Julio Meili, esclarecido numismata e autor da melhor obra sobre numismática brasileira, foi, durante muitos annos, negociante no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, sendo n'esta cidade socio commandatario da firma Amstein & Cia.

Falleceu na Suíça, de onde era natural, em agosto de 1907, em Zurich, contando 67 annos de idade.

Publicou: Collecção Numismática: As Moedas do Imperio do Brasil, 1890; — As Medalhas referentes ao Imperio do Brasil; 3 volumes 1897-1903-1904; e Catalogo da Collecção de Contos Portuguezes, no numero 2 do 5.º volume do "Archeologo Portuguez".

1900

MEDALHA COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DO
BRASIL

1500 — DESCOBERTA — DO BRAZIL — 4.º CENTENARIO — 1900 — PERNAMBUCO —o— em sete linhas horizontaes.

Rs — 1500 BRAZIL 1900, na orla, do lado esquerdo. No campo a "Primeira Missa no Brasil" reproducção do quadro a aquarella do pintor portuguez Ernesto Condeixa. No exergo: PRIMEIRA MISSA. — CLAUER nome do gravador.

Latão nickelado — 35 mlm.

Tem argolas e laço de fita verde e amarella.

V. Cavalcanti n. 236.

Esta medalha, executada nas officinas de gravura e cunhagem de medalhas, de C. Christiano Lauer, em Nuremberg, Allemanha, foi mandada fazer pelos negociantes Antonio Joaquim Barbosa Vianna & Cia., estabelecidos com armazem de ferragens á rua Duque de Caxias, Recife, e pelos mesmos posta á venda pelo preço de 2\$000, cada exemplar, por occasião do 4.º Centenario do Descobrimento do Brasil.

1900

MEDALHA DO CENTENARIO DO BRASIL

PEDRO ALVAREZ CABRAL. Busto de Cabral á esquerda entre um ramo de louro e outro de carvalho.

Rs 4.º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. — 1500-1900. No campo, galé navegando á direita.

Aluminio — 29,5 mlm. Tem argola.

V. Cavalcanti.

1900

**MEDALHA-DISTINCTIVO DA LOJA MAÇONICA
"PELICANO"**

RECIFE — 1900 em curva, na parte superior: — PELICANO em baixo, tudo em letras esmaltadas de azul. No vertice, um compasso e um esquadro em esmalte amarello. No campo um pelicano alimentando os filhos, em relevo.

E' uniface, triangular e tem argolas para fita.

Prata — 36 mlm.

A medalha descripta servia de distinctivo aos membros da loja "Pelicano" que, fundada no anno de 1900 poucos mais deve de existencia. As suas sessões realizavam-se em um predio sito á rua da Imperatriz.

1900

**MEDALHA-DISTINCTIVO DA LOJA MAÇONICA
PHILOTIMIA**

Estrella de dezeseis pontas radiada. Ao centro uma aguia com um punhal nas garras, sobre dois ramos, circumdada por uma faixa de esmalte vermelho com esta legenda em prata: * PHILOTIMIA * RECIFE — 1900. Ao alto tem um compasso e um esquadro.

Rs — Liso, tendo apenas ao centro uma contramarca oval com os nomes dos fabricantes: DESCHLER — U. SOHN — NURNBERG. E mais abaixo a designação do metal e do respectivo toque SILBER 0,950.

Prata — 40 mlm.

E' esta medalha usada como distinctivo pelos membros da officina maçonica "Philotimia" que foi fundada no anno de 1838 e reinstalleda no 1.º de março de 1900, data esta que se lê na mesma medalha.

Chronologicamente é, das existentes a segunda loja maçonica fundada n'este Estado.

D'este distinctivo cunharam-se 200 exemplares, em prata de 950 millesimos, nas officinas de Deschler & Filho, Nuremberg, Allemanha.

Esta medalha, bem como os esclarecimentos que lhe dizem respeito, foram, aquella offerecida ao Instituto, e estes fornecidos por carta, pelo sr. Francisco Bezerra Coutinho, veneravel da mencionada loja, em junho de 1923.

19 — X — 1901

MEDALHA "HOMAGE A SANTOS DUMONT"

HOMMAGE A SANTOS DUMOUNT — LE 1er. BALLON DIRIGIBLE. Busto de Santos Dumont á esquerda tendo no corte do braço o nome do autor: S. KINSBURGER.

Rs — POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS — No campo a Torre Eiffel com o balão passando-lhe junto. Em baixo, num cartel, entre uma palma e um ramo de oliveira: 19 OCTOBRE 1901; á direita, junto á orla: M. MASSONNET EDIT. Na espessura: ARGENT.

Prata — 27 mlm. 8 grammas.

A medalha descripta commemora a experiencia definitiva, feita por Santos Dumont em o seu dirigivel n. 6, realizando o giro em volta da Torre Eiffel, no dia 19 de outubro de 1901. Foi modelada pelo escultor S. Kinsburger e editada por M. Massonet. A cunhagem foi feita na Casa da Moeda de Paris.

Alberto dos Santos Dumont, nasceu no Estado de Minas Geraes, em 20 de junho de 1873. Fez a sua primeira ascensão em Paris, em 1897, e dedicou-se inteiramente ao problema da dirigibilidade dos balões. Depois de diversos ensaios que deram nova actualidade á navegação aerea, Santos Dumont partiu a 19 de outubro de 1901, do Parque do Aero Club, contornando a Torre Eiffel e tornou ao ponto de partida, sendo merecedor do premio fundado por Henri Deuteck. Os 12 kilometros deste percurso aereo foram realizados em 29 minutos e 3 segundos pelo "Santos Dumont". — Veja Almanack Hachette (903, pag. 256). — Falleceu em julho de 1932 na cidade de Santos, São Paulo e conforme trabalho publicado no "Diario da Manhã" (Recife, 13-8-1932) nasceu no sitio Cabangú, em Barbacena.

1901

MEDALHA DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETTRAS

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS * 1901 * —
O sol despontando no horisonte, sobre o mar, com o lemma da Academia: AD LUCEM, em curva, disposto diagonalmente.

Rs — OMNE PRINCIPIUM EST DEBILE * 1601 * No campo, um livro inclinado para a direita, tendo em diagonal, em quatro linhas: PROSOPOPE'A — BENTO — TEIXEIRA — PINTO, tudo entre duas palmas encimadas por uma estrella symbolisando Pernambuco. Por baixo em pequenos caracteres, junto á orla: MANDADA CUNHAR POR ALFREDO DE CARVALHO.

Bronze prateado — 50 mlm.

Esta medalha, commemorando a fundação em 1901, da Academia Pernambucana de Lettras, e cujo desenho foi feito pelo professor do Lyceu de Artes e Officios de Pernambuco, Odilon Tucuman, natural deste Estado, foi mandada cunhar em Nuremberg, pelo Dr. Alfredo de Carvalho, membro fundador da mesma Academia, onde occupou a cadeira patrocinada pelo general Abreu e Lima, por occasião da sua viagem á Europa, em 1905, onde foi representar o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano no Congresso de Anthropologia e Ethnographia de Lyde.

O anno que se vê no anverso é o da data da fundação da Academia, e o do reverso a da publicação do primeiro livro escripto por um pernambucano.

D'esta medalha cunharam-se 100 exemplares, sendo alguns distribuidos pelas redacções de jornaes, Instituto Archeologico e Geographico, Gymnasio e Bibliotheca Publica, e os restantes postos a venda na Joalheria Krause Sobrinhos, rua do Cabugá.

(V. "Provincia" 6-3-1906).

1904

MEDALHA COMMEMORATIVA DO 50.º ANNIVERSARIO DO
DOGMA DA IMMACULADA CONCEIÇÃO

Homenagem do Brasil a Maria

HOMENAGEM DO BRAZIL A MARIA 1904 Monograma em duplo M sobre dois sceptros em aspa; á esquerda: PIO IX, em

cima PIO X, e á direita: LEÃO XIII. Em baixo: VIII DEC. — 1864 — ROMA em tres linhas.

Rs — OH MARIA CONCEBIDA SEM PECCADO ROGAI POR NO'S.

Imagem de N. S. da Conceição sobre nuvens.

E' de forma ovalada, revestida por oito arcos de circulo, de tamanhos desiguaes.

Latão. 35 X 27 mlm. Tem argolas.

Esta pequena medalha é uma homenagem do Brasil commemorando o quinquagesimo anniversario do Dogma da Immaculada Conceição promulgado em Roma, perante duzentos bispos, pelo papa Pio IX, aos 8 de dezembro de 1854.

Tratando d'este assumpto diz Cauly na sua Historia da Religião:

“Já nos primeiros tempos do catholicismo, uma tradição constante saudara Maria como herdeira das promessas eternas. Era crença geral que por um privilegio de Deus, aquella que fora predestinada a ser a mãe do Salvador tinha sido preservada da mancha original.

Desde muito tempo, a Igreja tinha sancionado esta crença estabelecendo uma festa fixada por Sixto IV a 8 de dezembro. Aquillo ainda não satisfazia a piedade christã.

Pontifices, reis, ordens religiosas, nações inteiras, amiudadas vezes, tinham pedido ao Summo pontifice que proclamasse essa verdade tão universalmente aceita, como dogma de fé. Antes de annuir a este desejo, Pio IX quiz consultar o sentir do universo catholico. De Gaeta onde se acolhera, elle indagou das tradições de todas as igrejas particulares. Foram unanimes em reconhecer a verdade da Immaculada Conceição. Emfim a 8 de dezembro de 1854, na presença de duzentos bispos vindos de todos os pontos do mundo, Pio IX promulgou, como doutrina revelada por Deus e verdade de fé catholica, ter sido “a bemaventurada Virgem Maria, por uma graça singular de Deus todo poderoso, e em vista dos meritos de Jesus Christo, salvador do genero humano, preservada e inteiramente isenta de toda a mancha do peccado original, desde o primeiro instante da sua conceição”. Depois da promulgação d'este dogma pela bulla *Ineffabilis*, não é mais possivel regeitar a *Immaculada Conceição* sem cahir em heresia”.

1904

INSIGNIA DA LOJA "S. JORGE", DO RECIFE

S. Jorge, a cavallo, combatendo o dragão, á direita; em relevo n'um escudo octogono de faces em curvas reintrantes, esmaltado de branco. Exteriormente, fita de esmalte azul, dando tres voltas, e com esta legenda: St. GEORGE — N.º 5. — G. O. — BRAZIL. Entre o escudo e a volta do centro tem um compasso e um esquadro, e por baixo um ornato: Encimando o escudo vêem-se as armas da Republica dos E. U. do Brasil esmaltadas com as côres apropriadas.

Rs — Da fita: BRO ANTONIO DA CRUZ RIBEIRO — (Marcas do fabricante, do Contrasse de Londres e letra da data 1907) "EN SOUVENIR".

Rs do escudo: Marcas do contrasse.

Rs das armas: KENNING & SON — LONDON.

Pende de uma fita de gorgurão cinzento-esverdeada, segura por uma passadeira formando uma fita, com tres voltas, esmaltada de branco, com esta legenda em letras azues: INAUGURATION COMMITTEE — 1904 —, com ornatos em cima e em baixo. Na parte posterior tem esta marca KENNING & SON — SILVER — REGt. 435.581.

Tem alfinete com charneira.

Prata dourada e esmaltada, 59 x 36 mlm.

Esta Insignia foi offerecida, como lembrança, ao Irmão Antonio da Cruz Ribeiro, membro da Commissão Inaugural, pela loja maçonica ingleza S. Jorge, inaugurada no Recife, em 1904.

O exemplar descripto pertenceu, como fica dito ao Sr. Antonio da Cruz Ribeiro, recentemente fallecido, e foi pelo Sr. Mario Melo, seu genro, offerecido para o Museu Numismatico do Instituto, em setembro de 1927.

1905

MEDALHA DISTINCTIVO DA LOJA 6 DE MARÇO DE 1817 DO RECIFE

SEIS DE MARÇO DE 1817 em uma faixa cortando um triangulo com os emblemas maçonicos: o olho da Providen-

cia no vertive, no centro um compasso e um esquadro, um malho e uma colher de pedreiro.

Prata.

Esta medalha, que é o distintivo usado pelos membros da citada loja, foi cunhada na Allemanha em 1905, em numero de 100 exemplares de prata.

Esgotada esta primeira emissão, procedeu-se a uma outra de 150 exemplares, para o que se remetteram os primitivos cunhos para o Rio de Janeiro, em 1922, ao sr. Americo Monteiro, com officina de gravura e cunhagem de medalhas, á rua de Buenos Ayres, 227.

E' d'esta segunda cunhagem o exemplar que faz parte da collecção do Instituto.

A Loja SEIS DE MARÇO DE 1817 foi fundada no Recife, em 1821, por Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, revolucionario de 1817.

1906

MEDALHA DISTINCTIVO DA LOJA "SEGREDO E VERDADE", DE VICTORIA

SEGREDO E VERDADE * 5906 * em esmalte vermelho. No campo: OR. VICTORIA, sobre duas mãos enlaçadas. Por baixo uma corôa de louro.

E' uniface e tem argola.

Prata esmaltada.

Serve esta medalha de distintivo aos filiados na loja maçonica "Segredo e Verdade", a qual foi installada a 1 de Setembro de 1906 e têm séde na cidade de Victoria, n'este Estado.

1906

MEDALHA COMMEMORATIVA DA CREAÇÃO DO CARDINALATO BRASILEIRO

A' esquerda uma figura feminina sentada, acaba de escrever n'um livro que tem sobre os joelhos, na primeira pagina: ROMA — XI DE XII DE — MCMV em tres linhas; e na

segunda: PIO X — IMPŒ O — CHAPÉO — AO — 1.º CARDEAL — DA — AMERICA — LATINA, em oito linhas. Este livro está encostado ao globo terrestre, no qual se destaca o continente sul-americano. No alto da medalha vê-se o Espirito Santo sobre o solio pontificio, no meio de uma gloria de anjos, um dos quaes faz menção de entregar um chapéu de cardeal a uma figura com aureola sideral, collocada á direita, e que com o braço esquerdo ampara uma cruz cuja haste assenta no solo; entre as duas figuras vê-se a constellação da America do Sul. No exergo: BRASIL. Por baixo, em letras microscopicas, o nome do autor: A. G. GIRARDET.

Rs — Em um disco occupando o centro da medalha, lê-se o seguinte, em tres linhas circulares, concentricas: ROMA. 11. 12. 1905 — RIO DE JANEIRO. 1 . 4 . 1906 — O CLERO E O POVO DO BRASIL — AO SS. PADRE — ao centro um pequeno circulo que assenta sobre uma flor collocada inferiormente, o que lhe dá o aspecto de uma hostia sobre o calix: n'este disco está escripto: PIO X. Tudo isto é circulado por uma larga orla formada por tres anjos, de pé, e de asas estendidas, segurando tres festões de folhagem e flores, sobre os quaes ha respectivamente, tres escudos, a saber: em cima o das armas do Summo pontifice, o da esquerda as do cardeal Arco-Verde, o da direita as do Brasil. Junto á orla, em typo miudo: A. G. GIRARDET.

Na espessura tem uma cornucopia, marca do director da Casa da Moeda de Paris, onde a medalha foi cunhada, e a palavra BRONZE.

Bronze — 70 mlm.

V. Cavalcanti n. 270.

Esta medalha foi mandada cunhar pela Commissão Executiva dos Festejos Cardinalicios, e por conta das dioceses do Brasil, para commemorar a creação do primeiro cardinalato do continente sul-americano, e em homenagem de gratidão ao Santo Padre Pio X que elevou á purpura cardinalicia um prelado brasileiro, o arcebispo do Rio de Janeiro D. Joaquim Arco-Verde de Albuquerque Cavalcanti.

Foi gravada pelo professor da Academia de Bellas Artes, A. G. Girardet, e cunhada na Casa da Moeda de Paris. Tiraram-se tres exemplares em ouro: um para o Papa, um para o Cardeal e o terceiro para o Presidente da Republica; os demais eram em prata e em bronze.

O exemplar destinado ao Papa é circulado de pedras preciosas e foi apresentado n'um artistico estojo de ma-

deiras nacionaes, ornado com os escudos de todos os bispos brasileiros.

Este presente dos catholicos brasileiros foi entregue ao representante da Santa Sé no Rio de Janeiro, o nuncio monsenhor Tonti, a 12 de outubro de 1906, em seguida a solemne Te Deum celebrado na cathedral. Acompanhava a medalha uma mensagem escripta em pergaminho, e assignada por todos os bispos do Brasil.

As datas da criação do cardinalato são, 11, 13 e 14 de dezembro de 1905. A primeira é a do Consistorio secreto em que D. Joaquim Arco-Verde foi creado cardeal, a 2.^a é a da imposição do barrete, e a 3.^a é a do Consistorio publico e imposição do chapéo.

A 14 de janeiro de 1906 houve o empossamento solemne do novo cardeal, na sua Igreja titular de S. Bonifacio e Santo Aleixo, no Monte Aventino. N'essa occasião pronunciou o cardeal Arco-Verde um admiravel discurso.

A 1 de abril do mesmo anno de 1906, chegou o cardeal Arco-Verde ao Rio de Janeiro, sendo enthusiasticamente recebido.

1908

MEDALHA DE RECOMPENSA DA LOJA 6 DE MARÇO DE 1817 DO RECIFE

AMOR AO TRABALHO * PREMIO * No campo duas mãos dadas, symbolo de amizade, tendo por cima dois malhetes em aspa e um triangulo com o olho da Providencia.

R S — Um compasso e um esquadro, tendo ao centro uma estrellla com a letra G —; ao redor: 6 DE MARÇO DE 1817.

Tem argola para fita.

Bronze 30 mlm.

Destina-se esta medalha a ser conferida como premio de frequencia aos membros da loja maçonica 6 de Março de 1817, que se mostrem mais assíduos ás respectivas sessões.

A cunhagem desta medalha, cuja iniciativa se deve ao Dr. Mario Melo, de quem, em 1908, partiu a idéa de sua criação, foi feita na Allemanha em numero de 100 exemplares.

Fez-se posteriormente uma nova tiragem, tambem de 100 exemplares, na officina monetaria de Americo Monteiro, á rua Buenos Ayres n.º 277, Rio de Janeiro.

O exemplar pertencente ao Instituto é um d'estes ultimos.

1908

MEDALHA DISTINCTIVO DO TIRO PERNAMBUCANO

Estrella como a das armas da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo no centro, em vez da constellação do Cruzeiro, duas carabinas em aspa.

Em baixo uma fita com a legenda: TIRO PERNAMBUCANO.

Cobre. Uniface. 27 mlm.

Esta medalha era usada como distinctivo pelos membros da agremiação denominada "Tiro Pernambucano" fundada em 1908 e com séde no Recife.

A idéa foi do respectivo secretario, o Dr. Mario Melo, que a mandou cunhar na Allemanha por intermedio da joalharia "Ao Anel de Ouro" de Barros & Irmãos.

1910

MEDALHA EM HOMENAGEM AO BARÃO DO RIO BRANCO

J. M. DA SILVA PARANHOS. BARÃO DO RIO BRANCO. Busto do Barão do Rio Branco, de perfil, á esquerda. No corte do braço: L. BOTTE'E.

Rs — PIPIRY — GUASSÚ — OYAPOC — ACRE em tres linhas na parte superior da medalha, entre dois ramos de oliveira.

Ao centro, em duas linhas: AO BARÃO DE RIO BRANCO — O POVO BRASILEIRO. Mais abaixo, separado por um travessão: 20 ABRIL DE 1910. Na parte inferior, um ramo de oliveira; orla guarnecida de pontos. Na espessura: BRONZE e a marca da officina de gravura e cunhagem de medalhas, de Janvier e Duval, em Paris.

Bronze — 101 mlm.

O Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, filho do notavel estadista e diplomata do mesmo nome, o Visconde do Rio Branco, nasceu no Rio de Janeiro aos 30 de abril de 1845.

Concluidos os seus estudos juridicos foi eleito deputado. No desempenho de alta missão diplomatica salvou para o Brasil 36.000 kilometros quadrados de territorio

sobre o qual a Republica Argentina se julgava com direito. Depois ainda defendeu os direitos do seu paiz não consentindo que fosse desagregada uma zona de 400.000 kilometros quadrados, do Oyapoc ao Araguay, reclamada pela França. Era ministro em Berlim, quando o então presidente, Dr. Rodrigues Alves o chamou para a gestão da pasta dos negocios estrangeiros. N'esta pasta se conservou até a data do seu fallecimento, occorrido em 9 de fevereiro de 1912. Realizou o "Tratado de Petropolis" salvando 191.000 kilometros quadrados de territorio disputado pela Bolivia.

Nas negociações entabuladas mais tarde com o Perú, resolveu a pendencia de modo que o Brasil ficou com 403.000 kilometros.

Nos dois arbitramentos em que funcionou como advogado dos direitos do Brasil, e nos tratados de limites concluidos durante o seu ministerio, o Barão do Rio Branco conservou para o paiz 750.000 kilometros quadrados de territorio disputado pela Argentina, a França, a Bolivia e o Perú, e augmentou de 152.000 kilometros quadrados.

Foi sepultado no mausoléo de sua familia no cemiterio de S. Francisco Xavier.

—Os nomes Oyapoc, Acre e Pipiry-Guassú, que se lêem no reverso da medalha acima descripta, são os dos tres rios que limitam respectivamente, os antigos territorios contestados: o do Amapá, o do Acre e o das Missões, incorporados definitivamente ao Brasil, o 1.º em virtude do laudo do conselho federal helvetico, cuja decisão data de 1 de dezembro de 1900; o 2.º, pelo tratado chamado de Petropolis, assignado em 17 de novembro de 1903, pelo Barão do Rio Branco e pelo Dr. Assis Brasil, por parte do Brasil, e pelos Srs. Guachalla e Pinilla, por parte da Bolivia; o 3.º, por sentença arbitral do presidente dos Estados Unidos da America do Norte, Grover Cleveland, pronunciado em 5 de fevereiro de 1895. Tanto n'este como no do territorio das Missões contestado pela Republica Argentina, a demonstração dos direitos brasileiros esteve a cargo da competencia e do patriotismo do Barão do Rio Branco.

S. D. (1911)

MEDALHA DISTINCTIVO "DANTAS BARRETO"

SALVE DANTAS BARRETTO. No campo, convexo, tres estrellas de cinco pontas dispostas em triangulo, dentro d'um circulo linear.

Rs — Liso. — Tem argolas.

Prata dourada. — 24 mlm.

Esta medalha é moldada e fundida, e de execução pouco esmerada.

Era usada como distintivo por alguns partidários do general Dantas Barretto, em 1911, quando da candidatura d'este ao governo do Estado.

1911

**MEDALHA CONFERIDA A MARIO CARMO, PERNAMBUCO
PELO JURY DA EXPOSIÇÃO DE TURIM**

ESPOSIZIONE INTERNACIONALE D'ELLE INDUSTRIE E DEL LAVORO — P. CANONICA. Figura feminina empunhando a haste de uma bandeira desfraldada em que se lê: ITALIA, cavalgando o Pegaso, á direita.

No exergo: TORINO MCMXI.

Rs — MARIO CARMO — PERNAMBUCO em duas linhas, dentro de uma corôa de louro.

Bronze — 60 mlm.

Esta medalha, modelada por P. Canonier, constituia a recompensa dada pelo jury da Exposição Internacional das Industrias e do Trabalho, realizada em Turim, Italia, no anno de 1911.

O exemplar, descripto foi conferido a Mario Carmo, de Pernambuco.

O exemplar que faz parte da collecção do Instituto foi offerecido pelo sr. dr. Sampaio Caminha em janeiro de 1924.

1911

MEDALHA DE N. S. DA PIEDADE, DO RECIFE

A Virgem sentada, com Christo morto sobre os joelhos, ao pé da cruz, em cujos braços pende a toalha.

Rs — RETRATO — DE — N. S. DA PIEDADE — QUE SI
(sic) VENERA — EM SUA IGREJA — * — RECIFE 1911 em
seis linhas, sendo curvas a primeira e a ultima.

Aluminio — Tem argola. 29 mlm.

A igreja de N. S. da Piedade, ha poucos annos elevada á cathgoria de parochial, fica situada á rua do Lima, n'esta cidade do Recife.

Tendo sido capella particular esteve por muito tempo abandonada. Ha annos porém, foi restaurada e n'ella restabelecido o culto.

Pertenceu á familia Gonçalves Ferreira.

1911

MEDALHA DE SANTO AMARO DAS SALINAS

Imagem de Santo Amaro, de baculo abacial e tendo na mão esquerda um livro, junto a um altar sobre o qual se vê um crucifixo, uma caveira e uma mitra.

Rs — VERDADEIRO RETRATO — DA — IMAGEM DE —
SANTO AMARO — DA (sic) SALINAS — QUE SE VENERA
— NA CIDADE DO — RECIFE — 15-1-1911 em nove linhas,
das quaes a primeira e a ultima são curvas.

Orla pontuada.

Aluminio. Oval, com argolas. 24 x 20 mlm.

Santo Amaro, discipulo de S. Bento de Nursia, foi por este enviado á Gallia no seculo sexto, para alli fundar um mosteiro da sua regra. Falleceu em 584.

Uma congregação de beneditinos tomou, no seculo decimo setimo, o nome de Santo Amaro (ou S. Mauro). Era uma reforma que foi approvada em 1621, pelo papa Gregorio XV.

— A capella de Santo Amaro das Sallinas foi reconstruida em 1842. Nella funciona uma irmandade da mesma invocação.

S. D. (1912) ?

VALE DA FABRICA DE CIGARROS "LAFAYETTE"

FABRICA — LAFAYETTE em duas linhas curvas ao alto da medalha; DE MOREIRA & Ca., em duas linhas, sendo a segunda curva, em baixo. No campo as bandeiras brasileira e portugueza, tendo por cima uma aguia com as asas abertas.

Rs — 80 — D'ESTAS VALEM — 500 — CIGARROS em quatro linhas, das quaes a ultima, curva.

Aluminio — 24 mlm.

A Fabrica de cigarros "Lafayette" pertencente á firma Moreira & Cia., foi fundada em 1889.

Situada á rua do Padre Muniz ns. 13 a 19, está montada com todos os modernos aperfeiçoamentos e occupa um numeroso pessoal. O respectivo deposito é na rua do Imperador esquina da do Crespo, Recife.

Foi seu fundador e ainda faz parte da firma Manoel Moreira de Souza Pontes, portuguez, natural dos Açores.

1912

MEDALHA COMMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSARIO DA
FUNDAÇÃO DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E
GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO

INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOPRAPHICO PERNAMBUCANO * A Historia, representada por uma figura feminina sentada, segura com a mão esquerda um cartel onde se lêem as datas 1862-1912; e na direita empunha uma penna.

Rs — FVNDADO NO RECIFE EM XXVII DE JANEIRO DE MDCCCLXII * No campo orlado por um filete, vê-se a carta chorographica de Pernambuco, com o relevo orographico, e de parte dos Estados limitrophes, que são Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauhy, Bahia, Sergipe e Alagoas. A leste limita com o Atlantico.

Na espessura tem gravado: BRONZE e um signal em forma de triangulo com uma cruz sobre as iniciaes J. D., que é

a marca da officina de cunhagem e redução de medalhas, de Janvier & Duval, sítia á rua de Montmartre, n. 22, Paris.

Prata — 50 mlm.

Bronze — 50 mlm.

Esta medalha, destinada a commemorar o quinquagesimo anniversario da fundação do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, com sêde na cidade do Recife, foi cunhada em numero de 150 exemplares, dos quaes 50 em prata e 100 bronze.

Foi feita a expensas do Instituto e distribuida pelos membros do mesmo. Não foi posta á venda.

Além d'esta tiragem, o dr. Alfredo de Carvalho, encarregado da execução das medalhas mandou cunhar um exemplar em ouro, para a sua collecção particular.

Uma comissão do Instituto Archeologico foi, no dia 28 de fevereiro de 1912, levar um exemplar em prata da medalha descripta, ao governador do Estado, o general Dantas Barretto. Serviu de interprete o dr. Bianor de Medeiros.

Posteriormente foi adoptado o mesmo cunho para o distinctivo dos socios. Pende este de uma fita azul e branca (cores da bandeira, pernambucana) sendo de bronze para os socios effectivos e correspondentes e de prata para os honorarios e bemfeitores.

S. D. 1912

VALE DE 100 RÊIS

100 REIS em duas linhas rectas; orla de pontos.

R S — Igual ao averso.

Latão. 22 mlm.

Procedencia desconhecida.

Anterior a 1913.

1913

MEDALHA COMMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO A D. PEDRO II, NO CEARÁ

DOM — PEDRO II — IMPERADOR DO BRAZIL — 2 DE
DEZEMBRO DE 1825 — 5 DE DEZEMBRO DE 1891. Busto de
D. Pedro II, á direita, tendo ao lado um ramo de louro.

R S Estatua de D. Pedro II, sobre um pedestal onde se vê o escudo imperial. COMISSÃO EXECUTIVA

FR. DE PAULA PESSOA
PRESIDENTE

DIRECTORES
PADRE JOSÉ B. DE JESUS

MIGUEL F. VIEIRA
SECRETARIO

A. GONZAGA
G. DE ALMEIDA

A. MOTIANO B. DE BARROS THESOUREIRO

JOÃO TIBURCIO ALBANO
ALFREDO SALGADO

FRANCISCO F. DA MATTA

CEARÁ 1913

Bronze, rectangular. 70 x 41 mmm.

O exemplar que faz parte da Collecção do Instituto foi offerta do sr. dr. Joaquim Correia de Oliveira Andrade, em 16 de abril de 1915.

S. D. (1913)

MEDALHA EM HOMENAGEM A CARLOS GOMES

Busto de Carlos Gomes á esquerda. 1839-1896 nos angulos superiores. Na parte inferior tem uma tarja saliente com: A. CARLOS GOMES. Ao lado, em sentido vertical: P. E. BARTHOUD.

Rs — NOITE DE CASTELLO. — JOANNA DE FLANDRES — SALVATOR ROSA — MARIA TUDOR. — IL GUARANY. — LO SCHIAVO. — COLOMBO. — CONDOR. — FOS-

CA. — em nove linhas; na parte inferior, um trophéo formado por uma lyra, as mascaras da Comedia e da Tragedia e um ramo de louro.

Na espessura: BRONZE (J D) marca da officina monetaria.

Bronze. Rectangular. 75 x 55 mlm.

D'esta medalha, mandada cunhar em Paris, pelo bem conhecido barytono paraense, Corbiniano Villaça, que della foi o editor, tiraram-se varios exemplares em bronze e dez em prata, que foram postos á venda por 15\$000 e 45\$000 respectivamente.

Foi modelada pelo esculptor francez P. B. Barthoud, e gravada e cunhada nas officinas de Janvier & Duval, de Paris, em 1913.

Antonio Carlos Gomes nasceu em Campinas aos 14 de junho de 1839.

Compositor de fama mundial, foi autor das operas cujos nomes vem mencionados na medalha acima descrita; sendo porém a sua corôa de gloria a intitulada: "Il Guarany".

Falleceu no Pará a 16 de setembro de 1896.

S. D. (1914)

MEDALHA EM HOMENAGEM AO PADRE CICERO

* PADRE CICERO * em curva no alto da medalha; JOAZEIRO CEARA' na parte inferior. No campo a effigie do Padre Cicero, em busto, á direita.

Rs — NOSSA SENHORA DAS DORES * No campo a imagem de N^{ra}. S^a. á esquerda.

Aluminio. 27 mlm. Tem argolas.

Segundo o "Imparcial" do Rio de Janeiro, de 28 de maio de 1914, n'um artigo transcripto, em parte, no "Jornal do Recife" de 6 de junho do mesmo anno, foi esta medalha mandada cunhar pelo dr. Floro Bartholomeu, do Ceará, no Rio de Janeiro, se bem que, pela sua execução antes pareça ser producto da industria européa, allemã talvez.

Foram tirados 24 exemplares em ouro, 60 em prata e 10.000 em bronze e em aluminio.

E' usada como distinctivo, ou mesmo, como talisman pelos habitantes da região onde o Padre Cicero exerce a sua influencia religiosa e, principalmente, politica.

O Padre Cicero Romão Baptista nasceu em Fortaleza, Ceará, a 24 de março de 1844, ordenando-se na mesma cidade aos 30 de novembro de 1870.

Foi para o Crato onde cantou a primeira missa. Tendo ido a Roma, em 1898, para se justificar, perante o Santo Officio, de umas accusações que lhe eram imputadas. Ao regressar a Joazeiro, onde residia, não lhe foi permitido, pelo respectivo bispo diocesano, continuar a exercer o ministerio. Mudou-se então para Salgueiro, em Pernambuco, onde permaneceu por algum tempo. Regressando a Joazeiro, ali continua impedido de celebrar e baptisar.

E' politico de grande prestigio na região em que habita. (V. Penetrando o Sertão).

Foi offerecido pelo Padre Heliodoro Pires, em 15 de outubro de 1914, o exemplar que pertence ao Instituto.

S. D. (1914)

MEDALHA DE N. S. DA PENHA E S. FELIX

N. SENHORA DA PENHA P. P. N. Imagem de N. S. da Penha.

Rs — S. FELICA (sic) DA CANTALICE CAPP. Effigie de Santo com o Menino Jesus.

Aluminio. 26 mln.

A imagem representada no anverso da medalha acima descripta é copia da que existe na igreja da Penha do Recife a qual foi feita em 1745, em Genova, pelo escultor Maragnone, por ordem do então prefeito dr. Carlos José de Spessia. Serviu de modelo a antiga imagem collocada na velha capella pelos missionarios francezes, e cujas dimensões eram menores que as da actual imagem.

Estas medalhas são distribuidas pelos religiosos capuchinhos italianos d'esta cidade.

1914

MEDALHA EM HOMENAGEM AO DR. JOSÉ MARIANO

1850 JOSE' — MARIANNO 1912. Busto do Dr. José Mariano a tres quartos á direita, e sobre o hombro direito: LOUIS BUSSON.

Rs — Perspectiva do mausoléu construído no cemitério de Santo Amaro, Recife, onde se acham depositadas as cinzas do Dr. José Mariano. Representa um sarcophago cuja cabeceira encosta a uma especie de pyramide truncada, onde ha um ediculo com o busto em bronze do morto, tendo por cima, em duas linhas curvas: A JOSÉ MARIANO — O POVO PERNAMBUCANO. A' direita do sarcophago ha uma amphora cingida por uma grinalda, tendo junto uma palma; e á esquerda, uma mulher chorando; tudo assente sobre dois degrãos. No campo, á direita, em seis linhas, tem os seguintes nomes: JOSÉ M. D'ANDRADE. — GUILHERME D. BASTOS. — J. BENIGNO S. — ZEFERINO AGRA. — FELICIANO A. GOMES. — ALFREDO PINTO; á esquerda, em cinco linhas: JOÃO Q. M. GALHARDO. — AUGUSTO FERNANDES. — MINERVINO COSTA. — APRIGIO M. CASTRO. No exergo, em tres linhas: HOMENAGEM DA — COMMISSÃO — EXECUTIVA — MCMXIV .

Na espessura: BRONZE e a marca da officina onde foi executada.

Bronze — 50 mlm.

Foi esta medalha modelada pelo escultor francez Luiz Bousson, sendo a gravura e cunhagem executadas nas officinas de Janvier & Duval, em Paris.

Cunharam-se 100 exemplares em bronze destinados aos membros da Commissão Executiva e a serem distribuidos pelas autoridades, imprensa e algumas corporações. Tiraram-se tambem dois exemplares em prata, um para a Bibliotheca Nacional do Rio e o outro para o Sr. Corbiniano Villaça, encarregado da execução do monumento.

S. D. (1916)

DISTINCTIVO USADO PELOS OFFICIAES DA FORÇA PUBLICA DE PERNAMBUCO

Escudo com as armas do Estado de Pernambuco encimado pelo leão symbolico e ladeado por uma canna e um ramo de algodoeiro presos em baixo por um laço em que se lêem estas datas: 1710, 1810, 1872 e 1889, estando erradas a segunda e a terceira, que devem ser 1817 e 1824.

Bronze — 50 mlm.

E' este distinctivo usado nos gorros pelos officiaes da força publica do Estado de Pernambuco, desde 27 de junho de 1916 em que foi reorganizada a tabella do fardamento da mesma corporação.

E' producto da industria franceza.

O exemplar acima descripto e que existe na collecção do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano foi offerecido pelo sr. coronel João Nunes, commandante da citada força, em 24 de setembro de 1923.

Ao mesmo cavalheiro são devidos os esclarecimentos supra.

1917

MEDALHA COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA REVOLUÇÃO DE 1817

CENTENARIO DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA — DE — PERNAMBUCO — 1817 — 1917 em quatro linhas, sendo a primeira curva. Um leão de pe, de cabeça erguida, voltado a esquerda, symbolisa Pernambuco, o Leão do Norte; ao centro da medalha a bandeira da revolução, bipartida de azul e branco; tendo na parte superior, azul, uma estrêla, o arco-iris e o sol nascente, e na inferior, branca, uma cruz. Aos lados vêem-se plantas de algodoeiro e cannas de asucar.

Rs — HOMENAGEM DO INST. ARCH. E GEOG. PERNAMBUCANO AOS MARTYRES DA REVOLUÇÃO DE 1817, *
No campo, em duas columnas e separados por um feixe de varas encimado pelo barrete phrygio, emblema da liberdade, os nomes dos quatorze revolucionarios que foram justicados, a saber, na primeira columna: — PADRE ROMA — PADRE MIGUELINHO — PADRE JOÃO RIBEIRO — BARROS LIMA (LEÃO COROADO) — AMARO G. COUTINHO — PADRE PEDRO TENORIO — IGNACIO LEOPOLDO; e na segunda: ANTONIO PEREIRA — JOSÉ PEREGRINO — FRANCISCO J. SILVEIRA — JOSÉ LUIZ DE MENDONÇA — DOMINGOS J. MARTINS — ANTONIO H. RABELLO — DOMINGOS THEOTONIO.

Na espessura da medalha a palavra: BRONZE precedida de uma cornucopia, signal particular do director da Casa da Moeda de Paris.

Bronze — 50 mlm.

Para commemorar o primeiro centenario da revolução pernambucana de 1817, mandou o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano cunhar esta medalha, cuja idéa é devida ao Dr. Mario Melo, secretario perpetuo da mesma agremiação, sendo o desenho de Corbiniano Villaça.

Foi modelada e gravada pelo artista francez Fleury e a cunhagem feita na Casa da Moeda de Paris.

A tiragem foi de 250 exemplares que foram distribuidos pelos socios do Instituto e pelas pessôas que previamente haviam subscripto a quantia de 20\$000.

1917

MEDALHA DE PREMIO DA EXPOSIÇÃO MUNICIPAL DE PERNAMBUCO

EXPOSIÇÃO MUNICIPAL em duas linhas horisontaes sobre o escudo das armas de Pernambuco; por baixo: XII 1917; tudo inscripto n'um oval orlado por uma guarnição de fantasia.

Rs — PERNAMBUCO em curva na parte inferior de um oval onde se vê representado um cannavial á direita, á esquerda uns coqueiros; e, no primeiro plano, um carro de bois e um lavrador guiando um arado. Ao fundo vêem-se uns montes sobre os quaes o sol se eleva. Guarnição igual á do anverso.

E' em forma de escudo e tem argolas para fita.

Cobre dourado

Cobre prateado 44 x 42 mlm.

Cobre

D'estas medalhas, distribuidas aos expositores premiados na Exposição Municipal de Pernambuco em 1917, tiraram-se apenas exemplares em cobre. As denominadas medalhas de ouro e de prata eram de cobre dourado ou prateado.

A Exposição Municipal de Pernambuco foi inaugurada a 18 de dezembro de 1917 no parque annexo ao Collegio Salesiano, comparecendo o governador do Estado, Dr. Manoel Borba; General Joaquim Ignacio Cardoso, commandante da região; Dr. Moraes Rego, prefeito do Recife e promotor da Exposição e diversas familias.

Além de alguns expositores particulares, concorreram a este certamen os seguintes municipios: Taquari-

tinga, Victoria, Alinho, Buique, Caruarú, Quipapá, Escada, Pesqueira, Floresta, Jatobá, Gravatá, Páo d'Alho, Limoeiro, Nazareth, Cabo, Jaboatão, Olinda, Igarassú, Goyana, Flores e Rio Formoso.

— As armas de Pernambuco, creadas pela lei n. 75 de 21 de maio de 1895, são assim constituidas:

Uma facha elliptica formada de tantas estrellas quantos forem os municipios do Estado, cercando o desenho do extremo norte do Recife que confronta a capital com o pharol e o frotim da barra, destacando-se ao longe Olinda; e á direita o sol erguendo-se sobre o oceano. Encimando o escudo vê-se-ha o Leão em repouso, á esquerda; e aos lados a cãna de assucar e o algodoeiro em flor, enlaçados em baixo por uma fita azul e branca, tendo as datas: 1710, 1817, 1824 e 1889.

1919

MEDALHA COMMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO DA ESTATUA DO CONDE DA BÔA-VISTA

Gor. DO ESTADO PRESIDENTE DA COMMISSÃO DR. MANOEL BORBA. Effigie do Dr. Manoel Borba á direita; ao lado M. SAIN (nome do autor).

Rs — RECIFE — 1919 MONUMENTO AO SR. CONDE DA BÔA VISTA. No campo o monumento, tendo aos lados os nomes dos membros da commissão, em seis linhas dispostas verticalmente, tres de cada lado: Gal. JOAQUIM IGNACIO — DR. LUIZ DE GONZAGA — DR. SYLVIO CRAVO — DR. XAVIER SOBRINHO — DR. ARNALDO BASTOS — DR. ZEFERINO AGRA.

Na espessura: BRONZE e (J. D.) marca da officina monetaria onde foi feita. (Janvier & Duval, Paris).

Bronze. — 40 mlm.

Esta medalha destinada a commemorar a inauguração, na cidade do Recife, da estatua do Conde da Bôa Vista, foi modelada pelo esculptor francez M. Sain e cunhada nas officinas de Janvier & Duval, de Paris.

Tiraram-se 7 exemplares em prata, destinados aos membros da commissão, e 100 em bronze para serem distribuidos aos subscriptores.

O monumento foi executado em Paris pelo esculptor Charpentier. Consta de uma estatua de bronze, representando o Conde da Bôa Vista sentado. O pedestal é de granito e mede 2,0 metros de altura. Tem na parte ante-

rior esta dedicatória: Ao Conde da Bôa Vista esculpida na pedra, e por baixo uma placa de bronze com o resto da legenda.

Foi inaugurado a 14 de março de 1920. Está situado no extremo leste da Avenida Riachuelo, com a frente para a Rua da Aurora.

1920

MEDALHA COMMEMORATIVA DO RECENSEAMENTO DO RIO DE JANEIRO

Dois grupos de tres figuras cada um, representando, um, a Arte, a Agricultura e o Trabalho; o outro, o Commercio, a Sciencia e a Industria, ladeando uma lapide ornada de festões de rosas, na qual se lê, em tres linhas: DIRECTORIA — GERAL DE — ESTATISTICA. Por baixo, n'um degrau ou supedaneo, lê-se tambem, em duas linhas: MINISTERIO — DA AGRICULTURA: INDUSTRIA E COMMERCIO.

Rs — RECENSEAMENTO — DA — CIDADE DO RIO DE JANEIRO — 1821 — 112.623 | 1920 — 1.158.732 — HABITANTES — inscripto em seis linhas em uma pyramide ladeada de folhagem.

E' de forma rectangular, horisontal, com o lado superior em curva.

Bronze. — 58 x 51 mlm.

Esta medalha, que commemora o Recenseamento da população da cidade do Rio de Janeiro em 1920, foi modelada pelo esculptor Adalberto de Mattos e cunhada nas officinas da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro.

Tiraram-se 1920 exemplares, dos quaes 2 em ouro, offerecidos respectivamente ao ex-presidente da Republica, Dr. Epitacio Pessoa e ao Director Geral de Estatistica o sr. Bulhões de Carvalho, 18 em prata e 1000 em bronze.

O ouro para os dois exemplares citados foi obtido por subscrição entre os funcionarios do Recenseamento e da Directoria Geral de Estatistica.

Estes esclarecimentos foram fornecidos pelo Director Geral de Estatistica ao Dr. Mario Melo, secretario perpetuo do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano, em carta datada de 17 de junho de 1924.

A revista fluminense "O Malho" no seu numero de novembro de 1921, publicou uma estampa representando as duas faces da medalha descripta.

Pelo sr. Director Geral de Estatistica foi offerecido ao Instituto o exemplar da medalha citada, que hoje faz parte da sua collecção numimastica.

1921

**MEDALHA COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA LOJA
6 DE MARÇO DE 1817**

CENTENARIO DA BEN.:. LOJ.:. CAP.:. 6 DE MARÇO DE 1817. RECIFE — PERNAMBUCO. A bandeira de Pernambuco encimada por um Pelicano e guarnecida por uma corôa de louro. Em baixo: BRAZIL.

Rs — 1821 — REVERENCIA DA ACTUAL GERAÇÃO AOS QUE TOMBARAM NO DECORRER DO SECULO. 1921. Trophéo maçónico formado por duas columnas, um triangulo com varios utensilios de pedreiro e a data: 6 DE MARÇO DE 1817. Por baixo, n'um cartel: V. F. DOS GUIMARÃES — PEIXOTO — FUNDADOR.

Bronze — 40 mlm.

A Loja 6 de Março de 1817, cujo titulo recorda a data da revolução que rebentou no Recife n'esse dia, foi fundada em 1821 por Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, cirurgião, e um dos mais ardentes revolucionarios.

Para commemorar a sua fundação fez-se uma medalha cuja idéa se deve ao Sr. Mario Melo. Desenhada por Corbiniano Villaça, foi gravada e estampada em Paris.

A sua tiragem foi de 301 exemplares, sendo 1 em prata destinado ao Dr. Mario Melo, que em nome da loja 6 de Março fez a encomenda, por intermedio do sr. Corbiniano Villaça, então residente em Paris.

As restantes 300 são em bronze.

S. D. (1921?)

S. LUZIA ROGAI POR NOS entre dois losangos com as letras J. R. (marca do fabricante da medalha). No centro, Sta. Luzia coroada, segurando uma faixa contendo dois olhos.

Rs — EXIJA O A VERDADEIRA AGUA — DE SANTA LUZIA. — VENDIDA — UNICAMENTE — POR — SILVA BRAGA et CIA. — PERNAMBUCO em oito linhas, sendo curvas a primeira e a última.

Latão. — 23 x 19 mlm. E' oval e tem argolas

S. D.

SINETE COM AS ARMAS DOS COELHOS

Escudo com um leão rompente, orla com oito coelhos, Elmo e paquifes. Timbre, o leão das armas.

Prata, oval. — 30 x 27 mlm.

A peça descripta é uma placa de prata, gravada a fundo e em sentido invertido, para imprimir sobre cera ou lacre.

As armas n'elle representadas são as dos Coelhos, que descendem de Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques. São, em campo de ouro um leão de purpura, fixado de tres faxas, empiquetado de ouro e azul, e ornado de vermelho; bordadura azul com sete coelhos de prata mahlados de preto; timbre o leão com um coelho nas unhas.

O leão eram as armas de Egas Moniz que o tomou dos reis de Leão, seus ascendentes; os coelhos foram accrescentados pelos seus descendentes, alludindo ao appellido.

— Villasbôas, "Nobiliarquia Portugueza".

S. D. (1922)

MEDALHA COMMEMORATIVA DA EXPOSIÇÃO DO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA PAVILHÃO PORTUGUEZ

EXPOSIÇÃO NACIONAL DO CENTENARIO — DO RIO DE JANEIRO em duas linhas curvas consecutivas. No campo o edificio do Pavilhão Portuguez na exposição. No exergo, em duas linhas: PAVILHÃO PORTUGUEZ.

R S — LEMBRANÇA — DO 1.º CENTENARIO — DA INDEPENDENCIA — BRAZIL — 1822 - 1922 em duas linhas no campo da medalha.

Aluminio. 31 mlm.

S. D. (1922)

MEDALHA DA EXPOSIÇÃO DO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA

PAVILHÃO DOS ESTADOS

A mesma legenda da medalha anterior, porem disposta em duas linhas horisontaes. No campo o edificio do Pavilhão dos Estados. No exergo, em tres linhas horisontaes: PAVILHÃO — DOS — ESTADOS.

R S — Igual ao da medalha precedente.

Aluminio. 31 mlm.

S. D. 1922

MEDALHA DA EXPOSIÇÃO DO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA

Porta Principal

A mesma inscripção das medalhas descriptas. No campo a perspectiva da Porta Principal da Exposição. No exergo: PORTA PRINCIPAL.

Rs — Igual ao das precedentes.

Aluminio. — 31 mlm.

Distribuiram-se estas medalhas na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, inaugurada em 7 de setembro de 1922, commemorando o primeiro centenario da Independencia do Brasil.

1922

**MEDALHA COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA
INDEPENDENCIA**

O Brasil symbolisado n'um vigoroso mancebo em attitudede de quebrar os grilhões que o manietavam, destaca-se do fundo da medalha formada pela carta chorographica do paiz, sobre a qual, á direita o sol em cujo disco se lê: 7 DE SETEMBRO — 1822 á esquerda as armas do reino unido meio occultas pelas do novo imperio. Em baixo, n'uma fita, este lemma: INDEPENDENCIA OU MORTE, e inferiormente: B. BLOUW.

Rs — A personificação da cidade do Rio de Janeiro, de corôa mural e amparando com a mão esquerda um escudo com o respectivo brasão, está sentada á esquerda tendo na destra um ramo de louro. A seu lado, de pé, está a republica brasileira, com um ramo de louro na mão direita estendido sobre a perspectiva da Exposição Nacional, tendo por cima o sol nascente ostentando esta data: 7 SETEMBRO — 1922. Em uma fita junto á orla lê-se: LEMBRANÇA DO CENTENARIO.

Tem argolas e é quasi em forma de coração.

Prata. — 30 x 28 mlm.

Esta pequena, porém artistica medalha, destinada a commemorar a celebração do Centenario da Independencia do Brasil, foi feita na officina de ourives do sr. Pedro de Assis Pires, no Rio de Janeiro. Os cunhos foram gravados em Paris por J. Blouw. A tiragem constou de exemplares em ouro e em prata que se vendiam respectivamente pelo preço de 90\$000 e de 5\$000. Alguns, porém, que se cunharam em bronze foram distribuidos gratuitamente. Foi seu editor o mesmo sr. Pedro de Souza Pires.

O exemplar que figura na collecção do Instituto foi offerta do mesmo senhor, em 10 de maio de 1924.

1922

MEDALHA COMMEMORATIVA DO RAID INDEPENDENCIA

RAID INDEPENDENCIA. MCMXXII. Jangada á vela, com quatro tripulantes; navegando á direita. Em baixo: 27-VII-1922 * 2-XII-1922.

Rs — AOS HEROES DO MAR em uma fita, na parte superior; no campo, inscriptos em um cartel sobreposto a uma palmeira e uma ancora em aspa, os seguintes nomes:

UMBELINO JOSÉ DOS SANTOS
 PEDRO GANHADO DA SILVA
 JOAQUIM F. DOS SANTOS
 EUGENIO ANTONIO DE OLIVEIRA.

Em baixo n'uma outra fita: O GOVERNADOR DE ALAGOAS.

Cobre. — 35 mlm.

Foi esta medalha mandada executar na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, pelo Governo do Estado de Alagoas em commemoração do heroico feito de quatro arroçados pescadores alagoanos: Umbellino José dos Santos, Pedro Ganhado da Silva, Joaquim F. dos Santos e Eugenio Antonio de Oliveira que, n'uma simples jangada de pesca, para commemorarem o Centenario da Independencia nacional, partiram de Maceió a 27 de agosto de 1922, em direcção ao Rio de Janeiro, a onde chegaram em 2 de dezembro do mesmo anno.

Os destemidos tripulantes foram galardoados com exemplares em ouro da medalha descripta.

Cunharam-se tambem exemplares em cobre. D'estes, o que pertence a este Instituto foi offerta do mui digno Governador do vizinho Estado do Sul, sr. Fernandes Lima, em 7 de julho de 1923.

1922

MEDALHA COMMEMORATIVA DO RECENSEAMENTO
 GERAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS
 DO BRASIL

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL contornando a medalha na parte superior. POPULAÇÃO — EM — 1889 — 14.058.751 em tres linhas horisontaes, á esquerda. Busto do presidente Epitacio Pessoa entre ramos de tabaco e café. A' direita: RECENSEAMENTO — REALISADO — EM 1.º DE SETEMBRO 1920 — 30.635.605 em quatro linhas horisontaes. Isto occupa a metade superior da medalha, que é

dividida horizontalmente por um traço. Na parte inferior vê-se uma figura feminina (a Historia? a Republica?) sentada, de frente, apoiando cada uma das mãos em uma esphera geographica, collocadas aos lados sobre uns supportes, por traz dos quaes surgem molhos de folhas. A' esquerda tem esta inscripção disposta em quatro linhas horisontaes: MINISTÉRIO — DA AGRICULTURA — INDUSTRIA — E COMMER-CIO; á direita esta outra: DIRECTORIA — GERAL — DE ESTATISTICA tambem em quatro linhas.

Rs — Grupo numeroso e movimentado, representando o episodio historico do grito da "Independencia ou Morte" dado pelo fundador do imperio nas margens do Ypiranga. Esta scena não é reproducção do notavel quadro de Pedro Americo. A parte inferior da medalha, que, como no anverso, é dividida ao centro por uma linha horisontal, é occupada por um cartel com estas datas 1822—1922, sustentado por duas figuras femininas, aos lados das quaes se vêem ramos de louro.

E' oval, com o eixo maior em sentido horisontal, e tem a base n'esta.

Bronze. — 63 x 56 mlm.

Destina-se esta medalha a memorar o Recenseamento geral da população da Republica, levado a effeito em 1 de novembro de 1820.

Foi executada no Lyceu de Artes e Officios, de S. Paulo, sendo a sua concepção de um artista da referida instituição.

4.103 foram os exemplares cunhados, sendo tres em ouro, offerecidos ao ex-presidente, Dr. Epitacio Pessôa; ao actual presidente, Dr. Arthur Bernardes e ao Director de Estatistica, sr. Bulhões de Carvalho; 100 em prata e 4000 em bronze.

Dos exemplares em ouro só o que está em poder do Dr. Arthur Bernardes, pres. da Republica, faz parte da tiragem official. O ouro das outras duas foi adquirido por subscripção entre os funcionarios do Recenseamento e da Directoria de Estatistica.

Pela Directoria Geral de Estatistica foi offerecido ao Instituto um exemplar em bronze da medalha descripta. A' mesma se devem os pormenores referentes á mesma medalha.

O Instituto possuia já um outro exemplar, offerta de digno socio o sr. Manoel José de Sant'Anna Araujo.

1924

MEDALHA COMMEMORATIVA DO CRUZEIRO ITALIANO
A' AMERICA LATINA

O Trabalho e a Arte, representados, aquelle por um ro- busto mancebo empunhando um malho, e esta por uma gentil rapariga tendo na mão esquerda uma lyra; ambos sentados e voltados à esquerda. Por cima passa um genio alado. Junto á orla o nome do autor: M. NELLI INC.

Rs — CROCIERA ITALIANA NELL'AMERICA LATINA. 1924. No campo, uma estrella de cinco pontas radiada, tendo por baixo: FACAMQVE OMNIS VNO.

ORE LATINOS.

(Quer dizer: Faça-se um só de todos os paizes latinos...)

Tem argolas.

Bronze. — 30 mlm.

Offerta do Exmo. Sr. Dr. Pedro Celso de Uchôa Caval- canti.

Esta medalha foi gravada por Mario Nelli e cunhada nas officinas monetarias denominadas Casa Benevenuto Collini, em Roma e Florença, de propriedade da firma M. Nelli & Cia.

Tiraram-se exemplares em ouro (?), cobre folheado de prata, e bronze.

Commemora a passagem do navio exposição "Italia" por varios portos da America Latina a que o cruzeiro se destina, e vendem-se a bordo do mesmo. Os exemplares vendidos no Brasil são pelo preço de 45\$000, 10\$000 e 2\$500 cada um, respectivamente.

O cruzador "Italia" da Marinha de Guerra italiana sahio de Spessia em 17 de fevereiro de 1924, destinando-se a visitar varios portos da America Latina, em propa- ganda das artes, da industria e da agricultura italianas, para o que traz a seu bordo rico e variadissimo mos- truario dos respectivos productos.

Os portos a visitar são os seguintes:

Brasil: Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande do Sul; — Uruguay: Montevidéo; — R. Ar- gentina: Buenos Ayres e Bahia Blanca; — Chile: Punta Arenas, Talcahuano, Valparaiso, Antofagasta e Arica; — Perú: Mollendo e Calláo; — Equador: Guayaquil; — Panamá e Colm; — Mexico: Vera Cruz e Tampico; — Cuba: Havana; — Haiti: Porto-Principe; — Colombia: Carthagena; — Venezuela: La-Guayara; Antilhas In- glezas: Port-of-Spain.

O navio, que era o antigo cruzador allemão "Moltke" trazia 518 de tripulação e era commandado pelo capitão de mar e guerra Carlos N. Grenet.

1924

**MEDALHA COMMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENARIO
DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**

1824 — 2 DE JULHO DE 1924 — HOMENGEN (sic) — DO — INSTITUTO ARCHEOLOGICO HISTORICO — E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO — 1.º CENTENARIO — DA — CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR — em nove linhas horisontaes.

R S — Escudo rectangular, equilatero, de ouro, tendo ao centro um disco de azul, partido por uma faixa de pontas, com uma cruz florada, de goles, ladeada por quatro estrellas de prata, duas acima e duas abaixo da faixa de prata que corta o disco; por baixo, em semi-circulo, mais nove estrellas, tambem de prata. Este disco tem uma orla de prata com as seguintes palavras em negro, separadas por dois feixes de varas, de goles, em aspa: LIBERDADE — INDEPENDENCIA — UNIÃO — RELIGIÃO — Acima do escudo sobresahe uma vara vermelha terminando em uma mão como o olho da Providencia, circulada por seis estrellas, tres de cada lado. Por cima ha uma fita ondulante com a palavra CONFEDERAÇÃO; e aos lados do escudo uma canna de assucar e um ramo de algodoeiro.

Prata	} rectangular 70 X 60 mlm.
Bronze	

A medalha descripta, commemorativa do primeiro centenario da Proclamação da Confederação do Equador em 2 de Julho de 1824, foi mandada cunhar por iniciativa do Instituto Archeologico e as expensas do Governo do Estado de Pernambuco.

Pertence ao Sr. Dr. Mario Melo, secretario perpetuo do Instituto, a concepção da medalha, sendo o desenho da mesma devido ao pintor pernambucano sr. Balthazar da Camara.

Foi cunhada em Paris,

A respectiva tiragem consta de 201 exemplares: 1 em prata, que faz parte da collecção numismatica do Instituto, e 200 em bronze.

A gravação foi feita pelo gravador em medalha F. Borello sendo a cunhagem realizada pela casa editora Bory, de Paris.

1924

ENSAIOS PARA A MEDALHA DA EXPOSIÇÃO DO
CENTENARIO DA REPUBLICA DO EQUADOR

- 1.º Esboço rudimentar das armas da Confederação do equador em 1824.

R S — Incuso.

Aluminio. 35 mlm.

-
- 2.º EXPOSIÇÃO GERAL DE PERNAMBUCO na orla da medalha, no campo: 18-10-24 — COMMEMORATIVA — DO 1.º CENTENARIO — DA — CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR.

R S — Liso.

Aluminio, rectangular. 40 mlm.

-
- 3.º Esboço, mais perfeito, das armas da Confederação do Equador.

R S — Liso

Aluminio, rectangular. 40 mlm.

As medalhas acima são ensaios de cunho para a destinada a premios da Exposição Commemorativa do 1.º Centenario da Confederação do Equador, inaugurada, aos 18 de outubro de 1924, no edificio e terreno do Derby, Recife.

A execução dos respectivos cunhos é do artista gravador Franzosi, com officina á Rua Barão da Victoria.

1924

**MEDALHA DE PREMIO DA EXPOSIÇÃO GERAL DE
PERNAMBUCO**

EXPOSIÇÃO GERAL DE PERNAMBUCO contornando a parte superior da medalha; no campo.

18-10-924
COMMEMORATIVA
DO
1.º CENTENARIO
DA
CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Sendo a ultima linha em curva na parte inferior da orla.
R S — Armas da Confederação do Equador entre uma canna de assucar e um ramo de algodão.

Prata 30 mlm.

Bronze “ ”

Destina-se esta medalha a premios dos expositores que concorreram á Exposição realizada no edificio e terreno do Derby, commemorando o primeiro Centenario da revolução de 1824, em que foi proclamada a Confederação do Equador.

Os respectivos cunhos foram executados pelo gravador brasileiro E. Franzosi, com officina á Rua Barão da Victoria, 370, de accordo com a idéa offerecida pelo dr. Mario Melo, membro da Commissão executiva da Exposição.

A entrega das medalhas aos expositores premiados realisou-se em março de 1927.

S. D. (1925)

SENHA OU VALE DA USINA TIUMA EM PERNAMBUCO

COMPANHIA USINA CANSANÇÃO DE SINIMBÚ — No campo, dentro dum circulo linear, em duas linhas n.º 500; e por baixo o sol nascente.

R S — C. V. C. S. numa curva de pontas bipartidas, no alto da medalha. No campo, em duas linhas horisontaes: Usina Tiuma.

Latão com uma cruz de cobre encrustada no centro. 21 mlm. 4 grs.

A serie destas senhas, ou vales, emittida pela Companhia Usina Cansação de Sinimbu' compõe-se de quatro numeros ou valôres a saber: N.º 100, n.º 200, n.º 500, e n.º 1000. Destina-se a facilitar as pequenas transações no recinto da Usina Tiuma.

São propriedade da dita Companhia a Usina Cansação de Sinimbu', em S. Miguel de Campos, Estado de Alagôas, com capacidade para produzir umas 50.000 toneladas annualmente, e a Usina Tiuma, no Estado de Pernambuco, municipio de São Lourenço, com uma producção annual de cerca de 100.000 toneladas. Esta Usina, que começou a funcionar em 1887, pertencia á Companhia acima citada desde 1893. (V. Album de Pernambuco 1922).

S. D. 1926

MEDALHA RECORDAÇÃO

MARIO MELO — PERNAMBUCO, sôbre fundo fôsko, circulando a medalha. Estrella de seis pontas com os vãos abertos e tendo no centro, sobre fundo quadriculado, a bandeira norte americana.

Rs — Liso, tendo ao centro em typo muito miudo e marcado PAT 5-15-23.

ca da fabrica GEO W. HEENE

CLEVELAND-O

Aluminio 32 mlm.

Esta medalha é apenas uma recordação. Foi cunhada automaticamente em uma espécie de *caça-nickeis*, em Nova York, de onde a trouxe o dr. Mario Melo, delegado ao Congresso Jornalístico Pan-americano reunido em Washington D. C. em 1926.

1926

MEDALHA COMMEMORATIVA DA VISITA DOS CONGRES-
SISTAS PAN-AMERICANOS A' SOCIEDADE HISPANICA
DA AMERICA, EM NOVA YORK

O Progresso empunhando um faixo aceso, montado no Pegaso que parece voar sobre nuvens, voltado á direita. Em baixo, n'uma fita: LA PRENSA; e junto AHH que julgo serem as iniciaes do autor.

R S — No alto da medalha vê-se o sello da Sociedade Hispanica da America, de Nova York, e que se compõe de um circulo em volta do qual se lê: THE HISPANIC SOCIETY OF AMERICA, e inscripto nelle um rectangulo equilatero tendo nos angulos alternados, dois castellos, e dois leões, e dentro ouiro circulo onde se vê um galeão navegando entre as columnas de Hercules. Por baixo em nove linhas rectas occupando o campo do medalhão:

COMMEMORATING
THE VISIT OF
THE REPRESENTATIVES
OF THE
HISPANIC AMERICAN PRESS
TO
THE HISPANIC SOCIETY
OF AMERICA
1926

Traducção:

Commemorando a visita dos representantes da Imprensa Hispano-Americana á Sociedade Hispanica da America, 1926.
Bronze 20 X 14,5 centimetros; 1900 grammas.

Por occasião do Congresso Pan-Americano de Jornalistas, reunido em Washington em 1926, os delegados das trez Americas fiseram demorada visita, em Nova York, no dia 20 de abril, á Sociedade Hispanica da America, admiravel organização que possui um dos mais curiosos Museus do mundo.

Para memorar esta visita mandou a mesma sociedade fazer alguns centos de medalhões que foram offerecidos aos jornalistas visitantes.

Um dos exemplares coube ao Sr. Dr. Mario Melo, digno secretario perpetuo do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, e que tomava parte no citado Congresso, como representante do "Jornal Pequeno". Este exemplar figura actualmente no medalheiro do mesmo Instituto ao qual o Sr. Dr. Mario Melo gentilmente o offeriu em setembro de 1927.

1926

MEDALHA "CASA MARCILIO DIAS"

CASA MARCILIO DIAS Contornando a parte superior da medalha, e em baixo * 1926 * — No campo, á esquerda PRO MARINHA 13-XII e, á direita, uma ancora e uma boia salvas, tudo dentro de um duplo circulo linear.

Uniface. Latão, com argola. 25 mlm.

Esta medalha era distribuida no Rio de Janeiro mediante qualquer retribuição pecuniaria, destinada ao asylo dos marinheiros, denominado "Casa Marcilio Dias", em construção na Capital Federal.

O exemplar pertencente ao Instituto foi offerta do Sr. Dr. Mario Melo, secretario perpetuo do mesmo Instituto em 1927.

S. D. (1927)

MEDALHA DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA A' INFANCIA — RECIFE

O menino Jesus de frente, sentado. A' esquerda um monogramma.

R S — Instituto — de Protecção — e Assistencia — á — Infancia em sete linhas, sendo curvas a primeira e última.

Aluminio — Tem argola. Ova. 15 x 12 mlm.

Na vespera do Natal de 1927, denominado "Dia das medalhinhas" foi, em grande escala, distribuida a medalha acima descripta. Esta distribuição era feita a trôco

de qualquer obuío destinado ao Instituto de Proteção e Assistência á Infancia, utilitaria e caridosa instituição fundada no Recife, no dia 1 de dezembro de 1908. A distribuição estava a cargo de 200 senhoras e senhoritas, divididas em 40 grupos compostos de 5 senhoras e cada um acompanhado d'um escoteiro.

As senhoras e senhoritas que tomaram parte ostentavam o distintivo da "Cruz Verde Pernambucana".

1927

MEDALHA COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DE
DEODORO DA FONSECA

1827 — DEODORO — 1927. Busto, a $\frac{3}{4}$ á esquerda, do marechal Deodoro da Fonseca, fardado. No exergo: 5 DE AGOSTO.

Rs — INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO na orla. No campo da medalha o escudo das armas do Estado das Alagôas.

Bronze: 30 mlm.

Commemorando o centenario do nascimento do marechal Deodoro da Fonseca, fundador da Republica brasileira e seu primeiro presidente, o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano mandou cunhar a medalha acima descripta, da qual se tiraram 1.000 exemplares em bronze.

A mesma agremiação offereceu ao Instituto Archeologico Pernambucano o exemplar que figura em sua collecção numismatica, em março de 1928.

Manoel Deodoro da Fonseca nasceu no Estado, então provincia das Alagôas, a 5 de agosto de 1827. Completou o curso de artilharia na Escola Militar do Rio de Janeiro. Fez as campanhas do Uruguay e Paraguay de 1854 e 1870, tornando-se notavel pela sua bravura e capacidade, no desempenho de importantes commissões. Influenciado por Benjamin Constant e outros, proclamou a Republica a 15 de novembro de 1889. Chegou ao posto de marechal e foi proclamado generalissimo pelo exercito. Foi o chefe do governo provisorio e o primeiro presidente da Republica. Falleceu em 23 de agosto de 1892.

1928

**MEDALHA COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA PAZ
ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA**

* ARGENTINA BRASIL * CENTENARIO DE LA PAZ.
No campo 1828 — 1928 dentro d'uma corôa de carvalho e louro inscripta n'um circulo linear.

Rs — Escudo oval com as côres argentinas, encimado pelo sol nascente e dentro d'uma corôa de louros, e as armas do Brasil; por cima uma nuvem espargindo raios.

Bronze — 31 mm. -- Tem argolas.

Commemora a medalha descripta o primeiro centenario da assignatura do tratado de paz, realizada entre o governo das Provincias Unidas do Rio da Prata e o do Imperio do Brasil, pondo, assim, têrmo á guerra em que, d'esde 1826, os dois paizes andavam empenhados.

Este acto realizou-se no Rio de Janeiro, no dia 27 de agosto de 1828, sendo as Provincias Unidas representadas pelos seus plenipotenciarios os generaes Juan Ramon Balcarce e Tomás Guido.

Foi mandada cunhar pelo govêrno argentino.

O exemplar que enriquece o medalheiro do Instituto Archeologico foi offerecido pelo sr. Rodrigues Alves, embaixador do Brasil na Argentina, por intermedio do ministro Hélio Lôbo, em dezembro de 1928.

Bernardo Vieira de Mello (*)

A guerra dos “emboabas”, que durou, em Minas Geraes, de 1708 a 1709, e a guerra dos “mascates”, cujos feitos principaes occorreram em 1710 e 1711, na capitania de Pernambuco, foram, em sua origem, movimentos nativistas, vinculados a causas diversas, tendo assumido o septentrional uma feição francamente independentista. Puzeram ellas em destaque duas personalidades notaveis: — Manuel Nunes Vianna e Bernardo Vieira de Mello.

Manuel Nunes Vianna, opulento senhor de latifundios na região banhada pelo rio São Francisco, foi o primeiro dictador que houve em terras do Brasil, quiçá em terras da America. Acclamado caudilho dos “emboabas”, chefiou-os na lucta contra os paulistas e governou o *hinterland* mineiro até a installação e creação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, confiada por d. João V a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (3 de novembro de 1709). De Manuel Nunes Vianna, que era lusitano, conhece-se um acto de mecenatismo, do qual é licito inferir-se que elle possuia algum valor mental. Foi elle, com effeito, quem fez imprimir em 1725 o “Compendio narrativo do peregrino da America”, o que lhe valeu o seguinte elogio do autor dessa interessante obra, o bahiano Nuno Marques Pereira: — “A razam, por que tambem me persuado, hé remontado ecco, com que a fama tem divulgado a generosa pessoa de v. senhoria; tanto nesta cidade da Bahia, como nas mais partes, aonde se tem achado, nascendo-lhe tudo de grande zelo da honra de Deos, e amor do proximo, havendo-se V. Senhoria com grande largueza com os necessitados, caridade e reverencia com os Religiosos, verdade sem engano, lizura discreta, muy summa bondade, valor extremado, propensam á guerra, e aos bons exercicios militares, prudencia conhecida, juizo delicado, applicação aos livros, e

(*) Escripto para o numero especial, consagrado a Pernambuco, de “O JORNAL”, do Rio de Janeiro, — o presente artigo foi retocado e acrescentado pelo proprio autor, afim de ser inserto em nossa “Revista”.

artes liberaes, tam necessarias a hum perfeito Heróe; finalmente o que todos reconhecemos de V. Senhoria he que não sabe faltar com liberalidade aos nobres, e com piedade aos pobres”.

Bernardo Vieira de Mello, rico proprietario do engenho Pindóba, já era capitão-mór de Igarassú em 1691. Tendo-se apresentado voluntariamente ao governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, que havia deliberado extinguir o quilombo dos Palmares, commandou o forte contingente pernambucano do exercito de 6.000 ou 7.000 homens, que, sob a direcção suprema delle ou do paulista Domingos Jorge Velho, tomou a “Troya negra”, a 14 de maio de 1695. Presas e premios augmentaram-lhe a fortuna e o prestigio. Nomeado capitão-mór do Rio Grande do Norte, por carta-régia de 8 de janeiro de 1695, exerceu alli o governo até 1701. Regressando nesse anno a Pernambuco, commandou no Recife o terço de linha de que era mestre de campo João de Freitas da Cunha, de quem (segundo presume Dias Martins, em “Os martyres pernambucanos”) hauriu a doutrina da independencia nacional sob a forma de governo republicano. Por carta-régia de 25 de setembro de 1709, foi promovido ao posto de sargento-mór do terço dos Palmares.

Em sua “Historia do Brasil” (curso superior), affirma João Ribeiro que Bernardo Vieira de Mello “era homem cruel e sanguinario, que olhava para a sociedade como para a lepra da escravidão, em que elle se corrompera; como todos os grandes desequilibrados, tinha ás vezes noções exaggeradas e falsas do brio e do pundonor”. E, em nota, acrescenta: — “Era esse falso pundonor, todavia, proprio da sociedade do tempo. Bernardo Vieira de Mello, em conselho da familia, resolveu e fez impassivelmente assasinar uma enteada, por desvios de comportamento”. Entretanto, o que se sabe com relação a esse episodio é o que consta de um manuscripto do padre Luiz Corrêa, aproveitado por Southey em sua “Historia do Brasil” (tomo V da trad. bras., pags. 122-123). Eis como vem ahi narrado o triste evento: — “Elle e o filho André Vieira de Mello eram duas pessoas que dirigiam o bispo, e da influencia, que possuiam, occorreu um exemplo escandaloso e provocante. Descofiando da fidelidade de sua mulher, correu André Vieira, com alguns escravos e soldados do regimento de seu pae, a um engenho em que residia, na freguezia do Cabo. Era o capitão-mór do lugar, João Paes Barreto, a pessoa de quem elle tinha ciumes. Matou-o, pois, e, mettendo numa rede

a mulher, então grávida, remetteu-a, escoltada pelo tio e pelo irmão d'elle, para um engenho do pae, onde seria entregue á mãe tambem d'elle, d. Catharina Leitão. Alli, havia de ser guardada com sentinella á vista, até dar á luz, e depois assassinada... e, para este serviço, podia o detestavel marido confiar em sua ainda mais detestavel mãe. Em muitos paizes, tem o adulterio sido punido de morte, mas horribeis devem ser os costumes do povo, entre o qual poude uma familia inteira tomar assim deliberadamente sobre si o officio de carascos. Em casos ordinarios de homicidio, coisa assás vulgar, era costume sujeitar-se o matador á formalidade de obter exemption de prisão, antes de se tornar a mostrar em publico; agora, pareceu excusada semelhante coisa, e André Vieira apresentou-se no Recife, vestido de gala, confessando publicamente, não só ter commettido uma morte, mas até tencionar completar a sua vingança, perpetrando outra com as mais deshumanas de todas as imaginaveis circumstancias. Tão notorio se tornou o caso, que um frade se dirigiu ao bispo, exhortando-o a prevenir o crime; respondeu-lhe friamente o prelado-governador que não podia ingerir-se nos negocios privados de fidalgos, que não deviam viver disse elle, debaixo de nota alguma de infamia”.

O papel desempenhado por Bernardo Vieira de Mello na guerra des “mascates”, — da qual foi elle, indubitavelmente a figura principal, — acha-se sufficientemente esclarecido por historiadores e chronistas, assim como por alguns documentos officiaes. Além de informações constantes das Consultas do Conselho Ultramarino, d'elle trataram: o padre Joaquim Dias Martins, em “Os martyres pernambucanos”; Manuel dos Santos, nas suas “Calamidades”; o padre Luiz Corrêa, cuja relação manuscripta foi, como já dissemos aproveitada por Southey; e o padre Antonio Gonçalves Leitão, cuja monographia sobre o referido movimento nativista constitue o tomo IV das “Memorias historicas da provincia de Pernambuco”, de José Bernardo Fernandes Gama.

E, pondo á margem os autores de compendios historicos didacticos, — que são em grande numero, — cumpre-nos consignar aqui que houve dois compatricios nossos, os quaes consagraram trabalhos especiaes, de publicação mais recente, á meroravel acção de Bernardo Vieira de Mello na guerra dos “mascates”. Foram elles: o dr. Maximiano Lopes Machado, que, em 10 de novembro de 1892, pelas columnas do periodico “O Municipio”, de Olinda, attribuiu áquelle heroe pernambu-

cano "o primeiro grito da republica" no Brasil; e o major José Domingos Codeceira, que, tanto no opusculo "A idéa republicana no Brasil — Prioridade de Pernambuco, comprovada em face da historia e documentos authenticos" (Recife, 1894), quanto em "Os precursores da republica no Brasil" (Pernambuco, 1899), procurou tirar do Tiradentes para Bernardo Vieira de Mello a primazia da gloria de ter sonhado com a independencia do Brasil sob a fórma republicana. (**).

Achava-se Bernardo Vieira de Mello em Pernambuco, quando, em consequencia da lucta já travada entre os "mascates" e os olindenses, recebeu o governador Sebastião de Castro Caldas um tiro, a 17 de outubro de 1710. Reagiu o proconsul lusitano, determinando a prisão dos chefes pernambucanos suspeitos. Deu isso causa a que se sublevasse contra elle a maior parte da capitania. Vendo contra si a nobreza da terra e não dispondo de elementos para resistencia efficiente, Sebastião de Castro Caldas, a 7 de novembro, fugiu em uma sumaca para a Bahia. Dois dias depois, entravam as tropas revoltosas no Recife, onde derribaram o pelourinho, symbolo da nova edificação, e á noite seguiram para Olinda.

Tornara-se imprescindível a reunião urgente do senado da camara de Olinda, afim de não ficar acephalo o governo da capitania. Vereadores e nobres foram convocados para esse fim. Effectuou-se a famosa sessão municipal em Olinda, a 10 de novembro de 1710. E, então, Bernardo Vieira de Mello, alli presente, tomou a palavra e propoz (é Sebastião de Vasconcellos Galvão quem o refere em seu "Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco", II, 63): — "declarasse a capitania uma republica ad instar da de Veneza, porque somente assim, affirmava elle, ficariam livres dos riscos porque acabavam de passar. Na lucta hollandeza havia o exemplo de que poderiam resistir e vencer facilmente a Portugal. E, no caso mesmo de mau exito, conseguiriam fazer uma retirada feliz, lembrando-lhes o reducto do quilombo dos Palmares. E concluiu que tudo era preferivel, até, em ultimo caso, entregarem-se aos francezes, do que servirem aos grosseiros, malcreados e ingrattissimos mascates".

(*) Divulgado o primeiro trabalho do major Codeceira, revidaram-lhe: Carlos A. Miller, em "Tiradentes perante a historia — Resposta ás allegações pernambucanas" (Rio Grande, 1895); e Alfredo de Toledo, com "Uma revindicação imprecedentede" (S. Paulo, 1901).

Infelizmente, o livro de vereações da camara de Olinda, em que se lavrou a acta dessa importantissima sessão de 10 de novembro de 1710, desapareceu do archivo onde devera encontrar-se. Conforme relatam o dr. José Augusto Ferreira da Costa (a pag. XXXII da sua introdução ás "Poesias" de José da Natividade Saldanha) e o major José Domingues Codeceira ("A idéa republicana no Brasil", pag. 105, e "Os precursores da republica no Brasil", pag. 101), foi autor desse lamentavel extravio o dr. J. M. Raposo de Almeida, que, havendo recebido em confiança o dito livro, bem como outros de valor historico, nunca mais os resituiu, tendo procedido da mesma fórma com documentos pertencentes ao dr. José Soares de Azevedo e a monsenhor Muniz Tavares.

Resta, porém, o testemunho do dr. Maximiano Lopes Machado, que teve ensejo de ler a referida acta da sessão de 10 de novembro de 1710, antes de sumir-se da edilidade olindense o livro em que fôra exarada, e lançou a publico, em 1892, o seu depoimento em favor da iniciativa de Bernardo Vieira de Mello quanto á idéa de proclamar-se a republica em Pernambuco, pelo systema de Veneza, no final da primeira decada do seculo XVIII. E os elementos tradicionaes coetaneos corroboram a veracidade do ousado gesto daquelle heróe dos Palmares.

Conforme assevera o autor de "Os martyres pernambucanos", a proposta de Bernardo Vieira de Mello mereceu os votos do capitão-mór Pedro Ribeiro da Silva, de Antonio de Lima Barbosa, de Manuel de Mello Bezerra, de Antonio Bezerra Cavalcanti, de Leonardo Bezerra Cavalcanti, de João de Barros Rego do capitão André Dias de Figueiredo e de seu irmão, o dr. Jose Tavares de Hollanda. Mas, tanto o padre Dias Martins, no seu citado trabalho, quanto Manuel dos Santos, nas "Calamidades", deixaram patente que a maioria dos patriotas pernambucanos, reunidos em Olinda a 10 de novembro de 1710, recusaram suffragar a indicação de Bernardo Vieira de Mello. Eleito Domingos Rodrigues para o cargo de juiz do povo, deliberou-se que o governo de Pernambuco, acephalo pela fuga de Sebastião de Castro Caldas, fosse confiado ao bispo d. Manuel Alvares da Costa. Entretanto, os exaltados, — isto é, os que se inclinavam para a adopção da proposta de Bernardo Vieira de Mello, principalmente o capitão Barros Rego, — continuavam francamente a oppor-se a que se entregasse ao referido prelado a direcção suprema da capitania.

Foi ahi que intervieram os homens da lei, consoante cons-

ta do relato de um delles ao soberano (carta do desembargador Christovam Soares Reymão a d. João V, em data de 28 de julho de 1712, e existente nas "Consultas do Conselho Ultramarino"), assim como da seguinte explicita narração do facto pelo autor das "Calamidades" (pag. 55): — "Na mesma sexta feira, 14 do corrente, chegaram á cidade os dois desembargadores Christovam Soares Reymão e Manuel Velho de Miranda, aos quaes acompanhou o dr. Jeronymo Corrêia do Amaral, que neste tempo exercia o cargo de ouvidor da Parahyba, donde os ditos vieram, e com elles o tombador José Ignacio de Arouche, e Manuel Vidal de Negreiros. Os ditos ministros explicaram aos cabeças da conjuração os crimes em que haviam incorrido no levante do povo que fizeram, e os danos que dahi lhes podiam resultar, e lhes propuzeram todos os meios com que deviam dar posse do governo ao Senhor Bispo, com muita quietação, união e socego; e, por este modo, a troco de algumas descomposturas, os capacitaram, de sorte que, concordando a maior parte delles, lhe deram a dita posse, e a tomou na Casa da Camara, da mesma cidade, pelos camaristas, que, em nome de todos, fizeram a tal funcção em sabbado, que se contaram 15 de novembro, sendo aclamado pelo Juiz do Povo, que já a este tempo haviam eleito, o qual era um homem (Domingos Rodrigues se chamava) que, tendo sido peãreiro, vivia nesse tempo de uma olaria, que havia comprado, custando este commodo aos dois desembargadores, que foram os que mais nelle trabalharam, além das descomposturas, que experimentaram, o chegarem a satirizal-os com versos".

Vê-se, portanto, pela narração de Manuel dos Santos, confirmada pela do padre Luiz Corrêia (*apud* Southey), que em verdade andou por pouco a proclamação da independencia de Pernambuco, entre 10 e 15 de novembro de 1710.

Ouçamos agora, quanto aos successos immediatamente posteriores, em que ainda figurou Bernardo Vieira de Mello, as palavras de Dias Martins, em "Os martyres pernambucanos": — "Empossado o bispo, em 15 de novembro de 1710, ficou o nosso heróe sendo o sustentaculo da nova ordem de coisas, porém mortalmente odiado pelos humilhados Mascates, os quaes juraram a sua perda na primeira reacção da vingança, que não ficou por muito tempo deferida; como se realizou em 18 de junho: neste dia memoravel, os Mascates, gritando — *Morram os traidores e viva d. João V, e por elle o nosso governador Caldas* — foram correndo á casa de Bernardo Vieira,

que, chegando á janella para observar o tumulto, foi alvo de dois tiros, que o erraram; mas seria victima infallivel, si o ouvidor Arouche não acudisse, gritando á multidão: — **O traidor é meu preso, eu somente posso e prometto punil-o.** De facto, o prendeu e recolheu á cadêia, para o subtrahir ao frenesi do momento; agora nos é incomprehensivel como, fugidos o bispo e o ouvidor para Olinda, posto o Recife em apertado assedio, e disputada a causa no calor de tantos combates e campanhas, poudes elle, preso na cadêia do Recife, e plenamente abandonado á mercê e reivindicta dos Mascates, escapar á sua furia: E' talvez provavel que fosse geralmente olhado como digno, e precioso refem contra as vicissitudes da guerra; mas, enfim, escapou á tempestade: com todos os mais prisioneiros, foi solto pelo bispo, no dia 8 de outubro, em que veiu ao Recife tomar posse do governo, para o entregar com solennidade a Felix José Machado. Logo que o horizonte politico ameaçou toldar-se, pela parcialidade visivel dos novos governador e ouvidor, previu claramente o nosso heroe a sua desgraça e a de toda a nobreza, a quem propoz em consequencia o asylo dos Palmares, onde resistissem á tyrannia; porém, não sendo attendido, partiu somente com seu filho André Vieira de Mello a ensaiar a fortuna; alli chegou, e foi recebido pelo seu cordial amigo Miguel de Godões, que se poz inteiramente á sua discreção; não tardou muito que lhe chegasse a noticia de haver sido condemnado, com seu filho e parentes, na devassa de Bacalháo, e que, em pena de haver-se evadido, fôra proscripto, com todos quantos lhe dessem asylo, e encommendado vivo ou morto aos homicidas das diligencias dos Camarões e Tundacumbes etc. Estas noticias fizeram com que o nosso heroe estremecesse pela primeira vez, não por si, mas principalmente pelo seu generoso amigo e companheiro; e, cheio de generosidade pernambucana, determinou ir-se offerecer aos tyrannos, victima voluntaria pela salvação dos innocentes; veiu, pois, a Porto Calvo, entregar-se ao capitão-mór daquella villa, o qual, sob forte escolta, o remetteu a Pernambuco, onde chegou a 20 de março de 1712. E' incrivel o alvoroço com que os ferozes Mascates, os barbaros governador e ouvidor receberam o terrivel Mello! E muito mais incrivel a ferocidade com que era pedida em altos gritos a sua morte na forca! Com effeito, distou della uma linha, porque o governador, persuadido de que uma Junta de Justiça, presidida por elle, poderia sentenciar e fazer executar, nelle e nos outros cumplices, a pena

contra os réos de lesa-magestade, fez convocar os ouvidores de Alagôas e Parahyba, para, com o de Pernambuco e o juiz de fóra Carvalho, consummarem a tragedia; porém, juntos em primeira sessão de julho de 1712, estremeceram todos os juizes da responsabilidade para com o rei e decidiram, finalmente, que se esperasse por insinuação régia; em consequencia desta decisão, foi conservado o nosso heróe na fortaleza do Brum até á syndicancia do Cutia, na qual, sendo novamente pronunciado, foi remetido, com seu filho e mais nove companheiros, a Lisbôa; alli, recolhido ao Limoeiro, brevemente faleceu, consumido de tormentos opprobrios, sem outra consolação mais do que a de exhalar o ultimo suspiro nos braços de seu amante filho”.

Conforme narra o autor das “Calamidades”, — desde muito, ou, antes, como consequencia da victoria alcançada contra os invasores neerlandezes, alguns dos mais acendrados patriotas pernambucanos se haviam conjurado para fazerem vingar na capitania as idéas de emancipação politica, sob a fórmula republicana. Parece que o primeiro evangelizador de tão excelsas aspirações, alli, foi o mestre-de-campo João de Freitas da Cunha, pernambucano que pelejara com assignalada bravura na guerra contra os bñtavos. Morrendo elle, continuou-lhe o aposolado Bernardo Vieira de Mello, que servira sob o seu commando no terço de linha do Recife. Entre os opulentos e nobres filhos daquela capitania, que commungavam nos mesmos ideaes de liberdade, contavam-se o alcaide-mór Philippe de Moura, João de Barros Rego, o capitão-mór Pedro Ribeiro da Silva, Antonio de Lima Barbosa, Manuel de Mello Bezerra, Antonio Bezerra Cavalcanti, Leonardo Bezerra Cavalcanti, o capitão André Dias de Figueiredo e o dr. José Tavares de Hollanda. Este ultimo, espirito esclarecido por serios estudos e como que synthetizando a alcandorada ideologia, que agitava, então, o cerebro de tantos patriotas, respondeu do seguinte modo a um amigo, que o interrogara a respeito da sua actividade politica: — “Para que queremos rei? Os pernambucanos são capazes de se governarem a si mesmos”.

E’ digna de ser consignada aqui a explicação dada por Handelman sobre os acontecimentos de 1710 em Pernambuco e sobre as causas que alli arrastaram os nossos patricios a tendencias politicas extremistas. Eis o que diz o notavel historiador (“Historia do Brasil”, edição do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1931, pags. 400-401): — “A

ligação havida com a Republica das Sete Provincias Unidas não estava esquecida em Pernambuco; e, embora nunca houvesse sido estimado o governo hollandez e a sua volta jámais fosse descjada, contudo as fôrmas do Estado hollandez, que se havia aprendido a conhecer, achavam muitos adeptos; uma republica aristocratica, como funcionava nos Paizes Baixos devia ser necessariamente o ideal de uma aristocracia rural, porque uma tal fôrma de governo lhe asseguraria a supremacia permanente, ao passo que a grande influencia, de que gosava agora sob a monarchia, era apenas de facto, e tinha, além disso, poderoso contrapeso no poder absoluto do reino. Existia, portanto, um partido republicano em Pernambuco. ou, mais justamente, — com tendencias republicanas, — que comprehendia uma parte dos grandes fazendeiros; todavia, elle se sentia em minoria; e, como até então se houvesse mantido inteiramente calado, tambem agora só cautelosamente se abalançava a emittir as suas opiniões. Uma proposta directa para declaração de independencia e adopção da fôrma de governo republicano parece que não se manifestou; porém, apresentaram os republicanos a proposta de estabelecer um governo provisorio de seis membros, nacionaes todos, que dirigiriam o leme do Estado, até que chegasse de Portugal o novo capitão-general nomeado; si este viesse revestido de plenos poderes para conceder amnistia ampla e attender a todas as exigencias que, além disso, o povo ainda fazia, então se submetteriam a elle e voltariam ás antigas relações com a mãe-patria; si, ao contrario, a corôa de Portugal negasse deferir as reclamações, então Pernambuco declararia a sua independencia e constituir-se-ia um governo republicano, como a Hollanda ou Veneza. Foi esta certamente a primeira vez que se manifestou a idéa de uma independencia nacional, sob fôrma republicana, na America do Sul...”

A guerra dos “mascates”, — sublevação nativista e independentista, como o attestam os documentos historicos, — constitue, protanto, um episodio da mais alta relevancia para Pernambuco e para o Brasil. Teve ella, incontestavelmente, a excelsa mira da liberdade definitiva daquella vasta e rica porção da nossa Patria. Muitos foram os seus heróes e subiram a elevado numero os que por ella soffreram o martyrio, perecendo em lobregas prisões ou padecendo as agruras do exilio. Nenhum delles, porém, foi maior, na bra-

vura, na audacia e no sacrificio, do que Bernardo Vieira de Mello.

Nada adianta levantar controversias entre Pernambuco e Minas Geraes, isto é, entre as figuras de Bernardo Vieira de Mello e do Tiradentes, quanto á primazia no lançamento da idéa republicana em territorio brasileiro. As causas e consequencias da guerra dos "mascates" e da inconfidencia mineira foram diversas. Em 1789, o Tiradentes e todos os altos espiritos que o acompanharam, — além de inspirados pela proclamação dos direitos do homem e da republica nas colonias britannicas da America do Norte, declaradas independentes desde 1776, — achavam-se simultaneamente sublevados pela miserima situação da capitania de Minas Geraes ante a derrama ordenada pelo governo portuguez e prestes a ser executada. Demais, o ideal da emancipação politica sob a fórma republicana, architectado pela conjuração mineira, saiu, graças ao Tiradentes, da estreita orbita da capitania para abranger todo o Brasil (o que, aliás, já constituiria o almejo de José Joaquim da Maia, expresso nas suas cartas a Jefferson). E, para coroar tudo isso, o abnegado Silva Xavier, differentemente do heróe pernambucano, teve a gloria imperitura de subir ao patibulo. Foi, portanto, com as gotas do seu sangue generoso, caídas na terra da patria, que se tingiu o barrete phrygio, com o qual, cerca de um seculo depois, se exornou definitivamente a magestosa cerviz do Brasil.

Abençoemos, pois, sem regionalismos estreitos e sem dissídios vãos, a memoria dos dois immortaes sonhadores da republica!

Basilio de Magalhães.

Relatório do Secretário Per- pétuo, relativo ao ano de 1931

De acôrdo com os Estatutos, apresento-vos uma resenha dos nossos trabalhos no ano social que hoje finda, tão sintética, quanto possível para não vos enfadar.

Realizámos justamente 24 sessões, das quais 19 ordinarias, 1 extraordinária, 1 de assembléa geral e tres solenes.

No movimento de sócios tivemos a aquisição de dois efectivos — os srs. Ulisses Gomes Porto e Luiz Delgado — e dois correspondentes — os srs. Jorge Hurley, hoje presidente do Instituto histórico do Pará e o sr. Aurino Maciel, luminar das lêtras nas Alagôas.

Por desgraça temos de lamentar a pêrda de seis companheiros, cada qual de mais valôr, como vereis pela simples enunciação dos nomes, na ordem em que se deram os óbitos: prof. Julio Pires Ferreira, almirante Barão de Tefé, marechal Emídio Dantas Barrêto, prof. Rodolfo Lima, dr. Manuel Turiano dos Reis Campelo e prof. Carlos Porto Carreiro. Não a mim mas a um de nossos companheiros cabe a tarefa especial de tratar do valôr de cada um dêles e do tamanho da pêrda para o Instituto.

Não tivemos donativos de valôr durante o ano, entretanto, dentre os objetos com que nos presentearam, cabe uma referência a uma antiga lampada de bronze com cêrca de dois séculos, do tempo em que o óleo de mamona era matéria prima da iluminação; uma pistola — revólver, que marca a transição para as armas automáticas; um pires de porcelana com finíssima pintura em que se reproduz “L’adieu de Fontainebleau” e que pertencêra ao general barão da Vitória, sendo tradição da familia que fôra da baixela de Napoleão Bona-

parte; o velho tronco do engenho Tapera, reminiscência do período nêgro da escravidão, e uma peça de roupa com que estava vestido o imortal João Pessôa, no dia em que o abateram, e que guarda o seu sangue.

No relatório do ano passado, fiz referência ao fato do govêrno revolucionario têr adotado como norma, preceitos que, de ha muito vínhamos pregando no Instituto em relação a nomes de ruas e a nomes de localidades. O Instituto é hoje órgão consultivo do Estado em relação a êsses assuntos. Si não nos é possível concertar tudo, temos contribuido de algum modo para corrigir alguma coisa que andava errado e, o que é mais, para se não continuar a errar.

A registrar, também, que o govêrno pediu a colaboração do Instituto para a Comissão do Plano da cidade e para a Comissão de divisão administrativa, numa e noutra representado por dois de seus membros.

*

A ação do Instituto também se reflete extra-muros:

De ha muito vinha a Cruz do Patrão, monumento colonial, ameaçando ruínas. Ao nosso apêlo, faziam ouvido de mercador. Felizmente, o govêrno revolucionário nos atendeu e mandou fazer obras radicais, para a sua conservação e segurança, sem alterar-lhe o caráter.

Chegando ao nosso conhecimento a existência dum cemitério indígena na serra das Russas, uma comissão do Instituto foi até lê examina-lo, verificando a procedência e de lá trouxe uma peça de cerâmica que hoje figura na nossa coleção etnográfica.

Tendo, ha tempo propugnado pelo levantamento dum monumento em Tejucopapo, onde as mulheres pernambucanas derrotaram parte do exêrcito holandês, a municipalidade de Goiana veiu ao encontro das nossas aspirações e, dentro de poucos dias, teremos o prazer de inaugura-lo.

Outra iniciativa do Instituto foi assinalar, no dia em que completou o terceiro centenário do incêndio de Olinda pelos holandêses, as ruínas da casa única que escapara às chamas. Assim o fizemos, a 24 de novembro último, de acôrdo com a Prefeitura da histórica cidade.

Sabido que o bravo Antonio Felipe Camarão se sepultara na Várzea, na capela do engenho de Fernandes Vieira, uma comissão do Instituto procedeu a pesquisas para encontrar o

seu tumulo. Infelizmente, do fato, só resta a tradição. Numa das reformas por que passou a capela, hoje matriz, foram reunidos num jazigo comum todos os restos mortais e a lápide que assinalava os de Camarão já não existe. A comissão, porém, encontrou ao lado da igreja velho portão em ruínas apontado pela tradição como do tempo de Fernandes Vieira, e, em verdade obra colonial. O Instituto já providenciou junto ao prefeito para preservá-lo e d'ele recebeu promessa formal, porque merecedor de todo o carinho dos poderes públicos.

A assinalar também que, ainda por iniciativa nossa, a Prefeitura aparelhou a estrada que vai ao Arraial novo do Bom Jesus, fazendo-lhe obras de arte, e a diretoria de Obras públicas fez os concertos precisos no monumento que ali se ergue á memória dos que se bateram contra o dominio holandês.

E aqui tendes, em pálido resumo, a nossa atuação durante 1931.

Si não fizemos tudo quanto desejavamos, fizemos o bastante para correspondêr á confiança do público, sempre dignos do prestigio de que nos cercam.

Actas das sessões

SESSÃO ORDINARIA EM 8 DE JANEIRO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios dr. Pedro Celso, dr. Mario Melo, professor Felipe Monteiro, prof. dr. Netto Campello, dr. Samuel Campello, dr. Eduardo de Moraes, dr. Oscar Brandão, dr. Carlos Pereira da Costa, prof. dr. Methodio Maranhão, prof. Eustorgio Wanderley, dr. Candido Duarte e Santana Araujo, o primeiro abriu a sessão, que teve por secretarios os srs. dr. Mario Melo e Felipe Monteiro.

Lida e approvada a acta da sessão antecedente, o 1.º secretario deu conta do expediente: um officio do sr. prefeito do Recife, de 30 de dezembro p. findo dirigido a elle secretario agradecendo as informações prestadas sobre a data em que o Recife fôra a capital e pedindo tratar do assumpto neste Instituto, uma vez que da discussão tratada na Imprensa com o dr. Carlos Pereira da Costa nada resultara de positivo, e outro officio da mesma autoridade, á meza do Instituto, pedindo estudar a pendencia historica travada entre os drs. Mario Melo e Carlos Pereira da Costa e fixar uma data que será commemorada pelo municipio. Uma proposta para ser socio effectivo o dr. Manoel Caetano Filho, digo Manoel Caetano de Albuquerque e Mello Filho e outra para ser socio correspondente o sr. Luiz da Camara Cascudo, aquelle mineralogista, classificador da colleção do Instituto, este — autor do livro "Historias que o tempo leva"... Ambas as propostas foram enviadas á commissão respectica.

Offertas: A bandeira nacional, de Eduardo Prado, pelos srs. Granja Filho; "Historias que o tempo leva" pelo seu autor o sr. Luiz Cascudo; Revista de Pernambuco, pelo seu director dr. Carlos Pereira da Costa; **Revista do Instituto archeologico alagoano**; uma medalha commemorativa da expedição scientifica Fritz Helm á China e varias moedas, estas ultimas offerecidas pelo academico Luciano Cesar Varêda.

Posto em discussão o assumpto dos officios do Prefeito do Recife, pediu a palavra o dr. Mario Melo e leu longo e do-

cumentado trabalho. Disse, em synthese, que, consultado pelo sr. Prefeito sobre a data em que o Recife fora elevado a capital, respondera apontando 29 de dezembro de 1825 citada por Sebastião Galvão, unico historiador que houvera publicado estudo sobre o assumpto. O dr. Carlos Pereira da Costa impugnar a data citada e apontara a de 15 de fevereiro de 1827, de accordo com um trabalho inedito de seu pae. Sobre o assumpto foi mantida uma polemica pelo "Jornal do Commercio", collocando-se cada um sob seu ponto de vista. Estudando em suas fontes o assumpto o orador vio que Sebastião Galvão se apoiava no termo das vereações da Camara do Recife, de 17 de fevereiro de 1827, no qual consta o reclamante de um officio da presidencia de 17 de fevereiro do mesmo anno, com a declaração de que o Recife era a capital por portaria de 25 de dezembro de 1825. Pereira da Costa não se refere a essa portaria. Era preciso ver se ella existio e provado isso ficaria de pé a data apontada por Sebastião Galvão, ou provar que não existio tal portaria. A prova directa da existencia ou inexistencia não podia ser feita, porque não existia mais no Archivo publico do Estado o livro de portarias. Restava conhecer o officio de 16 de fevereiro de 1827, officio que seu antogonista confessara não ter encontrado. O dr. Mario Melo apresenta uma copia do mesmo officio por onde se vê que houve má redação no termo de vereações da Camara do Recife de 17 de fevereiro de 1827, porquanto a chamada portaria de 25 de dezembro de 1825 a que se refere o mesmo termo é o aviso imperial da mesma data em que se manda seja o assumpto resolvido em conselho. Assim conclue o dr. Mario Melo que a razão está ao lado do autor dos Annaes Pernambucanos: o Recife foi elevado a capital a 15 de fevereiro de 1827 e não a 29 de dezembro de 1825.

O dr. Carlos Pereira da Costa, com a palavra, disse que trazia um officio já redigido no qual pede á mesa nomeie uma commissão para estudar os artigos publicados sobre o assumpto no "Jornal do Commercio" e lavrar o Instituto o seu veredictum. Passa á leitura do officio, entrega á mesa os documentos a que o mesmo se refere e verbalmente esclarece alguns pontos do trabalho do dr. Mario Melo, embora nesse trabalho o antagonista tenha chegado ás mesmas conclusões d'elle orador.

O dr. Methodio Maranhão diz que tem duvidas ainda sobre o assumpto, pois, todos os documentos lidos se referem á camara da capital e não á cidade que passaria a ser a Capital,

Demais, é sabido que o Recife era, com a residencia dos governadores, a capital de facto desde o seculo XVIII.

O sr. Samuel Campello diz que desde que se iniciou a discussão na imprensa, teve a idéa de pedir que o Instituto resolvesse a contenda, e aos contendores censurara por não terem trazido a questão ao Instituto antes de a levarem á imprensa. Propõe sejam os artigos do dr. Carlos Pereira da Costa e do dr. Mario Melo publicados em nossa Revista.

O dr. Methodio Maranhão pensa que a discussão pela imprensa, em linguagem elevada, servio não só para interessar a todos como para fazer com que o assumpto fosse estudado e assim se chegasse a resultado positivo.

O dr. Oscar Brandão propõe que o Instituto louve os contendores e não considere nenhum vencido nem vencedor; ambos chegaram ao mesmo resultado por diversos caminhos; ambos são socios do Instituto e a victoria é deste por se ter chegado a resultado positivo.

O dr. Neto Campello regosija-se com o termino do incidente de modo tão elevado e pede aos confrades presentes se unam no sentido de conseguir que os contendores, que hontem foram bons amigos e se tornaram desafectos por um mal entendido, se abraçassem aqui mesmo no Instituto com a promessa de trabalharem juntos pela historia de Pernambuco.

O presidente diz que tendo-se chegado á prova, por ambos os trabalhos de que o Recife fora elevado a capital a 15 de fevereiro de 1827 ia fazer essa communição ao prefeito e ao mesmo tempo providenciaria para que os artigos dos contendores, escoimados do que não interessa ao assumpto por uma commissão de que não faça parte nenhum dos dois, e os documentos apresentados por ambos, fossem publicados na Revista do Instituto.

Passando a outro assumpto, diz que fará a 13 do corrente, 100 annos que foi espingardeado Frei Caneca. Era proposito do Instituto fazer nessa data uma commemoração popular. Na impossibilidade de levar avante esse projecto, o Instituto prestará uma homenagem a Frei Caneca, com uma sessão publica, de que será orador o dr. Oscar Brandão. E a 27 de Janeiro será commemorado o 63.º anniversario do Instituto com uma sessão magna, de que serão oradores os srs. drs. França Pereira e Samuel Campello. E em seguida, encerrou os trabalhos.

Arthur da Silva Rego

Mario Melo, 1.º Secretario

Samuel Campello, servindo de 2.º Secretario.

SESSÃO SOLEMNE PARA COMMEMORAR O 1.º CENTENÁRIO
DO ARCABUZAMENTO DE FREI CANECA, EM 13 DE
JANEIRO DE 1925.

Prestando uma homenagem á memoria de Frei Caneca, no primeiro centenario do seu arcabuzamento, o Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano realisou ás 20 horas do dia 13 de Janeiro de 1925 uma sessão publica, em sua séde social, á rua do Hospicio.

O salão de honra do Instituto esteve repleto de familias. Abrindo a sessão, o presidente Dr. Pedro Celso pronunciou ligeiro, porem brilhante e formoso discurso.

AO ABRIR esta sessão, disse o acatado homem de letras, que o Instituto Archeologico, na impossibilidade de mais fazer, commemora o 1.º centenario do arcabuzamento do inolvidavel patriota — o mais honrado representante do valor, do estoicismo, da te arduente no ideal, do amor incógnito da liberdade que são o apanagio dos nossos heroes e martyres através dos gloriosos rastos de nossas revoluções e rebeldias libertadoras, Frei Caneca, cuja figura suprema se emparema e excede á do segundo tiradentes. Sejam as minhas primeiras palavras de boa comida e grãtiao a todos vós que viestes compartilhar deste modesto preito de amor e reconhecimento de Pernambuco ao maior talvez dos seus maiores, neste recinto consuetudinário de consagrações cívicas. Não e somente o perquirir a verdade historica, ou a scientifica nos domínios da archeologia e da geographia, a missão deste Insututo; o seu reconhecimento se acha aliado ao culto dos antepassados, que nenhum povo os tem mais meritorios e resplandentes de virtudes.

Assumiria as proporções e o encanto de uma apotheose a cerimonia em que, neste momento, comnosco collaboraes, se não fosse o entorpecimento dessa grande e maravilhosa força social que se chama "o espirito publico" ameaçado de inteira glacição pelo sopro desse espirito positivo e pratico que só visa o interesse da fortuna e do goso material immediato".

Após outros brilhantes conceitos, o sr. presidente deu a palavra ao orador da solemnidade, dr. Oscar Brandão, o qual leu vibrante e patriotico discurso sobre a vida e a morte de Frei Caneca sendo muito applaudido ao terminar seu brilhante e substancioso trabalho.

Do Instituto estiveram presentes: Dr. Pedro Celso, Desembargador Silva Rego, Dr. Gervasio Fioravante, Dr. Mario Melo, Dr. Samuel Campello, Felipe Monteiro, Dr. Oscar Brandão e Sant'Anna Araujo

Arthur da Silva Rego

Mario Melo, 1.º Secretário

Samuel Campello, servindo de 2.º Secretario.

SESSÃO MAGNA DE 27 DE JANEIRO DE 1925

Em sollemnisação ao anniversario de sua fundação e commemorando a restauração de Pernambuco do dominio hollandez, realisou o Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano uma sessão magna, no dia 27 de Janeiro de 1925, ás 20 horas, em sua séde social, á rua do Hospicio.

A sessão foi presidida pelo dr. Pedro Celso que, ao iniciar os trabalhos, pronunciou formoso discurso analago á data.

No flarilegio das datas nacionaes, diz o illustre presidente, nenhuma se ostenta mais viva de esplendor nem exhibe em mais opulenta floração as qualidades primaciaes do character brasileiro, que a de 27 de Janeiro de 1654, symbolo da integração definitiva, no Brasil colonial, da imensa vastidão de territorio que se dilata para o norte do Rio S. Francisco "essa estrada em marcha" que em lanços de incomparavel belleza e primor, vive e carrear abundante e desaproveitada seiva do coração do Brasil á sua peripheria.

Escolendo esta data para estação de partida, Joaquim Pires Machado Portella, Salvador Henrique de Albuquerque, Antonio Witruvio Pinto Bandeira Accioly e Vasconcellos, José Soares de Azevedo e Antonio Torres Bandeira, os benemeritos fundadores deste Instituto, cujas effiges ora contemplamos, outro intuito certo não tiveram, que o de alliar, ao amor dos estudos historicos geographicos a flamma do amor patrio, em sua pureza nitida, a irradiar-se até a orla das mais longinquas fronteiras.

E esta larga e fecunda visão patriotica tem sido a dos pernambucanos atravez de todas as vicissitudes historicas; mesmo no auge dos seus ardentes surtos republicanos, Pernambuco jámais renunciou ao ideal de um Brasil íntegro e uno como elle o constituiu, restaurado do dominio hollandez. Celebrando a data da libertação desta parte do Brasil, do jugo da Hol-

landa, fazemos implicitamente a apologia da nossa nacionalidade, tal como se acha constituída. Após outras considerações de valor historico, o presidente abre a sessão, dando a palavra ao sr. Mario Melo, secretario perpetuo, para ler o seu relatorio annual.

Em substancioso e bem elaborado trabalho, o operoso 1.^o secretario deu conta da vida do Instituto em 1924, do movimento dos socios, da commemoração do centenário da revolução de 1824, dos esforços que tem empregado a sociedade no culto á tradição etc.

Terminado o relatorio, o presidente diz que o orador designado para a commemoração da data adoeceu subitamente. Pedia por isso ao Dr. Fioravanti que o substituísse.

O illustre professor de nossa Faculdade de Direito, accetando o convite, pronunciou eloquente e empolgante improviso sobre a epópea hollandeza mostrando o valor e o heroismo dos pernambucanos naquella phase da nossa historia.

As ultimas palavras do sympathizado mestre foram abafadas por uma grande salva de palmas.

Em seguida o Dr. Samuel Campello, orador do Instituto, fez o elogio dos socios fallecidos durante o anno social. Desempenhou brilhantemente a tarefa que lhe foi confiada.

Não havendo mais oradores, o presidente encerrou a solemnidade, depois de haver agradecido o comparecimento das autoridades e pessoas gradas.

Alem de distinctas familias, estiveram presentes a commemoração o representante do Sr. Governador do Estado, o representante do Exmo. Sr. Arcebispo, do Sr. Prefeito Municipal, do commandante da Força Publica etc.

Do Instituto estiveram presentes os Srs. socios: Dr. Pedro Celso, Desembargador Silva Rego, Dr. Gervasio Fioravanti, Dr. Mario Melo, Conego Henrique Xavier, Dr. Samuel Campello, Conego J. Assumpção, Dr. Methodio Maranhão, Professor Rodolpho Lima, Sant'Anna Araujo, Dr. Augusto Rodrigues, Professor Eustorgio Wanderley. Tocou durante a solemnidade uma banda de musica da Força Publica.

Durante a tarde foram muito visitadas as collecções do Instituto.

Arthur da Silva Rego

Mario Melo, 1.^o Secretario

Samuel Campello, servindo de 2. Secretario.

SESSÃO DE ASSEMBLEA GERAL EM 5 DE FEVEREIRO DE
1925

Presidencia do Dr. Pedro Celso.

A's quinze horas, presentes os Srs. Prof. Dr. Methodio Maranhão, prof. Dr. Gervasio Fioravanti, conselheiro Othon Mendes Bezerra de Mello, Dr. Samuel Campello, deputado Correia de Britto, Senador Dr. Thomé Gibson, M. J. de Sant'Anna Araujo, prof. J. Felipe Monteiro, Dr. Oscar Brandão, Dr. Augusto Rodrigues, Ambrosio Leite, deputado Conego Henrique Xavier, Dr. Mario Melo, Senador Zeferino Agra, prof. Eustorgio Wanderley e Conego Jeronymo Assumpção, havendo numero legal para a reunião em primeira convocação, o Sr. presidente abriu a sessão, dizendo que o fim principal era eleger a directoria do Instituto.

Antes da eleição, porem, ia o 1.º Secret. inteirar a casa do expediente. Este constou de um officio da Associação Commercial communicando a eleição de sua directoria; d'um officio do Director do Museu Nacional do Rio de Janeiro remettendo o catalogo do mesmo; pareceres da commissão de syndicancia, favoraveis á admissão dos srs. dr. Manoel Caetano de Albuquerque Mello Filho para socio effectivo e Luiz da Camara Cascudo para socio correspondente e uma carta do Dr. Ludovico Schwenhagen, que pede o concurso do Instituto Archeologico para continuar nos sertões de Pernambuco os seus estudos sobre o antigo culto do povo tupi.

Submettido a discussão o assumpto da carta foi o secretario autorizado a responder, que o Instituto dará todo o auxilio moral ao investigador. Votados e approvados os pareceres da commissão de syndicancia, foram proclamados socios os srs. Dr. Manoel Caetano Filho e Luiz da Camara Cascudo.

Passando-se ao processo eleitoral foram proclamados eleitos: presidente Dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti; vice presidentes desembargador Silva Rego, Dr. Netto Campello, Dr. Gervasio Fioravanti; thesoureiro Antonio da Cruz Ribeiro; oradores França Pereira; Samuel Campello; supplentes Drs. Oscar Brandão e Fernando Barroca; segundo secretario Conego Henrique Xavier; supplentes de secretarios, professor Eustorgio Wanderley e Dr. Carlos Pereira da Costa; commissão de redação da revista Drs. Mario Melo, Methodio Maranhão e Samuel Campello; commissão de syndicancia conejo Henrique Xavier, Dr. Thomé Gibson, e conselheiro

Othon Mendes B. de Mello; comissão de Manuscriptos, Dr. Turiano Campello, prof. Gaspar Regueira Costa e Ambrosio Leite; comissão de historia e geographia, desembargador Silva Rego, Dr. Netto Campello e Dr. Carlos Pereira da Costa; comissão de fundos e orçamentos, Dr. Zeferino Agra, Conego d'Assumpção e Sant'Anna Araujo; comissão de ethnographia e archeologia D. Pedro Roeser, Dr. Arnobio Marques, e Dr. Perelli. Obtendo a palavra, o conego Henrique Xavier agradeceu sua reeleição de 2.º secretario, declarando, porém que seus afazeres, no anno corrente, não lhe permittiam dar ao cargo o desempenho necessario. Contentava-se com ficar na comissão de syndicancia. Aceitas as razões do renunciante, foi procedida nova eleição de 2.º secretario, sendo eleito o prof. J. Felipe Monteiro.

O Dr. Pedro Celso agradeceu a renovação da confiança da assembleia que o vem reelegendo sucessivamente, e na forma dos estatutos empossou os eleitos.

O Dr. Samuel Campello communicou que o Dr. Silva Rego estava doente, não tendo, por isso, comparecido á reunião. O presidente disse que, findos os trabalhos, iria com uma comissão em visita ao prestimoso primeiro vice presidente. Nada havendo a tratar encerrou-se a sessão.

Arthur da Silva Rego,

Mario Melo,

1.º Secretario.

Samuel Campello,

2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1925

Presidencia do Desembargador Silva Rego

A's 15 horas do dia 26 de Fevereiro de 1925, reuniu-se em sessão ordinaria o Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano, sob a presidencia do Desembargador Silva Rego. Ao abrir os trabalhos o Desembargador Silva Rego agradeceu aos seus collegas a sua reeleição de 1.º Vice-Presidente e reiterou a promessa de cumprir os deveres de seu cargo.

Lidas e approvadas sem debates as actas das sessões anteriores, procedeu o primeiro secretario á leitura do expedi-

ente, que constou de um officio do presidente da commissão organisadora do 8.º congresso brasileiro de geographia, de saudação ao Instituto Archeologico pela inauguração do Correio aereo; officio da prefeitura municipal de Camaragibe (Alagôas) communicando a fundação da Bibliotheca municipal denominada Instituto Bernardo de Mendonça; officio da Associação Commercial do Commercio de Estivas, communicando a eleição de sua directoria.

Ainda o 1.º secretario declarou que tendo obtido licença do proprietario do predio em que nasceu o Barão do Forte de Coimbra, General Porto Carreiro, cuja remodelação já se acha quasi concluida, mandou fazer a lapide commemorativa, anteriormente approvada pelo Instituto, para ser collocada no mesmo na fachada da Praça Maciel Pinheiro.

O Sr. Sant'Anna Araujo lembra a proxima passagem do dia 6 de Março, 108.º anniversario da Revolução brasileira.

O presidente declara que o Instituto commemorará a data com una sessão solemne, como nos annos anteriores e designa Dr. Oscar Brandão para orador official. Devendo nessa data ser empossado o novo socio effectivo Sr. Estevam Pinto, designa o Dr. Samuel Campello para recebê-lo.

Obtendo a palavra o Dr. Mario Melo lê e justifica a seguinte indicação: Pilotando o Avião "Santos Dumont", os aviadores francezes Roige e Lafay descobriram na ilha do Pina, um excellente campo para aterragem, campo que elles logo consideraram um dos melhores da America do Sul, antes de qualquer aparelhagem.

Nesse terreno baldio conhecido por "Encanta Moça", será, provavelmente, installado o Campo de aviação de Pernambuco para as travessias internacionaes e inter-estaduaes.

O nome de "Encanta Moça", nada significa na nossa historia. É uma fantasia da superstição popular, como o provou o nosso confrade Samuel Campello. Noventa e nove por cento da população de Pernambuco desconhecia a existencia desse campo baldio e ignorava seu nome. Não ha mal algum em que o chrismem de modo significativo.

Proponho assim que o Instituto Archeologico solicite ao Conselho Municipal a substituição ao nome inexpressivo de "Encanta Moça", pelo de "Santos Dumont" em homenagem ao patricio glorioso e nosso consocio, iniciador da navegação aerea, e peça á "Empresa Latecoere" dar ao campo de aviação que alli vão fundar o nome do mesmo inventor brasileiro.

Prestará assim, Pernambuco uma modesta homenagem a quem tão alto elevou o nome do Brasil no mundo inteiro — Recife, 26 de Fevereiro de 1925 — Mario Melo.

Posto o assumpto em discussão, o Dr. Samuel Campello justifica o seu voto contrario. Entende que Santos Dumont é merecedor de todas as homenagens mas propugna pela conservação do nome de "Encanta Moça" pelo qual os habitantes do Pina conhecem o local.

Posta a votos a proposta do Dr. Mario Mélo, foi approvada, contra o voto do Dr. Samuel Campello.

O Dr. Methodio Maranhão communica á casa o fallecimento do Dr. Antonio Olintho, que foi ministro da Viação na Republica, homem de valor scientifico e socio honorario do Instituto e requereu um voto de pezar pelo seu passamento, proposta approvada unanimemente. Em seguida foram encerrados os trabalhos, por nada mais haver a tratar. Compareceram a sessão os Snrs. Desembargador Silva Rego, prof. Dr. Methodio Maranhão, Dr. Samuel Campello, Dr. Mario Melo, Sant'Anna Araujo, Ambrosio Leite e Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.

Mario Melo,

1.º Secretario.

João Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

SESSÃO EXTRAORDINARIA E PUBLICA

Presidencia do desor. Silva Rego

COMMEMORAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1817

Sob a presidencia do Exmo. Snr. Desor. Silva Rego teve logar a sessão publica commemorativa da revolução de 6 de Março de 1817, presentes os Snrs. socios Dr. Mario Melo secretario perpetuo, J. Felipe Monteiro 2.º secretario, Dr. Samuel Campello, Dr. Carlos Pereira da Costa, prof. Eustorgio Wanderley, Dr. Oscar Brandão, Dr. Candido Duarte, Dr. Gervasio Fioravanti, e M. J. Sant'Anna Araujo.

Abrindo a sessão, o Desembargador Silva Rego, 1.º Vice-

presidente mostrou que o Instituto Archeologico, fiel ao seu programma, reagindo contra a conspiração do esquecimento, estava reunido para realçar o prestigio historico da revolução de 1817. Parece, infelizmente, que interessa apenas a um reduzido numero de compatriotas o trabalho de justiça posthuma que o Instituto vem prestando. Mas nem por isso, podemos sentir desalento.

Exaltando hoje o feito homerico dos sonhadores de 1817, na grandeza de seu sonho e na coragem do seu martyrio, prestamos, um culto á propria historia, que é "uma especie de argamassa feita com o cimento do tempo e o sangue de heroes".

Obteve em seguida a palavra o Dr. Oscar Brandão, orador official, que iniciou seu discurso mostrando como uma sociedade tradicional, de fins tão patrioticos, está aparelhada a supportar todos os embates; dissertou longamente sobre o facto historico que Pernambuco commemorava, pondo em destaque os acontecimentos mais notaveis do movimento idealista de 1817, e mostrou como os pernambucanos, n'uma sequencia de phases iniciada em 1710, se tem batido pela liberdade.

Depois do orador descer da tribuna e cessados os applausos do auditorio, o presidente declarou ter recebido uma comunicação do Dr. Estevam Pinto que devia empossar-se, e que por motivos supervenientes não podia comparecer. E encerrou a sessão agradecendo o comparecimento das pessoas presentes, entre os quaes se contavam o Capitão Alfredo d'Agostini, representante do Governador do Estado, e o Dr. Maia e Silva representante do Prefeito da Capital, que tomaram lugar á mesa, á sua direita e esquerda.

Durante a solemnidade tocou uma banda de musica da Força Publica.

Do Instituto Historico da Parahyba recebeu o Instituto Archeologico effusivo telegramma de saudações pela data.

Nada mais havendo occorrido o Sr. Presidente, depois de agradecer ás pessoas presentes seu comparecimento, encerrou a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti

Mario Melo,

1.º Secretario.

J. Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 19 DE MARÇO DE 1925

Presidencia do Dr. Pedro Celso

Reunião-se, presidido pelo Dr. Pedro Celso, em sessão ordinaria, o Instituto Archeologico, com a presença dos Snrs. Drs. Methodio Maranhão, Mario Melo, Carlos Pereira da Costa, J. Felipe Monteiro e M. J. de Sant'Anna Araujo e Samuel Campello.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º Secretario accusou, na hora do expediente, o seguinte: "Revista de Historia" ns. 23 e 24; "O Senador Vergueiro" pelo Snr. Djalma Forjaz; "Journal of Geography" de Falcio, n. 422; uma medalha de jesuitas, pelo Tenente Edmar Lopes; a helice do avião 149, cahido em Bôa-Viagem, pelo sr. René Henot; um prato com brazão em ouro, que pertenceu à Viscondessa de Vera Cruz, pelo Snr. F. P. Bouletreau; um par de dragonas do 2.º imperio, pelo Capitão d'Agostini.

A comissão de finanças apresentou um parecer sobre o balancete do anno de 1924, com um voto de louvor ao thesoureiro, Snr. Antonio da Cruz Ribeiro, e a proposta de applicar-se em apolices federaes o saldo existente. Posto em discussão o parecer foi unanimemente approvado.

O Sr. J. Felipe Monteiro, referindo-se ao campo de Encanta Moça, diz ter sabido o seguinte que se relaciona com a lenda: Havia n'uma rua do bairro de Santo Antonio, um negociante portuguez que passava por solteiro. Insperadamente recebe a noticia da vinda da esposa. No dia da chegada, vai recebê-la, com as precauções necessarias, afim de não deixal-a ser vista; desculpa-se com negocios urgentes de não poder acompanhá-la á casa, o que encarregou a um escravo, que disse ser de toda sua confiança. Este a leva para o Pina e assassina-a, sendo encontrado o cadaver sem que a policia podesse identifical-o, nem conseguisse descobrir mandante e mandatario.

O Dr. Carlos Pereira da Costa declara que tendo dado busca na obra de seu pae, nada encontrara sobre o Encanta Moça. Refere-se á passagem ouvida de um amigo, segundo a qual fora elle passarinhar no Campo do Pina, vira bandos de gaivotas, mas no momento de atirar era impedido por nuvens de mosquitos. Propõe, com unanime approvação, que o Instituto continue a estudar o que ha de verdade sobre a lenda, para subsidio do nosso Folk-lore.

O Dr. Methodio Maranhão diz ter lido no "Diario de Per-

nambuco”, um artigo de collaboração, em que ha censura ao Instituto por não conservar certas cousas. Acha que o progresso não permite certas conservações, porque do contrario estaríamos ainda nas cavernas e nas cidades lacustres.

O mesmo se daria com as biqueiras de casas. Ha outros meios de ligar o presente ao passado, sem esse caturrismo que estorva o progresso. Demais o Instituto não legisla; limita-se a pedir, a fazer sugestões. A censura não é cabivel.

O Dr. Samuel Campello apresenta um voto de congratulações ao confrade Manoel Arão, por ter apresentado ao Conselho Municipal uma proposta em que presta homenagem á memoria de Luiz Gomes, dando-lhe o nome a uma rua do Recife, voto que foi unanimemente approvedo.

O Dr. Pedro Celso communica ao Instituto o fallecimento do Dr. Raposo Pinto, professor do Gymnasio Pernambucano, homem de sciencia, figura de destaque na sociedade. Embora não pertencesse o fallecido ao quadro do Instituto, propõe, sendo approvedo, um voto de pesar pelo seu desaparecimento.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Em tempo declaro, que na hora do expediente, o Dr. Samuel Campello apresentou por escripto as razões do seu voto dado na sessão anterior sobre o caso do “Encanta Moça”, ficando resolvido que o mesmo fosse publicado na Revista do Instituto.

Gervasio Fioravante,
3.^o Vice Presidente.

Mario Melo,
1.^o Secretario.

J. Felipe Monteiro
2.^o Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE ABRIL DE 1925

Sob a presidencia do Dr. Gervasio Fioravanti

A's treze horas do dia 16 de Abril, reunio-se o Instituto Archeologico, sob a presidencia do Dr. Gervasio Fioravante 2.^o Vice-presidente do Instituto, secretariado pelo Dr. Mario Melo e professor J. Felipe Monteiro, primeiro e segundo secretarios e comparecimento do Dr. Methodio Maranhão, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite,

Lida e approvada a acta de sessão anterior, deu o 1.º secretario conta do expediente: carta do principe Murat, applaudindo, em nome da Companhia Latecoere a idéa de dar-se o nome de Santos Dumont, "o pae da aviação" ao campo de Aterragem de Pernambuco; officio do Instituto Historico de Sergipe communicando que o Almirante Amyntas José Jorge se empossara como Presidente; do Instituto Historico Paraense communicando a eleição de sua meza; do grupo escolar Ambrosio Lyra, de Camaragibe (Alagoas) communicando ter sido creada uma caixa escolar. Offertas: pelo autor Sr. Seve Leite o seu livro "Terra Esteril" pelo author, Dr. Pessoa Geurra seu romance "O Vaqueiro do nordeste"; pelo author Dr. Affonso Taunay um volume de sua obra "Historia Geral das Bandeiras Paulistas"; "Journal of Geography" de Tokio, volume 38; Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro n. 5.

O presidente justifica a ausencia do Dr. Pedro Celso á sessão e, consultados os socios presentes, não havendo materia de character urgente a discutir, levanta a sessão.

Mario Melo,

Presidente ad hoc.

Samuel Campello,

Servindo de 2.º Secretario.

João Felipe Monteiro,

1.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE ABRIL DE 1925

Presidencia do dr. Mário Melo

Sessão ordinaria em 30 de Abril de 1925, sob a presidencia do Dr. Mario Melo tendo como 1.º secretario o Snr. J. Felipe Monteiro e 2.º o Dr. Samuel Campello, e presentes mais os Snrs. Dr. Methodio Maranhão, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite.

Lida e approvada a acta da sessão anterior o 1.º secretario deu conta do expediente: Officio do Instituto Historico do Paraná, communicando a posse de sua directoria; convites da Sociedade dos mechanicos, digo, dos artistas mechanicos e Liberaes, para a conferencia do Dr. Andrade Bezerra, no dia 1.º de Maio; da Associação mantedora do Hospital do Centenario, para a inauguração do mesmo hospital no dia 3 de

Maio; do Centro Academico do Commercio Methodio Maranhão para sua sessão anniversaria no dia 30 de Abril.

Offertas: A immigração Japoneza para baixada do Rio, pelo seu auctor o Snr. Nestor Ascoli; Exposição do Prefeito do Recife, na sessão de 15 de Janeiro de 1925; Revista do Instituto Historico Brasileiro. vol. 144 (1921); Jornal de Medicina de Pernambuco, Março de 1925, e duas photographias do engenho Megahipe com uma carta explicativa, pelo Dr. Gilberto Freire.

O Snr. Presidente designou os Snrs. Dr. Gervasio Fioravante, Sant'Anna Araujo, Samuel Campello e Ambrozio Leite, para com elles representarem o Instituto nas solemnidades para que foi convidado.

O Dr. Samuel Campello fazendo considerações sobre a importancia da capitulação da Campina do Taborda em 1654, propõe que o Instituto solicite do Prefeito, collocar n'um dos pontos da area que outr'ora formava a campina, um obelisco ou outro qualquer signal commemorativo, o que é approved por todos.

O Dr. Mario Melo communica que, attendendo a uma solicitação do Instituto, o Dr. Sergio Loreto, que varias provas de carinho já tem dado a esta associação, determinou que a Revista do Instituto Archeologico, seja publicada na Repartição de publicações officiaes, o que constitue relevante serviço prestado ao Instituto, pelo que propõe se registre em acta, um agradecimento. Approved.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti

Mario Melo,

1.º Secretario.

J. Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 14 DE MAIO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Sessão ordinaria em 14 de Maio, sob a presidencia do Dr. Pedro Celso secretariado pelo 1.º Secretario Dr. Mario Melo e 2.º Prof. J. Felipe Monteiro, com a presença dos Snrs. Drs. Gervasio Fioravanti, Dr. Methodio Maranhão, Dr. Samuel Campello e M. J. Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, declarou o Dr. Pedro Celso ter faltado á sessão passada, mas se estivesse presente teria votado pela proposta do Dr. Mario Melo no sentido de agradecer ao Dr. Sergio Loreto o beneficio prestado ao Instituto, com a publicação da "Revista" na Imprensa Official do Estado, e do Dr. Samuel Campello, no sentido de pedir ao presidente uma commemoração á Capitulação da Campina do Taborda.

O expediente constou de um officio do Dr. L. C. Cardoso Ayres, secretario da Prefeitura do Recife, communicando que o Chefe do executivo municipal anuira á suggestão do Instituto, quanto á memoria "Capitulação da Campina do Taborda." Officio do Centro Cearense de Pernambuco, communicando sua fundação e convite do "Centro Pernambucano de Letras" para uma homenagem a ser prestada a João Barretto de Menezes.

O Dr. Methodio communica que, commissionedo pela Academia de Commercio de que é director, embarcará para o Rio no dia 1 do corrente, para tomar parte no Congresso de Estudos Commerciaes. O Snr. presidente designa os Srs. Gervasio Fioravante, Samuel Campello e Sant'Anna Araujo para representarem o Instituto em seu embarque.

O Dr. Samuel Campello faz considerações em termo ao problema de transportes em Pernambuco mostra como ha muitos annos a Great Western não prolonga suas linhas e propõe que o Instituto se dirija ao governo, á bancada, ao Centro Pernambucano no Rio de Janeiro, no sentido de se obter da Great Western a continuação, pelo centro de Pernambuco, de suas linhas, proposta que é approvada.

O snr. Sant'Anna Araujo, communica á casa o fallecimento da Condessa Correia de Araujo, senhora de elevado conceito na sociedade pernambucana, ligada a varios socios do Instituto e pede que se lance na acta um voto de pezar, o que é approvado. Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti

Mario Melo,

1.º Secretario.

J. Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 4 DE JUNHO DE 1925

Sob a presidencia do Dr. Pedro Celso

Reunio-se o Instituto sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, sendo secretariado pelo Secretario perpetuo Dr. Mario Melo, pelo 2.º Secretario prof. J. Felipe Monteiro, com a presença dos Srs. Dr. Samuel Campello, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente: uma carta do Dr. Affonso de Miranda Leal, com a offerta ao Instituto de uma telha que cobrio a casa de vivenda da antiga fazenda "Maniçoba", isto é, a 1.ª casa construida na cidade de Belmonte, onde habitou por muitos annos o fundador d'aquella cidade, José Pires Ribeiro, que foi proprietario da referida fazenda; um officio do Dr. Annibal Fernandes, secretario da Justiça e Instrucção Publica com a offerta do livro —Legendes cryences talismans dos indios de Amazonas e com illustrações do pintor pernambucano Vicente do Rego Monteiro; offerta do Exma. Sra. D. Elysa Lynch Bezerra de Mello de um quadro que pertenceu ao Dr. Affonso de Albuquerque Mello.

O Dr. Pedro Celso declara que o Instituto se fez representar na posse do consocio prof. Eustorgio Wanderley, na Academia Pernambucana de Lettras, por elle e pelos socios Dr. Samuel Campello e prof. J. Felipe Monteiro, não tendo podido comparecer o socio Sant'Anna Araujo.

Os Srs. Pedro Celso e Mario Melo e Samuel Campello, apresentaram uma proposta do Sr. professor José Otavio de Barros, autor da "Europa Physica e Politica" e de uma monographia "Corographia brasileira" approvada pelo 6.º Congresso Brasileiro de Geographia, para socio effectivo do Instituto, proposta que foi encaminhada á commissão de syndicancio.

O Dr. Samuel Campello, lembrádo de que na sessão anterior fizera votos pelo prolongamento da rêde ferro-viaria de Pernambuco, diz ver com muito prazer o movimento conjugado dos poderes publicos do Estado e da União para a continuação de ramal Limoeiro-Bom Jardim e deseja que o mesmo movimento se estenda á Central de Pernambuco.

Passando a outro assumpto, diz ter sido o autor da proposta de commemoração do centenario do nascimento de D.

Pedro 2.^o em Pernambuco. Vê com simpathia que o Brasil inteiro vac commemorar esse acontecimento, estando á frente o Instituto Historico Brasileiro. Propõe solicite o Instituto ao governo do Estado dar o nome do nosso saudoso Imperador a um grupo escolar, o que é unanimemente approved.

O Dr. Pedro Celso faz considerações em torno da projectada reforma da constituição. Diz que a Constituição actual nada esclarece sobre pendencias de limites inter-estaduaes. Pernambuco tem uma questão secular com a Bahia, questão que não é propriamente de limites, mas de dominio territorial, porquanto a Bahia está de posse de um territorio pertencente a Pernambuco.

Nessas questões territoriaes não está bem claro o poder que as deve derimir e o momento opportuno se apresenta com a reforma da Constituição, podendo o congresso constituinte até mesmo fazer voltar a Pernambuco o territorio que lhe pertence. Nada propõe ainda, porque a reforma não está em discussão, sendo apenas um movimento nacional.

O Dr. Mario Melo diz que teve conhecimento nesta Capital, de um palanquim, que hoje pertence a familia do Snr. José Ferreira Marques, com quem já se entendeu pedindo-o para o Instituto Archeologico. O Snr. José Ferreira Marques prometteu entender-se com os outros membros de sua familia, estando certo de que nenhum se opporia.

Nada havendo mais a tratar levantou-se a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavaleanti

Mario Melo,
1.^o Secretario.

J. Felipe Monteiro,
2.^o Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 18 DE JUNHO DE 1925

Sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, secretariado pelo secretario perpetuo Dr. Mario Melo, e pelo 2.^o secretario prof. J. Felipe Monteiro.

Presentes os socios Dr. Netto Campello, M. J. Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite e mais os membros da mesa, foi lida e approveda a acta da sessão anterior. Na hora do ex-

pediente o Sr. 1.º secretario communicou haver recebido um officio do Dr. Annibal Fernandes, secretario da Instrucção Publica, no qual declara que o governo tomou em consideração o pedido do Instituto, no sentido de ser dado o nome de Pedro 2.º a um grupo escolar do Estado; outrossim, communicou tambem que o Sr. José Marques Ferreira, se declarara autorizado a entregar ao Instituto, para o seu Museu, um palanquim que pertencera a sua familia.

Lido e aclamado, depois de posto a votos o parecer, foi empossado como socio effectivo do Instituto, o professor José Ociavio de Barros, director do collegio Spencer, e autor de varios trabalhos geographicos.

O Dr. Netto Campello communica ao Instituto que a Faculdade de Direito do Recife vai commemorar pomposamente em 1927, o primeiro centenario da fundação dos cursos juridicos do Brasil e espera contar com o apoio do Instituto. Commemora todos os annos, e designa esse dia para a posse dos novos socios eleitos, que serão recebidos pelo Dr. Samuel Campello.

O Sr. Sant'Anna Araujo faz o elogio do Dr. Leal de Barros, fallecido ultimamente e requer um voto de pesar em acta, o que é approvedo.

O Sr. presidente declara que, o professor Leal de Barros era socio do Instituto e logo que tivera noticia de sua morte, mandara hastear a bandeira a meia haste e dava para por isso, os trabalhos por encerrados, em homenagem á memoria do companheiro.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti

Mario Melo,

1.º Secretario.

J. Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

COMMEMORAÇÃO A' CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Sessão extraordinaria publica em commemoração ao anniversario da proclamação da Republica do Equador, em 2 de Julho de 1824, e recepção dos novos socios Drs. Estevam Pinto, Manuel Caetano Filho e professor Jeronimo Gueiros, celebrada aos 2 de Julho de 1925.

A sessão teve inicio ás vinte e meia horas, sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, tomando ainda parte na meza o

capitão Alfredo d'Agostini, representante do Sr. Dr. Governador do Estado, Dezbargador Dr. Silva Regó, chefe de Policia, Dr. Raphael Xavier, official de gabinete do Dr. Secretario d'Agricultura, e tenente Marcio Albuquerque, representando o Coronel Commandante da policia.

Ao abrir a sessão o snr. Presidente pronunciou um discurso que foi muito applaudido.

Referio-se á quantidade de trabalhos então escriptos sobre o assumpto e principalmente a obra do Dr. Ulysses Brandão "Pernambuco de outr'ora ou a Confederação do Equador", magnifica e fartamente documentada; refere-se aos esforços do Instituto em favor de um monumento aos heroes de 1817 até hoje falhos; condemna o nacionalismo a estrange; acha que devemos ser mineiros, bahianos, paulistas, sem deixarmos de ser brasileiros.

Referindo-se á reforma da Constituição, faz votos para que "o excesso, digo o receio do excesso de liberdade, não engendre a tentativa de sua compressão, com o seu cortejo de abominaveis consequencias". Ao concluir pede a todos os presentes um minuto de profundo silencio e contricção, pensamento fixo no symbolo da Patria que elles corpórisam.

Em seguida deu a palavra, respectivamente aos socios recipiendários: Dr. Manoel Caetano Filho, que leu bem feito discurso de agradecimento; professor Jeronimo Gueiros, que se occupou com muito acerto, de alguns pontos de geographia e Astronomia e offerecendo ao Instituto um machado de pedra, que fora encontrado em uma escavação, em Garanhuns ha dois annos e guardava em seu poder, e o Dr. Estevam Pinto, lendo encantadora chronica sobre o Recife de 1824. Esses discursos foram acolhidos com palmas, após o que, o Dr. Samuel Campello, designado para dar as boas vindas aos novos socios e fallar sobre a data de 2 de Julho deu inicio ao seu discurso.

O orador do Instituto teve occasião de referir-se aos meritos dos socios empossados, ao Dr. Manoel Caetano como mineralogista, a quem o Instituto deve a organização de sua secção mineralogica; ao professor Jeronimo Gueiros, como philologo e lente de geographia realmente conceituado; ao Dr. Estevam Pinto, apreciado chronista de Pernambuco no seculo 19 e tambem como poeta, algumas de cujas producções bem extraidas do livro Mosaicos, e ainda como escriptor theatral, com a Alta comedia em 1 acto "Folhas Murchas".

Finalizou o discurso com uma invocação aos martyres de 1824, apellando para o patriotismo dos brasileiros, afim de que seus nomes não caiam no olvido.

Compareceram á festa senhoras, senhoritas e cavalheiros, tendo assignado o livro de presença os socios seguintes: Dr. Pedro Celso, Presidente, Mario Melo secretario perpetuo, Felippe Monteiro 2.º secretario, Dr. Candido Duarte, Major Sant'Anna Araujo, Dr. Samuel Campello orador; Desembargador Silva Rego, Dr. Estevam Pinto, Dr. Manoel Caetano Filho, professor Jeronimo Gueiros e Rodolpho Lima.

Tocou uma banda de musica da força publica do Estado.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti,

Mario Melo,

1.º Secretario.

João Felippe Monteiro,

2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 23 DE JULHO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Sessão ordinaria em 23 de Julho de 1925, sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, secretariado pelo Dr. Mario Melo e prof. J. Felippe Monteiro, 1.º e 2.º secretarios.

Aos 23 de Julho, tendo comparecido alem da meza, os srs. Dr. Samuel Campello, Sant'Ana Araújo, Ambrosio Leite e Antonio da Cruz Ribeiro, foi aberta a sessão. Lida e approvada a acta da sessão anterior o Sr. Presidente, digo o Sr. 1.º secretario communicou que o Instituto já estava de posse do palanquim offerecido pelo Sr. José Ferreira Marques, o qual irá figurar no Museu, ao lado do que pertencera á familia Cintra e ao da matriz da Bôa Vista. Accusou as seguintes offer-tas: Elogio ao berço, Dr. Samuel Navaro; Anales del Mititudo geologico de Mexico v. 40; El Cerco Mercado Durango; Colletions Messing au Schaepraatemum; Boletim n. 4 do Ministerio da Agricultura e Geographical Review n. 25. Foi lida e enviada a meza digo á respectiva commissão, uma proposta de socio correspondente do geologo pernambucano, prof. Antonio Barros Barretto.

O presidente communicou que se achavam doentes o orador do Instituto Dr. França Pereira e o novo socio prof. Otavio de Barros. Designava os Snrs. Drs. Mario Melo, Samuel Campello e Sant'Anna Araujo para visital-os.

O Sr. Sant'Anna Araújo, communica que os amigos do Dr. Fonseca Oliveira saudoso orador que fora do Instituto, estão

tratando de adquirir um tumulo para guardar os seus restos mortaes. Lembrou os serviços que o mesmo prestou ao Instituto e que este auxiliasse a concretisação da idéa. Submettido o assumpto a discussão ficou resolvido que o presidente procuraria obter com os socios uma contribuição para tão alevantado fim.

O Dr. Mario Melo tratou do caso da Conceição dos Militares, cujo estylo está ameaçado com uma innovação que o desvirtuará. Ficou resolvido que o Instituto appellesse para o Arcebispo, no sentido de não ser permittida a remodelação.

O Dr. Samuel Campello lembrou o proximo centenario do "Diario de Pernambuco" dizendo tratar-se de um acontecimento historico, que não deve passar despercebido, pela sua importancia ao Instituto.

Ficou resolvido que o 1.º Secretario combinaria com o director do "Diario de Pernambuco", o meio mais pratico da commemoração, em harmonia com o programma das festas.

Ainda o Dr. Samuel Campello tratou do fallecimento do impolluto republicano Lopes Trovão e requereu fosse lançado na acta um voto de pezar, o que foi unanimemente approvado, sendo em seguida levantada a sessão

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti

Mario Melo,

1.º Secretario.

João Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 6 DE AGOSTO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Acta da sessão ordinaria em 6 de Agosto de 1925, sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, secretariado pelos Srs. Dr. Mario Melo e prof. Felipe Monteiro, respectivamente 1.º e 2.º secretarios, com a presença dos Srs. socios, Drs. Netto Campello, Gervasio Fioravanti, Samuel Campello, e srs. Sant'Anna Araujo, Gaspar Rigueira e Ambrosio Leite.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente: officio do Instituto Historico do Espirito Santo, communicando sua nova directoria, da qual é presidente o Dr. Carlos Xaxier Paes Barreto; offertas: As marchas dos povos, de Carlos Mariz; "Boletim n. 5 do Mnnisterio da Agricultura; "Buletin de la Societé Noncheteloise de Geo-

graphie" (1925); Expositor, *Jornal de Medicina* n. 5; *Patria* ns. 18 e 19; "Rabiscos jornalísticos", de Hildebrando Magalhães; "Serras e Montanhas do Nordeste", de Lucinao Jacques de Moraes; "Boletim de la Academia Nacional de Historia, de Quito; um pinto de quatro pernas e quatro azas, conservado em alcool, procedente do municipio de Jaboaão, pelo Dr. Samuel Campello.

Antes de annunciar a ordem do dia, o presidente communica á casa o fallecimento do Dr. Luiz de França Pereira, orador do Instituto, presidente da Academia de lettras. Logo que occorreu o obito o Instituto hasteou a bandeira a meia haste, tomou luto por trez dias e compareceu ao enterro, fallando no cemiterio o consocio Jeronimo Gueiros.

O Dr. Samuel Campello propõe, com unanime approvação, que o Instituto em reconhecimento ao valor e aos serviços, do consocio fallecido, colloque o seu retrato n'uma das salas.

O Dr. Gervasio Fioravanti diz que propoz na Faculdade de Direito, um voto de pezar e lembra que o Instituto se associe ás homenagens que a Academia de Lettras, vae prestar a memoria de seu presidente. O Sr. Mario Melo propõe seja a sessão suspensa, com um voto de pezar levrado em acta, como homenagem á memoria do companheiro desaparecido, o que é por todos approved, encerrando-se os trabalhos

Pedro Celso Uchôa Cacalcanti
Presidente.

Mario Melo
1.º Secretario

Samuel Campello
Servindo de 2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE AGOSTO DE 1925
Presidencia do dr. Pedro Celso

Acta da sessão de 20 de Agosto de 1925, sob a Presidencia do Dr. Pedro Celso servindo de secretario os Drs. Mario Melo e Samuel Campello.

Aos 20 dias do mez de Agosto, reunio-se em sessão ordinaria o Instituto, comparecendo, além do Presidente dr. Pedro Celso, o Dr. Mario Melo secretario perpetuo, os Srs. Gervasio Fioravante, prof. Rigueira Costa, digo Gaspar Rigueira, Ambrosio Leite e Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior o 1.º secretario deu conta do expediente: Um officio do Sr. Arcebispo de Olinda, sobre o protesto do Instituto Archeologico relativamente ás obras da Conceição dos militares, dizendo que o caso fora resolvido satisfactoriamente; officio do Instituto historico de Sergipe communicando a eleição de sua nova directoria; ofertas: pela Directoria de Estatistica, de novos volumes relativos ao ultimo recenseamento; pelo auctor, major Souza Doca — Vocabulos indigenas na geographia do Rio G. do Sul; pela Sociedade de Geographia de Paris, La Geographie numero de Junho; pelo Dr. Marjo Melo, a pasta de advogado que pertenceu ao grande abolicionista Dr. José Marianno; pelo Sr. Edmar Lopes, uma medalha da exposição provincial de Pernambuco, de 1875.

Passando-se a ordem do dia, o Dr. Mario Melo dá explicações sobre o caso da Conceição dos Militares. Diz que depois de redigido o protesto da penultima sessão, foi visitar as obras da igreja e certificou-se de que, ou por motivo de clamôr publico ou porque este não estava sob bases solidas não encontrou attentados á tradiçãõ. A irmandade está fazendo a necessaria substituição da nave de madeiramento do templo por mosaico semelhante ao que já existia no cruzeiro e na capella mór, de modo que toda a igreja terá calçamento uniforme. O Dr. Samuel Campello declara que, apesar da explicação o 1.º Secretario, mantem o seu voto de protesto contra semelhante substituição de calçamento.

E' lido e unanimemente aprovado um parecer da commissão de syndicancia favoravel á eleição do professor Dr. Antonio de Barros Barreto, para socio correspondente.

O Dr. Mario Melo declara, que de acordo com o deliberado sobre homenagens á memoria do socio Dr. França Pereira, resolvera a Academia Pernambucana de Lettras, fazer uma sessão em comum com o Instituto Archeologico, sob a presidencia do presidente d'este sendo orador de ambas as sociedades o Dr. Layette Lemos. A solemnidade será a 1.º de Setembro, e nesse momento o Instituto inaugurará o retrato do saudoso orador.

O Dr. Gervasio Fioravanti, tratando da reforma da Constituição, apresenta a seguinte indicação: "O Instituto Archeologico, embora alheio ás luctas politicas e religiosas, mas, interessado pelas questões sociaes, faz votos para que não seja alterado o texto constitucnional relativo á liberdade de crenças. Bem assim, renova a insistencia sobre os de-

cretos de Pernambuco relativos á antiga Comarca do Rio S. Francisco, incorporado a Bahia, como castigo ás nossas idéas republicanas.

O Professor Dr. Netto Campello e o Sr. Ambrosio Leite declaram que, como catholicos votam contra a primeira parte da indicação. Os Drs. Samuel Campello e Mario Melo declaram, aquelle como pensador livre e este como catholico, que votam a favor.

O presidente diz que se trata de um assumpto transcendente que não deve ser resolvido sem o conhecimento de todos os socios. Pede, no que é attendido, ao autor da indicação, que a retire para ser apresentada na proxima sessão, a fim de que a discutem e a votem os socios interessados no assumpto.

O professor Gaspar Rigueira pede um voto de condolencias pela morte do antigo professor publico sr. Joaquim Elias de Albuquerque Rego Barros e o Dr. Pedro Celso, outro pelo fallecimento de D. Maria Wanderley de Araujo Nolasco, irmã do consocio Sant'Anna Araujo.

Approvados ambos e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavaleanti,
Presidente.

Mario Melo,
1.º Secretario.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 3 DE SETEMBRO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Acta da sessão ordinaria de 3 de Setembro de 1925, sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, tendo como secretarios o Dr. Mario Melo, secretario perpetuo e professor J. Felipe Monteiro 2.º Secreto.

Aos tres dias do mez de Setembro de 1925, presentes, alem do Sr. presidente, do 1.º e 2.º secretarios, mais os Snrs. prof. Dr. Gervasio Fioravanti, prof. Dr. Methodio Maranhão, prof. Jeronimo Gueiros, Dr. Samuel Campello, Ambrosio Leite, Sant'Anna Araujo e Dr. Oscar Brandão, que chegou ao terminar a sessão, declara-a aberta o Snr. presidente.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente: Carta do Conde Affonso Celso, presidente do Instituto Historico brasileiro, felicitando o Instituto Archeologico pela homenagem que vai prestar á memoria de D. Pedro 2.º, no primeiro centenario de seu nascimento; cartão do consocio, conego Jeronymo d'Assumpção despedindo-se por ter de seguir para o Rio de Janeiro. Offertas "Boletim Metereologico" 1910-1920; "Catalogo dos livros de Joaquim Nabuco" "Revista do Instituto Historico do Rio Grande do Sul"; "As raias de Matto-Grosso" por V. Correia Filho; "Zoologia mathematica", por F. Ameghino; "Prescripções da orthographia nacional da lingua portugueza" pelo conego João Fernandes, e "Avenement du roi Albert", mimo do consul da Belgica Snr. Paul Henry.

O Snr. presidente designou os Snrs. Sant'Anna Araujo, Ambrosio Leite e Samuel Campello para assistirem ao embarque de consocio conego Jeronimo d'Assumpção e a seguir declarou que de accordo com a Academia Pernambucana de Lettras, o Instituto realizara no dia 1.º uma sessão publica, em homenagem á memoria do consocio Dr. França Pereira, a qual fora presidida pelo presidente do Instituto, que n'esse momento inaugurara o retrato de seu saudoso orador.

Passando-se á ordem do dia, o professor Dr. Gervasio Fioravanti apresentou a seguinte indicação retirada da sessão anterior, para que d'ella tivessem conhecimento os socios que haviam comparecido: "O Instituto Archeologico, embora alheio ás luctas politicas e religiosas, mas interessado pelas questões sociaes, faz votos para que não seja alterado o texto constitucional relativo á liberdade de creanças e á laicidade do ensino".

Esta indicação foi discutida por todos os socios presentes.

O Dr. Pedro Celso justificou o seu voto favoravel por julgar que não se deve tocar na Constituição no actual momento, com o estado de sitio, quando é desejo de todos o apaziguamento da familia brasileira. Prefere a actual Constituição á reforma que se pretende introduzir, com restricção á liberdade como no caso de habeas-corpus.

O professor Jeronimo Gueiros fundamenta longamente seu voto, dizendo fazel-o, não como pastor evangelico, mas como brasileiro que lê, que estuda e se bate pela laicidade do ensino. Em these julga util o ensino religioso, mas, para eficiencia d'este o ambiente escolar é improprio por poder provocar atritos — O terreno proprio é a igreja, é o lar—

O Dr. Samuel Campello vota pela indicação por sentimento republicano e assim o manifestara na sessão anterior, logo que a indicação fora apresentada e porque reformar a Constituição n'esse ponto, seria um recuo ás conquistas liberaes já conseguidas e porque viria dividir a familia brasileira.

Pelas mesmas razões votam os Drs. Methodio Maçanhão e Mario Melo.

O professor Felipe Monteiro é favoravel a indicação Fioravante porque "num paiz como o Brasil, com necessidade de imigração de raças fortes, todas religiões devem estar em egualdade de condições perante a Constituição, não podendo, portanto, haver religião da maioria e da minoria".

O Dr. Gervasio Fioravanti explica que, na sua indicação não visa preferencias religiosas nem positivismo. Somados os votos foi a indicação approvada, contra os votos dos Srs. Ambrosio Leite e Sant'Anna Araujo.

O sr. Ambrosio Leite formula uma indicação no sentido do Instituto propugnar pelos seus direitos á antiga comarca do Rio S. Francisco, incorporada a Bahia — E' approvada, contra o voto do Dr. Methodio, que julga já haver prescrição.

O professor Felipe Monteiro communica que se está aruinando a Cruz do Patrão e pede uma providencia no sentido de não desapparecer esse monumento historico. O Dr. Mario Melo lembra solicitar-se essa providencia á Capitania do porto, o que é approvado unanimemente.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavaleanti

Mario Melo,

1.º Secretario

Samuel Campello,

Servindo de 2.º Secretario.

ACTA DA SESSÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Ceiso

Aos 17 dias do mez de Setembro de 1925, reunio-se em sessão ordinaria o Instituto sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, secretariado pelos Drs. Mario Melo, Samuel Campello,

respectivamente 1.^o secretario e segundo adhoc, tendo comparecido os srs. professor Jeronimo Gueiros, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.^o secretario communicou que a Sociedade de Geographia de Lisboa ia commemorar em Novembro o cincoentenario de sua fundação e pediu o apoio moral, que lhe foi unanimemente concedido, do Instituto Archeologico, para essa solemnidade. Em seguida procedeu á leitura de extensa carta do Padre Heliodoro Pires, em que pede demissão de socio do Instituto, por ter este approvado um voto em prol da liberdade religiosa e da laicidade do ensino, na reforma constitucional.

O presidente apos a leitura declarou que o Instituto não se immiscuiu em questão religiosa. A reforma da constituição politica do povo é uma questão social e deve interessar a todos. No seio do proprio catholicismo ha opiniões divergentes sobre as emendas Plinio Marques. O Instituto abriga em seu seio individuos de todos os credos e alguns sem credo religioso. E' lhe vedado discutir assumpto religioso mas nenhum brasileiro pode desinteressar-se de uma questão social de tão alto valor, como seja a reforma de sua Constituição.

O Dr. Mario Melo lamenta o attestado de intolerancia que nesse documento deu o seu Am.^o Padre Heliodoro Pires, parecendo-lhe mais tratar-se de um pretexto do que um motivo.

O professor Gueiros propõe que o Instituto não accete a renuncia do Padre Heliodoro Pires, porque as razões apresentadas não são motivo a tal attitude, proposta que é unanimemente approvada.

O Sr. presidente apresenta aos confrades, o professor Ludovico Swennhagen, archeologico e philologo austriaco, em estudos pre-historicos no interior do Brasil, ao qual convidara a visitar o Instituto e assistir aos seus trabalhos.

Com a palavra o professor Ludovico agradeceu a acolhida do Instituto. Diz que deseja fazer uma conferencia publica sobre a pre-historia brasileira, com o material colhido no Maranhão, no Piahy, e no Ceará. Tendo procurado o governador Dr. Sergio Loreto, este o aconselhou que explanasse seus estudos da tribuna do Instituto, por ser o ambiente mais appropriado para trabalhos d'essa natureza e prometeu-lhe honrar a conferencia com sua presença. O visitante diz que encontrou no Maranhão um grande templo pre-historico; no Piahy visitou as ruinas da pre-historica metropole das Sete cidades; na barra do Parnahyba e em outros pontos do Ceará, encontrou globos de pedra que serviram de baliza aos

navegadores pre-Cabralinos; visitou no Ceará varias grutas, inclusive e de Ubirajara, de que tirou uma planta. Tratou ligeiramente dos primitivos habitantes do Brasil, onde existe uma raça de indios brancos. Pede o patrocínio do Instituto para uma conferencia em que desenvolva o resultado de suas pesquisas. O presidente responde que o Instituto não só cederá o seu salão para essa conferencia, como tomará a seu cargo fazer os convites a todos os que se interessam pelo assumpto.

Nada mais havendo a tratar levantou-se a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti,

Mario Melo,

1.º Secretario.

João Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

ACTA DA SESSÃO DE 8 DE OUTUBRO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Aos oito dias do mez de Outubro de 1925, reunio-se o Instituto, sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, em sessão ordinaria, tendo comparecido os Srs. Dr. Mario Melo secretario perpetuo, J. Felipe Monteiro, segundo secretario, Samuel Campello, Estevão Pinto, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario procedeu á leitura do expediente, que constou do seguinte: Smithsonian Institution quatorze volumes encadernados; Field Natural History, Chicago — 6 brochuras; Katalog de Ethnographische Reichsmuseum, Leiden duas brochuras, Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, oito brochuras; Annales del Museu Nacional de Montivideo, serie 2.ª, Boletim da Agencia Geral dos Colonios, ns. 1.º e 2.º; A Epopea Republicana de 1817, por Vicente Themudo.

Usando da palavra o sr. presidente declarou, que fora publicado no Diario de Pernambuco o texto d'uma carta que lhe teria sido dirigida pelo Revdm.º Padre Heliodoro Pires, não tendo a referida carta chegado ao seu destino.

Foi lida e mandada á respectiva commissão uma proposta para socio correspondente, dos Snrs. Pedro Celso e Mario Melo em favor do Snr. Emilio Fernandes de Souza Doca,

socio fundadôr do Instituto Historico do Rio Grande do Sul e autor de varias obras historicos—geographicas, inclusive coisa das Guerra contra o Paraguay e o Tupi na Geographia Rio-grandense. O Dr. Mario Melo communicou achar-se novamente no Recife o consocio João Confaloniere autor do busto de Frei Caneca e seu offertante, que promettera dotar o Instituto de um monumento para seu jardim, trabalho que executará, como esculptor que é.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti,

Mario Melo,

1.º Secretario.

J. Felipe Monteiro,

2.º Secretario.

ACTA DA SESSÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Aos 29 dias de Outubro reunio-se o Instituto em sessão ordinaria, sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, tendo comparecido, alem do Dr. Mario Melo 1.º Secretario, Felipe Monteiro 2.º Secretario, mais os Snrs. Dr. Samuel Campello, Ambrosio Leite, Sant'Anna Araujo e J. P. Nunes de Mello.

Lida e approvada a acta da sessão anterior o 1.º secretario deu conta do expediente: Carta do Coronel argentino Angel Hernandez que, tendo de escrever sobre a batalha de Ituzaingó, pede informações sobre o pernambucano Antonio Pedro de Sá Barreto, que tomou parte na guerra e sobre a batalha escreveu um trabalho; officio do Instituto historico da Parahyba communicando a eleição da sua meza; Carta do Instituto Bernardo Mendonça, de Camaragibe, Alagôas, convidando a meza para as festas do centenario do nascimento do seu patrono; Carta do Snr. Augusto Vanderley, offerecendo ao Instituto, em nome do Dr. Campello Cavalcanti, um femur ante-deluviano encontrado em Ipanema, e as seguintes offeras de livros; "Repertorio Mundial" (revista mensal bibliographica). Em defeza de um nome" pelo Dr. Methodio Maranhão, "Portugal Primitivo", por Fran Pacheco.

E' lido e approvado unanimemente um parecer da com-

missão de syndicança accetando para socio correspondente o major Emilio Fernandes de Souza Doca, autor das "Causas da guerra contra o Paraguay" e "Vocabulos indigenas" na Geographia do Rio Grande do Sul.

Passando-se a ordem do dia occupou-a o Dr. Mario Melo, que dissertou sobre o povoamento do solo de Pernambuco determinando a epocha do estabelecimento da primeira feitoria.

O Dr. Samuel Campello lembra que se approxima a data anniversaria do 1.º grito da Republica em Olinda. O Snr. Ambrosio Leite communica que os olindenses a commemorarão como nos annos anteriores, e convida o Instituto a associar-se á commemoração, convite que é acceito.

Antes de encerrar os trabalhos, o presidente communica que o coração do socio, grande bemfeitor senador Manoel Borba foi rudemente ferido com a morte de uma filha cujo enterramento se realizaria minutos depois. Associando-se á magua o Instituto se representará nas cerimoniaes funebres pelo presidente, pelo Dr. Mario Melo, pelo Snr. Sant'Anna Araujo e pelo Snr. Nunes de Mello.

Dr. Gervasio Fioravante,
3.º Vice presidente.

Dr. Mario Melo,
1.º Secretario.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1925

Presidencia do dr. Gervasio Fioravanti

Aos 12 de Novembro reunio-se o Instituto, sob a presidencia do Dr. Gervasio Fioravanti, secretariado pelo Dr. Mario Melo, secretario perpetuo e Felipe Monteiro segundo secretario, tendo comparecido mais os Snrs. Dr. Methodio Maranhão, Ambrosio Leite e Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente: offertas — Revista do Instituto Historico de Sergipe; Catalogue Martims Nijkoff; Boletim da Agencia Geral dos Colonios n. 3; Boletim do Ministerio da Agricultura, vol. 2.º; Journal Of Geography, de Tokio

vol. 37, n. 439; Folia ethna classica, Outubro 1925; Mensagem do Dr. Borges de Medeiros; Discurso do Deputado Manoel Duarte, sobre Pinheiro Machado; Geographical Revner, Outubro de 1925, Boletim Annual de Meteriologia vol. 2.º, n. 9; O primeiro n. do Diário de Pernambuco, reprodução do Dr. Pereira da Costa.

O Sr. Ambrosio Leite communicou que o Instituto, pelo seu presidente Dr. Pedro Celso, pelo seu orador Samuel Campello e por elle, estivera presente á commemoração que os Olindenses fizeram aos heroes de 1710 no dia 10 do corrente, junto ás ruinas do antigo senado da Camara, onde, em nome da associação falára o Dr. Samuel Campello.

Ainda o 1.º Secretario leu uma communicação do sócio correspondente Dr. Vicente Licinio Cardoso sobre um plano para traducção da obra interessante "O Dominio Hollandez no Brasil", do Snr. Hermam Watjen. O presidente declarou que, importando o assumpto em autorização de despeza, e não estando presente o presidente effectivo, adiava o assumpto para outra reunião.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

Peïro Celso Uchôa Cavalcanti
Presidente.

Mario Melo,
1.º Secretario

J. Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Reunio-se o Instituto sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, secretariado pelo snrs. Dr. Mario Melo, Secretario perpetuo e pelo J. Felipe Monteiro 2.º Secretario, tendo comparecido mais os socios Dr. Methodio Maranhão, Estevão Pinto, Luiz da Camara Cascudo, Samuel Campello e Sr. San'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º Secretario deu conta do expediente: Carta do professor Joseph Pinard de Paris, offerecendo serviços de um apparelho photographico para reproducção de obras antigas; convite do

Collegio Prytaneu para a collação de grão as diplomadas deste anno: Convite da Sociedade de Artista Mechanicos e Liberaes para sua festa anniversaria. Offerta; The Tames Book Club; Liga Maritima Brasileira; Boletim do Ministerio da agricultura; Relatorio da Associação Commercial de Pernambuco; Boletim de Engenharia; publicação do Instituto Historico Parahybano; Almanach da Real Academia de Bellas Artes e Sciencias historicas de Toledo; o livro do Nordeste; provas em chumbo da medalha commemorativa da exposição geral de Pernambuco de 1924, em solenisação do 1.º centenario da Confederação do Equador, cunho e gravura do Snr. Emilio Franzosi, desta capital.

O presidente designou o Dr. Estevão Pinto para representar o Instituto na festa do Collegio Prytaneu, deixando de fazer designação identica relativamente ao Lyceu de Artes e Officios por ja ter passado a solemnidade.

O Dr. Mario Melo releu a carta do consocio correspondente D. Vicente Cardozo, sobre o plano do mesmo para traducção da obra o "Dominio Hollandez no Brasil" de Herman Wtajan, sob os auspicios dos Institutos de Pernambuco, Parahyba e Bahia. Discutido o caso e ouvidas as opiniões dos Drs. Methodio Maranhão, Estevão Pinto, Mario Melo e Luiz Cascudo, resolveu o Instituto declarar que estava de accordo com o plano e contribuiria com a parte necessaria da despeza, depois, porem, que o auctor concedesse licença para a traducção.

O presidente declarou que desde muitos mezes, por proposta do Dr. Samuel Campello, resolveu o Instituto, prestar homenagem á memoria de D. Pedro 2.º no dia do primeiro centenario do seu nascimento. Nesse sentido havia solicitado do Governo do Estado dar o nome de S. M. a um grupo escolar, pedido que fora attendido, segundo communicação feita em tempo á Sociedade. Approxima-se a data da commemoração. No dia 2 de Dezembro proximo, o Circulo Catholico, a Bibliotheca publica, o Lyceu de Artes e Officios vão prestar homenagens especiaes, de character religioso e de character civico. Pede suggestões.

Discutido o assumpto, foi deliberado que o Instituto se associaria ás manifestações prestadas por outras associações, e, no dia 3, á noite, realizará uma sessão civica, da qual será orador o academico Luiz Camara Cascudo, que dissertará sobre a tradição e a moral de D. Pedro 2.º.

O Dr. Mario Melo declara que concluiu a catalogação dos manuscritos do Instituto, organisando-a por ordem chronologica dividida por assumptos e por ordem alphabetica, em

agrupação geral, de modo a tornar-se facilima a consulta. O catalogo está dactylographado e encadernado e opportunamente será publicado na Revista.

Nada havendo mais a tratar encerrou-se a sessão.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti
Presidente.

Mario Melo,
1.º Secretario.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

SESSÃO SOLEMNE E CIVICA EM COMMEMORAÇÃO AO
CENTENARIO DO NASCIMENTO DE D. PEDRO 2.º

Presidencia do dr. Pedro Celso

Aos trez dias do mez de Dezembro de 1925, presentes no salão nobre do Instituto o Snr. Presidente Dr. Pedro Celso, tendo a sua direita o Dezembargador Silva Rego, chefe de Policia e 1.º Vice-presidente do Instituto e a esquerda o professor Dr. Netto Campello, director da Faculdade de Direito e 2.º Vice-presidente e o Dr. Estevam Pinto, representante do Prefeito da Capital, tendo comparecido mais os socios Dr. Mario Melo, 1.º secretario, professor Felipe Monteiro, 2.º secretario, Dr. Samuel Campelo, orador, Sant'Anna Araujo, J. P. Nunes Mello, prof. Gaspar Regueira e Ambrosio Leite, foi aberta a sessão, ás vinte horas.

Antes de dar a palavra ao conferencionista, o Snr. presidente pronunciou as seguintes palavras:

Com a presente solemnidade põe o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano condigno fecho ás homenagens, n'esta capital prestadas, á veneranda e saudosissima memoria do grande "Imperador e Defensor Perpetuo do Brasil" D. Pedro Segundo, na passagem hontem, do primeiro centenario de seu nascimento.

Outras fossem as condições da vida nacional n'este momento historico, a glorificação d'este dia assumiria talvez ás proporções da mais esplendida das apothéoses, de que haja memoria em nossos factos: teria o sagrado encanto de uma beatificação!

O vulto já legendario do velho Monarcha expatriado, a rezar no exilio pela patria ingrata, não precisa, é certo, para

viver no tempo e no espaço brasileiros, de monumentos colossaes de pedra ou bronze, — pois como o espectro de Brochen, circundado de um halo luminoso, ha de constante, reflectir a alma brasileira, bella e estranhamente ampolificada, toda vez que ella se erguer á contemplação das magnas virtudes que a ennobrecem.

Mas, em todo caso, é dever nosso honrar ao extremo do nosso amor e respeito, e por todos os modos ao nosso alcance, a memoria do incomparavel varão, não excedido em merito pelos de Plutarcho, para quem a magua de nosso desamor foi o duro crisol de uma commovente santificação.

Pena, grande pena, não fosse mais extrema e completa a tributação de homenagens ao grande Brasileiro, Rei e cidadão; mais cidadão do que Rei, cuja memoria resplandece nesta hora em nossos feitos.

Ao Instituto basta o consolo da iniciativa que lhe cabe nas homenagens realizadas n'este Estado e a sinceridade do seu desajudado esforço em prol de uma glorificação mais levantada e digna.

Agora confia o exito da presente sessão civica, de consagração ao merito, de tributo ao patriotismo, ao saber e a virtude, de honrar á Patria num de seus filhos, que a amou — á palavra cuidada e fluente animada e ardente, florida e elegante do joven historiographo e já festejado belletrista nordestino, academico Camara Cascudo, conspicuo socio correspondente d'este Instituto, temporariamente residente n'esta cidade.

Antecipando-lhe os agradecimentos do Instituto por collaboração tão distincta, é com o maior prazer que lhe concede a palavra.

Subindo a tribuna, o academico Luiz da Camara Cascudo, saudado por uma salva de palmas, lê uma brilhante conferencia em que com elevação de vista, agudeza e segurança de conceitos, estuda sob varios aspectos, a personalidade do sabio Imperador, cuja memoria o Brasil republicano consagra n'este momento, conferencia que deixou ao auditorio magnifica impressão.

Encerrando a sessão o presidente agradeceu ao selecto auditorio, de que se achava repleto o salão nobre, o seu com

parecimento e adhesão ao preito de homenagem prestado pelo Instituto á memoria de D. Pedro Segundo.

Tocou durante a festividade uma banda de musica da força publica, cedida pelo Snr. Dr. Governador do Estado.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti,
Presidente.

Mario Melo,
1.º Secretario.

J. Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA EM 17 DE DEZEMBRO DE
1925

Presidencia do dr. Pedro Celso

Reunio-se o Instituto Archeologico sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, secretariado pelo Dr. Mario Melo secretario perpetuo e professor J. Felipe Monteiro segundo secretario, tendo comparecido mais os Srs. Dr. Samuel Campello, orador, prof. Dr. Gervasio Fioravante, 2.º Vice-presidente, prof. Dr. Methodio Maranhão, Ambrosio Leite e Sant'Anna Araujo.

Ao iniciar os trabalhos o presidente apresentou aos confrades o Dr. Ildefonso Albano, intellectual cearense de passagem por esta capital e convidou-o a assistir a sessão.

O dr. Gervasio Fioravante diz que o Instituto recebe com satisfação tanto maior a visita do Dr. Ildefonso Albano, quando foi elle o creador do typo immortal do nordestino — Manué Xiquixique — em contraposição do Geca Tatú, de Monteiro Lobato.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º Secretario deu conta do expediente:

Boletim bibliographico n. 9; Estatistica demographico Sanitaria de São Paulo. Primeiro Centenario do nascimento de D. Pedro Segundo, publicação da Bibliotheca Publica do Recife. A imigração japonesa, pelo Dr. Oliveira Botelho; Publicação do Archivo Nacional, volume 23; Relatorios do Dr. Cunha Vasconcellos sobre o governo do Acre; Repertorio Mundial (revista mensal de bibliographia) n. 2, Annaes do Archivo Publico da Bahia, vol. 13; Revista del Museu de la Plata, tomo 28; Original da defeza de José de Olanda Albuquerque Mara-

nhão, revolucionario de 1817, offerta de seu neto Capitão Philomeno de Albuquerque Maranhão, residente em Victoria Alagoas; Contribuição para estudo dos conceitos de limite e fronteira, pelo autor padre Geraldo Pauwels; Apontamentos de corographia; Notas sobre as dos numeros para as areas do Brasil e seus estados; A superficie do Brasil. Apontamentos de geographia phisica e politica; Apontamentos de cosmographia tambem do auctor padre Geraldo Pauwels;

Pelos Srs. Pedro Celso, Mario Melo e Felipe Monteiro foi apresentada uma proposta para ser eleito socio correspondente o revd.^o Padre Geraldo José Pauwels S. J. natural residente em Florianopolis, professor de geographia e Historia do Gymnasio catharinense e auctor de varios trabalhos sobre geographia historia e Cosmographia, offerecidos ao Instituto, sendo despachada á commissão respectiva.

O Dr. Gervasio Floravante indaga se o Instituto teve conhecimento da mudança de nome da praça Paysandú e lamenta, mais uma vez, que nas mudanças de nomes das ruas do Recife não haja acatamento á tradição, no que é secundado pelo Sr. Methodio Maranhão.

O Dr. Samuel Campello pede ao presidente mandar reparar um movel adequado para a conesrvação das bandeiras offerecidas ao Instituto, afim de que sejam defendidas da acção destruidora do tempo e de insectos e ver se, dentro dos recursos financeiros da casa, pode sua idéa ser realizada.

O Dr. Ildefonso Albano, obtendo a palavra, agradece ao Instituto o modo por que foi acolhido em sua visita e diz-se brasileiro, dos que anda se interessam pelo estudo do nosso passado epocha de utilitarismo.

O Dr. Mario Melo communica á casa o fallecimento do socio correspondente Coronel Domingos de Sampaio Ferraz e requer, com unanimidade de votos, seja lançado na acta um voto de pezar.

O presidente declara ter sido esta a ultima sessão do anno. Espera que ao reabrir os trabalhos em Janeiro, encon-

tre os companheiros fortalecidos com a mesma fé pela grandeza de Pernambuco e da Patria.

Nada havendo mais a tratar encerra os trabalhos.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti
Presidente.

Mario Melo,
1.º Secretario.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA EM 14 DE JANEIRO DE
1926

Presidencia do dr. Pedro Celso

Reunio-se o Instituto em sessão ordinaria, primeira do anno cofrente sob a presidencia do Dr. Pedro Celso, secretariado pelo Dr. Mário Melo e Felipe Monteiro, respectivamente primeiro e segundo secretarios, com a presença dos Snrs. professor Dr. Gervasio Fioravanti, vice-presidente, Dr. Samuel Campello, orador, M. J. Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o Snr. secretaria deu conta do expediente — Officio da Sociedade de Historia e Geographia do Brasil Central, communicando sua fundação em Araxá — Minas para estudos concernentes á geographia, historia, archeologia e ethenographia do Brasil e principalmente do Brasil Central, a philologia portugueza e linguistica sul americana; um officio do Instituto archeologico de Alagoas, communicando a eleição de sua directoria.

Offertas: pela viuva do saudoso Dr. Arthur Muniz um maço de arco e flexas de indios; pelos editores: "Verdadeira Historia e descripção de um paiz selvagem" (Viagem do Brasil) de Hans Stadem, reimpressão commemorativa; "Annuaes do Museu Paulista", tomo 2.º; "Revista Maritima Brasileira anno 20, n. 230; "Noticias historicas", do Conego Hugo Bressano de Araujo; Boletim de estatistica demographo — sanitario de S. Paulo.

Em nome da commissão que prestou homenagens ao Dr. Oliveira Lima, o Dr. Mario Melo offereceu ao Instituto, para a sua collecção, a acta da collocação d'uma placa commemo-

rativa de bronze na casa em que nasceu o grande escriptor, na rua que hoje tem o seu nome.

Vindo à mesa um parecer da commissão de admissão de socios, subscripto pelos Snrs. Conego Xavier, Dr. Thomé Gibson, Othon L. Bezerra de Mello, favoravel a admissão do Padre Geraldo Pauwels para socio correspondente, é submettido a votos e approvedo por unanimidade.

O Snr. 1.^o secretario declarou que attendendo a propòsta do Dr. Samuel Campello, mandou concertar o movel em que se guardam as bandeiras, e tem mandado substituir as molduras de varios quadros que se achavam estragados.

O Dr. Pedro Celso declarou ter conhecimento de que se acha ameaçada em sua segurança a egreja dos Guararapes, construida originariamente pelo General Francisco Barreto, em memoria ás duas batalhas alli ganhas pelos pernambucanos. Propõe que o Instituto se dirija ao superior da ordem de S. Bento, sob a guarda de quem se acha a referida egreja, pedindo providencias para sua segurança, se o facto for verdadeiro.

O Dr. Mario Melo diz ter ouvido do Exmo. Arcebispo D. Miguel Valverde, que é seu desejo depositar na capella de N. S. das Fronteiras, da Estancia, os restos mortaes de Vidal de Negreiros, após os concertos que estão sendo feitos. Faz em tempo essa communicação, para opportunamente, tomar o Instituto qualquer deliberação podendo tambem alli recolher os despojos de Fernandes Vieira.

Ainda o Dr. Mario Melo communica que, attendendo a um desejo do Instituto, o Coronel Alfredo Osorio, Prefeito do Recife, resolveu erigir um monumento no local em que existio a porta sul do Recife e onde, a 27 de Janeiro de 1654 houve a cerimonia da entrega das chaves da cidade, pelos hollandezes capitulados na vespera, tendo incubido d'esse trabalho ao Dr. Odilon de Souza Leão, director do departamento de obras publicas do Estado, o qual se encarregou de fazer a placa de bronze com os dizeres. E' desejo do Prefeito inaugurar esse monumento no dia 27 do corrente.

Tratando-se da commemoração da fundação do Instituto, e da restauração de Pernambuco do dominio hollandez, o presidente designa o Dr. Oscar Brandão para orador do Instituto, na inauguração do monumento a ser erguido no local da antiga posta sul do Recife; o Dr. Estevam Pinto para orador official da sessão solemne de 27 de Janeiro e o Dr. Samuel Campello para o elogio funebre dos socios fallecidos durante o anno.

A' commissão de finanças, para dar parecer entrega o presidente o balanço do anno de 1925, remettido pelo thesoureiro Snr. Antonio Cruz Ribeiro que não compareceu por doente.

O Dr. Gervasio Fioravante communica ao Instituto o fallecimento do Dr. Pedro da Cunha Souto Maior, bibliothecario do Instituto historico brasileiro, auctor dos "Factos Pernambucanos", traductor de varios documentos hollandezes referentes ao Brasil e socio correspondente do Instituto Archeologico, e propõe, que seja lançado na acta um voto de pesar, o que é approved. Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

Dr. Manoel Netto Carneiro Campello
2.º vice-presidente.

Mario Carneiro do Rego Mello
Secretario perpetuo.

Samuel Campello,
Servindo de 2.º Secretario.

ACTA DA SESSÃO SOLEMNE EM 27 DE JANEIRO DE 1926

Presidencia do dr. Pedro Celso

Aos 27 de Janeiro de 1926, solemnizou o Instituto o anniversario da restauração de Pernambuco do dominio hollandez e 64.º anniversario de sua fundação, com uma sessão solemne e publica, a que estiveram presentes o Capitão Alfredo d'Agostini, representando o governador do Estado, dezembargador Silva Rego chefe de policia, Dr. Netto Campello, director da Faculdade de Direito, Dr. Raphael Xavier, representando o prefeito do Recife, Snrs. Pedro Guimarães Peixoto e Edeberto Mendes, representando os secretarios da Fazenda e Justiça, Manoel Arão, da Academia de Lettras pernambucana, e seu presidente, prof. Dr. Sergio Loreto Filho, Cav. Caetano Moscarelli, representando o consul da Italia, Dr. Heraclito Vaz, representante do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Joaquim da Rocha Pereira, representante do Diario do Estado, Drs. Matheus de Oliveira e Theodoro Braga, representantes do Instituto Historico da Parahyba, e do Pará, varias familias, pessoas gradadas, além de grande numero de socios.

Abrindo a Sessão o Dr. Pedro Celso alludio às duas datas

que o Instituto commemorava e disse desejar que no momento, a assistencia visse na cadeira do presidente não quem lhe dirigia a palavra, mas o espirito de um dos fundadores, cujas effigies, eram n'aquelle instante, contempladas.

Occupou, depois a tribuna o Dr. Estevão Pinto, que leu interessante conferencia sobre o dominio hollandez, estudando com segurança e sobriedade o Recife no periodo de 1630 a 1654 e as causas determinadas da conspiração restauradora.

Occupou em seguida a tribuna o Dr. Samuel Campello, que como orador tratou dos socios mortos durante o anno social.

Não havendo mais quem se quizesse utilizar-se da palavra, o presidente depois de agradecer a quantos alli se achavam, encerrou os trabalhos.

Assignaram o livro de presença os seguintes socios: Dr. Pedro Celso, Dr. Gervasio Fioravante, Mario Melo, J. Felipe Monteiro, M. J. Sant'Anna Araujo, Dr. Oscar Brandão, professor Jeronymo Gueiros, Dr. Samuel Campello, Manoel Arão, Dr. Bezerra Leite, Dezembargador Silva Rego, Dr. Theodoro Braga, Dr. Netto Campello, Dr. Estevão Pinto, Othon L. B. Mello e professor Gaspar Rigueira, Dr. Matheus de Oliveira.

Dr. Manoel Netto Carneiro Campello

Mario Carneiro do Rego Melo,
1.º Secretario perpetuo.

Samuel Campello,
Servindo de 2.º secretario.

**ACTA DA ASSEMBLEA GERAL EM 18 DE FEVEREIRO DE
1926**

Presidencia do Dr. Netto Campello

Reunio-se o Instituto em assembléa geral (2.º convocação) com a presença dos Snrs. Dr. Netto Campello, Dr. Estevão Pinto, Dr. Samuel Campello, prof. Gaspar Regueira Costa, J. P. Nunes de Mello, Antonio da Cruz Ribeiro, M. J. de Sant'Anna Araujo, Dr. Mario Mélo e prof. Jeronymo Gueiros.

Presidio a sessão o Dr. Netto Campello, na ausencia do presidente Dr. Pedro Celso, que por doente deixou de comparecer.

Lida e approvada a acta o 1.º secretario deu conta de uma carta de dr. Pedro Celso, justificando sua ausencia.

Com a palavra o Dr. Mario Melo, justificou a seguinte indicação, que foi unanimemente approvada "O Instituto Archeologico — supremo tribunal da historia de Pernambuco, na frase de Alcedo Marrocos — não tem, nem pode, nem deve ter politica para serenidade de sua missão.

Em nossas galerias ha vultos de differentes matizes; temos, por exemplo Nunez Maxado, o liberal de 1848, chefe das forças revolucionarias e temos o Barão da Victorija o comandante das forças leaes, que derrotaram as praieiras; temos alguns martyres de 1824 e temos Pedro 1.^o aniquilador da Confederação do Equador; temos Pedro 2.^o Imperador magnanimo, e temos Martins Junior, o propagandista da republica em Pernambuco; temos Portela e temos Nabuco, temos Joamos Manoel Borba, aquelle a quem mais devemos em beneficios, porque foi quem nos tirou de uma espelunca e nos deu para sempre este predio...

O Dr. Sergio Loreto, desde o inicio do seu governo, tem nos prestigiado de todo o modo, ora adquirindo uma valiosa collecção numismatica para enriquecer a incipiente que possuamos, ora dando-nos todos os meios para solemnizarmos o 1.^o centenario da Confederação do Equador, ora ordenando, que nossa Revista fosse impressa gratuitamente na Repartição de publicações officiaes.

São serviços estes que se recommendam á gratidão do Instituto, qualquer que seja a individualidade que os presta.

Assim proponho, em reconhecimento aos serviços prestados ao Instituto, seja, em sua galeria, opportunamente inaugurado o retrato do nosso consocio bemfeitor Dr. Sergio Loreto. Mario Melo — Recife 18 de Fevereiro de 1926".

O Dr. Samuel Campello refere-se a reunião do 1.^o congresso regionalista do nordeste e propõe que o Instituto felicite o Centro que o promoveu, pelo exito alcançado e lhe preste o seu apoio, especialmente sobre as conclusões relativas á conservação dos monumentos, o que é approvado:

Passando-se a ordem do dia, digo passando-se ás eleições, assumpto principal da assembléa, foram por grande maioria eleitos — Presidente, Dr. Pedro Celso, 1.^o Vice-Presidente de zembargador Silva Rego; 2.^o Vice-Presidente Dr. Netto Campello; 3.^o Vice-Presidente Dr. Gervasio Fioravanti; oradores: Drs. Samuel Campello e Oscar Brandão; supplentes, professor Jeronymo Gueiros e Dr. Estevão Pinto; 2.^o Secretario professor Felipe Monteiro; thesoureiro Antonio da Cruz Ribe-

ro; supplentes de secretarios Drs. Carlos Pereira da Costa e Manoel Caetano Filho; commissão da Revista, Mario Melo, Dr. Methodio Maranhão e Samuel Campello; commissão de syndicança: conego Henrique Xavier, Dr. Thomé Gibson e Othon L. B. de Mello; commissão de manuscriptos, Dr. Turiano Campello, profesor Gaspar Regueira e Ambrosio Leite; commissão de Historia e Geographia, Dezembargador Silva Rego, dr. Netto Campello e dr. Carlos Pereira da Costa; de fundos e orçamentos, Dr. Zeferino Agra, conego Jeronymo d'Assumpção, e M. J. de Sant'Anna Araujo; Commissão de ethnographia e Archeologia, abbade D. Pedro Roeser; Dr. Arnobio Marques, e Dr. João Peretti.

Proclamado o resultado do pleito o presidente empossa os presentes e os felicita. O facto de serem quase todos reeleitos mostra a harmonia de vistas que reina no Instituto. Os eleitos constituem a guarda avançada dos que se interessam pela sociedade. Faz votos para que possamos attingir a mira que tiveram os fundadores da associação.

O professor Gueiros agradece sua eleição. E' um neophyto; a escolha de seu nome para a phalange dos que trabalham, dá-lhe incremento. Espera poder corresponder á confiança.

O dr. Samuel Campello propõe que o Instituto nomeie uma commissão para visitar o dr. Pedro Celso que se acha docente e ao mesmo tempo communicar-lhe sua releição.

O presidente designa os srs. dr. Samuel Campello, dr. Mario Mello, Antonio da Cruz Ribeiro e professor Gaspar Regueira Costa.

Nada mais havendo a tratar encerra-se os trabalhos.

Manoel Netto Carneiro Campello,
2.º vice-presidente.

Mario Melo,
Secretario perpetuo.

João Felipe Monteiro,
2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 4 DE MARÇO DE 1926
Presidencia do dr. Netto Campello

Reunio-se o Instituto Archeologico, Historico e Geographico pernambucano, sob a presidencia do professor dr. Netto Campello, secretariado pelo dr. Mário Melo, secretario perpe-

tuu, e professor J. Felipe Monteiro, segundo secretario, tendo comparecido mais os srs. drs. Samuel Campello, orador, professor dr. Methodio Maranhão e M. J. de Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior o 1.º secretario deu conta do expediente: carta do dr. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, agradecendo sua reeleição de presidente e despedindo-se do Instituto por ter de passar tres mezes no Rio de Janeiro em vellegiatura; officio do inspector districtal da directoria geral de instrucção publica de S. Paulo, pedindo alguns trabalhos publicados pelo instituto para a bibliotheca escolar de S. Sebastião; ofertas; pela redacção, o n.º 4, vol. da Portugallia; pelo Gymnasio catharinense de Florianopolis um exemplar do Relatorio; pelo sr. Clementino Ignacio Cavalcanti, uma defesa de espadarte pescada no Parahyba; pelo dr. Manoel Caetano Filho, um pedaço de itapitanga; pelo sr. Arnaldo Guedes Pereira uma photographia do mallogrado aviador Pinto Martins.

Tratando das despedidas do dr. Pedro Celso o presidente declara que o Instituto se fez representar no seu embarque, e faz votos pelo seu proximo regresso e em seguida offerece a palavra a quem della queira usar. O prof. Felipe Monteiro, diz que Instituto, em as mudanças a que foi obrigado perdeu alguns objectos do seu museu e difficilmente poderão estes ser identificados, se algum dia apparecerem em mão de terceiros. Para prevenir o futuro propõe que o Instituto organise um catalogo illustrado. O dr. Methodio Maranhão appleude a idéa, tendo duvidas, porém, se as rendas do Instituto comportam as despezas decorrentes. Encerrada a discussão, é approvado o projecto.

O dr. Mario Mélo lembra que no proximo sabbado transcorre o cento e nove anniversario da revolução republicana de 1817, feilo que o Instituto tem sempre commemorado. Lamenta não tenha podido comparecer á sessão o dr. Oscar Brandão, um dos oradores do Instituto, a quem cabia, pela ordem, fallar sobre o assumpto. O sr. Felipe Monteiro diz que a commemoração pode ser feita tambem sem sessão. Propõe que o Instituto o faça n'este anno, abrindo seus salões e o

seu museu á vista publica, idéa que é unanimemente acceita, Nada mais havendo a tratar encerram-se os trabalhos.

Dr. Gervasio Fioravanti,
3.º vice-presidente.

Mario Mélo,
Secretario perpetuo.

J. Felipe Monteiro,
2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 18 DE MARÇO DE 1926

Presidencia do dr. Gervasio Fioravanti

Aos 18 de Março de 1926, reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do prof. dr. Gervasio Fioravanti, secretariado pelos srs. dr. Mario Mélo e prof. Felipe Monteiro, tendo comparecido os srs. socios dr. Samuel Campello, prof. Jeronimo Gueiros, M. J. Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite.

O expediente constou das seguintes offertas: "O Brasil Ameaçado e a Victoria da liberdade pelo professor Jeronimo Gueiros; "Mappa do Brasil" do prof. Arthur Duarte Ribeiro; "Revista Maritima Brasileira"; Outubro de 1925.

O sr. Mario Mélo communica á casa, que foi directamente convidado pela commissão directora do Congresso Pan Americano de Jornalistas, a reunir-se em abril em Washington. Pretende comparecer á reunião, e embarcará dentro de poucos dias para a Capital Federal, onde aguardará o paquete que deve conduzi-lo a New York. Apresenta, por isto suas despedidas aos confrades aqui reunidos. O presidente diz lamentar a ausencia do companheiro; está, porem certo que ella não será prolongada e lhe trarão ensinamentos que se reflectirão mais tarde na vida do Instituto. Convida os socios a comparecerem ao embarque do 1.º secretario; designa uma commissão dos srs. Samuel Campello, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite para representarem o Instituto; convida o 2.º secretario prof. Felipe Monteiro a occupar o cargo de 1.º secretario ou secretario geral e convoca o suplente de secretario, dr. Carlos Pereira da Costa para occupar o cargo de 2.º secretario.

E' lido e, sem discussão approvado um parecer unanime da commissão de fundos e orçamentos — Dr. Zeferino Agra,

conego Jeronimo d'Assumpção e M. J. de Sant'Anna Araujo, approvando o balanço de 1925.

O sr. Sant'Anna Araujo, em nome da commissão de que faz parte, e autorisado pelos seus companheiros, apresenta um voto de louvor ao sr. Antonio da Cruz Ribeiro, pela sua gestão na thesouraria e a cujo descortinio se deve o augmento do patrimonio do Instituto, depois de pagas todas as dividas, contrahidas por occasião do remodelamento do predio — voto que é approvado por unanimidade.

O dr. Mario Melo relata sua visita ao convento em ruinas de Santo Amaro de Agua Fria e refere-se a um artigo que escreveu e foi publicado no *Diario de Pernambuco* de 14 do corrente. Das ruinas trouxe dois fragmentos de azulejos e uma collecção de photographias.

O sr. Ambrosio Leite diz que, muita gente ignora onde foi o palacio dos capitães-generaes de Pernambuco, na velha cidade de Olinda, predio que mais tarde servio para o Curso juridico, foi Collegio Diosesano e hoje é sede do governo municipal — Propõe que o Instituto se dirija a Prefeitura de Olinda pedindo-lhe que mande assignalar o edificio com uma lapide. Approvada a idéa, o sr. presidente designa o proprio autor a entender-se com o governo municipal de Olinda sobre o assumpto em nome do Instituto.

O dr. Samuel Campello diz que deverá reunir-se brevemente na Victoria o oitavo congresso brasileiro de Geographia — O Instituto se tem feito representar pelos drs. Pedro Celso e Mario Melo. Este estará, na epoca, fóra do paiz e aquelle se encontra no Rio de Janeiro, de onde será facil transportar-se. Indica o nome do dr. Pedro Celso para representar o Instituto no Congresso de Geographia o que é approvado.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos.

Dr. Manoel Netto Carneiro Campello,
2.º vice-presidente.

João Felipe Monteiro,
Secretario geral int.

Samuel Campello,
Servindo de 2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 8 DE ABRIL DE 1926

Presidencia do dr. Netto Campello

A's quinze horas do dia oito de abril de mil novecentos e vinte e seis reuniu-se o Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano em sessão ordinaria sob a presidencia do 2.º vice-presidente dr. Netto Campello, secretariado pelo prof. J. Felipe Monteiro, no exercicio do cargo de primeiro secretario, o dr. Samuel Campello, como 2.º secretario ad-hoc. Compareceram, Cruz Ribeiro, thesoureiro, dr. Methodio Maranhão, prof. Jeronimo Gueiros, major M. J. Sant'Anna Araujo e tenente Ambrosio Leite.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario apresentou o seguinte expediente: 1 carta do secretario da União Geodesica e Geographica Internacional, com sede em Madrid, solicitando trabalhos publicados sobre o ceonographia para a primeira assembléa daquella União a reunir-se em Braga no anno proximo, e 1 officio do director do Instituto Internacional de Cooperação Intellectual, com sede em Paris, pedindo trabalhos para a 5.ª assembléa da Sociedade das Nações. O secretario declarou ter fornecido, em resposta, as necessarias instrucções.

Foram registadas as seguintes offertas: livros e folhetos, pelo sr. A. Agra; n. 50, anno 17, da Revista da Academia Brasileira de Letras; "Breves considerações sobre a technica da Heliotherapica, do dr. A. Filgueiras; 1 n. da revista "Architectura no Brasil"; o n. 21, anno III da "Revista de Pernambuco"; n. 223, anno XX, da "Liga Maritima Brasileira"; n. 1, anno I, da revista "Estudantina", do Recife; n. 1, vol. I, anno XV, do Boletim de Agricultura e Industria"; ns. 8 a 14 da Revista do Instituto Historico de Matto Grosso e n. 1 da "Folha ethnogiossica".

Passando-se á ordem do dia o sr. thesoureiro apresentou o seguinte Balancete do 1.º trimestre, de janeiro a março de 1926: Deve — Saldo em 31 de dezembro de 1925, sendo: Em apolices federaes — 25:000\$000; em apolices municipaes — 3:000\$000, em dinheiro — 2:943\$738, somma 31:543\$738. Quotas de loterias — 1:875\$000. Subvenção do Estado — Dezembro de 1925 a fevereiro de 1926 — 1:500\$000. Juros de apolices federaes — 1:300\$000. Apolices federaes adquiridas por compra — 5:500\$000. Indemnisação feita pelo empregado José Apolonio — 50\$000. Somma total — ... 41:768\$738.

Haver — Compra de apolices federaes, sendo uma de

500\$000 — 4:052\$000. Ordenado do empregado José Apolonio— 499\$800. Despezas geraes — 1:437\$770. Saldo, em 31 de Março de 1926 Em apolices federaes — 30:500\$000; em apolices municipaes — 5:600\$000; em dinheiro — 1:678\$668, somma . . . 35:778\$668. Somma total 41:768\$738.

O presidente mandou transcrever o balancete na acta, louvando o thesoureiro sr. Cruz Ribeiro pelo seu constante esforço em prol das finanças do Instituto.

O sr. Sant'Anna Araujo occupou-se dos socios que se queixam de decisões tomadas pelo Instituto, censurando-as publicamente, e entretanto deixam de comparecer ás reuniões para se inteirar do que ocorre na sociedade e terminou fazendo um appello a todos para seu comparecimento ás sessões.

O sr. Ambrosio Leite communicou que, commissionedo pelo Instituto em sessão ultima, esteve com o sr. coronel José Miranda, prefeito de Olinda, solicitando a collocação de uma lapide commemorativa no edificio onde tem sêde a prefeitura daquella cidade e que, tambem, serviu de palacio dos capitães generaes de Pernambuco, e onde funcionaram, por algum tempo, os cursos juridicos de Olinda e, depois, o Collegio Diocesano. Em aparte, o sr. Sant'Anna Araujo lembrou que naquelle edificio tambem funcionou, alguns annos, o Instituto literario de Olinda, associação que deixou renome naquella cidade.

Continuando disse o tenente Ambrosio Leite que o prefeito sr. José Miranda se declarou satisfeito com a lembrança do Instituto "a qual era sobremodo patriotica por se tratar de um edificio historico de Olinda, a terra de nobres tradições em que se ouviu o primeiro brado de liberdade a 10 de novembro de 1710, pelo capitão mór Bernardo Vieira de Mello", accrescentando tomar na devida consideração a lembrança e promettendo envidar todos os meios a seu alcance para dar um acto solemne á inauguração da placa, no dia designado pelo Instituto.

O sr. Samuel Campello lembrou o dia 15 de novembro por ser o dia da Republica, cuja semente foi, no Brasil, lançada em Olinda, como bem recordou o sr. prefeito, e registrar-se este anno, naquelle dia, o 1.º anniversario da posse de s. s. no cargo de chefe do executivo da historica cidade. Esta lembrança foi approvada, tendo o presidente mandado consignar na acta um voto congratulatorio com o prefeito de Olinda pela sua acquiescência aos desejos do Instituto e ao consocio Ambrosio Leite que, tão a contento, desempenhou a sua missão.

O sr. J. Felipe Monteiro disse constar-lhe que a igreja da Madre de Deus vae ser remodelada, o que será um attentado á arte e á historia, lembrando que o Instituto deve entender-se com a Santa Casa de Misericordia, a cujo patrimonio lhe informaram pertencer aquelle templo, e solicitar a sua intervenção para não deixar tomar vulto semelhante idéa de restauração, que implica numa destruição.

O sr. Samuel Campello disse ter-lhe, tambem, chegado ao conhecimento, por intermedio da secção "Cousas da cidade", do *Diario de Pernambuco*, a ameaça contra a igreja da Madre de Deus: vinha, mesmo, tratar do caso no Instituto tendo o consocio Felipe Monteiro se antecedido; é, portanto, solidario com o jornalista que deu o primeiro grito de alerta e com o consocio Monteiro; achava que o Instituto devia dirigir-se, tambem, ao seu socio honorario arcebispo d. Miguel Valverde, pedindo-lhe protecção para o velho templo de arte.

O sr. Methodio Maranhão acha tratar-se precipitadamente do caso, pode ser que se não trate de uma remodelação da igreja e somente de limpeza e trabalhos necessarios á sua conservação; julga melhor o Instituto syndicar do que ha a respeito para dirigir-se ao sr. arcebispo e á Santa Casa.

O sr. presidente lembrou que o arcebispo de São Paulo, d. Leopoldo Duarte quando esteve, ullimamente, em Pernambuco, visitando as igrejas, teve palavras de admiração na da Madre de Deus declarando "que não trocava essa com as de sua archidiocese, porque as de lá, pela sua forma moderna, podem construir-se todos os dias e como a da Madre de Deus mais nenhuma se poderá construir; entretanto achava razoavel a proposta do consocio Methodio Maranhão no sentido de ser o caso elucidado convenientemente. O protesto do Instituto deve, porem ficar de pé contra a remodelação, presente ou futura, da tradicional igreja.

O sr. Samuel Campello communicou á casa ter a commissão encarregada de comparecer ao embarque do consocio dr. Mário Melo, para os Estados Unidos, cumprido o seu dever e participou ter regressado da Europa, depois de uma estada de dois annos, o não menos illustre consocio dr. Fernando Barroca, a quem o Instituto deve visitar e apresentar as boas vindas.

Para visitar o consocio Fernando Barroca, o presidente

designou os srs. Samuel Campello e Sant'Anna Araujo, encerrando depois a sessão por não haver mais assumptos a tratar.

Dr. Manoel Netto Carneiro Campello.
2.º vice-presidente.

João Felipe Monteiro,
1.º secretario interino.

Samuel Campello,
Servindo de 2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 22 DE ABRIL DE 1926

Presidencia do dr. Netto Campello

Aos 22 de abril, reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do dr. Netto Campello, secretario pelos srs. J. Felipe Monteiro, 1.º secretario interino e dr. Samuel Campello, tendo comparecido mais os srs. dr. Gervasio Fioravanti, Methodio Maranhão, Jeronimo Gueiros e major Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta, o 1.º secretario deu conta do expediente, apresentando as seguintes offertas: Boletim mensal estatistico demographico de S. Paulo, n. 5 de Maio de 1925; Academia dos Renascidos de Alberto Lamago offerta pelo auctor; Rua Nova ns. 48 e 49, pela redacção; Expectador, Maio de 1926; La Geographie n. 12 tomo 45, de janeiro e fevereiro de 1926; Portugalia (Revista) n.º 56, de fevereiro e março de 1926; Archivo Municipal do Districto Federal; Liga Maritima brasileira anno 2.º n.º 224; Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo n. 30 de novembro de 1925 a fevereiro de 1926; Revista de Pernambuco ns. 21 e 22.

Em seguida o sr. presidente lê uma carta do dr. Mario Mélo, na qual pede um auxilio para o dr. Pedro Celso, afim de representar o Instituto no Congresso de Geographia e Historia a reunir-se proximadamente na capital do Espirito Santo. Posto em deliberação o pedido, foi por unanimidade arbitrada a quantia de quinhentos mil reis como ajuda de custa, ficando o 1.º secretario de officiar ao presidente da commissão executiva ao Congresso em Victoria, communicando a nomeação do dr. Pedro Celso.

O dr. Gervasio Firovante reclama contra o desaparecimento de retrato de Gervasio Pires, que devia achar-se na

galeria, bem como de outros e pede que se dê uma busca afim de ver se encontra, ficando o primeiro encarregado de dal-a.

O primeiro secretario interino diz que as portas e janelas do edificio não tem segurança e pede ao sr. presidente para verificar melhor.

Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão, percorrendo, em segunda o presidente, em companhia do thesoureiro srs. Cruz Ribeiro e do 1.º secretario interino sr. Monteiro, todo o edificio combinando medidas a tomar para mais segurança e alguns pequenos melhoramentos.

Manoel Carneiro Campello
2.º vice-presidente.

João Felipe Monteiro,
1.º secretario interino.

Carlos Pereira da Costa,
2.º secretario.

**ACTA DA SESSÃO ORDINARIA REALISADA EM 6 DE
MAIO DE 1926**

Aos seis dias do mez de maio de mil novecentos e vinte e seis, em sua sede social, ás quinze horas reuniu-se o Instituto Archeologico sob a presidencia do dr. Manoel Netto Carneiro Campello, secretariado pelo professor João Felipe Monteiro e dr. Carlos Pereira da Costa, tendo comparecido os seguintes associados: dr. Samuel Campello, orador, coronel Cruz Ribeiro thesoureiro, dr. Methodio Maranhão, dr. Fernando Barroca e major Sant'Anna Araujo.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o primeiro secretario apresentou o seguinte expediente:

Um telegramma do socio correspondente do Instituto, dr. Carlos Xavier Paes Barretto, secretario geral do governo do Estado do Espirito Santo, communicando haver sido assignado entre os representates do mencionado Estado e os do da Bahia um convenio assentando definitivamente os limites de seus territorios e as offertas recebidas, constantes de um exemplar da "União Ibero-Americana", correspondente ao anno de 1925, "Boletim de estatistica demographo-sanitario",

anno 8 ns. 6, 7 e 8; "Boletim da Academia de Sciencias de Lisboa", vol. 14, de 1920; "Annual reports of the director to the Board of Freests." anno de 1924; "The Geographical Review American Society of New York", de Abril de 1926; "Historia e memorias da Academia de Sciencias de Lisboa", nova serie, segunda classe, tomo 14; "O clima de Portugal", pelo general João Maria de Almeida Lima, offerecido pela "Academia de Sciencias de Lisboa"; "Brasilianna", revista do Rio de Janeiro, vol. 1 a 6, de abril de 1925 a abril de 1926; "Boletim de Sociedade de Geographia de Lisboa", ns. 7 a 12, de julho a dezembro de 1925; "General Report of the Smithsonian Institut", 523; "Revista do Imposto Unico" de Porto Alegre, n. 15, anno 2; "Revista do Instituto Archeologico e Geographico Aiagoano", vol. 10, anno 53; diversos numeros da revista pernambucana "Rua Nova" e o numero primeiro da revista "Estudantina", desta capital.

O sr. Sant'Anna Araujo, em nome do sr. Francisco Augusto da Fonseca Filho, offertou ao Instituto um retrato do saudoso poeta brasileiro Antonio Gonçalves Dias, que pertenceu á extincta "Sociedade literaria Gonçalves Dias", que funcionava nesta capital, no pateo de São Pedro, e varias moedas de cobre, (21) de diversos paizes, para a colleção numismatica do Instituto.

O presidente determinou que se officiasse ao consocio dr. Carlos Xavier agradecendo a communicação do convenio entre os Estados da Bahia e Espirito Santo, e ao dr. Augusto Fonseca as valiosas offertas que fez ao Instituto; communicou haver telegraphado ao governo do Estado do Espirito Santo scientificando-o ter o Instituto designado o seu presidente effectivo dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti para representalo no Congresso de geographia a reunir-se no supra sitado Estado a 15 de novembro do corrente anno e congratula-se com o "Instituto" pelo comparecimento á sessão do illustre consocio dr. Fernando Barroca, que se encontrava na Europa em missão do governo do Estado afim de estudar a organização das bibliothecas e archivos publicos.

O dr. Fernando Barroca agradeceu as referencias elogiosas do sr. presidente e assignalou que continuaria a collaborar na obra patriotica do Instituto.

O dr. Samuel Campello disse que para festa civica no interior do Estado com o fim de obter, por seu intermedio, dois retratos que figuram na galeria do Instituto, consulta a casa; entabola-se acalorada discussão, ficando resolvido que o Ins-

titulo não consentirá absolutamente que sejam desviados de sua séde. por empréstimo, quaesquer objectos, quadros ou livros, facilitando, entretanto, em sua séde, a reproducção photographica ou manuscripto dos mesmos.

O sr. presidente mandou inserir na acta presente um voto de pezar pelo fallecimento do illustre medico e homem de letras dr. Armando Gayoso, membro da "Academia Pernambucana de Letras" e o consocio sr. Sant'Anna Araujo propoz que lançasse voto identico pelo desaparecimento do almirante Alexandrino de Alencar, ministro da marinha.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente deu por encerrada a sessão.

Manoel Netto Carneiro Campello

2.º vice-presidente.

Felippe Monteiro,

1.º secretario interino.

Carlos Pereira da Costa,

2.º secretario.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA REALISADA A 20 DE MAIO DE 1926

A's quinze horas do dia vinte de maio reuniu-se o "Instituto archeologico historico e geographico pernambucano", sob a presidencia do dr. Netto Campello, segundo vice-presidente em exercicio, secretariado pelo prof. J. Felippe Monteiro, 2.º secretario em exercicio do cargo de 1.º e dr. Carlos Pereira da Costa, supplente de 2.º secretario, tendo comparecido, tambem, os seguintes socios: dr. Samuel Campello, orador, coronel Cruz Ribeiro, thesoureiro e major M. J. Sant'Anna Araujo.

Lida, sem impugnação, a acta da sessão anterior, o 1.º secretario interino apresentou o seguinte expediente: Offertas — "Revista da Academia brasileira de letras", vol. 10, n. 52; "Boletim mensal estatistico demographico de São Paulo", setembro de 1925; "Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio G. do Norte", vol. 20, n. 20; "Enciclopedie des sciences eclesiastiques", março deste anno; Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, volume 25; "Boletim de la

Academia nacional de Historia"; de Quito, vol. 9 ns. 24, 25 e 26 de julio a diciembre; "Revista Maritima Brasileira"; ns. 5 e 6, de novembro e dezembro de 1925; "A Rua Nova", desta cidade, n. 54, anno II e diversos jornaes.

Officio — do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, communicando a eleição de sua directoria — agradeça-se. Cartas: — do secretario da Academia Nacional de Historia do Equador, enviando um numero da revista da mesma Academia e solicitando assignatura; os socio correspondente dr. J. M. Cardoso de Oliveira, embaixador do Brasil em Lisboa pedindo para fazer modificação, para José Manoel, do seu nome que vem sahindo Joaquim Manoel no cadastro de socios publicado na Revista do Instituto; do dr. J. Moraes Barretto, da Bahia, solicitando, por compra, os dois ultimos numeros da Revista do Instituto e do socio effectivo tenente Ambrosio de Barros Leite despedindo-se por ter de seguir para o Rio a bordo do vapor "Pará", no dia 21.

O presidente determinou mandar assignar a Revista da Academia de Historia, do Equador; fazer-se a rectificação do nome do consocio dr. Cardoso de Oliveira; remetter-se ao dr. Moraes Barretto, gratuitamente, os numeros pedidos da Revista e nomear uma commissão composta dos consocios dr. Samuel Campello, coronel Cruz Ribeiro e major Sant'Anna Araujo para representar o Instituto no embarque do consocio Ambrosio Leite.

O sr. Sant'Anna Araujo falou sobre a necessidade da creação, á noite de um salão de leitura, na séde do Instituto, devendo este solicitar, para o mesmo, a remessa de jornaes ás respectivas redacções. O sr. presidente applaudiu a idéa do consocio Sant'Anna dizendo ir providenciar a respeito.

O sr. Carlos Pereira da Costa offereceu alguns exemplares do 1.º numero da "Revista dos Municipios", publicação mensal, que, sob sua direcção e secretaria do sr. Samuel Campello, acaba de sahir nesta cidade para tratar de interesse de todos os municipios, de sua historia, geographia e outras informações.

O sr. Samuel Campello falou applaudindo a idéa do jornal carioca "A Noticia" da creação de um monumento á "Mãe Preta", como homenagem á raça africana, que tanto contribuiu para o engrandecimento economico do Brasil, lamentan-

do, entretanto, que ainda se não tivesse cogitado tambem de uma homenagem semelhante ao indio brasileiro.

O sr. J. Felipe Monteiro occupou-se do mesmo assumpto, declarando-se contra a idéa daquelle monumento.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Manoel Netto Carneiro Campello
2.º vice-presidente.

João Felipe Monteiro,
1.º secretario interino.

Samuel Campello,
Servindo de 2.º secretario.

**ACTA DA SESSÃO ORDINARIA REALISADA A 10 DE
JUNHO DE 1926**

Presidencia do dr. Netto Campello

A's quinze horas do dia dez de junho de mil novecentos e vinte e seis, em sua sêde social, reuniu-se o Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano sob a presidencia do dr. Netto Campello, 2.º vice-presidente em exercicio, secretariado pelo prof. J. Felipe Monteiro, 2.º secretario no exercicio do cargo de 1.º e Samuel Campello, servindo de 2.º secretario ad-hoc, tendo comparecido, ainda, os seguintes socios: dr. Gervasio Fioravanti, 3.º vice-presidente; coronel Cruz Ribeiro, thesoureiro; dr. Zeferino Agra e major M. J. Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario apresentou o seguinte expediente:

Offertas — “Boletim de la Bibliotheca Nacional de Quito”, n. 2, “Abhend lingeu und Vortrage”, de Bremen, março de 1926; Revista do Instituto historico e geographico do Pará, anno 8.º vol. 15; “Justiça” (a revolta militar em São Paulo), pelo autor dr. J. Carlos Macedo Soares; “Defeza sanitaria vegetal (Boletim n. 5); “Boletim mensal estatistico — demographico de São Paulo, n. 12; “Ibero Americaniskes Archiv”, n. 4, de Bremen; “Boletim do Ministerio da Agricultura e Commercio do Brasil”, ns. 2 e 3; n. 23 da “Revista de Pernambuco”; 55, 56 e 57 de “A RuaNova” e 3 de “Estudantina”, desta capital.

Officios e cartas — um officio assignado pelos presidente

e secretario da Sociedade de Sciencias de Bremen ("Bromen Wissenschaftliche Gesellschaft") solicitando remessa da revista do Instituto e informação sobre o mesmo; uma carta do dr. Raphael J. Fosalba, ministro plenipotenciario do Uruguay, em Lima, communicando ter em preparo um livro sobre a America do Sul e solicitando informes para a parte sobre ceramica, que está presentemente escrevendo; convite da Congregação da Faculdade de Commercio de Pernambuco para a opposição, no salão nobre daquelle estabelecimento do retrato do exmo. sr. dr. Sergio Loreto, governador do Estado, ás 20 horas do dia 11 do corrente, por occasião da sessão commemorativa do 2.º anniversario da mesma Faculdade e uma carta do sr. Teixeira de Albuquerque pedindo copias de documentos de photographias ou quaesquer informações sobre Victoria para um album que está confeccionando a respeito desse municipio.

O presidente determinou que fossem prestadas todas as informações pedidas e nomeou para representar o Instituto, na festa da Faculdade de Commercio, uma commissão composta dos srs. cenego Henrique Xavier, dr. Thomé Gibson e prof. J. Felipe Monteiro.

Passando á ordem do dia o sr. thesoureiro communicou que, apesar de seus esforços, ainda não recebeu a subvenção que o municipio do Recife concede ao Instituto, referente aos mezes de abril de 1925 a abril de 1926.

O sr. Samuel Campello occupou-se da reaparição da "Revista do Norte" dos srs. J. M. de Albuquerque Mello, João Monteiro e Joaquim Cardoso, pedindo para ser inserido na acta um voto de louvor e incitamento aos dirigentes da referida publicação por fazerem-na caprichosamente, quer na parte material quer na intellectual, dentro de assumptos nordestinos e coloniaes, representando um grande e louvavel esforço em prol de nossas artes graphicas e literarias.

No decorrer de sua proposta o sr. Samuel Campello lembrou uma outra "Revista do Norte" que teve larga repercussão nas rodas literarias do paiz e era redigida, tambem no Recife, por espiritos de escol como Martins Junior, Gervasio Fioravanti, Fernandes Cabral e outros. A proposta foi approvada por unanimidade de votos.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. NB. Deve ler-se Fernando de Castro Paes Barretto e não Fernando Cabral.

Manoel Netto Carneiro Campello,
2.º vice-presidente.

Felippe Monteiro.
1.º secretario interino.

SESSÃO ORDINARIA EM 1.º DE JULHO DE 1926

Reunio-se o Instituto sob a presidencia do dr. Netto Campello, 2.º vice-presidente em exercicio, tendo comparecido mais os srs. J. Felippe Monteiro 1.º secretario interino, Cruz Ribeiro, thesoureiro, dr. Gervasio Fioravanti, dr. Oscar Brandão e Sant'Anna Araujo. Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente: um officio do dr. Arsenio Meira de Vasconcellos, procurador da Republica adhoc, pedindo copia da carta regia de 12 de novembro de 1698, existente no Instituto, para servir de instrucção á de-feza da Fazenda Nacional, no pleito entre a mesma Fazenda e o dr. J. de Araujo Livramento. O sr. presidente deu o seguinte despacho: de-se copia do que pede o supplicante, de accordo com os Estatutos do Instituto; officio do Circulo, digo do 1.º secretario do Circulo Catholico communicando sua nova directoria; officio do Conde Affonso Celso, pedindo a adhesão do Instituto para a conferencia a reunir-se no Instituto do Rio de 15 a 30 do corrente, sendo pelo sr. presidente designado o dr. Pedro Celso para representar o Instituto. Offertas: Rua Nova ns. 58 e 59; Revista de Pernambuco n. 24; Patria de Fortaleza; Expositor; Relatorio do Hospital Portuguez. Pelo sr. João Baptista, um interessante mappa de terras de sesmaria concedida em 1671 a Christovão Burgos e tirado em 1825, abrangendo hoje os municipios de Canhotinho, Garahuns, Correntes, Bom Conselho e o municipio alagoano de Palmeira dos Indios e o retrato do offertante; pelo dr. Manoel Cicero: uma viagem ao Perú, apontamentos sobre as primeiras relações diplomaticas entre o Perú e o Imperio do Brasil, Pernambuco e a Confederação do Equador conferencia.

Primeira visitação do Santo officio ás partes do Brasil — S. Paulo 1925. (denunciações da Bahia) sr. Eduardo Prado—C. Abreu.

O sr. presidente dr. Netto Campello declara que vem despedir-se dos collegas e amigos do Instituto, por ter de seguir breve para Europa, em seguida officia ao dr. Silva Rego —1.º vice-presidente, afim de que assuma a presidencia, visto achar-se no Rio o presidente effectivo.

Por proposta do dr. Gervasio Fioravanti, o Instituto delibera fazer-se representar no embarque do seu digno e estimado vice-presidente e tambem no desembarque do dr. Mario Mélo, a chegar dos E. Unidos. Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão. Em tempo: o dr. Gervasio Fioravanti propoz que, na impossibilidade de fazer-se uma sessão solemne no dia 2 de julho, commemorativa da proclamação da Confederação do Equador, o Instituto abrisse suas portas, no referido dia, para visita publica, o que foi approvedo por unanimidade de votos.

Arthur da Silva Rego

1.º vice-presidente.

Mario Melo,

1.º secretario perpetuo.

Samuel Campello,

Servindo de 2.º secretario

SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE JULHO DE 1926

Presidência do desembargador Silva Rego

Reunio-se o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, sob a presidencia do dr. Silva Rego, secretariado pelos drs. Mario Melo, 1.º secretario e Samuel Campello servindo de 2.º, comparecendo mais os srs. Cruz Ribeiro thesoureiro dr. Gervasio Fioravanti 3.º vice-presidente e Sant'Anna Araujo.

Abrindo os trabalhos o presidente disse que o Instituto se regosijava com a presença do dr. Mario Mélo, que regresava dos E. Unidos, onde fôra tomar parte no Congresso Pan-Americano de Jornalistas.

Lida e approveda a acta da sessão anterior, o dr. Mario Mélo agradeceu as palavras do presidente, disse que no character de secretario havia visitado varias sociedades historicas dos E. Unidos, todos os museus de Washington e de No-

va York e alguns de outras cidades, como Philadelphia e Pittsburgh, e que ainda no mesmo character, aprendera na "Library of Congresso de Washington" — a Bibliotheca Nacional dos Estados Unidos — o processo de imunizar e conservar manuscriptos ali adoptado, após o governo ter enviado uma missão à bibliotheca do Vaticano, que foi a primeira a pol-o em execução.

Adquirio em Nova York parte do material que não se encontra a venda aqui e procurara adoptal-o nos documentos do Instituto, disse mais, que em sua passagem pelo Pará foi recebido em sessão especial pelo Instituto Historico d'ali e em Fortaleza cumprimentado por varios socios do Instituto Historico d'ali, havendo igualmente visitado o Museu Rocha, onde ha interessantes collecções brasileiras.

O dr. Gervasio Fioravanti diz, que não só os manuscriptos, mas tambem a bibliotheca, deve merecer o especial cuidado a que se refere o sr. secretario. Propõe que o Instituto autorise o secretario a fazer as despezas necessarias para a catalogação e conservação da bibliotheca, o que é unanimemente approvedo.

O dr. Samuel Campelo diz que ha tempos, o Instituto obteve do governo municipal e do director das obras publicas do Estado, a execução dum monumento commemorativo do termino da guerra hollandeza, no local em que existio a porta sul da cidade do Recife. Esse monumento ainda não fôra inaugurado, entre outras razões, por uma deferencia ao dr. Mario Melo, que se achava ausente. Propunha que o Instituto designasse o dia 3 de agosto, anniversario da batalha dos Tabocas, para a inauguração festiva.

Posto em discussão o assumpto, o dr. Mario Mélo disse que ainda uma vez agradecia essa nova prova de attenção do Instituto. Sobre o caso já conversara com o director das obras publicas do municipio e tivera a impressão de que seria melhor inaugurar o monumento em prazo mais dilatado, mesmo porque é pensamento do governo municipal, fazer melhoramentos na praça em que se encontra o bloco commemorativo.

Lembrava, por isto a data de 17 de agosto em que se ferio o combate da Casa Forte, cuja importancia para as armas pernambucanas não é inferior á de Tabocas. A casa concordou unanimemente com a lembrança do dr. Mario Mélo.

O thesoureiro sr. Antonio Cruz Ribeiro pedio e obteve do Instituto licença para constituir em apolices federaes o pequeno saldo existente do balancete.

O dr. Samuel Campello tratou das festas do tricentenário da fundação da cidade da Victoria e o presidente designou ao srs. dr. Samuel Campello, dr. Carlos Pereira da Costa e Alfredo Sotero para o representarem na solemnização.

O sr. Sant'Anna Araujo, em nome do director do Collegio Salesiano offereceu uma medalha commemorativa do jubileu da ordem salesiana.

Nada havendo mais a tratar levantou-se a sessão.

Arthur da Silva Rego,

1.º vice-presidente em exercicio.

Mario Mélo,

1.º secretario.

J. Felipe Monteiro,

2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 26 DE AGOSTO DE 1926

Presidencia do desembargador Silva Rego

Reunio-se o Instituto sob a presidencia do desembargador Silva Rego, secretariado pelo dr. Mario Mélo e prof. J. Felipe Monteiro, presentes mais os srs. dr. Samuel Campello, dr. Oscar Brandão, Antonio da Cruz Ribeiro e M. J. de Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta das seguintes offertas: Pelo sr. Alfredo J. de Mello, uma carta do rio Purús, levantada pelo dr. Euclides da Cunha; pelo dr. Samuel Campello, uma medalha antiga jesuita com a effigie de Santo Ignacio de Loyolla e S. Luiz de Gonzaga; pelo dr. Mario Melo, o seu distinctivo de membro do primeiro Congresso de Jornalista Pan-Americano; pelo Museu ethnographico de Leiden, Verlag van deu directeur ef Het jaar 1925; pelo Instituto historico de Matto Grosso, em fasciculo da sua Revista referente a 1923; pelo Gremio litterario do Collegio miilitar do Ceará, um numero da Revista Patria; pela Societé Neuchatelaise de Geographia o tomo 25 de seu Boletim; pelo desembargador Benedicto de Barros Vasconcellos o volume O Parnahyba no Maranhão; pelo Instituto Historico do Rio Grande do Sul, o anno 4.º de sua Revista; pela Union Ibero-Americana, a Memoria correspondente ao anno de 1925; pela

Reale Societa Geografica Italiana, um volume do seu Boletim; pela União Pam-Americana o n. de Julho do seu Boletim; pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, o vol. XLI dos Annaes; pelo Archivo Nacional, A Infancia e Adolescencia de D. Pedro 2.º; pela Societé de Geographie, La Geographie; pelo dr. Mario Mélo, Medals and publications of the Americane Mummismatic Societe, India and Monographs, Hespanic Notes and Monographi.

Obtendo a palavra o dr. Samuel Campello declara que a commissão nomeada para assistir aos festejos do 3.º centenario da fundação de Victoria, esteve presente ás solemnidades, fallando n'uma d'ellas em nome do Instituto, o dr. Carlos Pereira da Costa.

O dr. Mario Mélo communica que se encontra em Pernambuco o consocio benemerito dr. Sebastião Galvão, auctor do Diccionario Historico de Pernambuco, nome dos de maior relevo entre os dos historiadores patrios. Pretendia propor que o Instituto lhe prestasse homenagem especial, mas soube que se encontrava no interior onde talvez demore, assim aguarda-se para seu regresso.

O sr. presidente communica que o monumento erguido no local onde existira a porta sul do Recife não pôde ser inaugurado na data prefixada, por não estarem promptos os serviços de remodelação da rua. Procederá, porém, á inauguração no dia 7 de setembro proximo, á tarde e reitera a designação do dr. Oscar Brandão para orador official.

O sr. Antonio Ribeiro, communica que providenciou sobre a compra de apolices, de accordo com o resolvido na reunião ultima.

O dr. Mario Mélo lê um trabalho historico sobre a invenção da Machina de escrever, geralmente attribuida ao padre Francisco João de Azevedo.

Mostra que, emquanto o invento do sacerdote brasileiro é de 1861, vio no museu do Smithsonian Institution de Washington, os exemplares primitivos das machinas de Charles Thurber, patente n.º 4271 de 1845. de J. B. Fairbanks, patente n.º 7652 de 1850; de A. E. Beach, patente n.º 15.164 de 1857; todos anteriores ao plano tachygrafico do padre Azevedo, que apresentando seu trabalho em 1861, antes de industrializada

por Mr. Remington, foi um dos precusores da machina de escrever, mas não o seu inventor.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão.

Arthur da Silva Rego,

1.º vice-presidente em exercicio.

Mario Mélo,

1.º secretario.

João Felipe Monteiro

2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE SETEMBRO DE 1926

Aos 16 dias do mez de setembro, reuniu-se o Instituto em sessão ordinaria, sob a presidencia do desembargador Silva Rego, secretariado pelo dr. Mario Mélo e Felipe Monteiro, primeiro e segundos secretarios, com a presença dos socios dr. Gervasio Fioravanti 3.º vice-presidente, dr. Samuel Campello orador, Antonio da Cruz Ribeiro thesoureiro, Ambrosio Leite e Sant'Anna Araujo.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o primeiro secretario deu o recebimento dos trabalhos seguintes: Boletim da "União Pam-Americana", agosto de 1926; "Historia Seiscentista da Villa de S. Paulo", de Affonso de digo de A. Taunay; Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, março de 1926. Em seguida declarou que havia lavrado a acta da inauguração do monumento á porta sul do Recife, na actual praça da Restauração, acto que se realisou festivamente a 8 do mez andante, sob a presidencia do prefeito Municipal coronel Alfredo Osorio, a qual ia ser archivada no Instituto, com a assignatura das pessoas que assistiram a solemnidade.

O dr. Gervasio Fioravanti insiste pela catalogação dos livros da Bibliotheca, explicando-lhe o secretario que ainda não encontrou pessoa idonea a quem encarregue o serviço, que será feito sob sua fiscalisação.

O thesoureiro declara que tendo apodrecido uma trave da parte lateral do Instituto, mandou substitui-la e retelhar o telhado.

O sr. Sant'Anna Araujo lembra a conveniencia de uma limpeza externa no edificio e o sr. Felipe Monteiro a necessidade de um reforço nas portas e janellas, para maior segurança dos pertences do Instituto, o que é approvedo.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos.

Arthur da Silva Rego,
Vice-presidente em exercicio.

Mario Mélo,
1.º secretario.

João Felipe Monteiro,
2.º secretario.

SESSAO ORDINARIA EM 30 DE SETEMBRO DE 1926

Presidencia do desembargador Silva Rego

Aos 30 dias do mez de setembro de 1926, reunio-se o Instituto, sob a presidencia do desembargador Silva Rego, secretariado pelo dr. Mario Mélo secretario perpetuo, João Felipe Monteiro 2.º secretario, tendo comparecido mais os srs. socios dr. Samuel Campello, orador Antonio da Cruz Ribeiro thesoureiro M. J. de Sant'Anna Araujo.

Lida e approveda a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente. Telegramma do dr. Carlos Xavier Paes Barreto communicando a abertura do Congresso de Geographia a 24 de novembro e pedindo a representação do Instituto; officio do dr. Annibal Fernandes, secretario da Justiça, pedindo parecer do Instituto sobre trabalhos do dr. Sebastião Galvão; recebimento dos volumes seguintes: Revista el Museu de la Plata, anno 39. Boletim n.º 45 do Instituto Geologico del Mexico; annales del Instituto Geologico del Mexico.

O sr. presidente declarou que ia nomear uma comissão para dar parecer sobre os trabalhos do dr. Sebastião Galvão, de accordo com o pedido do secretario da Justiça. O dr. Mario Mélo diz julgar desnecessaria essa comissão.

Todos os socios presentes conhecem o "Diccionario Historico Estatistico e Geographico de Pernambuco", a que Sebastião Galvão tem dedicado toda sua vida de homem de letras; a Revista do Instituto já publicou apreciações edito-

riaes sobre essa obra utilissima; em virtude della foi Sebastião Galvão elevado a cathegoria de socio benemerito pelo lustre que seu nome deu ao Instituto.

Não se manifesta sobre a carta de Pernambuco porque não a conhece, ainda não a viu. Propõe que independente de parecer especial, se manifeste o Instituto proclamando o alto valor do Diccionario Historico de Pernambuco, onde ha pequenos senões, mas onde ha grande copia de documentação historica e geographica, o que é approvedo unanimemente.

O dr. Samuel Campello diz, que estando terminado o alu-guel da tumba onde foi sepultado o dr. Pereira da Costa, o dr. Carlos Pereira da Costa, filho d'este, vae offerecer ao Instituto a lapide que a assignala. Não deve porém, o Instituto, permittir que os restos mortaes do saudoso chronista pernambucano sejam relegados ao esquecimento. Propõe que o Instituto solicite dos poderes publicos do municipio um mausoléo perpetuo para quem tanto lustro deu a Pernambu-co, com o que todos concordam.

O dr. Mario Mélo declara que em dias d'esta semana foi procurado por um emissario de frei Elias da Assumpção, prior do Carmo. Indo á basilica, contou-lhe sua revdma. que, precisando fazer uns reparos no côro da egreja, n'uma parte estragada pelo cupim, ahi encontrara o marceneiro um esqueleto, em parte tambem estragado pelo insecto. Mostrou-lhe os ossos e o local em que foram encontrados. A attenção de frei Elias foi presa ao facto de ter havido intenção manifesta de occultar-se o esqueleto, pois o local era improprio para sepultura, e no espaço não caberia um cadaver, mesmo de creança. Tratar-se-hia de frei Caneca?

O secretario fala sobre o enterro do frade patriota, e as successivas buscas que fizeram Pereira da Costa, Vicente Ferrer, padre Amorim, padre Lima do Monte Carmello e frei André Pratts, para a descoberta da sepultura do martyr de 1825. Pedé ao Instituto que entre em investigações. Talvez um exame medico-legal possa determinar a idade, o sexo e o tempo do esqueleto, o que será um grande auxilio. Propõe que o Instituto solicite o concurso da Faculdade de Medicina nas pesquisas. Depois de varios socios se haverem manifestado sobre o caso, foi a proposta approveda.

O sr. Sant'Anna Araujo communica o regresso do consocio coronel Othon L. B. de Mello, a quem o Instituto deve assignalados serviços. Embora em caracter particular, muitos socios tenham comparecido ao seu desembarque, re-

quer reuna-se uma comissão para o comprimentar.

O presidente designa os srs. Sant'Anna Araujo, Samuel Campello e Mario Mélo.

O dr. Mario Mélo diz que os biographos de Bento Teixeira auctor da "Prosopopea" não se referem ao facto de ter sido elle christão novo e de ter estado nas malhas da Inquisição. Lê a proposito as denuncias que lhe foram feitas na Bahia, perante o visitador do santo officio.

Appresenta ainda o dr. Mario Mélo, um retrato de Abreu e Lima fardado de general do exercito de Columbia, onde servio ás ordens de Simão Bolivar, retrato esse que o dr. Mario Mélo trouxe dos Estados Unidos. Foi esse retrato, de uns dez centimetros de tamanho, o primeiro que vimos de Abreu e Lima com farda de general.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão.

Arthur da Silva Rego,

1.º vice-presidente em exercicio.

Mario Mélo,

1.º secretario.

João Felipe Monteiro,

2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 14 DE OUTUBRO DE 1926

Reunio-se o Instituto, em sessão ordinaria sob a presidencia do dezembargador Silva Rego, secretariado pelo dr. Mario Mélo 1.º secretario e professor J. Felipe Monteiro 2.º secretario, tendo comparecido mais os srs. socios Jeronymo Gueiros, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite.

Lida a acta da sessão anterior é approvada. A secretaria accusou o expediente: officio do director da Faculdade de Medicina do Recife, communicando a designação de uma comissão de professores para examinar o esqueleto encontrado no convento do Carmo; officio do prefeito do Recife declarando não poder, por ora, construir um jasigo para os restos mortaes de Pereira da Costa, mas providenciou para que estes repousem na catacumba em que se encontram, independente de pagamento de aluguel, até que seja satisfeito o justo pedido do Instituto Archeologico.

Offertas: — Conego José Barata, Escola de Civismo; Boletim do Ministerio da Agricultura Industria Commercio; Anales del Museu de Historia Natural de Montevideo; Fernando Barroca, Bibliothecas de Paris; Affonso E. de Tannay, Ensaio da carta geral das bandeiras paulistas; Anuario demographico de S. Paulo; Premisches Jahrleuch; American Books.

O primeiro secretario declara que esteve pessoalmente com o coronel Alfredo Osorio prefeito do Recife, entendendo-se sobre o assumpto do seu officio e delle ouviu a promessa de ser construido o jasigo perpetuo para os restos mortaes de Pereira da Costa, dependendo, porem, de authorisação do Conselho, unico competente para ceder o terreno no cemiterio publico.

O sr. Sant'Anna Araujo communica que a commissão nomeada apresentou cumprimentos ao consocio coronel Othon L. B. de Mello, que regressara da Europa.

O professor J. Felipe Monteiro, lembra á casa haver sido escolhido para representar o Estado de Pernambuco no 8.º congresso brasileiro de geographia, o secretario perpetuo dr. Mario Melo, conforme dizem os jornaes.

O dr. Mario Melo diz que, segundo o artigo do dr. Estevão Pinto, no *Diario de Pernambuco*, se cogita da remodelação da fachada da igreja da Soledade que tem estylo colonial e talvez a febre do futurismo a ameace.

Propõe dirija-se o Instituto ao exmo. arcebispo solicitando lhe não haver alteração no estylo do templo, na remodelação por ventura a ser feita. O sr. Sant'Anna diz, que talvez não se cuide de alteração no templo, porquanto já foi feita a renovação do tecto, e assim a intervenção do Instituto talvez seja precipitada.

Todos os assistentes intervem na discussão tratando das obras de arte dos templos do Recife. O auctor do pedido diz, que sua proposta é condicional: se houver remodelação, que

seja conservado o estylo do templo. Posto a votos é por todos approvado.

Nada mais havendo a tratar levantou-se a sessão.

Mario Mélo,

1.º secretario servindo de presidente.

João Felipe Monteiro,

1.º secretario.

Samuel Campello,

Servindo de 2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE OUTUBRO DE 1926

Presidencia do dr. Mário Melo

Aos 28 de outubro reuniu-se o Instituto Archeologico, com a presença dos srs. socios dr. Mario Mélo, professor J. Felipe Monteiro, dr. Oscar Brandão, dr. Fernando Barroca, Antonio da Cruz Ribeiro e M. J. Sant'Anna Araujo. Ocupou a presidencia, na ausencia do dr. Silva Rego, vice-presidente em exercicio, o dr. Mario Mélo, na qualidade do socio mais antigo, servindo de 1.º secretario o 2.º professor Felipe Monteiro, e de segundo o dr. Samuel Campello.

Lida a acta da sessão anterior e approvada, o 1.º secretario deu conta do expediente: officio do dr. Julio de Melo, communicando ter assumido o governo do Estado, na qualidade de presidente do Senado, carta do 1.º secretario do Centro Pernambucano communicando ter o "Jornal do Brasil" de 17 do corrente publicado um artigo do dr. Mario Melo sobre o livro O Principe de Nassáu, do dr. Paulo Setubal e que esse artigo fôra alli muito apreciado pela defesa historica feita ás personalidades do romance.

Carta do agrimensor sr. Olympio Moreira Lima offerecendo uma photographia de fosseis quaternarios encontrados no valle do rio S. Francisco, a 2 metros do subsolo; de envolta com os despojos humanos e ceramica.

Foram accusadas as seguintes offertas:

Instituto Tehumaco de Antropologia Etnographia y pre-historia um volume dos "Commentarios preliminares a la

Esfingfe Indiana"; Peabody Museum of American Archeology, "Representation of duties of the Maga Manuscripts;"

Boletim n.º 31 do Instituto de Engenharia de S. Paulo; Societe Geographie de Paris, Grevue n.º 12; Rochas petroliferas do Brasil; Geographical Review de Outubro; Boletim da União Pan Americana, outubro de 1926; Revista Maritima brasileira.

Findo o expediente, o dr. Mario Mélo declarou não ter havido necessidade da intervenção do Arcebispo no caso da igreja da Soledade, porquanto fora procurado por membros da comissão executiva das obras, os quaes lhe declararam, que os reparos a serem feitos não alterariam a fachada e guardariam integralmente o estylo do templo.

O sr. Felipe Monteiro trata do desencaminhamento de nossos objectos de arte para fora do Estado. Ha tempos passados, o sr. Duscasble organisou aqui uma grande colleção de objectos de arte antiga e levou-os para a Europa onde os vendeu. Agora estrangeiros procuram comprar todos essas velharias a que não damos apreço, mas, que são exportadas e vendidas no estrangeiro com alto lucro. Pede que o Instituto se dirija aos poderes competentes, solicitando uma medida que vise á prohibição da sahida desses objectos para o estrangeiro ou para outro Estado.

O dr. Fernando Barroca, diz que na França de onde acaba de chegar, os objectos antigos são tratados com religioso respeito. Ha innumeradas casas de negocios "Curiosetés et objects d'art" para a venda de cousas antigas. Uma familia de tratamento não tem mobiliario completo, como nos, mas poucos, umas diversas das outras, objectos antigos em vez de biscuits". Os donos da casa teem prazer em mostrar aos visitantes e contar a historia relativa a cada objecto, que representa uma epocha.

O dr. Mario Mélo diz, que na America do Norte, paiz tão novo como o nosso, o costume é quase igual ao que descreve o seu collega dr. Barroca. E ha Museus exclusivos de objectos de arte. A casa de Oliveira Lima é, por sua vez, um pequeno museu de arte. Entende justo o pedido do sr. Monteiro. Faz pouco tempo d. Sebastião Leme recommendou ao clero do sul, não permittisse a expropriação de objectos de arte sagrados. O nosso coestadano dr. Luiz Cedro chegou a apresentar na Camara Federal um projecto para guarda do patrimonio artistico nacional, mas infelizmente não teve andamento.

Posto a votos, foi approvada unanimemente.

O dr. Samuel Campello trata do raid do avião Jahú, pilotado por brasileiros. O Instituto que se associou ás homenagens prestadas a aviadores estrangeiros, que aqui tocaram, não deve ser indifferente ao arrojo desses patricios. O presidente diz que o Instituto entende justa as homenagens projectadas. Designa a commissão composta delle e dos srs. dr. Samuel Campello, dr. Fernando Barroca, Felipe Monteiro e dr. Oscar Brandão, para representarem o Instituto e convoca todos os socios para as festas projectadas.

O sr. Sant'Anna Araujo indaga o que projecta o Instituto para o dia 10 de novembro. O presidente diz, que, como nos annos anteriores, o Instituto participará das festas que o governo e povo de Olinda costumam fazer. Nesse sentido já officiou ao consocio Ambrosio Leite e aguarda a resposta d'este. E provavel que a prefeitura de Olinda inaugure tambem a 10 de novembro, a placa do antigo palacio dos governadores.

Ainda com a palavra o sr. Sant'Anna Araujo communica o regresso do consocio conego Jeronymo da Assumpção. O presidente diz, que findo os trabalhos, irá com os socios presentes cumprimental-o, para o que os convida.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão, indo em seguida á matriz da Boa Vista, incorporados, em visita ao conego Jeronymo d'Assumpção. Por este recebidos, agradece o conego a distincção.

Falou com enthusiasmo da visita que fez ao Museu Paulista, e ao museu da Curia de S. Paulo, onde vio objectos de Pernambuco guardados com religioso cuidado e prometteu ao Instituto a urna eleitoral da Matriz da Boa Vista, ao tempo em que os suffragios publicos eram dados nas egrejas.

Arthur da Silva Rego,
1.º vice-presidente em exercicio.

Mario Mélo,
1.º secretario.

João Felipe Monteiro,
2.º secretario.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 18 DE NOVEMBRO
DE 1926

Presidencia do desembargador Silva Rego

Aos 19 de novembro de 1926, reunio-se o Instituto, sob a presidencia do desembargador Silva Rego secretariado pelo dr. Mario Mélo 1.º secretario e J. Felipe Monteiro 2.º secretario, tendo comparecido os srs. Conego Henrique Xavier, Antonio da Cruz Ribeiro, Conego Jeronymo d'Assumpção, dr. Samuel Campello, Ambrosio Leite e Sant'Anna Araujo.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente: Vol. 1.º do Diccionario Historico do Paraná, por Ermelino Leão; Mensagem do dr. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul; Boletim do Ministerio da Agricultura; A plataforma do futuro governador, por Ermelino Leão; vol. 26 dos Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro; uma apolice n.º 7334 de 2\$000 do municipio do Recife (lei de 7 de novembro de 1922) offerta do dr. Samuel Campello; convite da Sociedade dos Artistas mechnicos e liberaes para sua festa anniversaria; um officio do dr. Netto Campello communicando ter reassumido o cargo de director da Faculdade de Direito.

O presidente declara, que tendo regressado da Europa o dr. Netto Campello, 2.º vice-presidente em exercicio do Instituto, convidava os srs. dr. Samuel Campello e Sant'Anna Araujo para, com elle presidente, fazerem uma visita official ao prestimoso confrade; designava os srs. Cruz Ribeiro, Sant'Anna Araujo e Ambrosio Leite para representarem o Instituto nas festas do Liceu de Artes e Officios, mantido pela Sociedade dos Artistas mechnicos e Liberaes.

O dr. Samuel Campello communica que o Instituto tomou parte nas festas de 10 de novembro, promovida pelo seu presidente dr. Silva Rego, pelo secretario dr. Mario Mélo, por elle que fallara junto as ruinas do Senado, por Ambrosio Leite e por outros consocios.

O dr. Mario Mélo communica, que segundo ficou resolvido na ultima sessão, dirigira um officio ao presidente da Camara, consocio conejo Henrique Xavier, pedindo meios para evitar a dispersão do nosso patrimonio artistico. O consocio conejo Xavier diz que a Camara recebeu com agrado o officio do Instituto e o assumpto foi á commissão de legislação e justiça, da qual é presidente o dr. Genaro Guimarães.

O dr. Samuel Campello pede seja registrado que o "Diario de Pernambuco" e o "Jornal do Commercio", em artigos editoriaes, se manifestaram com sympathia sobre a attitude do Instituto.

O dr. Mario Mello declara, que na qualidade de director da "Revista", tem a communicar o seguinte: O Instituto obtivera do ex-governador Sergio Loreto, ser ella impressa na Repartição de obras, digo de Publicações officiaes. Entre-gues os originaes, feita a revisão, e revista a composição, tem demorado muito seu apparecimento. Investigando as cousas da demora, soube que está esgotado o papel em que fôra iniciada a impressão; que n'este periodo de transição de governo não era facil adquirir papel somente para a impressão da "Revista". Em risco de ficar perdida a composição e extraviados os originaes, suggerio a hypothese do Instituto adquerir o papel o que foi acceto pelo director da Repartição. Falou ao presidente e este approvou a despeza, autorisando o thesoureiro a fazer a compra.

O papel já se acha em poder do almoxarife, que d'elle passou recibo e assim não tardará muito o apparecimento da "Revista".

O presidente corroborou as palavras do 1.º secretario e pede approvação da casa para sua iniciativa, a qual é dada unanimemente.

O conego Jeronymo d'Assumpção diz que quer agradecer ao Instituto, a gentileza da sua visita, após a ultima reunião, o que, ao seu ver, está acima dos seus meritos.

O conego Xavier diz que, como representante official de Pernambuco ao 8.º congresso brasileiro de Geographia, embarcará n'estes dias para Victoria, o dr. Mario Mello secretario perpetuo do Instituto. Este deve levar-lhe as suas homenagens.

O presidente declara que, somente por convencionalismo nomeia os srs. Antonio da Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro e Sant'Anna Araujo para representarem o Instituto no embarque do seu secretario, porque, está certo de que todos irão, elle inclusive, conhecidos o dia e a hora do embarque, levar o seu abraço de despedidas ao estimado companheiro. Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão.

Afim de ficar archivado transcrevemos o officio que o dr. Mario Melo dirigio á Camara dos srs. Deputados, pedindo meios de defsa do nosso patrimonio artistico-historico,

conforme proposta do consocio srs. Felipe Monteiro approvada pelo Instituto em sessão de 28 de outubro de 1926.

"Illmo. exmo. presidente da Camara dos Deputados.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de v. excia. e de seus illustres pares, que o Instituto Archeologico, de que v. excia. é tambem digno membro, em sua ultima reunião, deliberou solicitar dos poderes competentes uma medida contra a dispersão dos objectos de arte que constituem nosso patrimonio historico.

Infelizmente não tem ainda Pernambuco um Museu como as grandes cidades do velho e novo mundo e, entre estas, varias do Brasil, algumas até de menor significação que o Recife. Te-lo-á porém, em dia que talvez não esteja muito longe.

A continuar o regimen que impera presentemente, quando for fundado o nosso museu, nada mais existirá para ser colleccionado.

Por deficiencia de educação civica, pela propria inexistencia de um museu, ou por estes e outros motivos, os nossos moradores não dão apreço aos objectos "fora da moda". Não sabem que todos elles representam uma epoca e são guardados cuidadosamente pelos povos que cultam suas tradições. Enquanto em certas cidades como Paris, segundo o testemunho do dr. Fernando Barroca, d'alli recentemente chegado, as pessoas de tratamento ornam suas casas com cadeiras e sofás de estylo antigo, de epocas differentes e conservam objectos de passadas gerações, aqui o que se vê é o desaparecimento do nosso pesado jacarandá, das solidas e comodas cadeiras de couro por um inadapitado mobiliario "não me toques" e as prateleiras guarnecidas de rediculos bonequinhos.

Deante desse desprezo, attendendo a que não há aqui um museu, negociantes estrangeiros se enveredam por toda parte, depreciam ainda mais os objectos, especialmente de ouro e prata, compram-nos por insignificante quantia e remettem-nos para o estrangeiro, onde são vendidos pelo seu verdadeiro valor. Data já de annos esse commercio e, por isso, pouco teremos a defender, mas é preciso defender esse resto que ainda existe.

Vi, em Washington, as mais ricas collecções de objectos do Mexico. Não creio que no proprio Mexico possam existir

collecções iguaes. Agora o Mexico despertou e prohibio terminantemente a sahida de objectos de arte. Vem d'ahi uma das causas da actual questão religiosa, porque o governo verificou que eram especialmente os padres e pastores estrangeiros, quer catholicos, quer protestantes, que facilitavam a sahida dessas reliquias.

Felizmente o Arcebispo d. Sebastião Leme ou porque tivesse notado a mesma cousa ou por medida de prudencia, dirigio ao clero brasileiro uma tocante pastoral em que recommendava a conservação dos antigos objectos do culto e prohibe a sua sahida das velhas igrejas.

Em defeza do nosso patrimonio artistico, o nosso coestadano dr. Luiz Cedro, quando representante de Pernambuco na Camara Federal, apresentou um projecto que, infelizmente, não teve andamento.

O Instituto Archeologico, fiado no patriotismo dos representantes do Estado á sua Camara legislativa, confia em que essa assembléa adoptará medidas que possam tranquilisar-nos pondo um dique a essa despensão do nosso patrimonio artistico, a fim de que, de ora em diante, não sejam canalizados para fóra do nosso territorio os objectos de qualquer natureza que representem uma epocha extincta ou que, de certa maneira, tenham relação com o passado de glorias de Pernambuco, cujo excesso pode abrilhantar a historia de todos os Estados da União.

Saudações respeitosas, **Mario Mélo**, Secretario perpetuo".

Manoel Netto Carneiro Campello,
2.º vice-presidente.

João Felipe Monteiro,
1.º secretario interino.

Samuel Campello,
Servindo de 2.º secretario.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 2 DE DEZEMBRO DE 1926

Presidencia do dr. Netto Campello

As dezeseis horas do dia dois de dezembro do anno de mil novecentos e vinte e seis reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do 2.º vice-presidente dr. Manoel Netto Carneiro Cam-

pello, secretariado pelo professor João Felipe Monteiro, 2.º secretario servindo de 1.º, e dr. Samuel Campello, servindo de 2.º secretario, tendo, ainda, assignado o livro de presença os seguintes socios: coronel Cruz Ribeiro, thesoureiro, dr. Sebastião Galvão, dr. Fernando Barorca, major M. J. Sant'Anna Araujo e tenente Ambrosio de Barros Leite.

Lida, e approvada, a acta da sessão anterior foi apresentado, pelo 1.º secretario interino, o seguinte expediente: officio da commissão promotora das festas commemorativas do 3.º centenario da fundação da cidade da Victoria deste Estado, agradecendo o comparecimento de uma commissão do Instituto áquellas festas que se realisaram a 3 de Agosto do corrente anno; carta do sr. Alvaro Brandão pedindo notas biographicas do extincto senador pernambucano Soares Brandão; convite da commissão das festas do 1.º centenario de Correntes, que transcorrerá este mez para o Instituto se fazer representar, e as seguintes offertas: Relatorio do anno 1925, da Inspectoria de Portos e Canaes; "Revista do Museu Paulista", tomo XXIV, anno 1926; "Obras de Florentino Ameghino"; vol. V. n. X, anno 1926 da "Revista Maritima Brasileira"; n. 7, anno IX do Boletim Estatistico e Demographico de São Paulo; "Boletim da União Americana".

O 1.º secretario communicou ter recebido por intermedio do consocio conego Henrique Xavier uma offerta do distincto pernambucano e socio D. Severino Vieira de Mello, bispo do Piauhy, de grande placa de ferro com a effigie de D. Pedro II e a seguinte inscripção: "D. Pedro II, protector da Industria".

Na ordem do dia o sr. Ambrosio Leite communicou ter, juntamente com o sr. Cruz Ribeiro, comparecido ás festas de anniversario do Lyceu de Artes e Officios e ali usado da palavra em nome do Instituto.

O sr. Samuel Campello disse ter lido, nos jornaes, que a Prefeitura de Olinda mandara fazer na bica da rua do Amparo diversos concertos que deturpam a feição colonial daquelle objecto publico, pretendendo fazer remodelações semelhantes em outras bicas antigas daquelle cidade. Entendia que o Instituto deveria dirijir-se ao prefeito de Olinda pedindo-lhe que suslasse o proseguimento de taes remodelações porque isto seria um attentado á historia e á arte antigas, tão bem representadas em alguns edificios e objectos existentes na primitiva capital de Pernambuco.

Falando sobre o assumpto, o sr. Ambrosio Leite morador

em Olinda, disse que os concertos feitos pela Prefeitura dali foram executados na bica dos Quatros Cantos, e não rua do Amparo, e não a fizeram perder o estylo colonial. A Prefeitura não fez remodelação nenhuma e, sim, conservação porque a bica estava quebrada em diversos logares.

O sr. Samuel Campello pediu para serem insertos, na acta, votos de regosijo do Instituto pelo comparecimento á sessão do 2.º vice-presidente dr. Netto Campello, de volta de sua viagem á Europa, e do dr. Sebastião Galvão, ha muitos annos residente no Rio de Janeiro e afastado do convivio do Instituto e por terem o dr. Pedro Celso, presidente e representante do Instituto no Congresso de Geographia, reunido no Espirito Santo, e o consocio 1.º secretario perpetuo dr. Mario Mélo, representante do Estado, no mesmo certame, sido eleitos, respectivamente, vice-presidente e secretario do referido Congresso.

O sr. Netto Campello referiu-se, então, elogiosamente, ao trabalho constante e proveitoso do consocio dr. Sebastião Galvão, em prol de Pernambuco, consagrando-lhe uma obra de folego como é o "Dicionario Historico, Estatistico e Geographico", bem como outros livros de valor.

O sr. presidente declarou ao Instituto que chegara ao seu conhecimento fazer parte da bibliotheca do fallecido consocio sr. Domingos de Sampaio Ferraz uma importante obra, escripta em francez, sobre a guerra hollandeza em Pernambuco e que fôra, há muito tempo, desencaminhada da bibliotheca do Instituto e vendida a uma livraria desta cidade, aonde aquelle consocio a adquirira sem lhe saber, provavelmente, a procedencia.

O Instituto deveria dirigir-se á familia daquelle consocio, indagar da verdade e solicitar, então, a offerta da mesma obra á bibliotheca de onde desapparecera. Nada mais havendo a tratar, o presidente designou o dr. Carlos Pereira da Costa para representar o Instituto nas festas do centenario de Correntes e encerrou a sessão.

Arthur da Silva Rego,

1.º vice-presidente em exercicio.

João Felipe Monteiro,

2.º secretario em exercicio do 1.º.

Samuel Campello,

Servindo de 2.º secretario.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO
DE 1926

Presidencia desembargador Silva Rego

A's dezeseis horas do dia 1' de dezembro de 1926 reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do 1.º vice-presidente desembargador Silva Rego, secretariado pelo prof. J. Felipe Monteiro e dr. Samuel Campello tendo, tambem, assignado o livro de presença os seguintes socios: dr. Oscar Brandão, orador, coronel Antonio da Cruz Ribeiro, thesoureiro, capitão João Buarque Barbosa Lima, major M. J. Sant'Anna Araujo e tenente Ambrosio de Barros Leite.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, foi apresentado o seguinte expediente: 2 officios do Instituto Archeologico Alagoano, sendo um de communicação da eleição de sua nova directoria e outro solicitando a remessa de varios numeros da revista do Instituto para completar a collecção de sua bibliotheca — o presidente mandou agradecer a communicação e providenciar para a remessa dos numeros da Revista cujas edições não estejam exgotadas; uma communicação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro de que tem 7 volumes á desposição da bibliotheca do Instituto e uma circular do Real Hospital Portuguez de Beneficencia, desta cidade, communicando a posse de sua nova directoria — agradeça-se. Foram registradas as seguintes offertas: n.º 11, anno XXII do "Jornal de Medicina de Pernambuco"; n. 59, anno VI, do Boletim de la Bibliotheca Nacional da America Central", de Costa Rica; n. 5 do Boletim de la Bibliotheca Nacional de Quinto. vol. III n. 10 do Boletim da Directoria de Metereologia; n. 2 anno XII do Archivo de Medicina de Pernambuco; tomo 40, anno XI, da Revista do Instituto do Ceará; Boletim anno; vol. IV da Revista da Academia Mineira de Letras e da União Pan-Americana, referente ao mez de dezembro deste "Das Erdbelder Gegevert".

Passando-se á ordem do dia, o sr. J. Felipe Monteiro declarou que, tendo sido offerecida em sessão passada, pelo socio correspondente d. Severino Vieira de Mello, bispo do Piauhy, por intermedio do consocio conego Henrique Xavier, uma grande placa de ferro com a effigie de d. Pedro II e a inscripção "D. Pedro II, protector da Industria", ia perguntar ao conego Xavier se sabia a procedencia da referida placa e, em caso de resposta negativa, officiaria a d. Severino

fazendo as mesmas indagações, para o conveniente registo no museu do Instituto.

O sr. Samuel Campello, em nome do consocio dr. Carlos Pereira da Costa, communicou que o mesmo representara o Instituto nas festas do centenario da cidade de Correntes, de onde voltara ha dois dias, mas não pudera comparecer á sessão, e, informando sobre a impressão da Revista, disse que a mesma tinha sido paralyzada á falta de papel, precisando ainda nove meias resmas para terminar o serviço. Communicava o facto ao sr. presidente para as necessarias providencias.

O presidente autorisou o thesoureiro a comprar o papel e remettê-lo, com urgencia, á typographia onde está sendo impressa a Revista para que esta possa ficar prompta até o fim do anno e, antes de encerrar a sessão, disse que, sendo a mesma a ultima de 1926, devendo entrar o Instituto no periodo de férias, se despedia dos consocios esperando, que no proximo anno, todos voltassem ao trabalho com a mesma bôa vontade para a continua prosperidade da agremiação.

E foi encerrada a sessão, por nada mais haver a tratar.

Arthur da Silva Rêgo,

1.º vice-presidente em exercicio.

Mário Mélo,

1.º secretario perpetuo.

M. José de Sant'Anna Araujo,

2.º secretario interino.

Relação dos sócios

EFFETIVOS

- 1—Dr. Pedro Francisco Correia de Oliveira—4—8—1887.
- 2—Dr. Francisco Pinto de Abreu—9—9—1897.
- 3—Dr. Alfredo Arnobio Marques—1—4—1898.
- 4—Dr. Fernando Barroca—11—12—1900.
- 5—Prof. dr. Gervasio Fioravanti Pires Ferreira—.....
16—3—1901.
- 6—Dezembargador Eduardo Corrêa da Silva—17—11—1904.
- 7—Dr. Antonio Vicente Pereira de Andrade—15—5—1906.
- 8—Dr. Eduardo de Moraes Gomes Ferreira—17—7—1906.
- 9—Prof. dr. Methodio Maranhão—17—1—1907.
- 10—Dr. Mario Carneiro do Rego Melo—27—5—1909; bemfeitor—25—9—1913.
- 11—Dr. Enéas Pereira de Lucena—25—8—1910.
- 12—Domicio Rangel—31—12—1910.
- 13—Dr. Oscar Brandão da Rocha—31—12—1910.
- 14—Dr. Nylô Dornellas Camara—12—1—1911.
- 15—Augusto Leite Rodrigues—17—8—1911.
- 16—Dr. Candido Duarte—29—2—1912.
- 17—Dr. João Feliciano da Motta e Albuquerque—6—6—1912.
- 18—Manuel José de Sant'Anna Araujo—27—6—1912.
- 19—Dr. José de Barros Lima—1—8—1912.
- 20—Dr. Annibal Fernandes—11—6—1914.
- 21—Conego Jeronymo d'Assumpção—10—6—1915.
- 22—Conego Henrique Xavier de Farias—15—7—1915.
- 23—Pedro Rodrigues Soares—16—8—1915.
- 24—Dezembargador Arthur da Silva Rego—26—8—1915.
- 25—Dr. Manuel Antonio de Moraes Rego—8—6—1916.
- 26—Dr. Samuel Carneiro Rodrigues Campello—5—10—1916.

- 27—Prof. João Felipe Monteiro—11—1—1917.
 28—Apolonio Peres—12—2—1917.
 29—Othon L. Bezerra de Mello—7—6—1917; bemfeitor, —...
 6—3—1919.
 30—Dr. Augusto Lins e Silva—22—8—1917.
 31—Dr. João de Medeiros Peretti—10—11—1917.
 32—Dr. Amaro Gomes Pedrosa—5—9—1918.
 33—Dr. João Aureliano Correia de Araujo—19—9—1918.
 34—Dr. Ubaldo Gomes de Mattos—7—11—1918.
 35—Prof. Eustorgio Wanderley—12—12—1918.
 36—José Pedro Nunes de Mello—18—12—1918.
 37—Dr. Carlos Augusto Pereira da Costa—24—4—1919.
 38—Dr. João Bartholomeu Bezerra Leite—10—11—1920.
 39—Dr. Estevam Pinto—12—10—1922.
 40—Dr. Luiz Cedro Carneiro Leão—11—12—1924.
 41—Prof. Jeronymo Gueiros—10—7—1924.
 42—Dr. Manuel Caetano de Albuquerque e Mello Filho — ...
 5—2—1925.
 43—Dr. Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas—2—6—1927.
 44—Dr. Luis Cezario Cardozo Ayres—24—11—1927.
 45—Naasson Figueiredo—20—6—1928.
 46—Raymundo Paes Barrêto—9—1—1929.
 47—Mario Coelho Pinto—8—5—1929.
 48—Zelerino Lima—26—6—1929.
 49—Dr. Luis Maria Delgado—22—4—1931.

CORRESPONDENTES

- 1—D. Isabel Gondim—13—9—1883.
 2—Barão de Studart—13—4—1886.
 3—Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva—6—2—1890.
 4—Dr. João Baptista Perdigão de Oliveira—8—3—1894.
 5—Dr. Samuel da Gama Mac Dowell—8—3—1894.
 6—Dr. Arthur Quadros Collares Moreira—27—3—1894.
 7—Dr. Bianor de Medeiros—12—12—1895.
 8—Joaquim Ferreira Chaves—5—3—1896.
 9—Dr. Oplato Nehemias Eustachio Carajuru—28—12—1897.

- 10—Lorjô Tavares—5—7—1900.
- 11—Dr. Aprigio Carlos d'Amorim Garcia—13—7—1900.
- 12—Dr. Theodoro Sampaio—13—9—1900.
- 13—Dr. Olympio Costa—13—10—1900.
- 14—Dr. J. J. Seabra—22—8—1901.
- 15—Dr. José Antonio Gonçalves de Mello—5—1—1902.
- 16—Dr. José Pereira Rego—7—7—1903.
- 17—Dr. Alberto Sousa—20—5—1904.
- 18—Dr. Augusto de Oliveira—20—5—1904.
- 19—Bispo d. Severino Vieira de Mello—17—11—1904.
- 20—Dr. Luiz Estevam de Oliveira—17—11—1904.
- 21—Dr. Joaquim Manuel Cardoso de Oliveira—11—1—1906.
- 22—Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira—11—1—1906.
- 23—Dr. Nelson de Senna—11—1—1906.
- 24—Augusto Forto Alegre—31—3—1906.
- 25—Dr. Rodolpho Augusto de Amorim Garcia—15—9—1906.
- 26—Frei Mathias Teves—5—10—1906.
- 27—Dr. João Claudio Carneiro Campello—17—1—1907.
- 28—Alberto Frederico de M. Lamego—26—9—1907.
- 29—Bispo Matheus de Oliveira Xavier—26—9—1907.
- 30—Dr. Max Fleiuss—4—6—1908.
- 31—Manuel Pinto Bandeira da Carvalheira—4—6—1908.
- 32—Dr. Augusto Tavares de Lyra—4—6—1908.
- 33—Dr. Antonio Rodrigues Pereira da Fonseca—14—10—1908.
- 34—D.: José Leite de Vasconcellos—14—10—1908.
- 35—Dr. João Severiano Carneiro da Cunha—2—9—1909.
- 36—Marquez d'Avila e Bolana—30—6—1910.
- 37—Dr. Paulino Cruz—31—12—1910.
- 38—Dr. Sebastião Paraná—17—8—1911.
- 39—Manuel Eugenio da Rocha Samico—12—1—1911.
- 40—Padre Lenordo Mascello—18—4—1912.
- 41—Dr. Manuel Paulino Cavalcanti—18—4—1912.
- 42—Dr. Alcebiades Furtado—23—5—1912.
- 43—Dr. Antonio Carneiro Leão—27—6—1912.
- 44—Dr. José Mariano Carneiro da Cunha Filho—1—3—1912.
- 45—Dr. José Arthur Boiteux—22—8—1912.

- 46—Dr. Esmaragdo de Freitas—26—12—1912.
- 47—General Eudoro Correia—27—3—1913.
- 48—Coronel Gastão Pinto da Silveira—27—6—1913.
- 49—Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva—16—6—1913.
- 50—Antonio Carlos Moreira Telles—7—2—1913.
- 51—Fran Pacheco—27—11—1913.
- 52—Dr. Alberto Rangel—18—12—1913.
- 53—Dr. Affonso d'Escrangnole Taunay—18—12—1913.
- 54—Dr. Luiz Gastão d'Escrangnole Doria—18—12—1913.
- 55—Dr. Alfredo Augusto da Motta—12—1—1914.
- 56—Feliciano Accioly Monteiro—12—1—1914.
- 57—Dr. Bernardino de Sousa—12—1—1914.
- 58—Major João Buarque Barbosa Lima—22—1—1914.
- 59—Dr. Miguel de Leonissa—26—3—1914.
- 60—Arcebispo d. Augusto Alvaro da Silva—21—4—1914.
- 61—Hypolito Frederico Brian—28—5—1914.
- 62—Guilherme da Conceição Foepel—11—6—1914.
- 63—Abade d. Pedro Roeser—11—6—1914.
- 64—João de Lyra Tavares—7—1—1915.
- 65—Dr. Manuel Tavares Cavalcanti—25—2—1915.
- 66—Dr. Annibal Velloso Rabello—8—4—1915.
- 67—Victor Urban—8—4—1915.
- 68—Dr. João Coelho Brandão—8—4—1915.
- 69—J. R. Coriolano de Medeiros—10—6—1915.
- 70—Dr. Amilcar de Sousa—10—6—1915.
- 71—João Luiz Santos—10—6—1915.
- 72—D. Juan Pedro Criado y Domingues—15—7—1915.
- 73—Dr. Augusto Paredes Nebot—15—7—1915.
- 74—Dr. J. Benito Marco e Gordoqui—15—7—1915.
- 75—Mario A. Valeriano de Lorena—15—7—1915.
- 76—Dr. Tito U. Lisoni—15—7—1915.
- 77—Dr. Malheus Augusto de Oliveira—30—9—1915.
- 78—José Lucio de Azevedo—21—10—1915.
- 79—Meira de Menezes—21—10—1915.
- 80—Antonio da Costa Correia Leite—21—10—1915.
- 81—Mario de Artagão—21—10—1915.
- 82—Felix Pacheco—13—1—1916.

- 83—R. D. Commonghane Graham—13—1—1916.
84—Dr. Francisco Solano Carneiro da Cunha—13—1—1916.
85—Dr. Cassiano Tavares Bastos—13—1—1916.
86—Padre Florentino Barbosa—13—1—1916.
87—Paulo Maranhão—13—1—1916.
88—José Aives de Sousa—13—1—1916.
89—Dr. Flavio Maroja—13—1—1916.
90—Dr. Eusebio Nery Alves de Sousa—16—3—1916.
91—Dr. Alfredo Pujol—16—3—1916.
92—Nestor Pestana—16—3—1916.
93—Arcebispo d. Irineu Joffily—16—3—1916.
94—Dr. Jeronymo Rangel Moreira—16—3—1916.
95—Olympio de Menezes—16—3—1916.
96—Aluizio de Carvalho—28—11—1916.
97—Dr. Braz do Amaral—23—11—1916.
98—Dr. A. J. de Sousa Carneiro—23—11—1916.
99—Dr. Nestor dos Santos Lima—11—1—1917.
100—Dr. Luiz Tavares de Lyra—7—3—1917.
101—Dr. Claudio Oscar Soares—7—3—1917.
102—Padre João de Barros Uchôa—7—4—1917.
103—Dr. Severino Otto Bezerra de Mello—7—6—1917.
104—Dr. Carlos Xavier Paes Barretto—21—6—1917.
105—Dr. Francisco Borges de Barros—21—6—1917.
106—Dr. Fidelino de Figueiredo—21—6—1917.
107—Dr. José Novaes—7—7—1917.
108—Dr. Lauro Sodré—19—7—1917.
109—Dr. João Palma Muniz—19—7—1917.
110—J. Coutinho de Oliveira—19—7—1917.
111—Dr. Henrique Santa Rosa—19—7—1917.
112—Dr. Theodoro Braga—19—7—1917.
113—Dr. Eladio de Amorim Lima—19—7—1917.
114—Dr. José Ignacio da Rocha Pombo—19—7—1917.
115—Dr. João do Rego Barros—9—8—1917.
116—Dr. Deoclecio Dantas Duarte—10—11—1917.
117—Prof. Basilio de Magalhães—23—11—1917.
118—General Octavio de Azevedo Coutinho—22—11—1917.
119—Dr. Antonio A. Borges dos Reis—13—12—1917.

- 120—Dr. Eugenio Gudín—13—12—1917.
121—Dr. Paulo Eleutherio—10—1—1918.
122—Consul José Manuel Sarmiento—21—5—1918.
123—Dr. Helio Lobo—9—4—1918.
124—Dr. Clemente Gaspar Maria Brandenburg—9—4—1918.
125—Cap. Mar e Guerra Thiers Fleming—9—4—1918.
126—Dr. Alfredo de Moraes Gomes Ferreira—9—4—1918.
127—Augusto Pacheco—13—6—1918.
128—Dr. Affonso A. de Freitas—1—8—1918.
129—Coronel Pedro Dias de Campos—1—8—1918.
130—Vicente Themudo Lessa—1—8—1918.
131—Almirante Henrique Boiteux—1—8—1918.
132—Dr. Targino Neves—1—8—1918.
133—Dr. José Rodrigues Sette—1—8—1918.
134—Prof. Luiz Pessanha—5—9—1918.
135—Dr. Ruy de Gouveia Nobre—3—10—1918.
136—Tancredo de Barros Paiva—3—10—1918.
137—Dr. José Feliciano da Rocha—28—11—1918.
138—Alfredo Sotero de Faria—18—12—1918.
139—Francisco José da Silveira Lobo—20—2—1919.
140—R. Lehmann Nitsche—20—2—1919.
141—Dr. Mario da Veiga Cabral—1—9—1921.
142—Manuel Braga Ribeiro—15—6—1922.
143—D. Adolfo Arogónés de Encarnación—20—9—1922.
144—Prof. Honorio de Sousa Silvestre—26—2—1924.
145—Argeu Guimarães—10—7—1924.
146—Dr. Diego Carbonell—10—7—1924.
147—Dr. Fernando Soares Brandão—2—10—1924.
148—Dr. Fritz Holm—13—11—1924.
149—Luís da Camara Cascudo—5—2—1925.
150—Dr. Antonio de Barros Barreto—20—8—1925.
151—Tenente-coronel Emilio Fernandes de Sousa Docca—...
29—10—1925.
152—Padre Geraldo José Pauwelis—14—1—1926.
153—João Ribeiro de Barros—2—6—1927.
154—Dr. Urlino Vianna—19—9—1927.
155—Dr. Antonio Domingos Pinto Filho—13—10—1927.

- 156—Commandante João Velho Sobrinho—27—10—1927.
 157—Dr. Eurico de Góes—20—6—1928.
 158—Prof. José Octávio de Barros—18—6—1928.
 159—Dr. A. J. Barboza Lima Sobrinho—9—10—1929.
 160—Prof. Jorge Bertolaso Stella—18—12—1929.
 161—Dr. Ulysses Gomes Porto—27—11—1929.
 162—Zenon Pereira Leite—9—4—1930.
 163—Dr. Jorge Hurley—21—10—1931.
 164—Dr. Aurino Maciel—21—10—1931.

HONORARIOS

- 1—Dr. Manuel Netto Carneiro Campello—15—12—1917.
 Eleito effectivo—18—7—1895.
 2—Dr. José Marcellino da Rosa e Silva—19—2—1903.
 3—Dr. Xavier da Cunha—24—7—1904.
 4—Dr. Clovis Bevilaqua—17—5—1906.
 5—Conde Affonso Celso—26—9—1906.
 6—10—Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida—7—6—1908.
 7—Consul Ernesto de Vasconcellos—30—6—1910.
 8—Bispo d. José Pereira Alves—27—1—1915.
 9—Dr. Bruno Lobo—5—10—1916.
 10—Arcebispo d. Sebastião Leme—11—1—1917.
 11—Almirante Gago Coutinho—28—7—1922.
 12—General Candido Rondon—26—10—1923.
 13—Arcebispo Miguel de Lima Valverde—10—1—1925.

BEMFEITORES

- 1—Dr. Mario Carneiro de Rego Melo—25—9—1913. Eleito
 effectivo a 27—5—1909.
 2—Othon Lynch Bezerra de Mello—6—3—1919. Eleito effe-
 ctivo a 7—6—1917.
 3—Candido da Cunha Souto Maior—30—5—1918.
 4—José Antonio de Sousa—30—5—1918.
 5—Affonso Viseu—1—8—1918.
 6—Antonio Ribeiro Seabra—1—8—1918.
 7—Gervasio Seabra—1—8—1918.

- 8—A. Ommundsen—30—10—1919.
 9—Coronel Eduardo de Lima Castro—12—2—1920.
 10—Dr. Anselmo de Medeiros Peretti—12—2—1920.
 11—Conde Ernesto Pereira Carneiro—10—3—1920.
 12—Dr. Sergio Teixeira Lins de Barros Loreto—5—4—1923.
 13—Alfredo Couceiro—14—2—1924.
 14—João Confalonieri—24—8—1924.
 15—Juno Bello—2—2—1928.
 16—Dr. Estacio Coimbra—17—2—1929.
 17—Murillo La Greca—17—2—1929.
 18—Dr. Olimpio Costa Junior—29—1—1930.
 19—José Camarinha—8—5—1930.
 20—Conde F. Matarazzo—8—6—1930.

BENEMERITOS

- 1—Dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti—12—2—1920— Elei-
 to effectivo a 7—6—1894.
 2—Vago.
 3—Vago.
 4—Vago.
 5—Vago.

GRANDE BEMFEITOR

Dr. Manuel Antonio Pereira Borba—8—2—1919.
 Eleito bemfeitor a 23—11—1916. -|- 11—8—1928.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)